

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO

*Enfim a "verdade": a construção de
um discurso do Poder Legislativo na grande imprensa
escrita brasileira (1995-1998)*

*Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciência Política*

Aluna: Rosangela Marione Schulz

Orientadora: Dra. Céli Regina Jardim Pinto

Porto Alegre (RS), dezembro de 2002.

Sumário

PREFÁCIO	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - O ESPAÇO DA MÍDIA NA POLÍTICA	28
1.1. A relação mídia e política	29
1.2. A relação mídia e política no Brasil	44
CAPÍTULO 2 - REELEIÇÃO: O BALCÃO DE NEGÓCIOS E A COMPRA DE VOTOS	64
2.1. As negociações para aprovação da reeleição: a romaria para o balcão de negócios	66
2.2. A reeleição aprovada: a compra dos votos	82
CAPÍTULO 3 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA: PRIVILÉGIO PARLAMENTAR E FISIOLÓGISMO NAS NEGOCIAÇÕES	114
3.1. Privilégio parlamentar: aposentadoria especial	116
3.2. Fisiologismo: as negociações para as duas votações.....	132
3.2.1. Como repercutem as negociações entre os leitores.....	146
3.3. Mídia X Congresso: a lei de imprensa	149

CAPÍTULO 4 - REFORMA ADMINISTRATIVA: O TETO SALARIAL E O FIM DA ESTABILIDADE PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	157
4.1. O teto salarial.....	160
4.1.1. Como os leitores se manifestam frente à possibilidade de exceções à regra do teto único	181
4.2. O fim da estabilidade: o tema mais polêmico das votações da reforma	183
4.2.1. Os temas polêmicos	183
4.2.2. As negociações para votação: o <i>Estado</i> pressiona os parlamentares.....	187
4.2.3. A crise externa: o segundo turno de votação da reforma	194
CAPÍTULO 5 - DE OLHO NO CONGRESSO: A FALTA DE QUÓRUM E OS CUSTOS DAS CONVOCAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	209
5.1. Convocação extraordinária	212
5.1.1. Desgaste de imagem e a reação do Congresso Nacional	217
5.1.2. A reação dos leitores	228
5.2. A polêmica do quórum: as ausências dos parlamentares às sessões ordinárias	231
5.2.1. A reação dos leitores à falta de quórum	239
5.3. Olho no Congresso - a <i>Folha</i> avalia o seu representante	244
5.3.1. A repercussão do caderno <i>Ólho no Congresso</i>	254
CAPÍTULO 6 - A VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO: AS EMENDAS INDIVIDUAIS E O ESCÂNDALO DO ORÇAMENTO	259
6.1. As emendas individuais	262
6.2. Novo escândalo do Orçamento.....	273

CAPÍTULO 7 - REFORMA POLÍTICA: OS ESCÂNDALOS PARLAMENTARES	283
7.1. Os escândalos como argumento para a reforma política	285
7.2. O caso Brígido	293
7.3. O caso Naya	306
7.3.1. A reação dos leitores ao caso Naya	318
CONCLUSÃO	329
BIBLIOGRAFIA	338

Prefácio

Com este trabalho, dou continuidade a estudos que venho desenvolvendo sobre a relação entre mídia e política. A imprensa foi meu objeto de análise, para a elaboração da dissertação de mestrado, quando investiguei o discurso da imprensa alternativa durante o regime autoritário brasileiro¹. Nos dois trabalhos, busquei, em perspectivas diferentes, conhecer um pouco mais sobre a influência que a imprensa exerce no campo político. Soma-se a isto a preocupação com os caminhos da democracia representativa brasileira e o papel destacado dos meios de comunicação nestes caminhos. Em particular, preocupa-me a ampla desqualificação, na imprensa, de que vem sendo alvo uma das nossas instituições políticas que, assim como as demais, desempenha um papel fundamental no modelo democrático representativo: o Congresso Nacional.

Dediquei-me nesta pesquisa, através da análise de dois jornais, a apreender o discurso da imprensa sobre o Poder Legislativo. Os resultados estão nesta Tese de Doutorado. Não teria sido possível realizá-la sem o apoio fundamental de duas instituições, às quais faço agora meu agradecimento: à Universidade de Santa Cruz do Sul, que me concedeu uma bolsa- afastamento, e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, através do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, viabilizou-me este momento.

O convívio com os professores, alunos e funcionários do Pós-Graduação em Ciência Política, além de gratificante, possibilitou-me o amadurecimento de meu projeto de pesquisa. Aos meus colegas, Marisa Natividade e Sócrates Guzman, que, além de colegas, se tornaram grandes amigos e muito contribuíram com discussões e palavras de apoio durante esta longa jornada, meu profundo carinho.

Agradeço a Céli Jardim Pinto, minha orientadora, com quem tenho tido o privilégio de trabalhar há vários anos, que, além de ser criteriosa e inventiva na

¹ Dissertação denominada “*Quem se comunica se trumbica: o discurso do Pasquim no período Médici (1969-1974)*”

orientação, sempre disponível a auxiliar de forma generosa, alegre e solidária, se tornou uma grande amiga. A Céli agradeço, por me ensinar que um trabalho deste vulto pode ser feito com prazer e alegria. Para além disso, todo meu respeito por seu trabalho. Obrigada.

Um agradecimento especial aos jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, pela feliz idéia de colocar seu acervo à disposição, para consulta na Internet, propiciando assim uma pesquisa tão ampla.

Agradeço de modo particular a minha mãe Dirce, por se manter sempre confiante e compreender as minhas ausências. Sua palavras de apoio têm sido fundamentais durante toda minha caminhada.

Nos momentos cruciais de elaboração desta Tese, contei com o apoio dos amigos, particularmente, Vera Rubim Soares e Ricardo Mayer, que, mesmo quando eu duvidei, acreditaram na minha capacidade. A eles e aos demais amigos não nomeados, o registro do meu profundo carinho.

Resumo

Esta tese trata do discurso da imprensa sobre o Poder Legislativo. Partindo da constatação de que existe um discurso de desqualificação do Congresso Nacional, buscou-se apreendê-lo, através da análise dos jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, no período correspondente ao primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/98). A partir das noções de análise de discurso e da literatura sobre mídia e política, foram analisadas notícias, colunas de opinião, cartas de leitores e editoriais sobre os temas: reeleição, reforma da previdência, reforma administrativa, quórum e convocações extraordinárias, Orçamento-Geral da União e a relação entre irregularidades cometidas por parlamentares e reforma política. Enfatizou-se que o discurso ao desqualificar os parlamentares, deslegitima seu poder. Isto ocorre pela desconstrução de seu capital político individual e coletivo. As noções de neutralidade e opinião são fundamentais no discurso da imprensa para que o mesmo se institua como um discurso da verdade sobre a política.

Abstract

This thesis deals about the press discourse concerning the Legislative Power. Based on the ascertaining that there is a disqualification discourse of the National Congress, we aimed to apprehend it, through the analysis of the newspapers *Folha de São Paulo* and *Estado de São Paulo*, during the first term of President Fernando Henrique Cardoso (1995/98). Based on the notions of discourse analysis, we analyzed news articles, opinion columns, letters to the editor and editorials about the following themes: re-election, social welfare reform, administrative reform, quorum and extra-ordinary convocation, General National Budget and the relationship between the irregularities committed by the congressmen and the political reform. In the reconstruction of this discourse, it is emphasized the capacity that it has of deslegitimate the congressmen, through the deconstruction of their political, individual and collective capital, with the permanent negative qualification of the members and of the National Congress institution. We also point out the notions of neutrality and public opinion as fundamental in the press discourse for it to become a discourse of the truth about politics.

Introdução

"Tudo começou com Aretino. Não que ele soubesse a que ponto a coisa chegaria: ele simplesmente desenvolveu uma nova arma, a difamação, para as batalhas políticas nas cortes italianas do século 16... Tudo começou em 1521, quando Pietro Aretino lançou a primeira "blitz" de mídia. Os cardeais estavam trancados na Capela Sistina havia semanas, engalfinhados na eleição do sucessor de leão 10. Toda Roma mantinha a respiração suspensa e fazia apostas sobre o resultado. Conforme subiam os páreos e engrossavam-se as intrigas, certos poemas começavam a aparecer colados no lugar mais estratégico da cultura pública da cidade... Nunca se vira em público poesia assim. Desabusada, engraçada e terrivelmente bem-informada, ela devassava a vida de todos os candidatos - um cardeal afeito a garotos pequenos, outro que praticava usura, este que patrocinava batedores de carteira, aquele que morria de medo de sua "mamma".

As "pasquinadas" espalharam-se como fogo na pradaria. Copiadas, memorizadas, vendidas em tavernas e recitadas à mesa dos grandes senhores, elas firmaram um estilo de fazer política que persiste até hoje: o contraculto da personalidade." (Darnton, 1995, p. 1)

O historiador busca no passado subsídios, para compreender o que chama de *"armadilha da mídia"*, a forma de fazer política onde se busca denegrir pessoas ou reputações (Idem, p. 1). Para o pensador, hoje são os presidentes que têm sua reputação questionada. E tudo teria se iniciado com Aretino que, após sua primeira campanha difamatória, passou a ser temido e festejado. Mas seu sucesso não estava em descobrir a difamação, esta já fazia parte da tradição do jogo político, mas em descobrir um princípio que nos dias atuais ainda norteia a mídia: *o nome faz a notícia*. Mas este não é o único princípio descoberto, para o historiador, um novo princípio é desenvolvido por Maquiavel: *O nome pode ser uma fonte de poder*. Nesta lógica, a reputação de um príncipe passa a ser central na construção de seu poder, princípio que o cardeal Richelieu colocou em prática no reinado absolutista a que submeteu a França no século XVII. Mas, nomes também podem ser destruídos, evidenciando a perda do poder. Após exemplificar de que forma panfletos minaram a legitimidade de monarcas, na França e na Inglaterra, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, conclui que...

"a mídia popular transformava os monarcas e suas amantes em figuras de repertório num folclore político que se fazia passar por notícia. O modo de percepção dos acontecimentos tornou-se tão importante quanto os próprios acontecimentos." (Idem, p. 3)

A partir disso, o historiador questiona a notícia. Afinal, o que são notícias? E responde, definindo notícias, não como o acontecimento, propriamente dito, como algo que ocorreu ontem ou há três dias atrás, "*mas um conjunto de histórias sobre o que aconteceu*" (Idem, p. 3), "*relatos sobre o que aconteceu. São uma espécie de narrativa que é transmitida por meios de comunicação...*" (Darnton, 2002, p. 227).

Para o historiador, os jornalistas da atualidade buscam estas histórias, o "furo" e, muitas vezes, para que consigam uma boa história, utilizam-se dos princípios desenvolvidos por Aretino e Maquiavel, mesmo que isso "... *muitas vezes significa pegar um político em falta - ter provas de sua culpa, desenterrar a sujeira de sua ficha policial, conta bancária ou agenda telefônica*" (Darnton, 1995, p. 3).

Ao escrever este texto, o autor está pensando na campanha difamatória à qual estava sendo submetido o presidente da República dos Estados Unidos, Bill Clinton. Para Darnton, parece ser central a difamação da reputação dos líderes do Executivo, mas pode-se ampliar esta "armadilha da mídia", esta forma de fazer política, a todo o conjunto dos políticos, independente do Poder para o qual foram eleitos como representantes.

No Brasil há dois casos emblemáticos de desqualificação de políticos, através de denúncias de irregularidades cometidas no tratamento da coisa pública, e que tiveram ampla divulgação nos meios de comunicação. O "caso Collor" é o primeiro exemplo. A proliferação de denúncias, envolvendo o então presidente da República, Fernando Collor de Melo, tornou-se pauta dos diversos veículos de comunicação, o caso tomou tal vulto que seu encerramento culminou no *impeachment* do primeiro presidente eleito, democraticamente, após o fim do Regime Autoritário. A imagem de Collor, como jovem, enérgico, leso (caçador de marajás) foi fundamental, para que sua campanha saísse vitoriosa das urnas, mas foi também sua reputação, melhor, a desqualificação desta, que gerou sua deslegitimação, sua perda de poder, levando a sua queda.

O segundo caso trata dos "anões do orçamento". As denúncias de tráfico de influência, na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, envolvendo

parlamentares, caso vastamente divulgado nos meios de comunicação, levou à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investigou, julgou e puniu envolvidos¹. Sem dúvida, as denúncias afetaram a reputação dos congressistas envolvidos no escândalo, mas não apenas de forma individual. A reputação da coletividade foi questionada, deslegitimando o poder de todos os congressistas. Se no "caso Collor" a questão é personalizada, no "caso dos anões do orçamento", ela atinge a instituição Congresso Nacional, gerando um constante questionamento da reputação dos legisladores.

Nestes dois casos assinalados, a mídia² cumpriu um papel importante, informando, ao público, as denúncias e noticiando o desenrolar das investigações, é através das páginas dos jornais e dos noticiários televisivos que a população toma conhecimento das ações irregulares de seus representantes.

A partir do escândalo do Orçamento, têm se proliferado, nos meios de comunicação, notícias, denunciando irregularidades morais ou legais de membros do Poder Legislativo, no tratamento da coisa pública: as denúncias vão desde pedidos de propina, por um parlamentar, passando por práticas fisiológicas em negociações, para mudanças constitucionais, gastos de dinheiro público na compra de carros ou na reforma de apartamentos, até ausências dos parlamentares ao trabalho³. A constante exposição pública de qualidades negativas de parlamentares, na mídia, tem como consequência um desgaste de imagem da instituição Congresso Nacional. Ao aceitar a idéia de Darnton, de que uma notícia é um relato do que aconteceu e de que o modo como se percebe um acontecimento é tão importante quanto o acontecimento em si (1995, p. 3), o modo de relatar e perceber os acontecimentos, pela mídia, em função de seu

¹ Segundo a *Folha*, seis parlamentares tiveram seus mandatos cassados e quatro renunciaram. *Corrupção no Orçamento* - Folha de São Paulo, 07/Dez/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial). O *Estado* informa que muitos congressistas denunciados na CPI foram absolvidos na votação em plenário por falta de quórum condenatório. *Repensar o orçamento* - Estado de São Paulo, 24/Jul/96, s/autor, editoria: Notas, seção: Editorial.

² Alguns autores utilizam a noção de comunicação, outros a noção mídia. Embora compreenda-se a importância da discussão das diferenças das noções para o desenvolvimento da área, não pretendemos tratar desta questão neste momento, por compreender que a mesma extrapola os objetivos deste trabalho. Em função disso, optou-se por utilizar o termo mídia e meios de comunicação como similares.

³ A publicação destas irregularidades dos parlamentares são descritas e analisadas nos capítulos II, III, IV, V, VI e VII deste trabalho.

poder informativo, traz conseqüências ao campo político, particularmente, no que diz respeito à representação.

Partindo-se da constatação de que existe a difusão de um discurso de desqualificação do Poder Legislativo, na mídia, o objetivo deste trabalho é reconstruir este discurso, buscando não apenas descrever a expressão deste, resgatar os qualificativos que lhe são tributados, aos parlamentares, revelar os espaços de crítica dos jornalistas, expor as manifestações dos leitores/eleitores, sua consonância, ou não, com o discurso exposto, mas tentar desvendar as estratégias utilizadas, pelos meios de comunicação, para edificar este discurso, e que permitem a opção, pelos jornalistas, do que pode ou deve ser dito sobre a instituição e seus componentes, assim, desenhar os limites de interferência e os efeitos que este discurso constituído, no campo jornalístico,⁴ produz no campo político⁵ brasileiro.

Mas qual a importância de um estudo que relacione os meios de comunicação e o Poder Legislativo? A importância da análise do discurso, produzido pela mídia, sobre o Legislativo, encontra-se em dois pontos relacionados entre si: a constatação do distanciamento entre representantes e representados, e as modificações que a difusão dos meios de comunicação trouxe para a arena política em todo o mundo democrático. Duas questões mundiais que afetam também a política brasileira.

⁴ É fundamental assinalar os conceitos de campo e campo jornalístico. Segundo Miguel, um campo se caracteriza por se constituir num universo que obedece a suas próprias leis e que almeja o fechamento sobre si mesmo, assim constituindo sua autonomia. O campo jornalístico, enquadrando-se na concepção de campo apresenta suas particularidades. Novamente Miguel contribui para esta discussão ao tentar explicar a natureza do campo midiático, destacando que *"a autonomia do campo da mídia é permanentemente tensionada por sua inserção no campo econômico"*. Para o autor uma empresa de comunicação é um organismo bifronte que, por um lado, *"obedece a seus imperativos profissionais específicos"* (seja a manutenção de patamares de qualidade estática, seja a fidelidade a realidade dos fatos ou busca de credibilidade); de outro lado, busca ampliar o faturamento e o lucro. Mas, sustenta haver uma autonomia do campo da mídia em relação ao econômico, no caso do jornalismo parece existir *"... um compromisso com a "verdade" e a "objetividade" que serve de critério para determinar a competência e a respeitabilidade pelos pares"*, o que caracterizaria a busca de manutenção de sua autonomia (Miguel, 2002, p. 7-10). A partir deste momento é esta a percepção de campo e campo jornalístico que utilizaremos no decorrer do trabalho.

⁵ Entendo campo político como o *"espaço social específico, relativamente autônomo, que, nos regimes de democracia parlamentar, tem como implicação específica a conquista dos cargos públicos (administração do Estado) a partir da "chegada ao poder" pela mobilização eleitoral de uma maioria de cidadãos em torno da mesma representação do mundo social."* (Champagne, 1998, p. 20)

Ao longo de sua história, os meios de comunicação vêm se constituindo em um local de discussão do político, de ataque e de resistência aos poderes constituídos. Este papel tem se ampliado na atualidade, em função de algumas modificações, tanto no campo jornalístico, quanto no da político. A difusão da televisão projetou mudanças significativas, a ampliação do público que assiste a emissões políticas, a inclusão de novos representantes de outros campos – acadêmicos, psicanalistas, lingüistas - e os dados oriundos das pesquisas de opinião são exemplos deste novo quadro. Estes fatores amplificam o espaço de interferência dos jornalistas no jogo político. Em contrapartida, o campo político também sofre modificações: a necessidade dos políticos de ampliar seus temas para atingirem um número maior de eleitores e às demandas mais específicas e imediatas dos eleitores/cidadãos. Estes fatores tornam a comunicação, entre políticos e eleitores, fundamental, e o local, por excelência, desta comunicação está na utilização da mídia, tanto para elaborar suas campanhas, como para ampliar sua popularidade e se defender das críticas, em muito, constituídas nos próprios veículos de comunicação. O local da discussão política ou pública parece estar se deslocando das assembléias para a mídia.

Parte-se, neste trabalho, do pressuposto de que a política é um espaço em disputa, no qual várias visões de mundo disputam, entre si, a possibilidade de se constituir como a visão verdadeira, aceita pelo maior número de pessoas. A literatura sobre a relação entre a mídia e a política tem assinalado a primeira, como um local, por excelência, de constituição de representações da sociedade bem como de representação da política. Fatores que colaboram, para esta posição, parecem estar na forma como os representantes desse campo percebem seu papel no processo democrático: são representantes da opinião pública; informadores dos fatos, de maneira neutra e objetiva, e agentes da moralização política ao, através do jornalismo investigativo, denunciar irregularidades nas instituições políticas.

Se este é um quadro geral, no Brasil, a estas questões somam-se a democracia recente, complementada por um quadro econômico e social complexo, sinalizado pela incapacidade do governo, em solucionar graves

problemas sociais e econômicos, e pela disseminação de informações sobre irregularidades no tratamento da coisa pública.

Sem dúvida, os meios de comunicação têm tido um papel significativo no processo democrático brasileiro. A cobertura do Poder Legislativo, instituição fundamental, ao funcionamento da democracia, levada a efeito pela imprensa, é sinal deste papel. Ela tem projetado uma imagem negativa da instituição, o que, por um lado, pode contribuir para o aprimoramento do debate político, ao expor publicamente as irregularidades cometidas pelos parlamentares, por outro, pode ser um fator marcante para a ampliação do distanciamento entre o cidadão e os representantes.

Frente a este quadro, torna-se fundamental buscar responder as seguintes questões: o discurso da grande imprensa, de desqualificação dos parlamentares, tem como conseqüência o questionamento da legitimidade da instituição legislativa e de seus componentes? Esta questão inicial é complementada com outra: este discurso se constitui em uma disputa pelo espaço de representação do público?

A segunda questão necessita de um esclarecimento. Quando se argumenta que pode existir uma disputa de representação entre o discurso jornalístico e o político, não se está afirmando que a mídia busca ocupar o local tradicional da política, colocar-se no local de suas instituições, substituindo-as. Não se pretende aqui afirmar que a imprensa deseja o fechamento do Congresso Nacional, colocando em seu lugar outra instituição. O entendimento aqui é de que a disputa entre discursos é por impor, ao maior número de indivíduos, uma visão de mundo, como a verdadeira. Para se instituir como discurso dominante, é necessário que o mesmo dispute significados com os demais, gere a deslegitimação da visão de mundo do outro discurso.

A hipótese que norteia este trabalho é de que a grande imprensa brasileira constitui um discurso que afeta a legitimidade da instituição Congresso Nacional e que, a partir desta deslegitimação, a imprensa disputa um espaço de representação, de imposição da própria verdade, ao maior número de indivíduos, buscando assim tornar-se o local privilegiado da expressão da palavra pública,

em detrimento do Parlamento. O questionamento da legitimidade ocorre, pela desconstrução do capital político individual e coletivo dos parlamentares, através da divulgação constante de notícias, sobre a ineficiência dos trabalhos parlamentares, e de denúncias sobre irregularidades, morais ou legais, cometidas por congressistas. Além da deslegitimação dos parlamentares, para a mídia se constituir como o emissor do discurso verdadeiro sobre a política, ela necessita apresentar os acontecimentos, como se sua leitura deles fossem os acontecimentos em si e, ao mesmo tempo, se instituir como porta-voz da opinião pública, como sua representante, tanto no momento de expor as demandas e as críticas, quanto na defesa do bem público.

Esta hipótese, geral, abre-se para uma segunda. O discurso da imprensa gera a deslegitimação da visão do mundo da política tradicional, mais especificamente, do Congresso Nacional, como local, por excelência, da representação efetiva da sociedade; assim, retira de seus membros, a autoridade de expressar o que pode ser dito sobre a política, a palavra pública. A idéia é que a imprensa retira esta autoridade dos parlamentares, mas não deixa este espaço vazio, ela o ocupa, se institui como o local legítimo da fala política. A disputa por representação constitui-se, assim, numa disputa de autoridade, de quem tem legitimidade para falar de política ao público. O representado, que a mídia impressa pretende significar, não é dado pelo campo político tradicional. A imprensa tem de nomear o representado, em seu discurso, e o faz através da utilização da noção de opinião pública. Seu representado é o cidadão que, coletivamente, se forma na opinião pública, da qual ela se coloca como porta-voz. Ela necessita criar este representado para poder se instituir como representante.

Para levar a efeito esta discussão, optou-se pela análise do discurso da imprensa, sobre o Congresso Nacional, no período de 1995/8, período correspondente ao primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A seleção deste período está ligada à importância das negociações entre os poderes Executivo e Legislativo, em função da pauta do novo governo, que pretende implementar reformas constitucionais. A aprovação de mudanças na Carta Constitucional exige votos favoráveis de três quintos dos parlamentares, transformando, assim, o Congresso Nacional num local de vital importância

política, para a configuração do modelo que o novo governo pretende estabelecer. O papel central do Parlamento faz com que o mesmo tenha grande visibilidade na imprensa, na qual as ações dos parlamentares e da instituição são noticiadas e criticadas, na cobertura dos jornais, seja através do questionamento da forma de funcionamento da instituição, projetando uma imagem de parlamentares ineficientes, seja através da divulgação de denúncias de irregularidades no tratamento do bem público, a partir das quais a imagem é de congressistas corruptos, interessados apenas em questões pessoais ou paroquiais, em detrimento das questões políticas ou públicas. Estes dois fatores, juntos, levam à constituição de uma imagem negativa, na imprensa, do Poder Legislativo.

Quanto à operacionalização, optou-se como material de análise a imprensa, selecionando os jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. A questão central, para a opção deste tipo de veículo de comunicação, está no fato dos mesmos dedicarem, em suas páginas, espaços diários para a apresentação de sua própria opinião sobre diferentes temas: os editoriais. Os editoriais são materiais fundamentais, quando se busca investigar o discurso dos meios de comunicação, pois ao mesmo tempo que compõem esse discurso, permitem perceber, através da opinião dos editorialistas, a visão de mundo que delineia, tanto o formato da informação a ser publicada, quanto os interesses dos veículos. Numa investigação que busca apreender o discurso jornalístico, o espaço opinativo é fundamental. Além disso, os jornais possibilitam perceber o alinhamento, ou não, entre o editorial e as notícias divulgadas, entre a opinião dos editorialistas e as notícias publicadas em suas páginas. Por fim, há uma razão não menos significativa, por serem os jornais o veículo onde tem sido mais fortemente divulgadas as denúncias de irregularidades, legais ou morais, dos parlamentares⁶.

A própria lógica do campo jornalístico faz com que os jornais se constituam em importante material de análise. Se a televisão tem se constituído em um importante local de informação, pode-se dizer, de pauta da notícia, pois pode cobrir um fato, até mesmo, no momento de seu acontecimento, o jornal,

⁶ Num primeiro momento a opção do material incluía a revista *Veja*, mas em função da mesma não possuir um espaço editorial, optou-se por tratar somente dos dois jornais.

como é uma edição diária, matinal, tende a aprofundar a notícia (dando, por exemplo, mais espaço às declarações dos envolvidos), a fazer mais relações entre acontecimentos, permitindo aflorar a noção de temporalidade (por exemplo, o jornal tende a buscar, no passado, outros acontecimentos similares ou opostos para construir sua narrativa). Quanto à escolha dos dois jornais selecionados, a *Folha* e o *Estado*⁷, a razão principal, para esta escolha, está no fato dos dois se tratarem de veículos de informação de circulação nacional, não estando restritos a algumas regiões do país e, em função disso, possuírem uma significativa cobertura da política nacional, tratando, de forma quase cotidiana, do Poder Legislativo, possibilitando uma quantidade de material significativa, como poderá ser notado nos capítulos que tratam da análise empírica.

É importante destacar que, embora se constate um discurso da imprensa sobre o Congresso Nacional, os jornais apresentam diferenças entre si, afinal, os diferentes veículos disputam mutuamente o mercado de audiência, buscando a ampliação do número de leitores.

Como já foi sinalizado, o objetivo deste trabalho é investigar o discurso da imprensa sobre o Congresso Nacional. Em função disto, é importante destacar algumas noções e apontar a perspectiva que norteia a análise do material empírico selecionado, compreendendo-se, desde já, que não se pretende empreender uma discussão do *estado da arte* da análise de discurso.

Em seu momento inicial, o conceito de discurso é enunciado na lingüística, porém, o mesmo passa a ser apropriado por teóricos sociais. Michel Foucault bem como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe são exemplos significativos de teóricos que passam a pensar o discurso como um fenômeno social. É a partir desses autores que se busca a definição do conceito de discurso.

Foucault, ao tratar das pesquisas que vinha empreendendo sobre os discursos, assinalou que os discursos *"tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como poderia esperar, um puro e*

⁷ A partir deste momento os jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, sempre que nomeados no corpo do texto, com exceção das citações, aparecerão como *Folha* e *Estado*. Trata-se apenas de uma opção funcional e estética.

simples entrecruzamento de coisas e palavras", e acaba por definir o conceito, ao destacar que sua busca é

"não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representação), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever." (1997, p. 56)

Laclau e Mouffe partem do conceito de articulação para definir o discurso.

"We will call articulation any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured totality resulting from the articulatory practice, we will call discourse"(1985, 105)

A partir destas definições, o discurso pode ser pensado enquanto uma operação corporificada socialmente, onde as práticas são entendidas como produção social de sentido. Para Céli Pinto *"O discurso, portanto, nada mais é do que o local onde estas práticas são materializadas na linguagem."* Compreendido desta forma, o estudo do discurso pode ser entendido como *"um estudo das formas que os sujeitos históricos significam suas condições de existência"* (1989: p. 19)

Pinto contribui ainda, ao destacar o efeito de materialidade do discurso, quando se compreende o social, como um conjunto de totalidades discursivas. Em suas palavras:

"o conceito de discurso e de discursividade do social rompe com toda e qualquer dicotomia entre o real e o aparente, entre o material e o pensamento. Se o real só é apreendido através das práticas articulatórias, a essência não existe enquanto tal, mas enquanto prática. Daí decorre que se o material só é apreendido via prática articulatória, o discurso é uma prática material, não havendo possibilidade de constituir-lo como pensamento em contraposição ao real, ao material não-pensado." (Idem, p. 20)

Como exemplo, pode-se imaginar a lua em suas quatro posições - crescente, nova, minguante e cheia. Para um físico, um astrólogo e um pescador, as mudanças na visibilidade da lua projetam significados diferentes. O físico compreende esta transformação, como um fenômeno natural, explicável cientificamente, para o astrólogo, estas mudanças projetam modificações no

comportamento dos seres humanos, para o pescador, elas projetam modificações nas marés.

Outra questão importante, centra-se na relação entre práticas discursivas e práticas não discursivas. Conforme Pinto, Foucault contribui para a compreensão desta relação.

"A determinação de escolhas teóricas que realmente é feita também depende de outra autoridade. Esta autoridade é caracterizada primeiro pela função que o discurso em estudo deve levar a efeito no campo das práticas não-discursivas" (Idem, p. 68)

Na relação entre o discursivo e o não discursivo, dois pontos se destacam: em primeiro lugar, está a relação estreita e necessária entre duas práticas, em outras palavras, entre o discurso e o local onde está sendo enunciado. Para exemplificar, podemos pensar que o discurso jornalístico sobre política não pode existir sem os jornais. Mas é fundamental destacar, como o faz Pinto, que *"Se, por um lado, o discurso necessita de um aparato não discursivo para ser enunciado, por outro ele renova este aparato no seu próprio interior"*. O discurso político jornalístico necessita do jornal e das instituições do campo político tradicional, para ser enunciado, mas, tanto o jornal, quanto as instituições políticas, são transformadas no interior do próprio discurso; em segundo lugar, importa a capacidade da prática discursiva de *"articular, isto é, de significar, de múltiplas formas, uma única prática não-discursiva."* (Idem, p. 24) Por exemplo, imagine-se a seguinte cena: um homem agride, fisicamente, outro. Esta cena, sem maiores detalhes, projeta vários discursos: o discurso da lei, da marginalidade, da violência. Mas, se o homem que agride, é um deputado federal, outros discursos são projetados, por exemplo, da moralidade ou ética na política. Esta cena pode ser mais complexa, se imaginarmos que o agressor é um parlamentar e o agredido, um jornalista, abre-se espaço para o discurso da liberdade de imprensa.

O poder do discurso é outro tópico a ser destacado. Para melhor compreender este poder, pode-se pensar numa situação que envolve dois personagens, um candidato a cargo eletivo e um eleitor. O candidato tem poder sobre o eleitor, se o último modifica seu comportamento, em função da presença

de tal candidato. Ao pensar esta situação, a partir da noção de discurso, duas dimensões se destacam.

O discurso somente exerce poder, por identificação, quer dizer, por uma adesão espontânea, sem a existência de uma sanção negativa. O poder total do discurso ocorre, quando o eleitor modifica seu comportamento, em função do candidato, e o discurso de tal candidato passa a ser o mesmo discurso de tal eleitor. Para que um discurso exerça sua plena capacidade de poder, ele tem de ter *"capacidade de responder a demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos"*, pretendendo dar sentido a sociedade como um todo (Idem, p. 36).

A segunda dimensão, que deve ser levada em conta, é a existência de uma pluridiscursividade, o que faz com que haja uma constante luta entre discursos, que buscam interpelar mais e mais indivíduos. Novos discursos estão sempre surgindo, e se formam, a partir de significados criados nesta pluridiscursividade, eles não surgem do nada, eles redimensionam significados já existentes. Por exemplo, o discurso do senso comum, de que *"todos os políticos são corruptos"*, está presente no discurso político jornalístico, mas aparece resignificado, ao nomear, por exemplo, como centrais, os membros do Poder Legislativo. Embora os discursos sejam sempre provisórios, estes buscam a institucionalização. Conforme Pinto:

"A permanência de um discurso - isto é, sua condição de poder - está altamente relacionada com sua capacidade de por um lado transformar as condições de emergência em condições de existência e por outro construir no seu interior suas próprias condições de existência. Tais operações permitem ao discurso encontrar seu lugar na pluralidade discursiva, em outras palavras, institucionalizar-se". (Idem, p. 39)

Para se institucionalizar, os discursos necessitam recriar, discursivamente, seus locais de enunciação, e construir seus sujeitos de autoridade, em resumo, criar as condições de existência, que permitam responder ao seguinte conjunto de indagações; quem pode falar, o que, para quem, em que lugar?

É fundamental discorrer neste momento sobre o discurso jornalístico, mais especificamente sobre o discurso político jornalístico. O discurso jornalístico tem condições específicas de produção: é produzido para um público externo,

para ser consumido pelo maior número possível de leitores/eleitores, diferente, por exemplo, de um discurso parlamentar, em plenário, ou de um livro produzido na academia. Os textos gerados na imprensa têm a função de interpelar o maior número de pessoas possível. Rosa Fischer, embora esteja tratando de um tema diferenciado - o discurso da mídia sobre a adolescência - consegue expressar, de forma clara, a função dos textos ofertados pelos veículos de comunicação:

"Sua finalidade, aliás, é essa mesma: fazer circular amplamente discursos cuja origem também é difusa, múltipla e às vezes de difícil localização. Porém, mais do que "colocar no ar" uma série de enunciados de várias formações discursivas diferentes - formações que disputam, na sociedade, uma espécie de "hegemonia das significações - a mídia, suponho, constrói, reforça e multiplica enunciados seus, em sintonia ou não com outras instâncias de poder." (1996, p. 123)

Os enunciados sobre adolescência têm origens mais diversas, expressões de autores, de diferentes campos envolvidos, do que aqueles que tratam do Poder Legislativo. De modo geral, as matérias publicados nos jornais sobre a política, têm sua origem em declarações e ações dos próprios políticos, mas a imprensa reforça e modifica os significados.

Céli Pinto aponta algumas características gerais da relação entre o discurso político tradicional e o discurso jornalístico. Em primeiro lugar, destaca a importância da penetração, na imprensa, do discurso político, para sua circulação e recepção na sociedade. No segundo momento, assinala que a imprensa reescreve os discursos políticos, após contatá-los em seus locais tradicionais, através de um processo de seleção, no qual decide quem será citado, os temas que serão manchetes ou se tornarão polêmicos, a imprensa os reescreve e lhes dá circulação.

"Neste encontro, o discurso político perde um razoável grau de autonomia, na medida em que o discurso de ampla circulação é o da imprensa. O discurso dessa forma volta ao campo político redimensionando, obrigando este a reordenar muitas vezes suas próprias prioridades." (1995, p. 68)

Este quadro nos remete, novamente, à questão do poder do discurso. O discurso político jornalístico interfere no campo político, ao reescrevê-lo, gerando modificações no próprio campo político. Por exemplo, a imprensa denuncia alguma irregularidade, legal ou moral, de parlamentares; estes buscam o próprio veículo de comunicação, para se defender, seja através de carta ou de

declaração a jornalistas, com isso a imprensa gera modificações na política, fazendo com que o seu discurso adquira poder.

Este poder do discurso da imprensa fica também caracterizado no terceiro ponto, destacado por Pinto, que diz:

"O discurso político enunciado nos locais tradicionais passa a conter, por consequência, na sua própria construção, os elementos necessários que, na avaliação de seus enunciadores, geram o fato jornalístico" (Idem, p. 68)

A busca de maior visibilidade na imprensa, por parte dos políticos, é um dado concreto, seja através de declarações polêmicas, seja através da contratação de assessores de imprensa, para auxiliá-los, seja ao trazer, para o campo político, discussões que a imprensa constitui como importantes.

Por fim, a quarta característica apontada pela autora diz respeito ao grau de liberdade que a imprensa tem, na construção de seu próprio discurso, nos espaços de editoriais e colunas de opinião. Estes são os locais, por excelência, onde a imprensa expõe sua visão de mundo.

Se o discurso político, do campo tradicional, é entendido como "*aquele que reivindica o poder público (o Estado) através da construção de uma visão de mundo que se apresenta como a visão dos interesses gerais da sociedade*", (Pinto, 1989, p. 51), sua característica central é ser um discurso polêmico.

O regime de verdade deste discurso se institui, através da desconstrução do regime de verdade do discurso do outro. Levando em consideração que o discurso da imprensa, sobre a política, acaba por reescrever este discurso político e, ao lhe dar ampla circularidade, leva a modificações no próprio campo da política, pode-se inferir, como o faz Pinto, que "*Na verdade, o discurso jornalístico reordena o sentido da polêmica do discurso político tradicional.*" (1995, p. 68)

Esta reordenação da polêmica se dá na forma como a imprensa se coloca, como uma "*terceira força na construção da polêmica, apresentando-se como apartidária e com pretensão à informação verdadeira*" (Idem, p. 68/9). No caso específico do Congresso Nacional, a imprensa reordena a polêmica, ao apresentar uma imagem negativa da instituição e de seus componentes. A polêmica é reescrita no discurso da imprensa, quando esta lhe dá um novo

sentido, ao colocar-se na posição de sociedade ou de porta-voz da opinião pública, contrapondo um discurso de interesse da nação, com o discurso de interesses individuais ou paroquiais dos representantes, e utiliza, para construção da polêmica, ações ou declarações dos próprios políticos, negando ou contrapondo-se ao que foi declarado por estes.

Assim, como aponta Fischer:

"É possível imaginar que a mídia funciona, em nossa época, como uma espécie de lugar de superposição de "verdades", justamente por ter-se transformado em local privilegiado de produção, veiculação e circulação de enunciados de múltiplas fontes, sejam eles diretamente criados a partir de outras formações, sejam eles gerados nos próprios meios" (1996, p. 123)

Parte-se, assim, da premissa de que a imprensa reescreve o discurso da política tradicional, buscando constituir seu discurso, como o discurso da verdade sobre a política. Este pressuposto é possível, ao compreender a verdade, como algo produzido neste mundo, conforme o entendimento de Foucault.

"Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro." (1992, p. 12)

A partir destas noções, na busca de aprender o discurso da imprensa sobre o Congresso Nacional, optou-se, na construção do corpo discursivo a ser analisado, por deixar o material falar, apresentar suas notícias, seus relatos, suas histórias dos acontecimentos. Assim, partiu-se das palavras-chaves- congresso e deputado- para buscar as notícias nos jornais. A *Folha* revelou 5.789 matérias, o *Estado* apresentou um número menor, 3.430 matérias. A diferença nos números de matérias demonstra um interesse maior, na cobertura do Congresso Nacional, do jornal *Folha*. Esta diferença se reflete nos capítulos que se dedicam à análise empírica, mas não de forma a afetar a análise, pois, quando o Congresso Nacional, ou seus membros, é o centro das notícias, mesmo que seja uma denúncia de irregularidade, envolvendo parlamentares, apresentada por um dos jornais, o outro não fica ileso à notícia, tem de tratar do tema.

A estratégia de seleção do material de análise está ligada ao tipo de informação procurada, ao sistema de triagem a que foi submetido o material. Num primeiro momento, foram selecionados todos os textos que fizessem referência às palavras: Congresso e deputado. A amplitude do material levou a um segundo passo: dividir o conjunto de textos publicados, por temas, mas não temas aleatórios ou pré concebidos, pelo pesquisador, e sim aqueles temas em que a instituição Congresso Nacional tem papel central, dados pelo próprio material. O Congresso é central, principalmente, nos momentos das negociações para mudanças na Carta Constitucional, tanto na discussão, negociação e votação da emenda, que permite a reeleição, para os cargos executivos federal, estadual e municipal, quanto nas discussões das reformas previdenciária e administrativa. A elaboração e votação do Orçamento-Geral da União também é um tema no qual o Congresso Nacional torna-se notícia nas páginas dos jornais. As convocações extraordinárias tornam o Congresso a pauta dos jornais, em função dos custos dos trabalhos extras, ao erário público, soma-se a isso a questão do quorum. As ausências dos parlamentares, ao trabalho legislativo, também é notícia durante os períodos de trabalhos ordinários. Por fim, as denúncias de irregularidades, envolvendo parlamentares ou as Casas Parlamentares, são constantes durante este período de quatro anos, que corresponde a um mandato, junto a estas, em uma correspondência crescente, os jornais dedicam espaço à discussão da reforma política. A partir da estipulação dos temas gerais, optou-se por trabalhar os momentos em que as ações dos parlamentares são questionadas, pelos jornalistas, compondo a imagem negativa da instituição. Buscou-se assim um cruzamento entre os temas mais importantes e as críticas dos jornais ao Congresso Nacional.

Optou-se por não restringir a coleta do material aos editoriais, embora os mesmos tenham centralidade, mas, além destes, incluir as colunas de opinião, as colunas diárias de pequenos recortes, tratando basicamente dos acontecimentos de Brasília (caso da seção Painel/ Tiroteio da *Folha* e Jogo Rápido do *Estado*) e dos noticiários políticos ⁸. A razão desta escolha está no fato de crer que, ao tentar resgatar o discurso da imprensa, é necessária a investigação do conjunto de seu material, que faz referência ao objeto de análise, pois a construção da

posição do jornal, exposta no editorial, está alicerçada no noticiário cotidiano e/ou diário.

Em termos gerais, o discurso da imprensa é inquirido, buscando resgatar as estratégias utilizadas, pela imprensa, para noticiar e comentar os acontecimentos: como os congressistas são qualificados pelos jornalistas; quais as ações dos parlamentares, que possibilitam, aos jornalistas, utilizarem estes qualificativos; quem são os nomeados nestas ações; quais as similaridades e diferenças entre os jornais, no tratamento da matéria; como os leitores, através do espaço de publicação de cartas, reagem às notícias divulgadas; como os jornais utilizam a noção de opinião pública (em que momento, referindo-se a quem); como os parlamentares reagem a estas críticas e às denúncias de irregularidades; enfim, quais as relações que são possíveis de se estabelecer. Buscou-se estas questões centrais em cada um dos temas selecionados para a investigação.

Mas os temas permitem discorrer sobre questões específicas. A diferenciação de tratamento dado, pelos jornais, ao Executivo e Legislativo, é central na investigação das negociações que antecedem a votação da reeleição bem como no momento da denúncia de compra de votos. Quando o tema é reforma da Previdência, algumas estratégias dos jornais se destacam, como a construção de um contraponto entre os privilegiados e o cidadão comum, e o conflito entre imprensa e Congresso Nacional, levando à discussão da lei de imprensa. No tema reforma administrativa, o contraponto entre privilegiados e trabalhadores aparece novamente. A noção de opinião pública e a crise internacional são fatores de pressão dos jornais para que ocorra a votação. Quanto à falta de quorum e às convocações extraordinárias, a publicação de um caderno especial, na *Folha*, chamado *Olho no Congresso*, permite algumas digressões sobre a percepção da imprensa de seu papel na sociedade. O Orçamento-Geral da União, tema do capítulo VI, aponta para a questão da temporalidade do discurso de desqualificação dos parlamentares, ligando esta discussão com o escândalo dos "anões do orçamento". Por fim, as denúncias de irregularidades, envolvendo parlamentares e a instituição, permitem uma relação

⁸ Na *Folha* estão sob editoria Brasil e no *Estado* sob editoria Política.

entre os escândalos políticos e a reforma política, possibilitando compreender a concepção de reforma desejada, pelos jornais bem como a percepção da construção, feita pelos jornais, de um caso de editoria cidades ou cotidiano, num caso de editoria política

Sendo assim, o trabalho está disposto da seguinte forma:.

No primeiro capítulo, há uma exposição da discussão teórica, a qual dá fundamento, através de conceitos e noções, à posterior análise do material. São apontados estudos sobre as modificações do modelo democrático representativo, centrado o interesse, particularmente, na importância dos meios de comunicação nas mudanças do modelo de representação. Esta explanação evolui para uma centralidade nos estudos sobre a interferência do campo jornalístico no campo da política, destacando as noções de neutralidade e opinião pública. Num segundo momento, o enfoque passa a ser esta interferência no cenário político brasileiro, apontando estudos que buscam discutir a imagem negativa do Congresso Nacional, na imprensa, basicamente, através das noções de eficiência e legitimidade.

Os demais capítulos tratam de análises sobre o material empírico, sendo que os três capítulos subsequentes têm como tema as reformas da Carta Constitucional.

O capítulo II trata da votação da emenda da reeleição. Está dividido em dois momentos. No primeiro momento, a centralidade está nas negociações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, para a votação em primeiro turno, na emenda que permite a reeleição, para os cargos executivos nacional, estadual e municipal, destacando-se as notícias que projetam a possibilidade da negociação se tornar um *balcão de negócios* e na exposição dos responsáveis pela barganha. No segundo, a atenção desloca-se para a denúncia de compra/venda de votos, por parte de deputados federais, no momento da votação da emenda. O tratamento dado pelos jornais a cada um dos envolvidos - o Executivo e o Legislativo - norteia o texto. O reflexo das notícias nas cartas dos leitores encerra esta investigação.

O capítulo III tem como tema a Reforma da Previdência. Recebem destaques as notícias, colunas de opinião e editoriais, sobre a discussão que se

desenvolve no Congresso, tratando da aposentadoria especial dos parlamentares; as denúncias da imprensa a respeito de práticas fisiológicas nas negociações, para votação da reforma, e sua repercussão nas cartas dos leitores; a polêmica da lei de imprensa, apontando um conflito entre a Câmara de Deputados e os jornais, encerra o capítulo.

As negociações para a Reforma Administrativa compõem o tema do capítulo IV. As negociações para votação da proposta de implantação de um teto salarial máximo, para o funcionalismo público, as exceções à regra, beneficiando os parlamentares, e o reflexo disto nas cartas dos leitores, é o primeiro ponto trabalhado. O fim da estabilidade de emprego dos servidores públicos é o segundo tema tratado. Em função do mesmo ser objeto de polêmica, nos dois turnos de votação, tornou-se necessário subdividir o assunto em três momentos: os temas polêmicos; as negociações para votação e a crise externa. No segundo tema, as cartas dos leitores são analisadas.

Os demais capítulos tratam de temas recorrentes na imprensa, em sua cobertura cotidiana do Poder Legislativo, ou seja: faltas, custos e escândalos.

O capítulo V tem como tema a (in)freqüência dos parlamentares e os custos das convocações extraordinárias. O primeiro ponto analisado é a convocação extraordinária, tratando da falta de quorum nas sessões extraordinárias, dos custos adicionais aos cofres públicos, do desgaste de imagem e da reação a este, por parte da instituição, esta sessão finaliza com a análise das cartas dos leitores. O segundo aspecto analisa a polêmica da falta de quorum nas sessões ordinárias, a reação do Congresso à crítica, a posição dos jornais sobre as faltas e as cartas dos leitores. O último ponto analisa o caderno *Olho no Congresso*, caderno especial, publicado pela Folha de São Paulo, que apresenta uma avaliação da atuação e da freqüência dos parlamentares. A repercussão do caderno é averiguada nas cartas dos leitores e de parlamentares.

A votação do orçamento geral de União, no ano de 1996, é tema do capítulo VI, que se subdivide em duas seções: a polêmica das emendas individuais, que os parlamentares podem apresentar, ao orçamento, e o novo escândalo do orçamento, envolvendo um deputado federal, o caso Abrão.

O capítulo VII trata da relação entre os escândalos, envolvendo parlamentares, e a reforma política. Através da descrição das denúncias de irregularidades, envolvendo parlamentares ou a instituição, sejam elas morais ou legais, busca-se a relação entre os escândalos e a reforma política. Passa-se, então, a discorrer sobre dois casos específicos: O caso Brígido, denúncia de falta de decoro parlamentar, e o caso Naya, a irregularidade cometida pelo parlamentar é externa ao Congresso Nacional, mas tem reflexos internos, levando à cassação de seu mandato. Em relação a este caso, são trabalhadas também as manifestações dos leitores, através das cartas.

Por fim, a conclusão.

I. O espaço da mídia na política

“La forme du gouvernement représentatif qui émerge aujourd’hui se caractérise par l’apparition d’un nouveau protagoniste de la délibération publique, l’électeur flottant et informé, et d’un nouveau forum de cette délibération, les médias” (Manin, 1995, p. 299).

“O aparecimento, o desenvolvimento e, sobretudo, a difusão dos novos meios modernos de comunicação... implicaram um deslocamento progressivo do centro de gravidade do espaço político que passou das assembleias parlamentares para a mídia” (Champagne, 1998, p. 139).

A relação entre mídia e política é destacada pelos dois autores acima citados. Para Manin, a mídia se constitui no novo fórum de deliberação pública, enquanto, para Champagne, há um processo progressivo, no qual a mídia vem se constituindo no centro de gravidade do espaço político, em detrimento das assembleias. Embora partam de análises diferenciadas, os dois estudiosos apontam para um quadro similar: a percepção do papel destacado dos meios de comunicação na conformação da política na atualidade. É esta relação entre a mídia e a política, esta ampliação do campo de atuação dos meios de comunicação, na política, que se busca resgatar neste capítulo. Assim posto, o objetivo proposto neste momento do trabalho é abordar a literatura que analisa a relação entre mídia e política, buscando subsídios, que permitam a investigação do discurso da mídia impressa brasileira sobre o Poder Legislativo.

O capítulo se divide em duas partes. Na primeira, a centralidade está nos estudos desenvolvidos pelos dois autores citados - Bernard Manin e Patrick Champagne. A proposta é, a partir destes estudos, discorrer sobre a ampliação do espaço de interferência ou influência da mídia no campo político. Em primeiro lugar, será descrito o estudo de Manin, que busca explicar o que chama de *metamorfoses* do governo representativo, constituindo uma tipologia, que divide o governo representativo em três momentos: parlamentarismo, democracia dos partidos e democracia do público. A democracia do público terá centralidade, não apenas em função de ser o modelo vigente na atualidade, mas em razão da importância que o autor dá aos meios de comunicação no formato deste modelo. Ao elaborar as tipologias do modelo representativo, Manin acaba por discutir a

questão da crise de representação, e, na medida em que for relevante para este trabalho, esta discussão será incorporada. Champagne, ao analisar uma manifestação de agricultores na França, contribui para a discussão da relação entre mídia e política, principalmente, ao trabalhar com a noção de poder. Na discussão do poder da mídia, duas outras noções se destacam na investigação do autor: a neutralidade e a opinião pública (as duas noções também recebem destaque na obra de Manin). Na medida em que forem comentados os conceitos destes autores, outros estudos, que possam contribuir para a proposta deste trabalho, serão mencionados.

A segunda parte deste capítulo remete à discussão da relação entre mídia e política para o cenário brasileiro. Neste momento, a proposta é comentar a literatura brasileira, que trata do objeto desta tese, quer dizer, comentar os estudos que tratam da relação entre imprensa e o Poder Legislativo. Duas noções se destacam como noções ligadas à imagem do Congresso nacional: eficiência e moralidade. A noção de (in)eficiência será debatida a partir de estudos sobre o funcionamento da instituição parlamentar. A noção de (i)moralidade será enfocada através de estudos que tratam de denúncias de irregularidades ou escândalos políticos. Estas duas noções servem de foco para discutir a imagem negativa do Congresso Nacional divulgada pela imprensa em sua cobertura da instituição.

1.1. A relação mídia e política

Manin (1996), na obra *Principes du Gouvernement Représentatif*, elabora uma arqueologia do governo representativo, dividindo-o em três momentos: Parlamentarismo; Democracia dos partidos e Democracia do público. Através da análise de cada um destes momentos, contribui não somente para a discussão das transformações sofridas pelo modelo ao longo de sua constituição, mas também com informações sobre o papel exercido pelos meios de comunicação para o (re)desenho da representação.

1. No *Parlamentarismo*, segundo o autor, a escolha do representante estava relacionada à confiança e aos vínculos locais do candidato, sendo que os eleitos eram sempre os notáveis. O deputado eleito votava na assembléia conforme sua consciência. Não existia uma relação direta entre a opinião pública e a expressão eleitoral. As discussões entre os representantes estavam restritas ao parlamento. Este modelo se esgota a partir da ampliação do corpo eleitoral e de um vasto número de cidadãos, que passam a ter o direito do voto.

2. A *Democracia dos partidos* está vinculada ao nascimento dos partidos de massa e à ampliação do números de eleitores. Estes dois fenômenos geram modificações no governo representativo: a fidelidade partidária e a expressão de pertencimento a uma classe entram em foco quando ocorre a escolha dos candidatos. O representante eleito deixa de ser o notável local, para ser o militante, o *homem do partido*. Ghiglione e Bromberg salientam que, na democracia dos partidos, “*ce qui change, c’est l’objet de la confiance. Elle ne s’adresse plus à une personnalité, mais à un parti*” (1998, p. 16). Segundo os autores esta confiança não se cristaliza em função de uma promessa eleitoral do candidato, mas em um sentimento de pertencimento e de identificação. O que permanece similar é que, como ocorria no Parlamentarismo, o eleitor não conhece o projeto do partido, vota em função de uma crença.

A votação do representante eleito, neste período, está vinculada ao programa do partido. Existe uma coincidência entre a opinião pública e a expressão eleitoral, já que o representante tem de pensar na reeleição e assim levar em consideração a opinião dos eleitos bem como da oposição. A discussão não se restringe somente ao parlamento, ocorrendo também dentro dos partidos e entre eles.

As razões que levam a uma nova metamorfose do modelo, não estão claramente delimitadas. Segundo Ghiglione e Bromberg, os fatores são: a erosão da clivagem direita/esquerda¹, os efeitos do sufrágio universal; a mudança de atitudes e comportamentos dos eleitores; o papel das mídias e, principalmente, da televisão. O contraste entre os ideais democráticos - não cumpridos - e a

1 Os autores apresentam uma longa discussão sobre a homogeneização das ofertas políticas pela direita e esquerda (Ghiglione, Bromberg, 1998).

democracia real é, para Norberto Bobbio (1986), o motivo da transformação pela qual está passando a democracia representativa. Paul Hirst sugere que o problema está na identificação entre democracia representativa e governo do povo, o que para ele não passa de uma *“falha típica do vocabulário democrático corrente em nossos”* (1992, p. 32). Juan Medina sustenta que os fenômenos atuais aparecem menos como marcas de uma crise do modelo, do que como *“(…) desplazamientos y reacomodo en una combinación de elementos presentes desde los orígenes de la democracia moderna”* (1998, p. 128)². Como se observa, existe um consenso entre os diversos autores, de que ocorre uma transformação no modelo democrático representativo.

A argumentação de Manin é de que há uma simetria entre o que está ocorrendo neste momento e o período de passagem do Parlamentarismo, para a Democracia dos partidos, *“hoje, como então, a idéia de uma crise de representação é um tema usual, o que nos leva a crer que estamos diante de uma crise é muito menos da representação como tal do que de uma forma particular de governo representativo”* (1995, p. 7). Concluindo, o autor sugere que o que está em declínio *“são as relações de identificação entre representantes e representados e a determinação da política pública por parte do eleitorado”* (Idem, p. 7). São estas modificações no próprio campo político que geram uma nova metamorfose do modelo de governo representativo, constituindo o novo tipo-ideal, elaborado por Manin, denominado *democracia do público*.

3. Na *democracia do público*, a escolha do representante está vinculada à pessoa do candidato, à confiabilidade que o eleitor tem em determinado candidato, na resposta aos termos colocados para a escolha (os temas apresentados nas campanhas) e na presença do comunicador. Nas palavras do autor:

“À présent, la stratégie électorale des candidats et des parties repose sur la construction d’images assez vagues, dans lesquelles la personnalité des leaders occupe une place prééminente, plutôt que sur la promesse de politiques déterminées. Enfin, le personnel politique est maintenant principalement constitué ou environné d’individus appartenant à des cercles particuliers, distincts du reste de la population par leur profession, leur culture et leur mode de vie. La scène publique est dominée par un ensemble de journalistes, d’experts en communication et de spécialistes

2 Para Medina não é a noção de representação que define os regimes políticos modernos, mas as eleições livres e competitivas (Idem, p. 128/9).

des sondages dans lequel on a peine à voir un reflet représentatif de la société. Les hommes politiques parviennent au pouvoir en raison de leurs talents médiatiques, non parce qu'ils sont socialement semblables à leurs électeurs ou proches d'eux. L'écart semble s'accroître entre le gouvernement et la société, entre les représentants et les représentés" (Manin, 1996, p. 249).

Segundo o autor, o que importa na escolha dos candidatos é muito mais a pessoa do candidato, do que o partido ao qual pertence ou o programa de governo. O argumento de Manin é de que as imagens determinam a escolha dos líderes, o candidato tem de ser um *expert* em comunicação, tem de se apresentar bem na mídia. Para ele, as razões que levam a esta personalização estão ligadas às novas condições em que estes governantes exercem sua atividade: têm de tratar de domínios muito mais amplos, os problemas que discutem e sobre os quais legislam se modificaram bem como os interesses dos eleitores. Santos esclarece esta questão:

"À medida que o processo de divisão social do trabalho avança, especializam-se, como é natural, os interesses. Isso significa dizer que alguém capaz de representar, digamos, eletricitistas e carpinteiros, ou proprietários de terras e exportadores, deixa de poder fazê-lo na extensão em que, ao se diferenciar, esses interesses tornam-se potencialmente e, às vezes, de fato conflitivos. Quando os interesses se fracionam surge a necessidade dos candidatos expressarem espectro cada vez mais amplo do eleitorado. Assim, enquanto os candidatos buscam representar número cada vez maior de interesses, garantindo o mínimo de votos legalmente exigidos, os grupos de interesse exigem defesa cada vez mais específica, singular e excludente" (1998, p. 159).

Os partidos políticos também não saem ilesos deste novo quadro. Embora sejam o espaço institucional, por excelência, da disputa política na representação, elaboram mudanças significativas, pois "*sus referentes sociales; su grupo de referencia anterior (la classe obrera, los católicos o los francoparlantes) se va esfumando ante sus ojos obligándolo a buscar apoyos de todo el mundo.*" (Medina, 1998, p. 138).

Venício Lima contribui para a compreensão do espaço da mídia na política, ao destacar esta como "*principal mediadora e construtora dos cenários de representação da realidade pública*", e que, em função desse papel, "*redefine a própria natureza da Política e desloca, para o seu território, o espaço por excelência da disputa do poder.*" (2001, p. 191). Além disso, o autor salienta efeitos que este deslocamento projeta no sistema político institucional,

particularmente, nos partidos políticos, ao afirmar que *"a crescente ocupação de todos esses espaços institucionais pela mídia tem sido apontada como uma das causas da crise generalizada dos partidos em diferentes sistemas políticos"* (Idem, p. 196). Para o autor, a mídia desempenha funções que antes eram atribuídas aos partidos políticos, como:

"definir a *agenda* dos temas relevantes para a discussão na esfera pública; gerar e transmitir informações políticas; fiscalizar a ação das administrações públicas; exercer a crítica das políticas públicas e canalizar as demandas de parcelas expressivas da população junto ao governo" (Idem, p. 196).

Estas funções levam, nas campanhas eleitorais, à substituição dos partidos políticos, pela mídia, que passa a ser a principal mediadora entre os candidatos e os eleitores, e completa destacando que:

"... atribui-se à preferência da mídia pela cobertura jornalística dos candidatos - e não dos partidos - uma crescente "personalização" da Política e do processo político que passa, então, a ser construído como uma disputa entre pessoas e não entre propostas políticas alternativas. A mídia também se constitui, ela própria, em importante ator político interferindo de forma crescente no processo político e, particularmente, na definição das políticas públicas do seu próprio setor, nacional e internacionalmente" (Idem, p. 196/7).

Para Lima, este novo papel desempenhado pela mídia apresenta reflexos, tanto no poder de representação dos partidos, ao absorver funções, como na personalização do processo político nas campanhas eleitorais.

Retomando a perspectiva da Manin, a ampliação do número de eleitores, a fragmentação de interesses destes vastos contingentes populacionais, os diferentes sujeitos, que têm de ser atingidos pelo discurso dos candidatos, o grande leque de temas que têm de ser debatidos nos pleitos eleitorais, entre outros fatores, levam os partidos políticos à construção de programas e plataformas muito amplos e impossíveis de serem cumpridos, projetando a frustração nos eleitores e a busca de outros locais de expressão de reivindicações e/ou interesses. Em razão desta distância entre os interesses, Manin afirma não existir coincidência entre as expressões eleitorais e aquelas não eleitorais da opinião, diferentemente do que ocorria na democracia dos partidos. A multiplicidade de fatores que estão em jogo levam a uma variação do comportamento eleitoral, tanto na postura do candidato, quanto na do eleitor.

Tantos são os temas que os candidatos apresentam que *“les électeurs semblent répondre aux termes du choix offert par les hommes politiques, plutôt qu’exprimer leur identité sociale ou culturelle”* (1995, p. 284). Na Democracia do público, o eleitorado aparece como um público que apenas reage ao que é exposto na cena política, particularmente, através de imagens apresentadas na mídia.

Dois pontos, tratados por Manin, são fundamentais para esta discussão: as pesquisas de opinião e a neutralidade relativa das mídias. O autor valoriza as sondagens de opinião pois *“opèrent selon la structure formelle qui été considérée comme caractéristique de cette nouvelle forme du gouvernement représentatif: la scène et le public, l’initiative et la réaction”* (Idem, p. 296). Para ele, o eleitorado aparece novamente como um público que reage a uma dada iniciativa política, pois este tipo de opinião não é uma expressão espontânea da opinião popular, já que as questões propostas são anteriormente elaboradas, os entrevistados apenas tem de responder³.

Outra característica da democracia do público é de que os canais (jornal, televisão, rádio e institutos de sondagem), onde se forma a opinião pública⁴, são relativamente *neutros*, no sentido de não estarem diretamente ligados a partidos políticos em competição, embora possam apresentar preferências políticas. A neutralidade relativa das mídias na democracia do público é um contraponto à falta de neutralidade na democracia dos partidos, onde os meios de informação estavam atrelados aos partidos, como acontecia na França, onde jornais expunham posições ideológicas bem definidas. Ele argumenta que atualmente isto não acontece, pois as informações são veiculadas pelos diferentes meios, de forma homogênea, não existindo uma diferença gritante entre o que é noticiado em um ou outro veículo⁵.

Esta relativa neutralidade da mídia, projetando a homogeneidade na divulgação de informações, propicia um novo elemento: embora os indivíduos

3 Além do que baixam os custos da expressão política pelos indivíduos, dão voz aos cidadãos pouco engajados, “apáticos” e esta opinião não se manifesta somente em circunstâncias importantes, mas no cotidiano.

4 Quando Manin se refere à opinião pública está falando de manifestações, petições e da nova forma de expressão que é a sondagem de opinião.

⁵ Esta discussão remete a o que Bourdieu denomina de uniformidade da oferta. Segundo o autor, a concorrência e a lógica de mercado que são características expressivas do campo jornalístico,

formem opiniões divergentes sobre os objetos políticos, estas opiniões são construídas sobre objetos identicamente apresentados a todos, e são percebidas de forma relativamente homogênea. Isso permite que a identificação entre eleitor e candidato se forme a partir de preferências sobre os objetos e não a partir de preferências partidárias. Em função da amplitude do número de eleitores e de temas, os representantes ou candidatos têm que debater a público, constituindo, desse modo, um novo local para a apresentação dos políticos e para o debate: as mídias. Assim, as assembleias deixam de ser o local, por excelência, da discussão do político, e passam a dividir este espaço com as mídias.

Sem dúvida, a arqueologia do modelo representativo de governo, elaborada por Manin, sugere uma série de novos elementos, para serem considerados, quando se tenta entender a representação e, o que aqui interessa, particularmente, o espaço ocupado pela mídia nas modificações deste modelo. Se Manin deixa entrever que algumas das transformações que o campo político⁶ e o modelo representativo vêm sofrendo nas últimas décadas estão ligadas à interferência do campo jornalístico, Patrick Champagne permite o aprofundamento do entendimento do espaço do campo jornalístico e de seus atores.

Em seu livro *Fazer a Opinião: o novo jogo político*, Champagne (1998) discute o papel determinante da mídia na política. Sua posição é similar àquela manifestada por Manin. Se o último vê a mídia como o novo fórum de deliberação pública, Champagne afirma que:

“O aparecimento, o desenvolvimento e, sobretudo, a difusão dos novos meios modernos de comunicação (...) implicaram um deslocamento progressivo do centro de gravidade do espaço político que passou das assembleias parlamentares para a mídia” (1998, p. 139).

Para os dois autores, a mídia tem centralidade no formato do atual modelo democrático representativo, mas enquanto Manin sinaliza sua importância na *metamorfose* do modelo, Champagne parece ir além, ao sugerir a esta um papel ativo na política. Para levar a cabo esta discussão, dois conceitos apresentados por Champagne são fundamentais.

levam à homogeneidade do campo, pois trabalham com as mesmas fontes, as mesmas restrições, as mesmas pesquisas de opinião, os mesmos anunciantes (1997, p. 30/31).

⁶ Os conceitos de campo, campo político e campo jornalístico já foram definidos na introdução deste trabalho. É no sentido naquele momento apresentado que os mesmos são utilizados aqui.

O primeiro deles é o conceito de política. Segundo o autor, a política é...

“antes uma luta simbólica na qual cada ator político procura monopolizar a palavra pública ou, pelo menos, fazer triunfar sua visão de mundo e impô-la como visão correta ou verdadeira ao maior número possível daqueles que são, econômica e, sobretudo, culturalmente, desfavorecidos” (Champagne, 1998, p. 23/4)⁷.

O entendimento da política como luta simbólica, na qual está em contenda o monopólio da palavra pública ou a imposição de uma "verdade", abre a possibilidade de pensar que os competidores, que disputem este espaço simbólico, não sejam somente aqueles vindos do campo político tradicional - candidatos, representantes - mas que possam ser oriundos de outros locais, de outros campos, que lhe fazem fronteiras e disputam espaços de representação. É possível supor que nesta luta, por fazer triunfar uma determinada visão de mundo como correta ou verdadeira, uma determinada verdade sobre a política, os competidores possam ser oriundos também do campo jornalístico.

Nesta lógica, é fundamental compreender, como o faz Bourdieu, que

“Une des transformations les plus importantes de la politique depuis une vingtaine d'années est liée au fait que des agents qui pouvaient se considérer ou être considérés comme des spectateurs du champ politique, sont devenus des agents em première personne. Je veux parler des journalistes et en particulier des journalistes de télévision et aussi des spécialistes des sondages” (2000, p. 61).

Na perspectiva do autor, os jornalistas não têm sua importância centrada apenas no fato de ter e/ou possibilitar o acesso ao *espaço público*, à discussão pública, mas de produzir efeitos, de transformar o estado de outro campo. Desta forma, interferem no campo político, modificando sua estrutura, suas regras de funcionamento, afetam sua autonomia.

Champagne traz um elemento complementar, para demarcar a importância da mídia na política atual, e faz isto através da definição do poder da primeira, que é:

“o poder dos que têm um interesse em acreditar e fazer acreditar no poder da mídia, entre os quais se encontram em primeiro lugar, os que

⁷ Bourdieu apresenta um conceito próximo, para ele: “la politique est une lutte pour des idées mais pour un type d'idées tout à fait particulier, à savoir les idées-forces, des idées qui donnent de la force en fonctionnant comme force de mobilisation. Si le principe de division que je propose est reconnu de tous, si mon nomos devient le nomos universel, si tout le monde voit le monde comme je le vois, j'aurais alors derrière moi toute la force des gens qui partagent ma vision” (2000, p. 63).

participam do poder da mídia. A força dessa crença coletiva na eficácia da mídia e os efeitos bem reais que ela produz na maior parte dos atores do campo político-jornalístico deixam-se ver na maioria das ações políticas explicitamente dirigidas para a mídia" (1998, p. 148).

O poder da mídia está na construção da crença coletiva de sua eficácia. E esta crença parece estar ligada a dois elementos fundamentais, para sua interferência no político, que são: a opinião pública e a neutralidade.

Ao tratar da opinião pública, Champagne logo chama atenção para a imprecisão da noção, ao afirmar que "*o que existe é somente um conjunto, mais ou menos diferenciado, de agentes em luta que procuram impor seu conceito (em geral, de forma interessada) de 'opinião pública'*" (1995, p. 81). Após longa discussão sobre os diversos significados que o conceito assumiu em diferentes momentos históricos⁸, demonstra a preocupação de que o mesmo vem se ligando às sondagens de opinião e, particularmente, à crença construída socialmente na veracidade destas pesquisas⁹, muito em função do respaldo que estas vêm tendo do campo científico, pelo que denomina de "*transferência ilegítima de autoridade científica*"¹⁰ (Idem, p. 22). Champagne, como outros autores, está temeroso do caráter democrático que tem sido dado às pesquisas: segundo seus idealizadores, elas expressariam a vontade popular, pois todos os cidadãos têm direito a uma opinião, sendo que as sondagens seriam a forma democrática de expressá-las. O problema das sondagens de opinião situa-se, conforme o autor, no fato de que o que dá valor às respostas e o que determina as amostras não é um critério técnico (selecionar quem tem opinião), mas um princípio político (para ser válida, todos os cidadãos têm de se pronunciar) ligado ao sufrágio universal¹¹.

⁸ Champagne dedica um capítulo para fazer a *gênese social da "opinião pública"*. Outras interessantes discussões sobre o conceito de opinião pública e o papel das sondagens de opinião podem ser vistas em Landowski (1992) e Noelle-Neumann (1995) e Besson (1995).

⁹ Para o autor a crença nas pesquisas de opinião está sendo construída do mesmo modo como as manifestações de rua se constituíram socialmente como a forma de expressão da opinião pública ao longo do século XIX.

¹⁰ O campo científico esta contribuindo com avançadas técnicas de cálculo de amostras para a elaboração de pesquisas e através da discussão dos resultados das mesmas nos meios de comunicação. Esta discussão não é nova, pode ser vista no artigo *A opinião pública não existe* de Pierre Bourdieu (1985).

¹¹ No texto *Pesquisas de opinião e cenário de representação da política*, Jorge Almeida apresenta um importante levantamento da literatura que trata de opinião pública, principalmente na discussão das sondagens de opinião, relacionado esta noção com o conceito de cenário de representação da política: Trabalho apresentado no GT Mídia e Política - COMPÓS - 2001.

Se a opinião pública há muito é um referencial para os políticos, a cientificidade das pesquisas bem como sua disseminação – a todo momento os políticos são submetidos a índices de popularidade, a verdadeiros plebiscitos políticos -, deram maior centralidade a este conceito e mais poder aos seus porta-vozes, os quais acabam por *“reafirmar o poder próprio da imprensa em face do poder político ao procurarem desestabilizar seus agentes”* (Idem, p. 135).

A desestabilização dos agentes relaciona-se às modificações na forma de aquisição de capital político. A noção de capital político é fundamental e, por isso, deve ser definida. Para Bourdieu *“le capital politique est donc une espèce de capital réputationnel, un capital symbolique lié à la manière d’être perçu”* (Bourdieu, 2000, p. 65). A percepção do capital político, como um capital reputacional, fica clara na definição de Champagne:

“o capital político específico que os políticos devem acumular, ao mesmo tempo de forma individual e coletiva, é um capital simbólico feito de crédito e confiança, isto é, uma combinação de crença em sua competência e moralidade” (1998, p. 29).

Luis Miguel corrobora com esta questão, ao afirmar que *“a influência mais evidente dos meios de comunicação sobre o campo político está na formação do capital político”* (2001, p. 9). Esta influência se deve ao fato da visibilidade na mídia estar se constituindo em fator fundamental para a ampliação do capital político, gerando, segundo Champagne, uma modificação da *“natureza do capital político necessária para ter sucesso na política”* (Idem, p. 142/3).

Atualmente, o capital necessário, como foi dito, está ligado à sedução midiática, como já havia mencionado Manin, o que importa é a capacidade de se apresentar bem frente a um público heterogêneo. Champagne aprofunda esta problemática, ao assinalar a importância da mídia, não apenas na construção deste capital, mas também na desconstrução do mesmo. Segundo o autor, este fenômeno, este poder, leva os jornalistas a se constituírem como *“atores em tempo integral e [que] intervêm ativamente na luta [política]”*, devendo sua força *“ao fato de que invocaram, contra os políticos, a própria lógica do campo político”* (Idem, p. 144). Em outras palavras, os jornalistas levam os políticos a se preocuparem com a chamada vontade popular, por mais que os políticos se manifestem contra as sondagens, eles acabam por determinar suas ações, em

função dos percentuais de popularidade apresentados nos veículos de comunicação. Os políticos têm de buscar no veículo o resgate de sua popularidade, através de amplas campanhas, que beneficiam, em última instância, a própria mídia.

Bourdieu contribui para a discussão, ao ressaltar que:

“... a influência do campo jornalístico reforça as tendência dos agentes comprometidos com o campo político a submeter-se à pressão das expectativas e das exigências da maioria, por vezes passionais e irrefletidas, e freqüentemente constituídas como reivindicações mobilizadoras pela expressão que recebem na imprensa. Salvo quando se utiliza das liberdades e dos poderes críticos que lhe são assegurados por sua autonomia, a imprensa, sobretudo televisiva (e comercial), age no mesmo sentido que a pesquisa de opinião, com a qual ela própria deve contar: embora possa servir também como instrumento de demagogia racional tendente a reforçar o fechamento sobre si do campo político, a pesquisa de opinião instaura com os eleitores uma relação direta, *sem mediação*, que descarta todos os agentes individuais ou coletivos (tais como os partidos ou os sindicatos) socialmente delegados para elaborar e propor opiniões constituídas; ela despoja todos os mandatários e todos os porta-vozes de sua pretensão... ao monopólio da expressão legítima da “opinião pública” e, ao mesmo tempo, de sua capacidade de trabalhar em uma elaboração crítica (e por vezes coletiva, como nas assembléias legislativas) das opiniões reais ou supostas de seus mandantes” (1997, p. 114/5).

O autor completa, dizendo que esta influência, do campo jornalístico e da disseminação de sondagens de opinião, contribui “*para enfraquecer a autonomia do campo político e, por conseguinte, a capacidade concedida aos representantes (políticos ou outros) de invocar sua competência de peritos ou sua autoridade de guardiões dos valores coletivos*” (Idem, p. 116).

Se, para Manin, as sondagens de opinião contribuem para que os eleitores apareçam como um público que apenas reage a uma dada iniciativa política, para Champagne, a disseminação das sondagens de opinião e seus efeitos no campo político levam, “*em última análise, o povo [a ser] utilizado para proceder a ajustes de contas internas à classe político-jornalística*” (Champagne, 1998. p. 135).

Outro ponto fundamental, para o entendimento do poder que a mídia tem no atual modelo democrático representativo, está ligado à forma como apresenta as informações, a questão da neutralidade/ objetividade. Por um lado, ocorre o que Manin chamou de *relativa neutralidade* das mídias, quer dizer, o

desmantelamento da imprensa engajada, partidária, tendo como conseqüência a homogeneização das informações; por outro lado, ocorre também a *falsa neutralidade*, assinalada por Champagne, em que a mídia se coloca como um simples canal de informações, que tem a obrigação de dizer a *verdade*, como se não existisse uma lógica do mercado e de concorrência, que atinge este campo. Lógica esta que o atinge, tanto no sentido da tensão que o campo sofre na sua *"inserção no campo econômico"*, ao buscar, ao mesmo tempo, obedecer *"a seus imperativos profissionais específicos"* e a ampliar *"o faturamento e o lucro"*, quanto interfere na sua busca por autonomia, pois para isso os jornalistas necessitam de *"competência e a respeitabilidade pelos pares"* (Miguel, 2001, p. 10).

Essa lógica, *"essa busca interessada, encarniçada, do extra-ordinário pode ter... efeitos políticos"*, como coloca Bourdieu (1996, p. 27)¹², bem como pode ocultar um espaço do que pode ser dito e de quem tem competência para dizê-lo. Bourdieu mostra que o porta-voz somente se constitui através do reconhecimento de seu discurso, pelo receptor; seu discurso tem de ser delegado e autorizado. Em suas palavras:

"o porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador" (idem, p. 89).

Landowski (1992) contribui para esta discussão em dois pontos: no papel dos porta-vozes e na separação que faz entre público e opinião. Segundo o autor, entre os governados (o público) e os governantes (a classe política) estão os *mediadores*, que correspondem à opinião, mais os seus porta-vozes (em geral, os jornalistas). Os mediadores são os encarregados de *personificar* o público. Os mediadores têm em comum a *competência discursiva*, são *sujeitos falantes*. O público é quem elege os políticos e consegue, no máximo, ser um *rumor inarticulado*; a opinião, por outro lado, é quem faz pressão sobre os dirigentes, por ser um sujeito com voz. Ressalta a centralidade da mídia, pois a diferenciação entre público e opinião só pode ser percebida no interior do *"sistema de*

¹² Uma forma particular de fazer jornalismo denominada imprensa investigativa se consolidou e tem no campo político tradicional um dos melhores locais de busca do polêmico e do espetacular.

representação "midiático"...: "só há "silêncio do público" em função da emergência do "discurso da opinião", isto é, no âmbito de uma teatralização da comunicação social" (Landowski, 1992, p. 26).

Wilson Gomes, no artigo *Opinião pública política hoje - uma investigação preliminar*, busca a compreensão do fenômeno da opinião pública, utilizando-se, para isso, da noção de opinião política que, em sua percepção, está distribuído em três grandes veios discursivos:

"Na primeira classe de discursos, a opinião política é relacionada à chamada opinião pública... na segunda classe de discursos, a opinião política está vinculada ao *debate público*... e à *opinião publicada* em geral. Na terceira classe de discursos, a opinião política é referida às artes voltadas para a produção da opinião pública, num fenômeno que será aqui chamado de política de opinião" (2001, p. 63).

Para tratar da opinião política, relacionada à opinião pública, o autor cita uma série de sentenças retiradas de jornais, nas quais, à noção de opinião pública, é atribuído um conjunto de ações (apoio, receio da reação negativa, pressão, confundir, preparar, etc). Após tentar perceber os diversos sentidos que a opinião pública pode ter em função das ações, sustenta a plausibilidade de "entender "opinião pública" como referida ao conjunto abstrato dos públicos, ao público genericamente considerado ou, simplesmente, à população" (Idem, p. 67).

O autor destaca que mesmo trocando nas sentenças opinião pública, por povo ou população, ainda assim, a mesma tem sentido opinativo, passando a designar o *sujeito coletivo de opiniões*. Nos vários deslocamentos de sentidos, segundo o autor, "os estratos mais recentes são aqueles em que o objeto designado como opinião pública sequer se exige que tenha realmente opinião atual sobre alguma matéria" (Idem, p. 67/8), este seria o caso da utilização da expressão opinião pública, no campo político. Nas palavras do autor:

"o fenômeno designado pela expressão "opinião pública" é simplesmente uma grandeza permanente que inclui os concernidos por uma matéria qualquer enquanto, e apenas enquanto, forçosamente são dotados de posição própria quando esta matéria está em disputa, mesmo que sua posição consista em ignorar o que se disputa ou em não ter opinião a respeito" (Idem, p. 67/8).

No sentido atribuído ao campo político, a opinião pública deixa de ser apenas o "sujeito coletivo de opiniões" e passa a ser o "sujeito coletivo capaz de

manifestar decisões", mesmo que tenha apenas lhe solicitado *"uma mera manifestação de vontade"*¹³ (Idem, p. 68).

No segundo veio definido pelo autor, a vinculação entre opinião política e espaço público ou opinião publicada, Gomes compreende esta como a opinião *"exposta e disponível socialmente"* (Idem, p. 69). A produção desta opinião publicada depende de dois agentes: dos *opinadores profissionais* e dos *sujeitos de opinião*. O primeiro pertencente à indústria da informação; o segundo, admitido por essa indústria, sujeito de opinião, são os *formadores de opinião*. Os últimos trabalham as opiniões, através de debates públicos, que são praticamente monopolizados por

"editores e colunistas de informativos periódicos, as figuras principais do jornalismo opinativo da chamada grande imprensa, os condutores de talk shows e programas de debates televisivos, o governo, personalidades midiáticas dos chamados mundo da cultura, do espetáculo e dos negócios e, por último, os chamados intelectuais da mídia" (Idem, p. 73).

Por fim, o último veio trata da opinião política, como política de opinião. Esta última definida como:

"empreendimentos políticos que se dedicam a três funções fundamentais da chamada *conquista da opinião pública*: a) a construção da opinião; b) o ajuste entre a opinião que o público deseja e a opinião publicada; c) a manutenção, ou seja, o empreendimento que visa a manter como opinião do público a opinião particular" (Idem, p. 77).

A lógica de mercado é dominante, nesta percepção, a partir da interação de agentes de diferentes campos: da indústria de informação, da política profissional e da recepção. A indústria da informação precisa conquistar o público, manter níveis de audiência, para constituí-lo em um consumidor de opiniões. Os políticos necessitam buscar espaços no campo jornalístico, para que suas opiniões possam ser *vendidas* ao público (consumidores ou eleitores), que não é um receptor passivo, pois *"possui um repertório prévio de juízos, convicções, noções e saberes com que haverá de negociar qualquer posição conceitual nova"* (Idem, p. 82).¹⁴

¹³ Segundo o autor este é o caso das pesquisas de opinião pública em política.

¹⁴ Para uma análise da relação opinião pública e representação no Brasil ver: AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública (informações e representação popular no mundo globalizado). *Comunicação & Política: pela integração Latino-Americana*, vol. VIII, nº3, nova série, setembro-dezembro de 2000.

O autor destaca que ambos os campos, jornalístico e político, "*funcionam com lógicas e interesses distintos, os seus agentes disputam, de forma tensa e engenhosa, o controle das mensagens e dos materiais informativos políticos em geral*" (Idem, p. 81).

Como assinala Champagne, a noção de opinião pública é imprecisa. Em função disso, buscando um maior entendimento desta noção, destacam-se aqui três concepções de opinião pública, que estão presentes neste trabalho:

1. A noção de opinião pública desenvolvida por Habermas – em que a noção de opinião pública surge da discussão pública e tem seus limites restringidos, em função do crescente papel da comunicação midiática, como construtora/divulgadora da realidade social¹⁵.
2. A pesquisa de opinião, dando centralidade à noção de opinião pública, perspectiva de Bourdieu e Champagne.
3. A noção de opinião pública utilizada no discurso jornalístico - opinião construída no próprio discurso - caracteriza-se por ser difusa, em alguns momentos, é nomeada como a população, a sociedade, os eleitores, em outros momentos, é diferenciada destes e deslocada para as pesquisas de opinião. Mas, sempre que é utilizada, tem a função de respaldar a argumentação do discurso.

A literatura citada aponta para a centralidade da mídia na vida política atual. A importância crescente dos meios de comunicação na formatação de campanhas eleitorais, na informação dos acontecimentos políticos, na construção ou desconstrução do capital político dos representantes, é um dado notável quando se observa o quadro da política contemporânea. A novidade parece estar em perceber a mídia como ator político, como o faz Champagne, como agente político, como o faz Bourdieu, que produz efeitos sobre o político, gerando modificações no campo político e disputando com este uma visão da política, ao reescrever a política, melhor, ao reescrever a polêmica do discurso político,

¹⁵ Para maior entendimento da noção de opinião pública para Habermas, ver: COSTA, Sérgio. Do simulacro ao discurso: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil. Comunicação & Política, vol. IV, ° 2, nova série - maio-agosto 1997; MAIA, Rousiley C. M. A mídia e o novo espaço público: a reabilitação da sociabilidade e a formação discursiva da opinião. Comunicação & Política. vol. V, n° 1, nova série, janeiro-abril de 1998.

constituindo um outro discurso, uma outra verdade sobre a política. E produz estes efeitos através das noções de neutralidade e de opinião pública.

Entretanto, é importante destacar que, mesmo que os integrantes do campo jornalístico sejam atores/agentes políticos, no sentido estabelecido por Bourdieu e Champagne, estes não se reconhecem como tal, os membros do campo jornalístico se reconhecem, antes, como cumpridores de uma função social, função esta que é informar ao público (eleitores ou leitores) os acontecimentos da política (de forma objetiva, neutra), independentemente dos reflexos que as notícias, os relatos, as histórias, como diria Darnton, geram neste campo que, a cada momento, tem uma fronteira mais tênue com o seu.

1.2. A relação mídia e política no Brasil

Remeter esta discussão para o caso brasileiro passa a ser central a partir deste momento. A relação mídia e política tem sido tema de um número significativos de estudos, no Brasil, com diferentes tendências¹⁶. Ciente do risco a enfrentar, mas recorrendo à frase expressa por França, de que "*é hora tanto de abrir, incluir, misturar, quanto de promover balanços periódicos para acompanhar "o estado da arte"*" (França, 1999, p. 8). Optou-se assim, por *abrir, incluir, misturar* as diferentes análises, buscando subsídios para esta investigação, pois um ponto parece ser comum nos diversos estudos: a constatação de ampliação do espaço de interferência do campo jornalístico no campo político no Brasil.

Como a pretensão desta tese é investigar o discurso da mídia impressa sobre o Congresso Nacional, e não discutir o *estado da arte*, optou-se por tratar os estudos desenvolvidos no país, a partir de alguns pontos assinalados na

¹⁶ Ver os trabalhos de: F. Azevedo e A. Rubim buscaram estabelecer um mapeamento dos principais temas tratados, apontando sete eixos: comportamento eleitoral e mídias; discursos políticos mediatizados; estudos produtivos da mídia; ética, política e mídia; sociabilidade contemporânea, mídia e política; políticas públicas de comunicação. AZEVEDO, F. e RUBIM, A. *Lua Nova*. Outro apanhado do estado da arte encontra-se em FRANÇA, Vera Veiga. *Comunicação e Política: edifica-se uma tradição?* Trabalho apresentado no COMPOS no ano de 1999. Duas pequenas porém importantes discussões sobre a comunicação são: BRAGA, José Luiz. *Constituição do campo da comunicação*; SODRÉ, Muniz. *Comunicação, um novo sistema de pensamento?* In: NETO, Antônio Fausto. *Práticas midiáticas e espaço público* [et al.] (org.). Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2001. Coleção Comunicação, 10, COMPÓS, v. 1.

discussão precedente. Parte-se, assim, para os textos, buscando "a intervenção e os efeitos dos meios de comunicação na conformação das práticas políticas", que possam contribuir para a efetivação da proposta deste trabalho (Idem, p. 8).

Os limites da representação, destacados na seção anterior, estão presentes também no Brasil, complementados com um quadro de crises sociais e econômicas e de denúncias de irregularidades no tratamento do erário público. Pinto apresenta um elemento importante para a discussão dos limites da representação no Brasil; trata-se da noção de eficácia. Segundo a autora,

"a representação parece algumas vezes ser tomada como sinônimo da eficácia em transformar demandas em leis ou políticas públicas. Tal postura tende a desconhecer a difícil relação entre os poderes executivos e legislativos e a própria estrutura do último. Muitas vezes a crise não é exatamente de representação, mas de eficácia" (2000, p. 3).

Se a questão da eficácia das instituições, na democracia representativa brasileira, aparece como central, em função da relação entre representação e fragilidade das condições sócio-econômicas da nação, outra noção passa a ser fundamental: a legitimidade. Mauro Porto (1995) contribui para esta discussão, ao analisar a relação entre a mídia, a credibilidade na política e em suas instituições e a legitimidade da democracia. Parte para sua investigação através dos dois conceitos: legitimidade e eficácia. Duas noções que o autor considera fundamentais, para a eficiência da democracia, ao possibilitarem um julgamento das instituições políticas, embora baseadas em perspectivas diferenciadas.

Segundo o autor, a eficácia tem um caráter instrumental, trata de um julgamento objetivo do desempenho do sistema, enquanto a legitimidade aponta para um caráter avaliativo, trata de um julgamento subjetivo, envolvendo valores dos grupos e valores do próprio sistema político¹⁷ (1995, p. 42/3). Na perspectiva do autor, há uma avaliação negativa do processo democrático brasileiro, e a mídia cumpre um papel fundamental na formação desta avaliação (Idem, p. 50).

¹⁷ Após uma análise do tema na literatura internacional e nacional, o autor conclui que "a democracia brasileira não conta com uma base de legitimidade que assegure a sua estabilidade". Para chegar a esta constatação o autor baseia-se em estudos de Campello de Souza sobre a transição democrática brasileira, bem como, análises sobre o desempenho dos partidos políticos (comparando experiências entre Brasil, Estados Unidos e Europa) na relação entre eficácia e legitimidade democrática (Porto, 1995, p. 48).

A representação institucional do campo político concentra-se nos Poderes Executivo e Legislativo, são os membros destes poderes que são eleitos com a função de representar os cidadãos. É num destes poderes que se tem concentrado grande parte da crítica negativa: o Congresso Nacional, que representa o Poder Legislativo no país e é composto por duas Casas, o Senado e a Câmara de Deputados. As noções de eficácia e legitimidade aparecem como centrais, ao constatar que os parlamentares têm se constituído como personagens preferenciais da crítica à falta de eficácia do modelo representativo brasileiro, e que esta percepção do Congresso Nacional, como ineficiente na solução das mazelas do país, acaba tendo efeitos significativos na legitimidade de seus membros e da instituição como um todo.

É importante fazer um parêntese, para destacar, como o faz Heloiza Matos, a importância do Poder Legislativo no processo democrático, pois ele "é, ao mesmo tempo, limite do poder individual e/ou unidirecional, praça de exercício das vivências democráticas e porta-voz dos múltiplos interesses cidadãos" (1999, p. 36). Em outras palavras, o Congresso Nacional é o local onde um número significativo de demandas e de interesses da sociedade se encontram representados, em função da pluralidade de partidos, de posições ideológicas, de interesses. Além disso, se constitui num local onde as discussões e os processos de tomadas de decisão são abertos, são publicizados. O Executivo, em contraponto, possui um "caráter gestor, administrativo e tendencialmente autocrático" (Idem, p.36), caracterizando-se por não expor publicamente as discussões que antecedem suas tomadas de decisões e por não representar a pluralidade ideológica e de interesses da sociedade.

No Brasil, a discussão da crise de representação, exposta na mídia, através do questionamento da eficácia e legitimidade dos membros do campo político, parece ter como local, por excelência, o Parlamento. Assim, a incapacidade de os parlamentares representarem os interesses dos eleitores, se materializa através de duas imagens do Poder Legislativo, destacadas por Almeida e Moya: uma, onde o Congresso aparece como impotente e avassalado, pelo Executivo; outra, onde mostram um Legislativo inoperante, que impede a ação de um Executivo reformador (1997, p. 119).

A segunda imagem, apontada pelos autores, de um Congresso Nacional inoperante, que impede as ações reformadoras do Executivo, é central neste momento, pois esta parece ser a imagem dominante na cobertura jornalística da imprensa sobre o Legislativo.

Torna-se então relevante a discussão da pertinência destas imagens negativas do Poder Legislativo, tão fortemente disseminadas, buscando compreender mais profundamente a lógica de funcionamento deste poder.

Quanto à imagem de um Congresso Nacional impotente frente ao poder do Executivo, embora não seja central, nas notícias publicadas nos jornais, merece um comentário, particularmente, em relação à capacidade legislativa da instituição. Figueiredo e Limonge (1997), em artigo intitulado *O Congresso e as medidas provisórias: abdicação ou delegação?*, discutem a crítica à incapacidade do Congresso Nacional, de legislar, frente ao poder legislador do Executivo, viabilizado pelo mecanismo de Medidas Provisórias (MPs)¹⁸. Segundo os autores, o Congresso Nacional tenta conter os avanços legislativos do Executivo, mas encontra barreiras na própria lógica do campo político: não pode deixar de apoiar medidas de estabilização econômica num país dominado por uma hiperinflação, em função de um provável ônus num novo pleito eleitoral, em uma possível reeleição. Mas as Casas parlamentares não ficaram impassíveis frente à ampliação das MPs e de suas reedições, tentando contê-las de duas formas: estipulando prazos para votação¹⁹ e possibilitando, aos parlamentares, o direito de “emendar” as mesmas (1997, p. 127). Várias foram as propostas para controle e, até mesmo, eliminação do artigo 62, da Constituição, embora não mobilizassem um amplo apoio, mostram que “o Congresso não estava totalmente acomodado com o status quo. Ao contrário, buscava redefinir suas relações com o executivo, procurando limitar o recurso deste à legislação excepcional” (Idem: p. 143).

É importante estar atento à relação entre a crítica ao Congresso Nacional e aos problemas de instabilidade econômica e social que o Brasil enfrenta, aos

¹⁸ As Medidas Provisórias são prerrogativas do poder Executivo, cedidas pelo próprio Congresso Nacional na Constituição de 1988. A crítica às MPs está estritamente ligada a sua semelhança com os Decretos-Lei, medida amplamente utilizada pelo governantes do período autoritário.

limites que o mesmo apresenta como sinônimo de eficácia, como bem colocou Pinto. O período democrático tem se caracterizado por uma luta permanente pela estabilização econômica, o que pode ser percebido pelo elevado número de planos de estabilização implantados pelos diferentes presidentes da república²⁰. A intenção não é discutir os avanços e os limites destes planos, apenas ressaltar que a expectativa da população, em relação à estabilização econômica e social, sempre foi centrada no poder Executivo, em função de o mesmo ser o implementador dos planos. Ao Congresso Nacional, era relegado um papel de coadjuvante, tanto no momento em que os planos eram lançados, quanto no momento em que estes estavam rendendo popularidade. Mas sempre que os limites da política de estabilização começam a aparecer, o Congresso passa a ter papel central, a ser acusado de projetar instabilidade política - devido à lentidão na votação das reformas necessárias, em função de disputas por cargos entre os partidos que compõem a coalizão do governo; por empecilhos ditados pela oposição - e com isso colocar em risco a manutenção da estabilidade do país.

A segunda imagem do Congresso Nacional constitui a instituição como inoperante e um empecilho à ação de um Executivo reformador. Esta imagem está, em muito, ligada a uma idéia de fragilidade do sistema partidário brasileiro, amplamente divulgada nos meios de comunicação. O senso comum é de que existe uma grande infidelidade partidária nas votações das bancadas, constituindo a imagem de um Congresso composto por bancadas partidárias frágeis e de parlamentares que defendem projetos e emendas com interesses particulares ou eleitorais.

Limongi e Figueiredo (1998), a partir de estudos sobre a disciplina partidária no Congresso Nacional, são categóricos em dizer que a votação é disciplinada pelo partido, mesmo quando as matérias votadas são efetivamente importantes ou constem da agenda presidencial. As razões para estes índices de

¹⁹ As medidas teriam um prazo - 30 dias - para ser votada pelo legislativo, caso não ocorresse a votação elas seriam automaticamente rejeitadas

²⁰ Sarney, o primeiro Presidente da República após longo período autoritário, implantou um plano de estabilização denominado Plano Cruzado; Collor de Mello eleito em 1989, também lançou mão de um plano de estabilização. Collor foi deposto e substituído pelo vice Itamar Franco que lançou o plano Real, idealizado por seu ministro Fernando Henrique Cardoso que devido, entre outros fatores, a popularidade do plano, acabou sendo eleito presidente da República e reeleito quatro anos depois.

disciplina partidárias estão nos próprios regimentos internos do Poder Legislativo que *“conferem amplos poderes aos líderes partidários para que ajam em nome dos interesses de seus partidos. Os regimentos internos consagram um padrão decisório centralizado em que o que conta são os partidos”* (1998, p. 91).

Quanto à disposição dos deputados, nos diversos partidos, Limongi e Figueiredo declaram que *“deputados não se distribuem de maneira aleatória pelos partidos e, portanto, líderes partidários têm opiniões políticas e interesses comuns a representar”*. E complementam, afirmando que *“se os partidos fossem os agrupamentos caóticos ditados pelas conveniências eleitorais do momento, revoltas de bancada deveriam ser comuns. Não são”* (Idem, p. 95).

A imagem divulgada pela mídia, constatada no discurso da imprensa, de que os parlamentares defendem apenas interesses particulares ou eleitorais e não o bem comum (imagem do senso comum, ou melhor, uma opinião tão amplamente divulgada, pela mídia, que se torna senso comum), remete à problemática da real possibilidade de levar a efeito projetos e emendas com este tipo de interesses. Segundo Santos, o deputado médio (a grande maioria), que pertence às Comissões Permanentes, tem pouca possibilidade de ver seus projetos e emendas aprovadas, pois a centralidade está no Colégio de Líderes e nas Comissões Especiais, respectivamente. Logo, seus interesses particulares ou eleitorais têm pouca possibilidade de serem efetivados (1997, p. 141).

Posição similar é apresentada por Figueiredo e Limongi:

“A legislação partidária pode alimentar estratégias individualistas e antipartidárias. Estas estratégias, no entanto, não encontram solo fértil para se desenvolver no Congresso Nacional. Projetos e emendas ditadas exclusivamente por interesses eleitorais, particularistas e imediatistas raramente saem das gavetas das comissões” (1998: p. 94).

A discussão sobre o tipo de interesses que os parlamentares representam não tem a pretensão de afirmar que não existem problemas no funcionamento do Legislativo, que denúncias, desqualificando este poder, não são procedentes. Em relação a isso, o ponto de vista deste trabalho coincide com as palavras expressas por Figueiredo e Limongi, para quem *“os parlamentares se interessam por patronagem e sinecuras. No entanto, estamos longe de assumir que tal seja a motivação exclusiva ou mesmo principal”* (Idem, p. 102). O que parece estar em

jogo não é a ineficiência da instituição, mas o segundo fator a ser analisado, que é a legitimidade.

Se, como colocou Porto, a legitimidade remete a um julgamento subjetivo, "*envolvendo valores dos grupos e valores do próprio sistema político*" (1995, p. 42/3), a imagem de ineficiência ou de impotência do Congresso Nacional colabora para a deslegitimação dos parlamentares, como representantes efetivos da população. Se somarmos a isto a disseminação de denúncias de irregularidades cometidas por congressistas, no tratamento da coisa pública (seja corrupção, nepotismo, clientelismo, mordomias), este quadro se complexifica. A problemática se desloca da atividade do Congresso Nacional, como instituição, para o capital político individual e coletivo dos parlamentares. A fragilidade do limite entre a questão da ineficácia e da (i)moralidade torna-se visível, se pensarmos, retomando Champagne, que

"o capital político específico que os políticos devem acumular, aos mesmo tempo de forma individual e coletiva, é um capital simbólico feito de crédito e confiança, isto é, uma combinação variável de crença em sua competência e moralidade" (1998, p. 29).

Maria Helena Weber destaca a importância deste capital aos políticos, ao afirmar que

"é no papel de homem de honra que a política e o político se tornam, especialmente, vulneráveis às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo que ameaça a crença, a confiança, e torne visível, faça aparecer atos e segredos" (2000, p. 13).

Se o capital político é baseado no crédito, na confiança, na honra, o questionamento da moralidade de alguns parlamentares pode ter como consequência a desqualificação da instituição como um todo.

Este parece ser o cenário do Brasil, como demonstra Santos:

"Paradoxalmente, mas próprio das democracias, se foi o Congresso que fez intérprete de um público atento agigantado, tem sido ele o indiciado como responsável pelas misérias da cultura cívica do país. Se as críticas são procedentes, também é cristalina a cumplicidade dos insaciáveis do poder na fabricação do enredo em que o Congresso aparece como bactéria infensa à medicina constitucional de rotina" (1998: p.116).

Se a competência e a moralidade são pilares do capital político, e se estes dois fatores estão sendo questionados nos membros do Poder Legislativo,

possibilitando o questionamento da legitimidade dos representantes e da instituição como um todo, a mídia tem tido um papel de destaque na formatação deste quadro, até porque, como salienta Pinto:

"A circulação e recepção do discurso político nas sociedades contemporâneas dependem da sua penetração na imprensa. O discurso circulando nos limites do campo político não tem repercussão. Mesmo em períodos eleitorais, o contato direto dos candidatos com o público tem em si menos importância do que sua repercussão na mídia" (1995, p. 68).

A imagem de incompetência do Congresso Nacional, apresentada na mídia²¹, fica clara, quando, como aponta Matos:

"Não importa o quanto as Casas trabalhem - nem se, comprovadamente, mesmo na avaliação de órgãos críticos como o DIAP, nunca tenha se trabalhado tanto -, sua imagem na grande mídia é de lentidão e de ausências no plenário, mesmo que isso não corresponda à realidade das atuações parlamentares em sua ampla maioria. Nem mesmo uma certa conformidade com os projetos do Executivo rende frutos à imagem do Congresso: a acusação mais freqüente ouvida em telejornais e lida em editoriais é a de resistência às reformas e lentidão na votação" (1999, p. 35)).

A autora destaca o papel desempenhado pela mídia, no período analisado, neste trabalho: por um lado, exerce pressão para a aceleração da aprovação das medidas ou reformas enviadas pelo Executivo, por outro, não divulga maiores informações sobre tais projetos.

"A mídia brasileira, atualmente, parece exercer um *lobby* pela velocidade dos trabalhos parlamentares. Forma-se um coro uníssono (Executivo e meios de comunicação) pela urgência de "reformas" que precisam ser aprovadas o quanto antes, embora uma exposição dos projetos e de suas implicações seja veiculada apenas superficialmente por esses órgãos" (Idem: p. 35).

Se a incompetência ou a ineficiência do Congresso é fator amplamente divulgado nos meios de comunicação, a moralidade dos parlamentares, outro componente do capital político, também tem sido questionada de forma enfática. A divulgação constante de denúncias de irregularidades, cometidas por parlamentares, compõem um quadro negativo da imagem do Poder Legislativo. O estudo em que Vera Chaia (1995) analisa a relação entre a imprensa e a Câmara de Vereadores, de São Paulo, embora tratando-se de uma análise do Legislativo

²¹ A autora utiliza a noção de mídia, por estarmos investigando a imprensa, optamos neste momento por utilizar apenas esta noção.

Municipal, subsidia este trabalho, com informações significativas sobre a forma como se constitui a cobertura dos jornais.

Segundo a autora, a maior parte das notícias trata de "*fatos pitorescos ou irregularidades ocorridas na Câmara Municipal*" (Chaia, 1995, p. 71), sendo que os projetos importantes, apresentados e discutidos pelos vereadores, de modo geral, não têm destaque na imprensa. Os assuntos mais constantes na imprensa, sobre a instituição, referem-se ao que a autora denomina de *crise política*, informando os leitores sobre corrupção, nepotismo, clientelismo, mordomias, críticas aos vereadores e irregularidades (Idem: p. 80). Os assuntos divulgados pela imprensa, no que se refere à Câmara de Vereadores, de São Paulo, são similares aos apresentados por ela na cobertura do Congresso Nacional. Mesmo nos momentos em que estão acontecendo grandes negociações e votações, como as reformas das Carta Constitucional, a imprensa dá centralidade à divulgação de irregularidades morais ou legais, envolvendo parlamentares.

Chaia contribui ainda com outro artigo, no qual analisa os escândalos políticos divulgados pela imprensa, buscando investigar suas conseqüências²². Aponta para o espaço que um escândalo, amplamente divulgado pela mídia, tem de constituir um discurso *moralizar e reprovador* não apenas dos membros, mas das próprias instituições políticas. Ao explanar sobre as conseqüências dos escândalos políticos, afirma:

"Claro que pessoas são envolvidas, reputações são questionadas, carreiras políticas podem ser destruídas. Porém o que mais nos chama a atenção é que em determinadas situações, ocorre a quebra da confiança no papel de certas instituições. A mídia em alguns escândalos exagera em suas observações e avaliações, chegando a generalizar certas atitudes, como se toda a categoria dos políticos agisse de uma maneira comum. O político, em alguns momentos é avaliado negativamente, e torna-se sinônimo de corrupção" (2001, p. 3)²³.

Guillermo O'Donnell aprofunda a questão, ao destacar que, em determinadas situações, nas democracias modernas a mídia tende a agir como um tribunal. Esta forma de jornalismo projeta efeitos sobre os envolvidos:

²² A autora analisa o caso da Máfia dos Fiscais ocorrido em São Paulo e que envolveu membros do Poder Legislativo Municipal.

²³ Vários artigos tratando sobre a Máfia dos Fiscais encontram-se no livro: CHAIA, Vera e CHAIA, Miguel (orgs). *Mídia e política*. São Paulo: NEAMP - Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUC-SP, 2000.

“Quando, como acontece nas novas poliarquias, há um sentimento de que o governo repetidamente incorre em práticas corruptas, a mídia tende a substituir os tribunais. Ela denuncia possíveis delitos, nomeia seus supostos responsáveis e divulga quaisquer detalhes que julgue relevantes. Algumas autoridades corruptas são, então, poupadas de punições que teriam provavelmente resultado da intervenção dos tribunais ou outras agências públicas. Outros, no entanto, que podem ser inocentes de qualquer impropriedade, assim como aqueles contra os quais nada pôde ser provado, se vêem condenados pela opinião pública, sem o direito a algo parecido com um processo justo para sua defesa” (1998, p. 29/30).

Os poderes legislativos, sejam nacionais, estaduais ou municipais, não ficam ilesos às denúncias de irregularidades, envolvendo seus membros. Reagem às denúncias bem como às notícias sobre as mesmas e às imagens negativas das instituições por estas projetadas. A implantação de Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs), que julgam e, em muitos casos, penalizam os parlamentares, com a cassação de mandatos, tem se constituído na forma de moralização encontrada pelo Congresso Nacional, Assembleias Legislativas ou Câmaras de Vereadores. As comissões de inquérito, a que são submetidos os representantes que cometem irregularidades, demonstram o interesse dos parlamentares em resgatar a imagem das instituições, até mesmo, porque *“um Congresso Nacional composto de parlamentares voltado apenas a interesses particulares não se constitui em boa plataforma de campanha para uma possível reeleição”* (Figueiredo e Limongi, 1998, p. 102).

Levando em consideração o papel que os meios de comunicação vêm desempenhando na construção de uma imagem negativa do Congresso Nacional²⁴, torna-se importante assinalar estudos que buscam compreender

²⁴ A imagem negativa do Poder Legislativo não é uma peculiaridade brasileira, como pode constar-se por um estudo da relação entre a imprensa e o Congresso Nacional feito na Argentina. Os autores destacam uma série de características, atributos e percepções mais constantes. Estas serão resumidas aqui: a má imagem do congresso provem de causas variáveis (existência de *“manzala podrida”*, excesso de expectativas para solucionar problemas sociais, desconhecimento dos jornalistas do trabalho legislativo, os lobbys, etc); o Congresso é considerado uma instituição mais importante que a mídia; Meios de comunicação são entendidos como atores do processo legislativo; visão da imprensa como responsável pela qualidade da democracia, tendo como um dos deveres melhorar o trabalho do Congresso; a imprensa controla a agenda parlamentar; imprensa controla a agenda pública; que a maioria dos parlamentares só trata com os jornalistas com maior crédito na imprensa; o contrato informativo gera interpretações diversas e até contrapostas; as gestões informativas no Congresso tem certo nível de conflito, mas é difícil de ocorrer uma ruptura; a relação entre jornalistas e parlamentares parece ser estimulada por ambas as partes; existe uma coincidência básica em como se constrói um legislador estrela e um jornalista estrela; todos coincidem na valoração da cobertura jornalística e por último, os autores apontam algumas divergências entre os parlamentares e os jornalistas. TEIJEIRO, Carlos A., et al.

através de que forma ela elabora a cobertura jornalística, para constituir essa desqualificação do capital político, particularmente, dos membros do Parlamento brasileiro.

Porto analisa a relação mídia e legitimidade democrática, no Brasil, a partir de três aspectos do papel que a primeira desempenha. O primeiro aspecto trata do jornalismo investigativo²⁵. O autor destaca a relevância deste viés jornalístico na cobertura de temas de corrupção e irregularidades, o qual permite à mídia construir uma imagem de autonomia e fiscalização, em suas palavras:

"Esse novo papel dos meios de comunicação tem levado a uma permanente auto-celebração, onde a mídia se apresenta como instituição de combate à corrupção e irregularidades, agente fundamental do processo de democratização e de estabelecimento de uma maior *accountability* do Estado. Ainda que muitos dos seus efeitos sejam positivos, este novo tipo de jornalismo tem contribuído para construir uma imagem pública negativa do regime democrático" (1995, p. 51).

Ao resgatar os efeitos desta forma de jornalismo, no período da transição democrática (e seu fortalecimento na Nova República), o autor destaca o estabelecimento de *"uma forte ligação entre democracia e ineficiência/desperdício/corrupção nas concepções do público de massa"* (Idem: p. 52). Outro aspecto importante do jornalismo investigativo, apontado pelo autor, é que...

"ele se apresenta como um gênero imparcial e objetivo, exemplo de independência dos meios de comunicação. A objetividade representa a busca por um gênero de reportagem supostamente livre dos valores e posições político-ideológicas do jornalista" (Idem: p. 51/2)²⁶.

Esta atitude da mídia, segundo o autor, está ligada à relação entre imprensa, fontes dos jornalistas e instituições políticas, que encontram-se em permanente conflito ou disputa de interesses e, em função disto, geram um jornalismo de escândalos. Por fim, Porto destaca o que compreende como o paradoxo do jornalismo investigativo: por um lado, cumpre uma importante função

Congreso y prensa. Relaciones institucionales y representación social. *Contribuciones - Medios de comunicación y justicia*, nº 2, Buenos Aires, 2001.

²⁵ O autor destaca a denominação de "jornalismo de ataque" dada por Larry Sabatto (1994), caracterizado pela relação que os jornalistas fazem entre a vida privada e a vida pública dos políticos ou candidatos.

na democracia, ao fiscalizar e denunciar irregularidades, por outro lado, agindo assim, contribui para " *disseminar a desconfiança e a rejeição à política e suas instituições, colocando sérios obstáculos à legitimidade do próprio regime democrático que busca servir*" (Idem, p. 53).

A "antipolítica" da mídia, é o segundo ponto investigado por Porto. Para ele, a mídia tem uma atitude de desconfiança, em relação à política, ao mesmo tempo em que se constitui como canalizador de confiança, "fazendo aparecer como " *experiência direta*" o que pode ser produto de uma cuidadosa montagem" (Idem: p. 54). Esta concepção da antipolítica da mídia é interessante, pois aponta para as noções de crédito/descredito, como presentes na relação mídia e política: no momento em que a mídia divulga a desconfiança, o descrédito nos políticos, ela os deslegitima, mas, agindo assim, ela constitui seu crédito e se legitima como enunciadora da verdade sobre a política. Para compor esta afirmação, utiliza-se da literatura que estuda a relação mídia e política, destacando uma pesquisa entre jornalistas, na qual os últimos afirmam a desconfiança que possuem nos políticos bem como estudos sobre a imagem de políticos nas novelas, em geral, tratados de forma pejorativa, como corruptos, desonestos ou ineficientes.

Por fim, analisa a cobertura das instituições políticas e destaca o Poder Legislativo como alvo preferencial da crítica da imprensa. Aponta a diferença de cobertura da mídia, aos poderes institucionais. O Executivo recebe maior cobertura e, mesmo que criticado, tem preservada a imagem do Presidente da República. A cobertura do Legislativo é menor e, em geral, negativa, a instituição só tem centralidade quando é alvo de algum escândalo²⁷.

Buscando explicações para a cobertura negativa do Congresso Nacional, o autor aponta três linhas. Em primeiro lugar, está a concentração de notícias no plenário e nos bastidores, sem acompanhamento dos trabalhos regulares nas

²⁶ Uma interessante perspectiva da objetividade no jornalismo encontra-se em: GUERRA, Josenildo L. O Contrato *fiduciário* entre o jornal e o público. Paradoxos da crítica à objetividade. *Comunicação & Política*, vol. V, n° I, nova série, janeiro-abril de 1998.

²⁷ Segundo o autor, a cobertura negativa do Poder Legislativo não é uma característica da imprensa brasileira, nos Estados Unidos, o Congresso reagiu a erosão de sua imagem na mídia através de uma medida de controle da cobertura. No Brasil, na tentativa de melhorar sua imagem o Senado, em primeiro lugar, seguido da Câmara de Deputados, criaram canais no sistema de televisão por assinatura. Para maior informação sobre o tema ver: TAVEIRA, Eula D., LIMA, Maria Érica O. TV Senado: uma tentativa de transmissão democrática. *Comunicação & Sociedade*. UNESP, 2000.

comissões, reuniões e negociações, projetando um desconhecimento dos trabalhos legislativos.

A segunda linha, apontada para a cobertura jornalística negativa do Congresso Nacional, é "*o caráter seletivo e parcial do processo de seleção de notícias sobre o Legislativo*" (Idem, p. 58). Trata aqui da homogeneização das notícias. Baseando-se em estudos de Lima e Noblat, o autor aponta alguns fatores que levam à homogeneização:

"as pressuposições comuns dos jornalistas com relação ao critério de aceitação do seu trabalho pelo público (prioridade à emoção, aos elementos negativos e à compreensão fácil); forte influência recíproca na construção de marcos de referência (jornais seguem a TV e vice-versa); a busca da aprovação dos colegas e superiores; dependência comum com relação a certas fontes" (Idem: p. 58).

A terceira linha de cobertura diz respeito à imagem. A prioridade da cobertura é dada a parlamentares que possibilitam uma boa imagem, os mestres de projeção de imagem, não importando a qualidade de seus trabalhos.

Numa perspectiva de análise diversa, Malena Rodrigues, ao investigar a relação entre imprensa e Congresso, sob a ótica do modelo de *agenda-setting*²⁸, buscando demonstrar que o agendamento dos temas, no Poder Legislativo, se constrói em uma simbiose entre jornalistas e parlamentares, uns baseando-se nos outros. Ao discorrer sobre os jornalistas que fazem a cobertura do Congresso Nacional, a autora respalda em muito as linhas apontadas por Porto. Principalmente, no que diz respeito ao fato dos jornalistas ficarem em torno do plenário, buscando acontecimentos diferenciados nos bastidores ou tentando localizar um parlamentar com quem desejam falar. Ao agirem deste modo, os jornalistas deixam de informar questões importantes para o cidadão²⁹. A autora destaca ainda a importância da relação de proximidade entre fonte/repórter, quer dizer, entre jornalistas e parlamentares, para o "*processo de seleção e captação da notícia, bem como do próprio conteúdo*" (2002, p. 112). A visibilidade na mídia

²⁸ A autora investiga a correlação de forças entre parlamentares e jornalista que fazem a cobertura política da instituição, utilizando-se do modelo do *agenda-setting*. Sem buscar aprofundar a compreensão do modelo, optou-se por uma definição apontada por França: "*estes estudos apontam a intervenção dos meios na conformação da estrutura cognitiva dos indivíduos. Mais dos que agendar temas específicos, os meios moldam formas de perceber e de pensar (constróem os quadros de percepção)*" (1999, p.3).

²⁹ A autora constata que esta tendência vem mudando em função da implantação de veículos de comunicação das duas Casas parlamentares.

é de tal importância, para os políticos, que muitos passaram a contar com assessores de imprensa. Estes tratam da imagem dos congressistas e são apontados, pela autora, como agentes fundamentais para a constituição de espaços midiáticos aos parlamentares.

"A tendência é especializar o político em alguma questão de interesse mediático, principalmente quando se trata dos chamados deputados do "baixo clero", com menor projeção política, que precisam de alavancas mediáticas para ter mais espaço tanto política quanto mediaticamente. Cientes disso, muitos procuram por um assessor de imprensa" (Idem: p. 113).

Quanto à questão da imagem, é interessante a perspectiva de Gomes, ao tratar da *política de imagem*³⁰. O autor afirma que *"em nossos dias, é cada vez maior o consenso sobre o fato de que parte considerável da disputa política tenha sido convertida em competição pela imposição da imagem pública dos atores e interesses políticos"* (1999, p. 145). Assinala, também, a importância que as sondagens de opinião possuem no processo de identificação de uma imagem pública:

"Com efeito, os participantes do sistema de política de imagem só se sentem autorizados a identificar a imagem pública de uma pessoa, uma classe ou uma instituição depois que sondagens levadas a termo por institutos autorizados são realizadas... Além de um efeito no processo de identificação da imagem pública, há ainda um efeito suplementar, decorrente da divulgação da sondagem, e que consiste numa espécie de *retroação da aferição sobre o aferido*" (Idem: p.156/7)³¹.

Três são os materiais apontados pelo autor, para a elaboração de imagens: as mensagens, os fatos e as configurações significativas. A importância está centrada não propriamente no que alguém fez ou diz, mas naquilo que *"se considera que ele fez ou diz, trata-se daquilo que se reconhece como sendo suas mensagens, ações e apresentação"* (Idem: p. 161).

Retomando o raciocínio de Porto, este salienta ainda que a cobertura jornalística do Congresso Nacional é *enviesada* ao não fazer a distinção entre o

³⁰ A noção de política de imagem é definida pelo autor como: *"A expressão restringe-se a indicar, por conseguinte, a prática política naquilo que nela está voltada para a competição pela produção e controle de imagens públicas de personagens e instituições políticas"* (Gomes, 1999, p.147).

³¹ Outra análise encontra-se em Fernandez. Neste trabalho a autora destaca a importância da imagem para que o homem político possa se afiançar no espaço da ação política. Destaca-se ainda a percepção da autora da imagem como ação simbólica onde se busca uma nova forma de encontro e identificação dos políticos com o público, mas que vem gerando sérios problemas éticos e jurídicos ao mesclar o público e o privado (2000, p. 161).

"desempenho medíocre de alguns parlamentares da essência mesma do Legislativo enquanto instituição" (Idem, p. 59). Completa, argumentando que a corrupção não se constitui em um privilégio do Legislativo, mas que a cobertura negativa dada aos trabalhos parlamentares, divulgada de forma homogênea, acaba por dar a impressão *"de que corrupção, cinismo e desmandos são monopólio dos políticos, dos partidos ou do Congresso"*³² (Idem: p. 59). O autor dá fechamento ao seu estudo, concluindo que:

"A mídia constitui o vínculo principal entre a cidadania e o processo político, cumprindo um importante papel na representação e interpretação dos fatos, instituições e processos da vida de uma sociedade. Esse papel se torna ainda mais relevante quando se verifica a existência de uma tendência para o conflito entre as necessidades de legitimidade da mídia frente à sua audiência e à legitimidade da democracia como regime político" (Idem: p. 61).

Numa posição similar, Rodrigues destaca que *"a imprensa não é meramente uma representante da sociedade civil: ao mesmo tempo em que convive com a idéia de publicar o que é do interesse social, ela tem seus próprios interesses como elite"* (2002, p. 123); em outras palavras, ela possui interesses fundados na lógica que preside o mercado jornalístico, qual seja, dos índices de audiência e de concorrência.

Em função do que foi exposto, um ponto ainda necessita comentários: a independência do jornalismo. A noção de independência do jornalismo é o tema desenvolvido nos estudos de Afonso Albuquerque (1999) e Fernando Azevedo (2001), que analisam a relação entre mídia e política no Brasil. O primeiro, compara a imprensa brasileira com o modelo de "jornalismo independente" norte-americano, e discorre sobre a forma como a imprensa brasileira se relaciona com os poderes Executivo e Legislativo. O segundo investiga se a imprensa é independente, no sentido de ser desvinculada dos interesses partidários e eleitorais, para isso baseia-se no modelo de democracia do público, de Manin. Embora sejam perspectivas diversas, os dois estudos contribuem para este trabalho.

Albuquerque argumenta que, embora a grande imprensa brasileira se perceba como seguidora do modelo norte-americano de "jornalismo

³² Porto citando SOUZA, 1988, p. 589.

independente", existem diferenças fundamentais na aplicabilidade do mesmo em nosso país. A hipótese que explora é de que a imprensa do Brasil cumpre um papel de "Poder Moderador", de construtora e defensora da democracia, diferindo-se do papel de "Quarto Poder", de fiscalizadora do processo democrático, que cumpre a imprensa dos Estados Unidos. Este papel da imprensa brasileira se explicaria por sua interpretação de que a democracia no país não está consolidada, encontra-se ainda ameaçada. Para o autor, se esta é a percepção que a imprensa possui da democracia brasileira,

"... não parece tão contraditória a idéia de que o comando da operação deva caber a líderes qualificados, o que, no caso da imprensa brasileira, se traduz em parte pela noção de "formador de opinião". Ou, dito de modo cínico, a preservação da democracia é um assunto sério demais para ser deixado ao "acaso" das decisões populares; a responsabilidade pelo problema deve caber fundamentalmente, então, as elites qualificadas para lidar como ele" (Albuquerque, 1999, p. 11).

Este olhar da imprensa brasileira, segundo o autor, afeta os valores basilares do jornalismo independente, a objetividade, a neutralidade, a imparcialidade, o compromisso com a verdade, com os fatos e os interesses públicos, tudo isso em função de uma causa maior: a defesa da democracia. Esta posição central da imprensa, na construção ou preservação da democracia, tem implicações na relação que a mesma estabelece com os poderes Executivo e Legislativo, se posicionando como um árbitro nas disputas entre os dois poderes³³. Nas palavras do autor:

"Mais do que meramente contribuir para o equilíbrio entre os poderes constituídos, a imprensa brasileira tem reivindicado autoridade para, em casos de disputas entre eles, intervir em favor de um poder contra o outro, a fim de preservar a ordem pública" (Idem: p. 15/6).

Segundo o autor, a imprensa tem se caracterizado pelo apoio ao Executivo³⁴, mas esta posição parece estar ligada, muito mais, a uma responsabilidade com a estabilidade econômica e política, do que a um compromisso com o público.

"Pode-se sugerir que, em termos genéricos, a relação da imprensa com o Executivo se faz segundo a lógica da "autoridade", enquanto a relação

³³ Esta perspectiva do papel da imprensa brasileira leva o autor a hipótese de que no Brasil ela não age como um quarto poder (modelo norte-americano), mas como um poder moderador.

³⁴ Ao menos em relação ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, caso oposto ocorreu com Fernando Collor de Mello, onde a imprensa fez-lhe oposição e contribuiu para sua queda (Idem: p. 16).

com o Legislativo segue a lógica da "política". No primeiro caso a ênfase recai principalmente sobre questões relativas aos interesses da *Nação como um todo* e à competência *técnica* dos agentes encarregados de lidar com elas; no segundo, tem-se em vista os interesses *particulares* dos (ou representados pelos) agentes envolvidos, e do processo de barganha que se estabelece em torno deles. Num ambiente cultural que subordina o interesse individual à ordem coletiva e que olha com profunda desconfiança o processo de condução negociada da produção de verdades, é razoável supor então que, como regra geral, a cobertura jornalística do Legislativo tenda a retratá-lo em termos muito menos favoráveis que ao Executivo" (Idem: p. 17).

Por fim, Albuquerque destaca que as matérias utilizadas, para compor sua argumentação inicial,³⁵ apresentam a predominância de aspectos negativos na avaliação dos parlamentares, em que *"os deputados não são julgados tanto por suas idéias ou princípios, mas pela sua adequação a padrões "técnicos" de avaliação, relativos à sua eficiência e conformidade a parâmetros éticos"* (Idem: p. 17).

Mesmo tratando a relação entre imprensa e Poder Legislativo de forma diversa daquela de Porto, Albuquerque destaca as noções de eficiência e de legitimidade no julgamento dos parlamentares. O autor enfatiza o papel desempenhado pela imprensa na formação do capital político individual e coletivo dos membros do Congresso Nacional.

Azevedo, o segundo autor apontado, no que tange à independência da mídia, analisa a cobertura jornalística das eleições municipais de São Paulo, com a proposta de verificar se a imprensa, em função do reconhecimento de seu poder de agenda, se caracteriza como "imprensa independente". Compreende imprensa independente no mesmo sentido que Manin, quer dizer, uma imprensa desvinculada dos interesses partidários e eleitorais, e capaz de informar com maior objetividade (Manin usa o termo neutralidade) o leitor/eleitor/cidadão. Segundo Manin, como já foi visto, esta seria uma característica central da democracia atual, na qual existe uma forte influência da mídia nas modificações e na formatação atual do modelo, o qual ele denomina de *democracia do público*, modelo contraposto ao anterior, a democracia dos partidos (Manin, 1996). Azevedo constata que a prática atual da democracia brasileira pode ser tipificada como democracia do público, as razões que permitem esta afirmação são:

"... a associação entre a fragilidade histórica dos partidos brasileiros, a existência de uma legislação eleitoral que incentiva a ação individual dos políticos e candidatos e a centralidade dos meios de comunicação de massa no processo eleitoral, especialmente a TV" (2001, p. 5).

Para o autor, estas características projetam uma relação direta entre os candidatos e os eleitores, que se constitui numa das razões que levam a cobertura das campanhas a centrar-se nos candidatos individuais e não em partidos políticos ou programas. A partir da análise dos dados referentes à cobertura jornalística do pleito, o autor constata a modificação do formato do jornalismo nos veículos investigados, concluindo que:

"... os dados até aqui analisados não corroboram a visão prévia e difundida de que a imprensa brasileira, pela sua natureza comercial ou pelas ligações políticas de seus proprietários, está condenada a defender os interesses políticos e partidários dos grupos dominantes. Ao contrário, parece que estamos diante de um saudável processo de distanciamento e neutralidade da imprensa em relação aos candidatos, partidos e grupos políticos" (Idem, p. 16).

Os estudos que tratam da relação mídia e política, expostos aqui, apontam para uma crescente importância do papel da mídia na configuração do campo político. Duas noções aparecem como centrais neste novo papel desempenhado pelos meios de comunicação: a neutralidade e a opinião pública.

Se, por um lado, como coloca Manin, ocorreram mudanças na política, gerando um novo modelo, no qual a centralidade está na personalização do candidato, na construção de uma imagem eficaz frente ao público, mudanças estas nas quais a mídia tem papel destacado, em função da neutralidade relativa com que divulga os fatos, quer dizer, se a mídia não é mais engajada, ligada aos partidos políticos, isto parece se constatar também no caso brasileiro, como apontou Azevedo. Se é possível constatar esta neutralidade das mídias, em relação ao comprometimento com os partidos ou forças políticas, é possível também constatar que, como assinala Champagne, uma falsa neutralidade, no tratamento dos fatos, como se a forma como relata os acontecimentos políticos, a releitura ou reescrita destes acontecimentos, não esteja ligada a interesses ou disputas dentro de seu próprio campo ou em relação a campos que lhe fazem fronteira.

³⁵ O autor sustenta sua argumentação com artigos publicados pela revista *Veja* e *Época*, bem

A mídia, ao ampliar seu papel, vem se projetando como um ator político significativo, que tem o poder de constituir significados ou verdades sobre a política, interferindo na mesma e buscando sua força na utilização que faz da noção de opinião pública. Parte de seu poder está na capacidade que possui atualmente de construir e destruir o capital político, a reputação dos políticos.

No Brasil, a literatura que analisa esta relação deixa entrever que a mídia, na busca por ampliação de audiência, de leitores, acaba por gerar imagens negativas dos políticos, baseadas nas noções de eficiência e legitimidade, noções fundamentais na composição do capital político. A forma encontrada, para atrair a atenção do público, têm sido a disseminação constante de denúncias, levadas a efeito pelo jornalismo investigativo³⁶. Esta forma de fazer imprensa traz à tona uma série de atitudes irregulares dos políticos, de caráter legal ou moral. As denúncias têm centrado o foco no Poder Legislativo. Quando fazem as denúncias, os jornais e revistas se colocam como neutros – como se não existisse um consenso em torno de determinados temas, que devem ou podem ser *ditos*, e justificam sua posição, colocando-se como representantes da opinião pública, assumindo um papel de interlocutores entre o eleitor e o político. Estas denúncias são amplamente divulgadas e comentadas, levando os políticos a acatarem o *jogo* dos meios de comunicação, ao procurarem no próprio espaço que os atacou o local de defesa, de resgate de sua imagem. O conjunto destas modificações possibilita que a mídia se constitua como o porta-voz do discurso autorizado, como o procurador dos telespectadores³⁷, reconhecido pelo receptor. (Bourdieu: 1996) A mídia passa a ser, como coloca Champagne (1998), o local privilegiado da expressão da palavra pública.

A circularidade do discurso, elaborada pela mídia, através da apropriação que faz da noção de opinião pública, leva a imprensa a se constituir como formadora de opinião; num segundo momento, ela busca esta opinião através de pesquisas, confirmando através do resultados dessas, a opinião que ela mesmo formou. Santos expressa com clareza este fenômeno:

como, com entrevistas de jornalistas e diretores de jornais.

³⁶ É possível supor que este veio amplamente utilizado pela mídia impressa ocorre até mesmo em função da disputa em seu próprio campo, disputa em relação ao espaço ocupado pela televisão.

³⁷ Esta noção é utilizada por Weber ao se referir ao papel das redes de comunicação (2000, p. 20).

“Depois de sistemática campanha desacreditando as instituições democráticas, os meios de comunicação encomendam pesquisas de opinião e difundem, como se fosse descoberta, a falsidade de que o povo despreza o parlamento” (1998, p. 122).

Se, num primeiro momento, ela se propõe a medir a opinião da população, o que ela acaba fazendo é construir a existência da própria *opinião pública*, o que acaba respaldando seus interesses no espaço da luta política, ao construir a crença na existência desta opinião pública.

Os comentários e as noções destacadas na literatura, sobre a relação mídia e política, neste capítulo, passam a nortear a análise do material empírico, quer dizer, as notícias, as colunas de opinião, as cartas de leitores e os editoriais dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, que são descritos e analisados nos próximos capítulos deste trabalho, na busca por apreender o discurso da imprensa sobre o Congresso Nacional.

II. Reeleição: o balcão de negócios e a compra de votos

O mandato do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso mal se inicia no ano de 1995, e a primeira emenda apresentada ao Congresso Nacional propõe o direito de reeleição ao cargo máximo do Poder Executivo¹. Como as demais reformas que estão em pauta no período (administrativa, previdenciária, tributária), esta requer uma alteração na Carta Constitucional. Sua tramitação exige a formação de uma comissão especial na Câmara de Deputados, com a função de avaliar a matéria, redigir um relatório, votá-lo e, caso seja aprovado, enviá-lo para votação em plenário em dois turnos. Sendo aprovada, tem de passar por igual processo de tramitação no Senado.

Diferentemente das demais reformas enviadas ao Parlamento pelo Executivo, a emenda que propõe a reeleição nasce no próprio seio do Congresso Nacional, pelas mãos do deputado federal Mendonça Filho (PFL-PE). Ressalta-se, no entanto, que as diferenças não param por aí. Enquanto as demais reformas são tidas como fundamentais para racionalizar a máquina pública e contribuir para a solução das mazelas político-econômicas do país, apresentando poucas resistências quanto a sua necessidade, embora grandes divergências quanto ao seu formato, a reeleição, por beneficiar diretamente aqueles que estão no comando do poder Executivo em nível federal, estadual e municipal, gera divergências diversas, que vão desde a negação absoluta da proposta, passando por discordâncias sobre sua real importância, até conflitos sobre seu formato.

A importância dada pelo Planalto, à emenda, acaba por torná-la ponto de convergência das demais discussões que estão sendo efetuadas no Poder Legislativo, seja em relação às reformas constitucionais propostas, seja em relação a

¹ *Estrela* - Estado de São Paulo, 27/Out/96, s/autor, editoria: Política; *Estratégia para aprovar reeleição foi traçada em 1994* - 02/Fev/97, autor: Rui Nogueira; Fábio Guibu; *Cronologia da reeleição* - 18/Mai/97, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

questões internas da instituição, como a eleição dos presidentes das duas Casas Parlamentares.

Enfim, se a relação de negociação entre o Executivo e o Legislativo é constante na tramitação e na votação das demais reformas propostas, a emenda da reeleição intensifica esta relação, pois tem, no mandatário do Executivo, o beneficiário maior da matéria, questão à qual os membros do Congresso Nacional não ficam ilesos.

Como foi dito anteriormente, vários são os temas que relacionam a emenda da reeleição com o Congresso Nacional. Em função disso, foi necessário fazer uma opção entre os diversos enfoques em que a emenda figura como tema de publicação, nos dois jornais selecionados. Dois momentos aparecem como fundamentais: as negociações que antecedem a aprovação da emenda da reeleição em sua primeira rodada, na Câmara de Deputados, aprovada em 28 de janeiro de 1997; a denúncia publicada pelo jornal *Folha*, em maio do mesmo ano, em que deputados haviam votado favoravelmente à reeleição em troca de dinheiro. Estes passam a ser os dois aspectos selecionados para a investigação neste capítulo, buscando descrever e analisar como o Congresso Nacional é apresentado nestes dois momentos.

O primeiro aspecto também teve de ser depurado em função dos inúmeros assuntos noticiados. É significativo o número de matérias que tratam das negociações entre o governo e os deputados federais. São descritas e analisadas apenas aquelas que dizem respeito à possibilidade da ocorrência de práticas fisiológicas no momento das negociações, incluindo aí as matérias que informam, de um lado, a disposição do Executivo de não se submeter a barganhas e, de outro, a disposição dos parlamentares de receber algum benefício em troca de seus votos favoráveis à emenda que permite a reeleição do Presidente da República. As demais matérias são citadas apenas quando for conveniente.

O segundo aspecto é menos complexo para a investigação, já que os dois jornais dão centralidade à denúncia de compra/venda de votos de parlamentares.

Estão descritas as notícias que informam sobre a denúncia e analisados os editoriais que apontam a posição assumida pelos jornais em relação ao caso.

O capítulo está dividido em:

2.1. As negociações para aprovação da reeleição: a romaria para o balcão de negócios – são descritas e analisadas as matérias que tratam das negociações, para votação da emenda da reeleição, nas quais os jornais apontam a existência de práticas fisiológicas. A proposta é investigar quem são os responsáveis pela barganha política, apontada pelos jornais.

2.2. A reeleição aprovada: a compra dos votos - aqui estão descritas e analisadas as matérias e editoriais que tratam da denúncia de compra/venda de votos de parlamentares, quando ocorre a votação, em primeiro turno, da emenda da reeleição na Câmara de Deputados, buscando comparar o tratamento dado pelos jornais aos dois poderes envolvidos no caso - o Executivo e o Legislativo. São descritas, ainda, as manifestações nas cartas dos leitores, referentes ao escândalo.

2.1. As negociações para aprovação da reeleição: a romaria para o balcão de negócios

A importância da proposta de uma emenda constitucional, permitindo a reeleição para o cargo de Presidente da República, faz com que os jornais publiquem informações sobre o tema desde o momento de sua apresentação, em janeiro de 1995, mas a reeleição torna-se matéria diária no período anterior ao primeiro turno da votação na Câmara de Deputados. As notícias informam sobre: o modelo a ser adotado; a comissão especial (formato do relatório, integrantes) e os prazos para votação (datas prováveis para votação, tentativas de obstrução ou falta de quórum

para as sessões)²; a definição da questão, por plebiscito ou referendo³; o fato de a emenda ser votada em período de convocação extraordinária⁴.

Os dois jornais noticiam as dificuldades encontradas, pelo Planalto e demais apoiadores da matéria, para a tramitação e aprovação da emenda, apontando as divergências entre os partidos aliados ao governo e as tentativas da oposição de impedir a tramitação⁵. As notícias destacam a relação entre a reeleição e outros temas de pauta do Congresso Nacional, como as demais reformas constitucionais⁶ e

² *Emenda segue modelo dos EUA* - 11/Set/96, autor: Marta Salomon; *Antes que apodreça* - 12/Out/96, autor: Clóvis Rossi, editoria: Opinião; *Governistas faltam e atrasam votação* - 02/Nov/96; *Emenda da reeleição sofre novo atraso* - 09/Nov/96; *Oposição tenta atrasar tramitação* (autor: Denise Madueño); *Fidelidade ao governo marca comissão* - autor: Lucio Vaz (15/Nov/96); *Em um caso ou outro* - autor e seção: Janio De Freitas; *Emenda limita gastos do Executivo* (17/Dez/96); *Oposição não consegue obstruir sessão*; *Relator comete 2 erros em seu parecer* (18/Dez/96) (autor: William França) (Folha de São Paulo: editoria: Brasil); *Mercador* - 10/Set/96, s/autor; *Fórmula de FH dispensa afastamento do cargo* - 09/Out/96; *FH quer turno único para governador e prefeito* - 25/Out/96 (autor: João Domingos); *Lá e cá* - 30/Out/96, s/autor; *Aliados testam força em reunião na quarta-feira* - 03/Nov/96, autor: Christiane Samarco; *S/título*, 06/Nov/96, s/autor, seção: Jogo Rápido; *Prazo para emendas deverá ser ampliado* - 08/11/96, autor: J.D.; *Aliados querem FH na disputa sem deixar posto* - 13/Nov/96, autor: Christiane Samarco; *Relator da emenda da reeleição opta por texto original* - 11/Dez/96, autor: Marcos Magalhães; *Tentativas de obstrução fracassaram* - 17/Dez/96; *Tampa e balaio* - 26/Dez/96 (s/autor); *Planalto tenta salvar agenda da reeleição* - 31/Dez/96, autor: Christiane Samarco (Estado de São Paulo, editoria: Política).

³ *PFL propôs plebiscito para o dia da eleição municipal* - Folha de São Paulo, 20/Out/96, autor: Clóvis Rossi, editoria: Brasil; *FH aceita referendo popular sobre reeleição* - 19/Dez/96, autor: João Domingos; *Parlamentares reagem à idéia de referendo* - 20/Dez/96, autor: João Domingos e Rosa Costa (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁴ *Convocação custaria R\$ 9,5 mi* - 14/Set/96, autor: Lucio Vaz; *Congresso se autoconvoca* - 11/Dez/96; *Reeleição e cassação serão as prioridades* - 21/Dez/96 (s/autor) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Porta-voz* - 14/Set/96, s/autor; *Reeleição e reformas vão forçar convocação* - 09/Out/96, autor: Ricardo Amaral; *Manda quem pode...* - 10/Dez/96, autor: Cristiana Lôbo (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁵ *O circo da reeleição e suas atrações* - 11/Set/96, s/autor, editoria: Brasil; *Ciúmes na reeleição* - 02/Out/96, autor: Fernando Rodrigues, editoria: Opinião; *PL não fecha a questão* - 02/Dez/96, s/autor, editoria: Brasil; *Petistas admitem aliança com Maluf* - 14/Dez/96, autor: Daniela Falcão (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Vagas para mosqueteiro* - 20/Jul/96, editoria: Política, seção: Notas; *Paes discute reeleição com Maluf e Dirceu* - 06/Ago/96, s/autor; *Itamar, Paes e Sarney articulam oposição a FH* - 13/Ago/96, autor: Gilse Guedes; *Sarney critica articulação para reeleição* - 20/Ago/96, autor: Christiane Samarco; *Petistas vão discutir aliança anti-reeleição* - 22/Ago/96, autor: Gilse Guedes; *Na labuta* - 27/Ago/96; *Cenário* - 31/Ago/96 (s/autor); *Tema domina homenagem a Luís Eduardo* - 28/Out/96, autor: Ana Cristina Rosa e Helio Gama Neto.

⁶ *A quimera do voto distrital* - 06/Set/96, editoria: Opinião; *Emenda causa guerra de egos entre os aliados* - 11/Set/96 (autor: Fernando Rodrigues); *Reeleição tem prioridade, afirma Maciel* - 28/Set/96, autor: Marta Salomon (editoria: Brasil) (Folha de São Paulo); *FH quer embutir reeleição em reforma política* - 02/Set/96; *Pacote da reeleição fica pronto em outubro* - 03/Set/96 (autor: João Domingos); *Peregrinação* - 14/Out/96, s/autor, (Estado de São Paulo, editoria: Política).

as eleições para as presidências da Câmara e do Senado⁷. Além disso, são informados cálculos dos prováveis votos dos parlamentares⁸.

Os jornais *Estado* e *Folha* são homogêneos, quando o tema é o formato das negociações entre Planalto e Câmara de Deputados, para aprovação da emenda.

"Babel

O presidente Fernando Henrique fala que não quer a reeleição a qualquer custo.

No Congresso, a linguagem é outra: a da ponte, do açude e dos interesses dos parlamentares.

É esperar para ver qual discurso terá mais força.

Perguntar não ofende

A reeleição custará quantos açudes? "

"Providência

O governo decidiu que neste período de discussão da emenda da reeleição os pleitos políticos deverão ser encaminhados pelos partidos a FH. As portas do palácio estarão fechadas para conversas de pé-de-ouvido com deputados.

A preocupação é evitar que se propague a idéia de que para aprovar a reeleição a negociação vai acontecer no varejo

Tarefa difícil. A linguagem lá no Congresso é essa mesmo..."⁹

" Os eleitos

O Planalto detonou uma operação para agradar o que governistas classificam de "grandes eleitores da reeleição". Por isso, já embarcou na canoa de ACM no Senado. Vai resolver a vida de Sarney e de outros caciques.

Costura por cima

Na avaliação de articuladores da reeleição, a emenda não será aprovada atendendo o fisiologismo de varejo (deputado por deputado). É melhor fazê-lo no atacado. E com quem tem "tropa" (votos) no Congresso..."⁹

⁷ *Pedra no caminho* - 22/Set/96, autor: Fernando Rodrigues, editoria: Opinião; *Maciel tenta barrar articulação peemedebista* - 23/Out/96; *PMDB só vai votar a favor da reeleição se presidir a Câmara* - 24/Out/96 (autor: Marta Salomon, editoria: Brasil); *Convite à traição* - 28/Out/96, autor: Valdo Cruz, editoria: Opinião; *Pré-candidatos à presidência da Câmara atacam reeleição* - 20/Nov/96, autor: Lúcio Vaz, editoria: Brasil (Folha de São Paulo); *FH revê aliança para garantir reeleição* - 18/Ago/96, autor: José Casado; *Esforço concentrado* - 22/Set/96, s/autor; *Disputa por cargos dificulta negociações* - 11/Out/96, autor: Christiane Samarco; *O retorno* - 13/Out/96; *Novo posto* - 22/Out/96 (s/autor) (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁸ *Reeleição hoje tem apenas 265 votos* - 07/Set/96, autor: Clóvis Rossi; *PFL "chuta" 340 votos* - 18/Set/96, autor: Marta Salomon; Ricardo Amorim; *Governo conta 21 votos pró-reeleição* - 29/Out/96, autor: Marta Salomon; *PSDB vê hoje cenário desfavorável a FHC* - 02/Dez/96, autor: Daniela Pinheiro; *O listão e a lista* - 14/Dez/96, autor: Marta Salomon, editoria: Opinião (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Navegantes* - 01/Set/96, s/autor; *Apoio à reeleição é de 60% no PMDB* - 16/Set/96; *Insone* - 08/10/96 (s/autor); *PPB cria obstáculos para debater reeleição* - 09/Out/96, autor: Christiane Samarco; *Deputado tucano vê dificuldades para reeleição* - 15/Dez/96, autor: Luiz Augusto Falcão (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁹ As matérias são, respectivamente: *Estrela* - 27/Out/96; *Tiro n'água* - 29/Out/96 (Estado de São Paulo, s/autor, editoria: Política); *S/título* - Folha de São Paulo, 29/Out/96, s/autor, editoria: Brasil, seção: Painel; *Tiroteio*.

Os jornalistas destacam a disposição do Executivo de não submeter-se a barganhas, para ver a emenda aprovada, de não buscar a aprovação da reeleição a *qualquer custo*, de negociar apenas com líderes do Congresso Nacional, os *grandes eleitores da reeleição* ou *quem tem tropa (votos)*, de negociar apenas no atacado e não, no varejo, em *conversas de pé-de-ouvido* com cada um dos deputados federais. Os mesmos textos sugerem que a disposição dos parlamentares é contrária àquela exposta pelo Executivo, ou seja, é de negociar a emenda da reeleição no varejo, na linguagem *"... da ponte, do açude e dos interesses dos parlamentares"*.

Embora os deputados, pela óbvia razão de terem em suas mãos o poder de aprovar ou não a emenda, sejam, na visão dos jornalistas, os principais suspeitos de uma possível barganha, os governadores não ficam ilesos. Na coluna *Barganha, o nome do jogo*, publicada na *Folha*, o jornalista entende que a decisão dos governadores de levar o problema das dívidas dos Estados para o mesmo foro onde será discutida a reeleição, o Congresso Nacional, é um sinal de barganha.

"... No fundo, o nome do jogo é mesmo barganha, ainda que haja alguns governadores sérios o suficiente para não praticá-lo.

A barganha seria a óbvia: o Executivo atende o essencial das reivindicações dos governadores e eles orientam suas bancadas para aprovar a reeleição...

De todo modo, o importante no caso é menos a eventual força da barganha desenhada e mais o fato de que, ao colocar a reeleição como um projeto importante para ele, o presidente Fernando Henrique Cardoso ofereceu o flanco para todo tipo de proposta do gênero.

Qualquer um que estiver com unha encravada e não conseguir cura oferecida pelo governo federal vai gritar: é assim? Então vou ao Congresso pedir ao meu deputado que vote contra a reeleição.

Se essa pressão vai ou não funcionar, não sei. Mas que o jogo ficou claro, lá isso ficou." (*Barganha, o nome do jogo* - Folha de São Paulo, 16/Out/96, autor: Clóvis Rossi, editoria: Opinião)

O interessante nesta coluna é o fato de que o jornalista chama a atenção para o papel do Executivo nas negociações da reeleição, onde o interesse do Presidente da República, na emenda, possibilita uma abertura para todas as formas de pressão. Mas o texto não constitui o ocupante do posto maior do Executivo, como responsável por uma possível barganha; ele é antes uma vítima, não inocente, pois

interessada, de pressões prováveis. Os governadores, estes sim, se constituem como interessados em barganhar.

A apresentação dos responsáveis pela barganha segue uma linha crescente nas notícias publicadas. Na matéria "*A turma do depende*", também da *Folha*, são os parlamentares indefinidos que aparecem como prováveis interessados na troca de seus votos por benefícios. A coluna parte do relato da resposta de um parlamentar entrevistado por um pesquisador do *Datafolha*. O parlamentar, ao ser questionado sobre sua posição quanto à reeleição, responde: "*depende, ainda não defini*". A partir desse caso isolado, o jornalista passa a caracterizar o grupo composto por deputados federais que ainda não têm posição sobre a emenda.

"... A reação do deputado é apenas uma mostra de um grupo dentro do Congresso que, por enquanto, prefere fazer o jogo do esconde-esconde.

Esse grupo pode ser dividido em duas turmas. Uma que lidera um grande número de parlamentares e prefere não anunciar o seu voto para evitar rachas entre seus aliados. É um grupo pequeno, formado pelos líderes partidários.

A outra turma, enorme, vai se "decidir" apenas na última hora. Esse pessoal, na verdade, quer é barganhar o seu voto em troca de favores. Então, nada melhor do que se dizer indefinido. Na hora final, um carguinho aqui, uma verbinha ali. E, num passe de mágica, o deputado define um votinho lá.

Segundo a pesquisa *Datafolha* publicada ontem, pelo menos 72 parlamentares podem integrar esse bloco. Sem falar numa (boa) parcela dos 162 que são a favor da reeleição, mas não para o presidente FHC.

Por mais que o Planalto negue, a reeleição será usada como um verdadeiro balcão de negócios." (*A turma do depende* - *Folha de São Paulo*, 21/Out/96, autor: Valdo Cruz, editoria: Opinião)

A coluna aponta algumas questões importantes. Em primeiro lugar, os *indefinidos* se dividem em dois grupos. Os líderes partidários compõem um deles, grupo pequeno, onde os membros definem seus votos em função de questões políticas. O segundo grupo, significativo em termos numéricos, se diz indefinido por pretender trocar seu votos por favores. O autor deixa transparecer que os últimos, ao contrário dos líderes partidários, não buscam um sentido público ou político para definir seus votos, apenas buscam saciar seus interesses, sejam eles pessoais ou paroquiais. O raciocínio sobre os votos indefinidos leva o colunista a afirmar que "*... a reeleição será usada como um verdadeiro balcão de negócios*". Quem atuará neste balcão? Segundo a matéria, de um lado, os parlamentares que não definiram seus

votos e que buscam, para isso, algum benefício; de outro lado, o Planalto, que nega a possibilidade de barganha, porém encontra-se relegado à inevitabilidade.

A comissão especial, que tem a função de analisar a emenda da reeleição, é instalada. Matérias dos dois jornais focalizam a possibilidade da reeleição se transformar num *balcão de negócios*. Em notícias do *Estado*, o jornalista destaca que esta possibilidade é aventada pelos próprios parlamentares.

"O Palácio do Planalto não quer pagar pela emenda da reeleição e, mais importante, não quer que pensem que pagou, caso ela seja aprovada na comissão especial da Câmara instalada anteontem...

A possibilidade de a comissão ser confundida com um balcão de negócios foi um dos temas da conversa do líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), com o ministro das Comunicações, Sérgio Motta (PSDB), horas antes da primeira reunião do grupo. Inocêncio sugeriu ao ministro que a responsabilidade política sobre o assunto seja entregue aos partidos. Isso daria aos líderes autonomia para "degolar" deputados vacilantes e inclinados a barganhar apoios..." (*Governo vigia aliados para garantir maioria* - Estado de São Paulo, 30/Out/96, autor: Ricardo Amaral, editoria: Política)

A divulgação do receio dos líderes de partidos, de que a comissão que analisará a emenda possa "*ser confundida com um balcão de negócios*", somada à disposição dos mesmos em trocar os parlamentares que demonstrarem buscar *favores políticos* em troca de votos favoráveis, acaba por legitimar o discurso, já publicado na imprensa, sobre a existência de deputados que colocam seus interesses pessoais à frente dos interesses políticos. O título da matéria é importante, pois deixa transparecer que os barganhadores pertencem aos partidos aliados ao Planalto.

A *Folha* também dedica matéria à composição da comissão que deve analisar a emenda da reeleição. Segundo a matéria, as indicações *de última hora*, para a comissão, são apontadas como fator de fortalecimento da *bancada da negociação* ou *bancada da barganha*. Os jornalistas afirmam a disposição de mais da metade dos membros da comissão para negociar seus votos.

"... As indicações de última hora para a comissão que vai analisar a emenda da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso fortaleceram a "bancada da negociação" -parlamentares que não têm uma posição claramente favorável à reeleição.

A comissão foi instalada ontem, e mais da metade de seus membros quer negociar o voto com o Palácio do Planalto. Só PFL e PSDB têm posição fechada favorável à aprovação da reeleição...

O governo quer se armar contra a barganha. A estratégia é tratar as reivindicações no atacado e evitar a negociação no varejo, com cada parlamentar..." (*Bancada da 'barganha' vai definir rumos da reeleição* - Folha de São Paulo, 30/Out/96, autor: Denise Madueño; Marta Salomon, editoria: Brasil)

Se no noticiário do *Estado* os responsáveis pela barganha são deputados isolados, a *Folha* os agrupa em uma bancada, da *barganha* ou da *negociação*. O temor do governo, apontado pelos jornais, parece se concretizar com as exigências da chamada bancada ruralista, que busca o recuo do governo, no aumento de 20% do Imposto territorial Rural (ITR), para terras improdutivas, em troca dos votos favoráveis à reeleição. O *Estado* informa que esta bancada possui 140 votos na Câmara¹⁰.

A votação da emenda da reeleição na comissão especial é tema de um editorial publicado no jornal *Estado* e intitulado *Os limites da negociação*, no qual os editorialistas partem das previsões dos deputados Inocêncio de Oliveira e Delfin Netto sobre a distribuição dos votos dos congressistas que compõem tal comissão¹¹. Apesar da variação dos números, o jornal assinala que "*com maior ou menor margem, a emenda deverá passar pela comissão especial sem grandes problemas*". Esta suposição é seguida de duas variáveis. A primeira diz respeito à velocidade da tramitação, centrando o texto na disputa do PMDB pela presidência da Câmara de Deputados. A segunda variável, que interessa particularmente a este trabalho, é citada em sua plenitude:

"... A outra incógnita é o custo de transação dessa emenda. Não falta quem se lembre dos custos morais e materiais da prorrogação por um ano do mandato do então presidente José Sarney. Na verdade, não existe paralelo entre os dois casos. No anterior, o presidente da República lutava por um casuismo e estava disposto a bancar todas as exigências que lhe fossem

¹⁰ *Ruralistas ignoram reação do Planalto e mantêm ameaça* - 21/Nov/96, autor: João Domingos; *Pressão contra reeleição preocupa aliados* - 24/Nov/96, autor: Cláudia Carneiro, (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Ruralistas querem ITR de 20% só em 2004* - 22/Nov/96, autor: Daniel Bramatti; *Ainda é só o aperitivo* - 24/Nov/96, autor e seção: Janio De Freitas (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

¹¹ A *Folha* parece dar centralidade a questão nas colunas de opinião, mas nenhum editorial sobre o tema foi constatado durante a pesquisa.

feitas. Já o presidente Fernando Henrique Cardoso tem comportamento marcadamente diferente e a emenda em discussão, embora eventualmente possa vir a beneficiá-lo, é mudança institucional de fôlego. A despeito disso, o Congresso Nacional não se moverá sem determinados incentivos. Caberá, no entanto, ao governo fixar os limites que separam a negociação política da barganha fisiológica. Ao que se informa, o governo prefere trabalhar com uma margem apertada de votos favoráveis à reeleição, na comissão especial, a transformá-la em balcão de negócios. A melhor maneira de manter essa disposição é a marcação cerrada sobre os membros da comissão, em especial os que pertencem aos partidos que sustentam o governo. Eles foram designados pelas lideranças de seus partidos para cumprir uma diretriz doutrinária e seria intolerável que condicionassem seus votos a qualquer esquema de troca de favores...

A possibilidade de substituição dos parlamentares indicados pelos partidos, para compor a comissão, passa a ser a tônica do editorial.

... O deputado Inocêncio Oliveira sugeriu ao governo que dê total autonomia aos líderes dos partidos que formam a base de apoio para substituir os membros da comissão especial que porventura ameacem votar contra a emenda ou tentem trocar votos por favores. É realmente lamentável que a fidelidade de parlamentares a diretrizes partidárias tenha de ser assegurada por intermédio de ameaças públicas de disciplinamento.

O histórico das reformas que o governo tem conduzido indica, no entanto, que a providência é necessária. Na verdade, duplamente necessária. Primeiro, para garantir os votos indispensáveis à aprovação da emenda. Segundo, para evitar que a fuga de alguns votos torne essencial para o governo contar, na comissão especial, com os votos de representantes do PPB, selecionados a dedo pelo sr. Paulo Salim Maluf. Para o governo e o País, é melhor nem saber em que condições tal apoio seria dado." (*Os limites da negociação*- Estado de São Paulo, 30/Out/96, editoria: Notas, seção: Editorial)

O editorial segue a linha das matérias publicadas. Para sustentar a hipótese de possíveis barganhas, recorre ao passado, lembrando o processo de ampliação de um ano do mandato do presidente José Sarney. O comportamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, em relação à reeleição, é apontado como *marcadamente diferente* e a emenda não trata de um casuísmo, mas de uma *mudança institucional de fôlego*. Se a perspectiva em relação ao Executivo mudou, o mesmo não ocorre, quando o foco é o Legislativo: barganharam naquele momento, logo, barganharão agora, pois "*o Congresso Nacional não se moverá sem determinados incentivos*". Práticas fisiológicas do passado servem de base para a desqualificação do Legislativo.

A referência à possível troca de parlamentares, na comissão, legitima a desqualificação dos parlamentares, através da utilização que os jornalistas fazem de declarações oriundas de membros do próprio Congresso, e permite a introdução de um novo item de crítica: a falta de fidelidade a diretrizes partidárias. A sugestão do deputado federal permite, aos jornalistas, auferir que tal fidelidade não existe, a prova está na possível troca de indicados à comissão, caso não se comportem segundo a definição dos partidos políticos que representam, leia-se, partidos que compõem a base de apoio ao governo.

Se a *Folha* aponta, como responsáveis pela barganha, *a turma do depende*, *a bancada da 'barganha'*, *a bancada da negociação*, o *Estado* vai mais longe e destaca onze grupos que, nas palavras dos jornalistas, buscam "... algum tipo de proveito da emenda da reeleição".

"A perspectiva de travar uma batalha difícil nos plenários da Câmara e do Senado, em dois turnos, para aprovar o projeto de reeleição de presidente, governadores e prefeitos, deixa o Planalto nas mãos de um Congresso que, nestas ocasiões, dificilmente perde a oportunidade de trabalhar de acordo com os interesses individuais. É a prática do "é dando que se recebe": o voto vai, mas algum agrado deve vir em troca...

Hoje já podem ser identificados no Congresso pelo menos 11 grupos interessados em tirar algum tipo de proveito da emenda da reeleição. Por isso, houve uma tentativa de neutralizar os parlamentares que podem exigir algum tipo de compensação pelo voto a favor da reeleição...

Após esta introdução, a matéria nomeia os grupos, novamente, utilizando-se, para isso, de informações vindas do próprio Legislativo.

... Os 11 grupos, segundo os líderes dos partidos no Congresso:

Sucessores de FH - O senador José Sarney (PMDB-AP) é o comandante no Congresso. A ele aliam-se políticos de tendências diversas, como o petista Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-presidente Itamar Franco e o prefeito Paulo Maluf.

Candidatos a governador - Muitos parlamentares planejam disputar em 1999 e não querem ter de enfrentar os atuais governadores. Entre eles os senadores Odacir Soares (PFL-RO), Júlio Campos (PFL-MT) e Jäder Barbalho (PMDB-PA).

Obras paroquiais - Estes parlamentares pretendem apresentar ao Planalto pedidos por término de obras, construção de açudes e barragens, hidrelétricas, pavimentação e recuperação de estradas. Os principais representantes são os deputados Wilson Campos (PSDB-PE) e Paes Landim (PFL-PI).

Ruralistas - É uma bancada forte, influente e rica, liderada pelos deputados Abelardo Lupion (PFL-PR) e Nelson Marquezelli (PTB-SP) e os senadores Osmar Dias (sem partido-PR) e Íris Rezende (PMDB-GO).

Inimigos - Já foram governistas e, por se julgarem pouco recompensados por cargos, viraram adversários, como os deputados Valdemar Costa Neto (PL-SP), Paulo Heslander (PTB- MG) e José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Baixo clero - Atuam sem que os líderes percebam e costumam pedir pequenas coisas, como os deputados Nilson Gibson (PSB- PE), Marcos Lima (PMDB-MG) e Nilton Baiano (PPB-ES).

Zona Franca - Trata-se de um grupo coeso e disposto a assegurar incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus até 2013, como os senadores Bernardo Cabral (PFL- AM) e Gilberto Miranda (PMDB-AM).

Mendes Júnior - Pelo menos metade dos 53 deputados de Minas acha que o Banco do Brasil deve pagar cerca de R\$ 1 milhão à Mendes Júnior, para indenizar a construtora pela perda de equipamentos na Guerra do Golfo. Do grupo, Philemon Rodrigues (PTB) e José Santana de Vasconcellos (PFL) são da comissão especial da reeleição .

Esquerda - Composta por exatos 100 deputados, 84 deles devem se unir aos malufistas para impedir a reeleição de Fernando Henrique.

Malufistas - São mais de 60 deputados e senadores do PPB, PFL, PTB e PL. O principal líder é o deputado Valdemar Costa Neto (SP).

PMDB - Quer a presidência da Câmara e espera que o PFL declare apoio a um candidato do partido para votar a favor da reeleição." (*11 grupos medem força para influir na emenda* - Estado de São Paulo, 02/Nov/96, autor: João Domingos, editoria: Política)

A importância do texto está na generalização a todos os grupos que apresentam a seguinte característica: seguem a prática do *"é dando que se recebe"*, estão interessados em tirar algum proveito da reeleição. Mas, ao ater-se aos grupos expostos, percebe-se rapidamente a inclusão de opositores à emenda da reeleição: sucessores de FH (que sequer são parlamentares), esquerda, candidatos a governador (no caso, podem ser apenas contra a reeleição para o cargo Executivo estadual). Estes três grupos podem ter interesses específicos em relação à reeleição, mas enquadrá-los no grupo daqueles *"que podem exigir algum tipo de compensação pelo voto a favor da reeleição"*, como sugere o texto introdutório à listagem, parece ser um equívoco.

No mês de dezembro de 1996, as notícias dos jornais apontam obstáculos que o Planalto tem de enfrentar a fim de conseguir o número suficiente de votos dos parlamentares para ver aprovada a emenda da reeleição. O primeiro, é a eleição para as presidências da Câmara de Deputados e do Senado, onde os maiores partidos políticos, pertencentes à base de apoio do Executivo, disputam o comando

das Casas¹². O segundo, é a denúncia de um novo escândalo na Comissão Mista do Orçamento que está definindo a peça orçamentária para o ano de 1997, segundo a qual um o sub-relator do Orçamento, do PTB, pediu propina ao representante de uma empreiteira. O governo, temendo a rebelião do PTB, interfere no Legislativo, com o objetivo de que não seja formada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso¹³. O terceiro obstáculo trata da divulgação de uma lista, contendo os nomes de deputados federais do PPB que são devedores do Banco do Brasil. Segundo notícias, este partido vem colocando obstáculos à aprovação da emenda da reeleição¹⁴.

A matéria *Sindicatão*, publicada no *Estado*, relaciona os três temas assinalados acima com os onze (11) grupos citados em matéria anterior.

"Está dura a profissão de deputado. Mesmo com todos os descaminhos que ainda possam existir, o Orçamento deixou de ser a grande fonte de renda

¹² *Muita fumaça, pouco fogo* - 19/Dez/96, editoria: Opinião (autor: Valdo Cruz); *Governo faz ofensiva contra candidato do 'baixo clero'* - 20/Dez/96, autor: Marta Salomon; Daniel Bramatti, editoria: Brasil; *O acordão e o eleitor* - 21/Dez/96, autor: Marta Salomon, editoria: Opinião (Folha de São Paulo); *PMDB quer ajuda de FH para dirigir Câmara* - 04/Dez/96, s/autor; *Sarney apóia Íris e põe em risco planos de FH* - 12/Dez/96, autor: Ricardo Amaral E Christiane Samarco; *Sem acordo, PMDB e PFL disputarão Senado* - 17/Dez/96; *Cúpula tucana ataca base com apoio a aliados* - 19/Dez/96; *Votações de janeiro desafiam a unidade da base governista* - 21/Dez/96; *Disputa força debate inédito de candidatos* - 01/Jan/97 (autor: Christiane Samarco) *Disputa por sucessão complica jogo político* - autor: Kássia Caldeira; *Reforma retorna à pauta travada pela reeleição* - autor: Marcos Magalhães (04/Jan/97) (Estado de São Paulo, editoria: Política).

¹³ *Governo teme efeitos sobre a reeleição - Acusação domina conversas*; S/título - (06/Dez/96, s/autor), seção: Painel; Tiroteio; *La noblesse obligée* - 07/Dez/96, autor: Marta Salomon, editoria: Opinião; *Presidente foi informado na terça sobre acusações a Abrão* - s/autor; *Só com CPI* - autor e seção: Janio De Freitas (10/Dez/96); *Ação de FHC barra criação da nova CPI do Orçamento* - 13/Dez/96, autor: Lucio Vaz (editoria: Brasil); *A nocividade da CPI* - 14/Dez/96, autor: Carlos Heitor Cony, editoria: Opinião (Folha de São Paulo); *Rapidez* - 05/Dez/96, s/autor; *Krause desindexa reeleição* - autor: Ricardo Amaral; *Lobista confirmará pedido de propina ao depor* - autor: João Domingos (07/Dez/96); *Para se defender, deputado faz acusações a ministro* - 10/Dez/96, autor: J.D. (Estado de São Paulo, editoria: Política).

¹⁴ Conforme declarações de parlamentares do PPB a imprensa, a lista nada mais é do que pressão do Executivo para que apoiem a reeleição. *Ignorado, líder pepebista reclama* - 09/Out/96, s/autor; S/título - 11/Dez/96, s/autor, seção: Painel; Tiroteio; *Divulgação de lista do BB tem 2 suspeitos* - autor: Marta Salomon; Valdo Cruz; S/título - s/autor, seção: Painel; Tiroteio (12/Dez/96); *Leia a cronologia do caso da lista do BB* - 18/Dez/96, s/autor *Governistas e PPB travam "batalha" de dossiês* - 20/Dez/96, autor: William França; Marta Salomon (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Maluf age para excluir FH de reeleição* - 30/Out/96, autor: João Domingos; *Na fila* - 10/Nov/96; *Em alta* - 18/Nov/96 (s/autor); *PPB decide dar prioridade para sucessão na Câmara* - 19/Nov/96, autor: Christiane Samarco; *PFL ameaça reagir se PPB votar contra reeleição* - 20/Nov/96, autor: Christiane Samarco e João Domingos; *Santos vai discutir lista do BB com Amin* - 10/Nov/96, autor: C.S.(editoria: Política); *Câmara pedirá apuração de uso de lista do PPB* - autor: Ricardo Amaral, editoria: Outros (10/Dez/96) (Estado de São Paulo, editoria: Política)

para muitos políticos e não dá o governo sinais de interesse em retomar obras que faziam a festa das empreiteiras. Não por acaso negociam-se facilidades, por debaixo dos panos, em troca de comissões em porcentuais tão baixos que deixariam os anões vermelhos de vergonha.

A lista do Banco do Brasil provou essa dureza. Não só os deputados do PPB estão com as suas contas no vermelho. Raro é encontrar um que não tenha papagaio na praça, e se não fossem os apartamentos funcionais a abrigá-los, seria um bom negócio oferecer quartos e beliches em Brasília. Até mesmo o poço do BB, onde todos saciavam a sede, só não foi lacrado porque a Nação, mãe de todo mundo, jogou lá dentro R\$ 7 bilhões...

Depois de referências ao escândalo do orçamento e da lista dos devedores do Banco do Brasil, o autor passa, então, a discorrer sobre a eleição para Presidente da Câmara de Deputados.

... A partir daí entende-se melhor a rebeldia do chamado baixo clero do Congresso, tão bem encarnada pela candidatura do deputado Wilson Campos (PSDB-PE) à presidência da Câmara. Como ele, há outros postulantes cujo interesse não é nem mesmo ganhar o cargo, pois sabem que as chances são remotas, mas apenas encarecer o apoio político ao governo. Recentemente, foram identificados no Congresso pelo menos 11 grupos interessados em tirar algum tipo de proveito da emenda da reeleição. Eles estão entre os inimigos declarados do governo àqueles interessados em obras paroquiais, ruralistas, representantes de empreiteiras etc. etc...

O sindicatão nem precisaria se filiar a uma central, pois não apresenta cores ideológicas. O interesse corporativo é o que vale e não se importa em comprar briga com outros Poderes para garantir vantagens, como vem fazendo com o Supremo Tribunal Federal (STF), num bate-boca interminável. Nesse aspecto, ele serve para provar a falência do modelo político atual, que permite deputados trocar de partidos como se troca de camisa e transformar o parlamento numa grande casa de interesses pessoais...

Mesmo assim, o governo sabe que nenhum dos candidatos pensa em lhe fazer oposição ferrenha e impedir a aprovação da emenda da reeleição. Mesmo, numa hipótese remotíssima, que Wilson Campos venha a ser presidente do sindicatão, o governo continuará hegemônico na Câmara. A questão é saber quanto pagará por isso." (*Sindicatão - Estado de São Paulo*, 22/Dez/96, autor: Bartolomeu Rodrigues, editoria: Política)¹⁵

Os obstáculos que o Executivo vêm enfrentando para aprovar a reeleição estão, segundo os jornais, centrados no PPB e PMDB. No primeiro, há a oposição de Paulo Maluf ao direito à reeleição; no segundo, o que está em jogo são interesses

¹⁵ A *Folha* também publica uma matéria tratando dos três temas apontados como possíveis reflexos negativos a aprovação da emenda, mas sob a ótica do cálculo do número de parlamentares favoráveis a reeleição, elaborada pelo chamado *quartel-general da reeleição*. (*O listão e a lista - 14/Dez/96*, autor: Marta Salomon, editoria: Opinião)

em ampliar o poder no governo e no Legislativo¹⁶. Os jornais informam uma mudança de rumo na estratégia governista: ao mesmo tempo em que minimiza os obstáculos, o Presidente da República se dispõe a conversar com os deputados. Declarações de lideranças do governo, explicando a mudança de rumo, são publicadas pelos dois jornais: conversar e "*empurrar com a barriga*", sem fazer promessas, é a declaração exposta na *Folha*; apontar que a "*operação é política, e não contábil*", consta como declaração de um ministro no *Estado*¹⁷.

O receio apontado pelos jornalistas, de que as negociações da emenda da reeleição se transformem num balcão de negócios, parece se comprovar. A partir deste momento, as notícias dos jornais destacam que a disposição do Executivo, de *pedir votos* aos parlamentares, transforma o período que antecede a votação em primeiro turno da emenda numa *romaria* de deputados federais em direção ao Planalto.

"... O Palácio do Planalto foi transformado ontem em centro de romaria de políticos e quartel-general da reeleição..."

"Uma semana antes da votação da emenda da reeleição, o Palácio do Planalto virou alvo de uma romaria de políticos. Pelo menos 60 políticos estiveram ontem com o FH..."¹⁸

¹⁶ *Primeiro turno da emenda deve ocorrer dia 15* - 05/Jan/97, autor: Marcos Magalhães e João Domingos; *Aliados apostam no PMDB e marcam votação* - 06/Jan/97, autor: João Domingos; *Maluf acusa governo de 'blefar' sobre vitória* - 07/Jan/97, autor: Vanice Cioccarri E Cláudia Dianni; *Inocência vai pedir ajuda a governadores* - autor: João Domingos; *PPB vai ao STF para tentar barrar votação da emenda* - autor: C.S. e J.D.; *PFL garante a FH apoio incondicional* - autor: Christiane Samarco (08/Jan/97) (editoria: Política); *Governo conta 331 votos e já festeja reeleição* - 09/Jan/97, editoria: Primeira Página (Estado de São Paulo); *Decisão do PMDB define futuro de FHC* - s/autor; *Risco da demora leva ao "tudo ou nada"* - autor: Marta Salomon; *Governo prepara 'votação relâmpago' para reeleição* - autor: Denise Madueño; Daniel Bramatti (07/Jan/97); *Saiba tudo sobre o jogo da reeleição* - s/autor; *Partido pode aprovar plebiscito, diz Simon* - autor: Clóvis Rossi; *Maluf recebe alta e fala como candidato* - autor: Antonio Carlos Seidl (editoria: Brasil); *Reeleição como bola de neve* - autor: Clóvis Rossi, editoria: Opinião (08/Jan/97) (Folha de São Paulo).

¹⁷ Demais matérias: *Planalto espera contar com o apoio de 31 do PPB* - autor: Lucio Vaz; *Autor da emenda espalha cartazes* - s/autor; *FHC reúne deputados para pedir votos para reeleição* - autor: Marta Salomon, (04/Dez/96); *S/título* - 09/Dez/96, s/autor, seção: Painel; Tiroteio; *FHC diz que não negocia votos para obter reeleição* - 01/Jan/97, autor: William França (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Krause desindexa reeleição* - autor: Ricardo Amaral; *Governo monta operação de guerra para aprovar emenda* - autor: Christiane Samarco, (07/Dez/96); *FH cobra definição urgente sobre reeleição* - 23/Dez/96, autor: Tânia Monteiro (Estado de São Paulo, editoria: Política).

¹⁸ As matérias são, respectivamente: *Planalto vira centro de romaria de políticos* - Estado de São Paulo - 08/Jan/97, autor: Kássia Caldeira, editoria: Outros; *Planalto é alvo de "romaria"* - Folha de São Paulo - 09/Jan/97.

A *romaria* em direção ao Palácio do Planalto é composta por bancadas constituídas por setores, por Estados da União e, até mesmo, por deputados, que levam suas demandas de forma isolada. As demandas, divulgadas pelos jornais, vão desde liberação de verba para a conclusão de rodovia; renegociação de dívidas; nomeação de *afilhados* para cargos federais; melhoria de tratamento aos deputados e às reivindicações do *baixo clero*; verbas para exportação de vinhos e sucos; verbas para desabrigados pelas chuvas; verbas para hospitais inacabados; ajuda para solucionar desavenças políticas regionais; críticas ao abuso na edição de medidas provisórias; críticas a não-liberação de recursos para as emendas parlamentares no Orçamento; até a reivindicação de maior espaço no governo¹⁹.

A proximidade da votação da emenda da reeleição, na comissão especial, faz com que os jornais dediquem espaço em suas páginas a notícias sobre os obstáculos para aprovação à emenda²⁰ e a informações sobre a distribuição dos indecisos por todos os partidos dos parlamentares indecisos²¹. O relatório da emenda da reeleição, do deputado Vic Pires (PFL-PA), é votado e aprovado no dia

¹⁹ *Ruralistas ignoram reação do Planalto e mantêm ameaça* - 21/Nov/96, s/autor, editoria: Política; *Planalto vira centro de romaria de políticos* - 08/Jan/97, Kássia Caldeira, editoria: Outros (Estado de São Paulo); *Ruralistas querem ITR de 20% só em 2004* - 22/Nov/96; *Deputados barganham voto a favor da reeleição de FHC*; *Planalto é alvo de "romaria"* (s/autor); *RO obtém verba para BR-364* - autor Lúcio Vaz; *PMDB quer negociar espaço no governo* - autor: Valdo Cruz; *Ministro faz o corpo-a-corpo* - autor: Lucio Vaz; (09/Jan/97); *Deputados do MT exigem cargos*; *Ultimato*; *O balcão de negócios da reeleição*; *Ruralistas negociam dívida do setor em troca de votos* - (s/autor) (10/Jan/97); *'Murmúrio dos cargos' atrai votos pró-FHC* - 28/Jan/97, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

²⁰ A derrota da reeleição na convenção do PMDB gera pressões dos líderes do partido para conseguir o apoio do Planalto a sua pretensão de conquistar a Presidência da Câmara de Deputados e o retorno a discussão de um plebiscito ou referendo para decidir o rumo da reeleição: *PMDB faz convenção com Planalto na torcida* - 11/Jan/97, autor: Christiane Samarco; *Autodefesa*; *Os caciques do PMDB* (s/autor); *Rompimento do PMDB pode levar a plebiscito* - autor: Ricardo Amaral, (12/Jan/97); *Líderes aliados acham que plebiscito é a saída* - autor: João Domingos; *FH cobra definição do PMDB e ataca barganha* - autor: Christiane Samarco e João Domingos (13/Jan/97) (Estado de São Paulo, editoria Política); *47% da Câmara apóia consulta popular* - 11/Jan/97, s/autor; *Impasse aproxima FHC de consulta popular* - 20/Jan/97, autor: Josias De Souza; *Plebiscito divide base governista* - 23/Jan/97, autor: Marta Salomon; Clóvis Rossi (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

²¹ *Até tucanos estão entre os indecisos*; *Favoráveis à emenda são*; *Contra a reeleição, somam*; *Estão indecisos*; *São necessários* (s/autor); *FHC precisa de 108 votos para aprovar a reeleição* - autor: Ana Maria Mandim; Augusto (Folha de São Paulo, 10/Jan/97, editoria: Brasil); *Bancada do DF é a mais avessa à idéia* - s/autor, editoria: Política; *Deputados notáveis têm tratamento vip* - autor: R.A. (11/Jan/97); *Para políticos, indecisos 'escondem jogo'* - 12/Jan/97, autor: Sandra Sato e Fernando Granato (Estado de São Paulo, editoria: Política).

14 de janeiro de 1997²², quando tem início a tramitação para colocá-la em votação no plenário da Câmara de Deputados.

Se até este momento os jornais informavam, como responsáveis pela barganha, deputados indecisos isolados ou em bancadas, não atingindo parte significativa dos membros do Congresso Nacional, o mesmo não acontece com a proximidade da votação da matéria no plenário. Duas matérias trazem alguns dados novos no que se refere a esta questão. A primeira a ser analisada é publicada pelo *Estado* e é anterior à aprovação da emenda da reeleição na comissão especial.

"... O Congresso é a grande vitrine, por intermédio da qual se pode sair de um incômodo anonimato, da condição de ser apenas mais um entre 513 deputados. Não é possível que todo o investimento de uma carreira política se reduza a um simples papel de figurante e apenas uns poucos tenham lugar sob a luz dos refletores da mídia. Nesse aspecto, o projeto de reeleição do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos é uma oportunidade rara de alcançar um lugar ao sol. Como? Valorizando o seu apoio, não se deixando convencer facilmente, negociando.

Nesse momento entram em cena os mercadores políticos, aqueles que conseguem provocar reviravoltas estonteantes quando a derrota lhes era certa. Podem ser incluídos nessa categoria, entre outros, os deputados Inocêncio Oliveira (PFL-PE), Arnaldo Madeira (PSDB-SP), Benito Gama (PFL-BA), Michel Temer (PMDB-SP) ou Ubiratan Aguiar (PSDB-CE). Especialistas nas intrincadas negociações de plenário em que é terminantemente proibido usar a palavra "não".

A resposta é sempre "sim" aos desejos, por mais difícil que possa ser realizá-los. O "sim", seja a curto ou a longo prazo, é uma porta que pode ser aberta a qualquer momento. Mas o que há de tão importante a oferecer no Congresso? Cargos de relatoria de medidas provisórias (há mais de 60 tramitando neste momento), por exemplo, são fortes atrativos. Por uma razão simples: é a chance de aparecer na mídia, de aumentar o poder de barganha, dependendo do assunto, com empresários, governadores e prefeitos. No mínimo, de obter um ganho político a partir do qual ele não será, nunca mais, apenas um nome no painel. Pelo mesmo motivo se disputa um cargo de presidente ou relator nas 13 comissões permanentes da Câmara. Para uma fatia expressiva de deputados, essa é uma questão de sobrevivência. A reeleição, apenas uma aspiração pessoal de quem já está no poder.

Pode ser, porém, que de mercadores esses políticos se transformem em gênios da lâmpada maravilhosa para satisfazer os desejos mais frugais de seus amos. Se o problema é uma fotografia ao lado do presidente da República, uma visita protocolar ao Palácio do Planalto, liga-se para o Gabinete Civil e, flash!, está pronto um instantâneo para o álbum de família. Se acontece uma dificuldade para entregar ao sr. ministro de Estado um pleito de seu município, intercede-se prontamente. Afagos simples, do tipo:

²² *Momento de pedir verba é todos os dias, diz relator* - Folha de São Paulo, 13/Jan/97, autor: Rui Nogueira, editoria: Brasil.

"Sr. ministro, receba o colega deputado, diga-lhe alguma coisa, que ele é dos nossos."...

Toda guerra, mesmo as mais ferozes, obedece a uma ética própria. No campo da batalha da reeleição, o limite parece estar na forma de exposição do fisiologismo." (*A arte da guerra* - Estado de São Paulo, 12/Jan/97, Bartolomeu Rodrigues, editoria: Política)

A outra matéria é publicada na *Folha*, posteriormente à aprovação da emenda da reeleição na comissão especial, e trata do chamado *baixo clero*.

"Eles são 200, 300, alguns falam até em 400. Se fossem unidos, formariam a maior bancada da Câmara dos Deputados. Mesmo desunidos, estão colocando em risco um acordo feito pelos líderes dos principais partidos e ameaçam influir na eleição do novo presidente da Casa.

Conhecidos, não sem ironia, como membros da bancada do "baixo clero" do Congresso, esses deputados nunca palpitam nas decisões tomadas pelos líderes, raramente aparecem nas comissões, jamais são entrevistados pela mídia e se especializaram em divulgar as suas idéias por meio da "Voz do Brasil".

"Baixo clero é um termo pejorativo criado pelos líderes, que pensam que mandam nos outros", diz o deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), um típico representante do baixo clero.

O que seria "um típico representante do baixo clero"? Ouça o que o próprio Patriota fala sobre a sua situação: "Estou no quarto mandato e nunca consegui ser relator de nenhuma matéria importante. Só colocam quem é puxa-saco e é da panelinha".

Como não participam ativamente das atividades da Câmara e nunca são entrevistados pela televisão, os deputados do baixo clero enfrentam no cotidiano a dura realidade do anonimato. Ninguém sabe o nome deles, nem mesmo, como a *Folha* constatou, os porteiros do plenário da Casa, onde eles vão de três a cinco vezes por semana.

Não ser conhecido pelo porteiro ainda dá para aturar. A maior mágoa que um deputado do baixo clero pode guardar é não ser chamado pelo nome pelo líder do seu partido.

"Isso choca o deputado", diz Luciano Castro (PSDB-RO), que garante ser conhecido pelo líder de seu, o deputado José Anibal (PSDB-SP). "Mas o Michel Temer (líder do PMDB) não sabe o nome de todos", diz.

Com frequência, os deputados do baixo clero almoçam sós. À noite, não conseguem boas mesas nos restaurantes da moda.

Quando você telefona para o gabinete de um deputado do baixo clero, a secretária raramente fala: "Gabinete do deputado fulano de tal", como fazem as secretárias dos deputados famosos. As secretárias do baixo clero só dizem "alô?".

Em época de reeleição, o baixo clero sonha em sair do anonimato..." (*Parlamentares sonham sair do anonimato* - *Folha* de São Paulo, 19/Jan/97, autor: Mauricio Stycer, editoria: Brasil)²³

As duas matérias coincidem em destacar os deputados que não possuem poder no Parlamento, ou visibilidade na mídia, o *baixo clero*, como aqueles que se

constituem no maior obstáculo à aprovação da emenda da reeleição. Estas matérias nomeiam grande parte dos parlamentares como interessados em buscar algum benefício com a votação da emenda da reeleição. Nesse sentido, seus interesses pessoais ou paroquiais, subentendem os jornalistas, estão acima dos interesses políticos para os quais foram eleitos representantes.

2.2. *Reeleição aprovada: a compra de votos*

A emenda que permite a reeleição ao cargo de Presidente, Governador e Prefeito foi aprovada em primeiro turno na Câmara de Deputados no dia 28 de janeiro de 1997. Para cumprir este intento, eram necessários 308 votos, do total de 513 parlamentares, sendo que o resultado final foi de 336 votos favoráveis à reeleição. O segundo turno de votação ocorreu no dia 15 de fevereiro do mesmo ano, quando a emenda recebe 368 votos favoráveis, passando então a ser apreciada pelo Senado.

No dia 13 de maio, dia anterior à aprovação da mesma na comissão especial do Senado, é denunciada a compra de votos de parlamentares na primeira rodada de votação na Câmara de Deputados²⁴. O *furo* jornalístico foi dado pela *Folha*. Segundo a matéria, o jornal já tinha conhecimento de *rumores* indicando a troca de votos por dinheiro, no entanto, tentativas frustradas de comprovação dos rumores levaram o jornal a tentar a gravação da eventual denúncia. Surgiu, então, uma pessoa, com livre acesso à Câmara de Deputados, que aceitou gravar as conversas, desde que não fosse identificada. A *Folha* aceitou a exigência e criou o codinome *SenhorX*, para manter sob sigilo o colaborador, sob o argumento de que "o interesse

²³ Outro exemplo é a matéria: *PMDB e 'baixo clero' são obstáculo a FHC* - Folha de São Paulo, 19/Jan/97, s/autor, editoria: Brasil.

²⁴ *Cronologia da reeleição* - Folha de São Paulo, 18/Mai/97, s/autor, editoria: Brasil

jornalístico se sobrepôs à necessidade de revelar a identidade do interlocutor dos parlamentares nas fitas."²⁵.

As notícias relatam que as fitas obtidas por um repórter do jornal trazem a confissão do deputado federal Ronivon Santiago (PFL-AC), que teria recebido R\$ 200 mil para votar favoravelmente à reeleição, e aponta a existência de mais parlamentares envolvidos no esquema de venda de votos. Além de Ronivon, são citados os deputados federais Zila Bezerra, Osmir Lima, João Maia, estes três, do PFL, e Chicão Brígido, do PMDB, todos parlamentares do Estado do Acre. Baseando-se na fitas, as notícias apontam o envolvimento dos governadores do Amazonas, Amazonino Mendes (PFL), e do Acre, Orlair Cameli (s/partido), no caso. Duas empreiteiras teriam repassado o dinheiro aos parlamentares: a Marmud Cameli, da família de Orlair, e a CM Engenharia, que, segundo as matérias, estaria realizando obras na Br-317. Entretanto, a denúncia não se restringe a membros do Parlamento, governadores e empreiteiros, já que o Executivo é atingido através da citação do nome do Ministro Sérgio Motta como intermediador das negociações. A situação do ministro se complica com a divulgação de uma nova fita, segundo a qual o Ministro da Comunicações havia cedido uma concessão de TV ao deputado federal Ronivon Santiago²⁶.

Embora todos os envolvidos neguem a denúncia de suborno, esta toma vulto de escândalo e passa a ter centralidade nas páginas dos jornais²⁷. A *Folha* dá maior centralidade ao tema do que o jornal concorrente; sem dúvida, por ter sido em suas páginas que a denúncia veio a público. Esta razão também é suficiente para que o

²⁵ A matéria expõe passo a passo como ocorreram as gravações, com detalhes que vão desde as negociações para as mesmas, até os aparelhos utilizados pelo senhor X. *Entenda como foram conseguidas as gravações sobre a compra dos votos* - Folha de São Paulo, 21/Mai/97, autor: Fernando Rodrigues, editoria: Brasil.

²⁶ *Planalto quer limitar caso* - autor: José Roberto De Toledo, editoria: Brasil; *Trechos da gravação envolvem o governo na compra de deputados; Sérgio Motta intermediou compra de voto pró-reeleição, diz deputado* (autor: Fernando Rodrigues) (14/Mai/97); *Saiba como foi feita a compra; O dia-a-dia do caso* (18/Mai/97, s/autor) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

²⁷ *Deputado nega suborno, mas diz que na Câmara ninguém é 'anjo'* - autor: Patricia Zorzan; *Governadores do Amazonas e Acre negam participação em negociação* - autor: Emanuel Neri; André Muggiati; Patricia Zorzan; *Osmir diz abrir mão de sigilo; Ronivon diz que gravação faz parte de 'jogo político' para prejudicá-lo; Governo do Estado do Acre - Nota Oficial* - (s/autor) (14/Mai/97);

jornal exponha a pretensão de uma investigação apurada do caso, defendendo fortemente a instalação de uma CPI. Apesar desta constatação, optou-se, neste trabalho, por analisar as matérias dos dois jornais, conjuntamente, entendendo que o maior número de notícias de um deles não compromete a análise do conjunto.

Em editorial, a *Folha* explicita as razões que a levaram a divulgar a denúncia.

"O compromisso desta Folha é apenas para com a verdade e para com o leitor. A divulgação das fitas, segundo as quais houve compra de votos para a aprovação, em primeiro turno na Câmara, da emenda que garante o direito de reeleição ao presidente Fernando Henrique Cardoso é de tal gravidade que exigia a sua publicação para que a opinião pública e as instâncias competentes tomassem conhecimento das suspeitas e, em decorrência, agissem.

Não há uma linha a retificar na série de reportagens publicadas. O que foi dito e gravado está registrado para quem queira encarar os fatos com a devida responsabilidade.

Comportamento fascista certamente não é divulgar material de extrema gravidade ao qual se teve acesso, mas sim tentar desqualificar o teor do trabalho jornalístico por meio de adjetivos e argumentações marginais que em nada contribuem para o esclarecimento de uma questão tão importante para a nação.

Comportamento responsável teve o presidente Fernando Henrique Cardoso ao afirmar que as investigações devem prosseguir para que se possa punir responsáveis por eventuais ilegalidades, sejam eles quem forem, quaisquer as funções que ocupem.

O país já está cansado da repetição exasperante de métodos absolutamente condenáveis de fazer política. Nesse sentido, o jornal está certo de que contribui para a melhoria da cultura política do Brasil ao publicar denúncias que merecem o mais completo esclarecimento, sem tergiversações ou adjetivações.

Cabe agora apurar os fatos, e não lançar-se em destemperos verbais.

Ciente de ter cumprido seu papel para com os seus leitores e, principalmente, o de manter seu compromisso com a revelação da verdade, a Folha, bem como toda a nação, aguarda a mais rigorosa apuração das denúncias de corrupção." (*Compromisso com o leitor* - Folha de São Paulo, 15/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Editorial)²⁸

Os editorialistas destacam por duas vezes o compromisso do jornal com a verdade e com os leitores, e de cumprir a função de "... melhoria da cultura política do Brasil". Este texto expressa a defesa do jornal frente às manifestações críticas que a denúncia suscitou entre as lideranças do governo. Ao mesmo tempo, aponta para o conflito de posições sobre a apuração dos fatos. Conforme notícias dos

Governador diz que gravação é 'bobagem'; Empresário nega ter dado os cheques (autor: Emanuel Neri); *Cronologia* - s/autor (15/Mai/97) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

jornais, de um lado, encontram-se o Executivo e lideranças do governo, as forças de situação, tentando impedir a CPI. Suas estratégias incluem a negação do envolvimento com a compra dos votos; a limitação do caso aos políticos da região Norte e a rápida apuração e punição dos parlamentares na comissão de sindicância instalada na Câmara de Deputados; pressões para que os parlamentares, dos partidos que compõem sua base de apoio, retirem assinaturas da lista que pede a abertura da CPI; distribuição de cargos a parlamentares de partidos aliados, através de reforma ministerial; a indicação da maioria dos membros da comissão para controlar os rumos da investigação, caso a CPI se torne inevitável²⁹.

De outro lado, encontram-se as oposições defendendo a instalação da CPI³⁰. A *Folha publica*, ainda, manifestações favoráveis da sociedade civil à instalação da comissão³¹.

²⁸ Outros artigos que tratam do tema: *Entenda como foram conseguidas as gravações sobre a compra dos votos* - 21/Mai/97, autor: Fernando Rodrigues; *Jornal respondeu pedidos do Congresso, mas mantém sigilo* - 18/Jun/97, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil)

²⁹ Deputado deve ser cassado, diz ACM - autor: Raquel Ulhôa; *Câmara abre sindicância para apurar a compra de votos revelada por gravações*; FHC afirma desconhecer barganha; ministro não vê risco para emenda (s/autor); *Planalto deve usar 'trambique cívico'*, diz secretário do PSDB - autor: Marta Salomon; (14/mai/97); *Cronologia* - s/autor; *Comissão da Câmara decide ouvir Motta* - autor: Luiza Damé; *Envolvidos serão 'desligados'*, diz FHC; FHC acha que ministro não está envolvido; *Leia as declarações do ministro*; *Motta fala em "calúnia" e nega envolvimento na compra de voto* (s/autor); *Governo trabalha contra a CPI e quer a cassação de deputados* - autor: Marta Salomon; *Líderes de PFL e PMDB sugerem o afastamento de Motta a FHC* - autor: Kennedy Alencar; *Raymundo Costa; Valdo Cruz*; Marta Salomon; (15/Mai/97); *Governo lança 'operação abafa' e FHC enfrenta protesto em BH* - 16/Mai/97, autor: Clóvis Rossi; *Se CPI for inevitável, governo quer indicar a maioria de seus membros* - 17/Mai/97, autor: Marta Salomon; *Serra não vê razão para instalar CPI* - 21/Mai/97, autor: Antonio Carlos Seidl; *Governo já repensa estratégia anti-CPI* - 22/Mai/97, autor: Fernando Rodrigues (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Câmara apura denúncia de compra de votos* - autor: João Domingos, editoria: Política; *Câmara apura denúncia de corrupção* - s/autor (14/Mai/97), *Fidelidade*; *FH pede investigação de denúncia* (15/Mai/97, s/autor); *S/título* -18/Mai/97, seção: *Jogo Rápido*; *FH convoca rebeldes para impedir CPI* - 19/Mai/97 editoria: *Primeira Página*; *Enfim* - 20/Mai/97 (s/autor); *Presidente guarda mágoa do episódio* - 21/Mai/97, autor: R. A. (Estado de São Paulo, editoria: Política).

³⁰ Para que se dê início ao processo de CPI é necessária uma lista de assinaturas de 171 deputados exigindo sua abertura. Como a oposição não possui número de congressistas suficientes para dar início ao processo, precisa buscar apoio entre deputados federais da situação, ligados ao governo. *PT quer tentar invalidar aprovação* - autor: Carlos Eduardo Alves; *Planalto quer limitar caso* - autor: José Roberto De Toledo; *Oposição vai negociar a criação de CPI* - autor: Oswaldo Buarim Jr.; *Oposição obtém 192 assinaturas e PSDB inicia blitz contra CPI*; *Temer não descarta abertura de CPI para apurar compra de voto* (s/autor); *Oposição perde e Senado vota a reeleição na quarta* - autor: Raquel Ulhôa; (15/Mai/97); *Maluf não comenta caso e adia sua volta ao país* - 16/Mai/97, autor: Carlos Eduardo Alves; *Oposição conta 218 deputados pró-CPI* - 17/Mai/97, autor: Oswaldo Buarim Jr.; *Oposição entrega pedido de CPI à Câmara* - s/autor; *Paes de Andrade faz a "contra-pressão"* - autor: Oswaldo Buarim Jr. (21/mai/97); *Proposta recebe 212 assinaturas; oposição agora tenta urgência* -

Paralelamente a notícias sobre a CPI, são divulgadas informações sobre: o andamento das investigações da denúncia na comissão de sindicância³²; os parlamentares e governadores da região Norte, envolvidos na denúncia, descrevendo suas biografias, apontando seus interesses e demais irregularidades³³; a tramitação da emenda da reeleição, no Senado, aprovada em primeiro turno no dia 21 de maio de 97, com 63 votos favoráveis e seis (6) contra, sendo que os doze (12) senadores da oposição não votaram³⁴.

Segundo os jornais, mesmo após a aprovação da emenda no Senado, a oposição continua tentando conseguir número suficiente de parlamentares para constituir a comissão de inquérito. A nova estratégia do governo e de seus líderes no Legislativo é evitar a tramitação da matéria, através de uma operação de esvaziamento do Congresso Nacional, diminuindo o ritmo dos trabalhos parlamentares. Esta operação é denominada, pelos jornalistas da *Folha*, como *toque*

22/Mai/97, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Oposição tem apoio de 211, mas CPI é incerta* - 20/Mai/97; *Oposição entrega pedido de CPI* - 21/Mai/97 (Estado de São Paulo, autor: João Domingos, editoria: Política).

³¹ *Empresariado quer CPI e teme os efeitos da crise nas reformas* - autor: Antonio Carlos Seidl; *91% dos paulistanos defendem CPI; aprovação a FHC cai 7 pontos* - autor: José Roberto De Toledo (16/Mai/97); *Entidades fazem ato público na Câmara; OAB pede CPI em nome de "moralidade"* (21/Mai/97, s/autor) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

³² *Oposição tenta CPIS no Acre e Amazonas* - 14/Mai/97, s/autor; *Ex-deputado do AC pode ser ouvido hoje; Folha enviará cópia de fita à comissão de sindicância; Cúpula do PFL expulsa Ronivon Santiago e João Maia do partido* (15/Mai/97, s/autor); *Comissão de sindicância deve sugerir cassação de deputados; Primeiros dados de perícia de fitas devem ser divulgados até terça* (17/Mai/97, s/autor) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

³³ *Oposição tenta CPIS no Acre e Amazonas; Osmir Lima* (14/Mai/97, s/autor); *Ronivon confirma gravações, mas diz que eram brincadeiras* - s/autor; *Suframa era um dos objetivos de Amazonino para apoiar reeleição* - autor: Igor Gielow; *Renda semanal de R\$ 40 de manicure mantém emissora; "Ele está com raiva só porque não é sócio", diz proprietário* (autor: Patricia Zorzan; Xico Sá); *Ronivon diz em gravação que recebeu uma TV de Sérgio Motta* - autor: Fernando Rodrigues; *Elvira Lobato* (15/Mai/97); *Portella nega verbas para estradas no AC* - s/autor; *Assessor de governador diz ter sido procurado por Ronivon* - autor: Xico Sá, (17/Mai/97); *Zona Franca financiou campanha de Amazonino para governo em 94* - 18/Mai/97, autor: Emanuel Neri; *André Muggiati; Negócio milionário levou suspeitos ao PFL* - 19/Mai/97, autor: Marta Salomon; *Os Deputados* - 22/Mai/97, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Uma região marcada por escândalos; Fidelidade* (15/Mai/97, s/autor); *Opções preferenciais* - 17/Mai/97, autor: José Casado; *Crise abala sonho político na Amazônia* - 18/Mai/97, s/autor; *Amazonino antecipa volta para se defender* - 19/Mai/97, autor: Kátia Brasil (Estado de São Paulo, editoria: Política).

³⁴ *Ofensiva aliada garante votação da reeleição* - 20/Mai/97; *Panos quentes* - 21/Mai/97 (s/autor); *Senado aprova a emenda da reeleição* - 22/Mai/97, autor: Christiane Samarco e Rosa Costa (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Emenda deve ser votada hoje no Senado* - 21/Mai/97, autor: Raquel Ulhôa; *Aprovação da reeleição é elogiada* - s/autor; *Presidente faz elogios à aprovação da reeleição* - autor: William França (23/Mai/97) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil)

de recolher ou operação tartaruga³⁵. A renúncia ao mandato dos deputados federais, Ronivon Santiago e João Maia, é divulgada junto a informações sobre o andamento dos processos dos demais parlamentares na comissão de sindicância³⁶.

No primeiro ponto deste capítulo busca-se perceber, nos jornais selecionados, quem os mesmos nomeavam como responsáveis pela barganha no período de negociações entre o Legislativo e o Executivo, para votação da emenda, que permite ao Presidente da República, governadores e prefeitos disputar um segundo mandato. A denúncia da compra dos votos de cinco parlamentares do Estado do Acre e as notícias que dela decorrem, apontam dois poderes que têm a imagem afetada pelo escândalo: o Legislativo e o Executivo. Se nas negociações para a votação, os jornalistas sugerem a ocorrência de práticas fisiológicas, de barganhas, como foi visto no item anterior, as notícias informando a possível troca de votos por dinheiro, sugerem uma relação de corrupção ou suborno que, conforme as fitas, envolve membros dos dois poderes.

Em função da proposta deste trabalho, é fundamental investigar como cada um desses poderes e seus respectivos componentes são qualificados nas notícias, matérias e editoriais dos dois jornais.

De forma similar às notícias, o número de colunas assinadas sobre o tema é maior na *Folha*. O *Estado* não fica ileso à questão, mas poucas colunas foram encontradas. Aos dois poderes, apontados como envolvidos na compra dos votos,

³⁵ *PT tenta 'fato novo' para conseguir CPI* - autor: Carlos Eduardo Alves; *FHC promete demitir possíveis envolvidos; A tramitação da proposta de criação da CPI da Reeleição* (s/autor); *"Toque de recolher" tenta impedir CPI* - autor: Lucas Figueiredo; Luiza Damé; (23/Mai/97); *Deputados viajam e esvaziam Câmara* - 24/Mai/97; *Oposição convoca passeatas pela CPI* - 25/Mai/97 (s/autor); *Oposição do Amazonas e Acre vai a Brasília por CPI* - 03/Jun/97, autor: Patricia Zorzan; *Oposição vai ao STF e para "a rua" contra a reeleição* - 04/Jun/97, autor: Daniel Bramatti; Luiza Damé (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Próximo alvo* - Estado de São Paulo, 23/Mai/97, s/autor, editoria: Política.

³⁶ *Pedra dura* - 22/Mai/97; S/título - 24/Mai/97; S/título - 26/Mai/97 (seção: Jogo Rápido); *Mágoas* - 29/Mai/97 (Estado de São Paulo, s/autor, editoria: Política); *Emenda impede suspensão da renúncia dos dois deputados* - 22/Mai/97, autor: Lucio Vaz; *Bloqueio a CPI é suicídio, diz Almino* - 29/Mai/97, autor: Oswaldo Buarim Jr.; *Câmara vota devassa em obras no AM e AC* - 04/Jun/97, s/autor; *Câmara vai ouvir Motta sobre crítica a deputados* - 13/Jun/97, autor: Lucas Figueiredo; *CCJ bloqueia julgamento de parlamentares* - 16/Jun/97, autor: Luiza Damé; Raquel Uilhôa; Silvana De Freitas; *Leia trechos do depoimento do ministro Sérgio Motta; Jornal respondeu pedidos do Congresso, mas mantém sigilo* - (18/Jun/97, s/autor); *Para CCJ, compra de votos ficará impune* - 02/Jul/97, autor: Luiza Damé, (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

são dados papéis diferenciados. A crítica ao Planalto é centrada no fato de que o Executivo passa a externar seu interesse na emenda da reeleição no momento em que percebeu não possuir votos suficientes para aprová-la. Para os jornalistas, esta posição é percebida pelos parlamentares, que passam a exigir benefícios em troca dos votos. A culpabilidade do Executivo parece estar na abertura do flanco para negociações, tornando-se conivente com o balcão de negócios³⁷.

O segundo envolvido no caso é o Congresso Nacional. Ao contrário do que ocorre com o Executivo, que, apesar de ter um dos membros envolvido na denúncia, mantém sempre a positividade nas matérias de jornais, principalmente, no tocante à figura do Presidente da República, o Congresso passa a ser alvo preferencial das críticas dos jornalistas, com a desqualificação de seus membros ou bancadas, como aponta a matéria abaixo.

"Ao preço de deputado do Acre, que não se compara ao dos experientes parlamentares do Nordeste nem, muito menos, ao dos desenvolvidos do Sudeste, apenas cinco votos pró-reeleição custaram US\$ 1 milhão. Todas as hipóteses de preços e de custo estão, pois, autorizadas, para explicar que nas últimas 96 horas anteriores à votação inicial, na Câmara, a emenda de reeleição pretendida por Fernando Henrique Cardoso tenha obtido 110 votos que lhe eram refratários e afinal lhe garantiram a aprovação...

Comprável e vendido, ainda assim o deputado Ronivon Santiago pode ser considerado mais honesto do que grande parte dos congressistas: é um vendido que tem a mínima honestidade de dizer que vendeu um voto por R\$ 200 mil. E o que fazem, senão vender os seus votos, os seus relatórios e os seus projetos os parlamentares que prestam tais serviços em troca de apoio para ocupar cargos diretivos na Câmara e no Senado, ou um ministério, ou para nomeações de parentes e cabos eleitorais. E ainda acontecem, inumeráveis, os "serviços" parlamentares em troca de empréstimos oficiais privilegiados, rolagens infinitas de dívidas, reduções absurdas nos pagamentos eventuais.

Tudo isso é o dia-a-dia das relações entre grande parte dos congressistas e o governo. Mas não é confessado. Como não pode ser escondido de todo, para efeito público são "negociações políticas". O deputado Ronivon Santiago não fez outra coisa, com a diferença de que não recebeu em cargos que também custam dinheiro, nem nas outras formas de ganho não menos material. E com a outra diferença: é vendido confesso.

Quem quiser que acredite na compra de apenas cinco deputados. Iludir-se é o único direito concedido democraticamente, sem quaisquer distinções, a todo o eleitorado brasileiro." (*Pequenas diferenças* - Folha de São Paulo, 14/Mai/97, autor e seção: Janio De Freitas, editoria: Brasil)

³⁷ As matérias são, respectivamente: *A política do nada chegou ao seu limite de utilidade; Amazônia; Ricardo Barros; Ira desconexa* - autor e seção: Elio Gaspari; *Presidente FHC sucumbe à armadilha prevista em livreto pelo senador FHC* - autor: Josias De Souza; *Plano de retirada* - autor e seção: Janio De Freitas, (Folha de São Paulo, 18/Mai/97 editoria: Brasil).

Há outras matérias que tratam da relação entre o Executivo e o Legislativo, estas mantêm o tom de crítica ao Congresso Nacional. Como as matérias são em número significativo optou-se por apresentar apenas alguns excertos.

"... Na votação dos projetos de reforma constitucional, FHC tentou cobrar reciprocidade. Pediu agilidade ao Congresso, mencionou a voz rouca das ruas. Mas, habituados à dieta da barganha, os parlamentares exigiram mais e mais cenouras..."

"... Os piores ronivons

Um dos vários efeitos positivos do atual escândalo é possibilitar a identificação pública, muito mais do que nos escândalos anteriores, dos coniventes com as bandalheiras nacionais e, como tais, maiores garantidores da impunidade que situa a administração brasileira como a mais corrupta do mundo, entre os "países emergentes"...

Hoje com cargo no governo ou ainda no Congresso, são os mesmos de sempre a proteger e alimentar com a impunidade os sistemas da corrupção. É daí que se irradiam a corrupção que vai até as polícias, ao baixo funcionalismo, e a impunidade que nos devorou toda a segurança. São os mesmos: você sabe quem são."

"... O governo vai carregar a sua quota de desgaste moral e político se não houver o inquérito desejado pela opinião pública. Mas o Congresso já repudiado leva a perguntar: o que restará dele na opinião pública? Alguém ainda o verá como peça institucional necessária, apesar de tudo? Perguntas sugeridas pelo acréscimo de desgaste, com a quota que cabe ao Congresso..."

"... O presidente pode enfrentar o problema chamando seus aliados à razão. Se retomar com vigor a pauta das reformas, terá o apoio da sociedade para se recompor. Só não tem o direito de ficar surpreso com as denúncias que põem deputados corruptos perigosamente próximos de sua administração. O Congresso é uma fábrica de sarneys. FH tem de governar com essa gente porque desperdiçou, no início do mandato, a oportunidade rara de propor uma reforma política, partidária e eleitoral. Como não enfrentou o desafio, o espírito dos cinco anos será uma assombração permanente para FH, tenha quantos mandatos tiver."³⁸

³⁸ As matérias são, respectivamente: *Presidente FHC sucumbe à armadilha prevista em livreto pelo senador FHC* - autor: Josias De Souza; *Plano de retirada* - autor e seção: Janio De Freitas (18/Mai/97); *Caminho da saída* - 22/Mai/97, autor e seção: Janio De Freitas (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Os cinco anos de FH* - Estado de São Paulo, 25/Mai/97, autor: Ricardo Amaral, editoria: Política.

As demais colunas assinadas tratam da necessidade do Presidente Fernando Henrique fazer política em cadeia nacional e da possibilidade ou não de instalação da CPI da reeleição: *A cara do governo* - 19/Mai/97, autor: Bartolomeu Rodrigues; *Varejo e atacado* - 24/Mai/97, autor: Ana Maria Tahan (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Aparece a reação* - 20/Mai/97; *Idéias às avessas* - 23/Mai/97; *Pois então, duas CPIS* - 28/Mai/97 (Folha de São Paulo, autor e seção: Janio De Freitas; editoria: Brasil).

Como era de se esperar, a *Folha* publica um número significativo de editoriais tratando da polêmica. Os temas desenvolvidos nos editoriais seguem os acontecimentos apontados nas notícias do jornal, tendo em comum a defesa, por parte do jornal, de uma investigação profunda do caso por uma Comissão Parlamentar de Inquérito bem como apontando para uma diferenciação de papéis entre os dois poderes, Executivo e Legislativo, em relação ao escândalo.

Embora as gravações apontem o envolvimento do Executivo, no caso, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, é descrito positivamente, e o jornal evita envolvê-lo na compra e venda dos votos. Além disso, destaca o seu apoio às medidas econômicas implementadas e às reformas constitucionais propostas pelo Planalto, tal como fica demonstrado:

"... Recentemente, o presidente pedia àqueles que o acusavam de fisiologismo que apontassem, no "Diário Oficial", os beneficiados por favores para vender os seus votos no Congresso. O governo fazia questão de frisar sua lisura e a limpidez no relacionamento com sua base parlamentar. Nem de longe pretende-se aqui relacionar a figura do presidente ao mercadejo abjeto de votos no Congresso, prática que, ao que tudo indica, ajudou a aprovar em primeiro turno a emenda da reeleição na Câmara, segundo revelou ontem esta Folha..."

"... Este jornal apoiou o direito de o presidente da República disputar um mandato consecutivo nas urnas, embora preferisse que tal mudança da regra fosse decidida em plebiscito. Essa teria sido a fórmula mais democrática e a única capaz de evitar que episódios patéticos, como os revelados agora pelo repórter Fernando Rodrigues, comprometessem a tese."

"... Fernando Henrique tem, como presidente, dois grandes méritos: uma biografia limpa e a paternidade do plano de estabilização da economia. . Não pode, nem deve, se dar ao luxo de arriscar metade do seu ativo."

"... Faz muito bem o presidente em reafirmar o império da lei, ao lembrar que a democracia exige ordem e estabilidade política. Mas exige também que as práticas correspondam aos discursos e que as tentativas de corromper as instituições sejam investigadas de forma cabal e completa."

"... Ao que tudo indica, em vez de colocar em pratos limpos as revelações que arranham o seu prestígio, o governo parece seguro de que o teatro da moralidade será suficiente para solapar o escândalo."³⁹

Apesar de o editorial não cogitar o envolvimento direto do chefe do Executivo na denúncia, é possível constatar o descontentamento crescente do jornal com a posição do governo de evitar a formação de uma CPI para investigar a denúncia publicada em suas páginas.

Quando o assunto é o Congresso Nacional, os editorialistas deixam de lado a positividade, e atacam fortemente os partidos que compõem a base de sustentação do governo no Legislativo. O primeiro editorial questiona a aliança do Presidente da República com o PFL, qualificando o partido como *oportunista, fisiológico e conservador*.

"... No entanto, confirmada a compra de votos, o esquema de sustentação política do governo, que este pretende sério, teria marcas fortes de podridão; ficariam, assim, prejudicadas as intenções moralizadoras tucanas.

Se alguém comprou votos de deputados foi para se valorizar diante da estrutura do poder -se é que não estava a serviço direto de interessados na aprovação da emenda. É preciso investigar até onde vão as ramificações desse esquema. De qualquer modo, já são fortes as suspeitas de que elas vão até o topo da República.

Apesar do transtorno que possa causar pelo menos à vida política do país, parece inevitável a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para esclarecer se funciona de fato uma rede de corrupção política e para identificar os seus articuladores. O Congresso e o governo FHC não podem ignorar a gravidade das denúncias e deixar de dar ao país satisfações sobre o que aparentemente ocorre nos subterrâneos dos poderes da República, sob o risco de desmoralizar a democracia." (*Mercado de Votos* - Folha de São Paulo, 14/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Editorial)

A reação negativa às denúncias e às ações, buscando evitar a CPI, por parte de lideranças do Congresso Nacional, constituem o foco do próximo editorial.

"Reações de políticos situacionistas às denúncias de compra de votos revelaram por vezes desfaçatez, conivência espiritual com o baixo padrão moral das negociações políticas no Congresso ou, pelo menos, manifesta tolerância em relação à falta de caráter político de certos parlamentares e suas práticas venais.

³⁹ Os editoriais são respectivamente: *Mercado de Votos* - 14/Mai/97; *Para evitar uma democracia corrupta* - 18/Mai/97, editoria: Primeira Página; *Chega de esqueletos* - 21/Mai/97; *Corrupção da liberdade* - 23/Mai/97; *Teatro da moralidade* - 24/Mai/97 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Editorial).

Os indícios mais fortes de corrupção atingem dois deputados, mas a resposta de políticos influentes às revelações desta Folha delineia um quadro mais amplo de leniência em relação à falta de ética. Amostras dessa atitude vieram de parlamentares em posição de liderança.

O presidente do PFL, deputado José Jorge, deu exemplo do que considera o "limite da ética". Para ele, a compra de votos seria condenável; a chantagem por meio de requisição de cargos e de liberação pontual de verbas constitui recurso legítimo. Convicções políticas e respeito à racionalidade do Orçamento não entram na pauta de preocupações do deputado que preside a maior agremiação de apoio ao governo. Mencione-se ainda que esse mesmo PFL já expulsou sumariamente dois deputados envolvidos no escândalo. De onde viria essa enorme certeza sobre a venalidade desses parlamentares?...

Mediante a reação das lideranças do PSDB, partido do presidente da República, as denúncias passam a ser o foco.

...O secretário-geral do partido do presidente, deputado Arthur Virgílio, por sua vez, propunha, antes de saber do escândalo, que era preciso dar um "trambique cívico" nos deputados que teriam recebido favores para votar a emenda da reeleição. Depreende-se, pois, que pelo menos um político da cúpula do PSDB admite que houve negociações condenáveis para aprovar a reeleição.

De resto, as cúpulas do PSDB e do PFL pressionam seus parlamentares para que boicotem, não a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas a própria iniciativa de discutir a necessidade dela no plenário da Câmara. Por que o medo?

Ao que tudo indica, uma eventual -e necessária- CPI sobre o caso teria muito mais a descobrir do que a compra do voto de cinco deputados." (*Além da compra de votos* - Folha de São Paulo, 16/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Editorial)

Os dois editoriais têm em comum a visão negativa do formato com que se dão as negociações no Congresso Nacional. Naqueles, as negociações se caracterizam por um *baixo padrão moral*, onde há parlamentares com *falta de caráter político e práticas venais*. Se no primeiro editorial as críticas se restringem basicamente a membros do PFL, no segundo, estas são ampliadas, incluindo o PSDB. Os políticos chamados de *situacionistas* ou *influentes*, são qualificados como *coniventes* ou *tolerantes* com o que ocorre de irregular no Parlamento. Qual a irregularidade a que se referem os editorialistas? À falta de ética, a qual os políticos situacionistas não questionam. Dois pontos se destacam: as noções de moral e de ética, noções caras a todo político, em função de seu capital político, utilizadas pelo jornal para desqualificar as práticas parlamentares.

O terceiro editorial tem como tema o esforço do governo em evitar a investigação das denúncias. A crítica centra-se nas estratégias do governo e nas de lideranças situacionistas de "... abafar o escândalo da compra de votos", através da distribuição de ministérios, para o PMDB, e da pressão para que parlamentares retirem suas assinaturas do pedido de chamada para CPI. Além disso, apontam a contradição do discurso de "*parlamentares governistas e membros do próprio governo*", que defendem a investigação, mas agem contra a formação da comissão. Novamente as reações políticas são apontadas como medo e "... *convivência suspeita com a falta de ética...*". A opinião pública é utilizada pelos editorialistas como força de pressão para a investigação⁴⁰.

O editorial *O pragmatismo de FHC* segue a linha dos demais, resguardando a imagem do Presidente da República, ao mesmo tempo que retoma a crítica às alianças engendradas, pelo mesmo, para chegar ao poder e compor sua base de apoio.

"... Primeiro, coligou-se a partidos (PFL e PTB) cuja imagem está ligada ao fisiologismo. Para manter-se no poder, em especial nos Estados mais pobres, o PFL não raro recorreu a ações que FHC sempre condenou, como sociólogo e como senador.

Eleito, FHC ampliou ainda mais o leque de alianças para compor a sua base parlamentar. Recorreu ao PMDB, o partido que abandonou por não aceitar o domínio, ao menos em sua seção paulista, do quercismo, com tudo de condenável que está associado a esse rótulo. Incorporou também figuras do PPB, apesar de o partido ter Paulo Maluf, histórico adversário, como grande cacique.

FHC pode ter sido levado a essas alianças por pragmatismo político e eleitoral. Talvez não se elegeisse sem o apoio do PFL. Talvez conseguisse aprovar no Congresso menos ainda do que conseguiu até agora se não contasse com votos de partidos cuja história política contraria a modernidade que o presidente diz encarnar.

No entanto, talvez o presidente tenha ido longe demais nos afagos a aliados como o governador do Acre. Até este ponto de seu mandato, o presidente vem tendo poder e prestígio suficientes para estabelecer um limite aceitável de pragmatismo. Em outras palavras, FHC tinha força política bastante para não dar sinais de que admitiria barganhas condenáveis para aprovar seus projetos; deixaria, assim, de satisfazer o apetite negociista sempre crescente de alguns de seus partidários. Estes não teriam alternativa a não ser continuar como aliados do poder, como têm feito, pelo menos, desde o regime militar; mas, nesse caso, é possível que controlassem sua avidez."

⁴⁰ Encenação - Folha de São Paulo, 17/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Editorial.

(O Pragmatismo de FHC - Folha de São Paulo, 20/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Editorial)⁴¹

Os editoriais destacados permitem algumas inferências. Embora apontem para uma imagem positiva do Presidente da República, há uma crescente insatisfação com a resistência do governo em averiguar profundamente a denúncia publicada pelo jornal *Folha*. A crítica à existência de práticas fisiológicas ou de corrupção recai sobre os partidos políticos aliados ao Presidente, e que lhe dão sustentação, quer dizer, recai na sua base de apoio no governo e no Parlamento. Um olhar atento aos editoriais permite perceber que, para a *Folha*, o problema situa-se no formato das negociações no Poder Legislativo.

No editorial denominado *Para evitar uma democracia corrupta*, o destaque é para as denúncias de compra de votos de parlamentares, como comprovação das suspeitas de irregularidades nas negociações, para aprovação da emenda da reeleição, questão apontada no item anterior deste capítulo.

"... A revelação de que dois deputados federais receberam dinheiro para votar a favor da emenda da reeleição confirma o que todos suspeitavam - sem que houvesse provas- desde janeiro, quando ela foi aprovada pela Câmara. Houve negociações de todo tipo, numa gama que vai da legitimidade duvidosa até a pura e simples corrupção. Infelizmente, apenas a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades e identificar os infratores devolverá, ao trâmite da emenda que faculta a reeleição, o mínimo de legitimidade de que ela precisa para merecer o respeito da opinião pública... Mas não basta modernizar a economia, é preciso melhorar a política, aumentar sua transparência, corrigir suas mazelas..." (*Para evitar uma democracia corrupta* - Folha de São Paulo, 18/Mai/97, editoria: Primeira Página, seção: Editorial)

Como nos demais editoriais, os jornalistas sustentam a necessidade de uma CPI para investigar o caso, ao mesmo tempo que fazem uma crítica às CPIs anteriores, ao destacar a tendência de "... se transformar em palco de exibicionismo demagógico". Sem dúvida, a referência está ligada ao espaço de visibilidade que parlamentares, membros de uma CPI, acabam por adquirir. A imagem do Congresso e de seus membros é questionada com esta frase, deixando subentendido que o

⁴¹ Por fim, há um editorial que questiona a proximidade do Executivo com o governador Amazonino Mandes, do Amazonas, citado nas gravações como envolvido no escândalo da compra de votos:

interesse pessoal dos congressistas, em muitos casos, está sobreposto ao interesse público ou político e, em função disso, a política tem de ser modernizada, buscando *corrigir suas mazelas*. Que mazelas são estas? A falta de moral e ética no trato da coisa pública.

O editorial intitulado *Chega de esqueletos* é bastante similar ao anterior. Sustenta a posição de credibilidade do Presidente da República, ao mesmo tempo que aponta a necessidade de uma investigação, como a alternativa correta, para que não recaiam suspeitas sobre o Presidente.

"... Esta Folha reconhece que uma CPI pode trazer inconvenientes para a tramitação de reformas importantes no Congresso Nacional. No entanto, os eventuais transtornos serão sempre menores do que o governo permitir que paire indefinidamente a suspeita de que os cinco deputados cujos nomes aparecem nas fitas não teriam sido os únicos a se vender.

A opinião pública dá crescentes sinais de cansaço com a sequência de esqueletos que vão ficando nos armários. Cada novo escândalo tem o condão de remeter ao esquecimento o anterior, sem que as apurações sejam rigorosas, como sempre se promete diante de uma nova denúncia...

Evitar uma CPI sobre o escândalo do momento só aumentaria a coleção de casos mal apurados ou apurados pela metade. Desta vez, com uma agravante: a mancha da suspeita ficaria permanentemente pairando sobre a imagem e o mandato do próprio presidente da República..." (*Chega de esqueletos* - Folha de São Paulo, 21/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Editorial)

Se no editorial anterior há uma referência à importância da investigação para dar legitimidade à emenda frente à opinião pública, neste, o papel da opinião pública é dimensionado: o seu desgaste, frente à impunidade, pode afetar, além do Congresso Nacional, *"a imagem e o mandato do próprio presidente da República"*. A noção de opinião pública é utilizada pelos editoriais como forma de pressão ao Planalto. O jornal se coloca como porta-voz do descontentamento da opinião pública, mas parece muito mais estar buscando manter sua credibilidade, pois foi ele que publicizou a denúncia de compra/venda de votos.

A pressão através da noção de opinião pública parece ter surtido efeito. O editorial descreve a manifestação do Presidente da República, mostrando *"... a opinião pública, de viva voz, que não compactua com negociatas"*, ao destacar sua

disposição de conter, de "... punir subordinados eventualmente envolvidos na corrupção de deputados" bem como de apoiar as investigações. Esta nova disposição do Presidente é criticada pelos editorialistas, ao compararem seu currículo pessoal "... com a política real de seu governo nos bastidores, toda voltada a minimizar o escândalo e circunscrever as apurações". A contradição entre o discurso e a prática do chefe do Executivo é o ponto principal deste editorial.⁴² Contradição que é tema de um novo editorial, chamado *Teatro da moralidade*, em que os editorialistas destacam que "há claros sinais de que o governo pretende esvaziar o Congresso Nacional nos próximos dias para impedir a instalação de uma eventual Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a compra de votos pela emenda da reeleição."⁴³

Nos editoriais investigados, a responsabilidade cabe num primeiro momento às lideranças dos partidos chamados de situacionistas. As alianças, que o Planalto fez com forças conservadoras, fisiológicas ou sujeitas à cooptação por cargos, são apontadas como o fator que possibilita a existência de práticas espúrias no Congresso Nacional. O medo de que outras irregularidades venham à tona ou a conivência com a falta de ética, são destacadas pelo jornal como as razões para que as lideranças do Parlamento resistam a uma investigação apurada do caso.

Ao Presidente da República resta um papel de credibilidade que, aos poucos, vai sendo questionada, em função da contradição entre seu discurso e sua prática de governo, contradição esta ligada diretamente à resistência do Executivo à formação de uma CPI. É possível supor que os jornalistas da *Folha* tinham a expectativa de que o chefe do Executivo apoiasse a criação da CPI. A frustração desta expectativa leva os editorialistas a reforçar sua posição através da utilização de um argumento caro a qualquer político: a pressão da opinião pública.

Como a *Folha* ressalta a noção de opinião pública, optou-se por abrir um parêntese para verificar como se configuram as manifestações de leitores dos jornais através das cartas publicadas. Como tudo mais que se refere ao escândalo, o

⁴² *Corrupção da liberdade* - Folha de São Paulo, 23/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Editorial.

⁴³ *Teatro da moralidade* - Folha de São Paulo, 24/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Editorial.

jornal *Folha* publica um número significativo de cartas. Tendo em comum o tema compra de votos, a forma de abordagem dos leitores é variada. Em função disso, optou-se por descrever e analisar apenas as cartas que nomeiam o escândalo e a repercussão da denúncia publicada no jornal⁴⁴.

Sob os títulos *Votos à venda* ou *Venda de votos*, as cartas reproduzem a polarização apontada nos editoriais e matérias sobre o papel do Executivo e do Legislativo no escândalo. A positividade que o Executivo tem nos editoriais não encontra correspondência nas cartas dos leitores, já que muitas delas sugerem o envolvimento do Presidente da República e do Ministro Sérgio Motta na compra de votos: seja insinuando a proximidade entre Fernando Henrique Cardoso e os governadores envolvidos no caso, seja pedindo seu *Impeachment* ou renúncia, seja questionando o custo da reeleição para a máquina administrativa⁴⁵. O governo também é atingido quando o tema é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Os leitores se posicionam favoravelmente à instalação da comissão e questionam as

⁴⁴ As manifestações dos leitores incluem ainda ironias e críticas: as elites brasileiras; a desqualificação do Estado do Acre; a impunidade ou a insuficiência da cassação de mandato como forma de acabar com a corrupção. Há leitores que fazem sugestões ao jornal. Há uma carta defendendo o governador do Estado do Amazonas: Mário Nelson Brigido, Campinas, SP, 15/Mai/97; Zander Navarro, Porto Alegre, RS; Mauricila Ribeiro de Sant'Anna Soares, São José, SC (16/Mai/97); *Votos à venda*, de José Eduardo Seraphim, coordenador da Cives -Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania; João Vaccari Neto, secretário-geral da Executiva Nacional da CUT -Central Única dos Trabalhadores (São Paulo, SP; Ricardo José de Figueiroa Valença, Campinas, SP; José Carlos de Almeida Azevedo, ex-reitor da Universidade de Brasília, Brasília, DF (17/Mai/97); Mario Ernesto Humberg, coordenador do PNBE -Pensamento Nacional das Bases Empresariais, São Paulo, SP, 18/Mai/97; Gilson Monteiro, professor da Universidade do Amazonas, 21/Mai/97; Nilmar Costa; 26/Mai/97 (Manaus, AM); Maria Célia Janini Barbosa, Santos, SP, 28/Mai/97; Alvaro Bernal de Almeida, João Pessoa, PB, 31/Mai/97; Sérgio Amadeu da Silveira, 01/Jun/97; Manuel J. Marques Neto, 05/Jun/97 (São Paulo, SP) (Folha de São Paulo - editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor)

⁴⁵ Linneu Arantes Bueno, São Paulo, SP; Claudio F. Negrão, Santos, SP (14/Mai/97); Aguinaldo Luiz de Lima, coordenador-executivo do Clasp-Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo, São Paulo, SP; Enildo Diniz Caldeira, Porto Alegre, RS (15/Mai/97); Paulo Pires de Campos, Brasília, DF; Tobias José Barreto de Menezes, Campinas, SP (16/Mai/97); Ricardo José de Figueiroa Valença, Campinas, SP, 17/Mai/97; Leonardo Sérgio Nogueira Teixeira, Itanhandu, MG, 18/Mai/97; Ricardo José de Figueiroa Valença, Campinas, SP; Lúcio Flávio V. Lima, Brasília, DF (19/Mai/97); Ivanildo Luiz de Pontes, 20/Mai/97; Jussara S.P. Machado Silva; Paulo Roberto Pereira Raymundo (21/Mai/97) (São Paulo, SP); Álvaro de Almeida Caparica, Goiânia, GO, 22/Mai/97; Fernando Amaral, Piracicaba, SP, 23/Mai/97; Rubens Goyatá Campante, Belo Horizonte, MG, 01/Jun/97 (Folha de São Paulo - editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

estratégias utilizadas pelo Planalto e seus aliados para evitá-la⁴⁶. Três cartas estão selecionadas como exemplo:

"Espero que a Folha, bem como os demais veículos de comunicação, inclusive seus cronistas políticos, batam firme nos deputados que venderam seus votos; mas batam muito, muito mais firme nos compradores, não esquecendo do principal interessado.

A manchete deveria ser: 'Presidência compra votos', e não 'Deputados vendem votos'. Ou imaginam que acreditemos que o presidente e seus principais assessores não sabiam de nada?"

"FHC começa a perder, pouco a pouco, aquilo que, livre e espontaneamente, o povo lhe outorgou pelas urnas: a credibilidade.

Talvez a precipitação do presidente seja a causa dos transtornos políticos de que está sendo vítima, tendo como causa primeira a reeleição. Um plebiscito àquela altura teria lhe dado uma retumbante e consagradora cobertura, sem depender deste ou daquele parlamentar, porque era o desejo do povo."

"A arma mais poderosa e decisiva da guerra deflagrada pelo governo para barrar a CPI da venda de votos da reeleição foi, sem dúvida, a renúncia dos deputados acreanos. Pelo visto, o episódio acabará restrito a esses dois parlamentares.

Gostaríamos todos nós -inocentes neobobos que habitam esta nação- de saber quanto se pagou aos renunciantes por isso e pelo silêncio que guardarão sobre o assunto."⁴⁷

Embora em número menor, são publicadas cartas em defesa do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Sérgio Motta, criticando a posição assumida pelo jornal e pela oposição⁴⁸. Os membros do Congresso Nacional não ficam ilesos às manifestações dos leitores, pois as críticas atingem aos políticos, em geral, e, particularmente, aos deputados federais. Há ainda cartas que atingem o Congresso Nacional através de críticas à inoperância das CPIs. Diferentemente do que ocorre com o Executivo, não há cartas defendendo os parlamentares.

⁴⁶ Luciano Zica, deputado federal pelo PT-SP, Brasília, DF, 16/Mai/97; André do Valle Amadio, São Paulo, SP, 17/Mai/97; Osvaldo Alves Alencar, Osasco, SP, 18/Mai/97; Hermes Parcianello, deputado federal pelo PMDB-PR, Brasília, DF, 19/Mai/97; Osvaldo Catan, São Paulo, SP, 26/Mai/9; Hanns John Maier, Ubatuba, SP, 30/Mai/97 (Folha de São Paulo - editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

⁴⁷ As cartas citadas são respectivamente de: Luís Carlos Guedes Pinto, professor do Instituto de Economia da Unicamp - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 14/Mai/97; Ferdinando Lindvist, São José, SC, 20/Mai/97; José Luiz Dutra de Toledo, Ribeirão Preto, SP, 24/Mai/97 (Folha de São Paulo - editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

⁴⁸ Thyrso de Carvalho Júnior, Pereira Barreto, SP, 20/Mai/97; Milton Pereira de Toledo Lara, 21/Mai/97; Urbano Alberto A.S. Barreto, 24/Mai/97; Gilberto Perissinotto 27/Mai/97 (São Paulo, SP); Atilio Antônio Zonta, Blumenau, SC, 28/Mai/97 (Folha de São Paulo - editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

"Não seria a hora de 'reduzir' a alíquota para a importação de políticos? Com a economia globalizada, poderíamos a um custo muito inferior trazer políticos padrão ISO 9000, ficando livres dos nossos políticos padrão 171!"

"Será que os políticos implicados na compra e venda de votos na Câmara dos Deputados imaginam que a população brasileira é alguma velhinha de Taubaté?"

Ninguém pode ter dúvidas de que houve de fato esse balcão de compra e venda de votos, até porque o PFL, nas palavras de Luís Eduardo Magalhães, confessou não tê-las."

"O episódio ratifica um pensamento disseminado no Brasil: os políticos, em geral, e os deputados, em particular, são vendilhões mesmo. Contam-se nos dedos de uma mão os que são realmente sérios e honestos. Não gosto de admitir, mas às vezes a melhor saída é, de fato, o aeroporto de Cumbica."

"Não elegemos deputados e senadores para fazer CPIS. Desde o esgotamento do ciclo autoritário, vivemos uma sucessão denunciada de CPIS inconclusas, ineficazes, estéreis, demagógicas e hipócritas. A Folha e a 'Veja' incitaram o processo pró-impeachment de Collor e, mesmo assim, a corrupção não acabou. Conclusão: não é por aí."⁴⁹

A reforma política, tema desenvolvido em dois editoriais, consta de uma única carta, transcrita abaixo.

"O recente escândalo deve ser visto como uma consequência do nefasto pacote de abril, editado há 20 anos.

O presidente Geisel distorceu substancialmente o princípio democrático de 'uma pessoa, um voto', que caracteriza a representação proporcional.

Assim, foi fixado em oito o mínimo de representantes de cada Estado, com o que os Estados menos populosos passaram a ter uma representação desproporcional em relação aos demais, facilitando a eleição de pessoas sem representatividade em virtude do baixo número de votos necessário para chegar à Câmara dos Deputados.

Agora que se inicia a discussão da reforma política, esse é certamente um ponto que precisa ser debatido pela nação e reformulado pelo Congresso."

Votos à venda, de Mario Ernesto Humberg, coordenador do PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais, São Paulo, SP (Folha de São Paulo - 18/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Painel Do Leitor)

⁴⁹ Cartas citadas: Luiz de Almeida, Belo Horizonte, MG, 16/Mai/97; Lucia Quental, Rio de Janeiro, RJ, 19/Mai/97; Roberto Massei, Ourinhos, SP, 25/Mai/97. Demais exemplos: João Alfredo de Paiva, Curitiba, PR, 14/Mai/97; Beatriz Maria Berghahn, Porto Alegre, RS, 15/Mai/97; Iran Bezerra, Recife, PE; Atilio Antônio Zonta, Blumenau, SC (18/Mai/97); Vicente Limongi Netto, Brasília, DF, 22/Mai/97; Wagner Marins de Carvalho, São Paulo, SP, 24/Mai/97; *Políticos e chimpanzés*, de Jair Bolsonaro, deputado federal pelo PPB-RJ, Brasília, DF, 08/Jun/97; *Políticos e pandeiristas*, de Osmar Baroni, pandeirista do Grupo Chorocultura, Uberaba, MG, 26/Mai/97. As cartas de crítica a CPI são: Carlos Alberto dos Santos, Santo André, 20/Mai/97; José Luiz Dutra de Toledo, Ribeirão Preto (SP) 24/Mai/97 (Folha de São Paulo - editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

As cartas apontam um terceiro personagem do escândalo, este não envolvido na denúncia, mas o divulgador da mesma: o jornal *Folha*. São publicadas cartas de instituições da imprensa, de outras entidades da sociedade civil e de leitores, parabenizando o jornal pela divulgação da denúncia de compra/venda de votos, solidarizando-se com os profissionais do jornalismo e apelando para que o caso não seja esquecido. Os dois exemplos selecionados são:

"O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo externa seu repúdio às ameaças feitas aos jornalistas da *Folha* responsáveis pela apuração do esquema para aprovar a emenda da reeleição. Solidarizamos-nos com os profissionais que estão cumprindo o papel de informar a sociedade, em busca da verdade."

"Parabenizamos esse jornal pela série de reportagens sobre a compra de votos da reeleição. Ao expor ao país e ao mundo fatos como esses, a *Folha* resgata o verdadeiro papel da imprensa, o do jornalismo investigativo, sem o qual não há democracia."⁵⁰

Entretanto, como não poderia deixar de ser, algumas cartas criticam a posição da *Folha* em relação ao caso: o tratamento dado pelo jornal ao ministro Motta; o fato de o veículo lucrar com a denúncia e de defender a urgência das reformas, ao mesmo tempo que exige a CPI, e a omissão do autor das gravações.

"Os editoriais da *Folha* sempre demonstraram preocupação com o atraso das reformas e das privatizações. Porém alguns de seus colaboradores deixam claro, em seus artigos, que pensam bastante diferente. Atualmente, a *Folha* defende uma CPI da Reeleição que, se implementada, vai parar o Congresso, com enormes e sérios prejuízos ao futuro do país. Será que os radicais estão vencendo o bom senso desse brilhante e democrático jornal?"

"A *Folha* parece ter prendido o rabo de vez. De um lado, aparece como paladina da moralidade pública ao divulgar em furo o escândalo da compra de votos. De outro, mostra-se tão comprometida quanto os compradores e vendedores de voto.

⁵⁰ Cartas citadas: Kepler Fidalgo Polamarçuk, diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 16/Mai/97; Antônio Nogueira, coordenador de imprensa e comunicação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal, Brasília, DF, 21/Mai/97. Demais cartas: Raymundo Penha Forte Cintra, Botucatu, SP; Haroldo Lima, deputado federal pelo PC do B-BA, Brasília, DF (17/Mai/97); Rodney Ramiro Cavichioli, Curitiba, PR, 19/Mai/97; José Aristides Uberaba, MG, 23/Mai/97; Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo, SP 24/Mai/97; Luiz Nunes de Brito, Rio de Janeiro, RJ 26/Mai/97; Geraldo Carneiro de Castro, 29/Mai/97; Etevaldo Vieira de Melo 04/Jun/97 (Belo Horizonte, MG) (*Folha* de São Paulo - editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

Afinal, se o jornalista e o jornal afirmam que o 'Senhor X' dispõe de novas fitas, com novas denúncias e outros envolvidos, e permanecem ocultando esse senhor, não seriam coniventes?"⁵¹

Dois elementos significativos se destacam na manifestação dos leitores. Em primeiro lugar, encontra-se a falta de correspondência entre a percepção expressa nos editoriais e aquela dos leitores, no que tange ao envolvimento do Presidente da República no escândalo da compra de votos. Embora não se pretenda fazer uma correspondência entre leitores e opinião pública, é possível supor que estas cartas respaldem a posição do jornal, qual seja, de que a opinião pública está desgastada com a impunidade a que são relegadas as irregularidades, e, ao mesmo tempo, servem de pressão ao Executivo para que investigue profundamente a denúncia. O segundo elemento diz respeito à legitimidade do jornal. A série de cartas, parabenizando a iniciativa da *Folha* por publicar a denúncia, sem dúvida, lhe dá crédito frente aos leitores.

Após este longo parênteses é mister voltar aos editoriais. O corte efetuado se justifica em função do tema tratado em dois editoriais da *Folha*, que estão em consonância com os editoriais apresentados, em seguida, do *Estado*, e que fazem a relação entre o escândalo da reeleição e a reforma política. No editorial *Por uma política sadia*, os editorialistas partem do escândalo da compra de votos para apontar uma série de modificações do sistema político que, em sua visão, podem coibir ou dificultar os " ...vícios políticos que eivam o país".

"O escândalo da compra de votos para a emenda da reeleição é apenas mais um sintoma dos vícios políticos que eivam o país e que poderiam ser, se não coibidos, ao menos dificultados com a adoção de algumas medidas relativamente simples.

Em primeiro lugar, o fim do voto obrigatório parece ser um imperativo. Essa prática tem dado ensejo ao clientelismo político e, se já teve um papel cívico no passado, hoje está superada. Se só forem às urnas as pessoas realmente interessadas em eleger o seu representante, seria criado um fator para a melhoria do nível da representação no Congresso.

⁵¹ Cartas citadas: Ângelo Comisso, Campinas, SP, 30/Mai/97; Sergio Manucci, Poços de Caldas, MG, 04/Jun/97. Demais cartas sobre o tema: Hermínio Funari Lucia, Campinas, SP, 22/Mai/97; Ary Carlos Moura Cardoso, Araguaína, TO, 23/Mai/97; Valdir Amado da Silva, 25/Mai/97; Marcos Cesar Moura da Silva, 29/Mai/97 (São Paulo, SP); João Henrique Pereira e Silvio Henrique Pereira, Belo Horizonte, MG, 30/Mai/97; Artur Moreira de Menezes, Jaú, SP, 06/Jun/97 (Folha de São Paulo - editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

Outra medida relevante seria a adoção do sistema de voto distrital misto, o que aproximaria o eleitor de seu representante, facilitando a cobrança por seus atos como parlamentar.

Um terceiro ponto importante é a questão da representação na Câmara. A existência de pisos e tetos de deputados por Estado torna os cidadãos desiguais e permite que parlamentares sejam eleitos com um número relativamente baixo de votos, o que, no limite, compromete a própria qualidade da representação.

O peso relativo de um eleitor de Roraima, por exemplo, acaba sendo muito superior ao de um eleitor de São Paulo. Se deve prevalecer a idéia, em tese aceitável, de fortalecer o princípio federativo, basta lembrar que já existe o Senado Federal, no qual cada Estado da União tem igual número de representantes, independentemente de sua população.

Da mesma forma, a adoção de mecanismos que estabeleçam alguma forma de fidelidade partidária dificultaria o mercadejo de convicções que avilta a política nacional.

Corrupção e atos moralmente condenáveis praticados por políticos não são exclusividade nacional. Ocorrem em qualquer lugar do mundo. Existem, contudo, maneiras de dificultar essas atividades. Infelizmente, o país não vem dando a devida atenção a esse ponto tão crucial." (*Por uma política sã* - Folha de São Paulo, 18/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Editorial)

As medidas defendidas - fim do voto obrigatório, adoção do voto distrital misto e mudança nos pisos e tetos da representação por Estado da Federação - são apontadas como solução para a melhoria de nível e qualidade da representação e para a aproximação entre representados e representantes. Soma-se a estas medidas o instituto da fidelidade partidária. Estes quatro pontos dificultariam a *"corrupção e os atos moralmente condenáveis praticados por políticos"*. Com exceção do fim do voto obrigatório, as demais medidas dizem respeito à representação legislativa. Os parlamentares seriam os políticos mais diretamente afetados por tais medidas. Depreende-se daí que se estas modificações do sistema político podem dificultar a corrupção ou imoralidade, e que estas duas noções estão ligadas às ações dos membros do Parlamento. A culpabilidade pelas mazelas políticas do país, pelos *vícios políticos*, recaem sobre o Congresso Nacional, mais especificamente, sobre a Câmara de Deputados.

O segundo editorial é bastante similar ao primeiro. As modificações do sistema político defendidas são as mesmas. Apenas o argumento, para a defesa da fidelidade partidária e da representação dos Estados, muda, é constituído a partir das biografias de dois parlamentares envolvidos no escândalo da compra de votos.

"As biografias políticas dos comprovadamente envolvidos no escândalo da reeleição dão bem a medida da urgência das reformas políticas.

Um dos deputados que alardeou alegremente ter vendido seu voto, Ronivon Santiago iniciou sua carreira no extinto PDS, foi eleito deputado pelo PMDB (votou contra o impeachment de Collor) e reeleito em 94, dessa vez pelo PPR, passando depois ao PFL. Conseguiu seu último mandato com cerca de 7.000 votos.

João Maia, protagonista da segunda fita divulgada pela Folha, não tem uma história muito diferente. Passou pelo PT, PP, PSDB e PFL.

A trajetória desses deputados -comum à de tantos parlamentares- delinea mais do que inconsistência ideológica. O baixo padrão moral que escândalos sucessivos vêm revelando indica coisa pior. A falta de consistência política é, na verdade, estimulada talvez por dinheiro, comumente pela oferta de cargos e por outros conluios. Mecanismos que impusessem alguma fidelidade partidária poderiam ao menos diminuir o valor e a atração das moedas podres do balcão do Congresso.

Outro aspecto saliente da vida política de Ronivon e Maia, compartilhado com seus colegas de Estados pouco povoados, é a falta de representatividade. Instrumento do regime militar, a engorda artificial de bancadas foi ainda reforçada depois da volta da democracia. Se no Acre alguém chega à Câmara com meia dúzia de milhares de votos, em São Paulo necessita-se, no mínimo, de 26 mil.

Um ambiente político mais sério pediria ainda um sistema como o do voto distrital misto, que tornaria o parlamentar mais visível e fiscalizável pelos eleitores, que, ademais, não veriam diminuído seu poder de determinar a composição da Câmara.

Essas e outras distorções -como a obrigatoriedade do voto, que dá margem ao clientelismo- devem ser objeto de reforma urgente, sob o risco de se perpetuarem vícios que, além de desvirtuar o sistema político, degeneram até em casos policiais." (*Reforma urgente* - Folha de São Paulo, 25/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Editorial)⁵²

Se no primeiro dos editoriais a relação entre as medidas propostas para sanar os erros do sistema político e do Legislativo é nebulosa, no segundo, esta relação é direta. A biografia política dos dois deputados federais citados aponta uma extensa mobilidade partidária, em outras palavras, infidelidade partidária ou *falta de consistência política*. Esta inconsistência política é estimulada, segundo o editorial, por dinheiro, cargos e *outros conluios*. Onde acontece esta infidelidade e falta de consistência política? No Congresso Nacional, local em que, como apontam os editorialistas, se desenvolve um *balcão de negócios*, baseado em *moedas podres*, leia-se, dinheiro e cargos. Por fim, a Câmara de Deputados é indiretamente citada

⁵² A Folha de São Paulo publica um editorial em outubro de 1997 tratando da punição dos parlamentares envolvidos no escândalo da compra de votos denunciado em suas páginas. A linha editorial é similar aos demais, criticando a posição do Planalto evitar a investigação através de uma CPI e chamando atenção para o desgaste de imagem da casa parlamentar, caso os deputados

como um ambiente político deficiente de seriedade, que não apenas permite a manutenção de vícios, que se perpetuam, mas que "... *degeneram até em casos policiais*". A descrição das biografias de dois deputados federais acusados de práticas irregulares, seguida da desqualificação de demais parlamentares e da instituição Congresso Nacional, servem de base para defesa, por parte do jornal, de mudanças significativas do sistema político do país. As denúncias apontam o envolvimento do Executivo e do Legislativo na troca de votos favoráveis à reeleição por dinheiro, e apesar da citação de membros dos dois poderes, os editoriais acabam por não questionar em nenhum momento a validade das denúncias, por nomear os culpados ao justificar a necessidade de reforma política: são os parlamentares membros do Poder Legislativo.

O *Estado* também publica editoriais sobre a denúncia. No primeiro deles, denominado *Um novo escândalo*, é defendida a apuração "... até as últimas consequências" do caso. Mas é feita uma diferenciação entre "... o desvio de comportamento de um grupo de deputados e governadores do Norte, se de fato houve" e as "... razões objetivas que recomendam a adoção do instituto da reeleição do Presidente da República". Embora justifique a intenção da oposição de buscar a formação de uma CPI, destaca a necessidade de manter a serenidade, a fim de que não se interrompam as reformas importantes para o crescimento econômico e a estabilidade. Passa, então, a discorrer sobre o Congresso Nacional.

"... Da mesma forma, o episódio não atingirá o Congresso Nacional, como instituição, se as denúncias forem apuradas em toda a sua extensão e com rapidez. Ao contrário do caso dos "anões do Orçamento" - que os fatos agora denunciados indicam não ter sido concluído com o expurgo total dos corruptos do Congresso -, que envolvia práticas antigas e institucionalizadas de corrupção, a denúncia de venda de votos aponta diretamente para cinco deputados acreanos, que teriam sido corrompidos por dois governadores de Estado de sua região. Apenas irrompido o escândalo e com as reservas que informações ainda incompletas impõem, o caso aparenta ser mais um acerto regional do que uma transação ilícita destinada a mudar o resultado da votação de um projeto de interesse institucional. Afinal, que outros motivos levariam o governador do Amazonas - além da evidente ambição de se reeleger - a se unir ao governador do Acre para oferecer R\$ 200 mil a cada um dos cinco deputados federais do PFL do Acre? Além disso, o autor das reportagens afirma que desde 24 de janeiro sabia da tentativa de compra de

federais não sejam punidos. Como este editorial está deslocado dos demais no tempo, optou-se por não analisá-lo neste momento. *Corrupção na reeleição* - 08/Out/97, editoria: Opinião, seção: Editorial.

votos. Se durante mais de três meses o repórter apurou evidências que incriminam apenas cinco deputados, não há por que acreditar-se que a troca de votos por dinheiro fosse endêmica...

Apesar de os editorialistas acreditarem que a denúncia trata de um caso isolado e regional, o Congresso não é poupado das críticas.

...Não é novidade, porém, que no Congresso funciona o sistema de barganhas. Esse tipo de comportamento não é exclusividade da política e do parlamento brasileiros. Ocorre apenas que no Brasil, por não serem os partidos políticos organizações estáveis, o toma-lá-dá-cá da política adquire características muitas vezes pessoais. Uma coisa, porém, seria uma bancada negociar o apoio a determinado projeto em troca de uma obra ou melhoramento para uma região. Outra, repugnante, seria um deputado aceitar dinheiro para votar de determinada maneira. Este caso inscreve-se nesta última categoria...

Concluída a sindicância e comprovados os indícios que hoje parecem ser tão veementes, é preciso que os acusados sejam sumariamente varridos do ambiente que conspurcaram: à cassação imediata de seus mandatos - ato eminentemente político - deve seguir-se inquérito e processos, para que a Justiça seja inteiramente satisfeita. Menos que isso será inaceitável para a consciência cívica da Nação.

O escândalo deve servir de alerta para todos os que fazem política no Executivo e no Legislativo. A prática franciscana do "é dando que se recebe" atingiu tal vulto e foi tão banalizada que já não são muitos os políticos que se perguntam onde termina a barganha política e onde começa o escândalo. Mesmo que se cassem os mandatos dos envolvidos, o episódio respingou no governo...

De fato, o governo Fernando Henrique Cardoso tem-se pautado pela negociação parcimoniosa dos temas políticos que são de seu interesse. Esta austeridade pode ter-lhe causado embaraços ou retardado a aprovação de alguns projetos. Sem ela, no entanto, esse governo se igualaria a tantos outros de triste memória. E esse governo não foi eleito para ser igual aos demais, mas para renovar o País, inclusive seus hábitos políticos." (*Um novo escândalo* - Estado de São Paulo, 15/Mai/97, seção: NetEstado/Editoriais)

Utilizando como argumento declarações do próprio autor da reportagem que gerou a denúncia no jornal concorrente, os editorialistas concluem que é um caso de *acerto regional*, não algo endêmico do Congresso Nacional. Embora dêem um destaque positivo à ação do presidente da Câmara de Deputados, de constituir uma comissão para investigar o caso, não deixam de desqualificar o Congresso Nacional, ao afirmar que no mesmo "*... funciona o sistema de barganhas*", onde o "*... o toma-lá-dá-cá da política adquire características muitas vezes pessoais*". Nesta ótica, este sistema é resultado do fato de que os partidos políticos não são *organizações estáveis*. De modo similar à *Folha*, o Legislativo é caracterizado de forma negativa, e

ao Executivo, particularmente, ao Presidente da República, é dado um crédito positivo, como fica claro na frase *"de fato, o governo Fernando Henrique Cardoso tem-se pautado pela negociação parcimoniosa dos temas políticos que são de seu interesse"*. Diferente do jornal concorrente, o *Estado* acredita que a comissão de sindicância é suficiente para averiguar o caso, e, sem dúvida, esta posição está ligada à perspectiva localizada que possui da denúncia.

O segundo editorial tem como tema central a nomeação de parlamentares do PMDB para cargos de ministro. Nele é criticado o fato do Presidente da República ceder às pressões dos aliados, contradizendo seu discurso de que não cederia a barganhas, e questionado o atual sistema político do país.

"... Mas essas barganhas são o filho natural do sistema político. É um sistema em que cada deputado é líder de si próprio e em que, nas votações mais sérias, o presidente da República deve empenhar-se pessoalmente para conseguir um resultado favorável - melhor seria dizer, o menos ruim possível. E, para conseguir esse possível, tem de fazer o impossível, inclusive resolvendo - e mal, como no caso das nomeações dos novos ministros - uma situação que, no que se refere ao Ministério dos Transportes, já fazia dez meses. É uma pena que o presidente tenha tido de ceder a esse tipo de pressão - normal, porque o sistema político transformou o que era ruim em normal, mas não desejável...

A necessidade de garantir o apoio do Congresso no momento em que as oposições descem para a rua, dispostas a tumultuar o processo político, obrigou o presidente a aceitar nomes que, outro fosse o clima político, não teria escolhido. Enquanto o sistema não for reformado - e enquanto as oposições não desistirem de sua tática de tumultuar para desprestigiar ou desestabilizar -, não se poderá falar em reforma dos costumes políticos brasileiros." (*Ministros do sistema político* - Estado de São Paulo, 18/Mai/97, editoria: Política, seção: NetEstado/Editoriais)

A crítica ao sistema político vigente no país é ampliada no editorial chamado *A raiz do escambo*. O alvo da crítica é a legenda de aluguel.

"Na raiz do escambo ora denunciado, do voto no Congresso pelo benefício pessoal, traduzido ou não em bens de fortuna, estará sempre a legenda de aluguel. E será uma hipocrisia a mais a vontade declarada de apurar e punir aquele tráfico, sem querer alcançar a corrupção do próprio sistema partidário e representativo instalada na legenda de aluguel. Tudo poderá se esgotar naquele ritual expiatório a que se assistiu com a CPI do Orçamento - puniram-se os agentes, sem diminuir a possibilidade da ação criminosa. Por legenda de aluguel, contudo, não se entenda apenas aquela que o é congenitamente. Criada com o só propósito da barganha, na hora das coligações eleitorais, ou de se agregar à maioria parlamentar típica do sistema presidencialista. Entenda-se também o partido que se torna ou se mantém grande por porosidade. Em que entra não importa quem, para se

comportar nele não importa como. Uma e outra legenda de aluguel igualmente beneficiadas pela permissividade na formação de partidos e pelos dispositivos constitucionais que atribuem às Regiões Norte e Centro-Oeste representação mais que proporcional na Câmara dos Deputados...

A relação entre a maioria governamental e as legendas de aluguel é o tema apresentado na continuidade do texto.

... Agora, a maioria governamental parece esgarçar-se, descambando para maiorias eventuais constituídas praticamente a cada votação. Não porque a oposição venha ganhando adesões, e sim porque a maioria não soube fazer da filiação partidária uma adesão genuína: seu número não reflete as preferências programáticas. Abriu-se a porta para o oportunismo; ou seja, para o contágio da legenda de aluguel.

Temos 15 partidos representados no Congresso, o que de si já é suficiente para o desvanecimento do espectro ideológico. Pior que isso, temos assistido a uma estonteante migração interpartidária. A tal ponto que, no início de 1996, numa única semana se alternaram como a maior bancada na Câmara dos Deputados o PMDB e o PFL: o primeiro, na dianteira por um dia; o segundo, por três dias; e, no quinto dia, os dois empatados. A sustentação política mais visível, hoje, é a do ritmo dessa dança: na legislatura passada, 42 deputados em média abandonaram por ano o partido pelo qual tinham sido eleitos; e, só no primeiro ano da atual, 77.

Vale notar a geografia dessa migração. Ela é mais pronunciada, desde a legislatura passada, em Estados super-representados na Câmara: Roraima, Acre e Tocantins. Na atual, o PFL foi pouso de nada menos que 14 deputados do Norte, alguns com passagem anterior por mais de um partido, como os acreanos ora expulsos, Ronivon Santiago e João Maia. O rumo da migração também é esclarecedor - para onde está, no momento, o poder de decisão. Não será a barganha sua inspiração maior, a que a super-representação confere um peso extra?

O desbloqueio das reformas - previdenciária, administrativa, tributária e fiscal - só virá mediante outra reforma, a política. Que, no plano eleitoral, inclua pelo menos a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais, se não a cláusula de barreira, à maneira da existente no sistema alemão. E, no plano partidário, alguma forma de fidelidade, para impedir que a representação fique à mercê dos interesses individuais. Na sua falta, entrará sempre a barganha viciada e viciosa." (*A raiz do escambo* - Estado de São Paulo, 19/Mai/97, editoria: Política, seção: NetEstado/Editoriais)

Na perspectiva do texto, a base da *"...barganha viciada e viciosa"* encontra-se nas legendas de aluguel. A definição de legenda de aluguel, descrita no editorial, é mais ampla do que aqueles partidos criados apenas para barganhar na hora de coligações ou para agregar maioria parlamentar, é estendida ao *"o partido que se toma ou se mantém grande por porosidade. Em que entra não importa quem, para se comportar nele não importa como"*. Os exemplos descrevem o deslocamento de parlamentares, entre os partidos que compõem a base de apoio do governo, sem

que apresentem identidade ideológica ou programática com o novo partido, o que acaba tornando a maioria governamental instável. Para solucionar este impasse, defendem a reforma política, que, além de mudanças no plano partidário, basicamente, na regra de fidelidade partidária, tem de incluir uma medida de caráter eleitoral, qual seja, "... a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais, se não a cláusula de barreira, à maneira da existente no sistema alemão"⁵³. Também aqui, como anteriormente foi destacado nos editoriais da *Folha*, os parlamentares e a instituição a que pertencem são os responsáveis pelas mazelas políticas do Brasil, pois é nos congressistas e no Parlamento que a reforma política, fortemente defendida nos editoriais, deve gerar modificações.

É possível verificar similaridades na opinião dos dois jornais. Os dois apoiam a política de racionalização da máquina pública, proposta pelo Planalto, através das reformas constitucionais, bem como os dois jornais demonstram-se favoráveis à emenda que permite a reeleição, particularmente, ao cargo de Presidente da República. Em nenhum dos jornais é sugerida uma relação direta entre o Executivo e a compra de votos. Não se quer dizer com isso que não há críticas ao Executivo, mas que as críticas não são direcionadas à figura do Presidente da República, e sim, às lideranças partidárias no Poder Legislativo, ligadas ao chefe do Executivo, seja em função de alianças eleitorais ou parlamentares. Tanto na *Folha*, como no *Estado*, há uma visão positiva do Presidente. A crítica às lideranças situacionistas, exposta nos dois jornais, acaba sendo generalizada para toda a instituição Congresso Nacional. Este, aos poucos, vai se transformando no local de perpetuação de *vícios políticos*, de negociações nebulosas, imorais ou corruptas.

Embora o jornal *Estado* não dê centralidade à noção de opinião pública, também publica cartas de leitores, tratando do caso de compra de votos de parlamentares. As manifestações dos leitores incluem a defesa da instalação da

⁵³ O *Estado* publica outro editorial ressaltando a questão da compra de votos e as dificuldades enfrentadas pelo governo para obter coesão de sua maioria governamental no que tange a votação da Reforma Administrativa. Novamente a legenda de aluguel é apontada como fator determinante para a dificuldade de aprovação da reforma. Como o tema Reforma administrativa consta de um capítulo específico, optou-se por não apresentar tal editorial neste momento. Para maiores esclarecimentos,

Comissão Parlamentar de Inquérito, para averiguar o caso, e a posição do governo e de seus aliados, tentando evitar a formação da comissão.

"É estarrecedora a informação de que mais uma vez o governo põe em ação todos os seus recursos para evitar a instalação de uma CPI sobre corrupção... Isso indica que os indícios apresentados são verdadeiros e, no caso de abertura da CPI, facilmente se chegaria à origem dos fatos, desmascarando o todo-poderoso esquema montado para perpetuar no governo aqueles que na CPI apareceriam no topo da pirâmide da corrupção... Agora fica cada vez mais patente que somente utilizando recursos criminosos consegue fazer valer a sua vontade. A quem interessa tanto a reeleição que, para torná-la possível, se utilizem esses meios? O que pretendem realizar se conseguirem seus objetivos? Quem financiou a compra dos votos e de onde saiu o dinheiro? ... Assim, como na CPI dos precatórios, podemos de imediato entender que nomes como Amazonino Mendes e Orleir Cameli representam os laranjas do acontecimento, os verdadeiros autores estão mais próximos do poder."⁵⁴

Embora o destaque dado pelo jornal à reforma política, como solução para as mazelas políticas enfrentadas pelo país, apenas duas cartas, de leitores, publicadas tratam do tema. Cita-se apenas uma:

"Muito mais importante que a votação da emenda da reeleição é a reforma de nosso Parlamento, sob duplo enfoque: a proporcionalidade estabelecida pela dimensão do Estado e a conseqüente redução do quadro político, porque é um fardo pesado para a Nação a presença de quase 600 deputados. Talvez a metade fosse suficiente. Com esse saneamento, o poder de barganha ficaria restrito e os escândalos, bastante em voga, tomariam novo rumo, com a definitiva conscientização da classe, que é regamente paga para tratar dos interesses da sociedade, e não para se envolver em corrupção, flagelando o voto por concessões pouco éticas."⁵⁵

As manifestações mais constantes das cartas que tratam da denúncia de compra/venda de votos são de descontentamento ou desqualificação com os

ver: *Tratamento sério para questões cruciais* - 30/Mai/97, editoria: Política, seção: NetEstado/Editoriais.

⁵⁴ A carta citada é: *Laranjas da reeleição*, de Hermann Luiz Kolonovits, Avaré - 02/Jun/97, editoria: Fórum de debates - Tema: Políticos Brasileiros. Demais cartas sobre o tema: *S/título*, de Homero Benedicto Ottoni Netto, Redenção da Serra; *Suborno no Congresso*, de Olavo Príncipe Credidio, São Paulo (19/Mai/97, editoria: Fórum dos Leitores); *Baionetas*, de Hugo Maia, São Paulo 25/Mai/97; *Nada convincente*, de Valdy Callado, Rio de Janeiro (25/Mai/97, Tema: Governo FH); *Pare o bonde*, de Hugo Maia, São Paulo, 02/Jun/97, Tema: Políticos Brasileiros (Estado de São Paulo, editoria: Fórum de debates, seção: NetEstado/Editoriais)

⁵⁵ A Carta citada é: *Venda de votos*, de Carlos Henrique Abrão, São Paulo, 19/Mai/97, editoria: Fórum dos Leitores. A segunda manifestação de leitor: *Reforma política*, de José Pontes Jr., Fernandópolis, 26/Mai/97, editoria: Fórum de debates - Tema: Políticos Brasileiros (Estado de São Paulo, seção: NetEstado/Editoriais).

membros do campo político. Há cartas que fazem referência a políticos, em geral, e outras, que tratam, especificamente, de parlamentares e da instituição a que pertencem. Quando o enfoque está centrado nos políticos em geral, as cartas vão desde sugestão de exigência de atestado de bons antecedentes para os candidatos, até a constatação de que os políticos contribuem para a desmoralização do Brasil, como pode ser visto no exemplo abaixo.

"A atual lei eleitoral tem, entre outros erros políticos, uma omissão em seu conteúdo. É a de que não exige dos candidatos a cargos eletivos atestado de bons antecedentes... O resultado é o que sabemos do comportamento de nossos políticos."

"... Isso nos mostra que os políticos, com raras exceções, são todos farinha do mesmo saco. Os tucanos, por exemplo, julgam-se diferentes, mas são iguaizinhos aos demais na forma e no método e, em nome de certas conveniências, atropelam os valores morais, numa promiscuidade que faz com que a política se assemelhe à mais antiga profissão do mundo, sem ofensa às profissionais do ramo..."

"O povo está estarelecido com a falta de autoridade no Brasil. O desacato às leis e às ordens chegou ao limite da inconseqüência. O País está à deriva. Os políticos, a quem o povo entregou a direção do Estado e da Nação, nada mais fazem do que "negociar", objetivando, quase sempre, seus interesses espúrios..."

"Não bastassem os inúmeros escândalos sociais, como chacinas e matanças de sem-terra, nossos políticos teimam em dar a sua contribuição para a desmoralização do Brasil. Como nada muito sério se faz a respeito, eles *deitam e rolam* em Brasília..."⁵⁶

Quando o enfoque da manifestação dos leitores tem os parlamentares ou a instituição Congresso Nacional como centro, as cartas apontam a desqualificação dos congressistas e sua instituição, seja duvidando de que apenas deputados do Acre e Roraima tenham vendido seus votos, seja criticando a mudança de posição em relação à CPI dos parlamentares pertencentes ao PMDB. Os parlamentares são qualificados como suspeitos, como jogadores que blefam, praticantes *de orgia com dinheiro público, venais*. Nesta ótica, os congressistas estariam trabalhando em função de seus interesses pessoais, e não em função do interesse público. Ao

⁵⁶ *Omissão da lei*, de Francisco L. Monaco, São Paulo, 19/Mai/97, editoria: Fórum dos Leitores; *Do mesmo saco*, de Cláudio Manfrini Neto, Votuporanga; *Lider forte*, de Wilson Rosa Brasil, Vinhedo;

Congresso, resta o qualificativo de *mesa de pôquer* e, a uma de suas Casas, o qualificativo de *ninho de cobras*.

"...Será que apenas deputados do Acre e de Roraima venderam seus votos?"

"O Congresso é como uma mesa de pôquer: todos blefam com muito profissionalismo."

"Institua-se um prêmio para quem adivinhar qual o próximo escândalo no Congresso. Basta ligar para a Câmara dos Deputados e dar seu palpite. Eta, ninho de cobras criadas! Mas sempre resta uma esperança e acredito que, um dia, o eleitorado aprenderá a votar, sem barganha."

"Falta-nos um Cícero no Congresso. São muito comuns os escândalos sem punição no Legislativo federal. Defenestramos um presidente da República, mas a desenfreada orgia com o dinheiro público continua a todo vapor... Dinheiro público construindo piscinas em mansões particulares, asfaltando estradas de fazendas pertencentes a políticos e outros figurões, deputados vendendo votos, outros agredindo cidadãos em vias públicas ou invadindo estabelecimentos comerciais..."

"No Brasil, como é fácil a mudança de opinião. O PMDB até há pouco queria uma CPI da reeleição. Foi contemplado com dois ministérios e não quer mais essa CPI, alegando que vai contra os interesses do governo (?). Isso também é compra de votos. Como são venais nossos parlamentares! Isso só acontece neste país. Salve-se quem puder. Aliás, é bom ser político! É a melhor carreira. Afinal, embolsar R\$ 200 mil não é nada mau. É uma moleza. Eta, país benévolo!"

"Se o voto de um parlamentar do Estado do Acre, eleito com 5 mil ou 6 mil votos, vale R\$ 200 mil, quanto não valeria o de um paulista, mineiro ou carioca? Responda quem souber."

"O governo reclama que as reformas não saem e culpa o Congresso Nacional. A aritmética é simples: se precisamos de dez reformas e o preço de cada voto é de R\$ 200 mil, temos pouco mais de R\$ 100 milhões por votação e, com R\$ 1,5 bilhão, teríamos aprovadas todas elas. Isso representa 20% do gasto com o Bamerindus, 30% do Nacional, 10% do Econômico e 8% do Banespa. O problema do Brasil não é político-filosófico-administrativo, e, sim, financeiro."⁵⁷

Desmoralização, de Maria Teresa S. Corral, São Paulo (26/Mai/97, editoria: Fórum de debates - Tema: Políticos Brasileiros) (Estado de São Paulo, seção: NetEstado/Editoriais)

⁵⁷ S/título, de Erberto Flauzina de Oliveira, Batayporã (MS) 25/Mai/97, Tema: Governo FH; S/título, de Nilson Barroso, Barretos; *Próximo escândalo*, de Epaminondas Lopes, Rio Claro (26/Mai/97, Tema: Políticos Brasileiros); *Catilinárias*, de Antônio O. Tilelli; *Compra de votos*, de Geraldo Nage Rodrigues (São Paulo); *Tabela de preços*, de Luiz Garcia de Azevedo, Anápolis (GO); *Equacionar o problema*, de Antônio Carlos Corrêa Netto, São Paulo (02/Jun/97, Tema: Políticos Brasileiros) (Estado de São Paulo, editoria: Fórum de debates seção: NetEstado/Editoriais)

As demais cartas publicadas no *Estado* sobre o tema compra/venda de votos, têm como enfoque a crítica: à emenda da reeleição como patrocinadora de corrupção; aos partidos políticos; ao anonimato do autor das gravações que geraram a denúncia⁵⁸.

Considerações finais

Os dois aspectos trabalhados neste capítulo permitem algumas inferências. As negociações são intensas quando estão em pauta reformas que necessitam de mudanças na Carta Constitucional. No caso da emenda da reeleição, estas negociações assumem características específicas, pois dizem respeito a uma mudança nas regras eleitorais, que afeta e interessa particularmente a um dos integrantes destas negociações: o Executivo. Tanto no momento das negociações para votação em primeiro turno da emenda da reeleição, quanto no momento da denúncia de compra/vendas de votos de parlamentares, existem dois poderes envolvidos no discurso dos jornais: o Executivo e o Legislativo.

Nas notícias que tratam das negociações para aprovação da emenda, os jornais destacam a possibilidade de a reeleição tornar-se um balcão de negócios. Embora neste balcão haja dois interessados, é nos membros do Congresso Nacional que os jornais buscam os responsáveis pela barganha. Se num primeiro momento são deputados isolados, a evolução das negociações levam os jornais a destacarem bancadas e, finalmente, a grande parte dos deputados federais, o chamado baixo clero.

Quanto à denúncia de troca de votos de deputados federais, por dinheiro, a questão é bastante similar. Na relação entre Executivo e Legislativo, os jornais destacam positivamente a figura do Presidente da República, declarando inclusive o apoio às medidas econômicas e projetos de reforma deste. O Congresso Nacional,

⁵⁸ Angelo Ceccotti; *Venalidade*, de Rogério Soares de Almeida Silveira (São Paulo, 19/Mai/97, editoria: Fórum dos Leitores); *Confundir o povo*, de Monica F. dos Santos, Campo Grande; *Senhor X*, de James F. Sunderland Cook, São Paulo (26/Mai/97, editoria: Fórum de debates - Tema: Políticos Brasileiros) (Estado de São Paulo, seção: NetEstado/Editoriais).

particularmente, a Câmara de Deputados, é relegado a um papel negativo, em que imperam os interesses particulares e/ou paroquiais, em detrimento dos interesses políticos ou da nação. As bases que sustentam o capital político, a eficiência e a moralidade são questionadas pelos jornalistas, atingindo não apenas o capital individual dos congressistas, mas seu capital coletivo. Há uma homogeneização nas posições assumidas nos editoriais: a percepção de que as *mazelas políticas* do país seriam, ao menos, amenizadas com a reforma política, reforma esta que diz respeito basicamente à forma de funcionamento do Congresso Nacional. A crítica dos dois jornais centra-se na falta de coesão da base de apoio do governo no Congresso Nacional, se considerarmos que o tópico mais enfatizado é aquele que exige fidelidade partidária.

Por fim, é importante destacar a utilização que o jornal *Folha* faz da noção de opinião pública, particularmente, no que diz respeito a sua defesa de uma investigação apurada da denúncia de compra de votos através de uma CPI. Sem dúvida, a posição desfavorável do Presidente da República em relação à CPI, desagradou ao jornal que havia dado o *furo*. A tentativa por parte do jornal de utilizar a noção de opinião pública como forma de pressão para a investigação sugere algumas questões: de um lado, aponta para a constituição desta opinião pela imprensa, neste caso específico, a opinião pública que o jornal está destacando não é genérica, pois destaca as manifestações da sociedade civil organizada; por outro lado, aponta para os limites de interferência do campo jornalístico no campo político, pois, por mais que tenha tentado, o jornal não conseguiu fazer com que a CPI fosse instaurada.

III - Reforma da Previdência: privilégio parlamentar e fisiologismo nas negociações

Este capítulo tem por objetivo verificar como a instituição Congresso Nacional é tratada pelos jornais no longo processo de discussão, elaboração e negociação da Reforma da Previdência.

Devido a sua extensão e complexidade, a Reforma da Previdência tramita no Congresso Nacional basicamente durante todo o período do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, em função disso, se constitui em pauta quase que constante dos jornais brasileiros¹. Dos inúmeros textos publicados nos dois jornais, relacionando o Congresso Nacional e a Reforma da Previdência, são selecionados para análise apenas aqueles em que o Congresso ou seus membros são apresentados como representantes eleitos que buscam interesses pessoais ou paroquiais no tratamento da coisa pública, quer dizer, quando a instituição é exposta na imprensa de forma tal que possibilite sua desqualificação frente ao público.

Antes da análise do material, optou-se por uma sucinta exposição dos temas constantes no processo de elaboração da reforma, com base nos noticiários divulgados pelos dois jornais, que dizem respeito à imagem do Congresso Nacional.

No início do ano de 1995, a proposta de Reforma da Previdência é apresentada pelo Executivo, aos parlamentares, formando-se, então, a comissão para analisá-la. A partir disto o processo de negociação entre o Governo e seus aliados passa a ser central, tanto na votação da matéria na dita comissão, como na posterior votação em plenário. Duas questões despontam nos noticiários: a distribuição de cargos do segundo e terceiro escalões do novo governo e a aposentadoria especial dos parlamentares. A divulgação de notícias sobre a reforma

¹ Quanto as normas que regem sua tramitação, para ser aprovada tem de passar por uma comissão especial, para posteriormente ser votada em dois turnos nas duas Casas que compõem o Poder Legislativo, como já foi especificado no caso da emenda da reeleição. Não custa lembrar que no primeiro turno de votação a matéria é submetida ao plenário de forma compacta e no segundo é

da Previdência relacionada à imagem do Congresso Nacional está diluída na apresentação de inúmeros outros temas que lhe fazem fronteira: escândalos envolvendo parlamentares², pedido de aumento de salário pelos congressistas. Embora a reforma da Previdência esteja presente na pauta em 1995, ela não tem centralidade nos noticiários. No ano de 1997, embora a Reforma da Previdência permaneça tramitando no Congresso Nacional, as notícias estão direcionadas para a emenda da reeleição e a reforma administrativa.

Em 1998 a matéria é votada e aprovada. Uma denúncia movimentou as redações: a fraude na votação da Previdência. Segundo os jornais, um deputado vota no lugar de outro que não está presente, ao que é chamado de *pianista*. Um escândalo fora da casa legislativa, mas envolvendo um parlamentar, tem reflexos no local, é o chamado caso Naya, este passa a dominar os noticiários. Os dois casos, somados às votações das cassações de deputados acusados de irregularidades³, projetam ampla discussão na imprensa sobre a imunidade parlamentar⁴.

O ano de 1996 é pródigo na publicação de notícias que relacionam Reforma da Previdência e Congresso; em função disso, é o período selecionado para a descrição e análise neste momento. Os temas noticiados são: a aposentadoria especial dos parlamentares, ligada ao Instituto de Previdência do Congresso (IPC); a primeira votação, em plenário, da reforma, com a derrota do Planalto; as ameaças de retaliações que se seguiram; as negociações entre o Executivo e os parlamentares que compõem a base do governo para uma segunda votação; os conflitos entre a

desmembrada em destaques votados separadamente (DVS), além disso, necessita de 3/5 de votos favoráveis para ser aprovada.

² O caso Lucena é um dos exemplos: o senador Humberto Lucena é denunciado, julgado e anistiado pela acusação de fazer uso da gráfica do Congresso para a produção de textos para sua campanha. Outros exemplos tratam de: nepotismo, viagens pagas para deputados pelo poder público ou setor privado, parlamentar acusado de envolvimento em tráfico de drogas, acúmulo de salários, pagamento de moradia para servidor estadual, pressão de deputados por jeton extra.

³ Durante este período também serão votadas as cassações de mandatos dos deputados envolvidos na denúncia de compra/venda de votos da reeleição para os cargos executivos, visto no capítulo anterior. Ainda são votados os casos de Abrão, referente ao desvio de verbas do orçamento da união, tratado no capítulo VI, e o do deputado Chicão Brígido, já envolvido em um caso anterior, agora acusado de cobrar parte dos salários de sua suplente e de funcionários de seu gabinete, analisado no capítulo VII.

⁴ Os casos de irregularidades e as punições são tratados no capítulo VII.

imprensa e os parlamentares, gerando a discussão da lei de imprensa e os reflexos destas notícias e editoriais na opinião pública.

O capítulo se subdivide em:

3.1. Privilégio parlamentar: aposentadoria especial - investiga as matérias que mostram a disputa interna no Congresso Nacional, pela manutenção ou extinção da aposentadoria especial dos parlamentares e do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), bem como a relação de conflito entre parlamentares e a imprensa, que decorreu das críticas feitas pelos jornalistas e da reação dos leitores frente à polêmica;

3.2. Fisiologismo: as negociações para as duas votações - aqui são investigados os noticiários e editoriais sobre as votações da matéria previdenciária na Câmara de Deputados, discorrendo sobre a reação do Planalto às derrotas infringidas pelos deputados que compõem a base do governo; as justificativas e pressões dos parlamentares; a divulgação de práticas fisiológicas (exigência e distribuição de verbas e cargos) durante as negociações para as duas votações. *3.2.1. Como repercutem as negociações entre os leitores* - apresenta a reação dos leitores através das cartas.

3.3. Mídia X Congresso: a lei de imprensa - trata dos conflitos gerados entre a imprensa e os congressistas, tendo como foco a discussão e possibilidade de votação da lei de imprensa.

3.1. Privilégio parlamentar: a aposentadoria especial

As modificações no sistema de aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada e do funcionalismo público trazem à tona a questão das aposentadorias especiais, particularmente, dos professores, magistrados e congressistas. A aposentadoria dos parlamentares, através do Instituto de Previdência do Congresso

(IPC), passa a ser noticiada e questionada pelos jornais, tendo centralidade na mídia no primeiro semestre de 1996. Os noticiários giram em torno da possibilidade de extinção do IPC e do fim da aposentadoria especial.

Segundo os jornais, o valor da aposentadoria paga para deputados ou senadores varia conforme o tempo de contribuição dos mesmos ao instituto. A aposentadoria integral é de R\$ 8.000, paga somente após 30 anos de mandato. Mas, com dois anos de mandato, o parlamentar já tem direito à aposentadoria proporcional, no valor de R\$ 2.080, numerário que corresponde, no período, a mais que o dobro da maior aposentadoria paga pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). O IPC tem duas fontes de recursos: o parlamentar contribui mensalmente com 10% do valor de seu salário, correspondendo, no momento, a R\$ 800,00, e a União, com percentual de 20%, equivalente a R\$ 1.600,00. Para cada R\$ 1,00 depositado pelo parlamentar, a União entra com R\$ 2,6⁵. A contribuição mensal do congressista é obrigatória, não tendo, o mesmo, o direito de se desvincular do instituto⁶.

Embora a discussão das aposentadorias especiais e do IPC remonte ao ano de 1995, é nos meses de fevereiro e março de 1996, momento de apresentação do relatório do deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM) ao plenário da Câmara de Deputados⁷, que a discussão da extinção do IPC toma fôlego. No relatório constam as propostas de modificações no sistema de Previdência, em geral, e alterações no sistema de aposentadoria especial dos parlamentares. Segundo noticia a *Folha*, a proposta do relator é de manutenção da aposentadoria dos congressistas, mas, com a transformação do IPC em um fundo de pensão, seu argumento é de que o

⁵ Informações sobre o funcionamento do IPC constam das matérias: *IPC vai sobreviver à Reforma* Folha de São Paulo, 10/02/96, autor: Marta Salomon, editoria: Brasil; *Aposentadoria especial de parlamentar deve cair*, 12/Fev/96, s/autor e *Parlamentares pressionaram líderes*, 13/Fev/96, autora: Cláudia Carneiro (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁶ A matéria *Dutra não consegue se livrar do instituto*, trata da tentativa do deputado Domingos Dutra (PT-MA) de se desligar do instituto no ano de 95, pedido negado pela Justiça, o mesmo ocorre com o deputado José Fritsch (PT-SC) - Folha de São Paulo, 17/Fev/96, autor: Denise Madueño, editoria: Brasil

⁷ A comissão especial de análise da matéria previdenciária foi dissolvida após a renúncia de seu presidente, o relatório passou direto para leitura e votação em plenário.

benefício corresponde à garantia de direitos adquiridos por quem ocupa cargos eletivos⁸.

Durante o processo de discussão da matéria, várias proposições de modificação do sistema de aposentadoria e do instituto são divulgadas pelos jornais: transformar o instituto em um fundo de pensão, mantendo o sistema de aposentadoria na forma vigente; extinguir o instituto, através de lei ordinária ou lei complementar; caso o IPC seja extinto, manter o instituto no texto da emenda constitucional da reforma e determinar seu fim no próprio texto constitucional; restituir os valores debitados por parlamentares que perderão o direito à aposentadoria especial; tornar a contribuição facultativa; criar o Plano de Seguridade Social, em substituição ao IPC; manter o acúmulo de aposentadorias para os parlamentares⁹.

Declarações de parlamentares, sobre a problemática, ilustram as matérias dos jornais. São líderes dos grandes partidos e líderes do governo, sustentando a extinção do IPC, por um lado¹⁰, e congressistas demarcando posição contrária, por outro¹¹. Frases como: "*Daqui a pouco vão querer nos tirar até o apartamento*

⁸ *Emenda vai manter IPC- 14/Dez/95, s/autor, editoria Brasil. Euler defende aposentadoria dos parlamentares, 10/Fev/96, autor: Denise Madueño (Folha de São Paulo, editoria: Brasil)*

⁹ *Emenda vai manter IPC, s/autor; IPC vai sobreviver à Reforma, autor: Marta Salomon (14/Dez/95); Euler defende aposentadoria dos parlamentares, 10/Fev/96, autor: Denise Madueño; Líderes dizem que insistirão no fim do IPC, 15/Fev/96, autor: Denise Madueño; Projetos tomam contribuição facultativa, 28/Fev/96, autor: Lucio Vaz; Câmara tenta adiar a extinção do IPC, 07/Mar/96, s/autor; Deputado pode manter privilégio até 99, 26/Jun/96, autor: Denise Madueño (editoria: Brasil); Como acabar com o IPC, 22/Fev/96, autor: Fernando Rodrigues; Veja as opções para acabar com o instituto, 29/Fev/96, autor: Fernando Rodrigues (Folha de São Paulo, editoria: Opinião); Parlamentares pressionaram líderes, 13/Fev/96, autor: Cláudia Carneiro; Projeto do relator torna difícil fim do IPC, 26/Fev/96, s/autor; Indenização pelo fim do IPC divide Congresso, 22/Fev/96, s/autor; Partidos avaliam projeto que acaba com IPC, 27/Fev/96, autor: João Domingos; Projeto do relator torna difícil fim do IPC 26/Fev/96, s/autor, Câmara tem nova fórmula para salvar privilégio, 05/Mar/96, autor: João Domingos; Novo projeto antecipa fim do IPC 11/Mar/96, autor: João Domingos; Deputados prometem abrir na terça debate sobre novo IPC, 22/Mar/96, autor: Silvio Bressan (Estado de São Paulo, editoria: Política)*

¹⁰ Exemplos de manifestações de líderes de partidos e líderes do governo: *Vergonha nacional- Folha de São Paulo, 10/Fev/96, s/autor, editoria: Brasil, seção: Painel; Tiroteio; Parlamentares pressionaram líderes, 13/Fev/96, autor: Cláudia Carneiro; Serra garante pagamento para fim do IPC, 15/Fev/96, s/autor; s/título - 23/Fev/96, s/autor; s/título, 22/Fev/96, s/autor; s/título, 03/Mar/96, s/autor (seção Jogo Rápido). (Estado de São Paulo, editoria: Política).*

¹¹ *Parlamentares pressionaram líderes, 13/Fev/96, autor: Cláudia Carneiro; Ninguém tasca - subtítulo: Espelho, 03/03/96, s/autor (Estado de São Paulo, editoria: Política); Dirigente do instituto quer dinheiro da União, 15/Fev/96, s/autor; Interesse pessoal é justificativa, 15/Fev/96, s/autor; Bolsonaro se opõe à extinção, 17/Fev/96, autor: Marta Salomon (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).*

funcional", do presidente do IPC, deputado Heráclito Fortes (PFL-PI)¹², ou "*No final, eu vou para casa chupar o dedo? Não pode*"¹³, do deputado federal Gerson Peres (PPB-PA), se alinham a argumentos como a defesa do "... *patrimônio das famílias dos parlamentares*"¹⁴. Ressalta-se nestas notícias a imagem de divisão na Casa parlamentar, entre os líderes dos partidos e do governo, e os deputados, que defendem a manutenção do privilégio previdenciário.

A reação dos deputados favoráveis à manutenção do instituto e do benefício não se restringe a declarações isoladas de descontentamento, um fato novo reforça a polêmica sobre o tema: o recolhimento, pelo deputado Nilson Gibson (PSB-PE), de assinaturas dos colegas, para apresentação de um destaque de votação em separado ao projeto de reforma da Previdência, pedindo a supressão do artigo 15 do texto do relator Euler, que previa o tratamento do IPC como matéria de uma lei complementar. A divulgação do fato nos jornais é acompanhada da crítica aos parlamentares cujos nomes constam da lista¹⁵. A lista de assinaturas desencadeou ampla repercussão: por um lado, os jornalistas questionam o privilégio, sustentando a crítica aos parlamentares no apoio da opinião pública; por outro, a repercussão negativa da defesa do privilégio gera conflitos entre deputados que assinaram a lista e Gibson, seu autor.

Se as possíveis soluções para o caso IPC e aposentadoria especial são apresentadas nos dois jornais, de forma similar, descrevendo ou propondo soluções, o mesmo não ocorre quando o tema é a lista de assinaturas para o destaque em separado. As estratégias para tratamento do tema parecem divergir entre os dois jornais: enquanto o *Estado* se distancia da polêmica, a *Folha* intensifica a exploração do fato, através da publicação de matérias, divulgando: os nomes de congressistas influentes que assinaram a lista, com a distribuição dos mesmos entre as forças de

¹² *Presidente do IPC promove 'rebelião'* - Folha de São Paulo, 14/Fev/96, autor: Marta Salomon, editoria: Brasil.

¹³ *Deputado crítica fim do IPC e ataca centrais* - Folha de São Paulo, 15/Fev/96, autor: Denise Madueño, editoria: Brasil.

¹⁴ *Jogo Rápido* - Estado de São Paulo, 28/Fev/96, s/autor, editoria: Política.

¹⁵ *Protestos congestionam telefones dos deputados*, 16/Fev/96, autor: Paulo Silva Pinto; *Deputado fez proposta que mantém o IPC*, 19/Fev/96, autor: Rui Nogueira (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

oposição ou situação, em relação ao Poder Executivo¹⁶; a lista de pessoas famosas aposentadas pelo IPC (ministros, governadores, lideranças de partidos da situação e da oposição, etc)¹⁷; a repercussão da "banana" dada a todos os privilégios, por Boris Casoy, âncora do telejornal "TJ Brasil", do SBT¹⁸, a reação do deputado Gibson, através do pedido de enquadramento do jornalista Casoy, por agressão, e de agressão verbal aos jornalistas da *Folha*¹⁹; a lista com os nomes e telefones dos 224 deputados que assinaram a petição. A divulgação de notícias sobre o *privilégio* parlamentar repercute entre os membros da Casa legislativa:

"... Na reunião, os líderes comentaram a repercussão na imprensa da manutenção do benefício. "Não há força humana que salve o IPC", disse o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE)...

Os deputados e os líderes estão com medo da imprensa. É frescura achar que isso (IPC) é um privilégio. Eu não posso me aposentar como um torneiro mecânico. Eu sou um deputado", disse Agnaldo Timóteo (PPB-RJ)."²⁰

Gerando a contestação dos eleitores, como descreve o jornal:

" Os eleitores congestionaram ontem as linhas telefônicas dos deputados federais que assinaram um pedido encabeçado pelo deputado Nilson Gibson (PSB-PE) para que nada mude no IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas). Todas as ligações eram de protesto..."²¹

A *Folha* continua descrevendo a repercussão negativa junto aos leitores, além da divulgação de notícias sobre telefonemas aos gabinetes de deputados

¹⁶ *Conheça os deputados que querem manter privilégio* - Folha de São Paulo, 15/Fev/96, autor: Marta Salomon, editoria: Brasil. Segundo esta matéria de 224 assinaturas, 192 são membros de partidos que integram a base de apoio do governo no Congresso e 09 opositoristas. 23 assinaturas não foram identificadas.

¹⁷ *O IPC e seus famosos aposentados* - Folha de São Paulo, 15/Fev/96, s/autor, editoria: Brasil.

¹⁸ Boris Casoy teria manifestado sua indignação com os defensores da aposentadoria parlamentar dando simbolicamente uma banana para todos defensores de privilégios. "*Banana do Boris*" preocupa as lideranças - Folha de São Paulo, 15/Fev/96, s/autor, editoria: Brasil.

¹⁹ Segundo o jornal, o deputado insultou Casoy e pediu para que fosse retiradas as expressões inadequadas das notas taquigráficas. Além disso, o deputado teria chamado os jornalistas da *Folha* de mentirosos. *Deputado pede que Câmara 'enquadre' Casoy* - Folha de São Paulo, 16/Fev/96, s/autor, editoria: Brasil

²⁰ *Líderes dizem que insistirão no fim do IPC* - Folha de São Paulo, 15/Fev/96, autor: Denise Madueño, editoria Brasil

²¹ Protestos congestionam telefones dos deputados - Folha de São Paulo, 16/Fev/96, autor: Paulo Silva Pinto, editoria: Brasil. A matéria exemplifica alguns casos em que deputados ou assessores fazem declarações sobre o número e o conteúdo das ligações. Os gabinetes que teriam recebido as ligações são dos deputados: Zulaiê Cobra (PSDB-SP), João Mellão Neto (PFL-SP), Delfim Netto (PPB-SP), Adhemar de Barros Filho (PPB-SP), Laprovita Vieira (PPB-RJ). Outro exemplo é: *República da banana* - Folha de São Paulo, 16/Fev/96, s/autor, editoria: Brasil, seção: Painel; Tireteio.

federais, publica cartas de leitores enviadas à redação do jornal²². Noticia também os reflexos desta repercussão entre os parlamentares, publicando suas justificativas, para a posição nos noticiários e cartas destes na seção painel do leitor.

Com a chamada "*Interesses pessoais, engano ou falta de atenção foram justificativas apresentadas por alguns dos deputados que assinaram o destaque de autoria de Nilson Gibson (PMN-PE)...*", a matéria passa a divulgar declarações de parlamentares: "*Tudo o que pedem a gente subscreve*"²³; "*Aquilo foi sujeira que fizeram comigo. Vou tirar minha assinatura ainda hoje (ontem) e pegar o safado que fez isso*"²⁴; "*Assino tudo. No meu caso, não preciso desse dinheiro para nada.*"²⁵. No dia seguinte há novas declarações. Ao comentar que a proposta do deputado Gibson "*provocou confusão ontem no Congresso...*" noticia:

"...O deputado João Mellão Neto (PFL-SP) disse, por intermédio de sua secretária Ângela Regansso, que assinou a proposta de Gibson por "coleguismo", apesar de ser "totalmente contra o IPC". "Ele assina até emendas do PT, com as quais não concorda. Ele faz isso porque precisa de outras assinaturas para suas emendas também."

A deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) seguiu na mesma linha. Disse que deu seu apoio "ao encaminhamento da emenda, mas não ao seu mérito".

O deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ) afirmou, por intermédio da assessoria, que foi "enganado" pelo autor da emenda (Gibson) e que seu objetivo era "favorecer o debate da questão..." (*Iniciativa de Gibson causa confusão na Câmara - Folha de São Paulo, 16/Fev/96, autor: Denise Madueño; Paulo Silva Pinto, editoria: Brasil*)²⁶

²² Cartas de leitores: há duas cartas que apoiam a posição de Boris Casoy, uma denominada *Banana*, outra s/título (16/Fev/96); em 23/Fev: *Generalização Perigosa* que critica o artigo de Josias de Souza por generalizar os interesses na manutenção da aposentadoria a todos os deputados e *Silêncio de Deputado* que reclama do mau atendimento ao telefonar para o gabinete de um deputado para protestar; em 21/Fev: *Aposentados* critica o parlamento por não permitir o ingressos de manifestantes aposentados na casa parlamentar; em 24/Fev: *Medida preventiva*, trata da campanha que o PNBE pretende desencadear visando a independência e o fortalecimento do Parlamento. (Folha de São Paulo, seção: Painel do leitor).

²³ O deputado federal Laire Rosado (PMDB-RN) justifica a assinatura no pedido de destaque por hábito.

²⁴ Frase do deputado federal Wilson Cignachi (PMDB-RS) que em julho de 1995 apresentou projeto de lei prevendo a extinção do IPC e assinou a lista de Gibson.

²⁵ Declaração do deputado federal Salomão Cruz (RR). Todas as frases constam da matéria: *Interesse pessoal é justificativa* - Folha de São Paulo, 15/Fev/96, s/autor, editoria: Brasil.

²⁶ Outros exemplos: *Deputados dão explicações*, onde os deputados Edinho Bez e Almino Affonso, justificam sua inclusão no IPC e afirmam não serem desfavoráveis a sua extinção (s/autor); '*Vou lascar vocês*', *ameaça Gibson*, onde deputados respondem a acusações de Gibson sobre o fato de se disserem contra o IPC mas terem feito uso de benefícios que o instituto possibilita (autor: Denise Madueño) - Folha de São Paulo, 17/Fev/96, editoria: Brasil.

Enquanto a *Folha* sintetiza as justificativas dos parlamentares em *interesse pessoal*, os deputados, em suas cartas, argumentam que não estão defendendo a manutenção da aposentadoria especial e do IPC, mas buscando uma maior discussão da matéria²⁷. Além de se justificarem nas cartas, vários deputados federais questionam a posição do jornal. O jornal sustenta sua posição em nota da redação, publicada após várias cartas.

"Nota da Redação - A reportagem da *Folha* considerou como manifestação de apoio ao IPC as assinaturas dos deputados no documento de 'apoio ao destaque supressivo do artigo 15 do substitutivo'. Tal artigo determina a discussão de mudanças no sistema de aposentadoria dos parlamentares, no prazo de um ano após a reforma da Previdência. Ou seja, o pedido do deputado Nilson Gibson, endossado pelos colegas, não era para debater melhor o assunto, mas justamente para evitar a discussão, retirando o artigo do texto da reforma."²⁸

Ao dar centralidade em seu noticiário à tentativa de manutenção da aposentadoria especial e do IPC, pelos parlamentares, tema polêmico, pois desgastante para o Poder Legislativo frente aos eleitores, o jornal a *Folha*, numa clara disputa do mercado de informação, consegue um espaço significativo de legitimidade no campo político. Ao divulgar os nomes e telefones dos parlamentares que assinaram a lista, o jornal se inscreve como mentor da reação dos eleitores, que protestam ligando para os gabinetes. A reação dos deputados federais, justificando

²⁷ Cartas: *Aposentadoria de parlamentares*, de Almino Affonso, vice-líder do governo pelo PSDB-SP; s/título, de Antonio Kandir, deputado federal pelo PSDB-SP; s/título, de Vera Faria Nogueira, assessora parlamentar de imprensa do deputado José de Abreu, do PSDB-SP (São Paulo, SP); s/título, de Zulaiê Cobra Ribeiro, deputada federal pelo PSDB-SP; s/título, de Teresa Cristina Machado, assessora de imprensa do deputado federal Nelson Marchezan (Brasília, DF) publicadas dia 16/Fev/96. *Aposentadoria de parlamentares*, de José Aníbal, líder do PSDB na Câmara dos Deputados; s/título, de Narcio Rodrigues, deputado federal pelo PSDB-MG (Brasília, DF) em 17/fev/96. *Aposentadoria de parlamentares*, de Wilson Cignachi, deputado federal pelo PMDB-RS, s/título, de Wagner Rossi, deputado federal pelo PMDB-SP; s/título, de Osmani Pereira, deputado federal pelo PSDB-MG (Brasília, DF); *Protesto*, de Almino Affonso, vice-líder do governo pelo PSDB-SP (São Paulo, SP) em 19/Fev. *Aposentadoria de parlamentares*, de Edinho Araújo, deputado federal pelo PMDB-SP (Brasília, DF) em 20/Fev. *Aposentadoria de parlamentares*, de Zaire Rezende, deputado federal pelo PMDB-MG (Brasília, DF) em 23/fev. *Aposentadoria dos parlamentares*, de Ubaldino Júnior, deputado federal pelo PSB-BA; s/título, de Socorro Gomes, deputada federal pelo PC do B-PA (Brasília, DF), as duas cartas justificam a assinatura na lista de destaque e a posição favorável a extinção do IPC, em 24/Fev/96; *Previdência dos congressistas*, de José Aníbal, líder do PSDB na Câmara dos Deputados (Brasília, DF) em 03/Mar/96. (Folha de São Paulo, seção: Painel do Leitor)

²⁸ Esta nota/resposta consta de cartas publicadas na seção painel do leitor da Folha de São Paulo nos dias 16, 17, 19, 20 e 23 de fevereiro de 1996.

seus atos através de cartas, quer dizer se desculpando, publicamente, deixa entrever o alargamento do limite de interferência do campo jornalístico no campo político, pois os congressistas acabam por buscar no próprio espaço que os atacou, o local de sua defesa.

Embora vários parlamentares salientem publicamente que buscam apenas um tempo maior para o debate, a *Folha* sustenta a sua compreensão sobre a conduta destes, numa lógica simples: a assinatura na lista significa o apoio à manutenção do sistema de aposentadoria especial vigente no período. O jornal sustenta um discurso de *verdade* sobre a política, e a legitimidade de seu discurso está baseada nas manifestações de descontentamento dos leitores e nas cartas de justificativas dos próprios parlamentares.

Se, por um lado, o jornal *Estado* parece não ter se imbuído de divulgar os *desmentidos e acusações* sobre o destaque²⁹, por outro lado, não parece estar imune à repercussão que o tema passa a ter na opinião pública. Embora não apresente a sua opinião através de editoriais, como faz a *Folha*, apresenta a opinião dos seus leitores. Enquanto a *Folha* denuncia deputados federais e publica suas justificativas³⁰, o *Estado* divulga uma série de cartas, oriundas da sociedade³¹, e uma

²⁹ Durante os dias em que a *Folha* deu centralidade a polêmica lista de assinaturas, o *Estado* divulga notícias sobre as possíveis formas de acabar com o IPC. Matérias: *Parlamentares pressionaram líderes*, 13/Fev/96, autora: Cláudia carneiro; *Serra garante pagamento para fim do IPC; Reformas devem ser votadas até abril* (15/Fev/96); *Lei não significará fim de privilégio para congressistas* 18/Fev/96, autor João Domingos; *Críticas de FH irritam parlamentares*, 21/Fev/96, autora: Christiane Samarco; *Líder teme que episódio prejudique negociações* 21/Fev/96, s/autor; *Indenização pelo fim do IPC divide Congresso* 22/Fev/96, s/autor *Congresso vira alvo no debate da Previdência*, 24/Fev/96, autora: Cláudia Carneiro; *Projeto do relator torna difícil fim do IPC*, 26/Fev/96, s/autor; *Sindicalistas exigem fim de privilégio*, 27/Fev/96, autores: Cláudia Carneiro E Christiane Samarco; *Partidos avaliam projeto que acaba com IPC*, 27/Fev/96, autor: João Domingos (editoria: Política)

³⁰ Além das cartas já enumeradas na nota de nº 37 deste artigo, ainda constam: *Previdência dos Congressistas*, de Jair Bolsonaro, deputado federal pelo PPB-RJ (Brasília, DF), publicada em 20/Mar/96 criticando a publicação de uma entrevista sua dada a *Folha* que o teria colocado numa posição de oportunista e assume ser a favor do IPC e justifica essa posição; *Vencimentos de deputado*, de Regis de Oliveira, deputado federal pelo PFL-SP (São Paulo, SP), onde critica o editorial "Os novos sem-terra" pelo teor da notícia que, segundo o deputado, "dá retrato amargo" a seu respeito por defender a manutenção do acúmulo de aposentadorias, publicada em 04/Abr/96.

³¹ Além das cartas de leitores o *Estado* publica matéria com os sindicatos exigindo a extinção do privilégio parlamentar. A matéria *Sindicalistas exigem fim de privilégio* trata do debate público sobre a Reforma da Previdência realizado no Congresso Nacional com a participação das entidades de classe, sindicais e empresariais em que exigiam a extinção do IPC, movimento que, conforme o jornal,

matéria na qual busca desconstruir, através da investigação da veracidade dos fatos, o principal argumento apresentado para justificar a defesa do IPC: a situação pessoal dos deputados.

No período analisado, as cartas dos leitores têm como tema: Políticos Brasileiros e Reforma da Previdência³². O que une a todas é a insatisfação dos leitores do jornal com o interesse de parte dos congressistas em manter a aposentadoria especial e o IPC. São cartas que questionam as ações dos parlamentares, sua honestidade, suas intenções, a defesa de privilégios, de interesses pessoais ou corporativos, cartas que defendem ações moralizadoras no Poder Legislativo, que pedem a publicação dos nomes dos parlamentares favoráveis à manutenção do IPC, que chamam os eleitores a se rebelarem contra a situação política ou, até mesmo, que insinuam o fechamento do Congresso Nacional³³.

Foram selecionados, entre as cartas, três exemplos que refletem o descontentamento dos leitores do jornal *Estado*:

"O episódio reforma da Previdência transformou-se numa briga de anões, de tão miúdas que são as propostas corporativistas de todos aqueles que, tendo sugado o País por tantos anos, não querem ceder em nada, para não perder privilégios conquistados num período em que tudo valia, quando a sociedade nada sabia e, portanto, não chiava. Agora que a imprensa divulga tudo e as discussões do Congresso são mais transparentes, verifica-se que poucos são aqueles que pensam realmente no Brasil e na própria sobrevivência da Previdência..."³⁴

"Um Congresso, cujos membros se dispõem a manter em seu favor um sistema de aposentadoria privilegiado, tem moral para ditar normas de Previdência, restritivas e humilhantes, "em favor" do trabalhador comum? Não se diga que a escolha de melhores nomes nas futuras eleições

"não chegou a sensibilizar os parlamentares". (Estado de São Paulo, 27/Fev/96, s/autor, editoria: Política)

³² A seção de cartas do leitor do *Estado* tem particularidade a sugestão de temas para seus leitores, estes que se tornam pauta em próximas edições.

³³ Tema Políticos Brasileiros: *Defensor de privilégios*, de Valêncio Magalhães Campos, Capital, 22/Fev/96; *Custo da democracia* de Elio Lage; *IPC sobre CPI*, de Carlos Henrique Abrão (Capital, 20/Mar/96). Tema: Reforma da Previdência: *Vergonha do Legislativo*, de José Luiz Pereira, Pilar do Sul; *Como nas "diretas-já"*, de Regina Rivero Pupo, Capital; *Cota de sacrifício*, de José Antonio de Méo, São Carlos; *S/título*, de Breno P. de Oliveira, Ribeirão (04/Mar/96); *Vergonha!*, de João Carmos Silva, vereador e vice-presidente do PSDB da Estância Turística de Eldorado, Eldorado; *Vilões e patriotas*, de Rubens da Silva Cardoso, Botucatu; *Velho filme*, de Guido Maria Camuzzo, Piracicaba; *Guilhotina popular*, de Renaud Ferreira de Oliveira, Caçapava (09/Mar/96)

³⁴ *Dedos e anéis*. Defende uma reforma "coerente e realista" (Arnaldo Furquim Paoliello, Capital, tema: Reforma Da Previdência - Estado de São Paulo, 04/Mar/96, editoria: Espaço Aberto)

moralizará o Legislativo, porque, infelizmente, o voto transformou-se em buril de acanalamento dos ditos bem-intencionados." ³⁵

"A manutenção da aposentadoria especial dos parlamentares mais uma vez prova que nossos ilustres congressistas estão a serviço de seus interesses. Qual a diferença entre o trabalhador comum e o político? É fácil: o primeiro trabalha de fato e tem direito a uma aposentadoria miserável após 35 anos de trabalho; o segundo, se puder e quando quiser, visita Brasília de terça a quinta-feira. Depois de seu insalubre e perigoso trabalho, volta para casa de avião com passagem paga pelo governo. Tem direito à aposentadoria depois de oito anos de trabalhos forçados e a salário que um trabalhador comum não recebe em um ano. O Brasil precisa de um Fujimori, e não de um turista, para acabar com esta vergonha que se chama Congresso." ³⁶

A dimensão da insatisfação da opinião pública, constituída pelo jornal ao informar pressões de lideranças classistas e de leitores, projeta um aprofundamento dos noticiários do jornal *Estado*. A matéria *Vida próspera derruba justificativa de deputado* procura, através da análise da situação pessoal de *boa parte dos deputados*, demonstrar a inverdade do argumento principal utilizado pelos mesmos - a situação pessoal - para defenderem a manutenção da aposentadoria especial e do IPC. Segundo o jornal:

"... Para muitos congressistas, a aposentadoria especial seria uma espécie de compensação para supostos prejuízos profissionais e financeiros que eles sofreriam ao assumir a cadeira de deputado ou de senador. Ocorre que para boa parte dos parlamentares esses prejuízos nunca existiram..."
(Estado de São Paulo, 28/Fev/96, s/autor, editoria: Política)

A partir desta afirmação, a matéria passa a discorrer sobre alguns deputados federais: Inocêncio Oliveira (PE), líder do PFL, José Rezende (PPB-MG) e Euler Ribeiro (PMDB-AM), relator da Reforma da Previdência. Restringindo-se a estes três deputados, sem apresentar maiores dados, a não ser o número de parlamentares que são empresários (166 deputados de 513 e 22 senadores de 81), a matéria define a inexistência de contradição entre manter patrimônios e assumir o mandato parlamentar.

³⁵ *Os imorais*, de Inácio L. S. Engelman, Pouso Alegre (MG), tema: Reforma da Previdência - Estado de São Paulo, 04/Mar/96, editoria: Espaço Aberto)

³⁶ *Que venha Fujimori* (José Roberto Nunes da Silva, Itapetininga, tema: Reforma Da Previdência - Estado de São Paulo, 09/Mar/96, seção: Espaço aberto)

Volta-se à centralidade, dada pela *Folha*, à polêmica questão. Num período correspondente a duas semanas, são publicados seis editoriais nos quais os editorialistas opinam sobre a aposentadoria especial dos parlamentares. O primeiro deles, chamado *Furos na Reforma*, trata das negociações, para a elaboração da reforma, e questiona a posição dos parlamentares quanto à aposentadoria especial, adjetivada de indefensável e moralmente insustentável.

"Do imbróglio na reforma da Previdência surgiram resultados que apontam para um compromisso, mas também uma incerteza maior sobre o desfecho das mudanças.

Como se já não bastassem essas dúvidas, a situação foi agravada por itens indefensáveis: as aposentadorias especiais para congressistas e a possibilidade de que os recursos arrecadados junto ao setor privado sirvam para pagar inativos do setor público e assim, indiretamente, outros gastos do governo federal...

Da parte dos parlamentares, é moralmente insustentável a manutenção de aposentadorias com oito anos de mandato. A negociação com a sociedade civil foi um avanço democrático e abre caminho para a solução de outras questões. Mas não deve servir para camuflar interesses duvidosos e a manutenção de absurdos privilégios." (*Furos na reforma* - Folha de São Paulo, 10/Fev/96, editoria: Opinião, seção: Editorial)

Dois pontos ressaltam deste editorial: a noção de moralidade, como justificativa para a crítica à pretensão de parlamentares de benefícios previdenciários, e a qualificação dos deputados federais, como defensores de interesses *duvidosos e absurdos privilégios*.

Lembrando as histórias em quadrinhos, o editorial intitulado **&@\$ñ...!*, faz referência à declaração do jornalista Boris Casoy sobre os parlamentares na televisão, criticando a defesa do benefício. Casoy, através de um gesto, dá uma "banana" a todos os tipos de privilégios. Os jornalistas da *Folha* destacam a atitude e chamam atenção para a reação da sociedade.

"A 'banana' solenemente dada para a aposentadoria dos parlamentares pelo âncora do telejornal do SBT, Boris Casoy, resume num gesto uma indignação que a linguagem verbal, nos limites da civilidade, seria incapaz de expressar. Na página impressa, é o chingamento das histórias em quadrinhos que chega mais perto do sentimento que o privilégio inspira. A reação da sociedade foi tão forte que conseguiu ao menos sensibilizar as lideranças, um pouco mais preocupadas com a imagem da instituição do que os congressistas comuns. Resta saber se a chamada "base" cederá. São tantas as barbaridades cometidas em proveito próprio por muitos parlamentares que a expressão "república de bananas" ganha nesse contexto novo significado.

A previdência especial é um privilégio inaceitável, um abuso adquirido. Ela coloca em primeiro plano o interesse rasteiro de uma corporação já lamentavelmente caída em descrédito no Brasil; representa, ademais, um insuportável fator de risco para a saúde das instituições democráticas do país.

Mas nem tudo está perdido. A indignação com a absurda pretensão dos congressistas é avassaladora. Até a votação em primeiro turno, marcada para 6 de março, há tempo ainda para que os políticos brasileiros se dêem conta da barbaridade que ameaçam cometer...

A vingar o corporativismo, mais que bananas nossos políticos serão alvo de manifestações implicáveis. E é bom que aprendam logo, de uma vez por todas, que legislar em causa própria é imoral." (Folha de São Paulo, 15/Fev/96, s/autor, Editora: Opinião, seção: Editorial)

Deste editorial emerge uma proposição: os deputados são qualificados como defensores de interesses pessoais ou corporativos, em detrimento dos interesses públicos para os quais foram eleitos, constituindo, assim, uma ação que os editorialistas entendem como imoral. A reação da sociedade e a avassaladora indignação justificam a posição crítica dos jornalistas.

Dois editoriais iniciam com a crítica à lista de assinaturas do destaque de votação em separado, encabeçada pelo deputado federal Nilson Gibson, e a reação da sociedade às denúncias do *privilégio* de parlamentares.

"As centenas de assinaturas de deputados de quase todos os partidos na defesa de sua aposentadoria privilegiada mostra a face mais evidente e escandalosa das distorções do sistema de seguridade brasileiro. Ressalve-se que, dos grandes partidos, o PSDB, PT e PDT decidiram fechar questão para votar pelo fim de tal acinte. Mas vários outros privilégios seguem não só intocados como preservados pelo silêncio...

O repúdio da sociedade às aposentadorias privilegiadas deveria ser o início de uma revisão das benesses injustificáveis concedidas a certas castas." (*Privilégios* - Folha de São Paulo, 16/Fev/96, s/ autor, Editora: Opinião, seção: Editorial)

O segundo dos dois editoriais trata do conflito entre a imprensa e o deputado federal Gibson. O texto é enfático em apresentar a defesa da aposentadoria especial como escandalosa e imoral.

"Como se já não bastasse a defesa escandalosa e imoral das aposentadorias privilegiadas para parlamentares, o deputado Nilson Gibson ainda saiu-se com ameaças contra a imprensa. O parlamentar parece crer que o problema não está nas absurdas vantagens de que gozam ele e seus colegas à custa do Tesouro Nacional, mas no fato de que tal situação tenha vindo a público.

O Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) é uma das maiores provas do escárnio com que certos políticos tratam a coisa pública. E, note-se, é um mal que se espalhou pelas Assembléias Legislativas de vários Estados..." (*Infame* - Folha de São Paulo, 19/Fev/96, s/ autor, Editoria: Opinião, seção: Editorial)

O penúltimo editorial trata do significado da palavra privilégio e sua perfeita utilização no caso IPC. Além disso, compara a aposentadoria do trabalhador comum frente ao benefício dos parlamentares, e alude a reação de indignação da opinião pública, denominando os parlamentares de corporativistas e legisladores em causa própria.

"A palavra "privilégio" vem do latim "privilegium" e nela se identificam as raízes "privus" (privado) e "lex" (lei). A etimologia não poderia ser mais clara para definir as aposentadorias especiais dos políticos: legislação em causa própria.

Enquanto um trabalhador comum - cada um de nós - vê-se obrigado a contribuir por 35 anos (30 no caso das mulheres) para depois receber sua aposentadoria, os políticos (afinal, são eles quem fazem as leis) armaram pelo Brasil afora uma imensa rede de carteiras de aposentadoria que lhes dão o "direito" de, em geral com apenas oito anos de contribuição, ver uma generosa quantia depositada todos os meses em sua conta. Evidentemente é a população toda que paga essa regalia dada a poucos.

O corporativismo é tão arraigado que mesmo aqueles poucos parlamentares que vêem a imoralidade da aposentadoria especial e pediram para ter suspensos seus benefícios receberam uma curiosa negativa. Não podem abrir mão desse "direito" porque ele é extensivo a seus familiares no caso de morte. No Brasil, basta ser político para que o despudor seja compulsório.

Desta vez, entretanto, a reação da opinião pública foi tão forte que vislumbra-se ainda que remotamente o fim desse privilégio descabido. O mais grave é que alguns parlamentares se aferram na manutenção dessa imoralidade justamente no momento em que votam uma necessária reforma da Previdência, mas que tomará ainda mais difícil a aposentadoria para o trabalhador comum, ou seja, cada um de nós." (*Privilegium* - Folha de São Paulo, 20/Fev/96, s/ autor, Editoria: Opinião, seção: Editorial)

Privilégio e descuido, publicado em 23 de fevereiro, traz um dado novo à polêmica da defesa, por parte dos parlamentares, do benefício previdenciário: o argumento de parlamentares de que é mais fácil a extinção do IPC, endossando o destaque de Gibson, pois isso impediria que o instituto passasse a ser matéria constitucional (incluído na constituição, a extinção tornaria-se mais difícil, pois necessita de um número maior de votos). Mesmo aceitando que o argumento é bastante convincente, a opinião expressa continua sendo de desqualificação dos membros da casa parlamentar.

"Além do corporativismo parlamentar, a discussão sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) mostrou, mais uma vez, a desatenção com que deputados assinam projetos e requerimentos.

O destaque do deputado Nilson Gibson à emenda da Previdência, bem como a imensa maioria das assinaturas que o subscreveram, foram certamente manifestações de apoio às aposentadorias privilegiadas. Sobre isso, as declarações do deputado não deixam dúvida. Eis que agora alguns parlamentares apontam, com argumentação bastante convincente, que é mais fácil extinguir o IPC suprimindo a exigência de discutir o assunto um ano após a Reforma da Previdência, ou seja, endossando o destaque de Gibson. Isso evitaria que o IPC ganhasse status constitucional, podendo ser extinto por lei ordinária.

É certo que nem a supressão nem a manutenção do requerimento garantem que o IPC será extinto. Isso, que é o fundamental, depende de uma iniciativa específica. Satisfação que, aliás, os deputados ainda devem à sociedade.

Dos desmentidos e acusações sobre a lista de assinaturas ao novo argumento de que o endosso ao requerimento de Gibson facilita a extinção do IPC fica claro que vários deputados assinaram algo que contraria suas expressas intenções. Se não erraram alguns dos que são contrários às aposentadorias privilegiadas, então equivocou-se a maioria que procurava mantê-las.

O que de fato importa é que o tema não se perca em meandros legais. Que se extinga o privilégio."³⁷

Cabe observar que o jornal tem aqui uma de suas verdades sobre a política questionada, ao ter de admitir que nem todos os parlamentares que constam da lista estão defendendo a manutenção do privilégio. Mas, mesmo nesse caso, o questionamento da verdade, que tão fortemente divulgou em seus noticiários, é minimizado pela desqualificação dos parlamentares (além de corporativistas, são desatentos) e pela exigência, em nome da sociedade, da extinção do privilégio.

A votação, pela Câmara de Deputados, da emenda constitucional da reforma da Previdência, com a derrota do governo, passa a ser a pauta principal dos jornais a partir de março de 1996. O caso IPC somente volta aos noticiários, esporadicamente, e o momento central ocorre no mês de junho de 1996, com a votação da matéria que trata das aposentadorias especiais na Câmara de Deputados³⁸. O resultado da

³⁷ *Privilégio e descuido* - Folha de São Paulo, 23/Fev/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial. A matéria *Projeto do relator torna difícil fim do IPC*, publicada no jornal Estado de São Paulo, faz referência ao mesmo assunto, refletindo sobre as dificuldades engendradas pelo texto de deputado Euler para a extinção do IPC. Segundo a notícia, o IPC foi criado por lei ordinária, logo pode ser extinto por uma lei simples, aprovada por reduzido número de parlamentares, caso seja transformada em matéria constitucional, o quorum necessário para a votação passaria a ser alto (257 deputados e 42 senadores) dificultando sua extinção. (26/Fev/96, s/autor, editoria: Política)

³⁸ A matéria *PFL deu maioria dos votos para salvar IPC* publicada pelo jornal Estado através do número de votos, demonstra que goram os partidos da base governista que possibilitaram a

votação é a manutenção do IPC, nos moldes atuais até 1999, quer dizer, fica garantido o benefício para os parlamentares até o final do mandato atual. É publicado o segundo editorial sobre o caso, denominado *Simulacro*, que reflete a opinião de insatisfação dos editorialistas com a decisão dos parlamentares³⁹.

"Depois de mim, moralize-se a situação (mas nem tanto assim, é claro). É desse modo que se deve interpretar o projeto que põe um "fim" aos privilégios nas aposentadorias dos congressistas, aprovado pela Câmara e que segue para o Senado.

Argumentações jurídicas à parte - homens públicos deveriam dar o exemplo de austeridade e não de corporativismo -, a troca do famigerado Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) pelo Plano de Seguridade dos Congressistas (PSC) mais parece uma piada de mau gosto.

Para começar, a mudança de regime só valeria para os próximos parlamentares eleitos. No caso dos deputados, o atual sistema permaneceria como está até 1999. Para os senadores, ele iria até 2003. Os privilégios para os atuais membros do Legislativo permaneceriam intactos.

Já quanto às mudanças, elas são quase que cosméticas...⁴⁰

Ao que tudo indica, os parlamentares, como em tantos outros casos, estão encenando uma comédia de mau gosto para fingir que estão mudando alguma coisa. Não entregam nem os anéis para salvar os dedos. (*Simulacro* - Folha de São Paulo, 12/Jul/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

A defesa, por parte dos parlamentares, da manutenção do sistema de aposentadoria especial, no mesmo período em que estão votando modificações no sistema previdenciário dos demais trabalhadores, é, sem dúvida, um tema passível de ser transformado numa polêmica pelos jornais, por ser uma questão cara, tanto para os leitores/eleitores, que cobram dos parlamentares, quanto para os parlamentares, que se expõem e necessitam se justificar publicamente.

Quanto à imagem dos parlamentares, constituída na imprensa, eles são qualificados como: privilegiados, por possuírem aposentadoria especial (em

manutenção do IPC. Segundo o noticiário a distribuição de votos favoráveis a manutenção foi: PFL com 33 votos, PPB 27 votos, PMDB 18 votos, PSDB 05 votos, PTB 07 votos, PSL 02 votos, o PMN, o PSD e o PL deram um voto cada. (20/Jun/96, editoria: Política)

³⁹ Embora a importância do tema, já que é o momento de votação do caso IPC, a manifestação dos leitores, da opinião pública, contra a posição dos parlamentares é pouco significativa, apenas duas cartas: *Lenha na fogueira*, Benno Perelmutter (Capital) e *Tá errado!*, Renato Pinheiro (Belo Horizonte, MG), 29/Jul/96, seção: Paineis do Leitor

⁴⁰ As mudanças cosméticas segundo editorial seriam: a idade para aposentadoria integral passa de 30 para 35 anos de mandato e 55 anos de idade, enquanto a proporcional passaria de 1/30 do salário por ano de mandato para 1/35. A contribuição dos congressistas ao instituto passaria de 10% do salário para 12%, enquanto o Congresso entraria com 12% e não mais 20% como agora. O Tesouro arcaria com o restante. (*Simulacro* - Folha de São Paulo, 12/Jul/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

contraponto ao trabalhador aposentado pelo INSS), corporativistas (ao se unirem em torno da manutenção de um interesse), desatentos (ao justificarem as assinaturas em requerimentos), fingidos (por fazerem de conta que mudam alguma coisa, quando, de fato, a mantém quase igual). Somado a isto está a concepção de imoralidade do benefício previdenciário parlamentar, o que remete à concepção da imagem do político, baseada na idéia de moralidade, na verdade da política construída pelos jornalistas, na qual homens públicos devem dar o exemplo e satisfação à sociedade.

A estratégia utilizada pela *Folha* é de dar destaque e acentuar a polêmica questão da manutenção das aposentadorias especiais dos parlamentares. Como foi visto, a série de notícias sobre a possibilidade de manter-se ao que os jornalistas denominam de privilégio, é somada a indicação de reação da sociedade ao tema e a publicações de vários editoriais, que desqualificam tanto os congressistas, quanto a questão que defendem. Embora a manifestação de descontentamento da opinião pública sirva de justificativa para a ampliação da crítica, o jornal não expõe claramente estas manifestações, ao menos, em cartas de leitores. Contrariamente, é no *Estado*, que parece não ter dado centralidade à polêmica, que as manifestações da sociedade aparecem através de cartas de leitores. Na *Folha*, a indignação da sociedade, divulgada pelo jornal, aparece de forma inversa, não nas cartas de leitores, mas nas cartas de deputados federais, justificando-se frente aos jornalistas e à opinião pública. Algumas indicações transparecem: a estratégia de disputa do mercado jornalístico, utilizada pela *Folha*, parece surtir efeito, pois até mesmo seu concorrente divulga o desagravo da sociedade em relação à defesa do benefício previdenciário; quanto mais se constitui a polêmica, quanto mais se desqualifica os deputados federais, até mesmo para isso utilizando e apoiando a manifestação de um jornalista de outro veículo do campo jornalístico e a possível agressão de um parlamentar a jornalistas, mais espaço o jornal *Folha* consegue ocupar na disputa com o campo político. Prova disto é a busca dos membros da casa parlamentar de se desculparem, publicamente, no próprio espaço que os agrediu, e a posição do jornal de que está sendo tolhido em sua capacidade de informar os leitores.

A estratégia do jornal parece desenvolver-se em três frentes: denúncia de privilégios e interesses corporativos por parte dos congressistas; constituição do contraponto moralidade/ imoralidade; sustentação e apoio na opinião pública. Estes três pilares formam a base para a busca da ampliação de espaço no mercado jornalístico. Outro ponto relevante é a justificativa para a ação dos jornalistas: a defesa do bem público. Se os parlamentares defendem interesses pessoais e corporativos, se defendem privilégios imorais, os jornais defendem a moralidade, através da denúncia do mau uso da coisa pública.

3.2. Fisiologismo: as negociações para as duas votações

Uma mudança constitucional necessita de duas votações na Câmara de Deputados antes de passar para o Senado. Na primeira, o texto é votado de forma compacta, na segunda, são votados os Destaques de Votação em Separado (DVS), que permitem modificações no texto já aprovado. Embora os processos de votação sejam bastante diferentes, as notícias divulgadas sobre os mesmos tem muito em comum: o Poder Executivo sofre derrotas nos dois momentos e ameaça os parlamentares dissidentes, com retaliações; denúncias de negociações de cargos e verbas, em troca de apoio, também ocorrem nos dois casos. A referência a conflitos entre os poderes ou o uso de práticas fisiológicas nas negociações recai sobre o Executivo e os parlamentares dos partidos que compõem a base do Governo.

O relatório do deputado Euler Ribeiro, propondo a mudança do sistema de Previdência na Constituição Federal, vai à votação no plenário da Câmara de Deputados no dia 06 de fevereiro de 1996. Necessitando 308 votos para aprovação, o mesmo alcançou apenas 294 votos. Por catorze (14) votos, a proposta do governo foi rejeitada⁴¹. Nos dois jornais a justificativa dos deputados, para a derrota na votação da Reforma da Previdência, está vinculada à própria posição do Executivo:

⁴¹ *Câmara rejeita relatório de Euler Ribeiro* (Estado de São Paulo, 06/Mar/96, s/autor, editoria: Política)

arrogância em relação ao Legislativo, desatenção com o Congresso, não atendimento de pleitos dos parlamentares, ou seja, são argumentos utilizados pelos deputados dissidentes, que votaram contra a proposta governamental.

"... As derrotas, tanto no Senado quanto na Câmara, aconteceram por conta de defecções na própria base governista, motivadas por ressentimento dos parlamentares pelo tratamento que vêm recebendo do Planalto. Muitos acham que não estão sendo atendidos em seus pleitos..."⁴²

"Desatenção do governo com o Congresso e os Estados, interesses da base eleitoral e o fim da aposentadoria por tempo de serviço foram as principais justificativas de deputados governistas para votar contra a Reforma da Previdência... Alguns definiram como "prepotente" a relação do governo com o Congresso Nacional..."⁴³

Os jornais noticiam a reação do Planalto com ameaças de retaliação: denunciar aos eleitores os traidores, demitir dos cargos afilhados de parlamentares⁴⁴. O deputado federal Michel Temer assume a tarefa de reformular a matéria para nova votação, que acontece dia 20 de março de 1996⁴⁵. Os jornais noticiam a aprovação da emenda somada à divulgação de tumultos, entre parlamentares, em plenário no

⁴² *Picada* - Estado de São Paulo, 06/Mar/96, s/autor, editoria: Política. A segunda derrota do governo se refere a aprovação pelo Senado Federal da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito do sistema financeiro (CPI dos Bancos) para averiguar os empréstimos efetuados pelo Banco Central a bancos privados que se encontravam em situação econômica deficitária. Outro exemplo é: *Derrotas no Congresso põem FH em xeque* - Estado de São Paulo, 07/03/96, editoria: Política

⁴³ Segundo o jornal, foram ouvidos 31 dos 92 deputados governistas que votaram contra o relatório. Alguns deputados justificaram o voto desfavorável em função da perda que sofreriam os trabalhadores com a mudanças nas regras da aposentadoria. *Deputados justificam "traição"*- Folha de São Paulo, autores: Augusto Gazir; Elza Pires de Campos, editoria: Brasil

⁴⁴ *FH ameaça governistas que votaram contra o relatório*, 06/Mar/96 e *O bombeiro*, 14/Mar/96 (Estado de São Paulo, s/autor, editoria: Política); *PFL pede a presidente fim de ameaças a deputados*, 08/Mar/96, autor: José Roberto De Toledo; *Vivaldo De Sousa; Governo vai denunciar nas eleições os "traidores"*, 09/Mar/96, autor: Marta Salomon; *Deputados estão em xeque, diz Motta*, 13/Mar/96, autor: Fernando Rodrigues; *Aliados pressionam, e governo decide suspender retaliações*, 13/Mar/96, s/autor; *Senador diz não crer em ameaça*, 13/Mar/96, autor: Adelson Barbosa; *Peemedebistas pedem punição*, 13/Mar/96, s/autor; *Presidente desiste de demitir apadrinhados de deputados*, 13/Mar/96, autor: Marta Salomon (Folha de São Paulo, editoria: Brasil)

⁴⁵ *Serviços para o príncipe* e *O buraco protegido*, redigidas por Janio de Freitas e publicadas em sua seção na *Folha* em 13/Mar/96 questionam a estratégia utilizada pelo Planalto ao ceder ao deputado Temer a relatoria da reforma para modificações e nova votação, tanto no que se refere a legalidade da recolocação em votação, quanto os interesses do deputado em aceitar o cargo. Outra matéria, denominada *Silêncio forçado*, também de Janio de Freitas, publicada no dia 18/Mar/96, questiona a moralidade do deputado federal Michel Tenmer, em função de uma aposentadoria especial que o mesmo possui.

momento da votação⁴⁶. Mas, mesmo antes do início das negociações, a imprensa escrita já insinuava a possibilidade de o governo pagar, de alguma forma, pelo apoio:

"... Ao sugerir acalmar os ânimos e ganhar tempo, os pefelistas pretendem quebrar a inércia do Congresso, que hoje aponta para um aumento da insatisfação dos parlamentares e, portanto, para novas derrotas do governo. O caminho indicado pelos pefelistas, entretanto, tem custo. Atender melhor o "baixo clero" não implica apenas que os ministros marquem mais audiências para ouvir os deputados. Os parlamentares já não se contentam mais com isso: querem ver suas reivindicações atendidas, o que demanda gastos públicos ou novas nomeações..." (*PFL pede a presidente fim de ameaças a deputados*, Folha de São Paulo, 08/Mar/96, autor: José Roberto De Toledo; Vivaldo De Sousa, editoria: Brasil)

"... Os aliados de ontem não estão tão fiéis hoje porque esperam coisas do governo. Um cargo, uma liberação de recursos, ou o que seja. O caso mais notável hoje é o PPB - o partido do prefeito Paulo Maluf. Em busca de uma vaga no Ministério, o partido, que junto com o PL soma mais de 90 votos, imprescindíveis para se alcançar o quórum necessário, resolveu enfrentar a situação. E escolheu a reforma da Previdência para isso..." (*Parabéns - Estado de São Paulo*, 15/03/96, editoria: Política)

Embora se referindo a partidos diferentes, os jornais noticiam de forma similar o jogo de interesses que se desenvolve no Congresso Nacional: reivindicações de cargos e verbas. Se a dúvida quanto à forma de conseguir apoio, para aprovação da Reforma da Previdência, já pairava nos jornais antes da votação, a aprovação trouxe consigo denúncias de práticas fisiológicas⁴⁷.

⁴⁶ Na votação do dia 06 de março, foram registrados 190 votos contrários à Reforma. Destes, 88 saíram dos partidos que apoiam o governo. Das oito abstenções, sete foram de governistas. Na nova votação, dos 139 parlamentares que votaram contra o texto, apenas 38 são apoiadores de FHC. *Tumulto e agressões agitam plenário* - Estado de São Paulo, 21Mar3/96, editoria: Política; *Sessão tem empurrões, bate-boca e xingamentos* - Folha de São Paulo, 22/Mar/96, s/autor, editoria: Brasil

⁴⁷ *Emenda da Previdência passa e CPI é arquivada; Tumulto e agressões agitam plenário; Alegria, alegria*, 21/Mar/96, s/autor; *Vitória no Congresso expõe cultura da barganha*, 22/Mar/96; S/título, s/autor, seção: Jogo Rápido; *Planalto paga preço alto por barganhas*, autor: Ana Cristina Rosa, 24/Mar/96; *O custo da invencibilidade*, 25/Mar/96, autor: Antônio Carlos Pereira; *O Congresso é inocente*, 26/Mar/96, autor: Leio Gaspari; *FH promete estudar obra no São Francisco*, 29/Mar/96, s/autor (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Governo reverte votos e aprova Reforma*, autor: Gabriela Wolthers; *Denise Madueño; Presidente comemora e nega fisiologismo*, s/autor; *É dando que se recebe*, s/autor (22/Mar/96); S/título, 23/Mar/96, s/autor, seção: Painel; *Tiroteio*; S/título, 24/Mar/96, s/autor, seção: Painel; *Tiroteio; Maranhão deve receber pacote de verbas federais*, autor: Irineu Machado; *Cardoso mudou sete votos*, s/autor; *Fisiologismo*, in: *Líder tentará reaproximar Sarney e FHC*, autor: Raquel Ulhôa; *Deputado revela negociação para apoiar reforma*, autor: Lucio Vaz, 26/Mar/96; *O balcão de negócios na reforma da Previdência*, s/autor; *FHC afirma que o fisiologismo acabou*, autor: Augusto Gazir; *Emanuel Neri*, 31/Mar/96 (editoria: Brasil); *Newton Henrique Cardoso*, 27/Mar/96, autor: Clóvis Rossi (editoria: Opinião) Folha de São Paulo.

"A aprovação da reforma da Previdência pela Câmara dos Deputados na quinta-feira mostrou ao País uma moeda muito mais abrangente do que o real, porque movimentou cifras, cargos, orçamentos e, acima de tudo, poder. Mostrou também uma nova cultura entre os dirigentes: os que têm condições de liberar dinheiro o seguram para o momento certo; os que necessitam da moeda aguardam a hora exata de a pedir.

O momento certo para a promessa e para a hora da cobrança surge sempre na véspera de qualquer votação importante no Congresso..." (*Vitória no Congresso expõe cultura da barganha* - Estado de São Paulo, 22/Mar/96, autor: João Domingos, editoria: Política)

" O governo Fernando Henrique Cardoso partiu para um verdadeiro vale-tudo para aprovar a Reforma da Previdência Social e barrar a CPI dos Bancos.

Prometeu cargos e obras nos Estados, assumiu dívidas, colocou fiscais da Receita Federal em empresas de um senador e contou com a pressão de governadores..." (*Governo investe tudo para mudar votos no Congresso* - Folha de São Paulo, 22/Mar/96, autor: Lucio Vaz, editoria: Brasil)

Os dois jornais noticiam as barganhas: transferências de dívidas da Prefeitura de São Paulo; liberação ou manutenção de cargos; promessa de liberação de verbas e questões de âmbito legislativo⁴⁸.

A *Folha* demonstra sua opinião sobre as denúncias de práticas fisiológicas nas negociações em dois editoriais. Em *Fisiologia*, os editorialistas tratam da apuração feita pelo jornal de que o Partido Progressista Brasileiro (PPB) está negociando seus votos em troca de um ministério. Fundamental assinalar que neste momento não são nem os parlamentares isoladamente ou em bancadas, nem o poder Executivo, o centro da problemática das práticas fisiológicas. Os responsáveis pelo *espetáculo fisiológico* são os partidos políticos, sua deterioração seria o motor para as trocas de favores, cargos, etc. A defesa de uma reforma política é a bandeira sustentada pelo jornal para modificar a forma de fazer política no país.

"O Aurélio define "fisiologia" como "parte da biologia que investiga as funções orgânicas, processos ou atividades vitais, como o crescimento, a nutrição, a respiração etc.". A acepção política do termo - não-registrada pelo Aurélio - tem um sentido completamente diferente, mas cuja

⁴⁸ *Alegria, alegria* - 21/Mar/96; *Vitória no Congresso expõe cultura da barganha* - 22/Mar/96, autor: João Domingos; *Planalto paga preço alto por barganhas* - 24/Mar/96, autor: Ana Cristina Rosa (Estado de São Paulo, editoria: Política); *É dando que se recebe* - 22/Mar/96, s/autor; *Governo investe tudo para mudar votos no Congresso* - autor: Lucio Vaz,(22/Mar/96)); *Cardoso mudou sete votos* - 26/Mar/96, s/autor; *Deputado revela negociação para apoiar reforma* - 26/Mar/96, autor: Lucio Vaz; *Newton Henrique Cardoso* - 27/Mar/96, autor: Clóvis Rossi, editoria: Opinião; *O balcão de negócios na reforma da Previdência* - 31/Mar/96, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil)

significação original dá bem a medida de como se deterioraram os partidos brasileiros, a ponto de negociatas, trocas de favores e de cargos e coisas ainda piores já serem consideradas um "processo vital", tão natural quanto a respiração, e não mais uma aberração que deveria o mais rapidamente possível ser extirpada.

A confirmarem-se as informações apuradas por esta *Folha*, de que o PPB de Paulo Maluf e Esperidião Amin trocaria seus votos na reforma da Previdência por um ministério, não se poderá mais ter dúvidas de que há algo de profundamente errado com a forma de fazer política neste país...

Esse novo espetáculo fisiológico apenas reforça a necessidade de se proceder às reformas políticas no país. Mesmo que não ponham um fim a essa prática, podem, ao menos, torná-la um pouco mais tolerável." (*Fisiologia* - Folha de São Paulo, 21/Mar/96, s/Autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

O editorial defende a necessidade de se efetivar uma reforma política. Quais os argumentos utilizados para justificar a reforma do sistema? A denúncia de um caso específico de pedido de cargo no primeiro escalão do governo por parte de um partido político. Esta denúncia, ainda não comprovada, conforme os próprios editorialistas, permite a (des)qualificação de todo o sistema partidário: este é composto de partidos que se deterioram; que se utilizam de "*negociatas, troca de favores e de cargos e coisas ainda piores*", em outras palavras, de práticas fisiológicas para constituir seu espaço na política. É a generalização de um caso não comprovado que permite aos editorialistas apresentarem sua visão do sistema político brasileiro como um todo: a forma de fazer política no Brasil tem "*algo de profundamente errado*" e possibilita a defesa de uma transformação no sistema político. Esta estratégia tende a consolidar mais ainda a visão de desqualificação do sistema político da nação, neste caso, com base em denúncia não comprovada.

O segundo editorial é posterior à votação da emenda do deputado Michel Temer. O governo sai vitorioso, mas as denúncias de concessões, que o Planalto teria feito em troca de apoio, geram desgaste na imagem do Presidente da República, cujo discurso, antes de se tornar chefe do Executivo, segundo os editorialistas, era de crítica a este tipo de prática.

"O governo ganhou a grande batalha política da semana ao conseguir o arquivamento da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre o sistema financeiro e ao obter a aprovação da reforma da Previdência. Reverteu aquelas que haviam sido as suas primeiras derrotas parlamentares desde a posse de Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 1995.

O preço pago, no entanto, parece elevado demais. Um presidente que assumira com um discurso e uma biografia modernizantes, avessas ambas ao clientelismo que marca desde tempos imemoriais a política brasileira, viu-se impedido de manter o discurso e reforçar a biografia...

A lista de concessões seria interminável. Nem é preciso explicitá-la toda para concluir que o candidato que dera o fisiologismo como morto no Brasil se transforma no presidente não só vítima dele como também seu praticante. Ao fazê-lo, permite que empalideça a vitória do governo. Do ponto de vista ético e moral, o mundo político perdeu. De novo. E, com ele, todos nós." (*Perdemos Todos* - Folha de São Paulo, 23/Mar/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)⁴⁹

O governo é a instituição central na crítica deste editorial, por manter, diferentemente de seu discurso, as práticas fisiológicas. O importante aqui é perceber que há uma expectativa de mudança da forma de fazer política, no Brasil, quanto ao Executivo, mas nenhuma expectativa quanto ao Legislativo, apontado de forma indireta como o responsável principal pela manutenção das práticas fisiológicas.

A opinião do jornal *Estado*, sobre o tema, é expressa em dois editoriais. Um deles é intitulado *A vitória do Executivo*, que trata da reforma previdenciária no período anterior à votação da emenda.

"... Tudo leva a crer que o Congresso Nacional conseguiu um *modus vivendi* realmente digno de nota: leva as divergências (ideológicas, administrativas e fisiológicas) com o Executivo quase a ponto de ebulição, atende ao Planalto naquilo que parece essencial ao Executivo e deixa sempre pendente uma espada sobre a cabeça do presidente. Que pode ser embainhada ou não, dependendo do humor dos senhores de guerra do momento." (*A vitória do Executivo* - Estado de São Paulo, 21/Mar/96, editoria: Notas)⁵⁰

O segundo editorial publicado pelo jornal discorre sobre a postura do Planalto nas negociações para aprovação da reforma da Previdência, partindo, para isso, de uma contradição na resposta do governador Tasso Jereissati, ao questionamento sobre a possível adoção de práticas fisiológicas, por parte do Poder Executivo. Segundo o editorial, o governador Jereissati teria dito, no mesmo diálogo, que o Planalto não "adotou" o fisiologismo, mas "recorreu" ao fisiologismo.

⁴⁹ O restante do editorial fala sobre as cooptações de votos de FHC com pessoas com práticas políticas que criticado quando era senador: Gilberto Miranda, Íris Rezende, Paulo Maluf, além disso compara FHC a Sarney.

⁵⁰ A coluna *O custo da invencibilidade*, de Antonio Carlos Pereira é outro exemplo de crítica a postura fisiológica dos membros do parlamento. (Estado de São Paulo, 25/Mar/96, editoria: Política)

"... O governador do Ceará não pôde negar a realidade. O Palácio do Planalto, afinal, passou dias e noites ajeitando a vida de parlamentares e bancadas inteiras, para obter os resultados que comemorou no final da semana passada. Tudo foi feito às claras, com as etiquetas penduradas nos produtos. É notável, no entanto, que o sr. Tasso Jereissati tente um jogo de palavras para dizer que o governo Fernando Henrique Cardoso não é fisiológico, mas sempre que necessário faz a lista de compras e vai ao mercado. Poderia ser diferente? Claro que não. Como o presidente da República decidiu desastrosamente no início do governo que seria mais barato para os cofres públicos e mais edificante para a moral corrente tratar caso a caso, conforme fossem surgindo, só lhe resta, agora, sentar praça no varejo. Isso significa que, assim como ocorreu no passado, no futuro o governo terá de "recorrer" ao fisiologismo para obter o que deseja do Congresso. O governo não "é" fisiológico; apenas "está" fisiológico... Há pouco mais de um ano o governo Fernando Henrique Cardoso vem aperfeiçoando a técnica de estar fisiologista sem ser fisiologista. A cada episódio as trocas são feitas com maior facilidade, em menos lapso de tempo, abrangendo cada vez mais votos (ou pessoas). Ao mesmo tempo, a quantidade e a qualidade dos valores a serem obtidos na barganha encolhem. Compare-se o escopo das primeiras reformas com o alcance das últimas. As primeiras miravam o horizonte e quase chegaram lá. As últimas são tímidas, como a reforma da Previdência, que encolheu ao longo de um ano. Como será a próxima? E, nesse ritmo, quais as garantias de que o governo conservará o monopólio das iniciativas para o bem comum?" (*Ser e estar fisiológico* - Estado de São Paulo, 26/Mar/96, editoria: Notas)⁵¹

Os recortes de editoriais demonstram a proximidade no tratamento da matéria entre os dois maiores representantes da imprensa brasileira. Os dois parecem sugerir uma normalização da prática de barganha entre os membros da casa parlamentar. A novidade, em relação às denúncias de fisiologismo, está centrada no Poder Executivo: o governo se mostra incapaz de fazer frente aos interesses dos parlamentares e cede a barganhas, à distribuição de verbas e cargos, quando deveria eliminar estas práticas do sistema político brasileiro. Os jornalistas expõem a frustração com a postura do Executivo, mas quanto ao Legislativo mantém a mesma visão, é quem dá fundamento ao jogo de interesses em troca de apoio. Mesmo quando a crítica é centrada na ação do Executivo, a imagem do Congresso Nacional não é poupada⁵².

⁵¹ Outros exemplos de críticas similares a posição adotada pelo Poder Legislativo na negociação para aprovação da emenda do deputado federal Michel Temer são: *A vitória do Executivo* - Estado de São Paulo, 21/Mar/96, editoria: Notas; *O custo da invencibilidade* - 25/Mar/96, autor: Antonio Carlos Pereira; *O Congresso é inocente* - 26/Mar/96, autor: Elio Gaspari (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁵² Os dois jornais noticiam as cobranças feitas ao Planalto após a aprovação da matéria previdenciária. A conta do apoio do PPB ao governo é tema da matéria *PPB apresenta a conta do*

No momento das negociações para votação do DVS, se estabelece nova polêmica quanto aos interesses de membros do Congresso Nacional. A cobertura da imprensa sobre o Poder Legislativo é similar à que ocorreu na votação anterior: denunciam práticas fisiológicas.

A divulgação de exigências de duas bancadas, a ruralista e a mineira, em troca de apoio ao governo na segunda votação da Reforma da Previdência⁵³, reforça ainda mais a imagem negativa de membros da instituição parlamentar, particularmente, os da Câmara de Deputados. Os parlamentares são percebidos, pelos articulistas e editorialistas dos jornais, como: corporativistas e fisiológicos. O editorial do *Estado* retrata isso com muita clareza:

"... Anteontem, a opinião pública foi surpreendida pela notícia de que havia uma nova "corporação" no Congresso, além daquelas sobejamente conhecidas, a mais atuante delas sendo a dita bancada ruralista: a *corporação* que defende os interesses da empresa Mendes Júnior... Quarta-feira última, evidenciou-se mais uma vez que o primeiro grande grupo corporativo é o próprio Congresso *em representação da classe política como um todo*, não apenas dos congressistas, diga-se de passagem... Ele [o Planalto] está entre a bigorna e o martelo. Se se verificar a pior hipótese - o Planalto não cede e as *corporações* o derrotam na reforma da Constituição -, será preciso repensar que tipo de interesses, doutrinas e visões a democracia brasileira representa... Essa definição, que será conhecida na semana entrante, é fundamental para o destino do Estado de Direito." ("*Corporações*" e o *Estado de Direito* - Estado de São Paulo, 16/Mai/96, s/autor, editoria: Notas)

As colunas de opinião e as notícias publicadas nos dois jornais aprofundam o tema ao: comparar os valores com gastos sociais e aqueles que estão em jogo nos

apoio e pede cargo, publicada no *Estado*. Nesta matéria, o líder do partido na Câmara, deputado Odelmo Leão (MG) afirma ser o partido, "*com seus 87 votos o 'fiel da balança' nas votações que interessam ao governo*" e por esta razão podem fazer exigências. Além de um ministério, o PPB diz não aceitar algumas das regras que constam da Reforma da Previdência (08/Abr/96, s/autor, editoria: Política). A *Folha* apresenta matéria similar só que tratando da cobrança feita pelas bancadas da Amazônia, Rondônia e Alagoas: *Parlamentares cobram de FHC conta do fisiologismo* - Folha de São Paulo, 12/Abr/96, autor: Sônia Mossri; Lucio Vaz, editoria: Brasil

⁵³ A bancada ruralista é contra o projeto de lei que aperfeiçoa o rito sumário na desapropriação de terras para a reforma agrária. (*Bancada ruralista ameaça boicotar projeto* - Estado de São Paulo, 23/Abr/96, autor: Raquel Stenzel, editoria: Geral). A bancada mineira defende a indenização a construtora Mendes Júnior, para a empresa reverter perdas em investimentos no Iraque, devido a Guerra do Golfo. A discussão está incluída na medida provisória que cria as condições legais para recapitalizar o Banco do Brasil. (*Relator de MP admite ajuda à construtora* - Estado de São Paulo, 14/Mai/96, autor: Ricardo Amaral, editoria: Economia).

acordos do governo com as duas bancadas⁵⁴; assinalar a possibilidade de desvios na armazenagem de produtos agrícolas, citando dois deputados federais que se beneficiam financeiramente do armazenamento de grãos⁵⁵; noticiar o interesse do governo em cobrar as dívidas dos agricultores inadimplentes⁵⁶ e vetar apoio financeiro a Mendes Júnior⁵⁷; entregar cargos federais e estaduais, contrapondo o argumento do governo de que não tem incorrido em práticas fisiológicas⁵⁸; criticar o Executivo por ter aberto o governo a práticas fisiológicas⁵⁹.

O editorial publicado pelo jornal *Estado*, chamado *O dilema da democracia*, trata da reedição da Medida Provisória de capitalização do Banco do Brasil, e da retirada da mesma, de artigos vetados pela bancada ruralista. Além da crítica à negociação, os editorialistas apontam o desgaste de imagem, tanto da Executivo, quanto do Legislativo.

"...O problema é que, ao ceder, a imagem do chefe do governo saiu desgastada e permitiu que se contrapusessem frases suas na abertura de seminário sobre a reforma do Estado - quando afirmou solenemente (cuidava dos problemas dos funcionários públicos) que não seriam atendidas reivindicações que não se adequassem ao processo social - à reedição da medida provisória expurgada. Assinale-se que em todo o processo não apenas a imagem da Presidência saiu desgastada, como está ferida a imagem do Congresso, que para boa parte da opinião pública aparece como o centro dos lobbies e das *corporações*, defendendo seus interesses particulares e não os coletivos.

O presidente da República terá sempre razões políticas que considerará maiores para justificar sua posição; já as *corporações* se afastaram tanto daquilo que se pode chamar de *opinião pública*, cuidando apenas de responder de imediato aos interesses de seus representados e eleitores, que pouco se lhes dá se a imagem do Congresso Nacional como um todo sai desgastada ou não..." (*O dilema da democracia* - Estado de São Paulo, 17/Mai/96, s/autor, editoria: Notas)

⁵⁴ *Preço da reforma pode ficar em R\$ 7,9 bilhões* - Estado de São Paulo, 16/Mai/96, autor: José Casado, editoria: Política.

⁵⁵ *Adubo para safra de maracutaias* - Estado de São Paulo, 17/Mai/96, autor: José Casado, editoria: Política

⁵⁶ *Governo insistirá em cerco a inadimplentes* - Estado de São Paulo, 17/Mai/96, editoria: Política

⁵⁷ *FH deverá vetar socorro a empreiteira* - Estado de São Paulo, 20/Mai/96, editoria: Política

⁵⁸ *Defensor* - Estado de São Paulo, 17/Mai/96, s/autor, editoria: Política

⁵⁹ O Poder Executivo reeditou a medida provisória que tratava de resolver problemas de capitalização do Banco do Brasil, eliminando da mesma artigos que não interessavam a bancada ruralista. *O dilema da democracia* 17/Mai/96, s/autor, editoria: Notas; *Fora do alvo* - 21/Mai/96, s/autor, editoria: Política (Estado de São Paulo); *'Não dá certo apoiar o governo como cordeirinho'*- Folha de São Paulo, 18/Mai/96, autor: Gabriela Wolthers, editoria: Brasil.

Os dois editoriais do *Estado* dão centralidade às denúncias de existência de corporações, no Congresso Nacional, que exigem benefícios em troca dos votos para aprovação da mudança constitucional. Se no primeiro recorte apresentado, chama a atenção para a necessidade de "*repensar que tipo de interesses, doutrinas e visões a democracia brasileira representa*", no segundo, salienta o desgaste da instituição frente à opinião pública. Como já foi indicado anteriormente, as críticas à postura do Executivo atingem também o Congresso. Se o Presidente da República consegue justificar suas ações, em função de razões políticas maiores, o mesmo não ocorre com o Legislativo, que não pode se justificar, pois age movido a interesses pessoais ou corporativos. Chama atenção ainda neste último editorial, a constatação dos editorialistas de que, para a opinião pública, o Congresso é visto como "*o centro dos lobbies e das corporações, defendendo seus interesses particulares e não os coletivos*". Apesar de a noção opinião pública não estar definida, a ela é novamente dado o papel de pressão sobre os parlamentares e de justificativa à posição crítica do jornal.

A *Folha*, além de publicar inúmeras notícias sobre as negociações entre o Planalto e as bancadas ruralista e mineira, somada a reivindicações de outras bancadas⁶⁰, também opina, em editorial, sobre o tema. Um novo adjetivo se soma, aos anteriormente dados, aos parlamentares. Além de corporativistas e fisiológicos, são também chantagistas. O jornal volta a expressar sua posição de que a origem de tais acontecimentos está no próprio funcionamento do sistema político brasileiro, mais especificamente, nos partidos políticos.

"... Se quase ninguém em sã consciência acreditava que a lamentabilíssima prática do 'é dando que se recebe' desapareceria da noite para o dia, também eram poucos os que criam que se continuaria a distribuir cargos, favores e verbas com tanta desenvoltura.

⁶⁰ O *balcão de negócios de FHC*; *Documentos mostram como é feita a barganha* (autor Lucio Vaz); *Ruralistas ameaçam pedir CPI do BB*; *Fazenda nega acordo com o Congresso*; *Governo cede a ruralistas para continuar reformas*; *Governo procura maquiagem para barganha com ruralistas* (autor: Gabriela Wolthers; Denise Madueño); *Empreiteira doou R\$ 560 mil à campanha de FHC*, autor: Olímpio Cruz Neto (18/Mai/96); *Cronologia do lobby*; *Rodrigues acha ético socorro à Mendes Jr.* (autor Denise Madueño); *Reivindicações são "espúrias"*, diz ACM, autor: Raquel Ulhôa; *Lobby incluiu PT e líderes de empresários*; *Setor rural deve R\$ 10 bi ao BB* (autor: Gustavo Patú; Gabriela Wolthers) (21/Mai/96); S/Título s/autor, seção: Painel; Tiroteio (22/Mai/96). (Folha de São Paulo, editoria: Brasil)

O grau de desfaçatez com que se chantageia o governo ficou claro anteontem, na votação da emenda constitucional que permite a reforma da Previdência. A bancada ruralista está em vias de conseguir que seja restringido o poder do BB de cobrar as dívidas de agricultores; ou seja, um assunto completamente alheio à matéria que examinavam. Mais estranho ainda, a bancada mineira foi capaz de fazer com que o BB repassasse R\$ 892 milhões à Mendes Júnior, numa operação, para dizer o menos, de escassa transparência.

O principal motivo para essa situação vexatória é a virtual inexistência de partidos políticos dignos desse nome. Com as exceções de costume, as agremiações brasileiras são como que legendas de aluguel que não imprimem nenhuma marca ideológica a seus afiliados. O resultado, lastimável, é que o Legislativo se torna um conglomerado amorfo de representantes, não da população, mas apenas e tão-somente de si mesmos. A chantagem caso a caso é a moeda mais freqüentemente usada. Diante desse quadro nebuloso e desalentador, FHC, se realmente deseja pelo menos diminuir o grau de fisiologia reinante na política nacional, deveria se esforçar para acelerar a tramitação das já esquecidas reformas políticas, essenciais para qualquer progresso nessa área." (*Reduzir O Custo* - Folha de São Paulo, 18/Mai/96, s/autor, Editoria: Opinião, seção: Editorial)⁶¹

A solução apontada pelos editorialistas, para a problemática das práticas fisiológicas nas negociações para votação da Reforma da Previdência, é, novamente, a reforma política⁶². Interessante faz-se destacar que, embora as notícias tratem de bancadas específicas, o jornal generaliza a problemática a todo o campo político. Esta é uma questão interessante de ser mais atentamente investigada, pois um número significativo de notícias ou denúncias são construídas em torno da expressão ou ação de um único parlamentar, o que, em si, não constitui um problema. A questão se problematiza quando notícias, tratando de casos particulares, passam a ser generalizadas e acabam afetando uma bancada, um partido político ou até mesmo uma instituição na sua totalidade. Tomando como

⁶¹A matéria '*Não dá certo apoiar o governo como cordeirinho*' publicada no mesmo dia reforça e dá sustentação ao editorial, ao apresentar declarações de parlamentares da base do governo dizendo que o Executivo errou ao assinalar a cedência as pressões dos parlamentares dissidentes. Segundo a notícia o governo estaria sendo chantageado por parlamentares. (autor: Gabriela Wolthers, editoria: Brasil). Um segundo editorial é publicado neste mesmo dia. Chamado *Contabilidade Macabra* apresenta um cálculo das cifras gastas pelo Poder Executivo nas negociações em troca de apoio nas votações na Câmara de Deputados (reforma previdenciária, Orçamento de 96, mudanças no imposto de renda, apoio ao sistema financeiro), os editorialistas questionam os gastos, lembrando que faltam duas votações importantes (reforma administrativa e tributária) e que, se a lógica for a mesma, gerarão ainda mais gastos.

⁶² O Editorial intitulado *Escrúpulos* após exigir um equilíbrio entre solicitações particulares e o interesse geral, passa a tratar do caso específico da bancada ruralista que ameaça instalar uma CPI do Banco do Brasil como tentativa de barrar cobranças de produtores rurais e usineiros inadimplentes. Novamente é sustentada a necessidade de uma reforma política.

exemplo o caso das reivindicações das bancadas mineira e ruralista, a opinião sobre a raiz do problema do fisiologismo nas negociações entre Legislativo e Executivo difere para cada jornal: o *Estado* localiza o problema nas corporações, a *Folha* localiza, nos partidos políticos, mas os dois possuem em comum a estratégia de generalização dos casos, afetando a imagem de toda a instituição.

Os jornais passam a noticiar a derrota do governo em três votações de DVSS, o plenário modifica, assim, o texto anteriormente aprovado: cai a exigência de idade mínima, para a aposentadoria dos servidores; é restabelecida a aposentadoria especial, para os professores universitários, e extinta a limitação na paridade entre o valor das aposentadorias e o salário dos servidores da ativa⁶³.

Dois pontos relativos à imagem do Congresso Nacional se destacam nos noticiários: a reação do Planalto à derrota é o primeiro deles: crítica ao corporativismo do Congresso Nacional; ameaça de retaliações aos parlamentares "dissidentes"; tentativa de se eximir da responsabilidade, deslocando-a para o legislativo; tentativa de mitigar o desgaste, em função das práticas fisiológicas nas negociações⁶⁴

"As derrotas na votação da Reforma da Previdência levaram o porta-voz da Presidência, Sergio Amaral, a fazer críticas duras contra o Congresso Nacional.

"O Congresso votou claramente pelos privilégios. O governo cumpriu sua parte ao enviar a Reforma. A minoria do Congresso não assumiu sua responsabilidade", disse..." (*Planalto crítica "minorias" do Congresso* - Folha de São Paulo, 23/Mai/96, s/autor, editoria: Brasil)

"Após a derrota na votação da reforma da Previdência imposta pelos próprios parlamentares aliados, o governo resolveu que vai tratar a "pão e água" os dissidentes. "Os aliados ao governo mostraram sua cara", afirmou o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE). "Foi um teste para o governo saber com quem pode contar." A primeira medida será isolar os traidores. Quem votou contra o governo pode esquecer promessas de cargos para

⁶³ *Governo perde três votações no plenário* - Estado de São Paulo, 22/Mai/96, s/autor, editoria: Política.

⁶⁴ *Planalto crítica "minorias" do Congresso* - s/autor; *Governo sofre derrota e ameaça retirar emenda* - autor: Denise Madueño (23/Mai/96); *'Governo não atende o Acre'*; S/título - seção: Painel; Tiroteio (s/autor)(25/Mai/96); *Derrota foi vista como alívio* - 27/Mai/96, autor: Valdo Cruz; Marta Salomon (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Perplexo, governo se recusa a assumir sua parcela de culpa* - *Líderes ameaçam isolar parlamentares dissidentes* (23/Mai/96); *Sucessão de derrotas faz FH reavaliar metas* - 25/05/96 (Estado de São Paulo - s/autor, editoria: Política).

apadrinhados..." (*Líderes ameaçam isolar parlamentares dissidentes* - Estado de São Paulo, 23/Mai/96, editoria: Política)

A reação dos parlamentares às notícias, segundo ponto, aponta o descontentamento dos deputados federais, em relação a críticas e ameaças oriundas do Planalto⁶⁵.

"... - "Se tentarem retaliar, será muita burrice, porque o Congresso pode assumir o espírito de corpo e o número de dissidentes pode aumentar", afirmou o deputado Pauderney Avelino (PPB-AM). A bancada do PPB, que contém 27 dissidentes, tem o apoio total do líder Odelmo Leão (PPB- MG): "Se houver deputados com posição contrária, não serei eu quem vai obrigá-los a votar contra o seu sentimento..." (*Pressão e ameaças de retaliação irritam rebeldes* - Estado de São Paulo, 27/Mai/96, autor: Cláudia Carneiro, editoria: Política)

"O governo está sendo inábil. Não aceito recados malcriados do Robocop", afirmou Trindade, referindo-se ao porta-voz. Robocop é o personagem do filme de ficção, meio robô, meio humano. O líder do PPB, Odelmo Leão (MG), afirmou não aceitar qualquer forma de retaliação: "Exijo respeito à minha bancada. Essa é uma Casa legislativa que tem sua independência", disse..." (*Dissidentes já fazem ameaças* - Folha de São Paulo, 28/Mai/96, autor: Denise Madueño, editoria: Brasil)

É interessante destacar, nos recortes de noticiários acima, que os dois jornais apresentam declarações utilizando as mesmas fontes.

As posições dos jornais frente às derrotas sofridas, pelo Governo, na tentativa de votação da Reforma da Previdência, são expressas através dos editoriais. O *Estado*, com o editorial *Serviço prestado ao País*, analisa as dissidências dos deputados dos partidos da base de apoio do Executivo nas votações dos três destaques.

"... As votações de quarta-feira poderiam ter sido evitadas: bastariam algumas manobras regimentais das lideranças ao registrar que não havia 480 deputados presentes, ou a orientação para que se esvaziasse o plenário. Essa operação fora realizada com êxito na terça-feira, quando se decidiu não votar. Se o presidente da República (e a decisão foi dele e também do presidente da Câmara, sem cuja concordância nada se faria) determinou a seus líderes que se votasse com qualquer número em plenário, foi porque chegou à conclusão de que o preço que estava pagando

65 *Governista reage a ataque do Planalto ao Congresso* - autor: Gabriela Wolthers; Denise Madueño; *Deputado nega fisiologismo; Faria de Sá culpa o governo*; S/Título - seção: Painei; Tiroteio (s/autor) (25/Mai/96); *Dissidentes já fazem ameaças* - 28/Mai/96, autor: Denise Madueño (Folha de São Paulo, editoria: Brasil) *Pressão e ameaças de retaliação irritam rebeldes* - Estado de São Paulo, 27/05/96, autor: Cláudia Carneiro, editoria: Política.

por buscar conciliar, encontrar o caminho do consenso era alto demais: para sua imagem, para sua autoridade e para a autoridade da Presidência. O deputado Luís Eduardo Magalhães havia feito idêntica consideração: prosseguir no caminho das negociações com *N* deputados e bancadas exporia o Congresso à desmoralização total. Dever-se-ia, pois, votar. O importante nessa decisão de *correr o risco de perder* é que, ao adotá-la, o presidente da República comunicou aos defensores dos interesses investidos, aos representantes políticos das *corporações* que não negocia mais. Em outras palavras, mandou dizer, pela decisão de passar a votos, que coloca a Presidência acima do jogo necessário, mas cansativo e muitas vezes desmoralizador da busca do consenso, como se fosse esse, e não o voto majoritário, a essência do sistema democrático-representativo..." (Estado de São Paulo, 23/Mai/96, s/autor, editoria: Notas)⁶⁶

A leitura da derrota do governo, feita pelos editorialistas, aponta para uma "possível" mudança de postura do Presidente da República frente aos interesses das "corporações". Segundo esta visão, o governo preferiu "correr o risco" a ceder e a se submeter a barganhas. É interessante comparar esta leitura com aquela feita pelos editorialistas da *Folha*, no editorial *É dando que se recebe*. Segundo este, o governo, após ceder em muitos momentos, foi atropelado pelos membros de suas bancadas. Diferentemente do *Estado*, os editorialistas não percebem uma mudança de postura no governo, mas defendem que a mesma deva acontecer.

"Aconteceu. Poucas horas depois de um pronunciamento presidencial em tom de desabafo e apelo em favor das reformas. No dia mesmo em que uma caravana empresarial de proporções inéditas foi a Brasília para, entre outras coisas, cobrar rapidez na aprovação das reformas. O governo foi derrotado no Congresso.

Foram três derrotas em destaques à reforma previdenciária. As corporações comemoram. Funcionários públicos e professores de universidades públicas tiveram privilégios assegurados. Perde a sociedade.

O sinal é péssimo. O que esperar da reforma administrativa, da reforma tributária ou mesmo dos outros destaques que ainda serão votados?

As derrotas ocorrem depois da criação de um ministério dedicado só à articulação política. Com distribuição de cargos, favores e verbas.

A negociação da reforma previdenciária continuará por várias semanas ainda, mas o cacife político do governo fica reduzido. Coloca-se na ordem do dia até mesmo a revisão de toda a estratégia política, nisso incluindo a prioridade hoje conferida a essas batalhas constitucionais que custam tanto ao Tesouro e rendem tão pouco em mudanças de peso.

É hora de fazer uma análise custo-benefício objetiva e fria. De rever a agenda. E de interromper de forma absoluta o "é dando que se recebe" ensaiado nas últimas semanas.

⁶⁶ O Outro editorial intitula-se *A realidade dos números* e analisa a base de sustentação do governo e as possíveis estratégias que o Executivo pode utilizar para aprovação das reformas. (Estado de São Paulo, 24/Mai/96, s/autor, editoria: Notas)

O governo foi atropelado por um Congresso insensível, para dizer o mínimo. Pelo andar da carruagem, quanto mais o governo dá aos políticos, menos recebe, e mais tira de toda a sociedade." (*É Dando Que Não Se Recebe* - Folha de São Paulo, 23/Mai/96, s/autor, Editoria: Opinião, seção: Editorial).

A partir do mês de junho de 1996, a *Folha* deixa de dar centralidade à Reforma da Previdência, e passa a tratar enfaticamente do Orçamento Federal⁶⁷. O *Estado*, por sua vez, continua a tratar do tema, mas de forma indireta, concentrado seus noticiários, colunas de opinião e editoriais no baixo quorum no plenário⁶⁸ e no fisiologismo e corporativismo na política brasileira, sem falar, especificamente, da reforma da Previdência⁶⁹. A partir de setembro de 1996, a emenda da reeleição para Presidente da República passa a ser tópico central deste jornal.

3.2.1. Como repercutem as negociações entre os leitores

Durante o período em que ocorrem as votações da Reforma da Previdência na Câmara de Deputados, há significativa manifestação de descontentamento dos leitores dos jornais com as ações dos parlamentares.

As cartas publicadas no *Estado* criticam as práticas fisiológicas nas negociações das votações das reformas⁷⁰, os privilégios dos políticos⁷¹, entre outros temas⁷². Alguns exemplos estão selecionados para ilustrar.

⁶⁷ Embora o tema Orçamento da União já venha sendo desenvolvido no jornal anteriormente, passa agora a ter centralidade. Não tratamos dele neste momento, pois é o tema do capítulo VI. Apenas duas referências que ligam o Congresso Nacional e a Reforma da Previdência foram encontradas na *Folha* entre junho e dezembro de 1996 que são: *Líderes avaliam que a base governista está cansada* - 14/Jun/96, autor: Marta Salomon; Daniela Pinheiro; Denise Madueño; *Eleição pára reformas por dois meses* - 07/Ago/96, autor: Marta Salomon; Denise Madueño (editoria: Brasil).

⁶⁸ *No limite* - 12/Jun/96, s/autor; *Ausência a votações foi de até 121 deputados*, s/autor; *Às falas* - s/autor; *S/ título* - s/autor, seção: Jogo Rápido (13/Jun/96); *Ausência de deputados atrasa trabalhos* - 03/Jul/96, autor: João Domingos; *Deputado paulista é o tucano mais infiel* - 04/Jul/96, autor: Mara Bergamaschi (Estado de São Paulo, editoria: Política)

⁶⁹ *Ainda o fisiologismo* - Escreve sobre o fisiologismo na prática política brasileira. (09/Jun/96, autor: Oliveiros S. Ferreira); *Apoio* - 15/Jun/96, s/autor; *Representação corporativa* - trata do sistema de representação no Brasil. (16/Jun/96, autor: Oliveiros S. Ferreira); *Desencontros perigosos* (19/Jul/96, editoria: Notas) (Estado de São Paulo, editoria: Política)

⁷⁰ *Pão e circo?*, de Silvio R. Bertilacchi, Campinas - 20/Mar/96; *Na marra*, de Eugênio Albe Smith, São João da Boa Vista; *Poucas e boas*, de Hugo Maia; *Reforma espetacular*, de Vivian Ruici de Azevedo, Capital (22/Mai/96); *Chupacabras' nacional*, de Alberto Braz, Santo André (23/Mai/96); *Infâmia em*

"A imprensa noticiou alguns motivos e motivações para que os congressistas votassem contra o governo matérias de grande interesse. Um deputado paulista assegurou que tirou alguns votos do governo e pessoalmente votou contra "porque ficou aborrecido com o tratamento que lhe dispensou o presidente da Câmara". Um senador, do Amazonas, porque espera há dias uma audiência com FH e ainda não foi recebido. Toda a bancada de Rondônia votou contra porque a tia de um deputado não foi nomeada para a LBA. Outro senador, para forçar o governo a encerrar uma devassa da Receita em suas empresas e contas pessoais. O pessoal do PT porque o partido só floresce, aparece e cresce quando há uma crise. Como se vê, alguns nobres congressistas não estão preocupados com o País, com a economia e o Real. Votam motivados por problemas menores, questões pessoais, suscetibilidades. São estes fatos que nos levam a pensar que o melhor é arranjar um Fujimori."⁷³

"O Brasil é mesmo um país devoto, tanto que até o "santo parlamento", numa liturgia macabra, devora a hóstia profana, no caso, feita pelo pão que o diabo amassou, num ritual de rezas e ladainhas que elevam a máxima franciscana ao máximo da banalidade e do descalabro. A monástica frase "é dando que se recebe", pronunciada por um iluminado da Idade Média, obscurece a casa dos representantes do povo e é banalizada no "toma-lá-dá-cá". Parte da sociedade, acoplada ao Parlamento, impõe certas regras e nega-se a dividir o pão. Outra parte, com a inteligência subestimada, distancia-se, num individualismo filosófico, mascarado pela indiferença e resignação. Quanto ao resto, a grande massa alheia a seu poder, quando não marginalizada nos desvios da corrupção e da violência, entrega-se à rotina pesada da batalha pela sobrevivência. Conformada, numa devoção sincera e simples, pede forças, rezando aos pés do santo protetor, sem entender bem por que sempre dá e nunca recebe..."

"Diante das negociatas, conchavos e despudorada barganha entre alguns políticos e suas bancadas, como se estivessem em alguma feira-livre, nós, o povo, sentimos vergonha da própria honestidade e honra. E agora

Brasília, de Roberto Gomes Caldas Neto, Capital (22/05/96,); *Inflação de imoralidade*, de Raymundo Penha Forte Cintra, Botucatu; *É carnaval*, de Alcer Lima de Abreu, Campinas (Estado de São Paulo, seção: Espaço aberto, tema: Políticos Brasileiros)

⁷¹ *No balanço das horas*, de Carlos Trabolde, Capital; *Turismo parlamentar*, de Antônio Rochaël; *De olho nas contas*, de Adriana Arruda de Toledo Murguel, Jaú; *Dragão da maldade*, de Egon Buhemann, Capital (22/Mai/96); *Dever e obrigação*, de Inger B. Dreyer; *Lembrete para eleição*, de André Miguel Osser; *Cultura da mamata*, de Manuel Morales; *Custo de congressista*, de Paulo Dias Neme (capital, 27/Mai/96); *Sonho de Vigny*, de Laércio de Almeida, Araraquara; *Combustível do interesse*, de Jaime Cavarzan, Araraquara (01/Jun/96) Estado de São Paulo, seção: Espaço aberto, tema: Políticos Brasileiros)

⁷² *Poder Econômico* de Euvaldo Ramos de Andrade (Capital), critica a composição do Congresso Nacional salientando que existem 30% de empresários entre seus membros, o que não reproduz, como deveria, a sociedade. (20/Mar/96); A carta de Luiz Santilli Jr., devido as derrotas nas reformas, sugere que o Presidente explique de forma mais clara ao público a importância das reformas; *Algo de podre no ar*, de Carlos Olail de Carvalho, critica o Senador Jader Barbalho. (Capital, 22/Abr/96) Estado de São Paulo, seção: Espaço aberto, tema: Políticos Brasileiros.

⁷³ A carta *À vontade* também sugere a dissolução do Congresso Nacional, por precebe-lo como empecilho em razão dos interesses corporativos. Humberto Barchi, Assis (Estado de São Paulo, 21/Mar/96, seção: Espaço aberto, tema: Governo FH)

senhores? Como vamos agir e reagir diante da inversão de valores? De circo mambembe o Congresso está se transformando em camelódromo legislativo, onde a chantagem política e a troca de favores escusos são feitas à luz do dia e nas dependências da Casa de Leis. Pagamos a conta da Constituição cidadã (sic), cuja discussão e promulgação consumiu aproximadamente dois anos, com muito acordo de gaveta e gasto de dinheiro público. Novamente, somos obrigados a pagar a conta do Congresso anacrônico e deformado. Estão mais preocupados em saquear e sangrar a Nação que em legislar para o povo. As reformas são necessárias, mas estão sendo proteladas por *alguns* que ainda querem tirar proveito político-financeiro ou não querem mudar a situação de nababo em que se encontram."⁷⁴

As cartas publicadas pelo jornal *Folha* tratam dos temas: críticas à posição do jornal⁷⁵; falta de quórum no plenário⁷⁶; privilégios dos parlamentares⁷⁷; crítica aos parlamentares da base de apoio do governo⁷⁸; entre outros temas⁷⁹.

"Os editorialistas e articulistas da Folha de São Paulo teimam dolosamente em tomar os interesses do país como se fossem os interesses exclusivos do presidente.

Diariamente eles comemoram, irresponsável e cinicamente, as derrotas das propostas do governo no Congresso destinadas a reformar o Estado, como se elas constituíssem questões do interesse exclusivo e pessoal do presidente.

Chegam a elogiar o Congresso constituído, como é do domínio público, em sua maioria, por parlamentares fisiológicos defensores de interesses corporativos e principalmente das suas reeleições."

⁷⁴ As cartas citadas são, respectivamente: *Público e privado*, de Maria das Dores Fernandes, Capital - 21/Mai/96, tema: Governo FH; *País devoto*, de Flávia do Val Rodrigues De Giovani, Ribeirão Preto - 22/Abr/96; *Camelôs da República*, de Sílvio R. Bertilacchi, Campinas - 27/Mai/96 (tema: Políticos Brasileiros) (Estado de São Paulo, seção: Espaço aberto)

⁷⁵ *Comemoração cínica*, de Antonio de Araujo Chaves, Campo Grande, MS, 20/Mar/96; *Consciência tranquila*, do deputado federal Newton Cardoso do PMDB-MG que destaca a relação entre imprensa e políticos; *Cumplicidade proveitosa*, de Leiser Antonio Mateus da Silva, São Paulo, SP; *Sem fisiologismo*, (25/Mai/96); *Ação da esquerda*, de Jolui Ventura Ramos, Caxias do Sul, RS, 01/Jun/96, criticando a postura dos partidos de esquerda e do jornal (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

⁷⁶ *Mamata para todos*, de Audrey Castañon de Mattos, Bauru, SP (Folha de São Paulo, 25/Mai/96, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor)

⁷⁷ *Cumplicidade proveitosa*, de Leiser Antonio Mateus da Silva, São Paulo, SP (Folha de São Paulo, 25/Mai/96, editoria: Opinião, seção: Painel Do Leitor)

⁷⁸ *Fábula moderna* - desqualifica tanto o Presidente da República, como os parlamentares dissidentes da base do governo. (Gilberto Rios, São Paulo, SP (Folha de São Paulo, 25/Mai/96, editoria: Opinião, Seção: Painel do Leitor)

⁷⁹ Sobre a reportagem 'Profissionais estão há 30 anos no poder': *Político profissional*, de Prisco Viana, deputado pelo PPB-BA, Brasília, DF, 27/Mar/96. Sobre o excesso de espaço no painel do leitor a cartas de deputados: *Espaço*, de Marcelo Prista de Castro, São José dos Campos, SP, 29/Mar/96. As duas cartas também são de crítica ao jornal; *Subserviência do Congresso*, de Elisabeto Ribeiro Gonçalves, Belo Horizonte, MG, 02/Jul/96; *Outra vez*, de Jorge Omar F. Oliveira (Campinas, SP), 13/Jun/96; *Metamorfose*, de René Adriani, Jundiaí, SP, 14/Jun/96 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

"Alguns meses atrás o Congresso, sob pressão da opinião pública, se mostrou interessado em acabar com as indecentes aposentadorias próprias. No dia 15 de maio o Congresso votou a manutenção dos privilégios. É preciso que a mídia altere seu comportamento de 'quase cumplicidade proveitosa' para com os fatos. O comportamento da imprensa, em particular da *Folha*, tem sido o que chamo de 'heroína da vez'; faz-se uma agitação em torno de um fato polêmico, com isso os 'índices de vendagens' sobem estratosféricamente e fica-se no aguardo da próxima 'dose de heroína'. A *Folha* precisa se mirar na sua atuação durante o impeachment e mantê-la sempre."⁸⁰

O que há em comum nas cartas publicadas pelos dois jornais é a crítica ao Congresso Nacional, desqualificando os membros da Casa Parlamentar. A opinião dos leitores acaba por constituir-se em um respaldo às posições assumidas pelos jornais. As cartas acabam por respaldar as argumentações dos jornalistas e editorialistas sobre o descontentamento da opinião pública com as atitudes dos parlamentares. No *Estado*, o destaque está no jornal publicar duas cartas que sugerem o fechamento do Congresso Nacional. Em relação à *Folha*, há uma questão interessante, que é a crítica ao próprio jornal, à cobertura ao Congresso Nacional. A opção pela publicação destas cartas de crítica à imprensa, de certa forma, amplia a credibilidade do jornal.

3.3. Mídia X Congresso: a lei de imprensa

O conflito entre a imprensa e o Poder Legislativo tem como estopim as matérias divulgadas pela *Folha* sobre o destaque apresentado pelo deputado federal Nelson Gibson, tentando manter o benefício previdenciário. A série de matérias e editoriais sobre os apoiadores do destaque, com a divulgação dos nomes e telefones dos parlamentares, dos protestos da opinião pública, as justificativas dos deputados em cartas e entrevistas tensionam as relações entre a imprensa e, num primeiro

⁸⁰ As cartas são, respectivamente: *Comemoração cínica*, de Antonio de Araujo Chaves, Campo Grande, MS - 20/Mar/96; *Cumplicidade proveitosa*, de Leiser Antonio Mateus da Silva, São Paulo, SP - 25/Mai/96 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painei do Leitor)

momento, ao deputado federal Nelson Gibson. O jornal publica diálogos nos quais o parlamentar faz ameaças aos jornalistas: "A senhora está ofendendo os deputados. Nenhum deputado é enganado! Vou ao microfone dizer isso, o que a senhora está dizendo dos deputados"⁸¹; "vocês vão ver. Eu sou o relator da Lei de Imprensa e vou lascar vocês"; "Você fica anotando tudo, não é para anotar. Eu não dou entrevistas à imprensa"⁸². Os noticiários mostram o descontentamento do parlamentar com a atitude de seus colegas e com a intensa manifestação da imprensa sobre o caso. Entre várias mudanças, em discussão e em andamento na Casa Parlamentar, há uma que diz respeito especificamente à imprensa: a lei de imprensa. As críticas dos jornalistas da *Folha*, ao deputado federal, Nilson Gibson, trazem à tona a discussão da nova lei no momento em que o parlamentar ameaça "propor mudanças na Lei de Imprensa para restringir a atuação de jornalistas na Câmara"⁸³. Neste momento, a polêmica se restringe à divulgação, do jornal, das ameaças do congressista. O jornal chega a publicar um editorial, questionando as ameaças do deputado à imprensa:

"... Por mais inexpressiva que seja a figura de Nilson Gibson, é inadmissível que um deputado faça ameaças contra a liberdade de imprensa para defender um infame privilégio." (*Infame* - Folha de São Paulo, 19/Fev/96, s/ autor, Editoria: Opinião, seção: Editorial)

Novos fatores acabam por alterar este quadro. As negociações entre partidos e parlamentares da base de apoio do governo, com o Planalto, para a votação da emenda da Reforma da Previdência, geraram a divulgação de notícias, denunciando práticas fisiológicas, conforme já foi visto. O tema da lei de imprensa volta às manchetes dos jornais, agora em função de um pedido de urgência para a votação da matéria na Câmara de Deputados. Se o *Estado* não vinha dando atenção ao tema, com a proposta de votação em urgência, a lei de imprensa passa a ser notícia nos dois jornais. A similaridade não para aí, aparece também nas razões, divulgadas

⁸¹ É a resposta do deputado federal a pergunta da repórter da *Folha* se o parlamentar havia enganado seus colegas ao pedir a assinatura para o destaque. *Iniciativa de Gibson causa confusão na Câmara* - Folha de São, 16/Fev/96, autor: Denise Madueño; Paulo Silva Pinto, editoria: Brasil

⁸² A matéria descreve o deputado descontente com seus colegas que assinaram a lista, mas apoiam ao extinção do IPC. Além disso, descreve o conflito entre o congressistas e o jornalista. *'Vou lascar vocês', ameaça Gibson* - Folha de São Paulo, 17/Fev/96, autor: Denise Madueño, editoria: Brasil

⁸³ *'Vou lascar vocês', ameaça Gibson* - Folha de São Paulo, 17/Fev/96, autor: Denise Madueño, editoria: Brasil

pela imprensa, que baseiam o pedido de urgência. O *Estado* divulga que o deputado federal, Paulo Heslander (PTB-MG), vai pedir a urgência da apreciação da matéria "...porque ultimamente nenhum parlamentar pode mudar de voto, pois passa a ser acusado de fisiologismo"⁸⁴.

A *Folha* também divulga o fato, e entrevista o deputado federal, Pedrinho Abrão(GO), líder do PTB na Câmara, e um dos assinantes da lista, e pergunta se a urgência requisitada naquele momento "... não pode ser interpretado como casuísmo de deputados que se sentem atingidos pela imprensa?"⁸⁵.

A desistência do pedido de urgência também é matéria dos dois jornais. A *Folha* opta por uma matéria, divulgando posições de discordância de parlamentares com imprensa, como se vê:

"...Discursos

Deputados fizeram discursos agressivos contra a imprensa ontem no plenário.

Newton Cardoso (PMDB-MG) chamou os jornalistas de "cachorros". Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG) usou o adjetivo "vagabundos".

"Estamos acostumados a apanhar e abaixar com medo. Não gosto de jornalista e nunca gostei, porque eles mentem", disse Cardoso, que defendeu a aprovação do projeto para punir "os covardes da imprensa nacional"...." (*Líderes decidem não apressar votação* - Folha de São Paulo, 29/Mar/96, autor: Augusto Gazir, editoria: Brasil)

O *Estado* publica um editorial chamado *Um projeto infeliz*, no qual discorre sobre a proposta da lei de imprensa.

"As lideranças agiram com bom senso ao retirar sua assinatura de requerimento que pedia que o projeto de lei de imprensa fosse votado em regime de urgência urgentíssima. Em tramitação durante anos, alguns deputados queriam que fosse votado a trouxe-mouxe. Não só queriam, como, escudados em suas imunidades parlamentares, lançavam da tribuna insultos contra profissionais de imprensa. O motivo do requerimento de urgência urgentíssima - que só não foi para a frente em virtude da reação que a providência provocou - é que muitos deputados dizem ter sido agravados pelo noticiário dando conta de que houve prática de fisiologismo nas últimas votações no Congresso Nacional. Ora, se esse é o motivo determinante, poder-se-ia arguir perante o Supremo a suspeição da Câmara por votar uma lei que impedirá à imprensa policiar aquilo que se passa no Congresso. Não apenas no Congresso. Também no Executivo federal, nos

⁸⁴ Conforme a notícia, vários líderes do governo na Câmara assinaram a lista com o pedido de urgência. *Deputado pede urgência para Lei de Imprensa* - Estado de São Paulo, 26/Mar/96, s/autor, editoria: Política.

⁸⁵ *Petebista desconhece projeto* - Folha de São Paulo, 29/Mar/96, autor: Augusto Gazir, editoria: Brasil

Executivos e Legislativos estaduais e municipais. Se, como declarou o deputado Paulo Heslander, o deputado não pode mais mudar de opinião atendendo a um pedido do governo, pois a imprensa o acusa de fisiologismo, que liberdade terá a imprensa para noticiar que houve mudanças de posição, que esta ou aquela licitação teve cartas marcadas, que em tal ou qual hospital houve desídia e morreram pacientes, que o projeto de lei que o Executivo (qualquer deles) enviará ou enviou ao Legislativo (idem) trará malefícios a uma categoria profissional ou econômica, à economia em geral? Nenhuma. Muitos membros do Congresso Nacional se deliciariam ouvindo suas vozes na *Voz do Brasil* e nada lendo sobre eles na imprensa...

Sentindo-se ofendidos, porque se falou de fisiologismo (por que não investem contra o governador Tasso Jereisatti?), há deputados que querem encilhar os meios de comunicação pela asfixia financeira. Esquecem-se de que um dia o Congresso vai ser de novo acusado de só fazer jogo de lobbies e abrigar interesses. Quem o defenderá, então, do que vier?" (*Um projeto infeliz* - Estado de São Paulo, 30/Mar/96, s/autor, editoria: Notas)⁸⁶

As críticas feitas por Arnaldo Jabor, comentarista da TV Globo, a parlamentares fisiológicos, que teriam trocado seus votos por favores na votação da Reforma da Previdência, gerou novo atrito entre parlamentares e imprensa. Segundo os jornais, os parlamentares se revezaram na tribuna para reclamar dos jornalistas, defendendo a si e à instituição, e querendo processar o comentarista. A lei de imprensa volta aos noticiários⁸⁷. O caso Jabor tem significativa repercussão na opinião pública, se levamos em conta, para esta constatação, as cartas publicadas pelos dois jornais⁸⁸. Duas delas, selecionadas, servem como exemplo:

"Sugiro aos deputados que querem processar Arnaldo Jabor por difamação e calúnia que processem também o povo brasileiro pelo que está falando nas ruas a respeito deles há muito tempo."

⁸⁶ Outro editorial é publicado pelo *Estado*, chama-se *O senador e a lei de imprensa*. Segundo o editorial o senador Jader Barbalho acusa o jornal e a jornalista que fez a reportagem sobre denúncias no Banco do Brasil de crime. A partir desta polêmica o editorial faz extensa crítica ao projeto da lei de imprensa e os parlamentares que o apoiam. (Estado de São Paulo, 18/Abr/96, s/autor, editoria: Notas).

⁸⁷ *Parlamentares atacam imprensa durante sessão* - Estado de São Paulo, 30/Mai/96, s/autor, editoria: Política; *Deputados querem processar Jabor por difamação e calúnia* - Folha de São Paulo, 31/Mai/96, s/autor, editoria: Brasil.

⁸⁸ *Jabor*, de Luiz Carlos dos Santos, coordenador do Centro Pastoral de Orientação e Educação à Juventude; de Paulo Silva Filho; de Kleber Ponzi Pereira (S/título, São Paulo, 01/Jun/96); *Retrato da burrice*, de Pedro Coutinho Neto; de Marco Antonio R. de Castro; de Mauricio Machado (S/título) (São Paulo, 21/Jun/96) (Folha de São Paulo, Editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor); *Congresso indignado*, de Antonio Cláudio Perin, São Paulo, Editoria: Opinião, seção: Paineis do Leitor; *Arnaldo Jabor*, de Antonio dos Santos Teles Carvalho, Capital; de Reinaldo J. P. Leite, Embu; de Edvaldo J. Rodrigues, São Bernardo do Campo (S/título)(01/Jun/96) (Estado de São Paulo, editoria: Espaço aberto, tema: Políticos Brasileiros).

" Sr. Jabor, parabéns pela coragem e pelas verdades ditas em um veículo de comunicação que atinge todos os pontos de nosso país. Os congressistas, principalmente o presidente da Câmara, deveriam pedir desculpas à população por serem tão promíscuos nas atitudes. Nossa democracia jamais se fortalecerá com político que só pensa em si."⁸⁹

A *Folha* divulga notícia segundo a qual o Presidente da Câmara de Deputados, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), garante que o pedido de urgência na tramitação da lei de imprensa não será levado a efeito⁹⁰. A partir deste momento, a *Folha* passa a apresentar uma série de matérias, tratando do possível formato do projeto da lei de imprensa a ser votado⁹¹.

É importante destacar que a polêmica entre imprensa e Congresso Nacional gera um conflito entre a *Folha* e um parlamentar, o deputado Gibson. A repercussão do caso acaba por levar alguns congressistas a pedirem a urgência de análise da lei de imprensa. A imprensa dá centralidade ao tema, tratando-o como "censura", os veículos concorrentes se unem na preservação de seu espaço. A urgência da discussão da matéria é descartada. Quem possibilitou este descarte? Os próprios jornais, utilizando-se inclusive da repercussão da polêmica de um membro de outro veículo e do apoio da opinião pública, que de fato constituíram-se no formato dado à questão.

Considerações finais

⁸⁹ As cartas citadas são, respectivamente: *Jabor*, de Luiz Carlos dos Santos, coordenador do Centro Pastoral de Orientação e Educação à Juventude, São Paulo, SP- *Folha de São Paulo*, 01/Jun/96, editoria: Opinião, seção: Painel o do Leitor; *Arnaldo Jabor*, de Antonio dos Santos Teles Carvalho, *Capital* - Estado de São Paulo, 01/Jun/96, editoria: Espaço aberto, tema: Políticos Brasileiros.

⁹⁰ *Luís Eduardo promete não apressar nova lei* - Estado de São Paulo, 03/Jun/96, autor: Cláudia Carneiro, editoria: Política.

⁹¹ *Lei da prensa* - 10/Abr/96, autor: Saulo Ramos; *Erros e acertos da nova Lei de Imprensa* - 17/Abr/96, autor: Américo Antunes, (editoria: Opinião, seção: Tendências/Debates); *A Lei de Imprensa* - 29/Mar/96, *si*; *Texto restringe abusos à liberdade a três* - 25/Jun/96, autor: Reinaldo Azevedo; *Lei de Imprensa* - *Proposta de Saulo Ramos*, 25/Jun/96, *si*/autor; *Nova proposta extingue pena de prisão* - 25/Jun/96, autor: Reinaldo Azevedo; *Nova lei prevê multas proporcionais* - 24/Out/96, autor: Augusto Gazir (editoria: Brasil) *Folha de São Paulo*.

Algumas considerações podem ser feitas acerca do que foi tratado. Nos três aspectos investigados, a cobertura dos jornais sobre os membros da Câmara de Deputados projeta uma imagem negativa dos mesmos, ao qualificá-los como: corporativistas, defensores de interesses pessoais ou paroquiais, privilegiados e, até mesmo, desatentos. A defesa, por parte de parlamentares, de manutenção do benefício previdenciário bem como de pedidos de verbas, para seus redutos eleitorais, é qualificada de escandalosa, indefensável, em resumo, imoral. A construção da contradição moral/imoral está centrada na comparação dos benefícios ou favores recebidos pelos parlamentares em relação ao cidadão *comum*. Se, de um lado, os deputados federais buscam interesses corporativos ou pessoais, os jornais, por outro, buscam o interesse comum. Na disputa pelo uso da palavra pública, a imprensa impõe a sua verdade sobre a política e os políticos, verdade, aliás, justificada, pelos próprios veículos, no apoio da opinião pública à crítica que ela faz sobre a forma de se fazer política no país: se a *Folha* percebe os partidos políticos como culpados pela existência de fisiologismo, o *Estado* coloca a culpa nas corporações. Embora se destaque esta diferença, os dois jornais defendem, de forma homogênea, a necessidade de mudança do sistema político da nação, e se instituem como porta-vozes da opinião pública nesta caminhada para modificar o campo político brasileiro.

A estratégia de desqualificação dos parlamentares é comum aos dois jornais, mesmo no momento em que denunciam a existência de práticas fisiológicas, criticando a cedência do poder Executivo, aos interesses de parlamentares, é no Legislativo que se encontra a justificativa principal da *permanência* deste tipo de acordo na política brasileira. O Executivo cede, embora contradiga seu próprio discurso, mas é o congressista que troca seu voto por algum tipo de benefício.

Apesar de coincidirem no tratamento dos temas, como a crítica à possibilidade de manutenção da aposentadoria especial, a crítica aos acordos que permitem o retorno de práticas fisiológicas entre o Governo e os partidos que compõem sua base de apoio e as críticas à possibilidade de votação da lei de imprensa, algumas estratégias são diferenciadas. É perceptível que a *Folha*

descobre um veio importante de disputa de espaço interno do campo jornalístico, ao dar destaque e explorar exaustivamente a polêmica da lista de assinaturas em apoio à manutenção da aposentadoria especial efetivada pelo deputado Nilson Gibson. A reação negativa dos eleitores/leitores, da opinião pública, através das ligações aos parlamentares, após o jornal publicar a lista dos nomes daqueles que assinaram a petição, alimenta a exploração do tema, levando até mesmo o órgão concorrente a ter de se manifestar sobre a polêmica.

Outra questão interessante está relacionada às cartas publicadas pelos jornais. Enquanto o *Estado* publica cartas de descontentamento dos leitores, a *Folha* publica as justificativas dos parlamentares. Este fato, por si só, é importante: a busca dos deputados pelo local que os atacou, para se defenderem, permite ao jornal ampliar seu espaço de interferência no âmbito político. Não bastando isso, o jornal ainda impõe sua verdade sobre o acontecimento, ao questionar as justificativas dos deputados, dos membros do Poder Legislativo, publicando uma nota da redação, defendendo a sua compreensão do fato. Há mais um detalhe importante: a posição tão fortemente defendida pelos editorialistas é colocada em xeque pelos mesmos, ao aceitarem que a lista possibilita mais facilmente a extinção do instituto previdenciário. Embora assuma publicamente uma posição equivocada ou uma mudança de posição, logo, possibilitando o questionamento de sua verdade, o jornal se mantém qualificando negativamente os parlamentares.

Por último, é fundamental tratar do conflito que se estabelece entre a imprensa e membros do parlamento e que trazem à tona a discussão da lei de imprensa. A primeira referência à lei de imprensa parte de uma reação do deputado federal, Nilson Gibson, às críticas do jornal e aos atritos que teve com jornalistas da *Folha*. O jornal soube explorar o fato, ao dar destaque ao conflito e chamar atenção dos leitores para a tentativa, por parte do parlamentar, de buscar o cerceamento das informações. Embora a polêmica tenha se esgotado rapidamente, o tema volta à tona com as massivas publicações de denúncias de práticas fisiológicas, durante as negociações para votação da Reforma da Previdência, sendo que neste momento o *Estado* também passa a dar centralidade à questão. O pedido de urgência da

votação da lei de imprensa no Congresso Nacional gera uma rápida e forte reação da imprensa. Homogeneamente, os jornais passam a questionar a validade de tal pedido, estabelecendo um discurso no qual vinculam o pedido com as denúncias de fisiologismo. Neste discurso, parlamentares aparecem interessados em cercear a possibilidade dos jornalistas de informarem sobre o mau uso de verbas públicas, sobre a troca de votos por verbas, expondo assim, mais uma vez, os membros do parlamento à pressão e ao desgaste frente à opinião pública.

Se algumas estratégias de tratamento dos acontecimentos é diferenciada entre os jornais, a leitura dos noticiários e dos editoriais, que tratam das ações dos parlamentares no momento da tramitação da mudança constitucional do sistema previdenciário, permite distinguir um discurso de verdade sobre a política, exposto pela na imprensa, no qual os representantes aparecem distanciados dos interesses daqueles que os elegeram, discurso constituído em torno da noção de (i)moralidade no tratamento da coisa pública e de afirmação do senso comum de desqualificação do sistema político brasileiro, em que os parlamentares aparecem defendendo apenas privilégios ou interesses corporativos. A imprensa, neste discurso, é personagem central, pois denuncia as irregularidades à opinião pública, permitindo à mesma se manifestar, propõe modificações no campo político e se constitui como a defensora do bem comum, da ordem democrática. Reafirmando a desqualificação de membros do campo político, acaba por deslegitimá-los, ampliando seu espaço de interferência neste campo e se construindo como detentora da palavra pública.

IV. Reforma Administrativa: o teto salarial e o fim da estabilidade para os servidores públicos

Entre as mudanças constitucionais, que o Poder Executivo pretende implementar no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, está a Reforma Administrativa. A tramitação desta reforma é similar às demais propostas de mudanças constitucionais, quanto às normas que regem seu andamento¹.

Mas não é apenas quanto às normas que esta reforma é similar a outras propostas pelo Governo: como sucede com a Reforma da Previdência, sua tramitação na casa legislativa é longa, tomando quase todo o período do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e repleta de atritos entre os poderes Executivo e Legislativo. As duas reformas possuem ainda características análogas, quanto ao tratamento dado pelos jornais, aos conflitos de interesses entre membros da casa parlamentar e entre os poderes institucionais. Nos dois casos, os noticiários dos jornais, embora tratem de polêmicas diferenciadas², têm em comum a exposição dos parlamentares, ao desgaste político, ao apresentá-los como defensores de interesses particulares ou eleitoreiros, em contraponto aos interesses da nação ou do bem público. Se os atos que justificam, segundo a imprensa, as fortes críticas ao Congresso Nacional, são semelhantes, os responsáveis, os patrocinadores das atitudes questionáveis, apontados pelos jornais, também têm muito em comum: são parlamentares membros dos partidos da base de apoio do Planalto na Câmara de Deputados.

É importante apontar que o tema Reforma Administrativa serve aqui como pano de fundo para a investigação do discurso da mídia impressa sobre o Poder

1 Estas normas foram apresentadas no capítulo II que trata da emenda da reeleição, bem como, lembradas no capítulo III que tem como tema a Reforma da Previdência.

2 Na reforma da Previdência um dos pontos polêmicos assinalados pela imprensa está situado na aposentadoria especial dos parlamentares, na reforma administrativa, a polêmica que envolve congressistas localiza-se na definição de um teto salarial máximo para os três poderes da União. A barganha por verbas e cargos está presente nos noticiários que tratam das duas matérias constitucionais. Demais pontos da reforma podem ser vistos na matéria: O que diz a emenda da reforma administrativa - Folha de São Paulo, 04/Abr/97, s/autor, editoria: Brasil.

Legislativo. A idéia deste capítulo é passar em revista os noticiários, as colunas de opinião e os editoriais, publicados nos jornais *Folha* e *Estado*, que tratam da imagem do Congresso Nacional, no momento da tramitação da mudança constitucional pretendida pelo Planalto.

Para cumprir este intento, optou-se pela seleção de alguns momentos, dentre os tantos que compõem a tramitação da matéria no Poder Legislativo. A intenção do Executivo, com a Reforma Administrativa, é promover mudanças na estrutura administrativa do próprio Estado, com o enxugamento da máquina pública, mas algumas propostas incluídas no projeto são de difícil aceitação para os parlamentares. A escolha dos pontos a serem investigados, recai sobre duas matérias que geram discussões e negociações polêmicas, para sua votação na Câmara de Deputados: a proposta de fixação de um teto salarial máximo, para todo o quadro funcional do Estado, incluindo os próprios membros da casa parlamentar; a proposta de promover o fim da estabilidade de emprego para o funcionalismo público³.

O primeiro item apresenta, como dificuldade de aprovação, a proposta do governo de limitar os proventos no valor máximo de R\$ 10,8 mil, entrando em conflito com parlamentares, que acumulam salário e aposentadoria, e recebem acima deste valor. O segundo ponto torna-se intrincado, em razão de um possível desgaste eleitoral, dos parlamentares, frente a sua base. Estes dois pontos polêmicos geram difíceis negociações entre os membros da Câmara de Deputados e o Planalto. A opção por eles deve-se ao fato de serem temas de intenso interesse dos parlamentares, e que projetam amplo questionamento da posição dos mesmos, pela imprensa, logo, afetando a imagem da Casa parlamentar. A preferência pela análise da tramitação na Câmara de Deputados, em detrimento da tramitação no Senado Federal, está constituída pelo próprio espaço que os jornais dão, em suas edições, às discussões e negociações das matérias. A polêmica em torno da estipulação do teto salarial está bastante delimitada, temporalmente, diferentemente da polêmica sobre o fim da

³ Outra inovação do texto é a suspensão de repasses de verbas federais, após dois anos de tramitação, a estados e municípios que não cumpram a lei Camata, quer dizer, que não restrinjam seus gastos em *Folha* de pagamento a 60% de suas receitas líquidas. (*Plano para votar reformas tem 3 fases* - *Folha* de São Paulo, 12/Fev/97, autor: Marcos Magalhães, editoria: Política).

estabilidade que, para ser desenhada, necessita da análise do processo de votação em dois turnos

Feitas estas ressalvas, as notícias, colunas de opinião e os editoriais dos dois jornais passam a ser o foco central da investigação

Este capítulo é apresentado da seguinte forma:

4.1. O teto salarial: são descritos noticiários e analisados editoriais que tratam das negociações para votação da proposta de implantação de um teto salarial máximo, para o funcionalismo público, as implicações que decorrem dos acordos, possibilitando a criação de exceções à regra, beneficiando os parlamentares, é central neste momento. *4.1.1. Como os leitores se manifesta frente à possibilidade de exceções à regra do teto único* - este subitem discorre sobre as manifestações dos leitores dos jornais, no que tange às negociações para votação do teto e extrateto salarial, buscando a relação entre as cartas dos leitores e os editoriais publicados sobre o tema pelos jornais.

4.2. O fim da estabilidade: o tema mais polêmico das votações da reforma. Este item do capítulo trata da votação da proposta de quebra da estabilidade de emprego para cargos públicos. Por este tema estar diluído nas publicações que tratam das votações da reforma administrativa, em dois turnos, o mesmo foi dividido nos subítens: *4.2.1. Os temas polêmicos:* análise dos editoriais dos dois jornais que tratam das dificuldades de aprovação de alguns temas, por parte dos parlamentares, em função de um possível custo eleitoral; *4.2.2. As negociações para votação: o Estado pressiona os parlamentares* - os editorialistas do jornal defendem que a derrota do Executivo, nas votações, é melhor do que o mesmo ceder a barganhas dos parlamentares; também constam desta parte cartas de leitores, sustentando a crítica aos congressistas; *4.2.3. A crise externa: o segundo turno da votação da reforma* - frente à crise financeira que ameaça a economia brasileira, os dois jornais publicam editoriais semelhantes, pressionando os parlamentares, a finalizarem a reforma administrativa, como fator de enfrentamento da crise externa.

4.1. O teto salarial

A proposta de modificação da carta constitucional, do relator Moreira Franco (PMDB-RJ), após aprovação na Comissão Especial, é encaminhada ao plenário para a votação em primeiro turno. Entre os vários pontos propostos está aquele que estipula um teto salarial máximo para todo o funcionalismo federal, incluindo os cargos eletivos. Segundo a proposição do deputado federal, será estipulado o valor de R\$ 10,8 mil, como teto máximo dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, numerário equivalente ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Embora não diga respeito apenas ao Legislativo, a visibilidade dos parlamentares é intensa, por serem eles, através do voto, que decidirão a aprovação ou não da matéria, por terem interesses particulares no processo e por estarem sujeitos a pressões oriundas dos outros dois poderes⁴.

É determinante, na constituição da polêmica, a posição assumida por parte dos membros da Casa parlamentar (deputados pertencentes aos partidos que compõem a base de apoio do governo), de resistência à aprovação do teto salarial. A razão da resistência está ligada ao fato de que alguns congressistas acumulam mais de um benefício pago pelo setor público, extrapolando assim o valor estipulado na proposta de reforma administrativa: além do salário de deputado federal, possuem alguma aposentadoria anterior. As negociações entre o governo, através de seus líderes, com os parlamentares dos partidos da base de apoio, na busca da aprovação da matéria, têm significativas projeções sobre a imagem do Congresso Nacional. Três fatores são amplamente divulgados e criticados nos dois jornais que, desta forma, expõem a instituição ao crivo da opinião pública: um, de ordem temporal, referente ao longo período de tramitação da matéria; dois, de ordem interna à instituição: a tentativa, por parte dos congressistas, de criar exceções ao teto salarial máximo para cargos eletivos, quer dizer, para si mesmos; a tentativa de estabelecer um aumento salarial, ficando assim no topo do valor do novo teto a ser criado.

⁴ *As Consequências do Teto* - Folha de São Paulo, 17/Dez/98 s/autor; editoria: Opinião, Seção: Editorial.

Se as reformas estavam relegadas a um segundo plano, nos jornais, frente à divulgação de notícias sobre a emenda que permite a reeleição aos cargos executivos, com a aprovação do projeto, retomam-se as discussões das matérias constitucionais. A Casa parlamentar parte para as negociações, que envolvem a votação da reforma administrativa, votação aguardada desde o ano anterior. A mudança no enfoque dos parlamentares projeta a mudança de atenção dos jornalistas. Mais uma vez, as discussões e as negociações entre o Executivo e o Legislativo, para efetuar modificações na Constituição, passam a ser tema dos jornais. O retorno à discussão do assunto administrativo se dá via polêmica teto salarial. Os dois jornais tratam do tema de forma bastante similar, passam os meses de fevereiro e março, de 1997, noticiando as resistências e, por consequência, as negociações que se desenvolvem na busca de um consenso para sua aprovação.

A resistência à aprovação do teto salarial máximo, tem base nos três poderes, mas as notícias destacam os parlamentares e magistrados, como centrais. Segundo os jornais, o número de deputados que recebem proventos acima do valor do teto, é significativo e, por isso, tem poder de pressão sobre a tramitação. Caso o teto seja aprovado, estes parlamentares terão de abrir mão do valor que ultrapassa o máximo estipulado. Este grupo de parlamentares recebe a denominação, nos noticiários, de "bancada dos aposentados".

"... Pelo menos 141 deputados da chamada "bancada dos aposentados" não querem ver seus subsídios de parlamentares (que já é o teto no Legislativo) e suas aposentadorias pagas pelo poder público "achatados" para R\$ 10,8 mil. O lobby desses deputados é forte e tem o objetivo de aprovar uma emenda no plenário da Câmara que os exclua do teto... (Divergência sobre teto ameaça reforma - Estado de São Paulo, 16/fev02/97, autor: Cláudia Carneiro, editoria: Política)

"... No final do ano passado, quando a emenda foi votada na comissão especial, ganhou força a tese de que existiriam 141 deputados nessa situação. Esse número era divulgado pelos próprios líderes do governo federal..." (Governistas duvidam do poder da 'bancada dos aposentados' - Folha de São Paulo, 28/Fev/97, autor: Daniela Pinheiro, editoria: Brasil)⁵

Embora o número de membros desta bancada informal não seja tão alto, ele é suficiente para ameaçar a aprovação da reforma administrativa, pois vale

lembrar que, para que uma mudança constitucional ocorra, é necessário o voto favorável de 308 dos 513 deputados federais. Não bastando a resistência interna na Casa Parlamentar, os deputados federais estão sujeitos ainda a fortes lobbies, oriundos do Judiciário.

Se o impasse está formado, a maneira de solucioná-lo é através da negociação. As notícias divulgam as posições e propostas: de um lado, estão aqueles que defendem a exclusão do teto, através de emenda em plenário, idéia da bancada dos aposentados; adoção de uma regra de transição, permitindo algumas exceções ao teto, idéia sustentada pelo Presidente da Câmara de Deputados, Michel Temer; defesa de exceções, por parte do Ministro Bresser Pereira; adoção de um extra-teto, cujo valor seria o dobro daquele estipulado, de 10,8 mil; do outro lado, estão o relator da matéria e os líderes de governo, sustentando a necessidade de votar a reforma, mantendo o teto máximo, de 10,8 mil, para todos os poderes⁶.

"... Decorridos quase cinco meses da aprovação da Reforma administrativa pela comissão especial que examinou o projeto do governo, o jogo de pressões contra e a favor da matéria ainda emperra o consenso e dificulta a votação da emenda constitucional no plenário da Câmara...

Desgaste

- Os parlamentares, sobretudo os que têm aposentadorias, trabalham para incluir no texto uma exceção que beneficie eles mesmos. Essa polêmica, que certamente desgastará o Congresso, é hoje um dos mais poderosos obstáculos para a votação da reforma..." (*Pressões ameaçam Reforma administrativa* - Estado de São Paulo, 10/Mar/97 autor: Mara Bergamaschi, editoria: Política)⁷

"Às vésperas da votação da reforma administrativa, os líderes governistas estão inseguros quanto à aprovação da emenda pelo plenário da Câmara e ainda não sabem explicar como ficará o artigo que trata do teto salarial de R\$ 10,8 mil, o item mais polêmico junto a parlamentares e juízes...

Estava previsto um jantar ontem à noite para fechar a questão. No entanto, o próprio relator já admitia ontem a flexibilização do teto. "O

⁵ Plano para votar reformas tem 3 fases - 12/Fev/97, autor: Marcos Magalhães; *Divergência sobre teto ameaça reforma* - 16/Fev/97, autor: Cláudia Carneiro (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁶ Divergência sobre teto ameaça reforma - 16/Fev/97, autor: Cláudia Carneiro; *Negociações* - 17/Fev/97, s/autor; *Temer defende 'regra de transição' para teto* - 18/Fev/97 autor: Cláudia Carneiro; *Teto salarial deve ser adotado em várias etapas* - 19/Fev/97, autor: Cláudia Carneiro (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Governistas duvidam do poder da 'bancada dos aposentados'* - 28/Fev/97, autor: Daniela Pinheiro; *Aposentados tentam barrar teto* - 02/Abr/97, Autor: Marta Salomon (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

⁷ Outro exemplo que trata do mesmo tema é: *Governo inicia maratona para aprovar reforma* - Estado de São Paulo, 17/Mar/97, autor: Christiane Samarco, editoria: Política.

problema é saber se o teto para os servidores vai contar o recebido só dos cofres públicos ou também as aposentadorias", disse.

Segundo ele, a preocupação é evitar que, aos olhos da opinião pública, os eventuais ajustes pareçam "máscaras para esconder privilégios". (*Líderes não chegam a acordo sobre teto* - Folha de São Paulo, 18/Mar/97, autor: Daniela Pinheiro, Editoria: Brasil)⁸

Seja numa coluna de opinião, criticando a (des)importância da reformas para o Palácio do Planalto, ou num noticiário sobre a proximidade do feriado da Semana Santa, o Congresso é responsabilizado, nos dois momentos, se não como personagem principal, ao menos, como coadjuvante fundamental na conjuntura política, em que a reforma é novamente jogada para um segundo momento.

Na *Folha*, o articulista Valdo Cruz descreve os fatos que foram notícia, desde o início do ano (reeleição e escândalos dos precatórios), até chegar à reforma administrativa, parada no Congresso, e aos argumentos utilizados pelo Governo para a urgência na votação das reformas.

"... O ano já está no seu terceiro mês, caminhando para o quarto, e até agora algumas medidas importantes para o futuro do país continuam se arrastando dentro do Congresso.

É o caso da reforma administrativa. A proposta do governo tramita no Congresso há um ano e meio. Na semana passada, os deputados fizeram uma nova promessa de votar a emenda constitucional. Que, naturalmente, não foi cumprida. A turma que defende os privilégios deve estar adorando... Ou o governo e o Congresso não conseguem tratar de dois assuntos importantes ao mesmo tempo ou não dão a menor importância a essas reformas." (*A menor importância* - Folha de São Paulo, 24/Mar/97, autor: Valdo Cruz, Editoria: Opinião)⁹

No caso do jornal *Estado*, o noticiário, com a chamada "*Esta semana o Congresso estará praticamente vazio e eventuais novidades só deverão surgir na CPI*", trata do baixo quórum na Câmara de Deputados, dizendo:

"A maioria dos deputados e senadores deverá ficar em seus Estados nos três dias úteis que antecedem os feriados da Semana Santa e o Congresso estará praticamente vazio... Por isso, os debates em torno de temas importantes relativos às reformas estruturais do Estado estão definitivamente adiados para o mês que vem. É o caso da emenda da Reforma administrativa, cuja votação em primeiro turno pela Câmara está marcada para a primeira semana de abril..." (*Majoria dos*

⁸ Outros exemplos: *Governistas pretendem votar já a reforma administrativa* - 16/Mar/97, autor: Daniela Pinheiro; *Governo não obtém acordo para reforma* - 19/Mar/97, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

⁹ Outras matérias que tratam da (des)importância das reformas: *O que importa nas reformas* - 30/Mar/97, autor: Celso Pinto; *Governo decide hoje se mantém teto salarial de R\$ 10,8 mil* - 31/Mar/97, autor: Denise Madueño (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

Embora a posição dos parlamentares, quanto ao teto salarial, seja tema dos noticiários dos dois jornais, os editoriais sobre o assunto não colocam os parlamentares como centro, restringindo-se a tratar dos arranjos do Planalto, para possibilitar a aprovação da reforma,¹⁰ ou a discutir a posição do Poder Judiciário frente à questão¹¹. Mas a divulgação de notícias sobre as negociações entre o Executivo e o Legislativo, para aprovação da matéria, é constante, tratando: de pressões do PMDB e PFL, para permitir o acúmulo de salário e de uma aposentadoria, para algumas categorias profissionais¹²; da defesa da manutenção do teto, no valor de R\$ 10,8 mil, somada à possibilidade de represálias, aos parlamentares da própria base do governo (ameaça de demissão de funcionários não estáveis), por parte do Presidente Fernando Henrique Cardoso¹³; da tentativa de acordo, por parte do governo, que cede e autoriza o acúmulo de salário e aposentadoria até um limite de R\$ 21,6 mil, em função da dificuldade de votar a matéria. Para a *Folha*, isto ocorre por pressão de dissidências entre deputados dos partidos da base de apoio do governo -PFL, PMDB, PSDB, PPB e PTB; para o *Estado*, por pressões dos *lobbys* de parlamentares, ministros de tribunais, juízes e altos funcionários públicos¹⁴; da preparação de um *emendão*, pelos líderes dos

¹⁰ *Que não haja novos palanques pela frente!* - Estado de São Paulo, 22/Mar/97, s/autor, editoria: Notas e informações, seção: Editorial. Este editorial opina sobre a necessidade do Executivo de contar com o apoio dos partidos de oposição para aprovar o teto salarial.

¹¹ Os dois jornais tratam do tema em editoriais: *O Judiciário e a Reforma administrativa* - Estado de São Paulo, 18/Mar/97, editoria: Notas e Informações, seção: Editorial. Aqui é debatida a polêmica que autoriza os governos estaduais a fixar por lei um teto de vencimentos para o Poder Judiciário estadual inferior aos R\$ 10,8 mil mensais. *Obediência ao Direito* - Folha de São Paulo, 04/Abr/97, editoria: Opinião, seção: Editorial. Neste editorial a *Folha* trata dos problemas que o teto pode provocar. Ao mesmo tempo que critica a manutenção do Instituto de Previdência dos Congressistas prevê uma série de contestações na justiça já que aposentadoria é um direito adquirido e a redução salarial infringe o princípio jurídico de igualdades de proventos para as mesmas funções.

¹² *Aliados admitem que teto não vai passar* - 26/Mar/97, autor: Christiane Samarco; *Câmara vota projeto hoje e governo pode ceder* - 02/Abr/97, autor: Cláudia Carneiro, (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Governo decide hoje se mantém teto salarial de R\$ 10,8 mil* - Folha de São Paulo, 31/Mar/97, autor: Denise Madueño, editoria: Brasil.

¹³ Presidente defende teto de R\$ 10,8 mil - 01/Abr/97, s/autor; *FHC ameaça demitir 50 mil se teto não for aprovado* - 02/Abr/97, autor: Denise Madueño; Marta Salomon, (Folha de São Paulo, Editoria: Brasil)

¹⁴ *FHC cede e mantém privilégio na reforma* - Folha de São Paulo, 03/Abr/97, autor: Augusto Gazir, Denise Madueño, Editoria: Brasil; *Acordo derruba proposta de teto único* - Estado de São Paulo, 03/Abr/97, autor: Cláudia Carneiro (col.: Christiane Samarco), editoria: Política.

partidos de base do governo, no qual o governo cede em outros pontos, para aprovar a matéria, entre os quais, o teto salarial, criando exceções à regra¹⁵.

No mês de abril de 1997, os jornais apresentam matérias que hostilizam tanto a posição assumida pelo Planalto, ao ceder a um acordo, possibilitando a representantes eleitos do Legislativo e Executivo, o acúmulo do salário e de uma aposentadoria até o dobro do valor do teto estipulado (R\$21,6 mil), quanto a postura assumida pelos parlamentares, de legislar em benefício próprio. Os dois primeiros exemplos são de notícias publicadas no *Estado* e demonstram a oscilação de posições: o primeiro apresenta o Executivo recuando frente à pressão dos parlamentares, e o segundo aponta o desejo do Planalto de manter o limite do teto em R\$ 10,8 mil.

"O recuo do governo ao aceitar a derrubada do teto de R\$ 10,8 mil, previsto no relatório do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) para quem acumula salário e aposentadoria, revelou a força da bancada dos aposentados. Na negociação de quarta-feira para tentar aprovar a Reforma administrativa na Câmara, o lobby dos parlamentares foi reforçado por promotores, juízes, oficiais da Polícia Militar e fiscais da Receita Federal.

Ninguém tem a conta exata de quantos são os beneficiados, dentro do Congresso, com a criação de um segundo teto salarial. Mas alguns deputados assumiram claramente o lobby para proteger o bolso de mais de uma centena de parlamentares que ganham acima do teto proposto no relatório de Moreira Franco, apoiado pelo governo..." (*Promotores e juízes reforçaram lobby* - Estado de São Paulo, 04/Abr/97, s/autor, editoria: Política)

"O governo já está montando a ofensiva para aprovar a Reforma administrativa na Câmara na semana que vem e não desistiu de lutar pelo teto salarial único de R\$ 10,8 mil. O presidente Fernando Henrique Cardoso vai convocar governadores e dirigentes dos partidos aliados a participar do esforço dos líderes governistas. A idéia é repetir a mobilização que aprovou a emenda da reeleição... O governo também é contra adotar o segundo teto, de R\$ 21,6 mil - salário mais uma aposentadoria. "O presidente aceita uma alteração ligeira, desde que seja uma coisa moral", resumiu o secretário-geral do PSDB, deputado Arthur Virgílio Neto (AM)..." (*Reformas: Governo monta ofensiva para aprovar emenda* - Estado de São Paulo, 05/Abr/97, autor: Christiane Samarco e Cláudia Carneiro, editoria: Política)

¹⁵ *Governo vai fazer novas concessões* - Folha de São Paulo, 04/Abr/97, autor: Denise Madueño, Editoria: Brasil. Segundo esta matéria, o *emendão* pode conter mudanças no subteto dos Estados e sobre a demissão de funcionários públicos estáveis. *FH vai insistir no teto salarial de R\$ 10,8 mil* - Estado de São Paulo, 04/Abr/97, autor: Christiane Samarco (colaborou Marcos Magalhães), editoria: Política. Esta notícia trata da posição de contrariedade do Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto a saída encontrada pelos líderes de criar dois tetos salariais, um de R\$ 10,8 mil e outro de R\$ 21,6 mil. *Em defesa dos privilégios* - Folha de São Paulo, 07/Abr/97, autor: Valdo Cruz, editoria: opinião. Crítica a posição do Presidente, através da proposta de apoio do PT ao teto salarial de R\$ 10,8 mil.

Os dois recortes de notícias da *Folha*, apontam a crítica à posição do Executivo, de ceder a um acordo e questionam a autoria do mesmo.

"... Só para recapitular, essa reforma instituiria um teto máximo para os salários dos funcionários públicos de todo o país. Seria de R\$ 10.800. Pois bem, como muitos parlamentares recebem aposentadorias, teriam uma perda financeira. Perderiam a aposentadoria. O governo FHC não teve dúvidas. Permitiu que a reforma deixasse que cada funcionário público receba, além do salário, uma aposentadoria. Essa história já é, por si só, nada edificante. Mas o pior é como o governo FHC divulga essas negociatas... O atraso na divulgação do acerto, na quarta-feira, se deu apenas porque havia uma disputa sobre quem deveria assumir o ônus da besteira..." (*Os métodos tucanos* - Folha de São Paulo, 05/Abr/97, autor: Fernando Rodrigues, editoria: Opinião)

"... Apesar do acordo que vai permitir a ocupantes de cargos eletivos no Executivo e Legislativo ultrapassar o teto salarial de R\$ 10,8 mil imposto aos demais servidores públicos, a aprovação da Reforma Administrativa permanece incerta na Câmara... A *Folha* apurou que FHC se comprometeu, na reunião da manhã, a dividir com os líderes o desgaste político devido ao acordo... Durante o dia, nenhum dos líderes quis assumir a paternidade da proposta. Segundo apurou a *Folha*, a idéia partiu do líder do governo Benito Gama (PFL-BA)..." (*Líderes temem rejeição da emenda e adiam votação* - Folha de São Paulo, 09/Abr/97, autor: Paulo Silva Pinto; Augusto Gazir, editoria: Brasil).¹⁶

Enfim, ocorre o acordo entre os líderes, buscando viabilizar a votação da reforma. Neste, o valor do teto é mantido em R\$ 10,8 mil, para todos os servidores, ficando de fora apenas os ocupantes de cargos eletivos (do Legislativo e do Executivo), cargos em comissão e ministros de Estado. Estes poderão somar o valor de proventos, recebidos do setor público, até o limite de R\$ 21,6 mil, exatamente, o dobro dos demais servidores¹⁷. Não é apenas sobre o privilégio da exceção que tratam os noticiários, os mesmos também expõem os parlamentares frente à opinião pública, quanto a um possível aumento salarial. Segundo os textos, a reforma administrativa poderá representar um aumento de 35%, para os congressistas, pois uma nova brecha poderá permitir um aumento salarial fora da época propícia (que seria o início da próxima legislatura). Os mesmos poderão passar a receber o valor máximo do teto (R\$10.800,00), assim que a reforma for promulgada; embora, no dia posterior, o governo desminta a

¹⁶ Outras matérias que tratam do tema: *Governo aumenta teto de parlamentares* - 08/Abr/97; *Acordo favorece também a FHC* (Folha de São Paulo, s/autor, editoria: Brasil).

notícia veiculada¹⁸. Mas as exceções não são aceitas por todos, até mesmo parlamentares pertencentes ao PSDB, partido do Presidente da República, que autorizou o acordo, bem como *rebeldes* do PMDB, protestam contra a medida, percebendo-a como um privilégio¹⁹. As críticas do PSDB criam um atrito com seu principal aliado no governo, o PFL, possibilitando notícias de bate-bocas entre parlamentares dos dois partidos²⁰.

Apesar dos atritos, a proposta de reforma administrativa é votada e aprovada em primeiro turno na Câmara de Deputados, no dia 09 de abril de 1997, por apenas um voto a mais do que o necessário, que é 308. O teto salarial foi aprovado, mas a emenda, que permite as exceções, tem mais uma semana para tramitação. Os conflitos entre os partidos que compõem a base do governo continuam, segundo os noticiários, mesmo após a aprovação da matéria administrativa²¹.

A fixação de um teto salarial, no valor de R\$ 10,8 mil, somada ao acordo que permite exceções à nova regra, particularmente, para cargos eletivos, aliada à possibilidade de aumento para os parlamentares, gera notícias demarcadas por forte crítica aos membros do Parlamento. Dois exemplos são significativos. O primeiro, publicado no *Estado*, trata tanto das exceções ao teto, quanto do possível aumento de salário dos parlamentares. Além de apontar o desgaste político com a aprovação do teto, critica ironicamente a possibilidade de aumento de proventos dos parlamentares. O texto fala por si.

¹⁷ O acordo não prevê os mesmos benefícios para os servidores do Poder Judiciário. *Líderes temem rejeição da emenda e adiam votação* - Folha de São Paulo, 09/Abr/97, autor: Paulo Silva Pinto; Augusto Gazir, editoria: Brasil.

¹⁸ *Reforma aumenta salário de parlamentar* - 09/Abr/97, autor: Marta Salomon; *Planalto nega novo reajuste*; *Acordo favorece também a FHC* - (s/autor, 10/Abr/97); *Emenda garante reajuste automático* - 11/Abr/97, autor: Marta Salomon (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *A hora é agora* - Estado de São Paulo, 09/Abr/97, s/autor, editoria: Política.

¹⁹ *"Acordo é mesquinho"* - Folha de São Paulo, s/autor, editoria: Brasil; *Novo acordo provoca revolta no PSDB* - Estado de São Paulo, autor: Christiane Samarco e Cláudia Carneiro, editoria: Política (09/Abr/97). Há também críticas oriundas do Judiciário, privado dos espaço no acordo que estipula as exceções: *Pertence crítica exceções ao teto* - Estado de São Paulo, autor: Miriam Moura, editoria: Política; *Ministro do STF ironiza acordo* - Folha de São Paulo, s/autor, editoria: Brasil (10/Abr/97).

²⁰ *PSDB e PFL vivem dia tenso de ameaças* - Estado de São Paulo, 10/Abr/97, s/autor, editoria: Política.

²¹ *Emenda é aprovada sob protesto de tucanos* - Estado de São Paulo, 10/Abr/97, autor: Christiane Samarco e Cláudia Carneiro, editoria: Política; *Câmara aprova emenda sem definir teto* - s/autor; *Exceção ao teto é idéia sem 'pai'* - autor: Marta Salomon; *Aprovada reforma*

"... Durou precisamente oito horas a revolta do PFL com o PSDB que classificou de "indecente" a emenda do acordo entre os partidos governistas para a Reforma administrativa - a que permite a parlamentares e ocupantes de cargos transitórios acumular uma aposentadoria com o salário. A crise foi debelada, mas o problema continua... Na ponta do lápis, o gasto com esta excepcionalidade é mínimo. Mas, do ponto de vista político, o custo é alto. Falta, agora, a segunda parte. A mais complexa.

Jeitinho

No substitutivo de Moreira Franco à Reforma administrativa, aprovado ontem, há uma supressão de texto constitucional que agrada muito aos parlamentares. Retira a obrigatoriedade de que o aumento dos nobres deputados e senadores "seja aprovado de uma legislatura para outra".

Quer dizer: eles podem aumentar já seus salários de R\$ 8,5 mil para o teto de R\$ 10,8 mil.

É o que vão fazer..." (*Clausura* - Estado de São Paulo, 10/Abr/97, s/autor, editoria: Política)

O segundo exemplo é publicado na *Folha*. O noticiário traz um comparativo entre o salário de um trabalhador *comum*, com aquele estipulado pelo teto salarial. Inicia-se com a chamada "*Carregador teria de pedalar 27 meses para receber R\$ 10,8 mil, o teto para os deputados*",

"São dez horas de trabalho por dia, de segunda a sábado, pedalando uma bicicleta pelas ruas do centro de São Paulo com até 100 kg de carne seca. No final do mês, José dos Santos, 35, casado, quatro filhos, morador da zona oeste da cidade, ganha R\$ 400.

Na tarde de ontem, entre uma e outra entrega de carne a restaurantes, Santos parou sua bicicleta na avenida Duque de Caxias, região central da cidade, para fazer uma conta. Queria saber quantos meses teria que trabalhar para ganhar R\$ 10.800...

Para ganhar R\$ 10.800 Santos teria que trabalhar 27 meses pedalando sua bicicleta com dois enormes bagageiros pelo trânsito de São Paulo. No caso dos R\$ 21.600 que aqueles políticos teriam direito ao salário acumulado com uma aposentadoria, Santos teria que trabalhar 54 meses.

"Esses políticos são como piolhos. Só querem encher a boca deles", afirma Santos. "Mamam nas tetas do governo, que parece vaca leiteira", afirma. "Trabalho o ano inteiro, na chuva e no sol, e no final do mês não tenho dinheiro para comprar nem calção para os meus quatro filhos."...

Santos está na faixa dos 86,5% da população brasileira que, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ganha até cinco salários mínimos.

Apenas 1,6% da população economicamente ativa recebe mais de 20 salários mínimos. Sem a Reforma, os deputados ganham hoje R\$ 8 mil, o que equivale a 71,4 salários mínimos." (*Trabalho o ano todo e não tenho nada'* - *Folha de São Paulo*, 11/Abr/97, autor: Emanuel Neri, editoria: Brasil)²²

administrativa, s/autor, editoria: Primeira página (10/Abr/07); *Governo não confia na aprovação do acordo* - 11/Abr/97, autor: Valdo Cruz; Marta Salomon (*Folha de São Paulo*, editoria: Brasil).

²² No texto Santos protesta também contra a política do Governo Federal e critica o governo de Celso Pitta em São Paulo.

A votação da reforma administrativa em primeiro turno, edificada através de acordos entre os partidos da coalizão governista e o próprio Palácio do Planalto, tem conseqüências sobre a imagem do Poder Legislativo como um todo: os parlamentares são desenhados como legisladores em causa própria, tanto ao defenderem exceções para o teto salarial, quanto por proporem um aumento salarial. A investigação das notícias, divulgadas pelos dois jornais, é importante, pois permite perceber a homogeneidade dos temas e a forma como são noticiados nos diferentes veículos, além de possibilitar a constatação de que as notícias não apenas informam os acontecimentos, mas constituem críticas e especulações sobre os mesmos.

Um tema que possibilita a publicação intensa de notícias, como o teto salarial e os acordos que dele surgem, não poderia deixar de gerar editoriais, nos quais os dois jornais definem posições acerca da tramitação da reforma administrativa na Casa Parlamentar. As negociações do acordo, viabilizando exceções ao teto salarial do funcionalismo público, para cargos transitórios (leia-se cargos eletivos e ministeriais) constituem-se em razão suficiente para uma modificação dos editoriais: estes deixam de tratar o teto enquanto matéria questionável, em termos legais, para tratá-lo enquanto matéria questionável, em termos morais.

Quatro editoriais, dois publicados no *Estado* e dois na *Folha*, passam a ser o foco central da análise neste momento. Iniciando pelo *Estado*, o primeiro editorial é intitulado *A maioria desorganizada*, o texto parte do adiamento da votação da reforma administrativa e passa a discorrer sobre a relação entre o Planalto e sua base de apoio. O foco está na necessidade do Governo em fazer concessões aos parlamentares, quando necessita do apoio de sua base para aprovação de matérias de seu interesse. Embora o texto traga críticas ao Planalto²³, é a imagem do Legislativo e dos parlamentares que interessa aqui.

²³ No caso, os editorialistas insinuam que o Planalto não percebe que não possui uma maioria folgada para votação da reforma administrativa, erro que, segundo o jornal, já cometeu anteriormente. Outro ponto trata da comparação entre o ex-presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, e o atual, deputado Michel Temer, salientando os limites do último no comando da casa parlamentar no momento de arregimentar votos favoráveis aos interesses do Executivo e os efeitos que isto projeta na tramitação da reforma que, aliás, o jornal defende como indispensável para solucionar problemas de custos da máquina pública dos Estados e da União.

"O adiamento da votação da Reforma administrativa, após discussão que deixou claros os interesses particulares de um pequeno grupo de parlamentares que quer escapar às limitações do teto salarial, demonstrou que a "maioria organizada" do presidente Fernando Henrique Cardoso só se organiza quando se trata de preparar as condições para reelegê-lo. Após três anos, a base de apoio parlamentar do governo conserva os mesmos vícios de sempre: tem de ser arregimentada sempre que matéria importante entra na ordem do dia e exige do governo concessões cada vez mais custosas em troca de uma frouxa fidelidade. O rolo compressor que passou sobre os adversários do instituto da reeleição, na Câmara dos Deputados, não existe mais. Fragmentou-se entre os deputados que se queixam porque as promessas feitas então não foram cumpridas e aqueles que colocam seus interesses privados ou corporativos francamente acima dos objetivos maiores da disciplina da administração pública...

A negociação para criar dois tetos salariais, de R\$ 10,8 mil e de R\$ 21,6 mil, faz mal à imagem da Câmara e desagrada ao presidente da República. Melhor seria retirar os detentores de cargos eletivos, cuja duração é, por definição, temporária, do teto fixado para o funcionalismo. Seria moralmente mais aceitável e politicamente menos devastador do que a lamentável discussão que se travou em torno do assunto e do que a insustentável solução dos dois tetos.

O problema é que as lideranças do governo estão perdidas em meio às reivindicações e protestos das bancadas, já habituadas a condicionar seus votos a promessas de atendimento de pleitos variados..."

Os editorialistas passam a discorrer sobre a importância da reforma administrativa, para o equilíbrio fiscal da União, dos Estados e mesmo dos poderes Judiciários e Legislativo; equilíbrio possível, segundo o texto, somente com a efetivação da Lei Camata que, para ocorrer na prática, necessita da promulgação da reforma.

"... Tudo isso é maior que a lamentável discussão do teto e extrateto. No entanto, é a questão menor que determina o ritmo da tramitação do projeto de Reforma administrativa, que já deveria, fazia meses, ter sido aprovado pela Câmara. As lideranças do governo devem deixar de se iludir quanto à sua capacidade de comandar as bancadas. E o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa agir de acordo com esta desagradável realidade: sem que ele se empenhe pessoalmente na arregimentação de votos, as reformas, por mais importantes e vitais que sejam para o País, se arrastarão lentamente pelo Congresso, deixando o governo e a Nação sem os instrumentos necessários para a sustentação do crescimento econômico e o bem-estar social." (*A maioria desorganizada* - Estado de São Paulo, 07/abr/97, s/autor, editoria: Notas e informações, seção: Editorial)

O segundo editorial, também do *Estado*, é do dia 11 de abril de 1997; neste momento, já fora divulgado na imprensa o acordo, permitindo exceções ao teto. Como já foi dito, a reforma administrativa é aprovada, mas o polêmico sobreteto permanece em aberto. Num primeiro momento, o editorial expõe as reações frente à possibilidade de exceções ao teto máximo: de um lado, está o

Presidente da República e o deputado Inocêncio de Oliveira do PFL, aceitando o acordo como o *"preço mais barato a pagar para o avanço do projeto"*; contrapondo-se a esta visão, estão o senador José Serra, do PSDB, que chama a exceção de *"indecente"*, e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que trata o tema de forma irônica²⁴. O jornal passa então a discorrer sobre os custos do que chama *"acordo sem pai"*, pois, segundo sua visão, ninguém tem coragem de assumir sua autoria, com receio do ônus eleitoral e moral que o ato pode trazer.

"... O "acordo sem pai", como já está sendo chamado, deixa os políticos muito mal, mas é preciso reconhecer que a Reforma administrativa não podia continuar encalhada na Câmara dos Deputados. Dada a sua importância para o País, o custo da "indecência" necessária para desencahá-la será menor que o benefício que produzirá. Segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, o projeto original permitiria economizar cerca de R\$ 18 bilhões em cinco anos. Com a mudança do teto, o governo deixará de poupar R\$ 500 milhões no mesmo período. Se o problema fosse apenas de dinheiro, o custo do negócio seria insignificante. Mas o que está em jogo é uma questão ética, que os deputados demonstraram, mais uma vez, não saber resolver de modo altaneiro.

O problema, aliás, foi criado por eles próprios, no movimento pendular de rigor e frouxidão éticos que caracteriza as ações do Congresso nos últimos tempos... O problema seria dignamente resolvido se os titulares de cargos eletivos fossem excluídos do teto e se deixasse em vigor o texto constitucional que permite algumas acumulações de funções, como a de juiz e professor. Mas o pêndulo passou do rigor irracional para a frouxidão malandra do "acordo sem pai", que assegura vencimentos de até 21,6 mil para pessoas que ocupem cargos eletivos e de confiança...

Os editorialistas passam então a discorrer sobre as *vergonhas* que caracterizam o acordo, centrando a crítica na comparação entre os proventos dos parlamentares e dos trabalhadores do setor privado:

... Esse acordo expõe duas vergonhas. Ele próprio, pelos privilégios que consagra e pela situação de inferioridade em que coloca, por exemplo, os membros dos Tribunais Superiores, que, se quiserem lecionar, terão de o fazer de graça. E o fato de, num país como o Brasil, haver aposentadorias que chegam a R\$ 10,8 mil ou ultrapassam essa quantia. Num país onde o salário mínimo não chega a R\$ 115 e a aposentadoria máxima paga ao trabalhador do setor privado é inferior a R\$ 890, a discussão sobre a acumulação de aposentadorias em torno dos R\$ 10,8 mil mensais chega a ser revoltante. No mínimo, demonstra o grau de distanciamento que existe entre o país real, formado por milhões de pessoas que trabalham duramente e pagam caro por cada serviço que utilizam, inclusive os da Previdência, e uma minoria de privilegiados que contribui inconscientemente para o agravamento dos desníveis sociais e

²⁴ O Presidente do Supremo Tribunal Federal ironiza o fato do Poder Judiciário ficar de fora do acordo que gera exceções, ao dizer que o objetivo da reforma administrativa foi impedir que o ministro Moreira Alves, aposentado no judiciário com o teto máximo, deixe de ganhar seu salário de R\$ 800,00 como professor da Universidade de Brasília, este teria de passar a dar aulas de graça.

do déficit público. A Reforma administrativa, não sem tempo, reduzirá um pouco essa diferença de tratamento, ao estabelecer novas e mais austeras condições para a aposentadoria dos servidores públicos...." (O "acordo sem pai" - Estado de São Paulo, 11/Abr/97, s/autor, editoria: Net estado/Editoriais)

Finaliza o editorial, apontando a fragilidade da base de apoio do Governo no Legislativo, e as dificuldades que esta fragilidade impõe para a votação do sobreteto e dos destaques: enfrentará resistências, para aprovar as exceções ao teto, e por outro lado, caso não sejam aprovadas as exceções, terá dificuldades no segundo turno de votação da reforma.

Os dois editoriais do *Estado* têm em comum a defesa da reforma administrativa, como forma de equilibrar as contas públicas, a crítica à postura do Planalto, frente às pressões oriundas dos parlamentares, a constatação da fragilidade da base de apoio do governo e, principalmente, a questão moral e ética do Parlamento. Em relação aos mesmos, é importante destacar alguns pontos.

No primeiro editorial, os parlamentares que pertencem aos partidos que constituem a base de apoio do governo no Câmara de Deputados, são nomeados como responsáveis por impedir o bom andamento da reforma. Estes são qualificados como: parlamentares que têm de ser arregimentados a cada matéria importante; que colocam seus interesses privados ou corporativos à frente do interesse público; que se queixam de promessas não cumpridas; que condicionam seus votos a pleitos variados; que mantêm "os mesmos vícios de sempre". Neste editorial, não ocorrendo generalizações, os políticos, que são (des)qualificados em termos morais, estão bem definidos.

Se, como vimos, no primeiro editorial a problemática da moralidade já permeia a discussão do teto salarial, no segundo, esta se acentua. O acordo já é intitulado de indecência, de privilégio, de vergonha. A questão da moralidade é constituída mais fortemente, tanto no que se refere à imagem do legislativo, como dos membros do campo político institucional, o que pode ser notado nas frases: "o que está em jogo é uma questão ética, que os deputados demonstraram, mais uma vez, não saber resolver de modo altaneiro"; suas ações passam do "rigor irracional para a frouxidão malandra do "acordo sem pai"". Se no

primeiro editorial, a crítica recai sobre os parlamentares da base do governo, no segundo, ela é generalizada e, com isso, atinge a toda a instituição: os parlamentares agem num *"movimento pendular de rigor e frouxidão éticos que caracteriza as ações do Congresso nos últimos tempos."*

A noção de temporalidade está presente na crítica da postura dos parlamentares: após expor as qualidades negativas, que os parlamentares apresentam em suas ações no trato da coisa pública, aparecem termos como *habitados, mais uma vez, nos últimos tempos ou sempre*, ligados aos (des)qualificativos utilizados. É importante notar que a ligação entre os qualificativos e a temporalidade permite entender que o descaso no tratamento da coisa pública não é uma ação isolada dos membros do poder legislativo, e sim uma constante no tempo.

Outra problemática está centrada na imagem que estas ações geram ao campo político. Segundo os editoriais, a defesa de exceções, ao teto salarial máximo, em que os próprios deputados saem beneficiados, somada à exclusão de outros poderes do acordo, trazem conseqüências nefastas ao político. Expressões como, *"faz mal à imagem da Câmara"; "deixa os políticos muito mal", é "politicamente devastador"*, falam por si, sobre a percepção que os editorialistas têm frente ao acordo. A possibilidade do desgaste da imagem dos parlamentares está diretamente vinculada ao fato dos mesmos serem tidos, nos editoriais, como culpados por todas as mazelas do país, ao deixar *"o governo e a Nação sem os instrumentos necessários para a sustentação do crescimento econômico e o bem-estar social"* ou por contribuírem *"inconscientemente para o agravamento dos desníveis sociais e do déficit público"*.

Bem, se a moralidade parece ser o tópico central na (des)qualificação dos congressistas, que têm nas mãos a possibilidade de modificação da matéria administrativa e a usam em benefício próprio, se esta atitude gera conseqüências negativas para a imagem do político, afinal, quem é afetado pela imoralidade dos parlamentares? Qual o contraponto para justificar a questão ética? Quem é o excluído do benefício? A defesa da legislação, em causa própria, dos deputados, tem como contraponto, nos editoriais, os titulares do poder Judiciário, o único dos

três poderes excluído do acordo, e o trabalhador *comum*. O segundo editorial traz uma comparação entre o teto salarial de R\$ 10,8 mil e o salário mínimo bem como entre a possibilidade de manutenção de uma aposentadoria, somada aos proventos, comparada ao valor máximo possível de aposentadoria do trabalhador *comum*. Encontra-se, nestes trabalhadores do setor público e privado, exposta a opinião pública, a qual, ao mesmo tempo, o jornal constitui como prejudicada pela ação e como justificativa para a crítica da (i)moralidade dos deputados.

Mas os editoriais não apenas assinalam o desgaste do político e de suas instituições, através do desenvolvimento da noção de moralidade, eles também propõem soluções para o problema moral: a exclusão dos titulares de cargos eleitos, do teto salarial.

Na *Folha* também são publicados dois editoriais, tratando da questão do teto salarial e de suas exceções. O primeiro deles, chamado *Privilégio imoral*, trata da proposta de uma emenda, que possibilita o sobreteto para cargos eletivos e de confiança, tendo como foco não o acordo, propriamente dito, mas as ações e interesses dos parlamentares.

"Os parlamentares reclamam da sua imagem desgastada junto à opinião pública. Infelizmente, acabam de perder mais uma boa oportunidade para reverter esse estado de coisas que não apenas os atinge, mas ao próprio Congresso.

É um escândalo o acordo pelo qual deputados da base de apoio do governo pretendem aprovar, no bojo de uma Reforma Administrativa que a todos os servidores públicos vai impor sacrifícios, uma emenda que lhes assegura privilégios.

Legisladores brasileiros querem situar-se acima da sociedade e do Estado. Pretendem criar uma exceção ao limite de salários e de aposentadorias previsto na Reforma Administrativa para o funcionário "comum".

Para suavizar o corporativismo, camuflando a pretensão de assumirem a condição de casta, os parlamentares sugerem a inclusão de prefeitos, governadores e do presidente da República no clube de privilegiados.

Há tempo, ainda que muito curto, para evitar essa manobra em que legisladores nada mais fazem que legislar em causa própria. A votação da emenda vergonhosa está prevista para a próxima semana. O repúdio à pretensão é notório.

Aprovar um teto válido para todos os cidadãos do país e uma exceção para si próprios é um absoluto escárnio por parte desses deputados.

Como é possível que à luz do dia, diante de toda a opinião pública, senhores e senhoras que afinal de contas compõem um dos Poderes da República estejam dispostos a tal mesquinha na busca escancarada de vantagens pessoais?

O despudor dos articuladores dessa inaceitável legislação em causa própria é emblemático no pronunciamento de um dos líderes do governo,

o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE). Ele simplesmente admitiu que o acordo "vai pegar mal".

A democracia exige um parlamento com credibilidade. É inaceitável que um grupo de deputados achincalhem ainda mais as instituições a que deveriam servir." (*Privilégio Imoral* - Folha de São Paulo, 11/Abr/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

O primeiro dos editoriais traz dados importantes, alguns similares aos editoriais publicados no *Estado*, outros, nem tanto.

A temporalidade também está presente, recortes como " *os parlamentares reclamam da sua imagem desgastada junto à opinião pública. Infelizmente, acabam de perder mais uma boa oportunidade para reverter esse estado de coisas que não apenas os atinge, mas ao próprio Congresso*" ou " *é inaceitável que um grupo de deputados achincalhem ainda mais as instituições a que deveriam servir*", demonstram isso. A noção de tempo, vinculada ao desgaste de imagem da instituição a que pertencem, permite, por um lado, intuir que práticas semelhantes já ocorreram anteriormente, por outro lado, sugere que tais atitudes desgastam não apenas a imagem dos parlamentares, individualmente, mas da instituição Congresso Nacional, como um todo.

Os editorialistas, ao mesmo tempo que qualificam a emenda como um privilégio, uma vergonha, um escárnio ou uma mesquinha, denunciam os deputados da base de apoio do governo, que a defendem, como corporativistas, pretendentes à condição de casta (em função da busca de um benefício que não se estende aos demais funcionários públicos, condição esta que camuflam, ao incluir o Executivo, no acordo), legisladores em causa própria, defensores de vantagens pessoais, despidos de pudor ou desacreditados. A questão moral dá o tom do texto redigido pelos articulistas. É importante notar que, diferente dos editoriais do *Estado*, este não constitui o Governo como o outro interlocutor da negociação, o qual teria também um ônus a pagar, frente ao eleitorado, ou à opinião pública, ao contrário, o Executivo é tratado como vítima de " *senhores e senhoras que afinal de contas compõem um dos Poderes da República (...) dispostos a tal mesquinha na busca escancarada de vantagens pessoais*". Cabe aqui especular sobre o "não dito", em outras palavras, a ausência de citação do segundo integrante do acordo, no caso, o Executivo, o que permite o desgaste de apenas um deles, o Congresso Nacional.

O contraponto que dá sentido à idéia de (i)moralidade está centrado no desgaste já existente frente à opinião pública, nos sacrifícios que a reforma vai impor "a todos os servidores públicos", à sociedade e ao Estado, aos quais os deputados pretendem situar-se acima, ao "funcionário "comum"", a "todos os cidadãos do país" (note-se bem que o teto é apenas para os funcionários públicos, e não para todos os cidadãos).

A condição de proposição encontra-se igualmente presente, não no sentido de constituir uma solução para a problemática, mas de desconstituí-la totalmente ao chamar à reação, ao salientar que ainda há tempo para impedir que a emenda se concretize, já que "o repúdio à pretensão é notório".

A última questão é: em prol de quem se constitui o repúdio à emenda que propõe o sobreteto? Bem, além da opinião pública, o jornal defende a moralidade da instituição, para o bem da democracia, que, para bem funcionar, necessita de "credibilidade". Credibilidade esta que todas as expressões e noções utilizadas permitem intuir que o Congresso Nacional não possui, devido ao seu descrédito frente à opinião pública, assinalado na frase inicial do editorial.

Se, nos editoriais do *Estado*, os parlamentares são os culpados pelas mazelas econômicas e sociais do Brasil, neste, os mesmos são os culpados pelas mazelas políticas.

O segundo editorial publicado pela *Folha*, chamado *O poder de indignação*, trata da indignação da opinião pública frente à emenda do *superteto*, discorrendo sobre o poder da sociedade de aprofundar a democracia no Brasil. Em função da especificidade de seu tema, é fundamental, para melhor compreendê-lo, abrir um pequeno espaço para discorrer sobre as notícias que antecedem sua publicação, visto que há uma clara relação entre estas e o assunto em pauta no editorial. As notícias dos dois jornais, nos dias anteriores à publicação do editorial da *Folha*, dão conta de quatro temas: o fim do acordo entre Governo e partidos da sua base de sustentação, para criação de um teto extra; a autoria da proposta do acúmulo de salário e aposentadoria, a pretensão dos parlamentares de aumentarem seus salários, alcançando assim o topo do teto

salarial; as dificuldades de conseguir o número de votos necessários para aprovar a reforma administrativa²⁵.

Embora com nuances diferentes, os dois jornais justificam a quebra do acordo, em função da pressão da opinião pública. Segundo os noticiários do *Estado*, declarações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como "O Congresso será sensível à demanda da sociedade", "Não é possível discutir questão nacional em termos de vantagem pessoal", "Há momentos em que a opinião pública deve prevalecer", "Não deve haver extrateto", "A proposta feriu a consciência coletiva", "Se feriu, melhor, o Congresso tem de se ajustar ao que a população deseja", foram determinantes para o término do acordo, e dão a entender que a mudança de posição do Presidente se deve aos clamores da opinião pública, que se mostrou contra a proposta²⁶.

A *Folha* acentua a importância da opinião pública para a exclusão do extrateto da reforma. Na coluna de opinião de Valdo Cruz, o tema é a capacidade dos parlamentares de legislar em causa própria, centrando a crítica no possível aumento de salário e no teto extra. Frases como "De tempos em tempos, cada vez com mais frequência, os parlamentares pegam carona em algum projeto em votação no Congresso para tomar medidas em benefício próprio" e "Afinal, legislar em causa própria continua sendo uma prática do Congresso. Um vício do qual deputados e senadores não conseguem se livrar. Ou melhor, não querem se livrar", vêm acompanhadas do comentário sobre o teto extra: "A reação foi tão negativa que os governistas já admitem que podem desistir desse privilégio"²⁷. As expressões utilizadas na *Folha* para justificar o fim do acordo se resumem a "pressões", "pressão da opinião pública" e "reação negativa"²⁸. Em nenhum

²⁵ *Presidente critica acordo para teto extra* - 13/Abr/97, autor: Tânia Monteiro; *Voz rouca* - s/autor; *O pai da idéia* - autor: Bartolomeu Rodrigues (14/Abr/97); *Líderes abandonam proposta de teto extra* - 15/Abr/97, autor: Christiane Samarco (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Em causa própria* - 14/Abr/97, autor: Valdo Cruz; *Ciúmes de homem* - 16/Abr/97, autor: Fernando Rodrigues (editoria: Opinião); *Pressão derruba acordo do superteto* - s/autor, editoria: Primeira Página; *Governo derruba extrateto de R\$ 21,6 mil* - autor: Marta Salomon; Luiza Damé (15/Abr/97); *Manobra governista eleva salários em 59%* - 16/Abr/97, autor: Marta Salomon (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

²⁶ *Presidente critica acordo para teto extra* - 13/Abr/97, autor: Tânia Monteiro; *Voz rouca* - 14/Abr/97, s/autor (Estado de São Paulo, editoria: Política).

²⁷ *Em causa própria* - Folha de São Paulo, 14/Abr/97, autor: Valdo Cruz, editoria: Opinião.

²⁸ *Governo derruba extrateto de R\$ 21,6 mil* - 15/Abr/97, autor: Marta Salomon; Luiza Damé; *Manobra governista eleva salários em 59%* - 16/Abr/97, autor: Marta Salomon (editoria: Brasil);

momento dos noticiários, a noção opinião pública é definida. Estas são as notícias que, sem dúvida, justificam o segundo editorial da *Folha*, que será agora analisado.

A relação entre os dois editoriais, publicados pela *Folha*, está no fato de o primeiro apresentar um clamor de reação, contra a emenda, e o segundo, de discorrer sobre o poder da sociedade frente ao campo político.

"A reação da opinião pública ao privilégio que os parlamentares pretendiam conceder-se - o teto salarial especial- inspira otimismo. A sociedade condenou uma troca de favores mesquinha, que desacredita os órgãos de representação política e mostra que a fisiologia está bem viva. A pressão foi instantânea e, espera-se, deve evitar que uma reforma séria - a administrativa- seja manchada por uma barganha de baixo nível. Ademais, indica aos deputados oportunistas que seus eleitores estão fartos de chicanas nos corredores do poder e que, diante disso, sua indignação por vezes explode.

Por vezes. O que inspira uma meditação mais detida é o caráter pontual e menos freqüente do que o desejável dessas manifestações de repulsa diante do menoscabo - ou coisa pior- pelo bem e pelos bens públicos. O episódio do "superteto" salarial mostra que a sociedade é capaz de falar mais alto - e com eficácia política- quando seus direitos são espoliados. Intrigante é que os cidadãos não tomem, de uma vez por todas, consciência do seu poder.

É certo que os brasileiros já foram às ruas reclamar o direito de escolher seu presidente e para exigir a deposição de um deles, que nos frustrou a todos de maneira revoltante. A sociedade também já não é mais a massa amorfa, bestializada e desorganizada, como constataram por décadas os cientistas sociais. Cresce a participação popular em conselhos de saúde e de educação, por exemplo. O espírito associativo e comunitário, ainda que fraco, se difunde.

Por outro lado, é compreensível a desconfiança em relação aos serviços prestados pelos poderes públicos. Impunidade, corrupção recorrente, a dificuldade de acesso do cidadão ao Estado, tudo isso contribui para instilar um desalento em relação às possibilidades de mudança.

O problema é que a reforma desse quadro depende, e muito, desses cidadãos desesperançados. Pode parecer que estamos diante de um círculo vicioso, se levar em consideração apenas a fotografia desse estado de coisas. No entanto, a história não é a sucessão dessas cenas estáticas. Momentos especiais, como a campanha das diretas e a do impeachment, podem ajudar a modificar a consciência conformada com o status quo. O presente exemplo, da pressão pela moralidade no Congresso, mostra qual é o poder da indignação. (O poder de indignação - Folha de São Paulo, 16/Abr/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

O editorial permite algumas colocações. Uma das questões fundamentais é a noção de opinião pública. Os editorialistas não apenas salientam a importância da opinião pública, nos caminhos que a política toma no país, como a definem:

Ciúmes de homem - 16/Abr/97, autor: Fernando Rodrigues, editoria: Opinião (Folha de São Paulo).

opinião pública, para a *Folha*, é sinônimo dos eleitores, da sociedade, dos cidadãos.

Há ainda outro dado interessante, que diz respeito à compreensão dos jornalistas, sobre a ação da opinião pública: esta se caracteriza por agir apenas quando se sente espoliada, atingida, sua manifestação é pontual, mas o complemento do caráter pontual da manifestação é significativo, segundo o jornal, ela é "*menos freqüente do que o desejável*", fato que deixa intrigados os editorialistas. A dúvida, que atinge os editorialistas, permite que o jornal expresse seu entendimento em relação à opinião pública ou à sociedade: é composta por cidadãos desesperançosos, embora o próprio texto assinale momentos importantes, nos quais a ação da sociedade foi determinante, para significativas mudanças políticas, como é o caso da campanha das diretas (pelo direito a eleições diretas ao Executivo) e do processo de *impeachment* do primeiro presidente eleito, após o regime militar, Fernando Collor de Melo. Embora aponte os limites de ação da opinião pública, ainda assim, a percebe mais ativa do que em outros tempos, quando era composta de uma "*massa amorfa, bestializada e desorganizada*"²⁹, conforme afirma o texto. Se os cidadãos brasileiros são desesperançosos, é em relação a algo, e há uma justificativa para essa descrença. A desconstrução do texto permite responder a estas interrogações: é desesperançosa em relação aos poderes públicos, e a justificativa está centrada na ação dos políticos, neste caso, dos parlamentares, capazes de "*troca de favores mesquinha, que desacredita os órgãos de representação política e mostra que a fisiologia está bem viva*"; "*chicanas nos corredores do poder*"; "*impunidade, corrupção recorrente, a dificuldade de acesso do cidadão ao Estado*".

Como nos demais editoriais, este apresenta qualificativos, tanto para a emenda do *superteto*, visto como privilégio, troca de favores mesquinhos, fisiologia, barganha de baixo nível, chicanas, quanto para os deputados, assinalados como oportunistas, que projetam a desesperança do cidadão. A referência à (i)moralidade também se faz presente, agora com sentido

²⁹ Segundo os editorialistas esta visão da sociedade de uma época passada do país é fruto da constatação de cientistas sociais. Mas ao qualificativo *bestializados* não foi utilizado por um cientista social e sim por um jornalista. Esta visão da sociedade brasileira foi, ao contrário do que diz o texto, questionada por estudos de historiadores e cientistas sociais. Para citar apenas um

generalizador, não mais ao deputado ou parlamentar, individualmente, ou em bancada partidária, mas à instituição Congresso Nacional como um todo. Se a argumentação do descrédito da opinião pública está focada nos poderes públicos, como uma totalidade, o fato questionado - o sobreteto - leva à desqualificação de um único personagem, o Congresso Nacional; novamente, o segundo integrante do acordo sai ileso da crítica.

A descrição das notícias publicadas sobre as ações dos membros do Poder Legislativo, durante a negociação, para votação em primeiro turno da reforma administrativa, particularmente, no que tange à discussão do teto e extrateto salarial, somadas à análise dos editoriais que as seguem, são significativas para compreender o discurso da mídia sobre o Congresso Nacional. Alguns pontos podem ser assinalados: as publicações sobre tópico teto/extrateto têm similaridades nos dois jornais: os dois defendem a necessidade de efetivação da reforma administrativa; justificam seu atraso, em função de posições assumidas, por deputados, pertencentes aos partidos que constituem a base do governo no Legislativo, e, se num primeiro momento, individualizam a questão, acabam por generalizar as críticas à instituição no seu conjunto; qualificam negativamente os parlamentares que defendem a exclusão de categorias do limite salarial, inclusive com semelhança de termos utilizados para a (des)qualificação; criticam a postura do Planalto de ceder aos parlamentares, mas centralizam, nos membros da Câmara de Deputados, as dificuldades de andamento da matéria administrativa; elaboram suas críticas, aos parlamentares, tendo como contraponto a posição da opinião pública e do trabalhador comum; tem na moralidade a fonte de críticas, ao campo político e seus membros; são propositivos em seus editoriais; acabam por constituir o Poder Legislativo e seus membros, como os culpados, em última instância, pelas dificuldades da nação, sejam elas políticas, sociais ou econômicas. No caso da divulgação de notícias, colunas de opinião e editoriais, sobre as discussões e negociações, para votação do teto salarial do funcionalismo público, é possível afirmar que existe uma

exemplo: CARVALHO, José Murilo de. *Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

homogeneidade dos jornais *Folha e Estado*, tanto nos temas que dizem respeito ao Poder Legislativo, como na forma de tratá-los³⁰.

4.1.1. Como os leitores se manifestam frente à possibilidade de exceções à regra do teto único

Com foi visto anteriormente, a justificativa dos jornais para as críticas, aos parlamentares que defendem a criação de um extrateto salarial, está na manifestação negativa da opinião pública, frente à possibilidade de criação de exceções, ao dispositivo que limita os proventos dos funcionários públicos. Tanto as notícias, como os editoriais, ressaltam a importância destas manifestações de repúdio à matéria, mas sem definir claramente a manifestação. Desta forma, buscar a expressão desta opinião pública, nos jornais, se torna fundamental. Onde pode ser encontrada? Nas cartas dos leitores, publicadas em cada um dos jornais. No período que corresponde à discussão e negociação, para votação do teto salarial, há apenas duas publicações de cartas, uma, em cada jornal. Na *Folha* são publicadas quatro cartas, a primeira, de um parlamentar do PMDB, justificando sua posição e a do partido³¹, as demais cartas, sob o título geral de *Extrateto*, criticam o Congresso Nacional, utilizando para isso a noção de (i)moralidade.

"Com o teto de R\$ 21,6 mil desaba a moral do Congresso, levando junto consigo a vergonha do governo federal.
Nada mais há a dizer."

"É impressionante a incoerência do nosso Congresso. Enquanto afirmam que o salário de R\$ 112 é suficiente para o povo não se contentam com o próprio salário de R\$ 10,8 mil."

"É lamentável que o presidente FHC não tenha conseguido junto ao Congresso Nacional aprovar a reforma administrativa com o enorme

³⁰ As discussões sobre o teto salarial máximo para o funcionalismo público continuaram até o final do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Optou-se por analisar apenas um período pois além de ser o momento de maior polêmica da matéria e, por isso, de maior cobertura do tema nos jornais, o material selecionado permitiu o objetivo deste capítulo, descrito no início do mesmo. Para maiores detalhes ver: *As Consequências do Teto* - Folha de São Paulo, 17/Dez/98 s/autor; editoria: Opinião, Seção: Editorial. *Abstenção justificada*, de José Aristodemo Pinotti, deputado federal pelo PMDB-SP (São Paulo, SP) - Folha de São Paulo, 12/Abr/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor.

³¹ *Abstenção justificada*, de José Aristodemo Pinotti, deputado federal pelo PMDB-SP (São Paulo, SP) - Folha de São Paulo, 12/Abr/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor.

salário de R\$ 10,8 mil para todos os brasileiros. Os 'representantes do povo' legislaram em causa própria."³²

O jornal *Estado* publica sete cartas, nas quais o tema principal é a comparação entre os proventos dos deputados e dos demais trabalhadores, excluídos do benefício. A moralidade, tanto da emenda, quanto dos parlamentares, está presente em todas as cartas. A emenda é qualificada como " *inadmissível, vergonhosa, grotesca; absurd[a]*", poucos qualificativos, se comparados àqueles, dados aos deputados: " *são, como sempre foram, pessoas diferentes do brasileiro comum*"; " *agem como divindades alheias à realidade vivida pelos brasileiros*"; " *não se submetem a nada nem a ninguém na consecução de seus objetivos; trabalham quando querem e acham que é conveniente*"; " *fariseus*"; " *só legislam em causa própria*"³³.

Os qualificativos se assemelham àqueles apresentados nos editoriais. A noção de moralidade permite a construção do contraponto entre a defesa de altos salários, por parte dos membros da Câmara de Deputados, frente aos baixos salários dos demais trabalhadores. Interessante notar também que, nas cartas, a crítica a parlamentares reflete-se diretamente na instituição a que são vinculados, não são os parlamentares, de forma isolada, que são criticados, mas a instituição Congresso Nacional como uma totalidade. Embora o número de cartas seja pequeno, é significativo que as manifestações de desagravo dos leitores sejam posteriores à publicação dos fortes editoriais de crítica, aos congressistas, mostrando uma relação de proximidade entre a posição assumida pelos jornais e aquela assumida pelos seus leitores. A grande interrogação aqui é: afinal, as manifestações justificam a elaboração dos editoriais ou a publicação dos mesmos é que gera movimentos de desagravo dos leitores (da opinião pública?), através de cartas? Esta questão será retomada, posteriormente, no decorrer da investigação.

³² As cartas são de: Luiz Geremias, Rio de Janeiro, RJ; Marcos Paulo Bossetto Nanci, Taubaté, SP; Genovêncio Mattos Neto, Florianópolis, SC (Folha de São Paulo, 12/Abr/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

³³ *Comerciais, por favor*, de Wanderley da Silva Campos, Aguai; *Demiurgos da democracia*, de Antonio Carlos Stancatide Carvalho; *Fórmula da desigualdade*, de João Martins; *Quando falta virtude*, de Luiz Antonio da Silva; *Hora de ladrar*, de Vahan Boyadjian; *Teto absurdo*, de Jacqueline Shammas; *Revolta dos fariseus*, de João Marcos Coelho Barker (todas de São Paulo). Estado de São Paulo, 13/Abr/97, editoria: NetEstado/Editoriais, Tema: Reforma Administrativa.

4.2. O fim da estabilidade: o tema polêmico das votações da reforma

Neste momento estão analisados os noticiários que tratam de um dos temas mais polêmicos da reforma administrativa: a proposta de fim de estabilidade no emprego, permitindo a demissão dos funcionários públicos. Basicamente, dois pontos são fundamentais nas discussões e negociações que antecedem a votação: os desentendimentos entre partidos e membros de partidos que compõem a base governista, e a crise financeira, que assola os mercados mundiais e tem reflexos significativos na política-econômica do Brasil.

4.2.1. Os temas polêmicos

Quatro editoriais fazem referência aos ditos *temas polêmicos* e às dificuldades para sua aprovação. A *Folha* publica dois editoriais: *Fadiga política* e *Heranças do empreguismo*. O primeiro deles trata das várias tensões: a aprovação da reforma administrativa, em primeiro turno, por apenas um voto; insatisfações que vão "da CNBB ao MST, passando pela OAB, ABI e associações de magistrados", desentendimentos entre o Executivo e o Legislativo, até chegar aos desentendimentos na aliança governista.

"... Tornaram-se públicas notícias de desagrado do presidente com a liderança Política no Congresso, depois de um incidente entre o ministro Sérgio Motta e o deputado Michel Temer.

Cresce também uma guerrilha silenciosa, de gabinetes, por espaços no governo. Os partidos maiores, PMDB e PFL, disputam uma contenda cujo horizonte, sem dúvida, já é a preparação de terreno para as eleições de 1998. Num sistema partidário fragmentado, em que predominam os clãs, a negociação de bastidores sempre deixa setores contrariados que, muitas vezes, jogam água no moinho da insatisfação.

Não há uma crise Política. Não há uma ruptura da aliança governista nem ocorre um súbito fortalecimento da capacidade efetiva de ampla mobilização social dos partidos de oposição. Mas é uma situação de desgaste ou desconforto, em que o sistema político parece esgarçado por tensões coincidentes..."

Continua o editorial, tratando de forma crítica a posição do Executivo de "guardião da moeda", fazendo referência a sua postura de mantenedor do real, sem que se vislumbre, nas palavras dos editorialistas, "um projeto de

*desenvolvimento e o estabelecimento de bases firmes para a construção de um país mais igualitário*³⁴. Significativa aqui é a referência à fragmentação do sistema partidário, segundo os editorialistas, dominado por clãs. Mesmo que salientem a não existência de uma crise política, nem ruptura de alianças, nem ampliação de espaço do campo da oposições, dão centralidade aos conflitos que ocorrem na base governista. De uma forma implícita, dão centralidade à posição/ação do Executivo, quem, de fato, deve constituir as bases para aquilo que justifica a crítica aos dois poderes: um país mais igualitário.

Heranças do empreguismo, o segundo editorial publicado pela *Folha* trata do Congresso Nacional como possível obstáculo à implementação do que *chama "temas polêmicos"* da Reforma Administrativa. Neste, os editorialistas defendem o fim da estabilidade dos funcionários públicos, tendo como justificativa *"empreguismo financiado pelo Tesouro, uma forma de exercício do poder e compra de votos que perpetua o círculo vicioso da pobreza"*, o que consideram um problema do setor público brasileiro, principalmente, nas regiões mais pobres.

" O encaminhamento da reforma administrativa enfrenta percalços e resistências no Congresso. O desfecho de sua tramitação é ainda imprevisível, mas já preocupa. Entre promessas e recuos do governo federal, é importante que pelo menos o fim da estabilidade dos funcionários públicos seja alcançado...

Na votação da reforma, o risco maior é o de as lideranças darem continuidade às negociações evitando "temas polêmicos". Uma mudança que não provoca polêmica no limite nada muda, apenas camufla ou maquia. Seria lamentável que a reforma administrativa fosse limitada a um exercício de contemporização...

O momento exige uma ruptura com o passado. A quebra da estabilidade tem o sentido prático e político de eliminar o que, do ponto de vista do resto da sociedade, não passa de um privilégio inaceitável. (*Heranças do Empreguismo* - Folha de São Paulo, 23/Abr/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

O editorial é propositivo, ao cobrar do político, leia-se aqui, das lideranças da Câmara de Deputados, uma ruptura com o passado, esta ruptura requer o enfrentamento de *temas polêmicos*. O tema polêmico em questão é o fim da estabilidade dos funcionários públicos. Interessante notar que os editorialistas sabem do custo eleitoral que este tema pode gerar aos parlamentares. Em função da consciência deste custo, dois pontos sobressaem:

³⁴ *Fadiga Política* - Folha de São Paulo, 20/Abr/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial.

Os editoriais insinuam a vinculação entre os políticos e o *empreguismo*, sem dúvida, buscando apontar a existência de empregos, em troca de votos, em regiões pobres; remetem à idéia dos "cabides de empregos", proporcionados por políticos. O jornal ainda justifica que a miséria não acabará desta forma, o que nos traz à lembrança a concepção, tão cara ao senso comum, do "coronelismo no Nordeste";

O editorial tem um sentido de aviso, ao afirmar que a sociedade percebe o dito *empreguismo* como um privilégio, ressaltando assim o lado reverso do temor dos parlamentares: o desgaste eleitoral pode ser maior, ao se posicionarem contra a sociedade, quantitativamente maior e, por isso, mais ameaçadora do que alguns funcionários.

Sobre o mesmo tema são publicados dois editoriais no *Estado*. O primeiro deles, denominado "*Dificuldades para aprovar as reformas*", de modo semelhante aos editoriais da *Folha*, trata dos *temas controversos* que os parlamentares terão de enfrentar para finalizar a reforma administrativa. Após salientar o risco do governo em não ver aprovados temas que lhe são tão caros, para manter o equilíbrio da moeda, assinala as polêmicas. Entre as críticas, a postura do governo que, segundo suas palavras, "*se deixou levar pela flutuação do humor das bancadas da maioria na Câmara*", além de referências à complicada tramitação da reforma previdenciária³⁵, somando-se às dificuldades que os editorialistas esperam ocorrer na votação no Senado

"... Ao que tudo indica, o primeiro turno de votação da Reforma administrativa não será concluído tão cedo na Câmara dos Deputados. Votado o parecer do deputado Moreira Franco, falta apreciar - para concluir o primeiro turno de votação! - os destaques apresentados pelas oposições. Acontece que há destaques que as lideranças do governo sabem que não poderão derrotar facilmente, dada a pressão dos interesses corporativos sobre suas bancadas. Os grandes temas controversos são três: o fim da estabilidade, o fim do regime jurídico único e as questões do teto e do subteto...

Assim, a aprovação das reformas estruturais do Estado brasileiro - das quais em boa medida depende a redução do déficit público, a diminuição da dívida interna e a capacidade do Estado voltar a investir nos setores de Educação, Saúde e Segurança - corre o risco de ser postergada para as calendas gregas...

O fato incontestável é este: ou o presidente se empenha para organizar sua maioria no Senado e na Câmara ou as reformas estruturais do Estado brasileiro só serão votadas - e possivelmente na forma que os interesses corporativos determinarem - no segundo semestre, se o forem. O efeito

³⁵ Para maiores esclarecimentos ver capítulo específico sobre a Reforma da Previdência.

desse atraso sobre o déficit público e a dívida interna poderá ser danoso para a estabilização da moeda. O presidente da República deve estar atento para esse fato e não apenas para as provocações da CNBB e do MST." (*Dificuldades para aprovar as reformas* - Estado de São Paulo, 22/Abr/97, s/autor, editoria: NetEstado/Editoriais)

Como o texto deixa entrever, os editorialistas salientam a importância da reforma administrativa, os obstáculos a sua aprovação e os interesses que estão em jogo na sua tramitação. Similar ao editorial da *Folha*, o *Estado* dá maior centralidade ao Executivo, através da crítica e da cobrança de sua posição, como central, para desenvolver as mudanças, e que, de alguma maneira, vem obstruindo a conclusão das reformas.

Dois dias se passam, e o *Estado* volta a tratar dos *temas polêmicos* que têm inviabilizado o término da reforma. Os editorialistas comparam a tramitação da reforma administrativa e da previdenciária, enumeram obstáculos impostos pela esquerda³⁶ e pela base governista³⁷, como é possível ver no texto:

"... Agora são "temas polêmicos" que atrasam a votação das reformas indispensáveis à modernização do Estado brasileiro... Isso não significa que a Câmara não esteja continuando a votação da reforma em primeiro turno; significa que ela vota apenas aquilo que todos sabem que será aprovado ou rejeitado, porque não toca nos assuntos eleitoralmente melindrosos.

Não são apenas as esquerdas que colocam obstáculos à votação... O que não se compreende é que a votação tenha parado porque as bancadas governistas não conseguem se entender... A Reforma administrativa, da mesma maneira que a da Previdência, não pode ficar sujeita a acordos sobre "temas polêmicos". Afinal, elas são necessárias para que se restabeleça a eficiência da máquina administrativa e o equilíbrio fiscal, ou não? Todos dizem que são. Na hora da votação do que é considerado essencial, porém, preservam-se interesses eleitorais - ou então se evita enfrentar problemas que se afiguram politicamente insolúveis e socialmente explosivos...

Enquanto as lideranças da maioria desorganizada não se entendem e o presidente da República não se empenha em aprovar as reformas que enviou ao Congresso, o País espera. Pior será se, um dia, os investidores estrangeiros perceberem que não há, da parte da maioria do governo no Congresso, interesse em criar as condições para ter o déficit público sob controle." (*Por que as reformas não são aprovadas* - Estado de São Paulo, 24/Abr/97, s/autor, editoria: NetEstado/Editoriais)

Embora muito análogo aos demais editoriais trabalhados, alguns apontamentos podem ser feitos: o texto chama atenção, claramente, aos

³⁶ Criticam a postura, segundo sua visão, de que as esquerdas acabam defendendo o corporativismo dos funcionários públicos, em função de ter nos mesmos a base de sustentação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do PT (Partido dos Trabalhadores).

³⁷ Faz referências aos acordos entre o governo e os partidos da base governista.

interesses eleitorais que estão em jogo e que geram o atraso das votações do chamados *temas polêmicos*. Aponta ainda um dado novo, "os investidores internacionais", é bom lembrar que, neste período, uma crise mundial está em andamento e vem afetando gravemente países com economias frágeis, a moeda brasileira, o real, está sendo colocado em teste pelos mercados internacionais.

Os quatro editoriais têm em comum o que parece ser constante nos jornais, a defesa de algo maior: a viabilidade do Estado brasileiro no cumprimento de uma função que lhe é pertinente, o bem comum, o qual tem vários significados, como a estabilização da moeda, o controle do déficit público, a eficiência da máquina administrativa, o equilíbrio fiscal, a construção de um país mais igualitário, o fim dos privilégios... Por fim, a impressão que os editoriais passam é de qualificação do Executivo (mesmo através das críticas as suas ações ou inações), ao projetarem nele a possibilidade de efetivação das medidas necessárias, para a busca de uma nação diferenciada da atual, em contraponto à desqualificação do Legislativo, visto como instância que "faz o que lhe é peculiar," ao obstruir o desenvolvimento do país.

4.2.2. *As negociações para votação: o Estado pressiona os parlamentares*

Embora o relatório do deputado Moreira Franco tenha sido aprovado em plenário, a votação do primeiro turno da reforma administrativa não está finalizada, ficaram pendentes destaques, que devem ser votados em separado. As notícias divulgam a derrota do Executivo na votação de um destaque, que possibilitaria um novo plano de carreiras e salários da União, Estados e municípios. Somado a estes noticiários, está a divulgação da intenção de parlamentares de alterar o valor do teto salarial, de R\$ 10.800,00, para R\$ 12.720,00, incorporando *jeton* ou ajuda de custo, pago ao Tribunal Superior Eleitoral, e de um aumento de seus proventos. A derrota e o atraso da reforma geram críticas do Presidente Fernando Henrique Cardoso à postura do Congresso Nacional, chamando de vergonhoso o longo período de tempo que o Legislativo está levando para aprovar a reforma. A reação do Congresso

Nacional, às críticas, não tarda a chegar³⁸. As razões da derrota da matéria, no plenário, segundo os jornais, oscilam entre a desarticulação do governo e o descontentamento dos partidos e membros de sua base de apoio³⁹. O atraso nas reformas passa a ser a notícia central dos dois jornais⁴⁰. Sem a possibilidade de conquistar os 308 votos necessários, para derrotar os destaques da oposição, a tentativa do governo, encabeçada pelo presidente da Casa Parlamentar, deputado Michel Temer, foi de manobrar, no sentido de modificar a necessidade de quorum de 3/5, tal medida gerou protesto da oposição - um "apitação" em plenário bem como conflitos entre parlamentares da oposição e situação⁴¹. Os editoriais dos jornais retratam a conjuntura, referindo-se, tanto às críticas do Presidente, ao Congresso Nacional, como ao "apitação" das esquerdas⁴², os leitores não ficam ilesos à obstrução das esquerdas e à tentativa de manobra regimental do Presidente da Câmara de Deputados, fazendo fortes críticas à forma como a obstrução ocorre⁴³.

³⁸ *Câmara dificulta demissão de servidor* - 24/Abr/97, autor: Marta Salomon; Luiza Damé; *Para FHC, Congresso age de forma "vergonhosa"* - autor: Lucas Figueiredo; *Para FHC, Congresso age de forma "vergonhosa"* - autor: Lucas Figueiredo; *S/Título - s/autor, seção: Painel; Tiroteio* (25/Abr/97) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Salário de R\$ 12, 7 mil é tido como certo* - 24/Abr/97, autor: Cláudia Carneiro; *FH acha atraso nas reformas "vergonhoso"* - 25/Abr/97, autor: João Domingos; *ACM avisa que não admitirá intromissões* - 27/Abr/97, autor: Cristiana Lôbo e Bartolomeu Rodrigues (Estado de São Paulo, editoria: Política).

³⁹ *Aula prática* - autor e seção: Janio De Freitas; *Emenda poderá repetir o fracasso da Previdência* - autor: Marta Salomon; *Reformas empacadas* - autor: Fernando Rodrigues, editoria: Opinião (Folha de São Paulo, 25/Abr/97, editoria: Brasil) *Aliados ainda buscam explicação para derrota* - Estado de São Paulo, 25/Abr/97, autor: Cláudia Carneiro, editoria: Política.

⁴⁰ *PMDB quer ministérios antes de votação* - 29/Abr/97, autor: Luiza Damé; *Inocência prevê atraso nas Reformas* - 01/Mai/97, autor: Marta Salomon; *Para FHC, aliado que votar contra vai para a oposição* - s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Câmara reage a críticas de presidente* - autor: Rosa Costa (30/Abr/97); *Feriado empurra votação para a semana que vem* - 01/Mai/97, autor: Cláudia Carneiro (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁴¹ *Manobra pode driblar quórum* - s/autor; *Governo não tem os votos para aprovar a emenda* - autor: Marta Salomon; Luiza Damé (07/Mai/97); *Deputados brigam em plenário ontem* - 08/Mai/97, s/autor; *Temer 'tropeça' com governo e oposição* - 09/Mai/97, autor: Lucio Vaz; Luiza Damé (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

⁴² *A prensa do Executivo e a lentidão do Legislativo* - 03/Mai/97; *Coisa de irresponsáveis* - 09/Mai/97 (Estado de São Paulo, editoria: NetEstado/editoriais); *Tapas Na Câmara* - Folha de São Paulo, 09/Mai/97, editoria: Opinião, seção: Editorial.

⁴³ Apenas o *Estado* publica cartas de leitores que criticam a postura dos parlamentares da esquerda que promoveram um apitação para impedir a manobra regimental. *Arena parlamentar*, de Valdy Callado, Rio de Janeiro; *Baile funk*, de Pierre Karkasfalvy, São João da Boa Vista; *Doutrina do apitação*, de Jayme Boscov, São José dos Campos, *Show para o mundo*, de Ozias Bueno, Mirassol Bom emprego, de Antônio Rochael, Iguape; *Pulso fraco*, de Manoel de Souza, São José do Rio Preto; *Só verniz*, de Olival O. dos Santos; *Picaretas*, de James F. Sunderland Cookulo; *S/Título*, de Renaldo Cerntauskas, *Cobaias de biotério*, de Antônio Carlos Corrêa Netto (São Paulo) (Cartas - Estado de São Paulo, 11/Mai/97, editoria: Net/editoriais, Tema: Políticos Brasileiros). A *Folha* apresenta uma pesquisa de opinião onde os parlamentares deste mandato

A reforma administrativa é aprovada em primeiro turno na Câmara de Deputados no dia 10 de julho de 1997. No dia seguinte, os dois jornais publicam editoriais, tratando da vitória do governo e dos limites impostos pelo Congresso à matéria. Antes de analisar os editoriais, é interessante perceber o que os dois jornais noticiam sobre a relação Congresso Nacional e reforma administrativa neste momento.

O período que antecede a aprovação da reforma, em primeiro turno, não tem, nas mudanças da administração do Estado, centralidade; o tema que toma as páginas dos jornais é a denúncia de compra de votos, por parte parlamentares, quando da aprovação da emenda, que permite a reeleição para os cargos executivos federal, estadual e municipal. Apesar desta ser a pauta principal dos jornais, particularmente, da *Folha*, que apresentou a denúncia, algumas notícias sobre votações específicas do relatório, do deputado Moreira Franco, são publicadas. A particularidade está no fato das notícias serem publicadas, pelo *Estado*, a *Folha* parece estar deslocada da questão, sem dúvida, em função da centralidade que dá, em suas edições, à denúncia da compra de votos e no ganho, em termos de espaço jornalístico, que a mesma lhe proporciona⁴⁴. As notícias publicadas pelo *Estado* giram em torno da manutenção de benefícios salariais aos parlamentares⁴⁵; da insuficiência de quorum e da convocação extraordinária⁴⁶.

Neste período, o *Estado* publica quatro editoriais, que tratam da tramitação da reforma administrativa, nestes, o Congresso Nacional tem papel destacado, como obstaculizador da tramitação. Tomando como efetiva a declaração do Executivo, de que as reformas "*perderam o seu valor de troca e*

recebem a pior avaliação: *Congressistas recebem a pior avaliação* - Folha de São Paulo, 12/Mai/97, autor: Haroldo Ceravolo Sereza, editoria: Brasil.

⁴⁴ O não aprofundamento das notícias sobre a denúncia de compra de votos neste momento se deve ao fato do tema já ter sido tratado no capítulo II.

⁴⁵ No caso, trata da ajuda de custo nas convocações extraordinárias que a oposição pretendia limitar. *Câmara mantém aposentadoria aos 70 anos* - 14/Mai/97, autor: Cláudia Carneiro e Cristina S.; *O nó das reformas* - 09/Jun/97, autor: Bartolomeu Rodrigues (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁴⁶ Quanto a ausência de quorum salientam sua existência apesar de ameaças de cortes de salários aos faltosos. A convocação extraordinária tem como foco os altos custos para o erário público, temas tratados no capítulo V. *Nem ameaça de corte de salários garante quórum* - 24/Jun/97, autor João Domingos; *Líderes jogam para FH decisão de convocação* - 25/Jun/97, autor João Domingos (Estado de São Paulo, editoria: Política).

*que as negociações serão como deveriam ter sido desde o início*⁴⁷, restritas, exclusivamente, aos pontos dos projetos, sem ceder a pressões ou barganhas, por parte dos parlamentares, os editorialistas passam a cobrar a aceleração do processo de tramitação da matéria. A leitura que fazem da nova posição do governo, é interessante: defendem e justificam a possibilidade de derrota do governo na matéria administrativa. Para os mesmos, é melhor o governo perder, projetando o desgaste dos parlamentares que votaram contra, do que ceder a barganhas e desfigurar a matéria, exemplificando sua posição, com o caso da reforma da Previdência. Fundamental aqui é perceber que esta é a leitura do jornal, é a proposição do jornal, e não propriamente a posição do governo (em nenhum momento, fica claro que o governo pretende realmente correr o risco de ver sua proposta derrotada)⁴⁸. Retomando a questão central deste trabalho, os recortes abaixo identificam os personagens e as razões para a dificuldade de tramitação da matéria.

"... E, sendo como deve, não há por que prolongar a tramitação dos projetos de reforma que estão no Congresso, e que se arrastavam porque sempre havia alguém, ou um grupo de pessoas, que via na dilatação a oportunidade para extrair do governo mais algumas concessões vantajosas que, como sempre, nada tinham a ver com o projeto em pauta... Se persistir nesta linha de conduta, o governo obrigará os parlamentares que hoje se apresentam como desligados dos compromissos assumidos por seus partidos a definições ideológicas e doutrinárias que os exporão aos olhos do público conforme realmente pensam e se comportam.

"... fazer concessões àqueles integrantes da base de sustentação parlamentar que dissentem do governo por motivos de ordem corporativa, quando não pessoal, como, por exemplo, na Reforma administrativa, a fixação do teto para vencimentos..."

"... É igualmente unânime a constatação de que essas reformas, mesmo diluídas ou desfiguradas, andam com muita dificuldade porque parcela decisiva do Congresso não as deseja... É notório que esses congressistas não se sentem suficientemente pressionados a votar segundo o interesse comum..."

⁴⁷ *Tratamento sério para questões cruciais* - Estado de São Paulo, 30/Mai/97, s/autor, editoria: Editorial

⁴⁸ *Última linha de resistência* - 11/Jun97; *A mobilização pelas reformas* - 25/Jun/97 (Estado de São Paulo, s/autor, seção: Editoriais)

"... Ainda que sofrendo de todos os vícios de um entranhado corporativismo, o Congresso é sensível às flutuações da opinião pública..."⁴⁹

Os parlamentares dissidentes da base do governo são anunciados como os principais responsáveis pelo atraso das votações da reforma, tendo como justificativa interesses corporativos. As cartas de leitores, publicadas pelo jornal, neste período, corroboram a imagem desgastada dos parlamentares, apresentada nos editoriais.

Passa-se agora à análise dos editoriais que tratam da aprovação, em primeiro turno, da reforma administrativa. A mesma recebeu 319 votos favoráveis, apenas um a mais do que estipula o regimento para mudança constitucional. É aprovada a demissão dos funcionários públicos, por insuficiência de rendimento, mas a demissão, por excesso de quadros, fica em aberto. Os dois jornais publicam editoriais sobre o tema.

"... A aprovação de anteontem, por apenas um voto, revela também que a consolidação das reformas exigirá empenho redobrado tanto das lideranças do governo no Congresso como da opinião pública consciente da necessidade de combater as sinecuras e a excessiva burocratização da máquina estatal..." (*Reformas em Marcha* - Folha de São Paulo, 11/Jul/97, editoria: Opinião, seção: Editorial)

O segundo editorial do *Estado* sobre o tema chama-se *Vitória de Pirro*. Neste, os editorialistas criticam a forma como se travou o acordo, que permite a aprovação da matéria, segundo os mesmos, o Executivo cede a *chantagens* oriundas do Legislativo. Este editorial tem ligação direta com os anteriores, em que é defendido que o governo não ceda, mesmo que tenha de arcar com o ônus de uma derrota na votação da mudança constitucional. Ao contrário da posição defendida pelo jornal, o governo cede e, em conseqüência, é fortemente criticado pelos editorialistas.

"Na negociação que precedeu a votação dos artigos da Reforma administrativa que quebravam a estabilidade, ouviu-se a palavra "chantagem". Ela se aplicava a determinado partido da base governista, que reclamava cargos para votar com o governo. Feito o balanço da votação, pode-se dizer que a palavra, dura como é, se aplica a mais de um partido: nas negociações que se vinham processando antes da votação e se realizaram também no dia dela, o governo teve de ceder,

⁴⁹ Os editoriais são, respectivamente: *Tratamento sério para questões cruciais* - 30/Mai/97; *Última linha de resistência* - 11/Jun/97; *A mobilização pelas reformas* - 25/Jun/97; *Abre-se uma janela para as reformas* - 03/Jul/97 (Estado de São Paulo, editoria: Editoriais).

aqui, num ponto discutível, ali, noutra mais sensível, acolá, num que no mínimo cheira mal. O resultado é que a imagem do governo saiu desgastada. A rigor, sem grande vantagem política, porquanto a margem de um voto que garantiu a aprovação da quebra da estabilidade indica que, na votação da emenda constitucional em segundo turno, voltará a repetir-se tudo o que já se viu. Dar-se-á a repetição, como num teatro, pela simples e boa razão de que, tendo sido mínima a margem de vitória, cada um - ou para sermos mais precisos, cada dois - dos 309 deputados que votaram com o governo sabe agora em que terreno pisa e até onde o governo é capaz de ir para aprovar seu projeto. Melhor dizendo, os dois sabem até onde o governo poderá recuar: nomeando adversários políticos de seus aliados para postos de enorme importância eleitoral... Ou, então, concordando em que a Comissão de Constituição e Justiça adie a votação do parecer sobre a cassação do mandato do deputado Pedrinho Abrão porque, se fosse votada, o PTB nunca mais votaria com o governo!

A política brasileira, estamos cansados de ver há anos - até mesmo durante o governo militar -, faz-se mediante acordos mais ou menos dignos. O grave, nos acordos que se concluíram para a aprovação da quebra da estabilidade, é que o resultado objetivo da barganha foi pequeno - aliás, esteve à altura da pequenez dos acordos feitos, das palavras empenhadas e não cumpridas e da capitulação vergonhosa no caso do deputado Pedrinho Abrão...

Após um panorama dos acontecimentos, os editorialistas passam a usar um tom mais enfático na crítica à cedência do Executivo:

...Mas não! Fizeram-se acordos, traiu-se a palavra, responsabilizou-se um ministro por nomeação que o presidente disse que não seria feita, aceita-se a chantagem e ao mesmo tempo fazem-se concessões que desnaturam o projeto original. Diria um experimentado político que se aprovou o possível. O clima, como o que imperou quarta-feira na Câmara dos Deputados, permite dizer que o possível ficou aquém, muito aquém daquilo que parte da opinião pública esperava que se fizesse para pôr o Estado em ordem conforme prometido pelo presidente da República e seus ministros... As concessões feitas - falamos do texto aprovado, não dos acordos político-eleitorais - farão que a reforma só venha a produzir efeitos, se vier, em 1998. A menos que, inspirado pelo Espírito Santo, o Congresso vote ainda este ano - se a emenda for promulgada a tempo - a lei complementar que regulará os casos em que os funcionários poderão ser demitidos...

Os 309 votos e as circunstâncias em que esse 1 voto decisivo foi obtido indicam que o governo teve, quarta-feira, uma vitória de Pirro." (*Vitória de Pirro* - Estado de São Paulo, 11/Jul/97, s/autor, seção: Editoriais)

Algumas pontos ressaltam dos editoriais. A clara posição de insatisfação dos editorialistas, com a cedência do governo; a citação da opinião pública, como guardião da finalização da reforma, mas, por outro lado, insatisfeita com o resultado da mesma. Embora a crítica esteja centrada no Executivo, o Poder Legislativo não fica ileso, ao contrário, é em seus quadros que o jornal busca a justificativa das negociações e da cedência do Planalto: são parlamentares e

partidos que praticam a *chantagem* e as *sinecuras*, quer dizer, os pedidos em troca de votos favoráveis.

Se os editorialistas têm o cuidado de não desqualificar a instituição, como um todo, centrando a crítica nos parlamentares dissidentes da base do governo, o mesmo não ocorre com os leitores que generalizam. Os parlamentares são qualificados, como: de desempenho insuficiente; imaturos (assim como quem os elege); despreocupados com a estabilidade do país; sem decoro parlamentar; legisladores em causa própria, defensores de interesses pessoais (teto salarial), entre outros⁵⁰.

"A seqüência de derrotas do governo, principalmente na Câmara dos Deputados, inclusive com os votos de seus partidários, mostra a realidade pretensiosa de certos congressistas dentro ou fora de seus partidos, pois não existe decoro parlamentar. Para que reformas, se é mais tranqüilo para eles que o País continue atrasado, entregue ao peleguismo, ao nepotismo, legislando em causa própria ou para lobbies organizados, visando a interesses comuns, e não aos da Nação? Com o País reformado, *ipsis verbis*, sem a troca de favores e gentilezas, nenhum desses indignos representantes do povo inadvertido, a maioria ainda levada no cabresto das camisetas e de horários políticos contundentes a enganá-lo, teria condições de participar de futuras eleições nem de continuar fazendo do Brasil um eterno trem de alegrias lotado de cabides para carregar os seus familiares, protegidos comuns e classistas, reproduzindo cada vez mais marajás com altos salários e aposentadorias de dar inveja aos restantes 99% dos aposentados da falida Previdência Social e que andam morrendo de fome. Infâmia, baderna, negociatas e escândalos são os símbolos da bandeira do nosso Congresso Nacional." *Derrota do governo*, de Roberto Stavale, São Paulo (Estado de São Paulo, 12jun97, Tema: Reforma Administrativa)

"Um escândalo a mais ou a menos não vai mudar o conceito do Brasil perante as nações. Assim, por que não se valer do expediente utilizado para a aprovação da reeleição para acelerar também as demais reformas? Podem acreditar que há muito deputado de olho nas "200 milhas". Afinal, ninguém é de ferro e o País só teria a ganhar, já que as reformas são tão urgentes..." *Velho expediente*, de Arati de Souza, Cuiabá, Estado de São Paulo, 06/Jul/97 - Tema: Reformas)

As cartas têm em comum a crítica à posição dos parlamentares, sobre as dificuldades de aprovação da reforma administrativa. Algumas expressões

⁵⁰Cartas: *Teto salarial*, de João Marcos Coelho Barker; *Cortar o ponto*, de Alberto Aparecido dos Santos; *Derrota do governo*, de Roberto Stavale; *Imaturidade política*, de Leila Leitão (São Paulo); *Caminhar juntos*, de Antônio Rochael, Iguape; *Mau desempenho*, de Pierre Stern, Araraquara (Estado de São Paulo, 12/Jun/97, Tema: Reforma Administrativa); *Velho expediente*, de Arati de Souza, Cuiabá; *S/título*, de Lúcio Martinez, São José do Rio Preto; *Senda da modernidade?*, de

retiradas das cartas apontam para o desconformidade dos eleitores, frente às (in)ações dos parlamentares.

"... Que incompreensão de políticos mesquinha... Eles não foram eleitos para pôr este país no rumo certo? Não esperem o toma-lá-dá-cá"

"... demonstrando ao povo o seu desinteresse pela coisa pública, mais interessados que estão em preservar os próprios privilégios e os dos marajás, cujos opulentos salários são uma afronta ao brasileiro comum";

"... por que não cortar o ponto dos nossos congressistas que não comparecem às votações, descontando o dia do salário? Vamos acabar com essa palhaçada de apitos, venda de votos e troca de favores"

"... Enquanto isso, os congressistas enforcavam o expediente de 15 dias por mês, para dançar a quadrilha com chapéu de palha junto às suas "bases", ao som de viola e fogos de artifício. Quando regressarem, R\$ 40 mil estão garantidos em julho, pelo "expediente" extra. Acorda, sr. presidente. Fujimori não precisou ir à TV"

" ... Mas e daí? Alguém acredita que com eleições na porta da cozinha os deputados e senadores mexerão em alguma coisa que lhes possa porventura tirar votos?... Quem viver verá! Nossos políticos, infelizmente, somente pensam em sua barriga e, se até agora nada fizeram, não será agora, em véspera de eleição, que farão alguma coisa"⁵¹

É notável o alinhamento entre as notícias e os editoriais publicados pelo jornal, com as cartas dos leitores, nos dois existe a defesa da reforma, como solução, para as mazelas econômicas do país, e o enquadramento dos parlamentares como principais responsáveis pelo atraso nas votações e, em última instância, pela instabilidade da nação.

4.2.3. A crise externa: o segundo turno de votação da reforma

O período que antecede a segunda votação da reforma administrativa, na Câmara de Deputados, é bastante conturbado. Uma crise nas bolsas de valores, que abala a economia dos países asiáticos, tem reflexos significativos sobre o Brasil. Seus efeitos ameaçam ruir a política econômica adotada pelo governo do

Reynaldo Farah, São Paulo; *Em ferro frio*, de Adherbal Ramon González, Santa Cruz das Palmeiras (Estado de São Paulo, 06/jul/97 - Tema: Reformas, seção: Editoriais).

51 As cartas publicadas no *Estado* de onde foram retirados os recortes são, respectivamente: *Caminhar juntos*, de Antônio Rochael, Iguape; *Teto salarial*, de João Marcos Coelho Barker, São Paulo; *Cortar o ponto*, de Alberto Aparecido dos Santos, São Paulo (12/Jun/97, Tema: Reforma

Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem de adotar medidas emergenciais - o pacote fiscal - para manter a estabilidade econômica alcançada pelo país. A nova conjuntura tem reflexos sobre a tramitação das reformas. O poder Executivo ressalta a necessidade de finalizar as reformas, a fim de equilibrar as finanças públicas e, assim, enfrentar as condições adversas, que a política externa lhe impõe. O poder Legislativo, responsável pela tramitação das reformas, sofre pressões para acelerá-las. É colocado sobre seus ombros, de forma quase direta, a responsabilidade pela manutenção do modelo econômico, estruturado sobre a nova moeda, o real. É importante lembrar que, no ano seguinte, haverá eleições, e um desgaste pré-eleitoral não interessa a nenhum dos dois poderes, que terão de passar pelo crivo das urnas. Estão dadas as condições em que se estruturam as negociações, para votação, do segundo turno da reforma administrativa.

O mês de novembro de 1997 é decisivo para tratar uma das *questões polêmicas* da reforma, e que continua em aberto, o fim do regime de estabilidade no emprego para os funcionários públicos. Embora tenha sido aprovada a emenda que permite a demissão por ineficiência, continua em discussão a possibilidade de demissão por excesso de quadros, medida que possibilitaria, aos estados da Federação, maior facilidade para aplicação da lei Camata. A posição dos membros do Legislativo é delicada: a não aprovação do projeto do governo, nesta conjuntura específica, trará, sem dúvida, desgaste eleitoral, para os deputados que votarem contra, por outro lado, a aprovação do fim da estabilidade também reflete desgaste frente a uma parte do eleitorado, particularmente, se for levado em conta o fato de que, em muitos locais, o emprego público é um dos únicos recursos de renda e, ao mesmo tempo, uma carta importante nas mãos de candidatos ao parlamento⁵².

Se as relações entre o Planalto e sua base, e entre os partidos que compõem esta base, estão abaladas, como noticiam os jornais⁵³, a crise nas

Administrativa); *Senda da modernidade?*, de Reynaldo Farah, São Paulo; *Em ferro frio*, de Adherbal Ramon González, Santa Cruz das Palmeiras (06/Jul/97 - Tema: Reformas).

⁵² Lembremos que o mesmo assunto já foi discutido anteriormente, quando os jornais criticam a posição de parlamentares desfavorável a emenda em função do que denominam *cabides de empregos*.

⁵³ *Fim de acordo pode dividir governistas* - 09/Out/97, autor: Raymundo Costa; *Extinção de cargos ameaça as Reformas* - 25/Out/97, autor: Lucio Vaz; Luiza Damé (Folha de São Paulo, editoria:

bolsas de valores projeta modificações nessa conjuntura. A partir de agora, as notícias centram-se na crise econômica e em seus reflexos. Os noticiários oscilam entre a pressão do Planalto, cobrando as votações e apoio do Congresso à urgência⁵⁴; a denúncia de liberação de verbas, para deputados, em troca de votos e benefícios salariais⁵⁵; as negociações entre partidos da base⁵⁶; os conflitos na aprovação da emenda, na comissão especial⁵⁷; as ameaças de retaliações, aos deputados dissidentes da base governista⁵⁸; a culpabilidade, pelo atraso das reformas⁵⁹; a denúncia de nepotismo, envolvendo o relator da reforma administrativa, Moreira Franco⁶⁰; o retorno à polêmica sobre o teto salarial e o aumento de proventos dos parlamentares⁶¹.

Embora o *Estado* noticie os acontecimentos do período, é na *Folha* que as justificativas, para o atraso do término da reforma, mostram uma ligação direta

Brasil); *Congresso reduz ritmo e desacelera reformas* – Estado de São Paulo, 21/Out/97, autor: Rosa Costa, editoria: Política.

⁵⁴ *Presidente vai retomar ofensiva no Congresso* - 03/Nov/97, autor: Marcos Magalhães; *ACM garante apoio do Congresso contra crise* - autor: João Domingos; *Câmara é convocada para esforço pró-reformas* - autor: Ana Cristina Rosa (04/Nov/97); *FH apresenta pauta mínima contra crise* - 05/Nov/97, autor: Tânia Monteiro e Isabel Braga; *Planalto mobiliza governadores para votações* 14/Nov/97, autor: Christiane Samarco e Marcelo De Moraes; *Turbulência nas bolsas muda agenda política* 16/Nov/97; *Mercado externo aguarda* 17/Nov/97 (autor: Maria Inês Nassif); *Emenda administrativa enfrenta teste* 17/Nov/97, autor: Marcos Magalhães (Estado de São Paulo, editoria: Política); *FHC reúne líderes para apressar votação* - Folha de São Paulo, 04/Nov/97, autor: Luiza Damé, Denise Madueño, editoria: Brasil.

⁵⁵ *A hora da microPolítica* - autor: Fernando Rodrigues, editoria: Opinião, seção: Brasília; *Governo recua para aprovar Reforma; FHC troca Reforma por liberação de verba* (05/Nov/97, autor: Denise Madueño; Luiza Damé); *Governo faz concessão para aprovar reforma* - s/autor; *Diretor da Câmara faz lobby antiteto* - autor: Luís Costa Pinto (19/Nov/97) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

⁵⁶ *Congresso apressa votação de FEF e CPMF* - 06/Nov/97; *Moreira Franco confia na aprovação de emenda* - 08/Nov/97 (s/autor); *Governo conta com PPB para aprovar as reformas* 15/Nov/97; *Apoio ao governo divide bancada do PPB* 17/Nov/97 (autor: Christiane Samarco e Marcelo de Moraes); *Maluf faz 'maratona' a favor do governo* - autor: Marcelo de Moraes; *Pane em avião atrasa retorno de pepebista* - s/autor (20/Nov/97) (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁵⁷ Embora com maioria na comissão, o governo teve de fazer trocas de integrantes para conseguir aprovação. *Administrativa passa em comissão* - Folha de São Paulo, 07/Nov/97, autor: Denise Madueño; Luiza Damé, editoria: Brasil; *Aprovado texto final da reforma administrativa* Estado de São Paulo, 13/Nov/97, autor: Marcos Magalhães, editoria: Política.

⁵⁸ *PFL vai punir quem votar contra reformas* - 07/Nov/97, autor: João Domingos; *Maciel defende idéia de punir os infiéis* 09/Nov/97, s/autor (Estado de São Paulo, editoria: Política)

⁵⁹ *A situação das Reformas no Congresso* - Folha de São Paulo, 04/Nov/97, s/autor, editoria: Brasil; *Em SP, 68% apóiam reformas com urgência* - Estado de São Paulo, 09/Nov/97, s/autor, editoria: Política.

⁶⁰ Conforme denúncia da *Folha*, a mulher do relator trabalha de forma irregular no Rio de Janeiro como funcionária do Senado federal. *"Não é uma mutreta"* - 18/Nov/97, s/autor; *Mulher de relator não será transferida* - 19/Nov/97, autor: Lucio Vaz; *Mulher de Moreira pede aposentadoria no Senado* - 21/Nov/97, Autor: Lucio Vaz (Folha de São Paulo, editoria: Brasil)

⁶¹ *Líderes desistem de negociar fim de teto* - autor: Luiza Damé; Denise Madueño; *Diretor da Câmara faz lobby antiteto* - autor: Luís Costa Pinto (Folha de São Paulo, 19/Nov/97, editoria: Brasil).

entre este e os interesses dos parlamentares. Segundo o jornal, os congressistas desejam recursos ou benefícios e temem o desgaste frente a seus eleitores, como é possível ver pelos recortes abaixo:

"... Os deputados temem perder votos nas eleições do próximo ano, ficando a favor da Reforma..."

"... Os deputados ameaçam votar contra os projetos de interesse do governo se não forem liberados os recursos destinados por eles aos municípios por meio de emendas ao Orçamento..."

"... Para consumo externo, criou-se a versão de que um "espírito público" tomará conta de deputados e senadores na hora de votar as Reformas. Isso é história para boi dormir..."

Basicamente, os deputados querem dinheiro. O governo fez liberação apenas parcial das emendas dos parlamentares ao Orçamento de 97...

É a combinação perfeita: o Planalto libera o dinheiro, e os aliados patriotas no Congresso votam. É assim que funciona a microPolítica brasileira...

Ninguém fala em fisiologia. É tudo para o bem do Brasil. É tudo dentro da lei. É tudo microPolítica..."

"Começou a circular ontem na Câmara um documento no qual o governo se compromete a deixar fora do teto salarial as parcelas relativas a auxílio-moradia, diárias, ajudas de custo e convocação extraordinária..."⁶²

Os editoriais dos dois jornais refletem esta conjuntura. O primeiro grupo de editoriais, que antecede a votação em segundo turno da reforma administrativa, aponta a possibilidade de uma crise na economia brasileira e a necessidade de aprovação das reformas para superar a insegurança dos mercados. Estes editoriais se caracterizam por pressionar os congressistas a aprovarem a reforma e, particularmente, o item mais polêmico, que é o fim da estabilidade dos funcionários públicos, por excesso de quadros; o segundo grupo de editoriais é publicado após a aprovação em segundo turno da reforma.

Partindo do ajuste fiscal, colocado em ação pelo Executivo, os três editoriais publicados pelo *Estado* tratam da crise econômica que o país enfrenta e da necessidade de completar as reformas para equilibrar as finanças da Nação.

⁶² As matérias da *Folha* são, respectivamente: *A situação das Reformas no Congresso* - s/autor; *FHC reúne líderes para apressar votação* - autor: Luiza Damé; Denise Madueño (04/Nov/97); *A hora da microPolítica* - 05/Nov/97, autor: Fernando Rodrigues, editoria: Opinião; *Governo faz concessão para aprovar reforma* - 19/Nov/97, s/autor (editoria: Brasil).

"... Não seria esse o caso se as reformas que todos sabem ser essenciais para a consolidação do programa de estabilização da moeda tivessem sido aprovadas pelo Congresso, onde estão há mais de dois anos. Aprovadas as reformas, o governo teria como fazer as economias essenciais à redução da dívida pública e à redução da dependência dos fluxos externos de capitais para o financiamento dessa dívida..." (*A defesa do interesse comum* - Estado de São Paulo - 06/Nov/97 - Editorial)

"... O que os deputados do governo não compreenderam antes e esperamos que compreendam agora, diante dos sacrifícios que o governo foi obrigado a impor à sociedade, é que a Nação está a exigir deles uma pequena parcela de sacrifício eleitoral. O governo, esse, não hesitou em agir quando a situação exigiu - e jogou numa só cartada todo o prestígio que havia amealhado ao longo de três anos... Para que se avance rapidamente na direção de um equilíbrio estrutural, as reformas administrativa e da Previdência são indispensáveis.... Apesar disso, quando se tratou de votar o fim do Regime Jurídico Único - cuja introdução, na Constituição, manietou todas as administrações públicas - , o interesse eleitoral falou mais alto do que a realidade da crise enfrentada não pelo governo, que tem, antes dos demais poderes, a obrigação de oferecer saída para ela, mas pelo Estado brasileiro como um todo... O Estado brasileiro, que foi sucateado ao longo dos anos, corroído pelo cupim dos interesses regionais, paroquiais e eleitorais, deve lançar rapidamente as fundações que o sustentarão se vier outro vendaval. A Câmara deve ter consciência dessa situação." (*O real sentido da reforma administrativa* - Estado de São Paulo, 17/Nov/97, editoria: Editorial)

"A delicadeza da situação mede-se por um fato simples: a classe política tem os olhos voltados para as eleições do próximo ano e não para a crise, cujos efeitos na vida de cada brasileiro vão começar a ser sentidos a partir de agora... Quando falamos em classe política, não queremos dizer apenas o Congresso. Dele irá depender, sem dúvida alguma, o tempo que vai demorar para que os investidores internacionais voltem a acreditar no País... É preciso ver, porém, que a classe política não são apenas os parlamentares; os governadores também a integram - e é para eles que se voltam agora as atenções. O senso de urgência que não chegou ao Congresso, também não atingiu os governadores..." (*É preciso fechar a "casa de penhores"* - Estado de São Paulo, 18/Nov/97, Editorial)

A pressão sobre os parlamentares é a tônica dos editoriais. As ações dos parlamentares são qualificadas, mesmo que indiretamente, como lentas, no processo de tramitação da matéria, e ligadas a interesses eleitorais, em detrimento dos interesses da nação como um todo. Como nos demais editoriais analisados, há a construção de proposições, neste caso, trata-se da pressão, para votação das reformas, tendo como fonte não os interesses, ao menos discursivamente, da imprensa, mas da Nação na sua totalidade. O chamamento à conscientização das necessidades do país, denota a imagem de que os

parlamentares, diferentemente dos editorialistas, não têm conhecimento ou interesse na gravidade da conjuntura brasileira.

Os editoriais da *Folha* seguem na mesma linha. Os dois jornais são homogêneos, em termos de temática: a crise é o foco central.

"Acossado pelo revés econômico, o governo resolveu recolocar as reformas administrativa e previdenciária entre as suas prioridades para tentar inverter as expectativas negativas. Bastou isso para que congressistas vissem na iniciativa uma oportunidade de liberar recursos previstos por emendas que eles próprios haviam sugerido ao Orçamento de 97.

Em troca de votos, os deputados devem ser premiados com a liberação do dinheiro para obras que, com uma ou outra exceção, seriam realizadas em seus redutos eleitorais. Esse parece ser o preço que cobram para tomar consciência das necessidades do país. É um acordo clientelista, que contribui para preservar mais relações clientelistas: entre parlamentares e suas regiões de origem.

Não se trata de saber se o preço desse acordo "sairá barato", como diziam anteontem assessores do Planalto. Esse raciocínio negociata desvia a atenção do centro do problema: a racionalidade pública do Orçamento. Submetê-lo a interesses menores de parlamentares significa personalizar a destinação do dinheiro, comprometendo pela base o que deveriam ser políticas públicas.

Seria difícil encontrar no Brasil um município que não tenha carências mais ou menos urgentes. Nada justifica, pois, que as prioridades estejam subordinadas a interesses eleitoreiros. Ademais, são vários os casos em que as emendas ao Orçamento serviram apenas para liberar verbas em benefício direto de seus autores.

Quanto ao Executivo, não é a primeira vez que recorre a subterfúgios clientelistas para obter resultados do Congresso. O argumento cínico de que tais procedimentos fazem parte das regras do jogo legitima hábitos ilícitos em nome de uma suposta modernidade. Ainda ontem, FHC afirmou que, se for preciso, dirá não aos pedidos dos parlamentares. Seria bom que fosse assim, em nome do interesse público, ou do Brasil, como gosta de dizer o presidente." (*Reformas e Clientelismo* - Folha de São Paulo, 06/Nov/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

"Tem sido mais do que repisada a tese de que as ameaças que pesam sobre a economia brasileira tornam mais do que urgentes medidas de austeridade ou que evidenciem o objetivo de atingi-la. A aprovação da reforma administrativa é uma das iniciativas que podem, agora, demonstrar o empenho em sanear e tratar com rigor as contas públicas, aumentando a credibilidade nacional.

Mas é ainda mais importante que os parlamentares tenham consciência de que as emendas constitucionais que tratam da administração pública representam apenas parte de um amplo projeto de racionalização do Estado -são mais que remendos emergenciais. As votações no Congresso, porém, vêm sendo condicionadas por interesses míopes - eleitoreiros, clientelistas e corporativos... Depois das mudanças constitucionais da ordem econômica, os parlamentares podem finalmente dar outro grande passo na racionalização do Estado brasileiro, aprovando a reforma administrativa." (*Semana da reforma* - Folha de São Paulo, 18/Nov/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

Os dois editoriais publicados na *Folha* têm muitas similaridades com aqueles do *Estado*: procuram exercer pressão sobre os parlamentares, para que votem as reformas; a razão da pressão está ligada a um interesse maior, às necessidades prementes de saneamento do Estado brasileiro, à racionalização do mesmo; chamam os parlamentares à consciência da gravidade da situação; os interesses eleitorais servem, novamente, de justificativa para o atraso das reformas. Mas, por outro lado, de maneira diferente do *Estado*, os editorialistas da *Folha* denunciam o retorno a práticas clientelistas, acusando congressistas de trocarem seus votos por recursos. Se os editorialistas do *Estado* insinuam interesses paroquiais e eleitoreiros dos parlamentares, a *Folha* vai mais longe, ao acusar os congressistas de condicionarem seus votos a interesses míopes (eleitoreiros, clientelistas e corporativos).

A votação do segundo turno da reforma administrativa ocorre em 19 de novembro de 1997, foi aprovada por 351 votos, 43 além do mínimo necessário, mas continua em aberto o destaque mais polêmico: o término da estabilidade dos funcionários públicos⁶³. A *Folha*, através de notícias, descreve as denúncias de práticas clientelistas, que havia feito em seus editoriais, são elas: empréstimos, para o Estado do Paraná (deputados do PFL); liberação de recursos, para emendas do orçamento da União; melhor tratamento, aos parlamentares, pelos ministros e altos funcionários da equipe econômica; nomeações, para cargos no Pará; conclusão da rodovia BR-163, no Mato Grosso; promessas de cortes de incentivos fiscais, para a Zona Franca de Manaus e aumento de salário, para os deputados federais, em função do novo teto salarial (consta ainda que alguns deputados votaram favoravelmente, por receio de agravamento da crise econômica do país)⁶⁴.

Às notícias de denúncias, publicadas pela *Folha*, após a votação do segundo turno da reforma administrativa, somam-se matérias que tratam das negociações, para a votação do destaque mais polêmico, e que continua em

⁶³ *Emenda administrativa passa na Câmara* - autor: Cláudia Carneiro; *Governo faz reforma passar no Congresso* - s/autor (Estado de São Paulo, 20/Nov/97, editoria: Política)

⁶⁴ *Bancada paranaense do PFL troca apoio por empréstimo* - s/autor; *FHC detona caça ao voto de 100 deputados* - autor: Marta Salomon; *William França; Governo barganha e aprova Reforma Administrativa* - autor: Luiza Damé; *Denise Madueño (20/Nov/97); Como o governo barganhava votos no Congresso* - s/autor; *Convertidos votam a favor da estabilidade* - Autor: Lucio Vaz (22/Nov/97) - *Folha de São Paulo*, editoria: Brasil.

aberto - o fim da estabilidade dos servidores públicos. O Planalto pressiona seus aliados, mas encontra obstáculos ,para a aprovação da matéria⁶⁵, entretanto, em 26 de novembro, a Câmara de deputados aprova, em segundo turno, a quebra de estabilidade dos servidos, os quais poderão ser demitidos para contenção de gastos⁶⁶

Uma série de editoriais são publicados nos dois jornais, no período que corresponde aos dias anteriores à votação do segundo turno da reforma administrativa, a sua aprovação e a posterior aprovação do fim da estabilidade no emprego dos servidos públicos por excesso de gastos. No total, são cinco editoriais do *Estado* e três editoriais da *Folha*.

Os editoriais publicados pelos diferentes jornais, antes da votação do segundo turno da reforma administrativa, apresentam características comuns, como é possível verificar nos recortes: chamam os parlamentares à responsabilidade da aprovação da matéria administrativa, tendo como justificativa a construção de uma imagem positiva do país, frente aos mercados internacionais; os interesses eleitorais dos congressistas aparecem, novamente, como a fonte das dificuldades para finalização da reforma.

"... O comprometimento do Congresso com as medidas de ajuste, agora, é indispensável para reforçar a imagem de uma política segura e bem orientada. Não tem sentido os congressistas agirem, com os olhos voltados para a conveniência eleitoral, como se a resposta ao mercado internacional fosse problema exclusivo do presidente e da equipe econômica..." (*No mesmo rumo, num outro ritmo* - Estado de São Paulo, 20/Nov/97, s/ autor, editoria: Editorial)

"... Apenas com avanços na reforma do Estado será possível inspirar confiança na comunidade financeira internacional, cujas apostas são hoje o fio da espada sobre o qual caminham os países em desenvolvimento...

É notório que os parlamentares estão conseguindo manter ou até ampliar seus próprios benefícios. Lamentavelmente, esse parece um

⁶⁵ *Líderes fazem blitz para passar Reformas* - s/autor; *Malufistas ameaçam obstruir votação* - autor: Lucio Vaz, editoria: Brasil (24/Nov/97); *Demissão por excesso de gasto deve cair* - 25/Nov/97, Autor: Luiza Damé; Denise Madueño; *'Olha, deputado, agora fica difícil'* - s/autor; *Deputado diz que Planalto ameaça retaliação por voto*- autor: Lucio Vaz e Luiza Damé, editoria: Brasil (28/Nov/97) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *PSDB inicia ofensiva para cobrar apoio* - Estado de São Paulo, 24/Nov/97, autor: Cláudia Carneiro, editoria: Política.

⁶⁶ *Deputados derrubam estabilidade de servidor* - Estado de São Paulo, 27/Nov/97, s/autor, editoria: Política; *Governo vence com folga de 18 votos* - autor: Luiza Damé; Solano Nascimento; *Estabilidade amplia dissidência governista*, s/autor (Folha de São Paulo, 27/Nov/97, editoria: Brasil).

custo a ser enfrentado em nome de se obter maior racionalidade administrativa, ao menos no Executivo.

Mais uma vez, um bom número de eleitores brasileiros fica envergonhado hoje. Afinal, são responsáveis pela eleição de certos deputados que nestes dias barganharam de modo tão lamentável quanto frenético a aprovação de uma reforma necessária à estabilização da economia e que seus próprios partidos apoiavam.

É claro que a democracia exige negociação política e que esta envolve inúmeros interesses, muitas vezes conflitantes. Mas seria de esperar que essa negociação ocorresse em termos mais programáticos, que os partidos não fossem apenas legendas para disputar eleições, mas defendessem um conjunto minimamente coerente de políticas públicas.

Mas, mais uma vez, apesar da atitude positiva de muitos parlamentares, o eleitor pôde observar no Congresso discussões grosseiras e deputados tacanhos trocando votos por verbas para redutos eleitorais; governadores e candidatos procurando avalizar futuros pedidos ao Executivo federal; políticos leiloando cargos em vez de discutirem seriamente o conteúdo da emenda à Constituição.

É natural que os se encontram na oposição e discordam das propostas do governo votem contra. Mas, quando se trata de deputados da base governista, muitos do partido do próprio vice-presidente da República, é inaceitável que procurem aproveitar uma situação de fragilidade da política econômica para obter vantagens antes de aprovar a reforma.

Não existe remédio rápido para esse quadro lastimável. Uma reforma política pode trazer avanços. Mas só a continuidade democrática, o lento processo de educação da população e o amadurecimento político do eleitorado podem depurar a vida pública. É preciso que o cidadão assuma sua responsabilidade ao votar e evite fazê-lo com desleixo, influenciado por motivos pessoais, ou buscando vantagens imediatas. Afinal, os parlamentares foram eleitos pela população. Enquanto o cidadão mantiver uma atitude descompromissada com a vida pública, a crítica genérica aos "políticos" será estéril e incoerente...

Apesar do balcão de negócios em Brasília, ao menos alguns bons sinais nesse sentido parecem emergir." (*Bons e maus sinais* - Folha de São Paulo, 21/Nov/97, s/autor, editoria: Opinião, Seção: Editorial)

Mas, se o editorial do *Estado* se restringe a uma rápida crítica aos interesses eleitorais que guiam as ações dos deputados da base governista, a *Folha* amplia muito a temática, retomando a questão da barganha por recursos que já havia denunciado anteriormente. Sua estratégia é chamar a atenção dos leitores/eleitores para as ações sinecuras dos parlamentares. Embora assinalasse progressos democráticos no campo político brasileiro, os editorialistas fazem fortes críticas ao sistema político do país, defendendo a necessidade de uma reforma política. Aqui um dado importante: a culpabilidade dos *maus* políticos, aqueles que não cumprem as obrigações como deveriam, que votam, buscando benefícios pessoais ou eleitorais, recai sobre os eleitores e os partidos políticos. De um lado, os partidos políticos são qualificados, apenas, como legendas, para a disputa eleitoral, sem programas que sejam seguidos pelos seus membros; de

outro lado, está o eleitor, qualificado como: imaturo politicamente, desleixado, influenciado por motivos pessoais, em busca de vantagens imediatas, descompromissado com a vida pública. São fortes críticas que se justificam, para o jornal, pois "os parlamentares foram eleitos pela população".

A aprovação em segundo turno da reforma administrativa, por 351 votos a 134, trouxe novos editoriais. Tanto o *Estado*, como a *Folha*, publicam editoriais, tratando da importância da aprovação da reforma administrativa, para que o Estado brasileiro tenha melhores condições de enfrentar as adversidades externas e consiga manter a estabilidade do país, mas a permanência, em aberto, sem votação, da proposta do fim da estabilidade, faz com que os editorialistas continuem pressionando os parlamentares, tendo como base a gravidade do momento econômico. Nos dois editoriais, os elogios à aprovação contrastam com a crítica à demora do andamento da mudança constitucional, segundo os mesmos, a rapidez no processo teria evitado medidas tão duras por parte do Planalto⁶⁷. No dia estipulado para votação da quebra da estabilidade na Câmara de Deputados, 26 de novembro de 1997, são publicados, em cada jornal, um editorial, tratando do tema. Partindo da ameaça vivida pelo país, com as crises internacionais, os editorialistas do *Estado* chamam a atenção para uma segunda ameaça, esta é interna.

"... A outra ameaça - bem maior do que a primeira, porque é uma mistura de interesses políticos regionais e de vaidades pessoais feridas - vem do Congresso como um todo, mas especialmente do PFL...

O outro cavalo que puxa o tandem do governo, o PFL - perdoe-nos o deputado Inocêncio Oliveira pela imagem do cabriolé -, parece não se ter dado conta de que a situação é grave. Não apenas o PFL, reconheçamos. O que se observa no Congresso é que todos estão a favor de que se adotem medidas para proteger o país de um "ataque especulativo", mas opõem restrições ao que o governo propôs. Defendem, sim, as medidas do pacote - mas, atenção!, defendem 50 das 51, porque sempre haverá uma que afeta interesses eleitorais e essa não poderá passar. Como, por exemplo, o Imposto de Renda da Pessoa Física, ou a demissão de qualquer funcionário do antigo território federal do Amapá. No caso do Imposto de Renda, o presidente do Congresso foi para a liça desde o primeiro momento, e o líder do PFL transformou uma questão fiscal em problema institucional: "O Congresso não é vaca de presépio."

No caso do Amapá, é o próprio presidente da República que autoriza o senador José Sarney a levar a tranqüilidade a 6 mil funcionários que temiam ser demitidos no corte determinado pelo pacote. Depois do *sursis* para o Amapá, o deputado Inocêncio Oliveira terá razão em sair

⁶⁷ O início da racionalização do Estado - s/autor, seção: Editoriais; *Sinais animadores* - s/ autor (Estado de São Paulo, 21/nov/97, editoria: Editorial).

repetindo a todo instante que o Congresso não é "vaca de presépio" para dizer amém a tudo o que vem do Executivo. Afinal, se o pacote não vale para o Amapá de Sarney, por que valerá para o Finor de Inocêncio, ou para a Zona Franca de Gilberto Miranda?

Essa mistura de *wishful thinking* com oportunismo eleitoral acabará liquidando, se já não liquidou o pacote. Poderá influir, hoje, na votação da emenda que quebra a estabilidade do funcionalismo, ao concluir-se a votação da reforma administrativa. Há razões de sobra para se perguntar se a emenda será aprovada. Por isso, o dia de hoje será decisivo, já que a Câmara demonstrará se pretende ou não dotar o governo dos instrumentos - a reforma administrativa, depois o pacote, mais tarde a reforma da Previdência - com que construir o escudo que defenderá o Estado brasileiro da crise. Para que o PSDB se tenha disposto a adotar o "discurso da crise", é porque ela é de fato séria. Se é assim, não se pode permitir que a mistura de *wishful thinking* com oportunismo eleitoral ponha em risco a construção do escudo de defesa do Estado." (*Um dia decisivo* - Estado de São Paulo, 26/Nov/97, s/ autor, editoria: Editoriais)

Partindo de uma declaração de um líder do PFL, segundo a qual "O Congresso não é vaca de presépio", para aprovar todas as medidas que o Planalto deseja, os editorialistas passam a criticar a instituição, como um todo, por colocar interesses eleitorais à frente de medidas que possam garantir a estabilidade do país. Apontam uma série de denúncias de benefícios, que geram projeção eleitoral, para alguns parlamentares, e pressionam, para a finalização da reforma, com a aprovação do fim da estabilidade para os servidores públicos.

O editorial da *Folha*, chamado *Reforma na encruzilhada*, de forma semelhante, exerce pressão sobre os parlamentares, mas, definindo claramente que se tratam daqueles membros de partidos que compõem a base governista. A estratégia de pressão tem seu funcionamento baseado em dois pontos: de forma análoga ao editorial do *Estado*, chama a atenção para os perigos da instabilidade financeira e para a necessidade de aprovação completa da reforma bem como critica os parlamentares, que colocam questões menores à frente de questões nacionais, sem definir os nomes. A particularidade está em novamente remeter à questão dos interesses eleitorais, tão destacada como empecilho enfrentado pelos parlamentares, para aprovar a quebra da estabilidade dos funcionários públicos: chama a atenção dos eleitores para controlar a votação de seus representantes. Novamente os eleitores são chamados à responsabilidade, pelos editorialistas, já que são eles os "*responsáveis pela composição do Congresso Nacional, no que ele tem de bom e no que tem de ruim*".

"...Ainda que as reformas do Estado não sejam uma panacéia, nem tenham efeitos imediatos, sua aprovação tem enorme impacto sobre a

credibilidade da política econômica. A responsabilidade do Congresso -e especialmente da base governista- é ainda maior neste período de instabilidade financeira internacional. Espera-se que cada deputado tenha clara noção da importância de seu voto. Que cada eleitor esteja atento à atuação do parlamentar em que votou.

Trata-se de uma oportunidade de destacar quão nocivos à vida pública são parlamentares que colocam interesses menores à frente das grandes questões nacionais -e de lembrar que os eleitores são responsáveis pela composição do Congresso Nacional, no que ele tem de bom e no que tem de ruim. Não há sistema político melhor que a democracia, mas ela exige dos cidadãos atenção com os representantes que elege...

Os partidos governistas têm ampla maioria no Congresso. Que seus deputados votem coerentemente a favor de uma reforma efetiva. Dela depende, em parte, a superação das atuais dificuldades econômicas." (*Reforma na encruzilhada* - Folha de São Paulo, 26/Nov/97, editoria: Opinião, seção: Editorial)

A tramitação da reforma administrativa está finalizada na Câmara de Deputados, passa agora a ser votada no Senado Federal. Cada um dos jornais, publica um editorial, comentando a vitória do governo. Os dois são similares, ao perceber o fim da estabilidade por excesso de gastos como um passo importante para a estabilidade da economia brasileira, como um retorno da confiança dos investidores externos. Mas diferentemente do que vinha acontecendo anteriormente, quem faz referência ao clientelismo e ao empreguismo não são os editorialistas da *Folha*, e sim os do *Estado*. Aos parlamentares, sobram críticas pela demora da tramitação, e, mesmo quando os editorialistas constatarem que os congressistas perceberam a gravidade da crise externa e os efeitos que a mesma poderia gerar sobre a economia brasileira, estes são submetidos à desqualificação: apenas cumpriram com sua função⁶⁸.

Considerações finais

Algumas considerações podem ser apontadas, a partir da análise feita em torno dos dois momentos selecionados: a negociação para a votação da proposta de um teto salarial máximo, para todo o funcionalismo público, e o fim da estabilidade de emprego para o funcionalismo público.

⁶⁸ A resposta do congresso - Folha de São Paulo, 27/Nov/97, s/autor, seção: Editorial; *Uma mudança de expectativas* - Estado de São Paulo, 28/Nov/97, editoria: Editoriais

As críticas dos dois jornais, no que tange à estipulação de um teto salarial máximo, para os servidores públicos, têm como foco a vontade de parlamentares de criar exceções à regra, diante das quais, os próprios parlamentares saem beneficiados. A divulgação de notícias e a composição de editoriais de crítica à postura dos parlamentares centram-se, principalmente, nos deputados federais ligados aos partidos que compõem a base de apoio do governo na Câmara de Deputados. A estratégia utilizada pelos dois jornais é similar: a desqualificação dos parlamentares, que defendem a exceção à regra, num primeiro momento, generalizando a crítica a todos os membros da casa parlamentar, através da comparação dos salários recebidos, pelos deputados federais, com aqueles recebidos pelo trabalhador comum. A noção de moralidade é que dá sentido a esta comparação e serve de base, tanto para a crítica dos editorialistas, quanto para a manifestação de desagravo dos leitores, constituídos, pelos jornais, como a opinião pública. A opinião pública é importante aqui, pois é estabelecida como o argumento central, para o retrocesso nas posições dos parlamentares, que defendem os benefícios pessoais, ao mesmo tempo em que é contabilizada, pelos jornais, como fonte de argumentação, para a crítica, sua manifestação através das cartas se dá somente após e em sustentação às críticas elaboradas pelos veículos de comunicação impressa.

Ainda quanto à manifestação dos leitores e eleitores, criticando as atitudes e desejos dos congressistas, os jornais têm estratégias diferenciadas: o *Estado* publica apenas cartas de leitores, enquanto a *Folha* publica cartas de parlamentares, justificando-se perante a opinião pública, instituindo assim a ampliação do espaço de interferência dos jornalistas no campo político, pois os políticos têm de se justificar no próprio local onde foram atacados. Mesmo com estratégias diferenciadas, o fim parece ser comum: a pressão para que os parlamentares mudem sua postura frente à proposta do governo, tendo como base a noção de moralidade, noção cara aos detentores de cargos eletivos, já que a mesma é um dos pontos centrais para a credibilidade do político.

No que se refere ao segundo ponto, a proposta de fim da estabilidade dos servidores públicos, a estratégia de desqualificação se dá em torno de dois pontos: o primeiro, é o receio de algum ônus eleitoral, por parte dos

parlamentares, caso votem os chamados temas polêmicos favoravelmente. Os deputados federais são constituídos como defensores de interesses paroquiais, leia-se aqui, são criticados, por desejarem a permanência dos *cabides de empregos*, os quais lhes permitem ganhos, em termos de votos, através de nomeações de funcionários; o segundo ponto, trata da falta de consciência dos deputados federais, frente às dificuldades da nação, devido à instabilidade financeira internacional. A crise externa serve de justificativa para a pressão dos editorialistas, para que os parlamentares aprovem totalmente a reforma, constituindo os parlamentares como desinteressados ou despreocupados com o quadro de crise que está se desenhando no país. Os congressistas são anunciados como os prováveis culpados por todas as mazelas do país, tanto econômicas, quanto sociais. A estratégia de pressão surte efeito com a aprovação total da reforma administrativa.

A noção de neutralidade no tratamento dos fatos também está presente. Os dois jornais têm, como argumento para a pressão, seja de moralização ou de conscientização dos membros do parlamento, a busca de um bem maior: a estabilidade econômica da nação; a racionalização do Estado; a diminuição das desigualdades sociais; em resumo, a busca do bem comum, do bem público. Os jornais não estariam defendendo interesses seus, mas interesses da nação como um todo. A neutralidade está constituída no contraponto de interesses, por um lado, está a imprensa, defendendo a sociedade, e por outro, se encontram os parlamentares, defendendo interesses pessoais ou paróquias. Sem dúvida, a neutralidade, tão almejada pelos jornais, encontra seus limites nas próprias estratégias utilizadas, demonstrando sempre total apoio para a finalização das reformas, e no caráter propositivo com que são elaborados seus editoriais. Caso interessante é a posição do *Estado*, que defende a derrota do Planalto na votação da reforma, como forma de eliminação das barganhas das negociações entre os poderes Executivo e Legislativo.

Por fim, é interessante destacar a homogeneidade no tratamento dos fatos. Os dois jornais, embora elaborem, em determinados momentos, estratégias diferenciadas de divulgação e análise dos acontecimentos, o que é razoável, já que disputam o mesmo mercado de informação e têm, por isso, de disputar

espaços para ampliação da vendagem, acabam tratando os temas de forma bastante similar e constituindo uma imagem negativa dos parlamentares, baseada na defesa de interesses pessoais, paróquias ou eleitorais, e no desinteresse pela coisa pública.

V. De Olho no Congresso: a falta de quórum e os custos das convocações extraordinárias

A cobertura jornalística, feita pela imprensa sobre o Congresso Nacional, não trata apenas de questões pontuais, como as negociações e votações para modificações na Carta Constitucional, caso das reformas propostas pelo Governo Federal e da emenda, que permite a reeleição para os cargos executivos eletivos em nível nacional, estadual e municipal. Há temas constantes durante todo período, relacionados ao funcionamento das Casas Parlamentares e ao desempenho dos congressistas no trabalho legislativo.

Segundo as normas de funcionamento, estipuladas na Constituição Federal, ao Poder Legislativo, é prevista a existência de dois recessos anuais, momentos em que não há trabalhos parlamentares¹. Mas estas mesmas regras possibilitam que os deputados federais e senadores sejam convocados para trabalhos extras. As chamadas convocações extraordinárias podem partir do Executivo ou por convocação do Presidente do Congresso Nacional. Em geral, as mesmas ocorrem para cumprir pautas de votações que não foram totalizadas durante o ano nas sessões ordinárias. Assim, o Congresso Nacional tem dois momentos de funcionamento: os trabalhos ordinários, que acontecem durante o período normal, e os trabalhos extraordinários, dependentes de convocação. Os trabalhos compõem sessões deliberativas (nas quais há votações), sessões ordinárias, sessões extraordinárias e reuniões de comissões, entre outras tarefas dos deputados federais e senadores.

Os dois momentos de trabalhos legislativos projetam notícias e críticas na imprensa. Há dois pontos divulgados nos noticiários, que afetam de forma significativa a imagem da instituição: a falta de quórum nas sessões deliberativas, sujeitas, a partir do ano de 1995, a descontos salariais. As ausências dos parlamentares ao trabalho são constantemente divulgadas e criticadas pela mídia

¹ Permanece no Congresso Nacional apenas uma equipe de parlamentares de plantão, para necessidades eventuais, como por exemplo, dar permissão ao Presidente da República de se ausentar do país.

impressa, gerando reações diversas por parte dos membros do Poder Legislativo e dos leitores dos jornais; o segundo ponto está diretamente vinculado às convocações extraordinárias, além das faltas, são divulgados os custos de tais convocações, para os cofres públicos, salientando os valores dos proventos extras, que cada parlamentar tem direito a receber no período.

Os jornais estabelecem uma relação entre as ausências dos congressistas às sessões, os custos dos trabalhos legislativos aos cofres públicos e os índices de aproveitamento destes trabalhos. A forma de mensurar o aproveitamento do trabalho parlamentar é baseada no número de matérias, projetos e emenda aprovadas. Uma das razões para o longo período de tramitação das matérias e para a baixa produção, segundo os jornais, encontra-se nas ausências dos parlamentares em plenário. Como algumas sessões e votações não ocorrem por falta de quórum, as emendas constitucionais e projetos de lei não são votados, tornando necessário, ao Planalto, recorrer à convocação extraordinária para cumprir a pauta. Os custos extras aos cofres públicos tornam-se a munição principal da crítica da imprensa, seguidos pelas faltas. A relação entre faltas, custos e morosidade parlamentar, noticiada ano a ano, projeta reflexos significativos na imagem do Congresso Nacional. Descrever estas notícias, detectar as relações possíveis e, por fim, analisar os efeitos que as mesmas projetam no campo político, é a proposta deste capítulo.

O formato desta parte do trabalho é um pouco diferenciado dos anteriores. As publicações sobre as reformas apontam para uma divisão temporal no tratamento de cada caso, em particular, ligada à própria centralidade da discussão e informação sobre cada uma das propostas de mudança constitucional. As matérias que tratam da falta de quórum e das convocações de trabalhos extraordinários apresentam outro formato de publicação: são constantes durante todo o período selecionado para análise. Outra característica diferenciada é o fato de raramente estes pontos se tornarem pauta para um editorial ou mesmo para uma coluna de opinião, sua importância parece estar no fato de ser um tema cotidiano das notícias que cobrem o Congresso Nacional.

Aqui destaca-se uma ressalva para tratar da importância da investigação de notícias: ao buscar a construção efetivada pela mídia impressa, de um

discurso de (des)qualificação do Congresso Nacional, não basta a investigação dos editoriais, é necessário buscar a notícia em sua constância diária bem como o reflexo da mesma na opinião pública, leia-se aqui, nas cartas dos leitores/eleitores. A informação, aos leitores, das faltas, a divulgação dos custos das convocações extraordinárias e do desempenho dos congressistas, permite, por um lado, o alastramento do processo democrático, ao consentir ao representado a observação do comportamento do representante que escolheu, como bem argumentam os jornalistas. Ao mesmo tempo, possibilita a ampliação do desgaste do político, tão fortemente enraizado no senso comum do país.

Uma última observação faz-se importante. No caso em análise, a exposição crítica dos parlamentares não se restringe, como nos capítulos anteriores, aos membros da Câmara de Deputados, aqui, o Senado também é objeto das notícias. Se nas negociações e votações para reformas, a posição dos deputados federais tem centralidade, até mesmo em razão da própria lógica de funcionamento do Congresso Nacional, pois as emendas e projetos de mudança constitucional passam em primeiro lugar por votação na Câmara, a divulgação de notícias sobre o quórum e as convocações extraordinárias atribuem também espaço aos senadores.

A importância dada pelos dois jornais ao comportamento dos parlamentares em seu trabalho é de tal modo significativa, que o jornal *Folha* passou, a partir do ano de 1996, a editar um caderno especial chamado *Olho no Congresso*, que trata deste tema, apresentando índices semestrais e anuais, além de comparativos, entre cada ano do mandato. Assim como nas edições diárias, a frequência dos deputados e senadores é pauta do suplemento. Somados às faltas, estão os índices de desempenho dos congressistas nos trabalhos legislativos (propostas de emendas e projetos e atuação nas votações). Em função da importância da edição de um caderno especial somente sobre o Congresso Nacional, optou-se por trabalhá-lo em sessão específica.

Este capítulo está dividido em:

5.1. *Convocação extraordinária*: investiga as matérias publicadas sobre as convocações extraordinárias, enfocando a relação entre faltas, custos e produtividade. 5.1.1. *Desgaste de imagem e a reação do Congresso Nacional* -

matérias que apontam a preocupação dos congressistas com a repercussão das notícias; 5.1.2. *A reação dos leitores* - descreve as cartas dos leitores sobre o tema e as relaciona com a cobertura jornalística.

5.2. *A polêmica do quórum: as ausências dos parlamentares às sessões ordinárias*. são trabalhadas as matérias e editoriais que tratam das ausências dos parlamentares em seu local de trabalho e descrição das notícias da reação das lideranças da instituição, buscando solucionar o problema de falta de quórum;

5.2.1. *A reação dos leitores à falta de quórum* - trata das cartas dos leitores e das pesquisas de opinião divulgadas pelos jornais.

5.3. *Olho no Congresso - a Folha avalia o seu representante*: analisa as edições do caderno especial publicado pela *Folha*, chamado *Olho no Congresso*, suplemento dedicado exclusivamente ao Poder Legislativo, que trata da atuação e da frequência dos parlamentares. 5.3.1. *A repercussão do caderno Olho no Congresso* - apresenta as cartas de leitores, de deputados e senadores, relacionadas ao suplemento especial, e analisa a edição do caderno.

5.1. *Convocação extraordinária*

Os dois jornais selecionados dispõem de um significativo espaço em suas páginas ao tema convocações extraordinárias, tratando-o de forma similar. De modo geral, as notícias que fazem referência ao tema acabam por criticar as ações dos parlamentares, afetando a imagem, tanto dos membros do Parlamento, quanto da própria instituição. Tópicos comuns a todas as convocações do período são: as ausências e as justificativas apontadas pelos jornais e pelos parlamentares para estas faltas; o custo de tais convocações para os cofres públicos, em virtude dos proventos extras recebidos pelos congressistas; o baixo rendimento de trabalho alcançado durante os períodos extraordinários.

A polêmica da falta de quórum está presente nos noticiários que tratam das convocações extraordinárias. As razões para ausência dos congressistas estão noticiadas em matérias que, simplesmente, apontam as faltas e as

justificativas usadas pelos mesmos² e matérias nas quais os jornais destacam as razões do deslocamento dos congressistas, para fora da capital federal, entre as principais, estão as festas, os feriados e as campanhas eleitorais.

Quanto às festas, o deslocamento dos deputados federais e senadores é causado por comemorações federais e regionais: no início do ano, é o carnaval, que projeta o esvaziamento de Brasília; na metade do ano, são as festas de São João, que atraem parlamentares de volta ao contato com suas bases eleitorais³. Alguns recortes ilustrativos são indispensáveis.

"... Outro problema que preocupa o governo: como fazer para colocar 308 deputados em plenário na terça-feira que antecede ao carnaval? O presidente da Câmara e os líderes governistas começaram ontem mesmo a se mobilizar para garantir o quórum necessário para a leitura do projeto de Euler, que substitui a emenda original do governo. Avalia-se no Congresso que não haverá como justificar para a sociedade uma eventual falta de quórum num dia como terça-feira..." (*Quórum e projeto de Euler preocupam governo* - Estado de São Paulo, 09/Fev/96, autor: João Domingos, editoria: Política)

"O início da votação da Reforma das aposentadorias já corre o risco de atrasar novamente. O cronograma acertado ontem depende da presença de 308 dos 513 deputados em plenário na terça-feira que antecede o Carnaval.

Uma missão quase impossível para os líderes de partidos que apóiam o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso...

Como as sessões do período de convocação extraordinária do Congresso não têm sido computadas para efeito de falta ou desconto nos salários, muitos deputados planejavam esticar a próxima semana com o feriado.

Alegam que não há mais vagas em vôos que saem de Brasília na véspera do Carnaval..." (*Carnaval pode atrasar votação* - Folha de São Paulo, 09/Fev/96, s/autor, editoria: Brasil)⁴

² S/ título - 08/Jan/96, s/autor, seção: Painel; Tiroteio; *Média deste ano é semelhante à de 95* - 29/Jul/96, s/autor; *Falta de quórum adia sessão da Câmara* - 12/Jul/97, s/autor; *Deputado diz estar gripado* - 08/Jan/98, autor: Sandra Hahn; Paulo Peixoto; Flávio Arantes; *Reforma deve ser votada após convocação* - 12/Jan/98, autor: Denise Madueño; *Relator falta a sessões para praticar esqui* - 02/Fev/98, autor: Lucio Vaz; *Sem quórum, votação da Previdência fica para março* - 17/Jan/98, autor: Luiza Damé; Denise Madueño (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); S/título - 01/Jul/96, s/autor, seção: Jogo Rápido; *Até comissão de plantão tira férias no Congresso* - 29/Jul/97, autor: C.C., *Líderes atrasam votação da Previdência* - 09/Jan/98, autor: Isabel Braga e Christiane Samarco; *Câmara cancela sessão e atrasa Previdência* - 17/Jan/98, autor: Marcos Magalhães e Marcelo de Moraes; *Congresso vazio atrasa votação da Previdência* - 20/Jan/98, autor: Cláudia Carneiro e Marcos Magalhães (Estado de São Paulo, editoria: Política).

³ *Realista* - Estado de São Paulo, 13/Jun/97, s/autor, editoria: Política; *Os folguedos* - Folha de São Paulo, 20/Jun/97, autor: Nelson De Sá, editoria: Brasil, seção: No Ar.

⁴ Outras matérias que tratam do tema: S/título - 31/Jan/98, autor: Diana Fernandes com Agência Estado, seção: Coluna do Estadão; S/ título - seção: Jogo Rápido; *Deputados começam carnaval mais cedo* (13/Fev/96, s/autor) (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Câmara antecipa feriado de Carnaval* - Folha de São Paulo, 13/Fev/98, autor: Luiza Damé; Denise Madueño, editoria: Brasil.

As campanhas eleitorais surgem nas matérias dos jornais como justificativa dos parlamentares, para o não comparecimento às sessões, durante as convocações extraordinárias.

"Quem passasse ontem pelo Congresso, por volta de 7 horas, poderia se assustar com o movimento de deputados chegando ao trabalho em período de convocação extraordinária.

Com pressa de viajar, a solução encontrada pelos parlamentares foi aparecer no início da manhã para registrar presença e evitar a oficialização de falta que se transformaria em desconto no contracheque. A sessão de votação estava marcada para as 9h30, mas desde cedo os deputados registraram presença no painel eletrônico na Casa e puderam voar logo para os Estados.

A semana de dois dias de trabalho (terças e quartas-feiras) já é tradição do Congresso. Às 9h30, quando a sessão foi aberta, a lista de presença indicava o comparecimento de 109 deputados. A maioria deles, no entanto, já estava em pleno vôo, a meio caminho das bases e da campanha municipal..." (*Deputados forjam presença para viajar* - Estado de São Paulo, 11/Jul/96, s/autor, editoria: Política)⁵

Entre as notícias que tratam do tema, há aquelas sobre pressões, utilizadas pelo governo federal ou lideranças do Congresso Nacional, para que os parlamentares apresentem-se ao parlamento: são telegramas e telefonemas⁶ dos líderes do governo e das Casas legislativas, tentando alcançar quórum mínimo. Mas as coações não param por aí. O desconto de salários é utilizado como argumento pelo Congresso Nacional para fazer com que os deputados e senadores compareçam ao trabalho. A mídia impressa também exerce pressão, ao lembrar, em vários momentos, o texto constitucional, que permite a cassação dos faltosos a partir de um número específico de ausências não justificadas.

"... O novo calendário ameaça também o bolso dos deputados. Quem faltar na próxima semana poderá ficar sem a segunda parcela da ajuda de custo devida pela convocação extra durante as férias. São exatos R\$ 8 mil a menos no contracheque..." (*Carnaval pode atrasar votação* - Folha de São Paulo, 09/Fev/96, s/autor, editoria: Brasil)

"O bolso será a grande arma do governo para garantir a presença de pelo menos 308 deputados em Brasília na terça-feira e assim garantir quórum para a leitura do relatório do deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM) sobre a reforma da Previdência. O presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), ameaça descontar dos salários a falta dos

⁵ Outros exemplos: *Deputados candidatos tentam ampliar licença* - 08/07/96, s/autor; *Deputados alegam doença para fazer campanha* - 18/08/96, autor: Cláudia Carneiro (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁶ *Samey envia telegrama em busca de quórum* - Folha de São Paulo, 11/Jan/96, autor: Sônia Mossri, editoria: Brasil; *Recado subliminar* - 30/Jun/96, s/autor; *S/título* - 05/Jan/98, autor: Diana Fernandes com Agência Estado, seção: Coluna do Estadão (Estado de São Paulo, editoria: Política).

parlamentares que não forem a Brasília na terça..." (*Faltosos podem sofrer desconto no salário* - Estado de São Paulo, 09/Fev/96, autor: J. D., editoria: Política⁷)

"Pelo menos 42 deputados podem sofrer processo de perda de mandato caso não justifiquem suas ausências à sessão da Câmara da última terça-feira... De acordo com o parágrafo terceiro do artigo 55 da Constituição, o parlamentar que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a um terço das sessões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada, perderá o mandato..." (*Deputados podem perder o mandato* - Folha de São Paulo, 21/Dez/96, autor: Ricardo Amorim, editoria: Brasil)

Paralelamente à questão da falta de quórum nas convocações extraordinárias, os jornais apontam outra questão polêmica: os custos de tais convocações para os cofres públicos. Os dois jornais tratam de forma similar a questão, criticando fortemente os gastos, vinculando-os à baixa produtividade, quer dizer, poucas discussões e votações das matérias pautadas e pequeno número de sessões que, de fato, ocorrem em função da permanente falta de quórum. Segundo a *Folha*, os parlamentares possuem o direito de, além de seu salário oficial, receber um salário extra por mês de convocação. Além disso, os congressistas chamados a trabalhar no período de recesso têm o direito a mais um salário a título de ajuda de custo. Os servidores da casa parlamentar também recebem diárias extras pelo trabalho nestes períodos, ampliando ainda mais o valor gasto nas convocações extraordinárias. Os jornalistas fazem a divisão do valor total recebido pelos parlamentares, pelo número de sessões, e, como nas convocações, as sessões são reduzidas, os custos por sessão são significativos, principalmente, se comparados com os valores recebidos por um trabalhador assalariado.

"No primeiro dia da convocação extraordinária feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o Congresso registrou a ausência de 144 deputados. Cada parlamentar está recebendo R\$ 16 mil pela convocação. Os proventos das diárias- extras não serão reduzidos por causa das faltas.

O corte de salários será feito apenas sobre o vencimento de julho, que é de R\$ 8 mil. Calcula-se que, no período de convocação extraordinária, serão realizadas 12 sessões. Com a divisão de R\$ 16 mil por 12 sessões, conclui-se que o deputado receberá R\$ 1,33 mil para cada uma.

Direito

- Os 144 ausentes têm direito à mesma quantia paga aos que apareceram no plenário para trabalhar. A certeza de que esta será uma

⁷ Outros exemplos de matérias que tratam do desconto salarial e perda de mandato são: Líderes jogam para FH decisão de convocação - 25/Jun/97, autor: João Domingos; Temer libera ponto de deputados - 01/Jan/98, autor: J. D. (Estado de São Paulo, editoria: Política).

semana improdutiva é tão grande que nenhuma emenda constitucional vai ser apreciada antes do dia 10..." (*Convocação começa com 144 ausentes* - Estado de São Paulo, 01/Jul/96, autor: João Domingos, editoria: Política)

"A convocação extraordinária do Congresso em julho deverá resumir-se a, no máximo, nove dias de votações na Câmara. A previsão foi feita pelos líderes governistas.

Formalmente, a convocação ocorrerá de 1º a 31 de julho, mas os deputados terão folga a partir do dia 19, para trabalhar nas campanhas eleitorais...

Na hipótese da realização de nove sessões, levando-se em conta a soma do que será pago no mês, cada dia de trabalho do deputado no plenário vai custar R\$ 2.600.

O líder do PMDB, Michel Temer (SP), afirmou que, se houver votações às terças e quartas-feiras, "já será bom".

Com votações apenas em dois dias da semana, o parlamentar fica com os outros cinco dias para fazer campanha em seu Estado.

Atualmente, a semana do deputado já tem se resumido a dois dias de votação.

Sem votações, a falta do parlamentar não é computada para efeito de desconto em seu salário.

A convocação vai custar aos cofres públicos cerca de R\$ 9,5 milhões só com os extras aos 513 deputados e 81 senadores..." (*Parlamentar ganha R\$ 24 mil para trabalhar 9 dias em julho* - Folha de São Paulo, 29/Jun/96, autor: Denise Madueño, editoria: Brasil)⁸

O pagamento de salários extras a deputados ausentes também é tema de notícias.

"O governo pode pagar R\$ 1.562.414,40 para deputados que faltaram a sessões na convocação extraordinária até o dia de ontem. Esse número representa 19% do custo de R\$ 8.208.000,00 para pagamento dos dois salários extras dos deputados pela convocação..." (*Ausentes podem receber R\$ 1,6 milhão* - Folha de São Paulo, 22/Jan/98, s/autor, editoria: Brasil)⁹

⁸ Outras matérias: *Ausência de deputados atrasa trabalhos* - 03/Jun/96, autor: João Domingos; *S/título* - 07/Jul/96, s/autor, Seção: Jogo Rápido; *Convocação termina e aliados comemoram* - 06/Fev/97, autor: Cláudia Carneiro; *Enfim* - 20/Mai/97, s/autor; *Convocação extraordinária divide aliados* - 13/Jun/97, autor: Christiane Samarco; *Articulando* - 19/Jun/97, s/autor; *Convocação em julho já está confirmada* - 19/Jun/97, autor: J.D.; *ACM antecipa início de sessões da convocação* - s/autor, 01/Jul/97, editoria: outros; *Convocação de janeiro custará R\$ 25 milhões* - 17/Dez/97, autor: Cláudia Carneiro e Rosa Costa (Estado de São Paulo, editoria: Política); *'Hora extra' do Congresso pode custar R\$ 9,5 mi* - 17/Jun/95, autor: Denise Madueño; *S/título* - 17/Jun/95, s/autor, seção: Painel/Tiroteio; *Parlamentar ganha R\$ 24 mil para trabalhar 9 dias em julho* - 29/Jun/96, autor: Denise Madueño; *Congresso votou 7 projetos na convocação* - 07/Fev/97, autor: Daniel Bramatti; Lucas Figueiredo; *Reforma deve ser votada após convocação* - 12/Jan/98, autor: Denise Madueño; *Ausentes podem receber R\$ 1,6 milhão* - 22/Jan/98, s/autor; *Câmara antecipa feriado de Carnaval* - 13/Fev/98, autor: Luiza Damé; Denise Madueño (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

⁹ Outro exemplo: *Câmara antecipa feriado de Carnaval* - Folha de São Paulo, 13/Fev/98, autor: Luiza Damé; Denise Madueño, editoria: Brasil.

Os noticiários não se restringem a informar sobre o quórum e os custos das convocações extraordinárias, discorrendo também sobre a produtividade dos trabalhos parlamentares nestes períodos.

5.1.1. Desgaste de imagem e a reação do Congresso Nacional

Às notícias publicadas pelos dois jornais, informando os leitores sobre as ausências dos parlamentares às sessões extraordinárias e os custos gerados pelas convocações, somam-se matérias criticando a baixa produtividade das convocações extraordinárias:

"O Congresso encerra hoje o período de convocação extraordinária num clima de euforia dos governistas e críticas da oposição... Para o contribuinte, porém, contabilizados os gastos com horas extras de deputados e servidores, o preço foi salgado: R\$ 40 milhões. Com o feriado de carnaval, deputados e senadores só retornam a Brasília no dia 17.

A produção da Câmara durante o período de convocação extraordinária (30 dias) foi mínima, mas atendeu ao objetivo do governo. Os aliados do presidente passaram o mês tentando vencer a primeira e mais árdua etapa da emenda da reeleição e conseguiram..." (*Convocação termina e aliados comemoram* - Estado de São Paulo, 06/Fev/97, autor: Cláudia Carneiro, editoria: Política)

"A convocação extraordinária do Congresso terminou ontem, com a votação em plenário de apenas 7 dos 107 projetos de lei, emendas e medidas provisória constantes da pauta. Isso representa um custo de aproximadamente R\$ 5,7 milhões por projeto votado.

O cálculo exclui projetos de resolução (que tratam de questões internas do Legislativo), mensagens e projetos de decreto legislativo (que, na maioria dos casos, avalizam acordos internacionais)..." (*Congresso votou 7 projetos na convocação* - Folha de São Paulo, 07/Fev/97, autor: Daniel Bramatti; Lucas Figueiredo, editoria: Brasil)¹⁰

A falta de quórum, os salários extras e a baixa produtividade nos trabalhos adicionais são apontados como fatores que levam ao desgaste da imagem do Poder Legislativo frente à opinião pública.

"O presidente Fernando Henrique Cardoso quer convocar o Congresso durante o recesso parlamentar de julho, para apressar a conclusão das reformas constitucionais. A base de apoio do governo, no entanto, está dividida em relação à conveniência política da convocação. Motivo: o

¹⁰ Outros exemplos: *Líderes esperam pouco da convocação extraordinária* - 28/Jun/96, s/autor; *FH comemora produtividade da convocação* - 25/07/96, autor: Cláudia Carneiro (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Câmara vota 2 de 6 projetos previstos* - Folha de São Paulo, 28/Jul/97, autor: Luiza Damé, editoria: Brasil.

trabalho extra custará à União R\$ 9,5 milhões só de salário extra para os parlamentares.

Os aliados temem o desgaste de uma convocação em que cada parlamentar receberia, além do salário de R\$ 8 mil, uma ajuda no mesmo valor no início do recesso e no final - o mês de julho renderia R\$ 24 mil para os 81 senadores e 513 deputados.

Desgaste

"Ou teremos uma convocação produtiva, ou simplesmente não haverá convocação", avisou ontem o presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Preocupado, ele quer ouvir a opinião de cada um dos senadores sobre as vantagens e os riscos da convocação, antes de ter a conversa decisiva com o presidente Fernando Henrique na semana que vem. Os aliados temem que uma derrota do governo, em temas como a reformas administrativa e previdenciária, provoque desgaste junto à opinião pública. "Convocar para gastar todo esse dinheiro e perder não vale a pena", resumiu o presidente do PFL, deputado José Jorge (PE)..." (*Convocação extraordinária divide aliados - Estado de São Paulo*, 13/Jun/97, autor: Christiane Samarco, editoria: Política)

"A atitude do líder do governo, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), que fez um discurso sexta-feira no plenário vazio, foi criticada pelos deputados na sessão de ontem da Câmara. Luís Eduardo foi acusado de contribuir para desmoralizar o Congresso.

Luís Eduardo fez um discurso em defesa das medidas do governo no setor de Reforma agrária. Somente o petista Gilney Viana (MT), que presidia a sessão, assistiu ao discurso ..." (*Deputados criticam Luís Eduardo - Folha de São Paulo*, 17/Jun/97, s/autor, editoria: Brasil)

"... Escaldados

Os presidentes do Senado, Antônio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, que, a princípio, resistiram à idéia da convocação extraordinária, prometem agora votar tudo que puderem.

Se é inevitável o desgaste da imagem do Congresso por conta dos salários extras, querem, pelo menos, apresentar bons resultados até o fim da convocação...

Perguntar não ofende

Sem descontar as faltas, vai ter quórum?" (S/título - Estado de São Paulo, 05/Jan/98, autor: Diana Fernandes com Agência Estado, editoria: Política, seção: Coluna do Estadão)

"... Anteontem, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), havia rebatido as críticas que estão sendo feitas contra o Legislativo por causa das faltas ao trabalho de deputados e senadores.

ACM chamou os críticos de "inimigos" do Legislativo, que "querem ver o Congresso enfraquecido para que possam fazer coisas inconfessáveis".

Cada parlamentar vai receber nos meses de janeiro e fevereiro R\$ 40 mil, o equivalente a cinco salários de R\$ 8.000. É prática da Casa abonar as faltas dos deputados que não participam das sessões não-deliberativas..." (*Convocação extra atrai só a metade dos parlamentares - Folha de São Paulo*, 08/Jan/98, s/autor, editoria: Brasil)¹¹

¹¹ Outros exemplos: *Reeleição e reformas vão forçar convocação* - 09/Out/96, autor: Ricardo Amaral; *Expectativa* - 29/Out/97, s/autor; *Convocação de janeiro custará R\$ 25 milhões* - 17/Dez/97, autor: Cláudia Carneiro e Rosa Costa; S/ título - 04/Jan/98, autor: Diana Fernandes com Agência Estado, seção: Coluna do Estadão (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Convocação extra divide governistas* - 11/Jun/97, s/autor; *Congresso deve ser convocado em julho*

Os recortes demonstram a repercussão negativa, nos jornais, da falta de quórum e dos proventos adicionais ganhos pelos congressistas nas convocações extraordinárias, e apontam a preocupação das lideranças do Legislativo com um possível desgaste de imagem da instituição frente à opinião pública. O vulto de tal preocupação fica evidenciado nas tentativas, por parte dos próprios membros do Congresso Nacional, de reverter este quadro desfavorável, seja evitando novas convocações, propondo a ampliação do número de votações, seja denunciando "inimigos" do Legislativo.

O *Estado* dá maior espaço em suas publicações a informações de que o Legislativo tenta minimizar ou reverter o desgaste de sua imagem. Conforme o jornal, três momentos refletem claramente a tentativa da instituição de "melhorar sua imagem": O primeiro deles trata de um movimento denominado "Reage Câmara", articulado por alguns parlamentares, que busca um acordo para mudanças de procedimentos na Casa; o segundo aventa a possibilidade, por parte dos presidentes da Câmara de Deputados e do Senado, de mudança de regimento interno, para desobstruir a pauta de votações e, por fim, a disposição dos presidentes do Parlamento de instituir a convocação extraordinária sem o pagamento de ajuda de custos aos parlamentares, buscando assim dar exemplo de austeridade e compromisso com o ajuste fiscal, que o Planalto vem tentando implantar na máquina pública do Estado. Este três pontos estão destacados nos noticiários abaixo.

"O procedimento de Sperafico tem sido citado por deputados para justificar o movimento "Reage Câmara" que está sendo articulado no Legislativo. "Nós temos de mostrar ao povo que não somos vagabundos nem ladrões", disse a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP). Os deputados estão preocupados com o resultado dessa convocação extraordinária, período em que ganham salário triplicado. Se nada for votado, a opinião pública vai reagir e a imagem do Legislativo vai piorar ainda mais. "Aí nós não vamos poder andar na rua", disse.

Esse movimento é muito mais a busca de um discurso para os parlamentares do que a expectativa de resultados concretos. É o que pensam os principais comandantes da Câmara. Uma prova disso é o que diz o deputado José Genoíno (PT-SP), um dos articuladores do "Reage Câmara": "Vamos fazer apenas acordo nos procedimentos e não no mérito das matérias", disse. Ou seja, a dificuldade de maioria para aprovar reformas, o que exige o quórum de 308 deputados, vai persistir..." (*Espelho*, 04/Jul/97, s/autor)

- 18/Jun/97, autor: Lucio Vaz; Raquel Ulhôa; *FHC convocará Congresso; pauta inclui Reformas e FEF* - 26/Jun/97, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

"Os presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), decidiram mudar os regimentos internos e até a Constituição para desobstruir a pauta de votação das duas Casas. Segundo argumentam, as atividades do Congresso não têm correspondido às expectativas da opinião pública em matérias importantes como as reformas administrativa e a da Previdência.

"Parece que estamos sendo vagarosos por causa de impedimentos regimentais, por isso decidimos fazer alterações para elevar o desempenho do Congresso", justificou Antônio Carlos. Segundo o deputado Michel Temer, o acordo entre a Câmara e o Senado vai criar "uma intimidade administrativa maior", o que permitirá maior rapidez na votação das matérias..." (*Congresso muda regras para melhorar imagem* - 22/Out/97, s/autor)

"Os presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Senado, Antonio Carlos Magalhães, começam a estudar a hipótese de uma autoconvocação do Congresso em janeiro, sem o pagamento de ajuda de custo, para dar exemplo de austeridade e compromisso com o ajuste fiscal. Mas já estão esbarrando numa dificuldade: sem jeton, a convocação extraordinária para votar o ajuste e as reformas poderia acabar num fracasso de quórum..." (*ACM e Temer defendem convocação extra sem jeton* - 22/Out/98, autor: Cláudia Carneiro)¹²

As matérias acima referidas demonstram que é flagrante o forte temor dos parlamentares com a possível reação negativa da opinião pública, é constante em suas falas o receio de que os fatores faltas/custos elevados/baixa produtividade nas convocações extraordinárias, relacionados entre si, pelos noticiários, acabem por aprofundar o desgaste da instituição frente à opinião pública. O descrédito da instituição legislativa e de seus membros, por parte dos jornalistas, é marcante. No momento em que as notícias demonstram a predisposição dos congressistas de buscarem uma reação frente ao desgaste de imagem da instituição, a postura da imprensa é de desconfiança. Ela questiona os reais interesses ou as possibilidades concretas dos parlamentares levarem adiante esta disposição.

São seis os editoriais que tratam do tema convocações extraordinárias, ao longo do período estudado, sendo o mesmo número para cada um dos jornais (três). Na *Folha*, são encontradas duas colunas, assinadas por Janio de Freitas, que discorrem sobre tais convocações. Optou-se por comentar em primeiro lugar estas colunas.

As duas colunas assinadas por Janio de Freitas apresentam várias questões em comum às convocações extraordinárias: crítica aos custos e às

¹² As três matérias são publicadas no jornal Estado de São Paulo, sob a editoria Política.

ausências bem como a diminuta semana de trabalho dos mesmos, segundo o colunista, são apenas três dias úteis - de terça-feira a quinta-feira. A novidade em relação às notícias está na crítica ao papel exercido pelo Executivo e seus aliados, segundo o jornalista, eles são responsáveis por faltas (recessos brancos) e, por via de consequência, pela baixa produtividade, em função de interesses que, em última instância, causam ônus à população, já que é a mesma que arca com os gastos de tais convocações.

"... A necessidade da convocação extraordinária, pressupondo falta de tempo para votações no período normal, pode ser medida pelo uso que o Congresso tem feito do tempo, por orientação sempre combinada entre Fernando Henrique e os líderes governistas na Câmara e no Senado.

Na segunda metade de maio, por exemplo, o PFL e o PSDB estabeleceram um "recesso branco" de 15 dias, meio mês que, na execução, foi até mais do que isso. Vadiagem destinada apenas, e assim explicada pública e desabridamente pelos líderes governistas na Câmara, a esvaziar o escândalo da compra de votos para a reeleição e engavetar o pedido de CPI...

Na semana passada, os dias úteis nem incluíram a quinta-feira. Os 350 deputados presentes na Câmara foram dispensados já na manhã daquele dia, por iniciativa dos governistas que preferiram adiar a votação da Lei Geral das Telecomunicações para a quarta-feira que vem...

A convocação extraordinária, que compete ao presidente da República, e o respectivo custo, que compete aos nossos bolsos, serão tão indecentes quanto as férias de meio de ano concedidas ao Congresso." (A *tramóia de volta* - Folha de São Paulo, 15/Jun/97, autor e seção: Janio De Freitas, editoria: Brasil)¹³

Como foi dito, a *Folha* publica três editoriais sobre o tema da convocação extraordinária, estes possuem em comum a afirmação de baixo rendimento do trabalho parlamentar, de imobilismo ou morosidade na atuação dos congressistas, da falta de quórum para sessões e votações. Este conjunto de fatores é contraposto aos custos das convocações extraordinárias, pagas com dinheiro público. Esta relação permite a crítica ao Congresso Nacional em um tópico que, sem dúvida, afeta a todos os membros do parlamento: a imagem da instituição frente à opinião pública.

O primeiro editorial, denominado *Outra vez*, precede a convocação extraordinária do mês de julho de 1996. Elabora a crítica desta convocação, remetendo-se à anterior, cuja pauta era muito extensa e os resultados pouco

¹³ A segunda coluna do jornalista chamada *O presente extraordinário*, tem como tema a votação do Fundo de Estabilização Fiscal, segue a mesma linha da outra, tratando das ausências e dos custos das convocações extraordinárias, questionando o Congresso Nacional e criticando a

significativos A baixa produtividade encontra aqui seu contraponto: os custos para os "cofres públicos". A relação "custo-benefício", termo utilizado pelos próprios editorialistas, passa a dar o tom das críticas aos parlamentares.

"Pela segunda vez, em menos de um ano, anuncia-se uma convocação extraordinária do Congresso Nacional, tendo em vista examinar e votar boa parte dos projetos que, esperava o governo, tivessem sido apreciados durante o ano passado.

Na última convocação, a Casa se comprometera a apreciar uma pauta tão extensa que não seria necessário possuir dons especiais para antever que a iniciativa traria poucos resultados, mesmo implicando custos adicionais para os cofres públicos.

Desta vez, os parlamentares serão convocados para trabalhar durante os primeiros 18 dias de julho. Depois, ficarão com tempo disponível para as campanhas eleitorais.

Mesmo considerando a incontestável necessidade de os congressistas acelerarem os trabalhos legislativos, o anúncio de mais esta convocação extraordinária infelizmente já aparece acompanhado de algumas dúvidas bastante pertinentes.

Há algum tempo, a semana de cada deputado se limita a apenas dois dias de votação. Alguns líderes governistas estão prevendo inclusive que essa prática não deverá ser alterada durante o período excepcional. Pode-se, assim, inferir que as votações ocupariam aproximadamente oito dias do mês de julho. Não obstante, os congressistas pretendem dar conta de nada menos que 11 projetos de emenda constitucional e 27 projetos de lei. O baixo rendimento, portanto, é mais uma vez previsível.

A remuneração extra (R\$ 16 mil) para cada parlamentar, durante os trabalhos no período de recesso, seria até mesmo aceitável desde que, em contrapartida, os parlamentares fizessem bom uso das sessões adicionais. O passado mais recente, porém, não endossa essa hipótese.

Assim, é de se temer que a relação custo-benefício de mais essa convocação venha a ser amplamente desfavorável. E que o Congresso outra vez arranhe sua imagem, já bastante combalida, junto aos eleitores e à opinião pública. Resta pagar (e não pouco) para ver." (*Outra Vez* - Folha de São Paulo, 02/Jul/96, editoria: Opinião, seção: Editorial)

Dois aspectos sustentam a expectativa desfavorável dos editorialistas, em relação ao "custo-benefício" dos trabalhos legislativos extras: o exemplo da convocação extraordinária anterior e a constatação de que os parlamentares trabalham (entenda-se aqui trabalhar, como votar) apenas dois dias da semana, logo, o tempo não condiz com os trabalhos que devem ser realizados. A imagem *combalida* da instituição frente aos eleitores e à opinião pública também serve de suporte para o descrédito apontado pela imprensa.

O segundo editorial publicado, chamado *Morosidade parlamentar*, diferencia-se do editorial anterior em um ponto: este não "prevê" um baixo rendimento de trabalho na convocação, e, em função de que sua publicação é

posição do Planalto. (Folha de São Paulo, 17/Jul/97, autor e seção: Janio De Freitas, editoria:

posterior ao período extraordinário, os editorialistas "constatam" o baixo rendimento dos trabalhos legislativos. Em que pesem as pequenas diferenças de enfoque, os editoriais mantêm a mesma linha de crítica à morosidade parlamentar e à ausência dos parlamentares às sessões ou reuniões das comissões. Novamente a questão de imagem da instituição está em jogo.

"A convocação extraordinária do Congresso Nacional para votar uma série de projetos importantes para o país ficou, em termos de resultados, muito aquém do desejável.

Em que pese a aprovação de uns poucos diplomas, a extensa pauta que teoricamente justificou sua convocação permanece bastante longa. Fica assim a inexorável sensação de que a convocação se deu exclusivamente em função da polêmica emenda que dá direito à reeleição dos atuais mandatários do Executivo em todas as suas esferas.

Trata-se, é óbvio, de uma decisão de grande importância, mas o imobilismo que vem marcando a atuação do Legislativo federal é inadmissível, ainda mais quando se considera que uma convocação extraordinária implica custos extras para o país. Seriam, certamente, justificáveis, desde que os parlamentares tivessem conseguido limpar toda a pauta que fora inicialmente proposta.

Igualmente grave é a constatação de que o péssimo hábito de faltar a sessões ou reuniões continua uma tônica entre muitos parlamentares de Brasília. O pior é que os instrumentos para coibir essa prática vergonhosa existem, mas não são aplicados com a frequência necessária.

Como mostrou o caderno especial "Olho no Congresso", publicado por esta Folha na quinta-feira passada, um grupo de 123 deputados deveria ter sido excluído das várias comissões a que pertencem por faltarem a pelo menos cinco reuniões ordinárias consecutivas, como prevê o regimento da Casa. Mas, lamentavelmente, nada aconteceu.

Não se espera, é claro, dos congressistas que aprovelem sem o devido critério e aodadamente o que quer que se lhes apresente. Reflexão e debate deveriam marcar todas as fases das discussões de temas que terão influência sobre a vida dos cidadãos brasileiros. Entre a necessária ponderação e a contumaz morosidade, porém, vai uma enorme distância..." (*Morosidade Parlamentar* - Folha de São Paulo, 03/Fev/97, editoria: Opinião, seção: Editorial)

A novidade aqui é o fato dos editorialistas utilizarem como justificativa para a crítica uma publicação de autoria do próprio jornal, o caderno especial *Olho no Congresso*, editado pela *Folha*, e que tem como característica avaliar as ações dos parlamentares, principalmente, quanto ao número de faltas e quanto à produção (projetos emitidos ou votados)¹⁴.

O editorial *Autodestruição* é publicado durante a convocação extraordinária de julho de 1997. Como os demais, tem na falta de quórum, na

baixa produtividade e nos custos financeiros a base para a constituição da crítica. Novamente é destacada a imagem negativa do Congresso Nacional.

"O Congresso Nacional parece empenhado em uma campanha de autodestruição de sua já precária imagem. É escandaloso o fato de ter sido convocado extraordinariamente neste mês de julho, para votar itens das Reformas constitucionais, e não conseguir nem sequer instalar a sessão, quanto mais votar seja o que for.

Escândalo marcado por uma triste ironia: as Reformas que deveriam ser votadas têm como finalidade última buscar o equilíbrio das contas públicas. Mas tudo o que se fez, até agora, foi gastar inutilmente dinheiro público com salários de parlamentares.

O que agrava ainda mais o escândalo é o fato de que o governo tem um elenco de líderes à disposição para organizar as votações no Congresso...

Nem com todo esse arsenal de lideranças e supostos talentos o Executivo consegue fazer com que as bancadas governistas, francamente majoritárias, dêem número ao menos para instalar a sessão.

Em qualquer outra atividade, quem é pago para trabalhar, mas não comparece ao trabalho, recebe uma punição. No Parlamento, não tem havido punição alguma, apesar de reiteradas demonstrações de um grupo de congressistas de pouco caso para com as suas funções.

O fracasso, até agora, da convocação extraordinária demonstra que essa convivência com os maus hábitos criou uma cultura de desrespeito, de desrespeito ao público. A impunidade parece estimular a manutenção dos mais lamentáveis costumes e acaba dando razão à desconfiança com que uma fatia substancial da população encara a atividade política.

Nem o mais feroz inimigo do Parlamento seria capaz de urdir uma conspiração tão eficaz para manchar a imagem de uma instituição indiscutivelmente essencial para a democracia." (*Autodestruição* - Folha de São Paulo, 09/Jul/97, editoria: Opinião, seção: Editorial)

Os três editoriais da Folha, que tratam três momentos diferenciados das convocações extraordinárias, têm muito em comum. O descrédito da relação "custo-benefício" dos trabalhos adicionais se constituem em torno de exemplos do passado. Os qualificativos dos trabalhos, *poucos resultados, baixo rendimento, aquém do desejável*, têm como base o *costume, a prática vergonhosa, os maus hábitos, a cultura do desrespeito, de desrespeito* dos parlamentares. O costume que gera o baixo rendimento dos trabalhos legislativos, está na permanente ausência dos congressistas, ao trabalho, e no restrito número de dias de atividades por semana. A *impunidade*, a falta de punição, justifica este *costume* condenável, tanto pela imprensa, quanto por parcelas da *sociedade e opinião pública*, segundo palavras dos editorialistas.

¹⁴ Esta breve referência ao caderno *Olho no Congresso* é intencional, já que o mesmo será objeto específico da terceira parte deste capítulo.

O jornal *Estado* apresenta três editoriais sobre o tema. O primeiro deles é publicado em 1996. Neste, os editorialistas não têm a convocação extraordinária como o centro da construção da matéria opinativa. Seus escritos partem de digressões sobre o Orçamento da União, mas há uma pequena, porém significativa, alusão aos trabalhos legislativos extraordinários:

"O período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, embora produza resultados aquém dos esperados pela opinião pública - mas normais para os congressistas, que sempre consideram a morosidade necessária dos trabalhos legislativos -, permite ao menos que questões institucionais sejam discutidas, ainda que provocadas por motivos menores..." (*Repensar o Orçamento* - Estado de São Paulo, 24/Jul/96, editoria: Notas, seção: Editorial)

O segundo editorial, denominado *Tentativa de melhorar a imagem do Congresso*, trata das dificuldades de tramitação das reformas administrativa e previdenciária. O Poder Legislativo é focado a partir de dois momentos, que dizem respeito às relações entre as duas Casas Parlamentares: o possível conflito entre as mesmas, em virtude do longo período de tramitação das matérias na Câmara de Deputados, e do desgaste de imagem que isto projeta à instituição como um todo; o acordo entre os presidentes do Senado e da Câmara de Deputados, para alterar os regimentos internos da casa, na busca de maior produtividade para melhorar a imagem da instituição.

"Os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados puseram-se de acordo para alterar os regimentos das duas Casas e, se necessário, a Constituição, para que o Congresso tenha maior produtividade e melhore sua imagem perante a opinião pública. A decisão é sensata, mas eles sabem que encontrarão muitos obstáculos pelo caminho - a maior parte deles na Câmara dos Deputados. Essa, aliás, é a percepção que o Senado tem de suas relações com a Câmara; percepção a tal ponto aguda que, na segunda-feira, depois de manifestar-se contrário à convocação extraordinária do Congresso, o senador Antônio Carlos acrescentou de passagem: "... e nenhuma Casa pode demorar na apreciação de proposição da outra, pois isso desgasta o Poder perante a opinião pública". Ele traduzia o mal-estar do Senado diante do fato de a Câmara retardar demais a votação de projetos originários dele.

O encontro entre os dois presidentes poderá contribuir para que se desfaça esse mal-entendido. Será preciso, no entanto, que ambos coloquem muito empenho na tarefa que se propuseram realizar - especialmente porque a reforma dos regimentos poderá não ser suficiente e seja necessário reformar a Constituição. A tensão mascarada entre Senado e Câmara teve, seguramente, muito a ver com a reunião de Antônio Carlos com Temer. Mas o que de fato a deve ter motivado é o problema da votação das reformas administrativa e da Previdência Social...

Segundo informações contidas no editorial, o conflito entre as duas Casas Legislativas está ligado a posições diversas quanto à votação da reforma da Previdência. O presidente do Senado acredita que a votação da proposta pode ocorrer ainda no ano de 1997, bastando, para isso, o Planalto se empenhar, enquanto o presidente da Câmara acredita que não há tempo suficiente, já que o Senado modificou a proposta votada anteriormente pelos deputados. Partindo disto, os editorialistas concluem que:

... Por mais que o governo se empenhe, no entanto, se não se encontrar com rapidez a fórmula para apressar os trabalhos legislativos, dificilmente se aprovarão as reformas este ano e o governo terá de ir governando no dia-a-dia, sempre desgastante para todos..." (*Tentativa de melhorar a imagem do Congresso* - Estado de São Paulo, 24/Out/97, editoria: Editoriais)

Por fim, o *Estado* publica o editorial *Prejuízo ético, além de contábil*, partindo das dificuldades para a votação da Reforma da Previdência, que trata especificamente da questão convocação extraordinária, e neste sentido, o editorial é muito similar àqueles publicados pelo *Folha*. A crítica está centrada na falta de quórum mínimo para as sessões regimentais¹⁵ no período da convocação. Após discorrer sobre posições dos presidentes das Casas Parlamentares, em relação à falta de quórum, os editorialistas afirmam;

"... Lamentações e ironias de nada adiantam, pois não resolverão o problema - e não o resolverão pela simples e boa razão de que, usando o adjetivo do ministro Stephanes, a questão é ética. O Congresso foi convocado para votar uma pauta elaborada de comum acordo entre os dois Poderes. Convocados pelo Executivo, ou não, o dever dos deputados e senadores é votar a pauta e permitir que as reformas da Previdência... e a administrativa... sejam aprovadas para aliviar o INSS desse déficit enorme e permitir que o déficit público seja reduzido e com ele a dívida interna da União. Para um período de sessões extraordinárias, não se pode invocar a praxe - igualmente não ética - de que no período ordinário é costume não haver sessões deliberativas às segundas e sextas-feiras. Observe-se que falamos em "sessões deliberativas" na Câmara, isto é, sessões em que não há quórum regimental para votar projetos de lei ou de resoluções. Mas, ainda assim, são sessões que se instalam porque há 51 deputados presentes. Não são as oposições que estão impedindo que corram os prazos regimentais para que a reforma da Previdência seja votada - e, com certeza, já conseguiram inviabilizar a votação até o próximo dia 13, quando acaba a convocação extraordinária do Congresso. São deputados da base de sustentação do governo que não comparecem para assinar o ponto. Este fato deve ser gravado: a base parlamentar de

¹⁵ É necessário que uma matéria de mudança constitucional tenha um tempo determinado de tramitação antes da votação, este tempo é contabilizado em termos de sessões regimentais, as mesmas exigem para serem abertas o comparecimento de 51 parlamentares.

sustentação do governo não tem consciência de que a aprovação das reformas é o corolário das medidas que o governo tomou para impedir que os efeitos das turbulências asiáticas chegassem ao País. Não as votando - pior, não dando número para que transcorram os prazos regimentais -, eles estão trabalhando contra o Brasil e ganhando, para fazer isso, R\$ 26 milhões...

Para dar ênfase à questão da falta de ética, no não comparecimento dos parlamentares, os editorialistas utilizam-se da inauguração da TV-Senado.

"... Se insistimos no "ético", é porque o problema é ético. Tanto assim que a TV-Câmara dos Deputados não foi inaugurada numa segunda-feira, mas numa terça-feira. À inauguração, seguramente, compareceram mais de 51 deputados - da oposição, mas sobretudo do governo. Esse novo canal de entretenimento para quem não suporta os canais comerciais e já se habituou à TV-Senado poderia ter entrado no ar na segunda-feira. Não entrou - seguramente porque se dava como favas contadas que às segundas-feiras, embora soubessem que pelo menos 51 deles precisam estar presentes para que possa haver sessão, os deputados não estariam em Brasília. Na terça-feira, sim. Especialmente quando poderão aparecer, dizer do grande esforço que estão fazendo para o bem do País, vituperar contra aqueles que os criticam por não darem número para abrir sessões e depois irem cuidar de assuntos menores.

Nessa sessão extraordinária, a Câmara dos Deputados já causou um 'prejuízo ético' à Nação, que será quantificado monetariamente no fim do ano pelo Ministério da Previdência. Os números do prejuízo financeiro não serão exibidos pela TV-Câmara. O povo em geral, especialmente os brasileiros que não têm aposentadorias privilegiadas, sentirá, no entanto, o peso do "prejuízo ético" que a Nação inteira sofreu." (*Prejuízo ético, além de contábil* - Estado de São Paulo, 21/Jan/98, editoria: Net/Editoriais)

A coluna de opinião e os editoriais, embora em número restrito, vão ao encontro dos noticiários que tratam das convocações extraordinárias, fazendo a mesma relação entre ausências dos parlamentares/ custos elevados, com salários extras/ baixa produtividade. Relação esta que projeta, como assinalam os próprios parlamentares, desgaste de imagem da instituição frente à opinião pública. As tentativas dos congressistas de reverter o quadro de desgaste parecem não sensibilizar os editorialistas. Como ocorre com os noticiários, nos editoriais os parlamentares são qualificados como desinteressados pelo trabalho legislativo, buscando nos mais variados e, até mesmo, irrelevantes fatos, justificativas para sua ausência.

Os deputados federais e senadores são expostos ao crivo da opinião pública, como faltosos, beneficiados por proventos elevados e descumpridores das funções para as quais foram eleitos, em resumo, como (ir)responsáveis frente

aos seus representados. A circularidade da relação faltas, logo, baixa produtividade, tendo como contraponto os altos custos para o erário público, permitem aos jornais atingir a imagem da instituição e de seus membros. A noção opinião pública surge como o balizador desta relação, é sua existência e sua reação que justificam, tanto a preocupação dos parlamentares, quanto a crítica dos jornais. Mas, assim como os parlamentares, também os jornalistas, ao utilizarem a noção opinião pública, não a definem. Apenas um momento se destaca, quando o *Estado*, em um editorial, separa eleitores e opinião pública, utilizando os dois termos como distintos.

Se os jornais e os presidentes das Casas Parlamentares destacam as convocações extraordinárias como prejudiciais à imagem do Legislativo, resta investigar a reação dos leitores dos jornais.

5.1.2. A reação dos leitores

A opinião dos leitores sobre as convocações extraordinárias vão ao encontro dos noticiários e editoriais apresentados pelos jornais. Embora muitas das cartas partam de temas diversos, como o retorno da censura, o imposto sobre os cheques, os escândalos, a preservação da mata Atlântica, a falta de reajustes do funcionalismo público, etc, todas chegam a um denominador comum: a crítica aos parlamentares, pelos proventos extras que recebem e pelas faltas a sessões extraordinárias, pela baixa produtividade dos trabalhos, resultado do não cumprimento da pauta previamente estipulada.

"Se nossos legisladores fossem menos indolentes e trabalhassem sério, durante toda a semana, gozando apenas 30 dias de férias por ano, como costuma acontecer com os demais trabalhadores, talvez não fossem necessárias as constantes convocações extraordinárias. Essas convocações são pretexto para triplicar o já polpudo salário. Essa malandragem e outros vícios continuarão acontecendo, no Legislativo e no Judiciário, até o ano 3000, se a sociedade, os partidos políticos e a mídia não exigirem uma urgente e necessária reforma política."

"A foto do piquenique das deputadas gazeteiras (24/1) demonstra que a maioria dos parlamentares dá pouca importância a seu trabalho (aliás, muito bem pago). O mais revoltante é que a gazeta se dá em período de convocação para sessões extraordinárias, a um custo diário de R\$ 551,70 por parlamentar e, apesar da ausência, o corregedor da Câmara afirma que as faltas não serão consideradas, pois não houve votação

nominal. Concluimos que, se a maioria dos parlamentares faltar a todas às sessões e, em consequência, não tivermos nenhuma votação nominal, todos receberão seu salário, mesmo não tendo trabalhado. A afirmação do corregedor é uma vergonha para o Congresso, que deveria se preocupar em moralizar a Casa, punindo gazeteiros e quem não cumpre obrigações com a perda de mandato. Acorda, Brasil."¹⁶

"Qualquer trabalhador brasileiro que falte com suas obrigações sofre a devida punição. Os parlamentares faltosos e omissos, ao contrário, são escandalosa e acintosamente premiados, mesmo porque, descaradamente, só fazem legislar em causa própria.

Será que agora terão brio suficiente para, em sessões extras regamente pagas, votar e aprovar matérias há anos postergadas e que exigiram tão vergonhosa e imoral convocação extraordinária?"

"A Folha deu a notícia que a convocação do Congresso, em janeiro, deve custar R\$ 30 milhões. O presidente do Senado, ACM, afirma que ela vai acontecer, e o recém-reeleito deputado federal Michel Temer, presidente da Câmara, diz que é 'inevitável'! Ora, os parlamentares já estavam em 'férias', não regulamentares, cuidando das campanhas eleitorais. Isso já foi resolvido há 20 dias. O que estão esperando para trabalhar!?"¹⁷

As cartas dos leitores trazem o mesmo descrédito na relação custo/benefício das sessões adicionais, apontada pelos jornais. A ligação entre as informações contidas nos jornais e as cartas é interessante, pois além de referências diretas às matérias publicadas, há cartas que tratam das ausências dos parlamentares, associando-as a campanhas eleitorais e festas, as mesmas justificativas que aparecem nos noticiários. Se nas notícias divulgadas pela mídia impressa, os parlamentares são qualificados negativamente como faltosos, caros, omissos ou lentos, no espaço dedicado aos leitores, os qualificativos são ainda mais fortes: *canalhocratas*, indolentes, ganhadores de "prêmio", para cumprirem obrigações que não cumprem, legisladores em causa própria, descarados,

¹⁶ Várias cartas publicadas nos dias 03 de fevereiro de 1998 fazem referência as parlamentares que se ausentaram do Congresso Nacional durante a convocação extraordinária para um piquenique: *Povo adormecido*, de Fabio Tondi Guzzo, São Paulo; *Terra arrasada*, de James F. Sunderland Cook, São Paulo; *Diversão parlamentar*, de Reynaldo Farah, São Paulo; *Anotações*, de Bernardo Prevedel, São Paulo; *Eterno convalesce*, de Maria Raquel F. Bastos, Peruíbe; *Insensibilidade*, de Wilson Rosa Brasil, Vinhedo; *Romantismo e realismo*, de Sylvio Trunkl, São Paulo (Estado de São Paulo, 03/Fev/98, seção: Fórum de debates - Tema: Políticos Brasileiros)

¹⁷ As cartas são, respectivamente: *Reforma necessária*, de José Lopes Filho, coordenador do Movimento Popular Pró-Moralização do Poder Legislativo, Juiz de Fora, MG 22/Jul/96, editoria: Espaço aberto; *Importância do trabalho*, de José Roberto Nunes da Silva, Itapetininga, 03/Fev/98, seção: Fórum de debates (Estado de São Paulo, Tema: Políticos Brasileiros); *Convocação do Congresso*, de Carlos Boer, Taquaritinga, SP, 14/Jan/98; *Convocação do Congresso*, de Marciano Franco Netto, São Paulo, SP, 25/Out/98 (Folha de São Paulo editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

gazeteiros, funcionários desonestos, políticos corruptos, negligentes, incompetentes e insensíveis¹⁸.

Sobre o tema convocação extraordinária há apenas uma carta, oriunda do procurador-geral da Câmara dos Deputados, em defesa da instituição frente à notícia do provável custo de uma convocação extraordinária. A importância desta carta está no fato de seu autor questionar a informação divulgada pelo jornal *Folha* e, ao encontro de declarações de outras lideranças do Poder Legislativo, sugerir o interesse da imprensa em desqualificar o trabalho parlamentar frente à opinião pública.

"O noticiário divulgado em 26/9, pág. 1-6 da *Folha*, reportou-se a uma possível entrevista com o deputado Germano Rigotto, divulgando que, caso o Congresso não aprove as emendas das reformas tributária e administrativa até 15 de dezembro deste ano, 'pode gastar R\$ 9,5 milhões no pagamento dos parlamentares que serão convocados para trabalhar em janeiro e fevereiro'. Ora, a notícia não procede; preliminarmente, o fato 'convocação extraordinária' ainda não ocorreu. Tem apenas o condão de trazer à opinião pública uma idéia falsa do que ocorre no Parlamento brasileiro. A afirmação de que, 'mesmo sem pauta prevista para janeiro e fevereiro, a Câmara dos Deputados será convocada, porque a Constituição não prevê convocação separada de cada Casa', representa uma ilação maldosa, de quem quer apenas denegrir o trabalho dos parlamentares... O noticiário atinge, como um todo, não só a Câmara dos Deputados como o Senado Federal, injuriando-os e a seus membros. O título 'Aprovação das reformas poderá custar R\$ 9,5 mi ao Congresso' mostra-se ofensivo à instituição, atingindo a honra das pessoas físicas que a compõem, pois não corresponde à verdade." (*Congresso*, de Bonifácio de Andrada, procurador-geral da Câmara dos Deputados, Brasília, DF - *Folha de São Paulo*, 07/Out/95, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor)

A resposta, através da Nota da Redação, publicada em seguida à carta, reafirma a posição do jornal, salientando que as informações divulgadas são oriundas do próprio Congresso Nacional, mais especificamente, da Secretaria-

¹⁸ Cartas que aludem aos custos: *Picaretas*, de Antonio Dónatz Ribeiro da Silva, Curitiba, PR - 21/Jul/95; *Imposto do cheque*, de Valter Osvaldo Reggiani, São Caetano do Sul, SP - 12/Jul/96; *Convocação extraordinária*, de Napoleão Tenório de Albuquerque, Olinda, PE - 22/Dez/98; *Meio ambiente*, de Maiah Pinsard Vianna, São Paulo, SP - 09/Jul/98; *Convocação do Congresso*, de Marciano Franco Netto, São Paulo, SP 25/Out/98; *Conivência*, de Eduardo Barbosa, São José do Rio Preto, SP - 20/Dez/96 (*Folha de São Paulo*, editoria: Opinião, seção: Painel do leitor); *Tempos de austeridade?*, de Ronaldo Santoro, Rio de Janeiro - 17/Dez/96, editoria: Espaço aberto - Tema: Serviço Público; *Prevaricação premiada*, de Márcia Oliveira Menezes, Capital - 13/Jan/97, editoria: Espaço Aberto - Tema: Políticos Brasileiros; *Parlamento dissolvido*, de Dorival Cury, Bauru - 19/Mai/97, editoria: Fórum de Debates - Tema: Políticos Brasileiros; *Mais luz*, de Laerte T. Santiago, Araraquara - 05/Dez/97, s/autor, editoria: Editoriais - Tema: Governo Fh; *Uma festa só*, de Afrânio de Oliveira Sobrinho, São Paulo - 03/Fev/98, editoria: Net/Editoriais (Estado de São Paulo).

geral da Mesa da Câmara. A própria instituição é utilizada como fonte para a contestação das palavras de um de seus membros.

Por fim, as cartas deixam entrever que os leitores formam, em muito, uma opinião negativa dos parlamentares e da instituição à qual estes pertencem, a partir da leitura das notícias dos jornais. A constante relação entre custo/benefício das convocações extraordinárias, constituída pela imprensa, tem reflexos na imagem do Congresso Nacional, imagem de desrespeito dos representantes frente a seus representados.

5.2. *A polêmica do quórum: a ausência dos parlamentares às sessões ordinárias*

O não comparecimento dos parlamentares, seja no plenário, para votações, seja nas comissões a que pertencem, seja nas sessões regimentais, é um importante ponto de pauta dos jornais no que diz respeito ao Congresso Nacional. Segundo informações contidas nos noticiários da *Folha*, existem formas de controle da presença de parlamentares no Congresso Nacional: a lista fornecida pelo sistema eletrônico de votação, quando há votação; as anotações de funcionários das portarias da Câmara e do Senado, quando não há nenhuma votação na pauta do dia, sistema conhecido por "olhômetro".

A lista de presença é enviada para o presidente da mesa e, se for inferior a um décimo, a sessão não pode ser aberta, não importando se a presença em plenário for superior. A *Folha* afirma que as listas podem apresentar falhas, pois os porteiros têm de reconhecer os parlamentares (o que é complicado, em início de legislatura), mas mesmo precárias, são a única forma de controle quando não ocorre votação. É a partir destas listas que as duas Casas Legislativas calculam os percentuais de comparecimento e faltas de cada parlamentar. Em geral, as faltas são desconsideradas, para eventuais descontos de salários, somente sendo levadas em conta as sessões com votações.

"Por este sistema, a parte variável do salário (R\$ 5.000, do total de R\$ 8.000) é dividida pelo número de sessões deliberativas do mês.

Por exemplo: se houver uma única sessão deliberativa no mês, o deputado que faltar a ela perde R\$ 5.000. Se houver duas, cada falta representa desconto de R\$ 2.500." (*'Olhómetro' marca presença de congressistas* - Folha de São Paulo, 04/Mar/95, autor: Wilson Silveira, editoria: Brasil)

De modo geral, os parlamentares têm suas faltas abonadas quando as mesmas são ocasionadas por problemas de saúde ou viagens oficiais. Outras razões necessitam de justificativas, que são julgadas pela Mesa da Câmara.

"A Mesa pode recusar, aceitar (mantendo o salário) ou aceitar parcialmente (cortando o salário e abonando a falta para efeito de cassação).

Perde o mandato o deputado ou senador que faltar a mais de um terço das sessões do ano.

No Senado, o regimento permite que o parlamentar falte até cinco dias úteis sem desconto no salário.

Em caso de pedido de licença, mesmo se ela for recusada pela Mesa, o senador pode apresentar um recurso ao plenário da Casa." (*Veja como é feito o controle* - Folha de São Paulo, 14/Jan/96, s/autor, editoria: Caderno Especial *Olho no Congresso*)

O jornal *Folha*, como já foi destacado, possui um espaço exclusivo para avaliar o comportamento dos parlamentares, o caderno especial *Olho no Congresso*. Embora a edição de tal caderno diferencie a forma de tratamento do tema, nos dois jornais existem espaços de informação e crítica comuns: tanto a *Folha*, quanto o *Estado*, informam seus leitores sobre a ausência dos congressistas em notícias de suas edições diárias. Estas informações cotidianas são o foco de análise neste momento.

Várias são as razões, noticiadas nos jornais, para as ausências dos parlamentares aos trabalhos legislativos ordinários. O prolongamento do feriado de carnaval é um dos tópicos mais citados¹⁹, mas não é o único. Entre os pretextos para a ausência estão: o prolongamento do feriado religioso da Semana Santa (Páscoa)²⁰, as festas regionais de São João e São Pedro²¹, as viagens

¹⁹ Congresso estica Carnaval e ignora Reformas; parte do ministério folga - 02/Mar/95, s/autor; Congresso volta a funcionar sem quorum - 03/Mar/95, s/autor; Câmara e Senado 'esticam' o Carnaval - 04/Mar/95, autor: Raquel Ulhôa; Wilson Silveira; Ministros não emendam feriado; Congresso fica vazio - 23/Fev/96, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); S/título - 28/Jan/96, s/autor, seção: Jogo Rápido; S/título - 15/Fev/96, s/autor, seção: Jogo Rápido; Parlamentares adiam volta ao trabalho - 22/Fev/96, autor: Cláudia Carneiro; Folga esvazia Congresso até segunda - 03/Abr/96, autor: João Domingos; Deputados avisam que até carnaval não haverá quorum - 30/Jan/97, autor: S.S; Carnaval reforça êxodo de políticos na capital federal - 21/Fev/98, autor: Isabel Braga, (Estado de São Paulo, editoria: Política).

²⁰ Congresso retoma trabalho só depois da Semana Santa - 28/Mar/96 s/autor; Parlamentares antecipam feriado - 29/Mar/96, autor: Cláudia Carneira; Folga esvazia Congresso até segunda -

oficiais²², os demais feriados²³. Dois recortes de matérias estão selecionados para ilustrar o tratamento dado pelos jornais à questão.

"O Congresso retornou ontem às atividades ainda em clima de Quarta-Feira de Cinzas. Com exceção do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e do líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), não havia líderes na Casa, e o número de parlamentares presentes foi inexpressivo. Pela manhã, apenas 26 deputados compareceram à Câmara, e à tarde a lista de presença nas portarias ainda não registrava número suficiente para que a sessão fosse aberta (51 deputados)..." (*Parlamentares adiam volta ao trabalho* - Estado de São Paulo, 22/Fev/96, autor: Cláudia Carneiro, editoria: Política)

"As festas de São João e São Pedro ameaçam reter os deputados e senadores nordestinos em seus Estados, na próxima semana, impedindo a votação de matérias como a Reforma da Previdência, no Senado, e o fim da estabilidade do servidor público, na Câmara... Os líderes sabem que evitar a debandada dos nordestinos é impossível. "É como querer que o deputado do Rio de Janeiro não vá ao Carnaval e o de Salvador não vá ao desfile de blocos", disse o deputado Marcelo Déda (PT-SE)..." (*Festas de São João e São Pedro ameaçam próximas votações* - Folha de São Paulo, 20/Jun/97, autor: Raquel Ulhôa, editoria: Brasil)

Outro motivo assinalado pelos jornais, para a ausência dos parlamentares ao trabalho, está diretamente ligado a seus interesses enquanto representantes: as campanhas eleitorais²⁴.

03/Abr/96, autor: João Domingos; S/título - 16/Mar/97, seção: Jogo Rápido; *Majoria dos parlamentares vai ampliar Semana Santa* - 24/Mar/97; S/título - 03/Abr/96, seção: Jogo Rápido; *Tal e qual* - 24/Abr/97 (s/autor) (Estado de São Paulo, editoria: Política).

²¹ Festas juninas somada a copa do mundo e o feriado de Corpus Christi projetam recesso branco: *Congresso entra em recesso branco sem votar Previdência* - 06/Jun/98, autor: Marcelo de Moares; *Copa e feriado esvaziam semana no Congresso* - 09/Jun/98, autor: Cláudia Carneiro; *Falta de quórum ameaça Previdência* - 17/Jun/98, autor: Cláudia Carneiro, (Estado de São Paulo, editoria: Política).

²² *Próximo alvo* - 23/Mai/97, s/autor; *Agenda externa patrocina êxodo de parlamentares* - 28/Out/97, autor: Miriam Moura, (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Deputados viajam e esvaziam Câmara* - Folha de São Paulo, 24/Mai/97, s/autor, editoria: Brasil.

²³ S/título - 07/Set/95, seção: Painel; Tiroteio; *Câmara reúne 99, mas só 10 vão a sessão* - 15/Nov/95, (Folha de São Paulo, s/autor, editoria: Brasil); *Aliados tiram reforma da pauta por causa do feriado* - 02/Jun/96, s/autor; *Feriado empurra votação para a semana que vem* - 01/Mai/97, autor: Cláudia Carneiro (Estado de São Paulo, editoria: Política).

²⁴ *Campanha esvazia o Congresso* - 05/Jul/96, s/autor, editoria: 1º Página; *Parlamentares só voltam a Brasília em 8 de outubro* - 12/Set/96, autor: Cláudia Carneiro; *Atividade volta ao plenário da Câmara* - 09/Out/96, s/autor; *Congresso entra em recesso branco sem votar Previdência* - 06/Jun/98, autor: Marcelo de Moares; *Copa e feriado esvaziam semana no Congresso* - 09/Jun/98, autor: Cláudia Carneiro; *Falta de quorum ameaça Previdência* - 17/Jun/98, autor: Cláudia Carneiro; *Recesso acaba, mas Congresso continua vazio* - 03/Ago/98, autor: Doca de Oliveira; *Recesso acaba, mas parlamentares não voltam* - 04/Ago/98, autor: Rosa Costa (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Câmara terá apenas 5 votações em 3 meses* - 04/Jul/98, s/autor; *Congresso abre com nove parlamentares* - 04/Ago/98, s/autor; *Até falta de vôo é motivo* - 29/Jul/96, autor: Ricardo Amorim; *Câmara deve passar o ano com poucas votações* - 17/Fev/98,

"O corte de 50% nos investimentos na União atingirá as emendas dos parlamentares ao Orçamento e deve agravar o esvaziamento do Congresso neste fim de semestre.

Sem recursos para atender às bases, os parlamentares deixarão Brasília para cuidar das eleições...

Essas emendas têm importância eleitoral porque destinam recursos a casas populares, postos de saúde, hospitais, saneamento básico, abastecimento de água. Atendem aos redutos eleitorais..." (*Cortes no Orçamento esvaziam Câmara* - Folha de São Paulo, 14/Jun/96, autor: Lucio Vaz, editoria: Brasil)

"O Congresso parou nesta semana por causa das eleições municipais, dos conchavos políticos sobre a reeleição do presidente, dos governadores e dos prefeitos e das articulações do grupo que forma a frente anti-reeleição..." (*Campanha paralisa atividades parlamentares* - Estado de São Paulo, 21/Ago/96, autor: João Domingos, editoria: Política)

Além das matérias em que a mídia apresenta os argumentos para a falta de quórum no Congresso Nacional, há publicações de notícias com declarações dos próprios parlamentares. O texto abaixo demonstra várias causas apontadas pelos congressistas para se ausentarem do trabalho.

"Entre as razões apresentadas por parlamentares para justificar as ausências estão problemas de saúde, questões políticas nos Estados, candidaturas nas eleições municipais e até dificuldades de transporte.

Candidato a prefeito em Tocantinópolis, o senador José Bonifácio (PPB-TO) disse que faltou porque estava participando de convenções em seu Estado.

Seu colega José Serra (PSDB-SP), candidato em São Paulo, também alegou trabalho de campanha para justificar suas ausências...

Além da campanha, o senador Totó Cavalcante (PPB-TO), candidato em Paraíso de Tocantins, disse que sofre com a falta de vôos de sua cidade para Brasília. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) também reclamou da dificuldade de transporte.

Problemas políticos

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse que muitas vezes deixa de ir ao Senado por estar cuidando de problemas políticos no Estado...

O deputado Sérgio Naya (PPB-MG) afirmou que crises agudas de gota o afastaram de algumas sessões.

Candidato a prefeito em Rio Branco (AC), o deputado Carlos Airton (PPB) disse ter tido labirintite durante o mês de junho..." (*Até falta de vôo é motivo* - Folha de São Paulo, 29/Jul/96, autor: Ricardo Amorim, editoria: Brasil)²⁵

autor: Denise Madueño; *Lideranças tentam evitar esvaziamento* - 22/Fev/98, autor: Luiza Damé; Denise Madueño, (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

²⁵ *Presença facultativa esvazia plenário* - Estado de São Paulo, 12/Jul/96, s/autor, editoria: Política; S/título - 12/Jul/96, s/autor, seção: Painei; Tiroteio; *Até falta de vôo é motivo* - 29/Jul/96, autor: Ricardo Amorim (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

Os noticiários ainda oferecem aos leitores os nomes dos congressistas que não compareceram e daqueles mais assíduos²⁶. Há ainda outras notícias com temáticas variadas, que dizem respeito a falta de quórum: falecimento de parlamentar, impedimentos legais, existência de quórum somente de terça a quinta-feira; esforços do governo para garantir quórum para votação; votação do orçamento sem quórum; etc²⁷.

A relação entre o não comparecimento dos parlamentares ao trabalho e a lentidão na tramitação das reformas constitucionais e de outras medidas, tidas como indispensáveis para solucionar os problema das Nação, acaba projetando a reação das lideranças do Poder Legislativo. Estas passam a propor medidas no sentido de contornar ou solucionar o problema.

Várias são as notícias que trazem informações sobre a reação do Congresso Nacional à constante falta de quórum, de um modo geral, estas dizem respeito a medidas punitivas propostas ou efetivadas pelos líderes das duas Casas, que compõem o Legislativo. Os jornais noticiam: pedidos de substituição de faltosos em comissões²⁸; descontos de salários dos ausentes²⁹; modificações na forma de contabilizar as presenças e de descontar salários daqueles que não apresentam justificativas³⁰; constituição de um movimento chamado Reage

²⁶ *Marchezan foi a todas as sessões da Câmara - 24/Jul/95; Leão esteve presente em todas as sessões - 03/Ago/95; Deputados que faltaram a cinco ou mais reuniões ordinárias - 29/Jul/96; O desempenho da Câmara dos Deputados - 29/Jul/96; Quem faltou à sessão do dia 17 - 21/Dez/96, (Folha de São Paulo, s/autor, editoria: Brasil); Ausência a votações foi de até 121 deputados - 13/Jun/96, autor: Cláudia Cordeiro e João Domingos; Governo inicia maratona para aprovar reforma - 17/Mar/97, autor: Christiane Samarco (Estado de São Paulo, editoria: Política).*

²⁷ *Falta quórum para convocar ministros - 26/Jul/95, s/autor, editoria: Brasil; Congresso aprova Orçamento de 98 - 12/Dez/97, autor: Daniel Bramatti; Oswaldo Buarim Jr.; Justiça cobra dívidas de deputado ausente - 21/Mar/98, autor: Flávio Arantes (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); Câmara e Senado continuam parados - 22/Abr/96; Câmara e Senado continuam parados - 22/Abr/96; S/título - 13/Jun/96, seção: Jogo Rápido; S/título - 03/Out/97, seção: Jogo Rápido (Estado de São Paulo, s/autor, editoria: Política).*

²⁸ *Comissão pede substituição de 9 faltosos - 02/Jun/95, autor: Liliana Lavoratti; Sarney quer mudar regras - 13/Set/95; Só 50% dos membros vão à instalação da comissão - 14/Set/95, (s/autor); Zulaiê ameaça pedir prisão de ausentes - 30/Nov/95, autor: Emanuel Neri (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).*

²⁹ *Deputado 'gazeteiro' abandona o mandato - 31/Dez/95, autor: Daniela Pinheiro; S/título - 14/Jul/97, s/autor, seção: Painel; Tiroteio (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); Questão de ordem - 09/06/96; No limite - 12/Jun/96; Em festa - 19/Out/96; S/título - 27/Mar/97, seção: Jogo Rápido (Estado de São Paulo, s/autor, editoria: Política).*

³⁰ *Nem ameaça de corte de salários garante quórum - 24/Jun/97, autor: João Domingos; Às falas - 13/Jun/96; S/título - 25/Jun/97, seção: Jogo Rápido (Estado de São Paulo, s/autor editoria: Política); Câmara muda cálculo de desconto para ausentes - Folha de São Paulo, 25/Jun/97, s/autor, editoria: Brasil.*

Câmara, com a função de mudar os rumos dos trabalhos legislativos³¹; argumentações de que ocorre uma campanha contra o Legislativo³²; tentativas moralizadoras questionadas pelos parlamentares³³; críticas dos congressistas à cobertura feita pela mídia impressa³⁴. As matérias culminam na tentativa de melhorar a imagem da instituição frente à opinião pública, assumida como desgastada, pelos próprios membros do Congresso Nacional, como informam os jornais. Em função de esta questão ser bastante similar à apontada no momento em que se tratou das convocações extraordinárias, selecionam-se quatro matérias, uma de cada ano de mandato, para exemplificar:

"O esforço de moralização da Comissão de Orçamento do Congresso começou mal... Tanto Sarney como Luís Eduardo estão empenhados em se projetar politicamente como os responsáveis pela recuperação de uma boa imagem pública do Congresso e elevaram a moralização da votação do Orçamento à condição de prioridade. "Ela é fundamental para o prestígio do Congresso", disse Sarney..."

"... A firmeza de Luís Eduardo em garantir as votações tem um motivo: pesquisas de opinião indicam que o eleitor cobra do Congresso que vote. Para aprovar ou rejeitar, mas que vote. Ou seja, que trabalhem."

"... Para Temer, a medida que anunciou ontem vai contribuir para melhorar a imagem da Câmara.
"A imagem já é boa, mas, quanto maior a presença, melhor para a imagem do Congresso..."

"Depois do esforço para apresentar bons resultados em 1997, uma das maiores preocupações de ACM é não deixar que a imagem do Congresso seja prejudicada neste ano de eleições - quando tradicionalmente a Casa vive períodos de recesso branco por conta da campanha política nos Estados. O senador vai tentar acabar com a regra estabelecida de que o Congresso trabalha pouco em ano eleitoral..."³⁵

³¹ *Grupo suprapartidário prevê 'novo Legislativo'* - autor: João Domingos; S/título - s/autor, seção: Jogo Rápido, (Estado de São Paulo, 04/Jul/97 editoria: Política); *Temer defende agenda para melhorar imagem da Câmara* - Folha de São Paulo, 10/Jul/97, s/autor, editoria: Brasil.

³² *Sarney vê campanha contra o Congresso* - Folha de São Paulo, 04/Abr/96, autor: Raquel Uihôa, editoria: Brasil.

³³ S/título - 10/Nov/97, s/autor, seção: Painel; Tiroteio; *Esforço concentrado da Câmara vota só 2 projetos* - 05/Dez/97, autor: Luiza Damé; Denise Madueño; *Esforço concentrado só vota 9 projetos* - 06/Dez/97, autor: Denise Madueño; Luiza Damé (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); S/título, 23/Nov/97, s/autor, editoria: Política, seção: Jogo Rápido; S/título - 02/Jan/98, s/autor, seção: Coluna do Estadão; *Ninguém tasca* - 03/Mar/96, s/autor (Estado de São Paulo, editoria: Política).

³⁴ *Deputadas faltosas recebem apoio de líderes partidários* - Folha de São Paulo, 27/Jan/98, s/autor, editoria: Brasil.

³⁵ As matérias são, respectivamente: *Só 50% dos membros vão à instalação da comissão* - Folha de São Paulo, 14/Set/95, s/autor, editoria: Brasil; *Às falas* - Estado de São Paulo, 13/Jun/96, s/autor, editoria: Política; *Câmara muda cálculo de desconto para ausentes* - Folha de São Paulo, 25/Jun/97, s/autor, editoria: Brasil; S/título - Estado de São Paulo, 02/Jan/98, s/autor, editoria: Política, seção: Coluna do Estadão. Demais exemplos, ver: *Temer defende agenda para melhorar*

Como fica claro, há uma constante cobertura dos jornais sobre as ausências dos parlamentares nos trabalhos ordinários. Ao divulgar a reação dos líderes do Congresso Nacional, buscando uma solução para o problema de quórum, os jornais deixam subentendido que esta reação está ligada à divulgação que fazem do fato, questão reforçada pela preocupação, divulgada pelos jornalistas, dos parlamentares em evitar o desgaste da instituição frente à opinião pública que, em última instância, é informada da falta de quórum, pelos jornais.

Estão identificados apenas dois editoriais com referência a freqüências dos parlamentares. Utilizando-se da notícia sobre a construção de um fosso de água, em torno do Congresso Nacional, medida para evitar a proximidade de manifestações da sociedade, os editorialistas da *Folha* escrevem sobre as dificuldades de constituição de quórum para as votações, isto, logo após um recesso parlamentar. A razão apontada para as ausências dos parlamentares está diretamente ligada às campanhas eleitorais.

"O Congresso Nacional retomou suas atividades esta semana, depois do recesso de julho. Retomou apenas formalmente, pois o próprio presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), afirmou logo no primeiro dia de trabalho que não iria "disfarçar" a dificuldade de reunir parlamentares em Brasília nos meses que antecedem a eleição.

É uma tradição da política brasileira: no segundo semestre de ano eleitoral, o Legislativo Federal pára, ou permanece funcionando numa espécie de piloto automático, evitando votar qualquer questão mais polêmica ou relevante para o país. É até compreensível, mas não justificável, que parlamentares estejam mais envolvidos com as campanhas em seus Estados, embora, mesmo sem trabalhar, continuem recebendo salários pagos com dinheiro público. Seria menos grave se congressistas não faltassem com seus compromissos também fora do período pré-eleitoral, como sói acontecer.

Tanto em julho de 97 como em janeiro deste ano foram necessárias convocações extraordinárias do Legislativo, consequência do não-cumprimento da agenda de períodos anteriores. Nos dois casos, foi grande a ausência de parlamentares também durante essas convocações.

Como de hábito, congressistas continuaram se comportando de maneira omissa -e não faltaram os exemplos deploráveis de corporativismo, fisiologismo e de escândalos envolvendo parlamentares.

Agora, com as eleições, o país deve entrar num período de vácuo legislativo. Não deixa de ser sintomático que a notícia mais importante vinda do Congresso esta semana seja o anúncio de um fosso com água que será construído em torno do Parlamento para evitar tumultos e manifestações agressivas contra a instituição. Justificável em suas intenções, essa obra soa como uma metáfora da distância que ainda há

entre o Congresso e o que espera dele o país." (*O Fosso* - Folha de São Paulo, 07/Ago/98, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

A relação custo/benefício está novamente presente neste editorial. Os editorialistas fazem referência ao não comparecimento nos períodos ordinários e extraordinários. O comportamento dos congressistas, em função das faltas, é o que permite qualificá-los como omissos em relação aos seus deveres enquanto representantes eleitos. Por fim, a construção do fossó é ressaltada como símbolo do distanciamento entre os parlamentares e seus eleitores.

O editorial do *Estado* não trata diretamente da polêmica do quórum, mas faz referência indireta, ao tratar das medidas efetivadas pelos parlamentares, para resgatar a imagem do Poder Legislativo. Duas ações realizadas pelos congressistas são elogiadas pelos editorialistas: o fortalecimento e ampliação das metas do movimento "Reage Câmara" e a decisão de abreviar as discussões de projetos e temas prioritários.

"A pressão exercida sobre o Congresso nas últimas semanas... já dá resultados práticos. O movimento "Reage, Câmara", que começou timidamente, está ganhando corpo e adesões. Até a próxima semana, seus organizadores terão elaborado uma agenda mínima de projetos aos quais a Câmara dos Deputados deverá dar tratamento e tramitação prioritários. No curto tempo de uma semana, o movimento suprapartidário ganhou adesões importantes e obteve do deputado Michel Temer, presidente da Câmara, o compromisso de que a agenda do "Reage, Câmara" será a agenda da Câmara... A mobilização dos deputados, contando com apoio suprapartidário e as participações decisivas do líder do governo e do presidente da Câmara, pode fazer o Congresso reconciliar-se com a opinião pública, mas não deixa de ser estranho que só após quase três anos de tramitação das reformas os parlamentares percebam que existem projetos e temas que não podem ser objeto de negociações eleitoreiras, uma vez que sua aprovação interessa a todo o País. Na verdade, ainda há deputados que preferem continuar jogando a partida que tem levado o Congresso ao desprestígio popular...

Após citar como exemplo o depoimento de um parlamentar, questionando as críticas à instituição, feitas pelo Presidente da República, os editorialistas concluem:

... As críticas, criteriosamente dosadas, que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem feito ao Congresso têm o endereço certo da minoria que obstrui a aprovação das reformas que exigem quórum de três quintos dos votos..." (*A reação da Câmara* - Estado de São Paulo, 04/Jul/97, s/autor, editoria: Política, seção: Editoriais)

As tentativas de reverter o quadro desfavorável do Congresso Nacional são, novamente, desqualificadas pelos jornalistas: apesar do apoio às iniciativas dos congressistas, os editorialistas criticam a demora para tal atitude, dando a entender que a mesma é resultado de interesses eleitorais dos parlamentares. A opinião pública surge, novamente, como o suporte, tanto para a crítica dos editorialistas, como para a reação dos parlamentares. A reação do Congresso Nacional é vista pelos editorialistas como a possibilidade da instituição *reconciliar-se* com a opinião pública. Bem, se há a possibilidade de reconciliação, deduz-se que houve, em algum momento, um rompimento. A insinuação do rompimento aponta para a existência de um distanciamento entre os parlamentares e a opinião pública. A importância da opinião pública é indiscutível, seja para a imprensa, que se coloca como porta-voz de seu descontentamento, descontentamento este que, de forma significativa, ela constitui, ao expor publicamente de forma negativa os parlamentares, seja para o Congresso Nacional que, segundo os jornais, a teme. Resta averiguar se este descontentamento está representado nas cartas dos leitores.

5.2.1. A reação dos leitores à falta de quórum

As cartas sobre a falta de quórum às sessões, nos períodos de trabalhos ordinários, se dividem em: justificativas ou retificações dos parlamentares, pela inclusão de seus nomes em matérias que listam os faltosos; cartas de leitores/eleitores, que criticam a ausência dos congressistas ao trabalho.

No que concerne às cartas enviadas por deputados federais e senadores, e publicadas na mídia impressa, dois fatores parecem ser centrais: a publicação de cartas de parlamentares somente ocorrer no jornal *Folha*, semelhante ao que vem sendo constatado nos demais capítulos deste trabalho; a contestação dos argumentos apresentadores, pelos congressistas, por parte do jornal, através de nota da redação ou nota do jornalista que redigiu a matéria³⁶. A carta abaixo

³⁶ Somente uma carta foi complementada com uma nota de retificação (seção "Erramos) Além desta, há uma carta do deputado federal Sérgio Augusto Naya, cobrando do jornal o fato de não ter atendido seu pedido de correção de uma nota de falta. O tema central da carta não é este e sim explicações do deputado sobre a citação de seu nome em denúncia do escândalo da Rádios Piratas (*Rádio pirata*, Brasília, DF - Folha de São Paulo, 27/Fev/97, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

exemplifica o pedido de reparação do parlamentar e a contestação feita pelo jornal.

"Com o objetivo de restabelecer a verdade e para conhecimento do público encaminho declaração fornecida pelo Departamento de Pessoal da Câmara dos Deputados dando conta do meu comparecimento às sessões deliberativas da Casa, onde constata-se que, no decorrer do primeiro semestre, participei de todas as sessões. Reconheço a isenção desse órgão de imprensa, cuja postura lhe garante grande credibilidade perante a opinião pública, portanto, acredito que, como outros parlamentares, terei de merecer uma nota que venha reparar junto à comunidade de Brasília a confiança daqueles que acreditam no meu trabalho e a dedicação que tenho em desempenhar, cotidianamente, o mandato que me foi confiado."

Nota da Redação - O nome do deputado não consta da lista do painel eletrônico do dia 21/7. As listas, usadas pela Folha para fazer o levantamento, são fornecidas pela seção de Atas da Câmara e servem para o controle da Secretaria Geral da Mesa." (*Assiduidade*, de Benedito Domingos, deputado federal pelo PP-DF, Brasília, DF - Folha de São Paulo, 19/Ago/95, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor)³⁷

Há mais duas cartas que tratam da ausência de parlamentares e que são enviadas por membros do legislativo, mas o diferencial está no fato de não aventarem justificativas isoladas, mas sim coletivas. A opção de transcrever totalmente a carta abaixo está ligada a sua posição de conflito com a mídia impressa, diferentemente do que ocorreu na carta citada anteriormente³⁸.

"Quem não recebe a informação correta acaba por construir seu pensamento sobre areia movediça.

O Brasil inteiro viu, na TV e nos jornais, a imagem do deputado Luís Eduardo Magalhães discursando no plenário da Câmara absolutamente vazio. No 'Jornal Nacional', após a notícia, Arnaldo Jabor, como faz sempre -e só faz isso-, atacou o Congresso.

O leitor pergunta: a informação não é correta? Aparentemente, sim. O plenário estava, de fato, absolutamente vazio. Luís Eduardo falou para ninguém. Ora, se os fatos são verdadeiros -dirá o leitor-, nesse caso não há areia movediça. Há, sim. A informação está incorreta.

1) Na sexta-feira, como em todos os Parlamentos do mundo, não há sessão.

2) Nas sextas-feiras, no plenário, não se encontra nem um jornalista sequer, uma única câmera de TV, um fotógrafo, um repórter de rádio. Simplesmente porque nada ocorre na Câmara e no Senado. Os parlamentares, na maioria, viajam para seus Estados e retornam na segunda à noite ou na manhã de terça.

³⁷ Demais cartas: *Assiduidade*, de Benedito Domingos, deputado federal pelo PP-DF, Brasília, DF - 19/Ago/95; *Licença médica*, de Rita de Cássia de Oliveira, chefe de gabinete do deputado Noel de Oliveira Brasília, DF - 01/Jun/96; *Assiduidade*, de Marcelo Déda, deputado federal pelo PT-SE, Brasília, DF - 04/Ago/96; *Assiduidade*, de Padre Roque, deputado federal pelo PT-PR, Brasília, DF; s/título, de Antônia Lúcia Cavalcanti, assessora do deputado federal Pedro Wilson -PT-GO, Brasília, DF - 08/Ago/96; *Equívoco*, de Herculano Anghinetti, deputado federal pelo PPB-MG, Belo Horizonte, MG - 19/Fev/97 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

³⁸ A outra carta trata de retificação feita pelo líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira. (*Votação* - Folha de São Paulo, 09/Dez/98, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

3) Luís Eduardo Magalhães escolheu -por inexplicável razão- o plenário vazio de sexta-feira para falar.

4) Mas não ficou nisso. Montou-se um esquema -por inexplicável razão- para levar à Câmara, numa sexta-feira morta, em que jamais houve sessão, equipes de jornalistas, repórteres, câmeras, radialistas e fotógrafos.

5) Mas ainda não ficou só nisso. Montou-se -por inexplicável razão- um esquema para todos os telejornais, naquela noite, darem destaque à palavra de Luís Eduardo falando para o plenário vazio. No dia seguinte, os principais jornais também ressaltaram a notícia, como se fosse um fato incomum.

6) Mas não foi apenas isso. Por explicáveis razões, o cínico Arnaldo Jabor, cansado de saber que na sexta-feira os Parlamentos não funcionam, já tinha a crítica, na ponta da língua, para o seu comentário no 'Jornal Nacional' naquela mesma noite.

O Congresso tem pecados suficientes. Mas é preciso inventar fatos, montar cenários e criar farsas para que o processo de desmoralização que o Palácio do Planalto vem lhe impondo seja ainda mais arrasador." (*Plenário vazio*, de Vicente Cascione, deputado federal pelo PTB-SP, Brasília, DF - Folha de São Paulo, 17/Jun/97, editoria: Opinião, seção: Painel Do Leitor).

As demais cartas, que tratam da falta de quórum, são de leitores dos dois jornais e partem de temas variados: corrobora a matéria publicada, criticando os números das atividades do Congresso; compara a assiduidade dos parlamentares com a do trabalhador comum; propõe a privatização do Congresso Nacional, relacionando-a com a ociosidade; critica a falta de quórum para votação da emenda da reeleição; questiona a nova forma de controle de freqüências dos parlamentares; insinua que os parlamentares estão mais interessados em seus negócios particulares do que no bem público; pede a divulgação dos nomes dos parlamentares que não comparecem a votações, devido a festas; faz referência à entrevista sobre os proventos dos parlamentares, dada por deputado a um programa de televisão; compara os valores dos salários anuais dos deputados, e os dias que trabalham, aos de um trabalhador comum; critica a falta de quórum devido a viagens; sugere punições aos faltosos; ironiza o projeto de um parlamentar, propondo aumento do número de deputados federais; critica o piquenique das parlamentares; propõe a descartabilidade dos parlamentares, por falta; questiona o pagamento de salário dos parlamentares faltosos³⁹.

39 Cartas publicadas: *Jornada de trabalho*, de Luiz Eduardo Michelazzo, Amparo, SP - 20/Fev/95; *Primeiro semestre*, de Luciano Zica, deputado federal pelo PT-SP, Brasília, SP - 21/Jul/95; *Mamata para todos*, de Audrey Castañon de Mattos, Bauru, SP - 25/Mai/96 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel do leitor); *Forças da natureza*, de Francisco Luís Ribeiro, Capital - 17/Abr/96, editoria: Espaço Aberto - tema: Eleições; *Deputados virtuais*, de Carlos Trabolde, Capital; S/título, de Antonio Afonso N. Jr., Rinópolis - 21/Jun/96, s/autor - Tema: Tesouro fica com patrimônio e dívidas; *Votação adiada*, de Geraldo Nage Rodrigues, São Paulo; *Votação adiada*, de

"Cada deputado custa à Nação R\$ 28 mil e cada senador, R\$ 34 mil, mensalmente, para freqüentarem três vezes por semana o Congresso. E ainda querem aposentadoria especial. É por isso que o Brasil não caminha nem cresce honestamente. De um lado, a grande riqueza. De outro, a massa faminta e miserável. A população trabalhadora agoniza por razões óbvias. Enquanto aparecerem sorrindo na TV, numa demonstração de cinismo e gozação, o povo chora, indefeso. Este é o Brasil arrasado por privilégios e privilegiados. Vamos impor moralidade, porque a Nação merece respeito."

"Sou um sonhador que pretende conciliar o inconciliável: a política e a moral." Essa frase, de Vaclav Havel, presidente da República Checa, define com propriedade ao que todo o Brasil assistiu em 7/5: o circo em que foi definitivamente transformado o Congresso Nacional. Deputados que fazem da falta de ética e da vadiagem seu modo de vida, que definem seus salários e a eles incorporam uma série de benesses, há muito negam-se a trabalhar. Deveria existir uma forma de o chamado povão demitir essa cambada de vadios e obrigá-los a encarar as filas da Seguridade Social em busca do salário-desemprego. Afinal, a Constituição que eles mesmos escreveram não diz que todos são iguais perante a lei?

"Que tal todos os empregados não comparecerem ao trabalho durante o mês que antecede as eleições de seus sindicatos? Ou então não trabalharmos um mês inteiro, sem tocar no assunto férias, para entrar de corpo e alma nas campanhas de nossos partidos?

Pois esse é o mau exemplo que temos, agora, dos líderes dos partidos e dos parlamentares da Câmara e do Senado!

Quem é que arca com o prejuízo causado pela paralisação do Congresso Nacional?

É o patrão, o povo brasileiro, que continua analfabeto, doente, faminto, miserável, sem-terra, sem emprego, sem moradia, e sem esperança, aguardando as intermináveis discussões e votações de projetos como os de previdência, reforma agrária, renda mínima, dicétirital."

"Venho solicitar -ou lançar a idéia- que seja impresso um caderno especial diário, como o feito para a Copa, mostrando aos leitores como foi o comportamento dos nossos ilustres deputados estaduais, federais e senadores, com informações sobre quantos e quais projetos apresentaram, individualmente, quais foram aprovados, o índice de presença de cada um nas sessões nos últimos quatro anos etc., para, com isso, demonstrar quais merecerão nossos votos nas próximas eleições."⁴⁰

Geraldo Nage Rodrigues, São Paulo; S/título, de Alberto Braz, Santo André (05/Jun/97 - Tema: Políticos Brasileiros); *Cortar o ponto*, de Alberto Aparecido dos Santos, São Paulo - 12/Jun/97, Tema: Reforma Administrativa; *Número de deputados*, de Flávio de Carvalho, São Paulo; *Vai trabalhar!*, de Grasiela Daruiz Quatti, Monte Verde Paulista - 23/Jul/97, seção: Editoriais - Tema: Políticos Brasileiros; *Nação ofendida*, de Plínio Zabeu, Americana; *Descartáveis*, de Flerts Nebó, São Paulo - 20/Fev/98, editoria: Net/Editoriais - Tema: Políticos Brasileiros; *O recesso continua?*, de Chalil Zabani, Americana - 05/Ago/98 - editoria: Notas e informações, seção: Fórum dos eleitores (Estado de São Paulo).

⁴⁰ As cartas citadas são, respectivamente: *Mais respeito*, de Antônio Rochael, Iguape - 21/Nov/96, editoria: Espaço aberto; *Circo nacional*, de Carlos Ilich Santos Azambuja, Rio de Janeiro, editoria: Fórum de Debates (Estado de São Paulo, 19/Mai/97, tema: Políticos Brasileiros); *Mau exemplo*, de Tereza Rodrigues e Carlito Maia, São Paulo, SP - 10/Set/96; *Sugestão para as eleições*, de

Como ocorreu anteriormente na análise das cartas referentes à convocação extraordinária, os pontos elencados nos noticiários que tratam da frequência dos parlamentares aparecem nas cartas dos leitores. A comparação entre os congressistas e a população em geral é constante nas cartas, constituindo-se num contraponto entre os privilegiados e aqueles que precisam enfrentar as mazelas impostas pela desigual condição social no país.

Os dois jornais informam resultados de pesquisas de opinião produzidas por institutos de pesquisas e relacionadas à imagem do Congresso Nacional, apresentando dados sobre a popularidade dos políticos e a confiabilidade de instituições e profissionais, em que as publicações apontam para a baixa popularidade dos parlamentares e sua intuição⁴¹. Os parlamentares são citados como os políticos com menor popularidade, o Congresso Nacional é citado como a instituição de menor confiabilidade⁴². O desempenho e a imagem dos parlamentares também não apresentam bons resultados, segundo as avaliações elaboradas pela *DataFolha*, instituto ligado à *Folha*, são significativos os índices que apontam desempenho negativo do Congresso para a população⁴³.

Para completar o quadro, o *Estado* aponta resultados de pesquisas, demonstrando o desinteresse dos eleitores pela representação parlamentar, informando que a maioria da população não está interessada nas eleições para deputado e senador⁴⁴.

Donato Friguglietti, 06/Ago/98, (Folha de São Paulo São Paulo, SP editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor)

⁴¹ Optamos por incluir neste momento as pesquisas de opinião divulgadas pelos jornais, mesmo que não apresentem uma relação direta com as polêmicas apontadas pela mídia impressa das faltas de quórum, dos custos das convocações extraordinárias e do baixo rendimento do trabalhos legislativos, em função da constante referência a imagem parlamentar e a opinião pública.

⁴² S/título - 24/Mar/97; S/título - 13/Abr/97 (seção: Jogo Rápido); *Pesquisa revela descrédito de políticos e empresários* - 05/Jun/97, autor: J. Paulo da Silva, (Estado de São Paulo, s/autor, editoria: Política, editoria: Política); *Congresso é reprovado* - Folha de São Paulo, 30/Jan/97, s/autor, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso.

⁴³ Segundo pesquisas da a menor taxa negativa do Congresso ocorreu em dezembro de 1994 (12% de ruim/péssimo). As pesquisas subsequentes vem apresentando índices mais altos de desaprovação por parte da população, apenas com pequenas oscilações pontuais. Para maiores detalhes ver matérias: *Reforma não ajuda avaliação do Congresso* - 17/Mar/98, autor: José Roberto De Toledo; *Imagem de parlamentares tem melhora* - 05/Mai/98, autor: Emanuel Neri (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

⁴⁴ *Pesquisa indica descaso na eleição do Congresso* - s/autor, 28/Jun/98; *Maioria despreza eleição de deputado e senador* - 05 Ago/98, autor: Silvio Bressan (Estado de São Paulo, editoria: Política).

As pesquisas de opinião, apresentando índices desfavoráveis aos parlamentares e a sua instituição, somadas às cartas dos leitores, desqualificando e questionando seus representantes, permitem observar o desgaste do Poder Legislativo e de seus membros frente à opinião pública. O referido desgaste é real, mas não se constitui sozinho. Sem dúvida, a constante publicação de matérias, noticiando as faltas ao trabalho, os custos das convocações extraordinárias, a baixa produtividade, contribuem de forma significativa para a deterioração da imagem do Congresso Nacional frente à opinião pública e tendem a ampliar o espaço de respaldo da instituição que denuncia, expõe e cobra, no caso, a imprensa.

A permanente exposição dos defeitos, a constante qualificação de omissos, a que são submetidos os parlamentares, os questionamentos sobre as reais possibilidades de modificações do funcionamento do Parlamento e do comportamento de seus membros, somados à busca pública nos jornais, por parte dos parlamentares, de justificação dos seus atos e às críticas dos mesmos, em relação ao denunciamento dos meios de comunicação, contribuem em muito para desconstruir a imagem dos parlamentares, afetando sua legitimidade como debatedores das questões públicas bem como deslegitimando a instituição a que pertencem, como local do debate público, deslocando este, em muito, para a imprensa.

5.3. Olho no Congresso: a Folha avalia o seu representante

O jornal *Folha* publica, a partir de 14 de janeiro de 1996, um suplemento especial denominado *Olho no Congresso*, este caderno é dedicado exclusivamente ao Poder Legislativo e tem como característica apresentar avaliações dos parlamentares, em relação a seu comparecimento às sessões e a seu desempenho nos trabalhos legislativos na Câmara de Deputados e no Senado Federal. Além destes temas, constam ainda informações sobre matérias pontuais de cada período.

Ao informar que o suplemento especial venceu o Prêmio *Folha de Jornalismo* 1997⁴⁵, a matéria '*Olho no Congresso*' presta serviço expõe o formato do novo caderno e as razões que levaram o jornal a produzi-lo.

"O caderno "Olho no Congresso", publicado no dia 14 de janeiro de 96, é um exemplo de como o jornalismo político pode se transformar em um "serviço" ao leitor. Por essa razão, ele venceu justamente nesta categoria do Prêmio Folha de Jornalismo de 1997.

O caderno apresentou a produtividade de deputados e senadores, para que os eleitores fizessem uma análise crítica da atuação de seus representantes no Legislativo.

Além da assiduidade dos parlamentares, o caderno trouxe informações sobre quantos projetos cada um apresentou e em quantas comissões temáticas participou.

"O caderno é a única iniciativa do jornalismo brasileiro de oferecer para os leitores um forma objetiva de avaliar os eleitos", diz Wilson Silveira, 35, há 12 anos na *Folha*, que coordenou a edição..." ('*Olho no Congresso*' presta serviço - *Folha de São Paulo*, 19/Fev/97, s/autor, editoria: Brasil)⁴⁶

A edição de 30 de janeiro de 1997 também traz uma definição do papel que o jornal atribui ao caderno especial:

"Neste caderno, você vai encontrar elementos objetivos que permitem julgar o trabalho dos deputados federais e senadores.

Quadro que começa na página 7 e termina na página 30 identifica cada um dos 513 deputados, mostra como votaram em seis projetos importantes, quantas faltas tiveram, quantos projetos apresentaram e, desses, quantos foram aprovados pelo plenário.

Nas páginas seguintes (31 a 35), o mesmo ocorre em relação aos senadores..." (*Veja como avaliar seu congressista* - *Folha de São Paulo*, 30/Jan/97, autor: Wilson Silveira, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso)⁴⁷

Embora sua primeira edição só ocorra em 1996, o interesse do jornal em avaliar os parlamentares não é uma novidade. No ano de 1994, a *Folha* já havia lançado um suplemento chamado *de Olho no Voto*, cuja polêmica em torno dos critérios de avaliação dos parlamentares gerou, pelo próprio jornal, no ano seguinte, a promoção de um debate, com a presença de alguns parlamentares

⁴⁵ O prêmio foi dado a primeira edição do caderno especial Olho no Congresso publicado em janeiro de 1996.

⁴⁶ A importância desta matéria é clara. Não decortiná-las agora, desenhando as possíveis relações que permite é uma opção intencional deste trabalho. O texto será retomado no devido tempo, após a descrição das matérias apresentadas neste caderno dedicado exclusivamente ao Poder Legislativo.

⁴⁷ Outro exemplo é a matéria: *Presidente da CCJ elogia iniciativa; Goldman cobra mais abrangência* - *Folha de São Paulo*, 15/Jan/96, s/autor, editoria: Brasil.

convidados, para discutir os critérios a serem utilizados nas futuras avaliações dos trabalhos dos deputados federais e senadores⁴⁸.

No ano de 1995, após o debate, foram publicadas na *Folha* uma série de matérias que trazem o selo Olho no Congresso, tendo como temas: o custo dos parlamentares ao erário público, além dos salários, apresenta valores de benefícios indiretos como gastos com apartamentos, passagens aéreas, cotas de telefones e correios, verbas de gabinete, salários extras e ajudas de custo para convocações extraordinárias⁴⁹; as faltas em sessões e comissões, as justificativas apresentadas por deputados federais e senadores, a posição da Mesa da Câmara e Senado e dos presidentes das comissões, as punições possíveis (cassações, exclusão das comissões e descontos de salários), os protestos dos congressistas bem como as listas de deputados federais e senadores que não faltaram a sessões deliberativas⁵⁰; os projetos apresentados pelos parlamentares (dois projetos semelhantes) e as votações de projetos com pouca importância ou de interesse localizado⁵¹; o aumento das presenças e a relação de subserviência do Legislativo, ao Executivo (pautando suas atividades pelos interesses do Planalto)⁵².

Estas matérias são publicadas em bloco por determinados períodos, sendo que aquelas editadas em julho de 1995 fazem a avaliação dos parlamentares, levando em consideração o primeiro semestre de atividade dos parlamentares no mandato que vai de 1995 a 1998. Os temas tratados são

⁴⁸ Esta informação foi retirada da matéria que divulga o debate promovido pela *Folha*, aberto ao público através da retirada de convites: *Folha faz debate sobre Congresso* - 24/Jan/95, s/autor, editoria: Brasil.

⁴⁹ *Salário indireto duplica renda no Congresso* - Folha de São Paulo, 05/Jul/95, autor: Denise Madueño, editoria: Brasil, selo: Olho no Congresso.

⁵⁰ Deputados se justificam - s/autor; Câmara veta 49 justificativas - s/autor; Senado aceita toda justificativa de falta - autor: Flávia De Leon; Augusto Gazir (28/Mar/95); Câmara segura divulgação de faltas - 31/Mar/95, s/autor; Cartola 'collorido' é campeão de faltas - autor: Cynara Menezes; Ausentes culpam as suas 'bases eleitorais' - autor: Augusto Gazir; Daniel Bramatti; Corte nos salários dos ausentes aumenta a presença na Câmara - autor: Flávia De Leon; Augusto; Os 113 Deputados sem faltas - s/autor (16/Jul/95); Faltosos alegam acúmulo de trabalho - autor: Daniel Bramatti; Denise Madueño; Presidentes se justificam s/autor; Comissões da Câmara mantêm faltosos - s/autor (17/Jul/95) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil, selo: Olho no Congresso).

⁵¹ *Dois deputados têm projetos idênticos* - 16/Jul/95, autor: Flávia De Leon; *Câmara retoma velhos vícios no trabalho* - 11/Set/95, autor: Lucio Vaz (Folha de São Paulo, editoria: Brasil, selo: Olho no Congresso)

⁵² *Congresso tem alto índice de presença, mas permanece guiado pelo Executivo* - autor: Flávia De Leon; Augusto Gazir; *Apenas dois projetos de deputados são aprovados* - s/autor (Folha de São Paulo, 16/Jul/95, editoria: Brasil, selo: Olho no Congresso).

similares àqueles que irão compor o suplemento especial. Estas matérias deixam entrever que o caderno *Olho no Congresso* não é uma idéia nova do jornal, mas sim um novo formato, para uma cobertura do Congresso Nacional, que já vinha sendo feita anteriormente. É possível supor que a polêmica causada pelas avaliações que os jornalistas vêm fazendo dos parlamentares (basta lembrar do debate sobre os critérios a serem utilizados), somada à desgastada imagem da instituição, frente aos eleitores, apontada pelos jornalistas, são os fatores que permitem a geração do suplemento.

Além de descrever e analisar as matérias que compõem o caderno *Olho no Congresso*, editado pela *Folha de São Paulo*, este item do trabalho pretende responder a alguns questionamentos: o porquê da edição de um caderno específico sobre o parlamento. Quais os motivos para um suplemento especial de avaliação do desempenho apenas dos deputados federais e dos senadores? Por que não há semelhante caderno sobre os demais poderes?

Como já foi dito, o caderno *Olho no Congresso* trata basicamente de dois temas, que possibilitam a avaliação dos parlamentares: a frequência às sessões e comissões e o desempenho nos trabalhos legislativos⁵³.

Um dos temas constantes das edições trata da atuação dos parlamentares no trabalho legislativo⁵⁴, são eles: informações sobre os projetos de lei e propostas de emendas constitucionais apresentadas pelos parlamentares (nomes dos recordistas em propostas, exposição de projetos repetidos ou de relevância duvidosa), avaliação dos parlamentares (incluindo telefones, presença e votações de projetos importantes)⁵⁵; excesso de projetos nas comissões,

⁵³ Incluímos o caderno especial *Olho no Voto*, publicado em 29 de setembro de 1998 neste item que trata do caderno *Olho no Congresso*, pois ele mantém o mesmo perfil de matérias sobre a frequência e trabalhos dos parlamentares. É possível supor que seu nome diferenciado está vinculado a proximidade do processo eleitoral que ocorre em outubro de 1998, onde serão eleitos os representantes para o novo mandato do Legislativo.

⁵⁴ Há matérias que tratam da relação entre os poderes Executivo e Legislativo, sugerindo que a definição da agenda parlamentar é estipulada pelo Executivo publicadas nas edições diárias dos dois jornais: *S/ título - 29/Dez/98, s/autor, seção: Coluna Do Estadão; Balanço de 98 registra produtividade elevada - 01/Jan/98, autor: Cláudia Carneiro; Pesquisa mostra que Congresso ajuda governo - 05/Mai/98, autor: Kássia Caldeira, (Estado de São Paulo, editoria: Política). Executivo define prioridade do Legislativo - Folha de São Paulo, 07/Dez/97, autor: Lucio Vaz, editoria: Brasil.*

⁵⁵ *Simon propôs prêmio 'Ulysses Guimarães' - 14/Jan/96, s/autor; Senador propõe que cada brasileiro tenha um número - s/autor; Avalie seu deputado e senador - s/autor; Monarquista quer privatizar 19 'teles' - autor: Daniel Bramatti (30/Jan/97); Paim insiste em subir o valor do mínimo - 05/Fev/98, s/autor; (Folha de São Paulo, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso).*

dificultando a análise dos mesmos (as faltas como fatores que ampliam as dificuldades)⁵⁶; listas dos projetos que estão sendo analisados para votação⁵⁷; a disposição dos parlamentares entre os partidos políticos (referência à composição da base do governo)⁵⁸; explicações sobre a avaliação (a ordem de distribuição, as dificuldades devido a votações simbólicas, que não necessitam de quórum, mas não deixam claro o voto do parlamentar) e correções de dados informados no suplemento⁵⁹; atraso nas votações das reformas constitucionais, em função de eleições municipais e da emenda da reeleição⁶⁰, recordistas em mandatos e parlamentares que serão candidatos à reeleição ou a outro cargo⁶¹; resumo do dia dos deputados federais e senadores⁶² e, por fim, aponta para o fato dos projetos de lei apresentados ao Congresso, pelos cidadãos, não serem votados (exemplificam outros itens polêmicos da Constituição promulgada em 1988, que caíram no esquecimento)⁶³.

Quanto às ausências dos parlamentares, as matérias do caderno especial se caracterizam por: oferecer aos leitores os nomes e índices dos parlamentares mais faltosos⁶⁴; expor as justificativas para o não comparecimento e apresentar

⁵⁶ *Comissões acumulam emendas e projetos* - 29/Jul/96, autor: Augusto Gazir; Ricardo Amorim, editoria: Brasil, selo: Olho no Congresso; *Projetos superam capacidade de comissões* - 14/Jan/96, autor: Augusto Gazir; Daniel Bramatti; Hélcio Zolini; *Comissões acumulam projetos* - autor: Ricardo Amorim; Augusto Gazir; *Os Deputados* - s/autor; *Os Senadores* - s/autor; *De quem são os votos do Congresso* - s/autor (30/Jan/97) (editoria: Caderno Especial Olho no Congresso); *Conheça o trabalho das comissões* - Folha de São Paulo, 29/Set/98, s/autor, editoria: Caderno Especial 2- Olho no Voto (Folha de São Paulo).

⁵⁷ As votações que estão sendo analisadas - 14/Jan/96, s/autor; As votações da Câmara; As votações do Senado - 30/Jan/97, s/autor; *Conheça os projetos e saiba como votou seu congressista* - 05/Fev/98, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso)

⁵⁸ *Sistema partidário se consolida* - 30/Jan/97, autor: Mauricio Puls; *Aliados atraem mais 20 filiações* - 05/Fev/98, autor: Solano Nascimento (Folha de São Paulo, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso)

⁵⁹ *Confira atuação de deputados e senadores* - s/autor; *Veja como avaliar seu congressista* - autor: Wilson Silveira, (30/Jan/97, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso); *Erramos* - 06, 07 e 28/Fev/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Erramos (Folha de São Paulo).

⁶⁰ *Votações das reformas emperram* - Folha de São Paulo, 30/Jan/97, s/autor, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso.

⁶¹ *Lucena lidera no Senado* - s/autor; *Recordistas somam 72 anos na Câmara* - s/autor; *Congresso já tem 486 candidatos* - autor: Solano Nascimento; Fabiana Melo (Folha de São Paulo, 05/Fev/98, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso).

⁶² *Por dentro do Congresso* - Folha de São Paulo, 29/Set/98, s/autor, editoria: Caderno Especial 2 Olho no Voto.

⁶³ *Projetos de cidadão não são votados* - Folha de São Paulo, 03/Out/98, s/autor, editoria: Caderno Especial 2 - Olho no Voto.

⁶⁴ *Como os deputados votaram* - 14/Jan/96; *Os mais ausentes e os mais assíduos* - 30/Jan/97 (Folha de São Paulo, s/autor, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso).

comparações dos índices de freqüência entre os anos que compõem esta legislatura⁶⁵.

Segundo o jornal, os índices de contabilização das faltas são resultado da soma das ausências sem justificativa, com as licenças por interesse particular. Estas são as duas situações em que pode ocorrer o corte de salários dos congressistas e, até mesmo, a cassação do mandato⁶⁶. As regras que regem a freqüência dos congressistas ao trabalho, são explicitadas em matéria publicada no ano de 1995. Segundo ela, o mesmo decreto, que aumentou os salários dos parlamentares para R\$ 8.000,00, atribui um valor monetário a cada sessão deliberativa, quando há votação.

"... O ausente tem parte de seu contracheque podado. O valor de cada desconto depende do número de sessões realizadas em cada mês.

No Senado, a fórmula não funcionou. Acostumados a votar as licenças dos colegas em plenário e a abonar automaticamente até cinco faltas por mês, os senadores ignoram o decreto.

A divisão do salário em três partes foi embutida no texto do decreto. Dos R\$ 8.000, apenas uma parte, de R\$ 3.000, é fixa. Uma segunda parcela do salário, também de R\$ 3.000, é chamada variável. A terceira (adicional) é de R\$ 2.000.

As parcelas variável e adicional são somadas (R\$ 5.000) e divididas pelo número de sessões deliberativas realizadas no mês. Desse cálculo resulta o valor da sessão.

Somente três justificativas são aceitas para efeito de pagamento: missão oficial, atestado assinado por junta médica oficial ou comprovante de internação hospitalar.

Outras justificativas são aceitas para que o deputado não seja incluído no artigo 55 da Constituição. Ele prevê a perda do mandato para o parlamentar ausente a um terço das sessões do ano.

Na Câmara, é a Mesa Diretora quem julga os pedidos de licença dos deputados. No Senado, o plenário.

No Senado, além de abonar automaticamente até cinco faltas por mês, o regimento também permite justificativas para "serviço da Casa, licença autorizada, em desempenho de representação ou comissão de externa ou integrando delegação à Conferência Interparlamentar, ou por razões de saúde comprovadas mediante atestado".

Levantamento feito pela Folha no "Diário do Congresso Nacional" indicou que o plenário aceitou todo tipo de justificativa, com ou sem ressarcimento..." (*Corte nos salários dos ausentes aumenta a presença*

⁶⁵ *Aumenta ausência no Congresso* - 30/Jan/97, autor: Ricardo Amorim; Augusto Gazir; *Aumenta freqüência no Congresso* - 05/Fev/98, s/autor (editoria: Caderno Especial Olho no Congresso); *O ranking do comparecimento no Congresso* - s/autor; *Média de comparecimento é alta* - autor: Wilson Silveira; Rafael Quirino, (29/Set/98, editoria: Caderno Especial 2 - Olho no Voto) (Folha de São Paulo).

⁶⁶ *Veja como foi feito o cálculo* - 30/Jan/97, s/autor; *Entenda o cálculo de presença* - 05/Fev/98, s/autor, (editoria: Caderno Especial Olho no Congresso); *Média de comparecimento é alta* - 29/Set/98, autor: Wilson Silveira; Rafael Quirino, editoria: Caderno Especial 2 - Olho no Voto (Folha de São Paulo).

na Câmara - Folha de São Paulo, 16/Jul/95, autor: Flávia De Leon; Augusto Gazir, editoria: Brasil, selo: Olho no Congresso)⁶⁷

O levantamento de freqüências na Câmara é baseado em documentos emitidos pelo Departamento de Pessoal da Casa, no Senado, a presença é controlada pelo Diário do Senado, onde constam as atas das sessões⁶⁸. O jornal ainda salienta as dificuldades de acesso às informações, segundo a matéria, a Câmara de Deputados contribui *"repassando gráficos e fazendo levantamentos detalhados"*. Em relação ao Senado, tem sido diferente, a Casa tem restringido a liberação de documentos, *"no ano passado, por exemplo, não forneceu os relatórios de freqüência e suspendeu a publicação, no Diário do Senado, de detalhes de requerimentos de licença"*⁶⁹.

Além de interrogar os parlamentares sobre suas faltas, o jornal assinala a existência de justificativas de faltas, com data retroativa, e pede esclarecimentos à instituição:

"... Questionada pela *Folha*, a presidência da Câmara disse que vai alterar o procedimento. "Agora, todo mundo vai ter que viajar com o ofício no bolso", declarou o assessor de imprensa de Temer, Ronaldo Paixão." (*Câmara emite justificativa com data retroativa* - Folha de São Paulo, 05/Fev/98, s/autor, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso)

As regras do regimento interno da Câmara de Deputados também são citadas quando o tema é falta às sessões ordinárias das comissões. Segundo o jornal, *"cada deputado pode ser membro titular de apenas uma comissão permanente e suplente de outra. A única exceção é a Comissão de Fiscalização e Controle. Seus membros titulares podem integrar outra comissão"*. Os parlamentares possuem o direito de não comparecer a um número específico de sessões, os deputados devem justificar a ausência e estas faltas não implicam descontos salariais. Mas, caso ultrapassem o número de falta legais, devem ser

⁶⁷ Embora matérias sobre descontos salariais não contem do material investigado, os parlamentares se referem aos descontos em suas justificativas. Outra matéria que trata dos descontos salariais é: *Salários de faltosos são cortados* - Folha de São Paulo, 05/Fev/98, s/autor, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso.

⁶⁸ *Veja como foi feito o cálculo* - 30/Jan/97, s/autor; *Entenda o cálculo de presença* - 05/Fev/98, s/autor, (editoria: Caderno Especial Olho no Congresso); *Média de comparecimento é alta* - 29/Set/98, autor: Wilson Silveira; Rafael Quirino, editoria: Caderno Especial 2 - Olho no Voto (Folha de São Paulo).

⁶⁹ *Veja como atuou seu congressista* - Folha de São Paulo, 05/Fev/98, s/autor, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso.

substituídos. O jornal denuncia que 60 deputados federais deveriam ter sido substituídos, durante o ano de 1997, nas comissões por excesso de falta⁷⁰.

Além disso, informa modificações nas regras durante o período, como a ocorrida no Senado:

"... Os senadores justificaram mais faltas no ano passado que no anterior. Em 1996, houve 6,55 faltas justificadas por sessão. No ano passado, a média foi de 6,78.

A Mesa Diretora do Senado determinou em novembro que cada senador tenha no máximo duas ausências por "atividade Política/cultural" e que os requerimentos para esse tipo de justificativa sejam encaminhados antes do afastamento do parlamentar.

A justificativa faz com que as ausências não sejam descontadas dos salários. O senador Júlio Campos (PFL-MT) teve 19 justificativas por atividade política ou cultural; Fernando Bezerra (PMDB-RN), 18; e Benedita da Silva (PT-RJ), 16.

O senador José Sarney (PMDB-AP) teve 40 ausências no ano passado, mas 36 delas foram justificadas, a maioria como atividade política ou cultural. Sarney usou esse tipo de justificativa para abonar faltas quando lançou seu livro "O Dono do Mar" na França e no México. (*Aumenta frequência no Congresso* - Folha de São Paulo, 05/Fev/98, s/autor, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso)

Assinalar modificações regimentais que tratam das justificativas de ausência dos parlamentares é, sem dúvida, significativo para o jornal, pois permite aos leitores supor que as mesmas vêm acontecendo em função da exposição a que estão sendo submetidos os congressistas nas matérias do suplemento *Olho no Congresso*.

Além de expor os congressistas faltosos, os mesmos são procurados pelo jornal para justificar seus altos índices de ausência ao trabalho. O jornal publica as justificativas⁷¹, os pedidos de retificação das faltas, a contestação sobre a fórmula usada para o cálculo e o fato de parlamentares não responderem às ligações do jornal para prestar conta de suas ausências.

A repercussão do suplemento especial é outro ponto importante. A *Folha* apresenta uma série de falas de parlamentares sobre a edição de tal caderno. Entre as avaliações, o jornal publica declarações positivas, por parte dos

⁷⁰ *Comissões mantêm 60 faltosos* - Folha de São Paulo, 05/Fev/98, autor: Fabiana Melo, editoria: Caderno Especial Olho no Congresso.

⁷¹ As justificativas para ausência dos parlamentares não serão apontadas neste momento pois já constam das sessões que trataram da falta de quórum nos períodos ordinários e extraordinários. Como são as mesmas, retomá-las aqui seria redundante.

membros da Câmara de Deputados, e negativas, por parte do Senado, como pode ser visto na matéria abaixo:

"... Roberto Magalhães (PFL-PE), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara: "Achei a iniciativa positiva porque ajuda a tornar mais transparentes os trabalhos do Congresso. Não sei se as faltas vão diminuir, o que importa é deixar tudo mais transparente."

Antônio Kandir (PSDB-SP), deputado federal: "É um instrumento muito útil para acompanhar a atividade do Congresso, mas é incompleto. Existem atividades importantes, como as atividades de relatoria, que não são citadas e tomam muito tempo."

Alberto Goldman (PMDB-SP), deputado federal: "A avaliação feita é só um lado da questão. Não houve uma avaliação do trabalho do Congresso, como votação de MPS e vetos do governo a projetos aprovados. Do ponto de vista quantitativo é insuficiente e do ponto de vista qualitativo não dá para tirar nada."

Fernando Gabeira (PV-RJ), deputado federal: "É um trabalho matemático, que dá uma série de informações importantes, como projetos e presenças. Faltou uma avaliação da atuação de cada um."

Jair Bolsonaro (PPB-RJ), deputado federal: "Gostaria que os jornais do Rio de Janeiro seguissem o exemplo da *Folha*". (*Presidente da CCJ elogia iniciativa; Goldman cobra mais abrangência* - Folha de São Paulo, 15/Jan/96, s/autor, editoria: Brasil)

Embora os congressistas assinalem a importância da edição de tal caderno, aproveitam a oportunidade para fazer críticas aos limites de tal avaliação e sugerem a ampliação de critérios. A reação do Senado é diferente, conforme já foi apontado. Senadores criticam a publicação, qualificando-a como *bobagem*, *uma perda de tempo* ou *besteira*. A imprensa também é criticada como *incompetente*, deformadora da verdade, sem preocupação com a qualidade, importando-se apenas com a quantidade e, até mesmo, sendo chamada de irresponsável.

"... Cafeteira, apontado pelo caderno como o mais faltoso do Senado, afirmou, em discurso, que faltou a 12 sessões em 97 -9 ordinárias e 3 extraordinárias- e teve nove dias de licença.

"Será que, com 12 faltas, eu sou quem mais faltou nesta Casa?", indagou o líder do PPB. "É piada, deveria ir para um programa humorístico", completou...

Cafeteira citou que o jornal publicou ontem correção sobre a posição das colunas de faltas justificadas e não-justificadas, que saíram invertidas no caderno. "Lá se pode ver que eu nunca justifiquei uma falta."

"Essa matéria da Folha é uma bobagem, uma perda de tempo. Estão jogando fora papel que poderia ser utilizado em coisas mais sérias", afirmou o senador.

Segundo Requião, "a Folha assume o papel de um bedel de colégio público ao verificar as faltas dos alunos, sem nenhuma preocupação com a qualidade de ensino da escola". "E bedel incompetente, que não sabe somar", completou Cafeteira.

Requião reclamou que a Folha não publicou um artigo seu sobre reeleição, mas tem espaço para "besteira".

Jefferson Peres, na lista do caderno Olho no Congresso como um dos dez senadores mais faltosos, afirmou que a Folha usa estatística para "deformar" a verdade.

Ele criticou o fato de o caderno computar como faltas não-justificadas as licenças por interesse particular.

"A imprensa brasileira, muitas vezes, age de forma irresponsável", disse...." (*Senadores criticam Olho no Congresso* - Folha de São Paulo, 07/Fev/98, s/autor, editoria: Brasil)

Há uma matéria publicada na edição diária da *Folha* que alude ao caderno especial *Olho no Congresso*. O tema central é a freqüência dos parlamentares. A crítica às faltas é o que permite ao autor fazer a cobrança de um comportamento ético/moral por parte dos parlamentares. A edição do caderno especial serve de suporte para a crítica à ausência dos congressistas.

"Um trabalhador, com uma jornada de cinco dias na semana, dedica à empresa cerca de 260 dias durante um ano. Caso falte a 53 dias -quase dois meses, ou mais de 20% do trabalho de um ano-, sabe muito bem seu destino: o olho da rua.

Pois bem, o caderno Olho no Congresso, publicado ontem pela *Folha*, mostra que sete deputados e seis senadores tiveram mais de 20% de faltas no ano passado. E demissão -cassação dos mandatos, no caso dos parlamentares- está longe dos seus planos...

Apesar dos faltosos, justiça seja feita, o levantamento da Folha aponta que aumentou a assiduidade dos parlamentares em 95. Dos 513 deputados, 97 compareceram a todas sessões deliberativas -que normalmente ocorrem às terças, quartas e quintas-feiras.

O aumento da presença se deve, em boa parte, não à boa vontade dos nossos legisladores, mas a uma prática que o trabalhador já conhece muito bem: o corte das faltas no contracheque...

Por fim, aqui vai uma sugestão. Que tal instituir uma prestação de contas oficial ao eleitor, em que os parlamentares informariam o que fizeram nos dias em que não compareceram ao Congresso? Muitos não retornariam no próximo mandato." (*No olho da rua* - Folha de São Paulo, 15/Jan/96, autor: Valdo Cruz, editoria: Opinião)⁷²

A importância desta coluna de opinião está centrada no fato do autor mencionar questões que aparecem em todos os momentos de crítica ao Congresso Nacional, neste capítulo. A edição do caderno especial permite ao autor comparar os dados de freqüência no trabalho dos parlamentares e suas respectivas punições, com as horas de trabalho do trabalhador comum e com as punições que os mesmos sofrem caso faltem com freqüência ao trabalho.

⁷² O editorial *Morosidade Parlamentar* também menciona a publicação do caderno especial *Olho no Congresso* para fazer a crítica da morosidade dos trabalhos parlamentares em função das faltas nas comissões. Não será tratado aqui, pois já consta do primeiro item deste capítulo que trata das convocações extraordinárias. (Folha de São Paulo, 03/Fev/97, editoria: Opinião, seção: Editorial).

O aumento de presença dos parlamentares, em relação ao ano anterior, desqualificado pelo autor da coluna, estaria ligado à medida, impondo descontos de salários dos faltosos. Com todas as críticas, o autor salienta a importância de uma publicação nos moldes do *Olho no Congresso* e sugere a elaboração de uma prestação de contas aos eleitores.

A publicação sobre as faltas dos parlamentares teve repercussão significativa, particularmente, entre aqueles que se sentiram atingidos pela edição do caderno *Olho no Congresso*.

5.3.1. A repercussão do caderno *Olho no Congresso*

A repercussão da publicação de um caderno dedicado a avaliar a atuação dos parlamentares é significativa, principalmente, entre os próprios membros do Poder Legislativo. A primeira edição, publicada em janeiro de 1996, recebe elogios por parte de deputados federais e senadores, mas já nas primeiras cartas as justificativas do não comparecimento parecem ser central. São várias as cartas que iniciam parabenizando a *Folha* e passando a questionar as informações, como no exemplo abaixo:

"Ao mesmo tempo em que parabenizo a *Folha* pela excelente e oportuna iniciativa de publicar o caderno *Olho no Congresso*, tomo a liberdade de fazer algumas observações..." (*Olho no Congresso*, de João Mellão Neto, deputado federal pelo PFL-SP, Brasília, DF - *Folha de São Paulo*, 18/Jan/96, editoria: Opinião, seção: Painel do leitor)⁷³

Outras cartas apresentam apenas justificativas das faltas dos parlamentares ou de seus assessores sobre os dados informados no caderno⁷⁴.

⁷³ Outros exemplos: *Olho no Congresso*, de Ivan Valente, deputado federal pelo PT-SP; José Fritsch, deputado federal pelo PT-SC e 1º vice-presidente da Comissão de Agricultura; de Alberto Goldman, deputado federal pelo PMDB-SP (18/Jan/96; *Olho no Congresso*, de Adhemar de Barros Filho, deputado federal pelo PPB-SP; Ronaldo Perim, primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados pelo PMDB-MG0 (19/Jan/96) (*Folha de São Paulo*, editoria: Opinião, seção: Painel do leitor).

⁷⁴ *Olho no Congresso*, de André Amaro, da assessoria de imprensa da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara; S/título, de Nelson Marchezan, deputado federal (sem partido-RS (19/Jan/96); *Olho no Congresso*, de Ruy dos Santos Siqueira, assessor da deputada Vanessa Felipe 21/Jan/96; *Olho no Congresso*, de Hélio Bicudo, deputado federal pelo PT-SP, 27/Jan/96; *Olho no Congresso*, de Jaime Martins Filho, deputado federal e vice-líder do PFL, 30/Jan/96; *Olho no Congresso*, de Deraldo Ruas Guimarães, chefe de gabinete do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), 07/Mar/98; *Esclarecimento*, de Goretti Queiroz, assessora de imprensa do deputado federal Mendonça Filho (PFL-PE), 11/Mar/98 (*Folha de São Paulo*, Brasília, DF, editoria: Opinião, seção: Painel do leitor).

Há somente três casos que não tratam das faltas: um pedido de reparo na publicação referente a propostas de emendas à Constituição e projetos de lei⁷⁵; outro, solicitando reparo quanto à votação relativa ao imposto do cheque e reforma agrária⁷⁶, por fim, uma carta que demanda à *Folha* a inclusão dos pronunciamentos em plenário no quadro que discrimina a atividade parlamentar⁷⁷. É importante ressaltar que a grande maioria das cartas dos congressistas, que solicitam reparos na publicação ou apresentam as justificativas para ausência, são seguidas de uma nota da redação, a qual por vezes contesta a posição do parlamentar, usando para isso os dados resgatados na própria instituição e, por vezes, ratifica o erro e salienta que o mesmo já consta da seção Erramos do jornal.

Mas não há somente cartas de congressistas, pois os leitores do jornal também se manifestam. São cartas parabenizando o jornal pela publicação do suplemento, demonstrando satisfação pela iniciativa⁷⁸.

"Aceite meus parabéns pela publicação do caderno 'Olho no Congresso', na edição de ontem. Sem dúvida, um precioso instrumento para que os cidadãos possam exercer seu dever de acompanhar o comportamento dos parlamentares. Eles estarão menos ocultos aos olhos dos eleitores."

"Quero congratular-me com a Folha pela publicação do suplemento 'Olho no Congresso' (14/1). Trata-se de um importante serviço aos cidadãos, proporcionando-lhes as informações de que necessitam para a boa compreensão e o adequado acompanhamento dos trabalhos do Legislativo."

"Felicitó a Folha pelo caderno Olho no Congresso, pelo qual me pauto para as eleições vindouras. Calculo o quanto deve ser difícil o jornal publicar essas avaliações; calculo as pressões que os deputados e senadores fazem em relação ao assunto (não interessa à maioria deles). Diante do compromisso da verdade que a Folha tem mantido perante seus leitores, sugiro um caderno especial nos mostrando os 75

⁷⁵ *Olho no Congresso*, de Alessandra Rios, assessora de imprensa da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, 09/Fev/96; *Faltas superestimadas*, de José Serra, senador pelo PSDB-SP, 01/Fev/97; *Faltas justificadas*, de Hélio Bicudo, deputado federal pelo PT-SP, 06/Fev/97 (Folha de São Paulo, Brasília, DF, editoria: Opinião, seção: Painel do leitor).

⁷⁶ *Voto certo*, de Pedro Yves, deputado federal pelo PMDB-SP, Brasília, DF - 07/Fev/97, editoria: Opinião, seção: Painel do leitor.

⁷⁷ *Olho no Voto*, de Cunha Bueno, deputado federal pelo PPB, São Paulo, SP - Folha de São Paulo, 01/Out/98, editoria: Opinião, seção: Painel do leitor.

⁷⁸ *Olho no Congresso*, de Mário Negreiros dos Anjos, Rio de Janeiro, RJ - 01/Fev/95; S/título, de Ruy Martins Altenfelder Silva, presidente da Aberj - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, São Paulo, SP, 18/Jan/96; *Avaliações*, de Fadel David Antonio Neto, Rio Claro, SP, 01/Fev/97; *Olho no Congresso*, de José Barbosa Coelho, vereador, Osasco, SP, 22/Fev/98; *Compromisso*, de Vicência Brêtas Tahan, São Paulo, SP, 13/Mar/98 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel do leitor).

processos parados por falta de aval da Câmara e seus processados, conforme leio no artigo de Eliane Cantanhêde do dia 27/2."⁷⁹

Apenas uma carta não segue esta linha, nesta, o autor chama atenção para a importância dos parlamentares estarem ligados às suas bases⁸⁰.

"A Folha precisa criar critérios mais eficazes para a avaliação do trabalho parlamentar. Caso contrário, corre o risco de colocar na 'vala comum' todos os parlamentares, o que é um desserviço à democracia. É bom lembrar que o trabalho de deputados e senadores é em todo o Congresso Nacional e também em seus Estados de origem, e não apenas no plenário." (*Olho no Congresso*, de Joaquim Santo Turim, 16/Jan/96)

Após a descrição das matérias que compõem o caderno *Olho no Congresso*, é fundamental retomar ao ponto central deste item do trabalho: compreender a importância de uma publicação dedicada exclusivamente ao Congresso Nacional. Na tentativa de cumprir essa tarefa, é preciso recorrer novamente a uma matéria citada anteriormente.

"O caderno "Olho no Congresso", publicado no dia 14 de janeiro de 96, é um exemplo de como o jornalismo político pode se transformar em um "serviço" ao leitor. Por essa razão, ele venceu justamente nesta categoria do Prêmio Folha de Jornalismo de 1997.

O caderno apresentou a produtividade de deputados e senadores, para que os eleitores fizessem uma análise crítica da atuação de seus representantes no Legislativo.

Além da assiduidade dos parlamentares, o caderno trouxe informações sobre quantos projetos cada um apresentou e em quantas comissões temáticas participou.

O caderno é a única iniciativa do jornalismo brasileiro de oferecer para os leitores um forma objetiva de avaliar os eleitos", diz Wilson Silveira, 35, há 12 anos na *Folha*, que coordenou a edição.

Segundo Silveira, o caderno não serviu para mudar muito a cultura do Congresso. "Notamos que, pelo menos, os parlamentares começaram a se preocupar mais em justificar suas faltas", diz ele.

O caderno gerou muitas críticas de parlamentares, que afirmavam que o número de faltas não seriam significativas para os trabalhos parlamentares. "Notamos que os que mais reclamavam eram os que tinham maior número de faltas." (*'Olho no Congresso' presta serviço* - Folha de São Paulo, 19/Fev/97, s/autor, editoria: Brasil)

Embora a matéria acima não conste do caderno *Olho no Congresso*, sua importância é vital para a compreensão da edição de tal suplemento, pois talvez seja o texto mais importante relacionado à publicação do caderno. Segundo o

⁷⁹ As cartas citadas são, respectivamente: *Olho no Congresso*, de Carlos Rossini, 01/Fev/95; de Bolívar Lamounier, cientista político, 16/Jan/96; *Compromisso*, de Vicência Brêtas Tahan, 13/Mar/98 (Folha de São Paulo, São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor)

⁸⁰ *Olho no Congresso*, de Joaquim Santo Turim, São Paulo, SP, 16/Jan/96, editoria: Opinião, seção: Painel do leitor.

mesmo, a função da edição especial é prestar um serviço aos eleitores, permitindo aos mesmos o acesso a dados para avaliar (julgar) seus representantes no legislativo.

Um *serviço* desta ordem deixa subentendido que estes dados são negados aos eleitores, seja pela impossibilidade de acessá-los, seja pelo desinteresse dos próprios representantes de divulgá-los. Além disso, chama atenção para a função da imprensa. Ela é um órgão prestador de serviços ao leitor, nas palavras do editor *"é um exemplo de como o jornalismo político pode se transformar em um "serviço" ao leitor"*, sendo assim, cumpre uma importante função na sociedade. Dois pontos ressaltam desta colocação.

Em primeiro lugar, a matéria dá a entender que não há interesses em jogo por parte do jornal. A disputa de ampliação da vendagem, item constante da lógica do mercado jornalístico, não é tópico central. A razão para a edição de um caderno especial sobre o Poder Legislativo está, seguindo a lógica do jornalista, no serviço que está prestando à sociedade.

Este ponto liga-se a um segundo: a neutralidade no tratamento dos acontecimentos. A descrição das matérias tratadas no suplemento, mostra a preferência pela exposição das qualidades negativas dos parlamentares. A opção pelo modo de divulgação de fatos não é neutra, existe um interesse anterior para escolher o lado negativo ou positivo da divulgação de um fato. A opção por expor, preferencialmente, o comportamento negativo dos parlamentares é importante, pois remete ao desgaste destes frente aos eleitores, à desconfiança na moralidade do político, demonstrado pelos jornais através das cartas e das pesquisas de opinião. Seja qual for a razão da escolha, a cobertura feita pelos jornais sobre o Congresso Nacional não é neutra, ao contrário, ela é regida por interesses dos jornais, o mais simples deles é vender jornais, ou por disputas internas ao mercado jornalístico.

No momento em que a imprensa se constitui não como órgão que disputa um mercado, mas como órgão a serviço da sociedade, qualquer oscilação que possa ocorrer, quanto à neutralidade no tratamento dos fatos, é secundária. A função social que cumpre, ao permitir aos representados o acesso aos dados, para avaliarem seus representantes, propicia à imprensa condições para se

constituir como o local de expressão do desapontamento frente à política e, em última instância, como o local, por excelência, da palavra pública.

Na continuidade da matéria duas outras questões importantes são apontadas: a reação negativa dos parlamentares, através de críticas à publicação, e a constatação do coordenador da edição de que a publicação do caderno afetou pouco a cultura do Congresso Nacional. Conforme informações publicadas pelo jornal, a reação dos parlamentares à exposição pública foi desagradável e gerou críticas, como vimos na descrição do material. Mas, por outro lado, várias manifestações favoráveis, por parte dos congressistas, foram publicadas pelo próprio veículo de comunicação. As parabenizações feitas pelos deputados federais e senadores não foram contabilizadas na produção desta informação.

A segunda constatação está ligada à frase *"segundo Silveira, o caderno não serviu para mudar muito a cultura do Congresso. Notamos que, pelo menos, os parlamentares começaram a se preocupar mais em justificar suas faltas", diz ele*". A primeira parte da citação traz um dado importante, para análise, e que permeia o formato de divulgação de notícias sobre o Poder Legislativo: a cultura do Congresso Nacional. Todo o enfoque negativo dado aos membros do parlamento, na matéria, permite sugerir que a cultura ou o costume da instituição é de descaso dos parlamentares com seus representados. A noção *cultura do Congresso* engloba todos os qualificativos negativos divulgados pela mídia impressa: desonestos, gazeteiros, interesseiros, omissos, privilegiados, desinteressados... A parte final do recorte demonstra que, se a *cultura do Congresso* não mudou muito em função da publicação, algum reflexo positivo produziu: há mais justificativas para as faltas.

Sem dúvida, a edição do caderno *Olho no Congresso* está relacionada ao desgaste de imagem do Poder Legislativo e de seus membros, desgaste este permanentemente salientado e ampliado pelas informações, denúncias e críticas publicadas nos jornais. A reação de descontentamento dos leitores/eleitores, com o comportamento ilegal ou imoral de alguns parlamentares, em muito constituída pela própria desqualificação que a imprensa faz dos mesmos, mostra, ao menos, uma evidência: desqualificar os políticos do Legislativo vende mais jornal.

VI. A votação do Orçamento: as emendas individuais e o escândalo do Orçamento

Compete aos parlamentares que compõem o Congresso Nacional votar a cada ano o Orçamento-Geral da União, que define as verbas para investimento dos três poderes no ano subsequente. A proposta orçamentária é enviada ao Parlamento pelo Poder Executivo. Aos congressistas cabe analisar, propor emendas e votá-las. Mas há um longo caminho a ser percorrido entre o recebimento da proposta e sua votação em plenário. No processo de tramitação cabe aos parlamentares elaborar sete (07) relatórios setoriais. Estes relatórios são enviados à Comissão Mista de Orçamento, que os analisa e redige um relatório geral, que é posto em votação no plenário.

A cada um dos três poderes da União é destinada uma verba para investimentos. A própria proposta enviada pelo Planalto estipula o valor destinado ao Poder Legislativo para a inclusão de emendas parlamentares na peça orçamentária. Estas emendas ao Orçamento podem ser individuais, por bancadas partidárias ou bancadas estaduais. De modo geral, as emendas parlamentares ultrapassam em muito o valor inicialmente projetado. A disputa do Parlamento por ampliação de verbas, para as emendas, é constante, pois a inclusão destas, ao Orçamento, se constitui num espaço importante que os congressistas possuem de solicitar verbas e obras, privilegiando suas regiões de origem, permitindo maior visibilidade destes parlamentares em seus redutos eleitorais.

Em termos gerais, os jornais tratam a relação entre Orçamento da União e Congresso Nacional, centrando a crítica nas emendas individuais dos parlamentares, como espaço de manifestações de interesses regionais e paroquiais, e defendendo que as emendas à peça orçamentária devam ser estipuladas por bancadas partidárias ou de Estados da União bem como fazendo constante referência à Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou denúncias de irregularidades de parlamentares na elaboração do Orçamento, no ano de 1993.

No mês de dezembro de 1996, o jornal *O Globo* publica a denúncia de um pedido de propina, por parte do deputado federal, Pedrinho Abrão (PTB-GO), sub-relator do Orçamento. Segundo matérias publicadas nos jornais, o parlamentar pediu propina ao representante da empreiteira Andrade Gutierrez, responsável pela construção de um açude no Estado do Ceará. Em troca do dinheiro, o pedido de verba, para tal obra, continuaria a constar em emenda do Orçamento-Geral da União, para posterior liberação de recursos, caso o dinheiro fosse negado, a obra seria retirada da peça orçamentária. O tema passa a ter centralidade nas notícias dos dois jornais, com informações sobre a denúncia e as medidas punitivas para o envolvido.

A opção de investigar as notícias sobre a elaboração do Orçamento, no ano de 1996, tem na denúncia, envolvendo o deputado federal, Abrão, sua centralidade. Mas não é somente a este escândalo que se deve a escolha. No período que precede a denúncia, há um número significativo de informações divulgadas, pelos jornais, sobre a proliferação de emendas individuais de parlamentares na peça orçamentária que definirá as verbas a serem utilizadas no ano de 1997. Ao que parece, não é somente a importância dos investimentos, que estão sendo definidos, que dá centralidade ao tema nas páginas dos jornais. As denúncias de desvio de verbas públicas do Orçamento, envolvendo parlamentares no mandato anterior, que levaram à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para julgar o caso, sem dúvida, têm papel fundamental. É necessária uma referência a esta questão para compreender a ampla cobertura dada pelos jornais às emendas individuais e ao caso Abrão¹.

1 Embora a polêmica sobre a elaboração do Orçamento se mantenha quando da discussão das demais peças orçamentárias nos anos subsequentes, optou-se por restringir a investigação neste momento a questão central do capítulo que são os escândalos e o desgastes projetados por estes ao Poder Legislativo e seus membros. Apenas são citadas matérias que tratam das elaborações dos Orçamentos posteriores: *Ameaça de cortes no Orçamento irrita deputados* - 16/Jul/97; *Municípios vão ter verbas às vésperas das eleições* - 03/Out/97 (autor: Cláudia Carneiro); *Governo aceita liberar recursos até junho* - 23/Out/97, autor: I. B.; *S/título* - 26/Out/97 - s/autor, seção: Jogo Rápido; *Governo usa verbas para pressionar Congresso* - 28/Out/97; *Paulistas dividem até por 20 verba de emendas* - 31/Out/97 (autor: João Domingos); *Brasil em Ação será preservado de cortes* - 05/Nov/97; *Aliados ignoram apelo e pressionam por gastos* - 07/Nov/97; *Verba do Brasil em Ação sofre redistribuição* - 05/Dez/97; *Congresso vota hoje projeto de lei do Orçamento para 98* - 11/Dez/97 (autor: Mara Bergamaschi); *Requião liga liberação de verbas a venda de votos* - 09/Jan/98; *ACM contesta validade da fita de Requião* - 10/Jan/98 (autor: João Domingos); *Aliados são privilegiados com recursos da Saúde* - 01/Fev/98; *Aliados têm o dobro da verba da oposição no RS* - 06/Fev/98 (autor: Mara Bergamaschi); *Governo libera R\$ 22 milhões para garantir votos* - 12/Fev/98, autor: Cláudia Carneiro; *Governo libera R\$ 310 milhões para rebeldes* - 05/Mai/98,

No ano de 1993 houve a instalação de CPI do Orçamento, que investigou denúncias de desvios de verbas públicas, por parlamentares, os mesmos ficaram conhecidos como *anões do orçamento*. Na tentativa de evitar problemas, como os que justificaram a CPI, a Comissão propôs uma *nova sistemática* para a elaboração da peça orçamentária, algumas recomendações foram apontadas no relatório final. Uma das recomendações foi a priorização de emendas coletivas (por bancadas partidárias ou estaduais) em detrimento das emendas individuais (chamadas de *paroquiais*). A razão para esta posição está na crença de que as emendas individuais possam dar, mais facilmente, margem a irregularidades. A partir deste momento, o caso dos *anões do orçamento* assombra a todas as elaborações e votações do Orçamento-Geral da União².

As notícias sobre as emendas individuais apresentadas pelos parlamentares, somadas àquelas que tratam da denúncia de irregularidade, envolvendo um sub-relator do Orçamento, duas questões que se destacam, compõem o material de análise deste ponto do trabalho. Neste capítulo, se busca, como nos demais, através da investigação da cobertura jornalística de um ponto específico - no caso, o Orçamento-Geral da União - efetuar a análise do discurso dos jornais sobre o Congresso Nacional. Para isso, o capítulo está dividido em:

6.1. *As emendas individuais* - estão descritas as notícias e analisados os editoriais que tratam criticamente do tema emendas individuais de parlamentares ao Orçamento da União.

6.2. *Novo escândalo no Orçamento* - a investigação tem como foco as notícias sobre a denúncia e a punição do parlamentar envolvido no escândalo bem como

autor: Christiane Samarco e Cláudia Carneiro; *Corte de verbas vira nova ameaça à Previdência* - 04/Jun/98, autor: Cláudia Carneiro; *Impasse ameaça votação do Orçamento* - 04/Dez/98, autor: Líliliana Enriqueta Lavoratti (Estado de São Paulo, editorial: Política); *Emendas favorecem redutos de líderes* - 26/Out/97, autor: Oswaldo Buarim Jr.; *Acordo de bancadas facilita aprovação; Eleitos se beneficiam de emendas* (s/autor, 02/Nov/97); *Dinheiro contra o El Niño favorece base governista* - 15/Jan/98; *Estados que não precisam recebem verba anti-El Niño* - 16/Jan/98 (autor: Lucio Vaz; Raymundo Costa) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

² As informações sobre a elaboração e tramitação do Orçamento da União foram retiradas das matérias: *Deputado desvia R\$ 120 mi para Minas e causa tumulto* - Folha de São Paulo, 19/Jan/96, autor: Sônia Mossri, editoria: Brasil; *Comissão adia votação de relatório* - 23/Jan/96; *Disputa entre políticos ameaça atrasar votação* - 30/Jan/96; *Congresso não abre mão de emendas individuais* - 30/Jul/96 (autor: Mara Bergamaschi), *Teotônio quer fim das emendas individuais* - 23/Jul/96, autor: Rosa Costa e Mara Bergamaschi (Estado de São Paulo, editoria: Política).

as proposições apontadas nos editoriais para modificar a elaboração da peça orçamentária.

6.1. As emendas individuais

A CPI do Orçamento de 1993 é, sem dúvida, uma forte justificativa para os jornais dedicarem um espaço significativo a notícias sobre a elaboração dos novos orçamentos da União no Congresso Nacional. Mas a proliferação de emendas individuais, as disputas dos partidos políticos aliados ao governo, por verbas, e denúncias de irregularidades parecem ter papel destacado no número de notícias sobre o tema. As informações publicadas pelos jornais, no período que antecede a denúncia de irregularidades na elaboração da peça orçamentária, expõem: denúncias de desvios de verbas para bases eleitorais³; disputas de partidos políticos, aliados do Planalto, que indicaram Ministros de Estado, buscando a ampliação de verbas do Orçamento para tais ministérios⁴; dificuldades enfrentadas para a elaboração do relatório final, da Comissão Mista do Orçamento, em virtude dos interesses dos parlamentares⁵; remanejamento de verbas para ampliação do valor estipulado para emendas oriundas do Legislativo⁶; conflitos entre o Executivo e os partidos políticos que compõem sua base (a evasão dos parlamentares, nas votações, devido a cortes no orçamento e a

³ *Deputado desvia R\$ 120 mi para Minas e causa tumulto* - Folha de São Paulo, 19/Jan/96, autor: Sônia Mossri, editoria: Brasil; *Comissão adia votação de relatório* - Estado de São Paulo, 23/Jan/96, auto: Mara Bergamaschi, editoria: Política.

⁴ *PMDB ameaça obstruir Orçamento* - 31/Jan/96; *Deputado confirma pressões por verba* - 01/Fev/96 (autor: Mara Bergamaschi); *Bancada do PTB se rebela contra Planalto* - 07/Ago/96, autor: Ricardo Amaral; *PTB quer verbas para terminar rebelião* - 08/Ago/96, autor: Cláudia Carneiro (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁵ *Sem síndrome* 04/Fev/96, s/autor; *Um e outro* - 07/Fev/96, s/autor; *Relator quer que paulistas desistam de emendas* - 12/Fev/96, autor: Mara Bergamaschi (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁶ *Congresso quer R\$ 1,7 bilhão para obras* - 29/Jan/96; *Disputa entre políticos ameaça atrasar votação* - 30/01/96; *Bancadas se recusam a abrir mão de emendas* - 13/02/96; *Relatores ampliam verbas do Norte e Nordeste* - 19/Fev/96; *Cofre cheio* - 17/Mar/96, s/autor; *Orçamento vai a votação com quatro meses de atraso* - 08/04/96 (Estado de São Paulo, autor: Mara Bergamaschi, editoria: Política); *Verba da União vai para parlamentares* - 11/Mar/96; *Congresso estuda mudar Orçamento* - 09/Out/96, editoria: Brasil; *Congressistas querem usar verba de corte em emendas* - 18/Out/96; *Congresso quer mais verba e ameaça Plano de Metas* - 24/Out/96 (Folha de São Paulo, autor: Sônia Mossri, editoria: Brasil).

necessidade do Planalto de liberar verbas em troca de apoio dos aliados)⁷; tentativa, por parte de parlamentares, de extinguir as emendas individuais⁸.

"O Orçamento da União de 1997 entra na pauta de discussão do Congresso e ressurgiu com a polêmica de sempre: vale prestigiar mais as emendas individuais dos parlamentares ou as das bancadas, normalmente decididas em conjunto com os governadores? As emendas das bancadas tiveram preferência sobre as de deputados e senadores no Orçamento deste ano. Mas, ao que tudo indica, a ordem deverá ser inversa no ano que vem.

Sob o argumento de que 1998 está quase aí - e eles estarão novamente em campanha atrás de novo mandato -, os parlamentares alegam que precisam deixar uma marca no Orçamento de 1997 para apresentar aos eleitores. Tipo "aquela ponte ali fui eu quem consegui recursos lá em Brasília para construir".

Um total de 300 deputados e senadores apresentaram emendas ao Orçamento até o final do prazo, na semana passada. As bancadas tem até sexta-feira para enviar as suas..." (*Novos ares* - Estado de São Paulo, 03/11/96, s/autor, editoria: Política)

Se o *Estado* dilui a polêmica das emendas individuais nas discussões gerais citadas acima, a *Folha* tem, nas mesmas, o ponto nevrálgico de seus noticiários sobre o Orçamento da União⁹. Muitos das matérias expõem, através das falas dos congressistas, as justificativas dos mesmos para elaboração de emendas que privilegiam seus redutos eleitorais, como no exemplo selecionado.

"... Albérico Cordeiro (PTB-AL): "Como não posso atender todo o Estado, priorizo algumas cidades. Se sou candidato a prefeito? Os outros são candidatos. Eu já sou o prefeito eleito (Maceió)".

Aldo Arantes (PC do B-GO): "É claro que faço opção pelas cidades onde tenho votação mais expressiva. Priorizo áreas de saúde e educação. Mas o dinheiro é reduzido"...

Benedito Domingos (PPB-DF): "Fui o único parlamentar do Distrito Federal a apresentar emendas porque tinha compromissos que não podia abrir mão"...

Dilso Sperafico (PMDB-MS): "Pedi que os prefeitos enviassem emendas. Tem lugar onde não fui votado. A gente chega lá, e eles cobram: o que você fez pela cidade?"...

Fausto Martello (PPB-SP): "O governo tem que ajudar a gente a dar uma assistência em quem acreditou e votou na gente"...

⁷ *Cortes no Orçamento esvaziam Câmara* - 14/Jun/96, autor: Lucio Vaz; *Governo libera verba para redutos de parlamentares* - 28/Jun/96, autor: Lucio Vaz; Vivaldo De Souza (*Folha de São Paulo*, editoria: Brasil).

⁸ *Teotônio quer fim das emendas individuais* - 23/Jul/96, autor: Rosa Costa e Mara Bergamaschi; *Congresso não abre mão de emendas individuais* - 30/Jul/96, autor: Mara Bergamaschi (*Estado de São Paulo*, editoria: Política).

⁹ *Deputado diz que cumpre seu dever, Petista justifica verbas para GO* (s/autor); *Deputados destinam R\$ 853 mi do Orçamento para interesses eleitorais* - autor: Lucio Vaz (11/Fev/96); *Parlamentares justificam suas emendas* - s/autor; *Município inventa projeto para justificar recursos* - autor: Silvia Quevedo; *Emenda de Paes dá verba para obra já implementada* - autor: Paulo Mota; *Petista privilegia cidade em que disputa prefeitura* - autor: Carlos Henrique Santiago (02/Jun/96); *Deputados zelam por 'distritos informais'* - 03/Jun/96, autor: Lucio Vaz E William França (*Folha de São Paulo*, editoria: Brasil).

Itamar Serpa (PSDB-RJ): "É o meu reduto. Vivo em Nova Iguaçu há 40 anos. Conheço os problemas. Privilegio não a base eleitoral, mas o município"...

João Fassarela (PT-MG): "A questão não é eleitoral. Mas a estrutura da Câmara conduz a isso. As emendas individuais têm um caráter municipal. Você põe na região que conhece"...

Leonel Pavan (PDT-SC): "Sou o único deputado da região do Vale do Itajaí. Não tem outro. Você assume o compromisso de ser representante da localidade, e minha omissão não seria bem aceita"...

Paulo Bornhausen (PFL-SC): "Busquei interiorizar as verbas, apesar de ter um terço dos votos na capital. Não busquei concentrar votos em paróquias"..." (*Parlamentares justificam suas emendas* - Folha de São Paulo, 02/Jun/96, s/autor, editoria: Brasil)¹⁰

Embora exponham o tema através de ângulos diferenciados, os dois jornais apontam similaridades na crítica às emendas individuais. Para os jornalistas da *Folha* e do *Estado*, as emendas se constituem em práticas clientelistas, nas quais os parlamentares buscam agradar seus redutos eleitorais em troca de votos. As emendas individuais são qualificadas, pelos jornalistas, como *paroquiais*, interesses pessoais ou troca de favores. Os parlamentares propõem obras - possíveis ou não de serem executadas - nas localidades onde possuem votação (seus *currais eleitorais*) ou pretendem possuir, agradando assim aos eleitores e recebendo em troca os votos para reeleição, eleição a um novo cargo ou eleição de um correligionário. As justificativas dos parlamentares, para as emendas individuais, não condiz com aquelas apontadas pelos jornais. Segundo os congressistas, a população (leia-se seus eleitores) exige este tipo de comportamento de seus representantes.

A pulverização das verbas é outro ponto destacado pelos jornalistas no momento da crítica às emendas parlamentares. Segundo os jornais, como cada parlamentar quer agradar seu reduto eleitoral, as verbas são divididas em um grande número de emendas, propondo pequenas obras. O resultado é que poucas obras saem do papel por não conseguirem verba suficiente. Os jornalistas apontam ainda que obras paradas, que poderiam ser finalizadas se o total da cota fosse para as mesmas, continuam inacabadas. A pulverização acaba gerando o que chamam de "*indústria de obras inacabadas*", sempre em função dos

¹⁰ Foi selecionado apenas um exemplo de justificativa por partido político citado.

interesses eleitorais dos congressistas¹¹. A matéria abaixo exemplifica esta questão:

"O cruzamento do resultado das eleições de 94 com as emendas aprovadas ao Orçamento da União deste ano é a prova de que o clientelismo é prática comum de 300 dos 513 deputados.

O mapa do clientelismo, levantado pela *Folha*, não deixa dúvida: deputados pulverizam recursos públicos para atender seus "currais eleitorais". O uso dispersivo das verbas é irracional: a cada ano são iniciadas centenas de pequenas obras, sem data marcada para a conclusão.

A pulverização dos recursos -cerca de R\$ 600 milhões, sendo R\$ 200 milhões destinados a bases eleitorais- fica clara no cruzamento das emendas apresentadas com as aprovadas. Como não há dinheiro para todas as obras, os deputados distribuem cotas de R\$ 1 milhão a R\$ 1,7 milhão em 5, 6 ou 10 emendas.

Assim, uma obra que exige R\$ 2 milhões ou R\$ 3 milhões, acaba recebendo apenas de R\$ 100 mil a R\$ 150 mil. Nesse ritmo, levaria 20 anos para ser concluída...

As emendas paroquiais destinam verbas para casas populares, postos de saúde, esgoto, parques, açudes e estradas. A intenção é impressionar o eleitorado -até porque dezenas de deputados são candidatos a prefeito ou apóiam candidatos em seus redutos...

Política assumida

A maioria dos deputados ouvidos pela *Folha* assume que a distribuição dos recursos é Política mesmo. Dizem que os eleitores cobram esse tipo de atuação..." (*Clientelismo pulveriza verbas da União* - Folha de São Paulo, 02/Jun/96, s/autor, editoria: Brasil)

As matérias que antecedem o novo escândalo no Orçamento da União, apontam para um Parlamento muito mais interessado em ampliar as verbas, para as emendas dos congressistas no Orçamento da União, principalmente, verbas para emendas individuais, do que em tratar dos interesses da Nação como um todo.

As emendas individuais são tema de editoriais dos dois jornais. A *Folha* dedica espaço para o assunto em três editoriais. O primeiro editorial critica esta prática, qualificando-a como sendo de interesse pessoal dos parlamentares e não de interesse geral, e aponta a necessidade de modificar a forma de emendar o orçamento da União.

"A questão das emendas individuais de parlamentares ao Orçamento já se tornou uma novela. E, se o escândalo dos anos do Orçamento foi o ápice trágico desse folhetim, ele prossegue, ainda trágico, mas com uma pitada de ironia.

¹¹ *Obras paradas torram R\$ 15 bi* - autor: Lucio Vaz; Olimpio Cruz Neto; *Clientelismo pulveriza verbas da União* - s/autor (Folha de São Paulo, 02/Jun/96, editoria: Brasil); *Congresso não abre mão de emendas individuais* - Estado de São Paulo, 30/Jul/96, autor: Mara Bergamaschi, editoria: Política.

Da boca para fora muitos parlamentares defendem a utilização das emendas de bancada (feitas por mais de 2/3 dos representantes de cada Estado), mas não se esquivam de bombardear a comissão de Orçamento com pedidos individuais.

Na área de transportes, comunicações, ferrovias e portos, cuja verba é de R\$ 320 milhões, foram apresentadas 1.118 emendas, no valor de R\$ 11 bilhões.

O sub-relator de infra-estrutura, deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG), sofreu tantas pressões que simplesmente decidiu dividir a verba disponível para estradas pelos congressistas. Resultado: cada parlamentar terá direito a R\$ 200 mil, o suficiente apenas para a conservação de 2 km de estrada.

Embora essa pulverização dos recursos seja inadmissível, a atitude de Felipe coloca de forma eloquente o ridículo que se tornou a questão das emendas ao Orçamento.

O toque surrealista revela a urgente necessidade de proceder a alterações na forma de emendar o Orçamento. Aceitar apenas emendas de bancada ou chanceladas por uma legenda representativa talvez fosse uma forma de diminuir o caráter paroquial e personalista das emendas individuais e garantir assim que os recursos fossem destinados a projetos de interesse mais geral. A novela do Orçamento já ultrapassou os limites da paciência humana e precisa chegar a um fim." (*Novela sem fim* - Folha de São Paulo, 27/Jan/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

O segundo editorial chama-se *Os relatores da fama* e, como o título expressa, trata da busca de notoriedade, por parte de congressistas, através das relatorias, e aponta para os problemas gerados por essa atitude. Após citar os casos dos relatores das reformas da Previdência e Administrativa, passa a tratar dos relatores do Orçamento da União, exemplificando com o sub-relator de infraestrutura.

"... Por fim é o deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG), sub-relator de infraestrutura do Orçamento da União de 96, que, oscilando entre a generosidade e a avareza, pretendia destinar à sua base eleitoral 37% das verbas para projetos defendidos por parlamentares e agora, para atender aos inúmeros pedidos que disputam R\$ 250 milhões para emendas em projetos do DNER, decidiu fazer um rateio, restando às propostas de cada congressista apenas R\$ 200 mil, que mal permitem iniciar uma obra.

As ditaduras prescindem do Legislativo. Mas nas democracias é inegável que cabe a esse poder discutir os projetos do Executivo, e não aprová-los automaticamente. É o que se espera dos parlamentares.

Como, porém, as intenções contidas nas primeiras bravatas têm ficado muito aquém do que afinal se decide, é inevitável a impressão de que se criam dificuldades apenas para dar aos parlamentares um oneroso poder sobre o governo." (*Os relatores da fama* - Folha de São Paulo, 29/Jan/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

O terceiro exemplo, presente na *Folha*, denomina-se *Miopia parlamentar*, e trata de uma crítica do jornal à tentativa do relator-geral do Orçamento da União de aumentar os recursos destinados às emendas de parlamentares.

"O corte de R\$ 1,1 bilhão nas despesas de manutenção da máquina Administrativa efetuado pelo relator-geral do Orçamento da União, deputado Iberê Ferreira (PFL-RN), para aumentar os recursos destinados às emendas de parlamentares não parece merecer acolhida. Ninguém duvida de que muitas das obras e projetos propostos pelos congressistas são de fato importantes para as regiões em questão. É mais do que evidente que seria desejável consertar todas as pontes da Transamazônica, assim como é óbvio que seria ótimo irrigar todas as regiões áridas do país.

Existe, contudo, algo que se convencionou chamar "prioridade" (do latim "prior", "o que vem em primeiro lugar"). E aqui fica mais do que claro que essas obras não são, salvo raras exceções, prioritárias, sob a ótica do interesse geral da nação.

Não parece exagero afirmar que a estabilização da moeda é até aqui o principal trunfo do governo Fernando Henrique Cardoso. Com o fim do imposto inflacionário, as classes mais baixas conseguiram enfim uma melhor alimentação e até um certo poder de compra. É virtual consenso entre os economistas que o controle do déficit público é um dos pré-requisitos para a manutenção da inflação baixa. Ao tirar R\$ 1,1 bilhão da rubrica de despesas de manutenção e desviá-lo para outros fins, o Congresso pode estar dando a sua contribuição para tornar ainda mais difícil o controle do déficit; afinal, algumas das despesas de manutenção não podem ser simplesmente cortadas sob o risco de colocar o governo numa intolerável paralisia. Acabarão sendo realizadas e poderão aumentar o déficit. É como a história do cobertor curto. Puxa para um lado, falta do outro.

A miopia de alguns congressistas não lhes permite ver o que é melhor para o país, e eles insistem em suas velhas práticas de sobrepor o interesse pessoal (votos) aos reais anseios do país (estabilidade).

Essa atitude demonstra, mais uma vez, que as Reformas no campo político, embora paralisadas, são tão importantes quanto as econômicas." (*Miopia Paroquial* - Folha de São Paulo, 13/Mar/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

Os exemplos citados acima permitem algumas apontações. A posição assumida nos três editoriais está claramente ligada àquela apontada pelas notícias divulgadas no jornal, de crítica às emendas individuais dos parlamentares, como interesses personalistas, beneficiando apenas redutos eleitorais, em troca de votos, e por alimentarem *a indústria de obras inacabadas*.

A frase "*a miopia de alguns congressistas não lhes permite ver o que é melhor para o país, e eles insistem em suas velhas práticas de sobrepor o interesse pessoal (votos) aos reais anseios do país (estabilidade)*", que consta do terceiro editorial, é fundamental, pois sugere algumas posições do jornal frente à elaboração do Orçamento da União por parte do Congresso Nacional. As emendas individuais, de caráter *paroquial* e *personalista*, são *velhas práticas* (dando aqui a noção de tempo), que possuem um problema: sobrepoem o interesse pessoal do parlamentar ao interesse *geral*, *os reais anseios do país*. Duas definições ficam claras: o interesse pessoal dos congressistas é o voto, voto

para uma reeleição, para a eleição a um novo cargo público ou apoio a um candidato; o interesse *geral* é a estabilidade do país, defendida pelo Executivo e também pelo jornal (que, segundo os editorialistas, gera um ganho para as classes baixas). Os interesses são contraditórios, a existência de um, impossibilita que o outro aconteça. Logo, se alguns parlamentares *míopes* não defendem o interesse geral, estão, na busca de votos de seus *currais eleitorais*, se colocando contra as classes mais baixas da sociedade brasileira.

Ao qualificativo defensores de interesses pessoais, por isso, míopes, é somado um segundo: os parlamentares utilizam mal as verbas públicas. Ao realocar recursos para ampliar as verbas, com vistas a emendas paroquiais e personalistas, pulverizando as mesmas, acabam gerando a "*indústria de obras inacabadas*", prejudicando não apenas seus eleitores, mas também a estabilidade do país.

Por fim, o interesse dos parlamentares em apresentar emendas individuais, que beneficiem seus redutos eleitorais, não é irregular, não é ilegal, antes disso, é uma questão moral. A (i)moralidade surge novamente como o sustentáculo da imprensa na construção de um discurso de desqualificação do Poder Legislativo.

As relações apontadas, permitem aos editorialistas uma posição propositiva em relação ao papel do Parlamento na elaboração do Orçamento da União. No primeiro editorial, salientam a "*urgente necessidade de proceder a alterações na forma de emendar o Orçamento*"; no segundo, qualificam o Poder Legislativo como portador de um inegável poder nas democracias, mas, ao mesmo tempo, composto de atores, que se constituem em "*um oneroso poder sobre o governo*"; no último texto, os editorialistas chamam atenção para a importância de reformas políticas. Estes três momentos apontam um processo evolutivo de crítica e proposição de mudanças no sistema político, particularmente, no Congresso Nacional. A razão para as proposições está centrada no fato dos congressistas não cumprirem suas funções (como deveriam, segundo os editorialistas) para acabar com as mazelas econômicas e sociais do país.

No jornal *Estado* há dois editoriais, tratando do tema emendas individuais dos parlamentares. O primeiro deles, critica as emendas individuais e a forma de elaboração do Orçamento da União.

"Os políticos descobriram nova fórmula para o sucesso. Pela maneira como a adotaram, ela se mostra mais eficiente do que velhas promessas em campanhas e modernas técnicas do marketing político. O nome é simples: emenda. Longe de significar correção de faltas ou defeitos, a palavra soa mais como sinônimo de astúcia ou produto químico que tem resultado garantido quando colocado para reagir com o Orçamento-Geral da União. O resultado toma forma de obras, só lembradas em tempos de reeleição. A subcomissão de infra-estrutura da Comissão do Orçamento do Congresso Nacional, dona de R\$ 250 milhões, recebeu 1.032 emendas - 47% dos trabalhos dos deputados interessados, principalmente, na construção de estradas. Na sede de garantir novo mandato, eles demonstraram haver perdido o senso dos limites.

O relator da subcomissão de Saúde ilustra bem esses personagens, que não parecem notar os exageros cometidos. Para cumprir parte do prometido e ter em mãos algo a apresentar como obra sua, o relator resolveu se garantir com todas as armas e condenou as metas dos seus concorrentes à mira da verba escassa.

O deputado condicionou todas as emendas das bancadas dos partidos e outras individuais dos colegas à aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja aprovação ainda é uma incógnita, apesar de todos os esforços do presidente da República e da campanha do ministro da Saúde. Assim, os deputados que sonharam em ter alguma emenda aprovada, e com ela a chance de assinar projetos no ano eleitoral, terão de formar uma torcida fanática pelo imposto.

O relator, por sua vez, está protegido: vinculou suas próprias emendas à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), uma fonte de receita que já não depende de aprovação...

Os editorialistas passam, então, a fazer a relação entre emendas individuais e superfaturamento das obras públicas.

... As emendas agem ainda em perfeita harmonia com superfaturamentos, um componente há muito conhecido no setor de obras públicas que, neste ano, deve receber R\$ 1,7 bilhão... O relator da subcomissão de Saúde é novamente exemplo: para acabar as obras de um hospital em Taquaruçu, em Mato Grosso do Sul, pediu R\$ 1 milhão, quase cinco vezes mais do que previa o relatório de obras inacabadas do Senado. Ao que parece, os políticos nem se importam mais em esconder seus exageros. Parece que não percebem que essas ações são cada vez mais claras aos olhos de quem está fora da disputa política, mas tem o poder de decidir seu resultado." (*Emenda, novo produto químico* - Estado de São Paulo, 30/Jan/96, s/autor, editoria: Notas, seção: Editorial)

No editorial, as emendas individuais dos parlamentares são qualificadas como *fórmula para o sucesso*, sinônimo de *astúcia* ou *produto químico com resultado garantido*. A razão para estes qualificativos está no interesse dos parlamentares: a reeleição. Como nos editoriais da *Folha*, as emendas individuais

são sinônimo de interesses pessoais dos congressistas, definidos na busca de votos. Se, na *Folha*, os parlamentares são qualificados de míopes, por colocarem seu interesse à frente do interesse da Nação, neste editorial, pode-se dizer que eles também são míopes, mas agora, por perderem "o senso dos limites" e "nem se importam mais em esconder seus exageros", em função dos vultosos números das verbas requeridas para as variadas obras. São míopes novamente, ao não perceber, segundo os editorialistas, que os eleitores estão percebendo essas ações e podem se manifestar desfavoravelmente em relação aos parlamentares que as praticam. É possível supor que o espaço onde os eleitores encontram as informações, e por isso, vêm com mais clareza as atividades de seus representantes, é a imprensa.

Por fim, uma última colocação se faz necessária. Os editoriais dos dois jornais não generalizam as práticas de apresentação de emendas individuais a todos os membros do Congresso Nacional. Seleccionam exemplos e expõem alguns relatores ao crivo dos leitores e/ou eleitores, seja por dividirem as verbas entre todos que propõem emendas individuais, seja por dificultarem a aprovação das emendas dos colegas, mas facilitarem a aprovação das suas.

O segundo editorial parte da lembrança do caso dos *anões do orçamento*, da baixa produtividade da convocação extraordinária do Congresso Nacional e da demissão do senador, Carlos Wilson, da Comissão Mista do Orçamento, para discorrer sobre questões institucionais, nas quais o foco central é: de quem é a responsabilidade de elaboração do orçamento da União?

"... Desde que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento concluiu seus trabalhos - condenando "os anões" - e o plenário da Câmara ou do Senado absolveu por falta do quórum condenatório muitos congressistas denunciados pela CPI -, pretende-se eliminar do processo legislativo a chamada emenda individual, aquela pela qual o deputado ou senador, atendendo aos reclamos de suas bases eleitorais, destina para esta ou aquela instituição esta ou aquela verba. Vários relatores do Orçamento, afora senadores e deputados de prestígio, pretenderam, anos seguidos, que as emendas fossem de bancadas - assim se eliminaria o clientelismo e haveria uma certa disciplina na distribuição das verbas orçamentárias. Foram debalde seus esforços - o peso dos interesses da maioria predominou sobre a racionalidade da proposição. Afinal, o fato de apresentar emenda e vê-la aprovada (mesmo rejeitada, não importa) é suficiente para que o congressista diga a suas bases que cumpriu seu mandato - e, se o dinheiro não for liberado, é por culpa do ministro do Planejamento de turno, que segura o dinheiro, apesar de consignado no Orçamento da União.

A emenda de bancadas, se eliminaria esse tipo de clientelismo que apenas degrada a representação, daria ao mesmo tempo maior poder às bancadas estaduais, quando não partidárias, e obrigaria o Executivo a negociar com mais respeito aos membros do Congresso....

Após esta crítica às emendas individuais, os editorialistas passam a discorrer sobre a questão institucional:

... A questão institucional, porém, não é essa. É mais delicada e de solução politicamente mais difícil. Trata-se, em poucas palavras, de saber para que serve o Orçamento: é para definir as prioridades do Executivo (respondendo em última instância pelo governo do País), ou para atender a essas prioridades, mais os interesses clientelísticos ou paroquiais dos membros do Congresso Nacional, mediante suas emendas individuais? A questão é relevante, porque houve anos em que emendas individuais aprovadas não foram incluídas no avulso remetido ao Executivo, e outras, que tinham sido rejeitadas, o foram.

Por tudo isso, é necessário que o Orçamento seja instrumento da política, do programa e das prioridades do governo, representado pelo Executivo: o Legislativo elabora o próprio rol de despesas, o Judiciário, idem, o Ministério Público, a mesma coisa. Apenas o Executivo responde (inclusive nas urnas) pela execução de programas econômicos, sociais, de infra-estrutura e de defesa nacional. É ele que sabe quais são suas prioridades - e o julgamento delas cabe em primeiro lugar ao Congresso, que aprova o projeto de Orçamento, e depois ao eleitorado, que rejeita ou não o partido que sustentou tais programas de governo e tais prioridades...

A sugestão que aqui fica não é dessas a animar o fervor patriótico dos congressistas, que perderiam poder. É, no entanto, a única capaz de fazer o Poder Executivo de fato responsável e de permitir ao Congresso que se dedique ao exame dos problemas nacionais e verifique se o Orçamento do Executivo a eles responde." (*Repensar o Orçamento* - Estado de São Paulo, 24/Jul/96, s/autor, editoria: Notas, seção: editorial)

Embora o ponto central seja a responsabilidade sobre o Orçamento, os editorialistas escrevem sobre as emendas individuais. As mesmas são apontadas como um *"tipo de clientelismo que apenas degrada a representação"*, onde os parlamentares aparecem novamente como defensores de seus interesses eleitorais. Segundo os editorialistas, não importa aos parlamentares aprovar ou não a emenda, *"é suficiente para que o congressista diga a suas bases que cumpriu seu mandato"*. Como nos editoriais publicados anteriormente, as emendas individuais são criticadas pela relação que os parlamentares fazem delas, com seus interesses eleitorais, relegando a um segundo plano os interesses da Nação.

Embora defendam as emendas de bancadas, que dariam *"ao mesmo tempo maior poder às bancadas estaduais, quando não partidárias, e obrigaria o Executivo a negociar com mais respeito aos membros do Congresso"*, posição

similar aos editoriais do jornal concorrente, não param por aí. Acreditam que a centralidade da discussão não está nas emendas, mas na lógica de funcionamento da elaboração do Orçamento da União. O editorial tem caráter propositivo, ao sugerir que a responsabilidade da elaboração do Orçamento deve estar nas mãos do Executivo, ao Congresso é relegado o papel de avaliar o cumprimento ou não da proposta do Planalto.

Os editoriais dos dois jornais convergem para um ponto comum: a crítica às emendas individuais propostas pelos parlamentares, apontando-as como práticas clientelistas. Estas notícias e editoriais já são suficientes para desgastar a imagem dos membros do Parlamento, mas o tema adquire caráter de polêmica, quando o Orçamento da União volta a enfrentar denúncias de desvios de verbas, por parte de parlamentares. O caso dos *sete anões* do orçamento volta aos noticiários. A *Folha* publica uma série de matérias, lembrando o escândalo, divulgando as atividades atuais dos envolvidos e o andamento dos inquéritos¹². O *Estado* não trata do caso isoladamente, mas lembra o escândalo em matérias que tratam da questão orçamentária¹³.

O editorial *Nas mãos da Justiça*, publicado pela *Folha*, lembra o "caso dos anões" e as medidas tomadas, pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, para puni-los. Mas seu ponto central é o questionamento da posição da Justiça em relação ao acontecimento, pois passados três anos do início dos trabalhos da CPI, nenhum dos envolvidos no esquema foi condenado. O fator mais interessante deste editorial é que sua publicação antecede às novas denúncias de desvios no Orçamento da União e vai ao encontro da prática dos jornais de dar cobertura à elaboração e votação do Orçamento, tendo sempre presente os acontecimentos que levaram à instalação da CPI do Orçamento de 1993. Embora o editorial seja direcionado para o Poder Judiciário, é interessante ler alguns de seus trechos.

¹² Para entender o caso: *'Anões' do Orçamento continuam impunes* - editoria: Primeira Página; *Avestruzes; Malharia* (s/autor); *João Alves vive recluso na Bahia* - autor: Luiz Francisco; *Apenas um 'anão' foi autuado* - autor: Daniela Pinheiro (14/Out/96); *Saiba o que foi a CPI do Orçamento* - 06/Dez/96, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

¹³ São exemplos as notícias: *Teotônio quer fim das emendas individuais* - 23/Jul/96, autor: Rosa Costa e Mara Bergamaschi; *Congresso não abre mão de emendas individuais* - 30/Jul/96, autor: Mara Bergamaschi; *Perigo no dique* - 24/Nov/96, autor: Bartolomeu Rodrigues (Estado de São Paulo, editoria: Política).

"As investigações sobre tráfico de influência na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, iniciadas em outubro de 93, apareceram como a segunda grande operação para moralizar o serviço público no Brasil recém-redemocratizado.

A primeira, que levou ao impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, mostrou que até a improbidade no Poder Executivo poderia ser punida. Com a CPI do Orçamento, era a vez de mostrar ser possível combater também irregularidades entre representantes do Legislativo...

A memória dos brasileiros é sempre apontada como curta, o que facilitaria o reaparecimento de figuras Políticas envolvidas em escândalos como o da Comissão de Orçamento do Congresso. Pois o grande desafio da Justiça é exatamente impedir que esse caso, assim como outros inquéritos sobre mau uso do dinheiro público que possam aparecer no futuro, seja esquecido sem que os culpados sejam punidos devidamente..." (*Nas mãos da Justiça* - Folha de São Paulo, 15/Out/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

Sem dúvida, a lembrança da CPI dos anões, somada às constantes matérias, criticando as emendas individuais e a denúncia de pedido de propina, por parte de um sub-relator, mudam a tônica dos noticiários. A denúncia e a punição do envolvido passam a dar o tom.

6.2. Novo escândalo do Orçamento

A denúncia de pedido de propina, por parte do deputado federal, Pedrinho Abrão (PTB-GO), sub-relator do Orçamento, passa a ter centralidade nas notícias dos dois jornais. Informações sobre o novo escândalo do Orçamento são disputadas pelos jornais, que passam a tratar da possível punição do envolvido¹⁴ bem como buscando relações entre o caso e a votação da emenda da reeleição¹⁵. A agressão física de um deputado federal, do PTB, em defesa de seu colega Abrão, no assessor do Ministério do Meio Ambiente, de onde havia partido a

¹⁴ *Lobista confirmará pedido de propina ao depor* - 07/Dez/96, autor: João Domingos; *Sob o verde e o azul* - 06/Dez/96, autor: José Casado, (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Informação chega a governistas em festa* - s/autor; *Parlamentar nega pedido de comissão* - autor: Lucio Vaz; *Escândalo derruba deputado aliado de FHC* - s/autor; *Açude é maior que Guanabara* - s/autor (06/Dez/96); *Krause afirma que pediu proteção à PF* - 11/Dez/96, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Precavido* - s/autor; *Para se defender, deputado faz acusações a ministro* - autor: J. D. (10/Dez/96); *Câmara abre hoje processo para cassar Abrão* - 12/Dez/96, autor: Cláudia Carneiro; *Majoria* - 17/Jul/97; *Aberto inquérito contra Abrão* - 13/Dez/96; *S/título* - 24/Mai/97, seção: Jogo Rápido; *Inocência* - 22/Jul/97 (s/autor) (Estado de São Paulo, editoria: Política).

¹⁵ *Krause desindexa reeleição* - 07/Dez/96, autor: Ricardo Amaral; *Manda quem pode...* - 10/Dez/96, autor: Cristiana Lôbo; *Governo consegue evitar CPI do Orçamento* - 12/Dez/96, s/autor (Estado de São Paulo, editoria: Política).

denúncia, parece ser o acontecimento que polemiza, ainda mais, o caso. Segundo as notícias, o mesmo deixa de ser um problema político para se tornar um caso de polícia.

"... O Congresso voltou ao noticiário policial com a denúncia de pedido de propina pelo deputado Pedrinho Abrão, sub-relator do Orçamento, para liberar recursos para conclusão das obras do açude do Castanhão, no Ceará.

Virou mesmo caso de polícia, depois que o deputado Paulo Cordeiro (PTB-PR), no afã de defender o colega Abrão, esmurrou um funcionário do Ministério do Meio Ambiente, Sérgio Salles..." (Rapidez - Estado de São Paulo, 05/Dez/96, s/autor, editoria: Política)¹⁶

Paralelamente aos noticiários sobre o andamento do caso Abrão, são publicadas matérias que apontam a possibilidade de irregularidades na Comissão Mista do Orçamento: a denúncia de que o relator-geral da Comissão Mista do Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), superfaturou o valor destinado a uma obra, trouxe novos subsídios aos jornalistas para a divulgação de notícias de escândalos no Congresso Nacional. Além de informações sobre a investigação do possível superfaturamento¹⁷, os jornais publicam matérias sobre a reação do Senado à investigação¹⁸. Aberto o flanco, denúncias de possíveis manipulações de verbas e obras previstas no Orçamento da União tomam as páginas dos jornais¹⁹.

¹⁶ Demais matérias sobre o caso: *Deputado se irrita e agride assessor de Krause com soco*; *Deputado se irrita e agride assessor de Krause com soco* (05/Dez/96, autor: Cláudia Carneiro); *Tucano ouviu de lobista denúncia contra Abrão* - 06/Dez/96, autor: J.D. (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Deputado do PTB agride assessor de Krause* - Folha de São Paulo, 06/Dez/96, s/autor, editoria: Brasil.

¹⁷ *Deputado destinou verba para obra inexistente* - Estado de São Paulo, 13/Dez/96, s/autor, editoria: Política; *Comissão pede que Congresso investigue relator* - autor: Denise Madueño; Ricardo Amorim; *O relatório da comissão de sindicância* - s/autor (Folha de São Paulo, 13/Dez/96, editoria: Brasil).

¹⁸ *Senado reage à investigação* - s/autor; *Procurador decide apurar acusação contra petebista* - autor: Silvana De Freitas; Daniel Bramatti (Folha de São Paulo, 14/Dez/96, editoria: Brasil).

¹⁹ *Deputado vê privilégio a senadores* - 13/Dez/96, s/autor; *Governo pede verba para 134 obras sob suspeita* - 17/Dez/96, autor: Sônia Mossri; Fernando Godinho; *Crítérios causam polêmica* - 18/Dez/96, s/autor; *'Cardeais' do Orçamento fazem controle da aplicação de verbas* - 06/Dez/96, autor: Sônia Mossri, editoria: Brasil; *Comissão cria R\$ 1,7 bilhão para emendas eleitoreiras* - autor: Sônia Mossri, editoria: Brasil; *Abrão é acusado de superfaturar obra* - s/autor (08/Dez/96); *Deputado quer verba fictícia em rodovias* - 10/Dez/96, autor: Sônia Mossri; *Comissão corta verba para obra suspeita* - 11/Dez/96, autor: Sônia Mossri; *Tasso pressiona e açude vai ter verba* - 12/Dez/96, s/autor; *Relator aumenta recursos 'fictícios'* - 08/Jan/97, autor: Sônia Mossri; Fernando Godinho; *Parlamentares deixam de fiscalizar TCU* - 10/Nov/97, autor: Frederico Vasconcelos (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Verba para açude mostra que manipulação é possível* - 10/Dez/96, autor: J. D.; *Regras dificultam manipulação de verbas* - autor: João Domingos; *Relator da comissão sonha com ministério* - autor: Kássia Caldeira (14/Dez/96); *Lista-negra do TCU revela irregularidade em 113 obras* - autor: Cláudia Carneiro; *Hospital de Itapipoca receberia R\$ 2,6 milhões* - autor: João Domingos; *Ex-deputado "pianista" assume TCU* - autor: Vannildo Mendes

A reação do Congresso Nacional ao caso Abrão também é notícia. A preservação da imagem do Poder Legislativo acelera o processo de punição aos envolvidos. Segundo notícias, os líderes querem rapidamente punir o deputado acusado²⁰, votar o Orçamento da União²¹, buscando assim a preservação de imagem da instituição²². A matéria abaixo está selecionada, como exemplo, por trazer informações sobre o "caso Abrão" e as demais notícias do período.

"O Congresso está debaixo de fogo cruzado por causa do Orçamento Geral da União. Além das denúncias de tentativa de extorsão, os parlamentares estariam criando uma verba fictícia de R\$ 1,7 bilhão para distribuir entre suas emendas.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), em conversas com amigos, chega a dizer que está em curso uma campanha contra o poder do Congresso de votar o Orçamento. E que essa campanha teria origem em alguns setores do governo...

Alguns parlamentares chegam a insinuar que o mesmo tipo de irregularidade encontrada no Congresso pode ocorrer no governo, quando é elaborada a proposta de Orçamento.

Poder, pode. Mas no momento a suspeita recai é sobre um deputado, Pedrinho Abrão (PTB-GO), que teria tentado cobrar comissão de uma empreiteira.

Na verdade, quando o assunto é Orçamento, governo e Congresso estão em débito com o país. O governo sempre subestima as receitas para reduzir as manobras dos parlamentares. O Congresso contra-ataca, aumenta a estimativa de receita e utiliza a verba extra para as emendas individuais...

É uma grande encenação. E quem perde é o país, que há muito não dispõe de um Orçamento que reflita um projeto nacional." (*Uma grande encenação* - Folha de São Paulo, 11/Dez/96, autor: Valdo Cruz, editoria: Opinião)

(16/Dez/96); *Comissão mantém verba para obras suspeitas* - autor: Cláudia Carneiro; *Denúncias provocam adiamento de votação* - autor: Cláudia Carneiro e João Domingos (17/Dez/96); *Relator vai cortar verbas de obras condenadas* - 18/Dez/96, autor: João Domingos; *TCU considera obras regulares* - 19/Dez/96, autor: J. D.; *Lista do TCU tem 38 obras irregulares* - 20/Dez/96, autor: Vannildo Mendes (Estado de São Paulo, editoria: Política).

²⁰ *Lobista confirmará pedido de propina ao depor* - Estado de São Paulo, 07/Dez/96, autor: João Domingos, editoria: Política; *Escândalo derruba deputado aliado de FHC* - 06/Dez/96, s/autor; *Para Sarney, petebista deve ser cassado* - s/autor; *Líder do PFL diz que não faz pressão* - s/autor (07/Dez/96) (Folha de São Paulo, editoria Brasil). Há uma matéria que chama atenção para o avanço democrático do país com a rápida punição do parlamentar, justificando-a na pressão da sociedade contra a corrupção (*Meninos ensinam adultos a ganhar dinheiro* - Folha de São Paulo, 08/Dez/96, autor: Gilberto Dimenstein, editoria: Mundo, seção: América) e a publicação da manifestação do Presidente da República contra a corrupção (*É preciso ser intolerante com a corrupção*, diz FHC - Folha de São Paulo, 11/Dez/96, s/autor, editoria: Brasil).

²¹ *Líderes aceleram votação do Orçamento* - Estado de São Paulo, 10/12/96, autor: Ana Cristina Rosa e Cláudia Carneiro, editoria: Política; *Votação pode ocorrer até sexta* - Folha de São Paulo, 14/Dez/96, autor: Sônia Mossri, editoria: Brasil.

²² *Uma grande encenação* - 11/Dez/96, autor: Valdo Cruz, editoria: Opinião; *Ninguém sabe os critérios do Executivo*, diz Sarney - 17/Dez/96, autor: Sônia Mossri; Fernando Godinho, editoria: Brasil (Folha de São Paulo).

O fim das emendas individuais dos parlamentares, a defesa de um novo formato para elaboração da peça orçamentária e de maior rigor nas punições dos infratores, são *vacinas anti-corrupção* elencadas por especialistas, convidados a expor seus pensamentos no jornal *Estado*. O jornal busca subsídios, para a crítica, fora do campo jornalístico.

"Existem soluções capazes de acabar com os escândalos na Comissão Mista de Orçamento. O fim das emendas individuais de parlamentares, uma nova lei que discipline a preparação do Orçamento e maior rigor nas punições são algumas das saídas apontadas por especialistas, políticos, empresários e representantes de entidades civis. Todos acham, porém, que isso depende mais da vontade política do governo e do Congresso do que de fórmulas jurídicas.

"É difícil mudar, porque o sistema atual é lucrativo para o deputado e conveniente para o governo", explica o jurista Celso Bastos. Mas as soluções existem. Bastos acha, por exemplo, que o fim das emendas individuais é o primeiro passo...

Também para o segundo-coordenador-geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Mário Ernesto Humberg, o fim das emendas individuais deve ser a primeira providência. "É preciso acabar com o deputado-despachante, que só se interessa em participar do Orçamento para tentar incluir obras clientelistas que nada têm que ver com os interesses da Nação", diz.

Igual avaliação faz o professor de Direito Administrativo da PUC Adilson Dallari: "É uma indecência, uma coisa medieval, o deputado destinar dinheiro do Orçamento para onde ele quiser." Segundo ele, a distribuição das verbas deveria ser prerrogativa do Executivo, que escolheria as prioridades de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual...

O ex-presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e professor de sociologia da USP Francisco de Oliveira pondera, porém, que os deputados não são os únicos culpados. "Eles não são inocentes, mas é preciso lembrar que as empreiteiras e o Executivo também vivem uma relação promíscua", argumenta ele... (*Especialistas sugerem 'vacinas' anticorrupção* - Estado de São Paulo, 17/Dez/96, autor: Silvio Bressan, editoria: Política)

As saídas apontadas pelos especialistas coincidem com aquelas defendidas pelos jornais em seus espaços opinativos, como pode ser visto nos editoriais investigados. O editorial publicado pelo *Estado* trata da denúncia anunciada pelo jornal O Globo.

"As acusações levantadas contra o deputado Pedrinho Abraão (PTB-GO) não devem ser relacionadas, a não ser incidentalmente, com a cena de pugilato no gabinete do ministro do Meio Ambiente... Por isso, essa agressão acrescenta ao episódio da acusação ao deputado Abraão matiz exagerado de sensacionalismo e escândalo. Mas esse incidente morrerá logo, porque a Câmara terá o maior interesse em que se esclareça depressa o caso em que está envolvido o deputado do PTB. A rigor, a palavra "escândalo" é exagerada, pelo menos enquanto não se demonstrar que não se trata apenas de um fato isolado, de um deslize individual. Nada indica, por enquanto, que estejamos diante de um

esquema como o que existia à época do escândalo - este sim - dos "anões"...

As lideranças do Congresso sabem que estão pisando em terreno minado; que o ministro Krause não teria tirado do nada a informação da tentativa de extorsão, e os jornalistas de *O Globo* que entrevistaram Abraão e Pinheiro Landim não poderiam ter inventado aquilo que foi publicado. Tudo isso configura um trabalho difícil para a comissão especial - que, note-se, não é Comissão Parlamentar de Inquérito e, não sendo, não tem os poderes de uma CPI. Nem mesmo o de intimar, com base no Código do Processo Penal, pessoas a depor...

Os editorialistas passam a tratar da função do Poder Legislativo na elaboração do Orçamento-Geral da União.

... O caso deve servir de exemplo para que se alterem hábitos e para que se discuta com seriedade qual a função que o Congresso deve ter na elaboração do Orçamento...

Se houve ou não tentativa de extorsão é um caso policial, triste porque envolve um membro do Poder Legislativo. Ele se resolverá no âmbito próprio. O que importa, pensando na imagem do Congresso Nacional e na necessidade de o Executivo realizar as "metas e prioridades" fixadas pelo Legislativo, é discutir se o ritual de votação do Orçamento pode continuar o mesmo." (*Lições a tirar de um escândalo* - Estado de São Paulo, 06/12/96, s/autor, editoria: Notas e informações, seção: editorial)

O editorial da *Folha*, chamado *Corrupção no Orçamento*, embora em tamanho menor, tem semelhanças com aquele publicado pelo *Estado*.

"Uma nova denúncia de corrupção -seguida de vergonhosa agressão por parte do deputado Paulo Cordeiro (PTB-PR) contra o chefe de gabinete do ministro do Meio Ambiente- volta a abalar o Congresso Nacional exatamente na área que mais inspira preocupação quanto a ocorrência de possíveis casos de corrupção: a Comissão de Orçamento.

O deputado Pedrinho Abrão (PTB-GO), membro da comissão, teria exigido da empreiteira Andrade Gutierrez uma gratificação de 4% para manter no Orçamento do próximo ano os recursos para as obras de construção de uma barragem no Ceará. Se confirmado, o fato seria a repetição de práticas tradicionais que historicamente macularam o poder público brasileiro.

Três anos se passaram desde a criação da CPI do Orçamento para investigar o pagamento de propinas. Seis parlamentares tiveram seus mandatos cassados, quatro renunciaram, mas pouco foi realmente feito para evitar novos escândalos.

A Comissão de Orçamento continua sob o domínio de deputados e senadores que se especializaram no trâmite dado às verbas orçamentárias. Contrariando o que a CPI recomendou ao seu final, parlamentares ainda podem apresentar isoladamente emendas à lei orçamentária, e é praticamente nula a transparência no trabalho da comissão.

O Congresso tenta qualificar a acusação feita contra Pedrinho Abrão, líder de seu partido na Câmara, como apenas um caso isolado. O presidente da Comissão de Orçamento, deputado Sarney Filho (PFL-MA), apressou-se em afirmar que ela não é um balcão de negócios.

Mas a denúncia contra o petebista revela a necessidade mais do que premente de se alterar o atual funcionamento da comissão. Enquanto um grupo reduzido de parlamentares continuar com plenos poderes sobre o

destino de grandes somas de dinheiro público, o Legislativo brasileiro seguirá sendo um Poder marcado pela improbidade Administrativa, em que prevalecem os interesses pessoais de seus membros. (*Corrupção no orçamento* - Folha de São Paulo, 07/Dez/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

A maior diferença entre os editoriais parece estar centrada no vulto que cada jornal dá ao acontecimento. De um lado, o *Estado* trata a questão como um caso isolado, um caso de polícia, diferenciando o mesmo, do escândalo protagonizado pelos *anões do orçamento*. Passa a discutir a questão institucional que considera relevante sobre o tema, já assinalado em editorial anterior: qual o papel do Legislativo na elaboração do Orçamento Geral da União? A *Folha*, por outro lado, classifica o caso como corrupção e dá ênfase a possibilidade de outras irregularidades na Comissão Mista, que tem papel central na formulação do Orçamento da União. Se estas parecem ser as diferenças, as similaridades são significativas.

Os dois editoriais, que discorrem sobre a denúncia de pedido de propina, por parte do deputado federal Abrão (PTB), ao representante da construtora Andrade Gutierrez, salientam a agressão entre um parlamentar e o assessor do Ministro do Meio Ambiente, fato este que, como bem colocaram os editorialistas do *Estado*, acrescentam ao caso um *matiz exagerado de sensacionalismo e escândalo*. Os jornais passam a explicar o possível desvio de verbas, a buscar semelhanças e diferenças com o caso que projetou a CPI do orçamento em 1993. A posição do Congresso Nacional, de solucionar o problema o mais rapidamente possível, é questionada bem como as reais possibilidades de punição dos envolvidos. Outra similaridade está na posição dos editorialistas dos diferentes jornais, eles acreditam que o fato demonstra a necessidade de alterações na forma de elaboração do Orçamento da União, e na base de suas críticas está a permanência do direito dos parlamentares de apresentarem emendas individuais, qualificadas como clientelistas ou paroquiais. Enquanto o *Estado* propõe uma rediscussão do papel do Poder Legislativo na discussão e elaboração da peça orçamentária, a *Folha* chama atenção para a necessidade de reformular a Comissão Mista do Orçamento.

A *Folha* publica outros editoriais tratando da polêmica. No primeiro deles, desqualifica a ação rápida do Congresso Nacional na punição do deputado

federal envolvido na nova denúncia. Segundo os editorialistas, esta rápida ação não sinaliza "*um compromisso do legislativo federal com a moralização de suas atividades*", mas...

"... Na verdade, ocorreu nova tentativa dos parlamentares de evitar que um caso específico viesse a provocar uma espécie de auditoria em procedimentos viciados do Congresso. Comprovada sua culpa, obviamente Abrão deve ser punido com a cassação do mandato. Mas isso não elimina a urgente necessidade de acabar com práticas imorais do Legislativo que, lamentavelmente, não estão restritas ao episódio em questão.

Trabalha-se por um novo Brasil, com uma nova moeda e uma nova economia. Mas a Política, infelizmente, não tem acompanhado os recentes ventos de mudança -o que é, em grande parte, culpa da própria sociedade. Passam anos, mandatos, eleições, e políticos brasileiros continuam sobrepondo seus interesses particulares -frequentemente espúrios- aos interesses nacionais...

É extremamente penosa a constatação de que a sociedade brasileira ainda tem de conviver com situações tão vexatórias. Mesmo com grandes avanços em outros setores, um Brasil realmente novo no campo político só surgirá quando os eleitores se compenetrarem da alta responsabilidade que envolve o ato de votar. Mas essa situação, que somente poderá ser alcançada com enormes esforços na área da educação, não está sendo vislumbrada em um futuro próximo." (*Políticos sem moral* - Folha de São Paulo, 14/Dez/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

Este editorial permite algumas inferências interessantes. Em primeiro lugar, para os editorialistas, a rápida reação do Congresso Nacional em punir o envolvido no novo escândalo, não é uma tentativa de moralizar o Poder Legislativo, ao contrário, é uma tentativa de ocultar *procedimentos viciados do Congresso*. Com isso, sugerem a existência de outras *práticas imorais* no Legislativo, mas sem especificar ou exemplificar as demais práticas irregulares. Salientam ainda que a política não tem acompanhado as *boas* mudanças na área econômica. A responsabilidade, pela necessidade da sociedade conviver com *situações tão vexatórias*, é depositada, pelos editorialistas, na própria sociedade, mais especificamente nos eleitores. Os políticos são qualificados como praticantes de atitudes imorais, vexatórias, as quais sobrepõem interesses particulares aos nacionais. Os eleitores, ao escolher maus representantes, são os responsáveis, por não surgir *um Brasil realmente novo no campo político*, ao não darem a devida importância ao ato de votar. A razão para tal falta de importância, segundo os editorialistas deixam entrever, está na (des)educação da população.

Outros dois editoriais, um, da *Folha*, e outro, do *Estado*, tratam das dificuldades de elaboração da peça orçamentária e têm em comum a crítica de que o Orçamento é uma ficção, que não condiz com os reais interesses do país. Os interesses do país aparecem como contraponto aos interesses pessoais dos parlamentares, como já foi visto anteriormente²³.

As notícias sobre a punição ao deputado federal envolvido em irregularidades, na elaboração do Orçamento da União de 1997, continuam a aparecer nas edições dos dois jornais. Mas passam a vincular o julgamento político do parlamentar a outros julgamentos, que tramitam no Congresso Nacional. Em virtude de o próximo capítulo tratar especificamente sobre os escândalos, envolvendo congressistas, optou-se por retomar o "caso Abrão" no momento devido.

Considerações finais

Algumas considerações podem ser elencadas após a investigação dos dois pontos referentes à elaboração da peça orçamentária, que destinará as verbas a serem investidas pelos três poderes da União em 1997.

A estratégia de desqualificação dos parlamentares se constrói em torno da crítica às emendas individuais apresentadas ao Orçamento da União. A constatação apontada no próprio relatório da CPI do Orçamento, instalada em 1993, de que estas emendas podem facilitar o surgimento de irregularidades, embasa os textos dos dois jornais. Há homogeneidade entre a *Folha* e o *Estado* na constatação de que as emendas individuais permitem a proliferação de práticas clientelistas. As emendas individuais dos parlamentares aparecem como troca de favores, em que os parlamentares solicitam verbas e obras, para seus redutos eleitorais, esperando, em troca, votos dos eleitores.

²³*Paralisia Pública* - Folha de São Paulo, 20/Dez/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial; *Orçamento não contingenciado* - Estado de São Paulo, 03/Set/97, s/autor, seção: Editoriais. A Folha de São Paulo ainda publica um editorial criticando a ineficácia do Tribunal de Contas da União (TCU) em evitar a corrupção, ao não fiscalizar a administração pública com a devida lisura: *País Sem Fiscais* - 17/Nov/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial.

A solicitação de emendas individuais, mesmo que em busca de votos pelos parlamentares, para reeleição, eleição para novos cargos ou eleição de correligionários, como apontam os jornais, não se constitui, necessariamente, em uma irregularidade legal. Aparece muito mais como um posicionamento moral, no quadro em que se constitui o jogo político, o jogo eleitoral, afinal, distribuição de verbas e obras são utilizadas como propaganda não apenas por parlamentares, mas também por integrantes do Poder Executivo (fato não questionado pelos jornalistas). O máximo que pode ser apontado é o desperdício de dinheiro público, com a pulverização das verbas em pequenas obras, que acabam não sendo realizadas.

Na prática, o que está em jogo, na estratégia dos jornais de desconstrução da imagem dos legisladores e de sua instituição, é o contraponto que se cria entre interesses pessoais *versus* interesses da Nação: os deputados federais e senadores defendem seus interesses pessoais ou paroquiais (mesmo que saibam, como os jornalistas apontam, que estas obras não possuem a menor chance de serem realizadas, contentam-se em apenas agradar ao seu público, quer dizer, seus eleitores), enquanto os jornalistas defendem, associados ao Executivo, os interesses da Nação, leia-se, a estabilidade como solução dos problemas econômicos e sociais. Assim, os parlamentares são, em última instância, apontados como os culpados pela inviabilidade da racionalização da máquina pública. A justificativa apontada pelos congressistas, de que os eleitores esperam de seus representantes este tipo de atitude de favorecimento à região que deu origem a seus votos, não é levada em consideração pelos jornalistas²⁴.

A publicação da denúncia de irregularidade, envolvendo um parlamentar, na elaboração da peça orçamentária, apenas contribui para a ampliação das críticas nos jornais. Se no período anterior ao escândalo, a crítica está centrada no caráter de interesse eleitoral (ou pessoal) que os parlamentares dão às emendas do Orçamento, após a denúncia, os jornais deixam de sugerir possíveis irregularidades, para afirmar, com base no caso isolado, que existe um número significativo de irregularidades no Congresso Nacional. O descrédito na instituição

²⁴ Ao se ater as propagandas de candidatos aos cargos legislativos federais e as manifestações de eleitores na eleição de 2002, é possível notar uma afinidade entre as reivindicações por parte dos

passa a ser estampado nas manchetes. Os editoriais passam a ser propositivos, exigindo modificações na forma de elaboração do Orçamento-Geral da União. Nem todos os parlamentares solicitam emendas individuais, assim como é possível crer que nem todas as emendas tratem apenas de uma forma de propaganda eleitoral.

Como foi visto, há uma massiva publicação de matérias, criticando as emendas individuais dos parlamentares, (des)qualificando-as como *emendas paroquiais*, sinônimo de *astúcia*, de *produto químico com resultado garantido*, de *fórmula para o sucesso*, de *indústria de obras inacabadas*, de *tipo de clientelismo que degrada a representação*, que têm como base interesses pessoais, *paróquias* ou eleitorais dos parlamentares, ao solicitá-las, em busca de votos em seus *currais* ou *redutos* eleitorais. O mesmo ocorre quando o tema é a denúncia de pedido de propina, realizado por um deputado federal, gerando a posição de descrédito, por parte dos jornalistas, de que a tentativa do Congresso Nacional, de julgar e punir o parlamentar, seja o início da moralização da instituição, a leitura é outra, apenas uma reação corporativa, uma tentativa de ocultar inúmeras outras irregularidades. Os dois pontos somados levam a um fim comum: está questionada a legitimidade do Poder Legislativo em definir onde serão investidas as verbas do Orçamento.

eleitores de solução para problemas locais e as propostas dos candidatos de representarem uma dada região.

VII. Reforma Política: os escândalos parlamentares

Durante o período do primeiro mandato do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Poder Legislativo passou por uma série de denúncias de condutas inadequadas, por parte de parlamentares, em relação ao tratamento da coisa pública. São denúncias de desvios de verbas, de venda de votos, de nepotismo, de uso indevido da máquina pública (gastos com assessores e reformas de prédios), de cobranças de propinas, de deputados que votam no lugar de outro (pianistas), de viagens de congressistas, pagas por empresas, e, até mesmo, polêmicas externas ao mandato, como o desabamento do prédio construído por um congressista (edifício Palace II no Rio de Janeiro).

O Congresso Nacional não ficou imune às informações sobre escândalos¹ publicadas na imprensa. Reagiu, defendendo a instituição, através de declarações públicas, de seus líderes, ou instaurando processos de julgamento e punição dos parlamentares envolvidos em atitudes espúrias. Embora muitas das denúncias não tenham sido comprovadas ou não tenham gerado processos administrativos, todas, independente dos resultados a que chegaram, projetaram o desgaste da instituição legislativa e serviram, conjuntamente, de suporte, para a discussão da necessidade de uma reforma política centrada, basicamente, em modificações do sistema partidário e na reformulação da regra de imunidade parlamentar.

Este capítulo tem como proposta descrever um conjunto de denúncias e buscar as relações possíveis entre as mesmas e os debates em torno da reforma política. Para cumprir este intento, estão selecionados alguns escândalos noticiados pela imprensa bem como matérias e editoriais, que tratam de mudanças nas regras de funcionamento das Casas Parlamentares.

Em função da diversidade de temas polêmicos, apontados nos jornais, e da tendência do senso comum de tratar qualquer ato imoral ou ilegal como sinônimo de corrupção, optou-se por definir esta noção. Corrupção, neste trabalho, é compreendido como:

¹ Sempre que a palavra escândalo aparecer no texto desse trabalho deve ser compreendida com a definição exposta no dicionário Aurélio: "*grave acontecimento que abala a opinião pública*".

"... o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa. Corrupto é, portanto, o comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura estatal...

A corrupção é considerada em termos de legalidade e ilegalidade e não de moralidade e imoralidade... É um modo de influir nas decisões públicas que fere no íntimo o próprio sistema... De fato, este tipo de privilégio de influência ... conduz ao desgaste do mais importante dos recursos do sistema [político], sua legitimidade."²

Ao aceitar a divisão, presente no *Dicionário de Política*, de que há três tipos de corrupção (a prática do suborno, do nepotismo³ e do peculato⁴), grande parte das notícias publicadas na mídia impressa, sobre irregularidades no Poder Legislativo, não tratam de corrupção nos termos descritos acima. São casos isolados de má conduta de parlamentares ou da instituição no tratamento da coisa pública, ligados, antes, a um comportamento de caráter (i)moral dos mesmos, do que a um comportamento (i)legal.

O capítulo está dividido em três momentos:

7.1. *Os escândalos como argumento para a reforma política* - descreve as denúncias de irregularidades, envolvendo parlamentares ou a instituição a que pertencem, dividindo-as em irregularidade legais e morais. Os editoriais publicados pelos jornais exemplificam a forma de tratamento dada pelos jornalistas. Inicia-se a relação entre os escândalos e a reforma política.

7.2. *O caso Brígido* - investiga as matérias que informam sobre a denúncia de falta de decoro parlamentar, por parte do deputado federal, relacionando-as com as matérias que tratam da reforma política.

7.3. *O caso Naya* - as notícias sobre o caso são descritas. É investigada a relação entre as denúncias de irregularidades, envolvendo parlamentares. 7.3.1. *A reação dos leitores ao caso Naya*- as cartas dos leitores, que tratam do escândalo.

2 BOBBIO, N., MATTEUCI, N. e PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 1995.

3 Nepotismo se refere a concessão de emprego ou cargos públicos baseado nas relações de parentesco e não no mérito para o cumprimento da função.

7.1. Os escândalos como argumento para a reforma política

Há uma oscilação nos jornais entre informações de escândalos de caráter moral e de caráter legal. Como já foi dito, há um número significativo de suspeitas de irregularidades, praticadas por parlamentares ou pela instituição, publicadas pela imprensa. Apenas dois casos foram selecionados para análise mais detalhada, os demais serão apenas descritos. Casos polêmicos, ligados a parlamentares, geram interesse dos jornalistas e publicação de editoriais. Em função do número significativo de editoriais, utilizar-se-á os mesmos para exemplificar como os jornais percebem os acontecimentos e as denúncias.

Os pequenos escândalos, de caráter moral, tratam, praticamente, de como o dinheiro público é investido, pelo Congresso Nacional, e dos benefícios que os parlamentares têm em função do cargo que exercem. Há notícias sobre gastos efetuados pelas duas Casas Parlamentares. O Senado é denunciado por utilizar em torno de R\$ 1,9 mil na compra de carros novos para uso dos senadores⁵. À Câmara de Deputados são dedicadas matérias sobre: gastos com reformas nos apartamentos funcionais dos deputados; verbas para publicidade na TV; viagens de parlamentares; uso de servidor, pago pela Casa, para atividades particulares; instalação de novo painel de votação; aumento de verbas de gabinetes⁶. O exemplo selecionado é o editorial da *Folha* sobre o gasto com automóveis feito pelo Senado.

"Não se trata aqui de valores, mas de princípios. O gasto do Senado de R\$ 1,965 milhão na compra de automóveis apresenta todos os indícios de ser uma burla à lei e, pior, a uma lei que foi aprovada pela própria Casa.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), datada de 25 de junho de 1995, é específica ao afirmar que apenas em casos excepcionais, como os do presidente da República e dos presidentes da Câmara e do

⁴ Desvio ou apropriação de dinheiro público para uso privado.

⁵ *A fonte do problema* - autor e seção: Janio De Freitas; *Sarney vê campanha contra o Congresso* - autor: Raquel Ulhôa (editoria: Brasil); *Senado Motorizado* - s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial (Folha de São Paulo, 04/Abr/96).

⁶ *Decoração custa R\$ 10,5 milhões à Câmara* - 08/Abr/96, s/autor; *Viagens oficiais garantem turismo parlamentar* - 13/Abr/96, autor: João Domingos; *Verba para gabinetes aumenta 100% - Estado*, s/autor, 21/Fev/97; *Na onda* - 06/Mar/97, s/autor (Estado: editoria: Política); *Moradia de deputado receberá R\$ 12,2 mi*; *Congressistas vão passar seis dias na Turquia* - (10/Abr/96, s/autor); *Câmara quer fazer publicidade na TV* - 13/Jun/96, autor: Marta Salomon; *Deputado pode usar servidor em casa* - 03/Dez/96, s/autor; *Congresso paga servidores de 4 partidos* - 21/Jan/97, autor: Lucio Vaz; *Câmara gasta R\$ 2 mi com novo painel* - 08/Fev/97, autor: Ricardo Amorim (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

Congresso, existe o direito à aquisição de veículos de representação, excluindo-se os deputados e senadores.

Ainda assim o Senado decidiu adquirir 87 veículos, entre Vectras e Tempras, alegando, candidamente, que não serão veículos de representação, mas apenas de serviço. Note-se que foram comprados 87 carros para prestar, segundo se alega, serviços, excluídos os de transporte pessoal para os 81 senadores.

Fazem assim sentido as suspeitas do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) de que, na verdade, os veículos ficarão à disposição dos senadores, no que constituiria uma agressão grosseira e frontal à lei que foi por eles mesmos aprovada.

As suspeitas se reforçam quando se considera que Vectras e Tempras não são os modelos mais indicados como utilitários (realização de serviços), mas são largamente utilizados no transporte de pessoas.

O Senado deve uma explicação convincente à sociedade, sob o risco de desmoralizar ainda mais a já combalida imagem do Legislativo brasileiro. É evidente que nem toda lei é cumprida sempre por todos -é exatamente por isso que existem sanções previstas para os infratores-, mas, daqueles que legislam, o mínimo que se espera, até para manter o decoro do cargo, é que não burlem a legislação por meio de desculpas pueris, para dizer o menos." (*Senado Motorizado* - Folha de São Paulo, 04/Abr/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

A suspeita de um deputado federal, de que a verba foi gasta para uso indevido, é assumida pelo jornal, que gera matérias e, até mesmo, um editorial sobre o caso, sem que se tenha comprovada a irregularidade.

Além das notícias sobre gastos, há divulgação de informações sobre as viagens de parlamentares pagas por empresas⁷; a relação entre os congressistas e as concessões de rádio e televisão⁸; a existência de práticas de fisiologismo e de *lobbies*⁹, entre outras denúncias¹⁰. Os dois exemplos selecionados são editoriais publicados pelo *Estado*. O primeiro trata de uma viagem paga a parlamentares pela empresa que produz o refrigerante Coca-cola.

⁷ *O vôo-cola da felicidade* - Estado de São Paulo, 18/Jul/96, s/autor, editoria: Notas, seção: Editorial; *Parlamentares vão à Europa custeados por seguradoras* - 08/Fev/97, autor: Lucio Vaz; Daniela Pinheiro; *Associação paga viagem de deputados* - 18/Mar/97, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

⁸ *Projeto dá concessões de TV a cabo de graça* - 14/Ago/96, autor: Mara Bergamaschi; *Governo retoma distribuição de rádios e TVs* - 08/Set/96, autor: Gustavo Paul (editoria: Política); *Quase uma revolução* - 09/Set/96, s/autor, editoria: Notas, seção: Editorial (Estado de São Paulo); *Câmara vota concessão de 52 TVs pagas* - Folha de São Paulo, 23/Out/96, autor: Elvira Lobato, editoria: Brasil.

⁹ *Privatização vai acabar com cargo disputado por políticos* - Folha de São Paulo, 22/Dez/96, autor: Lucio Vaz, editoria: Caderno Especial; *A regulamentação do lobby* - Estado de São Paulo, 17/Mar/97, autor: Bartolomeu Rodrigues, editoria: Política.

¹⁰ *Apontador tem ponto na Câmara* - autor: V. M., editoria: Cidades; *O reinado republicano do provisório* - editoria: Notas, seção: Editorial (13/Abr/96); *Nunca mais Feijão com couve* - 15/Abr/96, autor: Antonio Carlos Pereira, editoria: Política (Estado de São Paulo); *Seguranças são acusados de tortura* - Folha de São Paulo, 06/Jul/96, autor: Denise Madueño, editoria: Brasil.

"... Aqueles que não entendem por que deputados e senadores precisam ser convencidos das vantagens do produto, uma vez que as vendas sobem, entendem muito menos ainda por que 25 representantes do povo brasileiro devem ser levados a Atlanta, em vôos de primeira classe, hospedados em hotéis cinco-estrelas, a convite do Comitê Olímpico Pró-Rio 2004, mas despesas pagas pela empresa de refrigerante..."

Como todos os contribuintes brasileiros sabem, o Congresso foi convocado extraordinariamente, a custo regimentalmente caro, porque, como repete sempre o presidente da República, o Brasil precisa ser reformado. Exatamente por isso causa espécie que o relator da reforma administrativa, deputado Moreira Franco, do PMDB do Rio de Janeiro, também tenha aceitado o convite para o *vôo-cola da felicidade*. Para quem, como S. Exa., tanto resistiu a todas as pressões pelo fim da estabilidade do funcionalismo público, chega a ser estranha essa concordância...

Nesse caso, todos os limites do bom senso parecem ter sido rompidos. O relator da reforma administrativa, de quem se esperava dose maciça de seriedade, levando-se em conta o assunto com que lida, procurou desconversar: "Não sei se conseguirei viajar". Ora, qual deve ser a preocupação essencial de um deputado - ex-governador de Estado, conhecedor portanto do que está em jogo - na posição de relator de reforma de tamanha importância? O que é prioritário para o senhor Moreira Franco: o *vôo-cola* ou a viabilidade financeira do orçamento da República no próximo ano?..." (*O vôo-cola da felicidade* - Estado de São Paulo, 18/Jul/96, s/autor, editoria: Notas, seção: Editorial)

A questão não chega a ser uma irregularidade, mas é apontada como um escândalo moral: parlamentares aceitam uma viagem paga por uma empresa (multinacional), no momento em que deveriam estar reformando o país (carente de mudanças) e para o qual estão recebendo salários extras.

O segundo editorial tem como tema as concessões de rádio e TV, tema sempre polêmico. Os editorialistas salientam que o sistema brasileiro de radiodifusão passará por alterações profundas com modificações no formato das concessões. Após afirmar a disposição do Poder Executivo de abrir mão da distribuição de concessões, questionam a posição do Congresso Nacional.

"... A anunciada mudança de critérios coloca o Congresso sob a vigilância da opinião pública, que estará atenta para verificar se pode contar com ele para um esforço de regeneração de nossos costumes políticos. De fato, pouco adiantará o Executivo dispor-se a não ceder mais à tentação de premiar amigos se no Congresso persistir a velha mentalidade clientelística. É preciso não esquecer que a Constituição estabelece claramente (art. 49, XII) que é da competência exclusiva do Congresso "apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão". Se velhos hábitos continuarem a nortear a ação de deputados e senadores, os critérios técnicos poderão ser contestados e poder-se-á transformar a proposta de uma mudança radical em instrumento de manobra e barganha política. A dúvida de São Tomé - ver para crer - justifica-se mais em relação ao Congresso que ao Executivo. O Executivo, seguramente, tem a mesma preocupação nossa;

tanto é assim que os novos critérios valem daqui para a frente: o passado é passado!

As reportagens de Gustavo Paul que publicamos ontem desvelam o que se passa nos bastidores das concessões - pelo menos o que se passou até agora - e os motivos que levaram deputados e senadores a fazer desse tipo de barganha com o Executivo uma arte: uma rádio ou uma TV são uma fonte geradora de propaganda eleitoral gratuita fora dos prazos estabelecidos pela Justiça Eleitoral... Pelo que se leu, as concessões não interessavam pelo valor econômico da exploração de uma emissora de rádio ou TV; valiam pelo que acrescentassem de prestígio político, de capacidade de atacar adversários, defender-se de agressões de inimigos.

As mudanças que serão introduzidas no sistema de concessões alterarão sensivelmente, ainda que no longo prazo, o quadro político nacional. Antes de mais nada porque as concessões serão entregues a homens do ramo e com visão empresarial e não mais aos que delas se valiam para consolidar uma base política de apoio." (*Quase uma revolução* - Estado de São Paulo, 09/Set/96, s/autor, editoria: Notas, seção: Editorial)

Os dois editoriais do *Estado* possuem em comum a visão positiva do Poder Executivo e, negativa do Legislativo. Em relação às concessões de rádio e televisão, a simples disposição do Executivo de abrir mão das concessões é vista com positividade. A posição do Congresso Nacional é duvidosa. As justificativas, para a dúvidas, estão baseadas em matérias publicadas pelo próprio jornal, que demonstrariam o interesse dos parlamentares em *velhas práticas*, de *manobra e barganha política*, em outras palavras, nos benefícios políticos de que podem usufruir enquanto detentores de um canal de televisão ou rádio. Importa ainda destacar que, ao afirmarem que as concessões serão, a partir de agora, dadas "a *homens do ramo e com visão empresarial*", os editorialistas estão sugerindo que estas não são características de políticos, a estes somente importa "*consolidar uma base política de apoio*".

Entre as denúncias de irregularidades legais, de corrupção, são noticiados o envolvimento de parlamentares em superfaturamento de empresa estatal; a remessa de dólares ao exterior¹¹ e dois grandes escândalos: a denúncia de cobrança de propina, em concessão de rádio,¹² e de compra de votos na

¹¹ *Deputado do PR é acusado de superfaturar compras de estatal* - 10/Dez/96, autor: Mônica Santana; *BC condena deputado a pagar R\$ 6 mi* - 27/Jun/97, autor: Frederico Vasconcelos (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

¹² Esta tópico tem centralidade na *Folha* pois o jornal é o autor da denúncia. *Gravações comprovam ação de lobistas; Revelado esquema paralelo de venda de FM* (autor: Elvira Lobato; Josias De Souza); *Motta diz que é 'quadrilha'*; *Veja como foi realizada a investigação; Uma concessão de FM sai por até; O Ministério das Comunicações está para liberar* (s/autor); *Operadora do esquema quer fundar partido* - autor: William França (20/Dez/96); *Câmara decide*

votação da emenda da reeleição¹³. Não faltam, por parte da imprensa, matérias questionando a ausência de punições aos parlamentares envolvidos em irregularidades¹⁴. O exemplo escolhido é um editorial da *Folha*, que tem como tema a denúncia sobre irregularidades nas concessões de rádio.

"A revelação feita ontem por esta *Folha* de que existe um comércio ilegal de concessões de rádios é grave e exige uma séria e detalhada investigação no setor. Independentemente de esse esquema envolver ou não diretamente membros do Executivo ou do Legislativo, está claro que circulam livremente dentro da administração pública pessoas que negociam benesses consequentes de sua proximidade com o poder... Confirmado junto a vários de seus participantes, que tiveram suas declarações gravadas, o esquema sugere que existem ramificações, não confirmadas, dentro do próprio Ministério das Comunicações. Mas são fortes os indícios de participação de pelo menos um representante do Legislativo, o deputado federal João lensen (PPB-PR). Em conversa telefônica gravada, o deputado confirmou que o contato com a intermediária Naura Beatriz Severo, sua assessora, garantiria privilégios na disputa por concessões de rádios. Devido ao teor de suas declarações, o deputado deve ser alvo de investigação. Se confirmada sua participação, lensen deve ser punido, até mesmo com a cassação de seu mandato.

Pode não ser surpreendente, mas é vergonhoso para o país o fato de ainda circularem dentro do Congresso e do Executivo pessoas que se utilizam de sua posição para vender facilidades...

As concessões para rádio e televisão estão previstas para serem fornecidas por meio de concorrências públicas, o que é correto e louvável. Entretanto, é preciso que esse processo seja transparente e esteja distante de suspeitas de irregularidades. Ou ficará, desde seu início, desmoralizado por práticas espúrias que insistem em se alojar no serviço público." (*Comércio Espúrio* - Folha de São Paulo, 21/Dez/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

A denúncia levada a efeito pelo jornal aponta possíveis irregularidades na concessão de rádio, envolvendo dois poderes da União: O Executivo e o

investigar venda de concessões de FM - autor: William França; *Beatriz diz estar "estarecida"*; *Ex-deputado tem versões contraditórias*; *Para entender o caso* (s/autor); *Empresário confirma intermediações* - autor: Elvira Lobato; *Envolvido no esquema diz que entrou como "laranja"* - autor: Francisco Câmpora; *Comércio Espúrio* - s/autor, editoria: opinião, seção: Editorial (21/Dez/96); *Jornalistas da Folha depõem sobre esquema de venda de concessões* - 07/Jan/97, s/autor; *Sarney é citado em gravação telefônica como incentivador* - autor: Lucas Figueiredo; *Senador nega envolvimento* - s/autor; *Esquema oferece rádios piratas a políticos*; Márcio De Moraes; *Esquema oferece rádios piratas a políticos* (autor: Lucas Figueiredo; Márcio De Moraes) (19/Jan/97); *PF investiga esquema com TVS educativas* - 20/Jan/97, autor: Lucas Figueiredo; *Câmara ainda não apurou o esquema de concessões* - 21/Jan/97, s/autor; *Suspeita depõe e agride fotógrafo* - 01/Fev/97, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Câmara apura esquema de concessão de rádio* - 20/Dez/96, autor: João Domingos; *Sindicância fica para depois do dia 6* - 30/Dez/96, s/autor (Estado de São Paulo, editoria: Política).

¹³ Não serão apresentadas aqui as matérias que dizem respeito ao escândalo da compra de votos pois já constam do capítulo que trata especificamente da votação da emenda da reeleição para os cargos Executivos.

Legislativo. Mas é sobre um membro da Câmara de Deputados que recai a suspeita. Todos os editoriais acima expostos têm em comum a desqualificação do Poder Legislativo, seja em termos morais, ou legais. A legitimidade da instituição é colocada em questão com a permanente denúncia de envolvimento de seus membros em escândalos.

Paralelamente a informações sobre irregularidades no tratamento da coisa pública, os jornais noticiam questões ligadas diretamente à elaboração da reforma política¹⁵ e temas que lhe fazem fronteira imediata, como a crise dos partidos políticos¹⁶ e a reforma eleitoral¹⁷. Dois editoriais são apresentados como exemplo. O primeiro, é publicado pelo *Estado*, e tem como tema a proposta, do ministro Sérgio Motta, de realização de um plebiscito sobre reforma política. Após discorrer sobre a possibilidade de inclusão do voto distrital, os editorialistas passam a tratar de problemas enfrentados pelo sistema político.

"... Outra proposta sobre a qual também já há opinião favorável da comissão especial do Senado é aquela que estabelece a fidelidade partidária. O texto aprovado prevê que o deputado que abandonar o partido pelo qual se elegeu perderá o mandato. Quando se sabe que, nesses últimos dois anos e meio, 120 deputados mudaram de partido - e muitos mais deverão fazê-lo até outubro, data fatal para que alguém se inscreva num partido se pretende disputar as eleições do próximo ano -, compreende-se a necessidade de se estabelecer esse princípio. O difícil

¹⁴ *Emenda 'abafa' escândalos da Câmara* - 01/Fev/97, autor: Daniel Bramatti; *'É bobagem', diz deputado* - s/autor; *CCJ bloqueia julgamento de parlamentares* - autor: Luiza Damé; Raquel Ulhôa; Silvana De Freitas (16/Jun/97) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

¹⁵ *Reformas administrativa e política são consideradas mais importantes* - 10/Out/96, s/autor; *Congresso examina fim da imunidade* - 19/Dez/96, s/autor; *Será?* - 19/Fev/97, s/autor; *Agenda comum correrá paralela a emendas* - 05/Jul/97, autor: Cláudia Carneiro e João Domingos; *Lisonjeado* - s/autor, editoria: Política; *Regras esperam votação há um ano no Congresso* - autor: João Domingos (08/Jul/97); *Reforma política deve ser feita depois de 98* - s/autor, 14/Jul/97 (editoria: Política); *A atuação do Congresso* - 05/Fev/97, editoria: Notas e informações, seção: Editorial; *Méritos de uma proposta extemporânea* - 09/Jul/97, editoria: Política, seção: Editoriais (Estado de São Paulo); *Reforma Urgente* - Folha de São Paulo, 25/Mai/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial.

¹⁶ *Congresso vira apêndice do Executivo; Partidos no poder atraem parlamentares* (autor: Lucio Vaz); *Intelectuais vêem crise* - autor: Fernando De Barros E Silva; *Grandes partidos vivem decadência* - autor: Carlos Eduardo Alves; *A cara dos partidos* - s/autor (15/Abr/96); *Partidos Desbotados* - 21/Abr/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial; *A grandeza de um voto* - 14/Jul/96, autor e seção: Janio De Freitas; *Deputados do PR debandam para o PSDB* - 21/Jan/97, autor: Deise Leobet; *PSDB ganha 33 deputados em dois anos* - 04/Mar/97, autor: Fernando Rodrigues; *PSDB enfrenta agora a 'peemedebização'* - 15/Jun/97, autor: Eliane Cantanhêde (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Fora do alvo* - 21/Mai/96; *Mudança de cenário* - 03/Fev/97 (s/autor); *O difícil caminho* - 22/Set/96, autor: Oliveiros S. Ferreira (Estado de São Paulo, editoria: Política).

¹⁷ *Congresso tenta votar Reforma eleitoral há 5 anos* - Folha de São Paulo, 15/Abr/96, autor: Lucio Vaz, editoria: Brasil; *Comissão aprova criação de voto distrital* - 20/Ago/96, autor: Cláudia Carneiro; *Enfim, voto distrital* - 21/Ago/96, s/autor; *A crise da elite política* - 01/Set/96, autor: Oliveiros S. Ferreira; *Nomenclatura* - 02/Nov/96, s/autor (Estado de São Paulo, editoria: Política).

será sua aprovação. A comissão especial aprovou, igualmente, o fim do segundo turno nas eleições para prefeito e governador - seguramente para atender às composições partidárias nos Estados e municípios, mais do que por uma questão de princípio longamente amadurecida, e o voto facultativo.

O que provocou a maior reação na proposta de Sérgio Motta foi ter pretendido transferir para a consulta popular os temas da reforma política. Foi nesse ponto que, como se diz popularmente, o carro pegou...

Os senadores que foram eleitos estão examinando os problemas que o ministro Sérgio Motta quer resolver pela via plebiscitária, sempre perigosa. O melhor será deixar que o Congresso decida - agora, sob a pressão da discussão que a proposta do ministro deve provocar. Se o Congresso estiver realmente disposto a rever aqueles pontos do sistema político que deveriam ter sido reformados desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso - permitindo que a maioria governamental fosse organizada -, com certeza o sistema político funcionará com uma coerência maior e será possível ao Congresso dar resposta política à altura dos problemas socioeconômicos que o novo modelo de Estado regulador começa a colocar para toda a sociedade." (*Méritos de uma proposta extemporânea* - Estado de São Paulo, 09/Jul/97, s/autor, editoria: política, seção: Editoriais)

O texto explicita ao menos um ponto da reforma política defendida pelos editorialistas: a fidelidade partidária. A última frase do texto dá uma pista para compreender a defesa da reforma. A falta de uma coerência maior do sistema político está ligada à desorganização da maioria governamental. Em outras palavras, a reforma política é necessária, para que o Planalto consiga o apoio, através de votos favoráveis aos seus projetos, dos parlamentares integrantes dos partidos que compõem a base governista.

O segundo editorial, publicado pela *Folha*, tem como foco os partidos políticos. Os editorialistas partem da constatação da (in)fidelidade partidária para defender a necessidade de uma reforma política.

"Seria ingênuo imaginar que, em algum lugar, a existência dos partidos pudesse ocorrer totalmente à margem dos imperativos de uma "Realpolitik". A representatividade das legendas é inseparável da realização de gestões junto ao Executivo, na forma de uma co-participação nas decisões de governo, tendo em vista, em tese, facilitar o atendimento das demandas gerais dos representados.

Se, porém, como se afirma no senso comum, "na prática, a teoria pode ser outra", parece que o sistema partidário brasileiro chegou a um ponto em que, seja lá qual for a teoria que se queira adotar, não haverá conceito que dê conta da excessiva permeabilidade das legendas e dos variados interesses fisiológicos. Resultado: na atual legislatura, nada menos que 92 deputados federais já trocaram de partido. Somente PSDB e PFL, os dois partidos que estão no centro do poder, atraíram 32 e 24 deputados respectivamente, em apenas 14 meses.

O fenômeno, que não é recente, causa grande inquietação, sobretudo se for considerado que a união de parlamentares sob uma mesma sigla deveria ter como fundamento a existência de um ideário político comum.

Mas a frequência com que vem ocorrendo a evasão partidária parece indicar que muitos parlamentares não estão dispostos a responder por qualquer ideário e nem a constituir-lo.

Além disso, alegando que precisam atender às demandas das bases, muitos se reagrupam mais proximamente ao poder apenas para nomear apadrinhados e liberar verbas para Estados e municípios ou coisas ainda piores. A ampla representatividade fica assim também atingida. O Congresso corre o risco de deixar de ser o espaço de discussão dos principais temas nacionais e de deliberação em torno de Reformas de grande importância. Seus integrantes virariam então "vereadores federais" -expressão usada por um deputado.

Enquanto isso, como era de esperar, uma Reforma política que contemple, por exemplo, a fidelidade partidária, fica relegada a um enésimo plano. Trata-se de um atentado à Política, na mais genuína acepção do termo." (*Partidos Desbotados* - Folha de São Paulo, 21/Abr/96, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

Embora partam de discussões diferenciadas, os editoriais têm em comum a constatação de que as dificuldades encontradas, pelo Executivo, para promover as reformas necessárias à estabilidade sócio-econômica do país, encontram-se no modelo de sistema político adotado no Brasil. A fidelidade partidária aparece como questão central a ser modificada. A troca de legendas, por parte dos parlamentares, assinalada pelos dois jornais, é apontada como problema que impede uma boa relação entre os Poderes Executivo e Legislativo. Os editorialistas deixam transparecer em seus textos que a boa relação é a aprovação, por parte do Congresso Nacional, das medidas estipuladas, pelo Executivo, como fundamentais para as mudanças que o país necessita. A *Folha* destaca com mais clareza a relação de conflito de interesses entre os dois poderes.

Um ponto se destaca: o problema da fidelidade partidária está centrado na base de apoio, do Planalto, no Congresso Nacional. Se o *Estado* já chama atenção para esta questão, os editorialistas da *Folha* ampliam o debate. Embora não informem os partidos políticos de origem dos parlamentares, apontam que o deslocamento se dá para os partidos que detém o poder no Governo, quer dizer, para o PSDB, partido do Presidente da República, e PFL, maior aliado do Executivo. O problema apontado nos editoriais parece estar centrado, antes, na falta de uma fidelidade dos novos membros, aos programas dos partidos aos quais aderiram, e às propostas de reformas do Planalto, do que propriamente na troca de partidos.

Como pode ser visto pelos noticiários publicados e nos editoriais que serviram de exemplo, a discussão da reforma política é paralela às denúncias de desvios de conduta dos representantes eleitos. Se neste momento existe uma fronteira entre os dois assuntos, a divulgação de novos escândalos, envolvendo parlamentares ou a própria instituição legislativa, acaba por diluir esta fronteira. Os escândalos e o conseqüente desgaste de imagem que projetam ao Poder Legislativo, acabam servindo de suporte, aos jornalistas, para defender ou pressionar os parlamentares a aprovarem uma reforma do sistema político brasileiro, como se esta fosse a solução para todas as mazelas do país.

7.2. O caso Brígido

A primeira irregularidade a ser investigada envolve o deputado Chicão Brígido (PMDB-AC). Este parlamentar, já implicado no caso da venda de votos pró-reeleição¹⁸, é acusado agora de alugar seu mandato, para sua suplente, e de receber parte dos salários dos funcionários de seu gabinete¹⁹. A denúncia parte do jornal *Folha*, que argumenta ter em seu poder gravações, comprovando a irregularidade. A exploração do caso é feita em notícias, colunas de opinião e editoriais, que atacam fortemente o Congresso Nacional, lembrando os vários escândalos anteriores e a falta de punição dos envolvidos. A coluna de opinião abaixo destacada é um exemplo claro da estratégia utilizada, pela imprensa, para desqualificar a instituição.

"Uma venda de votos daqui, um aluguel de mandato dali. É assim, de grão em grão, que os deputados espertalhões enchem o papo. É assim, também, que o poleiro do Congresso vai ficando cada vez mais sujo. É inútil tentar melhorar a imagem da instituição junto à opinião pública se a cada dois meses surge um novo escândalo, e a sensação de impunidade só faz aumentar.

¹⁸ As matérias sobre seu envolvimento com a compra/venda de votos na votação da emenda da reeleição não serão apresentadas aqui por já constarem do capítulo específico sobre a reeleição.

¹⁹ Brígido, que vendeu voto, 'aluga' mandato - 11/Ago/97; Deputado confirma 'aluguel' de cargo - 12/Ago/97; Deputado afirma gastar salário desviado com viagens e aluguel (autor: Lucio Vaz); 'Isso não pode ocorrer', diz Temer - autor: Luiza Damé (13/Ago/97) (*Folha de São Paulo*, editoria: Brasil); Para o ano... - 13/Ago/97, s/autor; S/título - 14/Ago/97, seção: Jogo Rápido; Bens de Chicão Brígido vão a leilão - 20/Ago/97, s/autor; Largada - 22/Ago/97 (s/autor) (*Estado de São Paulo*, editoria: Política).

Marquinho Chedid foi declarado inocente. Pedrinho Abrão perdeu por apenas um voto na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Os vendedores de votos Zila Bezerra, Osmir Lima e Chicão Brígido continuam ciscando livres no terreiro.

O que mais se ouve no Congresso é que "não há provas" e "não se podem cometer injustiças". Logo, fica difícil tentar punir aqueles que todos sabem culpados.

Só que o Congresso não é o Supremo Tribunal Federal. A CCJ da Câmara não é uma corte. Os deputados não são, necessariamente, advogados, promotores ou juizes.

Trata-se de um foro político, no qual o julgamento também é político. Outros indícios, como depósitos bancários, fitas gravadas e sinais exteriores de riqueza, por exemplo, têm a força das provas que os tribunais exigem.

O que conta é a evidência da culpa, que surge desses indícios, é transportada para os jornais e, finalmente, salta aos olhos de qualquer um.

O deputado Chicão Brígido já era acusado de vender votos. Agora se sabe que ele também aluga o mandato para sua suplente e rouba o salário dos seus funcionários. Mais do que indícios, os congressistas têm a sua confissão, que a *Folha* publica hoje.

Que me desculpem os juristas e os puristas, mas não tem sentido abrir mais um processo de duração longa e resultado incerto. O tal de Brígido merece rito sumário. E os deputados que metem parte do salário dos funcionários no bolso, uma dura investigação. Brígido não é o único.

O mesmo Congresso que devidamente puniu Fernando Collor como um raio não pode fazer corpo mole diante de seus réus confessos. A opinião pública vai cantar de galo. (*Ordem no galinheiro* - Folha de São Paulo, 12/Ago/97, autor: Eliane Cantanhêde, editoria: Opinião)²⁰

A coluna de opinião é contundente, ao culpar o parlamentar, e ao exigir sua punição. Ao mesmo tempo, desqualifica o Congresso Nacional, ao sugerir que, mesmo com as provas "incontestáveis", não pune rapidamente o deputado, por ser um julgamento político. Além disso, afirma que este tipo de irregularidade não se trata de um caso isolado, mas de algo comum no funcionamento da instituição. A sugestão não é seguida de nenhum exemplo que lhe dê sustentação. A frase "*é inútil tentar melhorar a imagem da instituição junto à opinião pública se a cada dois meses surge um novo escândalo, e a sensação de impunidade só faz aumentar*" aponta para um desgaste anterior do Poder Legislativo. Com a última expressão do texto, "*a opinião pública vai cantar de galo*", a jornalista está, ao mesmo tempo, sugerindo que a impunidade do deputado tende a aumentar o desgaste da já combalida imagem da instituição frente a esta opinião pública. Embora o texto não defina a noção de opinião

²⁰ Outro exemplo é: *Culpados impunes* - Folha de São Paulo, 15/Ago/97, autor e seção: Jânio De Freitas, editoria: Brasil.

pública, a autora atribui ações a ela (vai cantar de galo) e sobre ela (melhorar a imagem da instituição).

A *Folha* publica dois editoriais, nos quais os editorialistas partem do caso do deputado Chicão Brígido para discorrer sobre a impunidade que assola o Poder Legislativo. Nos dois textos, a reforma política é apontada como a solução para os problemas de irregularidades na instituição.

"Extorsão e estelionato. Não há outra designação para os atos praticados pelo deputado Chicão Brígido (PMDB-AC), conforme fitas obtidas por esta *Folha* e divulgadas na edição de ontem do jornal...

Difícil é dizer o que é mais lamentável no episódio, se a sua ocorrência em si mesma ou o fato de se tratar de mais um escândalo envolvendo parlamentares.

A sequência já está se tornando tão corriqueira que o noticiário sobre as atividades do Congresso começa a ter mais afinidade com as páginas policiais. O pior é que não há punições para os envolvidos nos sucessivos escândalos.

Desde o afastamento de alguns -infelizmente poucos- deputados apanhados na CPI do Orçamento, não houve mais ação alguma do Congresso para erradicar o que se vai transformando em um câncer.

É verdade que dois deputados, citados no caso da compra de votos para a reeleição, renunciaram aos mandatos. Mas essa manobra para evitar punições maiores evidentemente não redime a imagem do Parlamento. Primeiro, porque os demais citados nas fitas não foram nem sequer investigados. Segundo, porque o Congresso não se moveu para descobrir quem comprara os votos.

Com isso, tem-se a primeira operação de compra e venda em que se sabe quem se vendeu, mas não se sabe quem comprou. O novo escândalo envolve, aliás, um parlamentar citado nas fitas da compra de votos.

Nessas circunstâncias, é pouco pedir apenas uma Reforma política, de todo modo indispensável, para amenizar as mazelas e os vícios do sistema político-partidário brasileiro.

Acima de tudo, urge uma operação cirúrgica por parte da presidência da Câmara, antes que o câncer atinja por metástase todo o Parlamento diante dos olhos entre atônitos e enfasiados da opinião pública." (*Câncer no Congresso* - *Folha de São Paulo*, 12/Ago/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

O segundo editorial, publicado ainda em agosto, é precedido de novas denúncias de desvios de verbas de gabinete, por parlamentares da Câmara de Deputados²¹, junto a informações sobre a medida implementada, pelo Presidente da Casa Parlamentar, Michel Temer, de dobrar as verbas de gabinete dos

²¹ *Empréstimo de servidores é regular, diz Temer* - 18/Ago/97, autor: Ana Cristina Rosa; S/título 23/Ago/97 - s/autor, seção; *Jogo Rápido*; *Uma lei para o senador* - 05/Set/97, seção: Editoriais, (Estado de São Paulo, editoria: Política); *Deputado terá de provar pagamentos* - autor: Luzia Damé; *Deputado desvia verba do auxílio-moradia* - autor: Lucio Vaz; Ricardo Amorim; Fabiana Melo (19/Ago/97); *As denúncias continuam a surgir: Tucano é acusado de usar servidor em rádio* 22/Ago/97; *Câmara apura pagamento a jogadores* - 16/Set/97 (autor: Lucio Vaz) (*Folha de São Paulo*, editoria: Brasil).

deputados federais²². Os editorialistas passam a exigir um código de decoro parlamentar.

"Na semana passada, foi o escândalo do deputado Chicão Brígido (PMDB-AC), acusado de obrigar sua suplente a lhe repassar parte do salário e de reter vencimentos de funcionários de seu gabinete.

No sábado, era a vez de Alceste Almeida (PPB-RR), acusado de pagar, com recursos da Câmara dos Deputados, pelo menos duas funcionárias de sua clínica de saúde.

Domingo, outra denúncia, desta vez contra o ministro de Assuntos Políticos, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), em cujo escritório paulista trabalhariam funcionários pagos com dinheiro do Congresso.

Parece não passar um dia sem que surja um fato desabonador contra algum parlamentar. Pior: mesmo quando comprovadas as irregularidades, as punições ou tardam demais ou nem sequer ocorrem.

Essa sequência de escândalos torna incompreensível o fato de a Câmara não dar andamento ao projeto do Código de Decoro Parlamentar, enalhado em alguma gaveta do Parlamento, conforme informou ontem o "Painel" desta Folha.

É evidente que não será um código, por mais rígido que seja, que impedirá a ocorrência de irregularidades.

Mas é igualmente evidente que falta um instrumento para agilizar o processo de punição a parlamentares por falta de decoro. Vale, no caso, o surrado ditado segundo o qual à mulher de César não basta ser honesta; tem também que parecer honesta.

Homens públicos, da mesma forma, têm que manter um decoro mínimo no exercício de suas funções. Há inúmeros atos de parlamentares que ficam no limite da legalidade, mas violam claramente o decoro.

Sobram, pois, motivos para aplicar aos parlamentares um código rigoroso que faça a distinção entre o que pode até ser legal, mas não está permitido a quem exerce mandato decorrente da vontade popular.

Sob pena de o descrédito crescente da opinião pública acabar por atingir não apenas uma minoria, mas toda a instituição." (*Decoro Mínimo* - Folha de São Paulo, 19/Ago/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)²³

Os dois editoriais vão ao encontro das notícias e colunas de opinião publicadas pelo jornal. A série de irregularidades, de parlamentares, denunciadas na imprensa, num período de tempo relativamente curto, somada às dificuldades da instituição, em punir os envolvidos, surgem como base para que o jornal passe a desqualificar a instituição como um todo. Os editorialistas da *Folha* deixam de tratar as irregularidades como casos isolados e passam a generalizá-los, constituindo uma imagem degradante do Legislativo. A impunidade dos

²² *ACM critica Temer por ter dobrado verba* - 19/Ago/97, autor: Christiane Samarco; *Temer rebate críticas de ACM* - 20/Ago/97, autor: Cláudia Carneiro; *Polêmica sobre gastos continua* - 21/Ago/97, autor: C.C. (Estado de São Paulo, editoria: Política); *ACM critica aumento de verba* - 19/Ago/97, s/autor; *Reduzindo o perigo* - autor e seção: Janio De Freitas; *S/título* - seção: Painel Tiroteio; (20/Ago/97); *Temer reage aos ataques do Senado* - 21/Ago/97 (s/autor) (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

envolvidos, a argumentação de dificuldades (falta de provas), para julgar e punir os congressistas, é percebida, pelos jornalistas, como uma justificativa dos parlamentares, para se pouparem, quer dizer, para não aprofundarem as investigações, tentando impedir que a opinião pública perceba o tamanho das falcatruas existentes no Congresso Nacional. Não é a tentativa de preservação da instituição, tão importante à consolidação da democracia brasileira, como destaca o jornal, que está por trás da impunidade, mas, como sugerem os jornalistas, a tentativa, por parte dos congressistas, de ocultar o *câncer* de corrupção, que está se espalhando pelo Parlamento brasileiro.

Mencionar o termo corrupção é proposital, pois leva a outro ponto salientado pelos editorialistas: o decoro parlamentar. Segundo os editoriais, não basta a reforma política, modificando o sistema político brasileiro em seu elo mais frágil, que são os partidos políticos, ou a criação de um código de ética permeador da conduta dos representantes do Legislativo. É necessária uma mudança moral no comportamento dos parlamentares, já que muitos casos de irregularidades, denunciados na imprensa, não se constituem como ilegalidade, mas como imoralidade. Que a crença moral dos eleitores, nos políticos, é base de sustentação de sua legitimidade enquanto representantes eleitos, é sabido, por intelectuais e, sem dúvida, pelos jornalistas. A desconstrução da moralidade e a sugestão de que a corrupção é algo congênito (um hábito ou costume arraigado), no Parlamento, fragiliza a posição deste como local, por excelência, da representação.

Por fim, é possível supor que a impunidade dos parlamentares, envolvidos em irregularidades (legais ou morais), denunciadas nas páginas dos jornais, fere o espaço de representação do próprio jornal. A *Folha*, por exemplo, é a autora de duas denúncias, o caso da compra/venda de votos da emenda da reeleição e o caso do aluguel de mandato do deputado Brígido. A não punição dos envolvidos na compra de votos pode ter como efeito o desgaste de sua legitimidade frente aos leitores. É provável que esta seja a razão de tão fortes críticas, ao Congresso Nacional, em relação ao caso Brígido. A disputa pela

²³ Exemplos de matérias que tratam de decoro na Casa Parlamentar são: S/título - 18/Ago/97, s/autor, seção: Painel; Tiroteio; *Emenda facilita ação contra parlamentar* - 03/Dez/97, autor: Luiza Damé (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

expressão da palavra pública rege as ações, tanto dos parlamentares, ao tentarem preservar a imagem da instituição a que pertencem, quanto dos jornalistas, que apresentam-se como representantes ou porta-vozes da opinião pública, lembrando que é a imprensa que dá sentido ao conceito, ao constituir a mesma, como noção relevante, portadora de atributos, como *olhar atônito e enfastiado* e *descrédito crescente* e como sustentação para exigir mudanças no sistema político-partidário.

Embora a denúncia parta do jornal *Folha*, o *Estado* não fica imune à repercussão do mau uso das verbas públicas. Publica um editorial, dando amplitude à questão. No texto chamado *Pequenos escândalos*, os editorialistas discorrem sobre a *querela* entre os presidentes da Câmara e do Senado, em torno do aumento das verbas de gabinete, na percepção dos editorialistas, uma discussão pública de quem "*gasta pior o dinheiro público*". Partindo do caso Brígido, passam a tratar ao que chamam de "*indústria de suplentes*".

"... Para desgraça da Câmara, na esteira do escândalo do deputado que cobrava "pedágio" de sua suplente e de seus funcionários, veio outro: funcionários de gabinete prestando serviços particulares a deputados. Agora, para coroar tudo, abre-se de novo a caixa de Pandora - a que contém pesares e desgraças: existe uma prática na Câmara, pela qual o deputado eleito pede licença, seu suplente assume, pede licença, o segundo suplente assume, pede licença e a cadeia da felicidade continua até que o titular volte. Aparentemente, tudo normal. Só que hoje são 46 os deputados que ocupam postos no Executivo - União, Estados, Distrito Federal, Territórios, prefeituras de capitais - e preferem o salário de deputado, o que prova que não ganham pouco... O que era tido como normal revelou-se irregular: o titular se licencia e opta pelo salário de deputado; o suplente assume, licencia-se e continua recebendo os proventos do mandato; o segundo suplente, este recebe, também. Como é difícil supor que haja, no mesmo partido, tantos cargos não eletivos que permitam licença, pode-se supor que a licença do suplente era para tratar de assuntos outros. Pode-se supor, não! Sabe-se, agora - pois a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara decidiu que essa prática é irregular. Irregular, mas vinha sendo praticada! O que não se soube é se a chamada "indústria de suplentes" envolve a ajuda de custo que os deputados recebem ao tomar posse. Se envolver, as surpresas da caixa de Pandora serão ainda maiores, pois então a indústria é de fato muito rendosa para todos - menos para o contribuinte!...

Os editorialistas passam, então, a tratar do papel da imprensa na divulgação destas irregularidades.

... É triste que tais fatos aconteçam... Mais do que triste, porém, será a reação que já vislumbramos virá dentro em breve: a imprensa é responsável pelo fato de a população saber disso tudo. Pela *Voz do Brasil*, ela nada disso fica sabendo; apenas fica informada de que

acordos internacionais assinados há mais de dez anos e alguns há bem menos foram aprovados há dias de uma só vez.

O desejo sincero dos democratas é que a caixa de Pandora - a que contém pesares e desgraças - seja fechada rapidamente no Congresso e não sejamos mais obrigados a comentar assuntos tão rastaquêras." (*Pequenos escândalos* - Estado de São Paulo, 25/Ago/97, s/autor, seção: Editoriais)

Embora centre seu editorial na *indústria de suplentes*, a posição dos editorialistas do *Estado* é similar àquela apresentada na *Folha*. Segundo sua visão, as contravenções se disseminam no Poder Legislativo, que busca na impunidade dos envolvidos ocultar irregularidades generalizadas (sejam elas legais ou morais). Quem sai prejudicado? A população que somente toma conhecimento das falcatruas através das páginas dos jornais. A expectativa de uma reação negativa dos congressistas, em função da divulgação de informações sobre as irregularidades, além de solidificar as suspeitas de que os membros do Parlamento tem muito a esconder, acabam por deixar entrever que a imprensa é o local, por excelência, de controle das ações dos políticos.

As críticas à Câmara de Deputados, publicadas nos jornais, parecem surtir efeitos, o Código de Ética da Câmara, em tramitação desde 1992, é resgatado pelos parlamentares²⁴. Ao mesmo tempo, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) amplia seus poderes para investigar denúncias contra congressistas, através de emenda constitucional "... *que permite que, nesses processos, Câmara e Senado convoquem os acusados e as testemunhas, requisitem provas e quebrem os sigilos fiscal, bancário e telefônico dos envolvidos*"²⁵. Embora os jornais cobrem uma investigação rápida e um julgamento mais rígido, para parlamentares envolvidos em irregularidades, publicam matérias nas quais a emenda, que deve ser votada em dois turnos pelas Casas Parlamentares, sofre críticas, por parte do presidente da CCJ, de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e de especialistas no tema²⁶.

²⁴ *Críticas levam Câmara a apressar código de ética* - Folha de São Paulo, 23/Ago/97, s/autor, editoria: Brasil.

²⁵ A Comissão de Constituição e Justiça tem poderes muito limitados para punir parlamentares envolvidos em irregularidades. *CCJ aprova emenda que amplia seu poder* - Folha de São Paulo, 05/Set/97, autor: Luiza Damé, editoria: Brasil.

²⁶ *Deputado quer apuração preliminar* - s/autor, editoria: Brasil; *Especialistas fazem críticas a maiores poderes para CCJ* - autor: Cláudia Trevisan; Eunice Nunes (Folha de São Paulo, 06/Set/97 editoria: Brasil).

Com a decisão do CCJ, de pedir a cassação de mandato do deputado federal Chicão Brígido, a punição dos parlamentares infratores volta a ser tema das matérias dos jornais. Além do caso Brígido, ainda cabe ao Congresso votar os pedidos de cassação de mandato de Pedrinho Abrão (PTB-GO), acusado de cobrar propina, para manter verbas no Orçamento da União, e dos deputados federais Chicão Brígido (PMDB-AC), Osmir Lima (PFL-AC) e Zila Bezerra (PFL-AC), acusados de receber dinheiro em troca de votos favoráveis à emenda da reeleição²⁷. As notícias, com declarações críticas do ministro Sérgio Motta, ao Congresso Nacional, retomando a questão da necessidade de uma reforma política bem como as reações adversas dos parlamentares a estas declarações, tornam ainda mais delicada a posição do Poder Legislativo²⁸.

A absolvição do deputado Chicão Brígido e a condenação da suplente Adelaide Neri, autora da denúncia, na CCJ, geraram protestos. Frases como *"tudo vale no Congresso"*, *"os deputados que absolveram Chicão Brígido estavam absolvendo a si mesmos e, no caso particular da extorsão de vencimentos, a todos os inúmeros parlamentares que também a praticam"*²⁹; *"CCJ jogou fora a Constituição e a Justiça. É o vale-tudo. O Congresso, que faz as leis, não tem mais lei"*³⁰, demonstram a indignação dos jornalistas da *Folha*. A ação dos líderes da Câmara de Deputados, tentando reverter o quadro, e punir o parlamentar,³¹ não é suficiente, para evitar a publicação de editoriais que, partindo da absolvição de Brígido, eliminam a fronteira entre impunidade e reforma política. Na *Folha*, os responsáveis pelo editorial criticam as votações na Câmara de Deputados e no Senado, qualificando-as como manutenção de privilégio e de impunidade,

²⁷ *Chicão confirma "aluguel de mandato" e pode ser cassado* - 10/Set/97, autor: Luiza Damé; *Congresso realiza a 12ª investigação desde 1995* - 16/Set/97, autor: Lucio Vaz; *Câmara deve votar cassações no mesmo dia* - 20/Set/97, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

²⁸ *Motta vê ligação 'incestuosa' com Congresso* - autor: Emanuel Neri; S/título, s/autor, seção: Painel; *Tiroteio* (Folha de São Paulo, 09/Set/97, editoria: Brasil); *Motta condena "incesto" com Congresso* - 09/Set/97, autor: Regina Terraz; *Parlamentares atacam discurso de Motta* - autor: Christiane Samarco e Ricardo Amaral; *A serjada da vez* - autor: Cristiana Lôbo (10/Set/97) (Estado de São Paulo, editoria: Política).

²⁹ *Em causa própria* - Folha de São Paulo, 25/Set/97, autor e seção: Jânio De Freitas, editora: Brasil.

³⁰ *O forrobodó Chicano e Adelaide* - Folha de São Paulo, 26/Set/97, autor: Elaine Castanhedo, editora: Opinião.

³¹ *Câmara tenta punição para deputado absolvido pela CCJ* - Folha de São Paulo, 26/Set/97, s/autor, editora: Brasil; *Plumagem nova* - Estado de São Paulo, 26/Set/97, s/autor, editora: Política.

demonstrando assim sua indignação e defendendo a reforma política como solução para os *descalabros*.

"Desalento e indignação. Esses são os termos mais apropriados para traduzir o sentimento diante de certos congressistas que, num único dia, mantiveram a aposentadoria especial para si próprios, estenderam o privilégio para a magistratura e ainda absolveram o deputado Chicão Brígido (PMDB-AC), acusado de alugar o seu mandato, mais um dos inúmeros casos de revoltante falta de ética nas últimas legislaturas.

O palco da primeira decisão foi o Senado, que votava a Reforma previdenciária; a segunda foi tomada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. As duas votações contribuíram assim para desmoralizar irresponsavelmente uma instituição chave da democracia, o Parlamento...

No momento em que o governo empenha-se em convencer a sociedade de que é preciso sanear a Previdência, ajustar as contas públicas e racionalizar o Estado, muitos de seus aliados no Parlamento atuam sem escrúpulos em sentido contrário e legislam em causa própria.

Esses exemplos de ausência de espírito público, para dizer o mínimo, decorrem em grande medida da irracionalidade do sistema político, que facilita a eleição de deputados de pouca representatividade e baixa qualificação. Uma Reforma política, sempre esquecida, certamente ajudaria a tornar esses *descalabros* menos corriqueiros. Mas causa desânimo a dificuldade, ao que parece imensa, de acabar com a falta de pudor de tantos congressistas." (*Escárnio no Congresso* - Folha de São Paulo, 26/Set/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)³²

O editorial publicado pelo *Estado* faz uma breve referência à absolvição de Brígido, e centra sua temática na reforma política.

"Dos dois partidos brasileiros do Segundo Reinado se disse que se equivaliam em tudo: "Nada de mais parecido com um Luzia (o Partido Liberal) que um Saquarema (o Partido Conservador)." Hoje, nem isso se poderá dizer da maioria dos 18 partidos com representação no Congresso: falta-lhes uma fisionomia, para se assemelharem.

Nem a causa nacional das reformas produz aglutinação, a favor ou contra. As fronteiras são fluidas, fazendo-se e desfazendo-se a cada votação, quase. Nada inibe o carrossel das migrações partidárias, ora em ritmo acelerado, em função dos projetos pessoais para as próximas eleições. Assim, não se pode criticar a maioria da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara por absolver o deputado Chicão Brígido: por que condená-lo por uma barganha específica, quando é difuso o clima de barganha?

Tudo isso é péssimo para a democracia, que requer um espectro partidário de cores definidas, para refletir a sociedade pluralista sobre que ela se assenta. E para a linha política do Executivo, sempre à mercê de coligações em que se apagam as virtudes dos que as compõem e se potencializam os vícios.

No caminho das reformas de que o Estado brasileiro precisa e a que a sociedade aspira, está atravessada a resistência dos partidos à própria institucionalização. Então, ou se começa pela reforma política, ou a tramitação das outras não nos levará a lugar algum..." (*Luzias e*

³² O editorial *Paradoxo no Congresso*, apesar de ter como tema central a votação da lei eleitoral, também critica a posição da CCJ em relação a absolvição de Rígido. (Folha de São Paulo, 27/Set/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial).

Os editorialistas destacam três questões (vícios), que compreendem como fundamentais para serem atacadas na reforma política: a lista aberta para escolha dos candidatos ao Legislativo; a coligação em eleições proporcionais e a ausência absoluta de fidelidade partidária.

Se os editoriais apresentam diferenças de enfoque na construção do texto, o argumento final é similar: é necessária a efetivação da reforma política. A absolvição do deputado Chicão Brígido, pela CCJ, é utilizada para constituir a idéia de *irracionalidade* do sistema político brasileiro. Para a *Folha*, a irracionalidade está na suposição de que o atual modelo "*facilita a eleição de deputados de pouca representatividade e baixa qualificação*". Para o *Estado*, o problema no sistema político está na fragilidade ideológica dos partidos políticos. A solução apontada, pelos dois jornais, é modificar o sistema político-partidário.

A série de informações contidas nas notícias e editoriais permitem constatar que os dois jornais constituem uma situação conflituosa entre os poderes Executivo e Legislativo. Em última instância, a crítica ao Congresso Nacional reflete a insatisfação dos jornalistas, com os membros dos partidos que compõem a base governista, pela atitude assumida, pelos legisladores, de não se submeterem automaticamente aos projetos encaminhados pelo Planalto.

As notícias sobre o desenrolar dos processos de cassação dos parlamentares acusados de envolvimento em irregularidades³⁴ são publicadas paralelamente a informações sobre a tramitação da reforma política³⁵. A nova absolvição pelo CCJ, agora dos deputados federais acusados de receber dinheiro em troca de votos favoráveis à emenda da reeleição, gera um editorial no jornal *Estado*. Neste, os editoriais tratam de dois casos, a absolvição dos deputados

³³ O *Estado* apresenta outro editorial discutindo os problemas que a falta de uma reforma política criam para a política brasileira, centrando a questão na fidelidade partidária: *Aves de arribação* - 30/Set/97, s/autor, seção: Editoriais).

³⁴ *Na pauta* - 06/Out/97; *Presidente da CCJ acha difícil punir* - 07/Out/97, (s/autor); *CCJ julga amanhã acusados de vender votos* - 07/Out/97, autor: Cláudia Carneiro (Estado de São Paulo, editora: Política).

³⁵ *ACM e Temer vão investir na reforma política* - 05/Out/97; *Temer acelera discussão de novo sistema político* - 30/Out/97 (Estado de São Paulo, autor: Cristina Sarampo, editora: Política).

envolvidos com a venda/compra de votos, e o arquivamento do pedido de impedimento do governador, Paulo Afonso, do Estado de Santa Catarina.

"A pergunta que se deve fazer, hoje, é dirigida ao deputado Michel Temer: "A absolvição de deputados acusados de vender seus votos resgata a imagem da Casa?" A decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, absolvendo - alegadamente por falta de provas - os deputados Osmir Lima, Zila Bezerra e Chicão Brígido da acusação da venda de seus votos, mostra com clareza que o espírito corporativo ainda predomina na Casa e que será preciso muita crítica da imprensa, intérprete da opinião pública, para que os deputados mudem de comportamento.

Nesse caso, poder-se-ia dizer que foi o espírito corporativo que prevaleceu num julgamento em que a CCJ só poderia se pronunciar politicamente - como aliás desejava o relator Nelson Otoch, convencido que estava da culpabilidade dos acusados - e nunca como tribunal do júri, julgando sobre a prova dos autos. No mesmo dia, desgraçadamente para a democracia, houve outro caso: o do arquivamento do pedido de abertura de processo de impeachment do governador Paulo Afonso, de Santa Catarina...

O caso da absolvição pela CCJ da Câmara - ainda que devido ao corporativismo - é condenável e obriga a criticar a Casa por não atender àquilo que a opinião pública dela espera...

Não é a imprensa que, hoje, faz esse juízo severo sobre o mundo político. É o mundo político que não tem compostura para que dele a população possa, se não se orgulhar, ao menos não considerá-lo com desprezo." (*Um dia de vergonha* - Estado de São Paulo, 10/Out/97, s/autor, editoria: Editoriais)

A absolvição dos deputados federais envolvidos no caso permitem aos editorialistas qualificar os parlamentares de corporativistas, novamente, são desenhados como defensores de interesses pessoais, que buscam, na impunidade, ocultar outras irregularidades, como já vem sendo sugerido em outros editoriais. Mas o ponto nevrálgico deste editorial encontra-se na relação entre opinião pública e imprensa. Neste editorial os jornalistas se nomeiam como *intérpretes da opinião pública*. Como porta-vozes da opinião pública, sabem o que ela deseja, o que fica claro na frase "*a absolvição não atende aquilo que a opinião pública dele espera*". Constituir-se em intérprete da opinião pública (conceito pouco claro, como deixam transparecer os próprios jornalistas, mas que parece adquirir força, pela importância que os jornais lhe dão) é uma estratégia que permite aos jornalistas interferir no campo político.

As denúncias de irregularidades continuam a marcar presença nas páginas dos jornais, junto a notícias sobre as punições dos envolvidos nos

escândalos³⁶. Mas, se o enfoque central dos editoriais localizava-se na relação impunidade versus infidelidade partidária, a constância das denúncias leva ao questionamento de um novo ponto: a imunidade parlamentar. A extinção da imunidade parlamentar, para crimes comuns, passa a ser o novo tópico da reforma política desejada. O *Estado* publica um editorial, que parte da aprovação da CCJ, sobre pedido de licença do Supremo Tribunal Federal, para processar um deputado, acusado de praticar fraude contra o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para discutir a imunidade parlamentar.

"... Não há como confundir a imunidade que devem ter os parlamentares, pelos atos decorrentes do exercício do mandato e a imunidade que os usos e costumes brasileiros estenderam para isentar de responsabilidade os detentores de mandatos legislativos que cometeram crimes comuns, alguns deles de natureza sórdida. Não são raros os casos de pessoas de notória má reputação que entram para a vida política, por intermédio de legendas de aluguel, simplesmente para obter um mandato que lhes garanta a imunidade. O parlamentar deve receber todas as garantias para manifestar livremente as suas opiniões. Não pode ser imputável pelo que diz da tribuna ou pela maneira como vota. Deve ter todas as garantias para se deslocar no exercício do mandato. Essa é a essência da representação democrática. Mas os crimes comuns, praticados antes de conquistado o mandato ou durante o seu exercício, nada têm a ver com as garantias fundamentais da democracia. O autor, a despeito do mandato parlamentar, deve responder por seus atos perante a Justiça, como qualquer cidadão. Desde sempre o Congresso e as Assembléias foram refúgio seguro para pessoas que conseguiram se eleger apesar de suas vidas pregressas...

Os editorialistas ressaltam a reação positiva do Congresso Nacional, em relação ao fim da imunidade, para crimes comuns, citando o projeto de emenda constitucional, que dará poderes semelhantes aos de uma CPI, à CCJ.

... Aprovado o projeto, a Comissão de Justiça poderá quebrar o sigilo telefônico, bancário e fiscal dos parlamentares processados por quebra de decoro, o que deverá tornar difícil a repetição de casos, como os das escandalosas decisões da própria Comissão de Constituição e Justiça, que negou autorização para que se instaurassem processos contra os deputados Marquinho Chedid, acusado de extorquir bingos, e Chicão Brígido, acusado de alugar o próprio mandato para sua suplente.

³⁶ Deputado é acusado de falsificar documentos de identificação providenciária: *CCJ autoriza pela primeira vez que deputado seja processado* - Folha de São Paulo, 06/Nov/97, s/autor, editora: Brasil; *O Congresso no bom caminho* - Estado de São Paulo, 07/Nov/97, s/autor, editora: Editoriais. Outra denúncia trata-se da manutenção do apartamento funcional pelo ex-deputado Ronivon Santiago que renunciou ao mandato, após acusação de venda de seu voto: *Ronivon mantém apartamento da Câmara* - Folha de São Paulo, 15/Nov/97, autor: Luis Costa Pinto, editora: Brasil. Por fim, há denúncias de nepotismo (emprego de parentes) contra o deputado Moreira Franco, relator da Reforma Administrativa: *"Não é uma mutreta"* - s/autor; *Mulher de relator trabalha de forma irregular no Rio* (18/Nov/97); *Mulher de relator não será transferida* - 19/Nov/97; *Mulher de Moreira pede aposentadoria no Senado* - 21/Nov/97; *Moreira Franco tentou empregar cunhado* - 30/Nov/97 (autor: Lucio Vaz) (Folha de São Paulo, editora: Brasil).

No Senado, o senador Antônio Carlos Magalhães está desengavetando 27 processos em que o Supremo Tribunal Federal pede licença para processar senadores por crimes comuns e eleitorais. Além disso, a comissão de reforma política do Senado acatou proposta de emenda que praticamente acaba com a imunidade, no caso dos crimes comuns... Com essas medidas, o Congresso demonstra que não mais aceita ser o refúgio seguro para pessoas que andam à margem da lei, mas detêm mandato parlamentar. Está atrasado. O Brasil inteiro vem reclamando essa reação há anos." (*O Congresso no bom caminho* - Estado de São Paulo, 07/Nov/97, s/autor, editoria: Editoriais)

O crédito dado ao Congresso Nacional, pelos editoriais do *Estado*, em função das medidas que buscam facilitar a punição dos parlamentares infratores, dura pouco. O adiamento das votações de cassações dos mandatos dos parlamentares, para o próximo ano³⁷, medida tomada pelo presidente da Câmara de Deputados, gera um editorial na *Folha*. Os editorialistas questionam a veracidade das tentativas de moralização do Parlamento.

"A postergação dos julgamentos de cassação de deputados acusados de irregularidades pode ser um primeiro passo para a impunidade. Os processos contra suspeitos de venderem votos pela emenda da reeleição, de alugar o mandato e de cobrar propina para manipular o Orçamento foram relegados para 1998, fim da atual legislatura e ano eleitoral.

Reconheça-se que o Congresso tem realizado votações importantes. Lembre-se de que, apesar da atuação lamentável de alguns deputados, a Câmara rendeu-se aos imperativos da crise financeira e terminou aprovando a Reforma Administrativa, inclusive os dispositivos que encontravam maior resistência.

Mas seria ingenuidade ignorar a possibilidade de que alguns desses deputados tiveram os julgamentos adiados por pertencerem a partidos da base governista (PFL, PTB E PMDB), os quais deram votos pela aprovação dos projetos de interesse do governo e da presidência da Câmara. No final de julho, o líder do PTB ameaçava não votar as Reformas se fosse cassado o deputado Pedrinho Abrão (GO), acusado de cobrar propina de uma empreiteira. E o julgamento não ocorreu.

Agora, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, afirma que o objetivo dos novos adiamentos teria sido o de evitar que eventuais absolvições manchassem a imagem do parlamento neste fim de ano.

Trata-se, no mínimo, de uma tentativa de esconder do público as dificuldades Políticas da Câmara para tomar medidas moralizadoras. Ou, ainda pior, de condenar deliberadamente ao esquecimento as suspeitas de improbidade e quebra de decoro parlamentar, contando que possíveis condenações serão ainda mais difíceis num ano ocupado pela eleição.

Fazer tábula rasa dessas suspeitas de corrupção é um passo atrás na tentativa de melhorar a Política nacional. Retrocesso tanto mais vergonhoso se foi um modo de ajudar a aprovar medidas necessárias à estabilidade da economia." (*Ameaça De Impunidade* - Folha de São Paulo, 05/Dez/97, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

³⁷ *Temer adia votação de cassações para 98* - Folha de São Paulo, 02/Dez/97, autor: Denise Madueño, editoria: Brasil; S/título - Folha de São Paulo, 08/Dez/97, s/autor, editoria: Brasil, seção: Painel; Tiroteio.

O editorial volta a salientar as dificuldades da Câmara de Deputados em julgar "as suspeitas de improbidade e quebra de decoro parlamentar". Os editorialistas sugerem existir uma troca de favores entre o Executivo e o Legislativo: os parlamentares não são julgados, se os partidos a que pertencem, da base governista, votarem a favor dos interesses do Planalto. Embora este editorial aponte uma mudança de rumo, ao sugerir o envolvimento do Executivo na impunidade dos congressistas acusados, o papel central ainda é localizado no Legislativo: são os pertencentes a este que trocam seus votos por favores corporativistas³⁸.

7.3. O caso Naya

As matérias que discutem propostas da reforma política são seguidas de um novo escândalo envolvendo um parlamentar. Mas diferente dos demais, este não diz respeito a irregularidades no tratamento de dinheiro público. O desabamento de um prédio de apartamentos, na cidade do Rio de Janeiro, construído pela empresa Sersan, pertencente ao deputado federal, Sérgio Naya, (PPB-MG), passa a ser a pauta dos jornais. O desabamento do prédio projeta notícias sobre outras irregularidades, envolvendo o deputado Naya. A *Folha* publica matérias, afirmando que o parlamentar possui emissoras de rádio e televisão, e que sua construtora possui dívidas, com o Banco do Brasil, não cobradas, em função de prática fisiológica³⁹. A matéria abaixo exemplifica com clareza a questão:

³⁸ O *Estado* publica um editorial questionando e apontando os limites da proporcionalidade na representação da Câmara de Deputados: *ok3Representação no Congresso* - 15/Dez/97, s/autor, editoria: Editoriais. A reforma política é tema de duas colunas. A primeira trata da proposta do deputado Miro Teixeira de convocação de uma Assembléia Constituinte; o segundo, discorre sobre as dificuldades de relacionamento entre dos candidatos a eleição ao cargo de Presidente da República e o Congresso nacional, respectivamente: *Os passos da reforma política* - Estado de São Paulo, 02/Fev/98, autor: Pedro Luiz Rodrigues editora: Política; *Fisiologia até 2007* - Folha de São Paulo, 02/Fev/98, autor: Fernando Rodrigues, editora: Opinião.

³⁹ *Dono de empreiteira possui rádios e TVS* - 23/Fev/98, autor: Fernando Gordinho; Enviar Lobato; Sérgio Torres; Abonar Gondim; *Pressão política evita cobrança de dívida* - 27/Fev/98, autor: Lucas Figueiredo (editoria: Cotidiano); *Negócios* - 27/Fev/98, autor: Clóvis Rossi, editoria: Opinião; *Por que os prédios de Sérgio Naya só caem no Brasil?* - 01/Mar/98, autor e seção: Elio Gaspari; *Um a mais, nada mais* - 01/Mar/98, autor e seção: Janio De Freitas (editoria: Brasil) (Folha de São Paulo); *Ação quer que deputado devolva R\$ 60 milhões* - Estado de São Paulo, 03/Mar/98, autor: Edson Luiz, editoria: Cidades.

"O desabamento na Barra da Tijuca tornou pública uma parte dos golpes e fraudulências que deram ao deputado Sérgio Naya vida de bilionário - e extinguiram não se sabe quantas vidas e desgraçam milhares de outras. Entre os escombros que Sérgio Naya vai deixando não emerge, porém, a figura de um parlamentar incomum, que escandalize agora os seus pares do Congresso como estarrece e revolta os comuns, sejam ou não vítimas suas.

Sob diferentes disfarces de nome, de partido, de Estado, são muitos os sérgios nayas do Congresso. Compõem o grande contingente dos que não se elegem em razão de idéias, de compromissos, de entusiasmo com programas políticos, mas para usar a condição de deputado. Como gazua. Como arma.

São só sérgios nayas os componentes do bando que vende votos para aprovar Reformas, para aprovar a reeleição, para engolir 1.300 medidas provisórias, para trair o seu e todos os eleitorados. São os que recebem empréstimos favorecidos nos bancos oficiais, como Sérgio Naya. E fazem ou intermedeiam negócios com o governo, como Sérgio Naya. E, como Sérgio Naya, contam com a proteção do governo para falcatruas nas suas obrigações com o INSS, com os impostos, com as dívidas nos bancos, nas caixas e nos fundos. E que recebem do governo as verbas orçamentárias, hoje como antes os anões do Orçamento.

Não é propriamente por esses expedientes que os sérgios nayas se fazem parlamentares. Por trás de cada um deles há sempre negócios, empresariais ou não. Por algum modo, sempre se valendo da relação entre o mandato parlamentar e o governo...

Os que não são sérgios nayas compõem a menor porção do Congresso. Impossibilitados, por isso, de impedir que o caso revoltante de Sérgio Naya não seja apenas mais um na sucessão dos escândalos impunes do Congresso." (*Um a mais, nada mais* - Folha de São Paulo, 01/Mar/98, autor e seção: Janio De Freitas, editoria: Brasil)

As irregularidades são apontadas paralelamente ao questionamento da imunidade parlamentar e possível cassação do mandato do congressista⁴⁰. Segundo matéria do *Estado*, há dispositivos na Constituição, que asseguram a imunidade parlamentar, mesmo nos casos de crimes comuns, matéria que o jornal exemplifica com o parágrafo 3º do artigo 53, que " *...livra o parlamentar da prisão até em caso de flagrante de crime inafiançável, se a Casa a que pertencer - Câmara ou Senado - se opuser, em votação secreta, à iniciativa da Justiça*". O mesmo artigo informa o interesse do Congresso Nacional em rever a imunidade e

⁴⁰ *Imunidade não vale para indenização* - 26/Fev/98, autor: Silvana De Freitas; Luiza Damé, editoria: Cotidiano; *Sérgio Naya afirma que a imunidade parlamentar é um direito constitucional* - 28/Fev/98, autor: Abnor; *E o mandato, vira pó?* - 01/Mar/98, autor: Eliane Cantanhêde, editoria: Opinião; *Corregedor deve pedir cassação de Naya* - autor: Rui Nogueira; *Moradores pedem cassação de Naya a ACM* - autor: Marcelo Oliveira; Mário Magalhães (02/Mar/98); *ACM defende ação da Câmara e sequestro de bens* - autor: Augusto Gazir (editoria: Cotidiano); *O faro e a justiça* - autor: Clóvis Rossi, editoria: Opinião (03/Mar/98) (Folha de São Paulo); *ACM defende a cassação de Sérgio Naya* - 03/Mar/98, autor: Rosa Costa, editoria: Cidades; *Desigualdade perante a lei* - 02/Mar/98, autor: Pedro Luiz Rodrigues; *Reputação desmoronada* - 03/Mar/98, autor: Marcelo de Moraes; *ACM quer apressar fim de imunidade total* - autor: Rosa Costa; *S/título* - s/autor, seção: Jogo Rápido; *Câmara abre processo para cassar Naya* - autor: João Domingos (04/Mar/98) (Estado de São Paulo, editoria: Política).

punir o deputado Naya. A justificativa para essa ação está na preservação da imagem do Parlamento, como expressa as palavras do presidente do Senado:

"... O presidente do Senado disse que vai propôr a revisão desse benefício com a máxima urgência, para que a imunidade fique restrita a atos de natureza política.

Ele reconheceu que a neutralidade da Câmara em vários episódios que justificariam a cassação do mandato - como a venda de voto e desvio de verbas do gabinete - pode levar a população a duvidar da cassação do deputado Sérgio Naya (PPB-MG). 'A medida que não respondamos com rapidez, o povo passa a descreer de nossa ação e isso pode desacreditar o trabalho de reabilitação que está sendo feito para melhorar a imagem do Congresso' ..." (*Imunidade de parlamentares pode ser revista* - Estado de São Paulo, 03/Mar/98, autor: Rosa Costa e João Domingos, editoria: Cidades)

O caso Naya se mantém como notícia dos jornais. Seja pela informação de ações dos moradores, contra o parlamentar⁴¹, seja por notícias sobre a dificuldade de modificar as regras da imunidade parlamentar⁴². A divulgação de um vídeo, em que o deputado federal Sérgio Naya aparece assumindo outras irregularidades, amplia em muito a crítica dos jornais bem como a cobrança por punição e o receio de impunidade. Os textos falam dos demais casos em aberto e da tentativa do parlamentar para evitar a cassação⁴³. Foi selecionado um exemplo entre as matérias publicadas:

"Tudo indica que o deputado Sérgio Naya (PPB-MG) caminha para o cadafalso. Basta? Nem remotamente.

⁴¹ *Grupo leva escombros à sala de Naya* - 04/Mar/98, autor: Sérgio Torres; *Governo diz que indenizará vítimas do prédio* - 06/Mar/98, s/autor, (Folha de São Paulo, editoria: Cotidiano); *O Proer da Barra desabou* - Estado de São Paulo, 08/Mar/98, autor: Ricardo Amaral, ditoria: Política.

⁴² *Eleição atrapalha mudança na imunidade parlamentar* - 04/Mar/98, autor: Marta Salomon; Silvana; *Imunidade será votada em 3 semanas* - 12/Mar/98; *Cassações serão revistas* - 17/Mar/98 (s/autor) (Folha de São Paulo, editoria: Cotidiano); S/título - Estado de São Paulo, 12/Mar/98, s/autor, editoria: Política, seção: Jogo Rápido.

⁴³ *Naya está nas mãos do PPB* - 04/Mar/98, autor: Fernando Rodrigues; *Bom de lábia* - 05/Mar/98, autor: Carlos Heitor Cony (editoria: Opinião); *As cassações pendentes no Congresso* - s/autor; *E o troféu cara-de-pau da semana vai para...* - autor: Barbara Gancia (06/Mar/98); *Naya usa regimento para evitar cassação* - 12/Mar/98, autor: Denise Madueño; *Pizza Sersan é clássico da gastronomia Política* - 13/Mar/98, autor: Barbara Gancia; *Naya vai ao Supremo contra cassação* - 18/Mar/98, autor: Denise Madueño; Abnor Gondim; *Parecer sobre cassação pode sair até quarta* - 20/Mar/98, autor: Abnor Gondim(editoria: Cotidiano); S/título - 10/Abr/98, seção: Painel; Tiroteio; *Naya tenta evitar votação de cassação* - 15/Abr/98, (s/autor, editoria: Brasil) (Folha de São Paulo); *Acusados saíram livres da cassação* - 04/Mar/98, autor: Marcelo de Moraes; *Argumentos de Naya prejudicam sua defesa* - 06/Mar/98, autor: João Domingos, *Declarar embriaguez não ajuda, diz Brindeiro* - 07/Mar/98, autor: Edson Luiz; *CNBB quer cassar político que troca favores por votos* - 15/Mar/98, autor: Eliane Azevedo (Estado de São Paulo, editoria: Política). Há duas matérias que apontam a crítica e cobrança de punição a Naya pelos pré-candidatos a Presidência da República ou mesmo do atual Presidente: *Ciro xinga Sérgio Naya e critica FHC* - Folha de São Paulo, 04/Mar/98, autor: Fernando Rodrigues, editoria: Brasil; *FHC defende punição para parlamentar* - Estado de São Paulo, 05/Mar/98, autor: Isabel Braga e Tânia Monteiro, editoria: Política.

O caso do deputado é, na prática, uma amostra da profunda degradação dos costumes políticos no Brasil.

Basta examinar um pouco mais atentamente a, digamos, evidência que pôs em movimento a engrenagem do Congresso Nacional, na direção da cassação. Trata-se do teipe exibido domingo pelo "Fantástico", da Rede Globo, feito por um cinegrafista amador, no qual Naya confessa que falsifica assinaturas e usa material de segunda nas suas construções, como se fosse de primeira.

A confissão não foi feita em um círculo reservado de amigos e/ou sócios, mas na presença de um grupo de vereadores. Não consta que qualquer um deles tenha, na hora, tido a dignidade (e, claro, a coragem) de levantar-se e pelo menos protestar.

Foi preciso que ruísse o Palace 2 para que alguém exumasse o documento que incrimina Naya.

Se foi tão descarado em um bate-papo com vereadores, é mais que razoável supor que muitos dos colegas de Naya no Congresso já tenham ouvido dele confissões similares.

Alguém abriu a boca? Ao contrário. Um punhado deles emitiu apenas mensagens de solidariedade ao companheiro, em nítida resposta corporativa.

Não que esse tipo de atitude surpreenda. O que mais dói é ver que todos os escândalos até agora ocorridos no âmbito do Parlamento, na atual legislatura, tiveram como personagens parlamentares da bancada governista. Num raciocínio cínico, pode-se suspeitar que o monopólio dos escândalos se deva ao fato de que os partidos de oposição têm nacos limitados de poder, a fonte maior de corrupção.

Mas é triste ver que o governo de um partido cuja maior qualidade era seu suposto republicanismo (o PSDB) tenha esse tipo de gente como companheiro de rota." (*Os bons companheiros* - Folha de São Paulo, 04/Mar/98, autor: Clóvis Rossi, editoria: Opinião)

O escândalo Naya tem grande repercussão entre os leitores dos jornais⁴⁴. Uma polêmica de tal vulto gera editoriais. A *Folha* publica três editoriais, tratando do caso. No primeiro, denominado *Moralização Pelo Voto*, os editorialistas chamam atenção para o papel central da sociedade e da imprensa na reação moralizadora do Congresso Nacional.

"A Câmara dos Deputados reagiu de forma positiva às pressões da sociedade ao iniciar com agilidade o processo de cassação do deputado Sérgio Naya (PPB-MG). É, aliás, da sociedade, soberana na escolha de seus representantes, que deve partir o primeiro impulso para que não apenas sejam destituídos os maus representantes como, mais importante, que se escolham congressistas de bom nível técnico, político e moral.

Não se deve ter no entanto a ilusão de que o Congresso foi subitamente tomado por um espírito republicano que muitas vezes lhe tem faltado. É provável que o deputado continuasse agindo impunemente se não tivesse ocorrido a indignação coletiva devido ao desabamento do edifício Palace 2 e se não fossem expostas com alarde na mídia as muitas atividades duvidosas de Naya.

A Câmara ainda deve à sociedade -que, é bom frisar, precisa pressioná-la muito mais do que o faz- explicações a respeito de outros cinco

⁴⁴ Isto pode ser constatado pelo número de cartas publicadas nos jornais e que serão descritas no final desta sessão.

processos de cassação. São três por compra de voto, um por aluguel de mandato e outro por cobrança de propina de empreiteira-, emperrados por corporativismo ou motivos ainda menos confessáveis.

Não se deve infelizmente descartar que essas mesmas razões possam também prevalecer em relação a Naya quando, e se, o caso arrefecer. São no mínimo vergonhosas as mensagens de solidariedade que o deputado recebeu por escrito de alguns de seus pares, como Sandro Mabel (PMDB-GO), Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG), Pedrinho Abraão (PTB-GO) e João Carlos Bacelar (PFL-BA). O eleitor também deve ficar muito atento ao comportamento desses parlamentares.

Mas, enfim, é preciso ressaltar mais uma vez que as medidas moralizadoras que eventualmente venham a ser tomadas neste caso pelo Congresso, de qualquer modo fundamentais, jamais vão substituir o voto consciente dos cidadãos, este sim capaz de elevar o nível do Parlamento." (*Moralização Pelo Voto* - Folha de São Paulo, 04/Mar/98, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

A positividade da atitude da Câmara de Deputados se dilui rapidamente no texto. A rápida ação punitiva do Parlamento não é fruto de um *espírito republicano* da instituição, segundo os editoriais, mas consequência da contestação da sociedade e da divulgação de outras irregularidades cometidas, pelo deputado federal, e publicadas na imprensa. A sustentação da falta de espírito republicano do Legislativo está, na lógica dos editorialistas, na impunidade a que ainda estão relegados os demais casos denunciados. Ao clamar por maior manifestação da sociedade, para que os demais casos de irregularidades sejam investigados e punidos, os jornalistas evidenciam como constituem a relação entre a imprensa e a sociedade: o jornal, além de informar a sociedade, sinaliza o poder de moralização, do Parlamento, que a sociedade possui, pelo voto e, por fim, se constitui como porta-voz de sua contestação, leia-se, o local por excelência da manifestação da palavra pública.

No transcorrer do julgamento político do caso Naya, outro escândalo toma as páginas dos jornais. O presidente da Câmara de Deputados denuncia irregularidades cometidas por deputados federais nas votações: o caso dos pianistas. É chamado de pianista o parlamentar que vota no lugar de um colega, constituindo uma prática de fraude do voto⁴⁵. As constantes denúncias de

⁴⁵ *Temer aponta fraude de voto* - 19/Mar/98, autor: Luiza Damé; *Prática de votação dupla é comum*; *Michel Temer armou o flagrante usando a TV Câmara*; *'É hábito', diz Andrade Vieira* (s/autor); *Borba assume 'piano' e tenta livrar colega* - autor: Denise Madueño; Luiza Damé; Flávio Arantes; *Câmara abre processo de cassação contra "pianista"* - autor: Luiza Damé; Denise Madueño (20/Mar/98); *Câmara pede explicação a Vieira*; *Briga política entre paranaenses motivou denúncia* - (s/autor); *Viaduto é pivô da provável cassação* - autor: Flávio Arantes (21/Mar/98); *PTB tentará preservar "pianista"* - 23/Mar/98; *'Pianista' recua e acusa dono da senha* - 25/Mar/98 (autor: Luiza Damé; Denise Madueño); *Para acusado de 'pianismo', suspensão é pena razoável* -

improbidades e de falta de decoro parlamentar de congressistas, somadas à impunidade, projetam o retorno, aos noticiários, dos casos de punição ainda pendentes, parados no Congresso Nacional⁴⁶. Um editorial publicado após a denúncia de fraude de votos, no Congresso Nacional, é interessante de ser apresentado, pela centralidade que os editorialistas dão à imprensa (que chamam de mídia) na democracia.

"É difícil que passe uma só semana sem que o Congresso Nacional apareça na mídia de maneira vexatória. Num país em que a cultura autoritária, mesmo que arrefecida, ainda permanece enraizada e vez por outra se manifesta com o primitivismo característico, nunca é demais repetir que o Congresso é uma instituição essencial ao funcionamento da democracia, este sim um valor que cabe a todos cultivar.

Não se pode, obviamente, festejar os escândalos envolvendo o Parlamento. É evidente que devem e precisam ser apurados e punidos com rigor máximo. Não obstante, cada fato ilícito ou imoral cometido no âmbito do Congresso, quando flagrado pela mídia, tem um efeito paradoxalmente pedagógico. A cada vez que vem a público uma falcatrua parlamentar, a cada vez que se torna visível um arranjo fisiológico, a cada vez que vem à tona uma barganha, é a democracia que avança, é a cidadania que está sendo convocada a se manifestar.

Sabe-se, infelizmente, que grande parte dos parlamentares legisla em causa própria ou em função de interesses particularistas, que pouco ou nada têm a ver com os propósitos da República. A melhoria da qualidade da representação Política, porém, só poderá ser obtida com o acompanhamento permanente das atividades do Congresso e a identificação de parlamentares pouco dignos do cargo público para que foram eleitos. A responsabilidade final, cabe dizer, é sempre do eleitor, que escolhe na uma seus representantes.

Mas não se deve, por isso, tolerar que o Congresso só demonstre empenho em se corrigir quando acossado por alguma pressão externa. O caso Sérgio Naya e, agora, o episódio do deputado José Borba (PTB-PR), o pianista, precisam ser rapidamente resolvidos, mas há vários outros casos de congressistas com conduta suspeita e condenável que permanecem acobertados pelo corporativismo da instituição. Há cinco outros processos de cassação de mandato emperrados na Câmara - três por compra de voto, um por aluguel de mandato e outro por cobrança de propina. O presidente da Casa, deputado Michel Temer (PMDB-SP), ainda deve satisfações à sociedade.

Mais graves, talvez, que esses escândalos isolados têm sido as rodadas sucessivas de barganha a céu aberto envolvendo vários parlamentares e

27/Mar/98, s/autor; *Comprovada nova fraude de "pianista"* - 03/Abr/98, autor: Denise Madueño; *Deputado confessa mais um caso de "pianismo"* - 09/Abr/98, autor: Denise Madueño; S/título - 10/Abr/98, s/autor, seção: Painel; Troteio; *Deputados "pianistas" terão de depor novamente em comissão* - 20/Abr/98, autor: Denise Madueño; *Deputados negam novo "pianismo"* - 30/Abr/98, s/autor; *CCJ aprova cassação de 'pianistas'* - 06/Mai/98, autor: Denise Madueño (Folha de São Paulo, editoria: Brasil); *Andrade Vieira defende manutenção do mandato* - 20/Mar/98; S/título - seção: Jogo Rápido (s/autor); *Presidente da CCJ vai escolher relator na terça* - autor: C.C. (21/Mar/98); *Coitadinho!* - 07/Abr/98, autor: Antonio Carlos Pereira (Estado de São Paulo, editoria: Política).

⁴⁶ *Corregedor quer retomar processos de cassação* - Estado de São Paulo, 21/Mar/98, autor: Cláudia Carneiro, editoria: Política; *Deputado confessa mais um caso de "pianismo"* - 09/Abr/98, autor: Denise Madueño; *Cassações pendentes no Congresso* - 16/Abr/98, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

o Executivo, a cada vez que este precisa aprovar uma Reforma que julga importante. O grau de tolerância do governo Fernando Henrique Cardoso com o fisiologismo e o balcão de negócios tem sido bem mais que decepcionante. Um governo que tem como bandeira o reformismo teria também a obrigação de começar a Reformar, a partir de sua própria conduta, antigos vícios que ainda impedem que o Brasil seja uma República em sentido pleno." (*O Congresso e seus inimigos* - Folha de São Paulo, 22/Mar/98, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

A importância fundamental do Poder Legislativo, para a democracia, é apontada pelos editoriais, mas, como em outros momentos já mencionados, a esta colocação segue-se uma intensa desqualificação da instituição, através da exposição de irregularidades denunciadas e da sugestão de outras. *Grande parte dos parlamentares* são qualificados como: legisladores em causa própria ou de interesses particulares, corporativistas, votando em função de barganhas ou fisiologismo, quer dizer, trocando seus votos, por favores. Embora o Poder Executivo seja apontado, pelos jornalistas, como conivente com esta forma de fazer política, o responsável, em última instância, é o eleitor. Este é quem tem em suas mãos, melhor, em seus votos, a responsabilidade pela melhoria da qualidade da representação política. Por ser ano eleitoral, cumprindo a função política que crêem ter, de possibilitar, através da exposição das irregularidades cometidas pelos parlamentares, um efeito pedagógico, para o avanço democrático, os editoriais da *Folha* dão destaque ao papel central dos eleitores para a correção dos problemas do sistema político brasileiro⁴⁷.

Enfim, o deputado federal Sérgio Naya é cassado. Segundo os noticiários, o placar da votação secreta foi apertado, o parlamentar teve seu mandato cassado por vinte (20) votos a mais do que o mínimo necessário. As notícias dos jornais divulgam esta informação junto a críticas à expressiva votação favorável, ao deputado federal, e questionando a posição do Congresso Nacional sobre os demais casos ainda não resolvidos⁴⁸.

⁴⁷ Há um editorial do estado que trata do caso dos pianistas, onde os editorialistas fazem a interpretação dos desejos da sociedade: uma nova imunidade, a imunidade à corrupção e ao corporativismo. Ainda salientam a necessidade de reformar toda a instituição: *A nova imunidade esperada* - Estado de São Paulo, 22/Mar/98, s/autor, editoria: Notas e informações, seção: Editorial.

⁴⁸ *Naya é cassado com margem de só 20 votos* - autor: Luiza Damé; Denise Madueño; *Irmã de cassado dá anjo a Naya*; S/título - seção: Painel; Tiroteio (s/autor) (Folha de São Paulo, 16/Abr/98, editoria: Brasil); *Vítimas do Palace 2 acompanham sessão* - 16/Abr/98, autor: D.O.; *Naya tem registros de engenheiro civil e elétrico cassados pelo Crea* - autor: Evaldo Magalhães; S/título, s/autor, seção: Jogo Rápido (17/Abr/98) (Estado de São Paulo, editoria: Política).

Cada um dos jornais dedica espaço em seus editoriais para o tema. O *Estado* publica a sua opinião, no texto intitulado *A cassação não redime o Congresso*, como o próprio título expressa, os editorialistas discorrem sobre o descrédito da instituição.

"A cassação do mandato do deputado Sérgio Naya não limpa o Congresso das nódoas acumuladas em anos de permissividade e corporativismo, durante os quais a imunidade parlamentar tem funcionado como escudo protetor para personagens que estariam melhor na crônica policial do que na política. O Congresso entregou a cabeça do sr. Sérgio Naya, com relutância que revela hábitos tão ruins quanto arraigados, não porque seus membros entendessem não mais poder conviver com quem faz da atividade política uma trincheira para negócios duvidosos e tráfico de influência, mas porque a pressão da opinião pública foi avassaladora.

Não fora o fato de um dos edifícios construídos por empresa do sr. Sérgio Naya ter ruído, causando a morte de oito pessoas e provocando uma reação pública que o Congresso não podia ignorar, esse senhor continuaria dono de seu mandato parlamentar, a despeito de sua vida pregressa ser do conhecimento geral.

O fato de o sr. Sérgio Naya ter conquistado simpatias entre seus colegas, com generosa distribuição de favores - empréstimos de dinheiro sem cobrança de juros; alojamento gratuito em apartamentos de luxo; viagens gratuitas em jatinhos, etc. - depõe tanto contra seu comportamento quanto contra o comportamento dos parlamentares que aceitaram os obséquios sem se perguntar se o que faziam era moralmente correto.

O resultado dessa lassidão moral que deixa o Congresso em má situação no julgamento que dele faz a opinião pública se refletiu na votação do pedido de cassação...

A expressiva votação contra a cassação é destacada pelos editorialistas bem como relembram os demais casos de irregularidades não punidos ou aguardando investigação. A partir destes exemplos, sustentam que a rápida reação da Câmara, ao caso Naya, não corresponde a *"um basta ao corporativismo que beneficia quem faz da imunidade parlamentar um escudo contra o Código Penal"*, mas apenas a uma reação à *"pressão da opinião pública, nada mais"*. Apontam ainda o número de casos de pedidos para processar parlamentares e de suspensão de imunidade parlamentar, e constataam:

... O Congresso não vota tais pedidos e, quando chega a fazê-lo, é para negar sistematicamente os pedidos, como se todos os processos fossem atentatórios à liberdade de palavra e voto no exercício do mandato parlamentar. No entanto, esses processos vão de crimes de sangue a crimes de receptação e falsificação, que nada têm a ver com o exercício da atividade parlamentar.

A cassação do deputado Sérgio Naya não pode ser isolada desse quadro desolador. Daria motivo a manifestações de júbilo e de esperança na regeneração dos costumes do Congresso se a ela se seguisse o julgamento dos demais parlamentares que aguardam na fila.

A imunidade parlamentar ainda é escudo para pessoas que estariam melhor na crônica policial." (*A cassação não redime o Congresso* - Estado de São Paulo, s/autor, 17/Abr/98, editoria: Notas e Informações)

O editorial publicado pela *Folha* é bastante similar. A cassação do mandato do deputado federal Naya também não sensibilizou aos editoriais do jornal.

"Entre os congressistas brasileiros há pelo menos um homicida frustrado, um que aluga mandato, alguns vendedores de voto, pianistas fraudadores e uma bancada amiga das barganhas no balcão de negócios, a qual, diga-se de passagem, tem sido estimulada pelo Executivo. Tudo isso é mais do que sabido e é motivo de pesar para os que prezam a democracia, pois o Parlamento é uma de suas instituições fundamentais.

Com a cassação do deputado Sérgio Naya, ex-PPB de Minas Gerais, a Câmara cumpre, mas apenas nesse caso, com o seu dever, o que, dado o histórico de corporativismo e de proteção de maus políticos na Casa, é motivo de alento. Não se devem, porém, alimentar ilusões nem ceder à demagogia. Sem a pressão da sociedade civil e dos meios de comunicação, Naya certamente teria hoje seu lugar preservado em Brasília.

O fato de que, mesmo com toda a visibilidade de seu caso, Naya tenha perdido o mandato por uma margem de apenas 20 votos -163 de seus colegas votaram a seu favor- é uma lamentável demonstração do tipo de gente que ainda representa a população no Parlamento, uma gente que chancela os métodos e o comportamento do cassado. É preciso insistir na responsabilidade do eleitor, na hora do voto e no acompanhamento dos congressistas, pois é sobretudo de suas ações que depende a qualidade da representação Política.

Quanto ao Congresso, precisa ainda fazer muito para provar que a cassação de Naya não foi um episódio isolado. Há sete cassações de parlamentares ainda pendentes, todas anteriores à eclosão do caso Naya, para não falar das dezenas de parlamentares acusados de crimes diversos, ainda beneficiários de uma imunidade que precisa ser revista com urgência.

Seria talvez esperar demais que o Congresso fizesse a higiene necessária até o final da atual legislatura. O eleitor deve, pois, ficar atento, para fazer ele a reciclagem nas urnas." (*Os Colegas De Naya* - Folha de São Paulo, 17/Abr/98, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

Os dois textos possuem muito em comum: percebem, na baixa votação, que permite a cassação do mandato do parlamentar, a existência de uma arraigada estrutura corporativa no Congresso Nacional. Para os editorialistas dos dois jornais, a cassação do mandato do deputado federal Sérgio Naya se deve antes à reação da Casa Parlamentar à pressão da opinião pública ou sociedade civil (e, no caso da *Folha*, dos meios de comunicação), do que a uma tentativa dos membros do Poder Legislativo de moralizar a instituição. Apontam o descrédito de que esta punição seja o início de uma mudança, fortemente

defendida nos jornais, que extirparia os maus hábitos ou costumes, as irregularidades morais ou legais, que povoam o Poder Legislativo, desgastando a imagem da instituição (tão importante para a democracia).

Os editoriais são similares ainda na cobrança de medidas punitivas aos demais casos de irregularidades pendentes na instituição, e na necessidade de rever os limites da imunidade parlamentar.

As constantes denúncias, envolvendo parlamentares, abrem espaço para a vinculação entre irregularidades e reforma política. O *Estado* publica um editorial, que parte da discussão da proposta de emenda constitucional, do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que prevê a criação de uma Assembléia Constituinte restrita, a ser votada em plebiscito, pela população, junto com as eleições de outubro de 1998. Os editorialistas defendem a aprovação da emenda proposta e argumentam as razões para essa posição. O *balcão de barganhas* em que se constituiu o Congresso Nacional é o ponto que justifica a necessidade da reforma política.

"... Quanto à reforma política, a maior evidência de sua necessidade está na indefinição do que sejam, no Congresso Nacional, maioria e minoria, efeito direto da carência de um sistema partidário real e de uma legislação casuística, que adulterou a representação proporcional. Em consequência, ao se discutir e votar uma lei, troca-se a busca de convergências, natural numa democracia, pelo balcão das barganhas. Negocia-se tudo, no Congresso Nacional, dentro daquela faixa cinzenta e espessa chamada de baixo clero. Com uma boa reforma política, ficaria mais difícil para um Sérgio Naya montar sobre a distribuição de favores o respaldo de 166 votos contrários a sua cassação. Ou se transformar a alocação de verbas para obras públicas em moeda de troca pelo voto pelas reformas.

A reforma política daria mais verdade à representação, se estendesse o controle do eleitor sobre o voto para o controle sobre o exercício do mandato conferido. Faria com que a dignidade das instituições representativas passasse à conduta de seus membros. E esconjuraria o risco de serem as bancadas, partidárias ou regionais, meras fachadas de lobbies.

Se apenas essas duas reformas resultassem da Assembléia Constituinte restrita, já seria benefício de valor extraordinário. Quanto mais não fosse, arrolando o Congresso Nacional na dinâmica de transformação do País, razão de ser de sua renovação periódica.

A aprovação da emenda Miro Teixeira seria uma maneira de encerrar bem a legislatura." (*Constituinte restrita* - Estado de São Paulo, 21/Abr/98, s/autor, editoria: Política, seção: Editorial)

Para o jornal, a reforma política é constituída como a solução para as distorções do sistema político atual: sistema partidário frágil e representação

proporcional, baseada em uma legislação casuística. Na perspectiva dos jornalistas, a modificação do sistema político-partidário coibiria casos como o de Sérgio Naya, troca de verbas por votos ou bancadas, que se constituem em *meras fachadas de lobbies* e equivaleria à "mais verdade à representação". Mais verdade à representação é significada como a passagem do "controle do eleitor sobre o voto para o controle sobre o exercício do mandato conferido". Mas em nenhum momento do texto fica claro como a fidelidade partidária e as mudanças na representação proporcional equivalem a um maior controle dos representados sobre seus representantes. A transformação da relação entre Executivo e Legislativo em um balcão de negócios tem como responsáveis os parlamentares que compõem um grupo: o "baixo clero".

Os julgamentos políticos dos casos pendentes, de envolvimento de congressistas em irregularidades, levam à retomada da divulgação de informações sobre os avanços na mudança das regras de imunidade parlamentar⁴⁹. Os jornais destacam a votação e absolvição dos deputados federais Chicão Brígido - acusado de alugar seu mandato para sua suplente - e de Pedrinho Abrão - acusado de pedir propina, em troca de manutenção de verbas, para um obra no Orçamento da União, questão tratada no capítulo anterior. Ocorre também a absolvição, em plenário, dos deputados federais, acusados de trocar seu voto, favorável à reeleição, por dinheiro⁵⁰. O receio de que os mesmos fossem absolvidos, em função da punição do deputado Naya, divulgada na *Folha*, em período anterior à votação, parece ter se confirmado⁵¹.

"A Câmara enfim julgou os casos dos deputados Pedrinho Abrão (PTB-GO), Chicão Brígido (PMDB-AC) e de sua suplente Adelaide Neri (PMDB-AC). O voto do plenário absolveu Abrão, acusado de cobrar propinas de empreiteira, e Chicão e Adelaide, flagrados quando negociavam como inquilino e locatário a renda do mandato de deputado.

⁴⁹ *Senado vota imunidade parlamentar* - 20/Mai/98, autor: R.C.; *CCJ aprova texto sobre imunidade* - 21/Mai/98, autor: Rosa Costa; *Proposta contra a impunidade passa no Senado* - 05/Jun/98, autor: R. C. (Estado de São Paulo, editoria Política); *Senado aprova novas regras para imunidade* - 05/Jun/98, s/autor; *Senado aprova processos contra deputado sem autorização prévia* - 19/Jun/98, s/autor (Folha de São Paulo, editoria: Brasil).

⁵⁰ *Câmara deve votar cassação na quarta* - 17/Mai/98, s/autor; *Deputados votam contra a cassação de Pedrinho Abrão* - 28/Mai/98, autor: Denise Madueno; Luiza Damé; *Os deputados e as acusações*; 'A Casa fez justiça', diz Chicão Brígido (29/Mai/98, s/autor); *Entenda o processo contra deputados* - s/autor; *Câmara inocenta deputados acusados de venda de voto*, autor: Luiza Damé; Denise Madueño (03/Jun/98) (editoria: Brasil); *Pizzaria Nacional* - 04/Jun/98, autor: Valdo Cruz, editoria: Opinião (Folha de São Paulo).

⁵¹ *Cassação de Naya pode livrar deputados* - Folha de São Paulo, 17/Abr/98, autor: Denise Madueño; Luiza Damé, editoria: Brasil.

Não tendo caráter judicial, o resultado do processo exime pelo menos de culpa Política aqueles deputados, embora o desenlace da história não pareça justo. A combinação das fortes suspeitas que pesam sobre o trio com o notório corporativismo da Câmara deixa dúvidas sobre o resultado do julgamento. A manifestação do plenário não passa de modo algum a impressão de que o Parlamento brasileiro enfim se tornou rigoroso pelo menos com o decoro parlamentar, para dizer o mínimo.

Casos de cassação, como o de Sérgio Naya, são exceções. Só costumam ocorrer quando há pressão da sociedade sobre o Congresso e ampla cobertura da mídia. Não se deve esquecer que, apesar da notoriedade que ganhou o dublê de político e empreiteiro, ele foi cassado por uma margem de 20 votos e que 163 de seus colegas votaram a seu favor.

Esses processos de cassação na Câmara dependem muito mais de circunstâncias Políticas do que de técnicas ou jurídicas. Estão condicionados também pelo tipo de deputados que comumente preenchem as cadeiras do Parlamento, conhecidos como "baixo clero", o que diz algo sobre a qualidade desses políticos.

Brígido foi inocentado apesar de admitir que tomava parte do salário dos funcionários de seu gabinete. Abrão foi absolvido por falta de provas. Mas nenhum dos 247 colegas que votaram a seu favor foi à tribuna para defender o inocente.

O resultado dessas votações não contribui para a moralização do Legislativo, com prejuízo evidente para a imagem da democracia. Ao cidadão indignado resta o recurso da punição por intermédio das urnas." (*Intocáveis* - Folha de São Paulo, 29/Mai/98, s/autor, editoria: Opinião, seção: Editorial)

O editorial reforça posições assumidas anteriormente pelo jornal: só há punição com ampla manifestação da sociedade e cobertura da mídia. De modo similar ao editorial do *Estado*, apresentado anteriormente, os editorialistas da *Folha* fazem referência ao "baixo clero". Além de insinuar que as votações estão atreladas a circunstâncias políticas, há um novo ingrediente que evita as punições: um *tipo* de deputado que, em seu conjunto, compõe o chamado baixo clero. Os editorialistas sugerem que o apelido, dado ao grupo que compõe parte do Legislativo, representa simbolicamente o perfil dos parlamentares, leia-se, que são parlamentares de nível baixo. Conotação diferente daquela dada pelos próprios parlamentares (em outro capítulo) a este extenso grupo: este seria formado por parlamentares que não possuem influência ou visibilidade na Casa Parlamentar, quer dizer, que não alcançam notoriedade, por estarem excluídos das comissões, sejam permanentes, temáticas ou especiais, não, necessariamente, envolvidos em irregularidades.

Se em outros momentos a absolvição dos parlamentares, ou suspeita desta possibilidade, fazia com que os jornais salientassem o risco de desgaste da imagem do Congresso Nacional, frente à opinião pública, a votação que deu

vitória à manutenção dos mandatos dos congressistas acusados de envolvimento em irregularidades, é apontada pelos jornalistas como um risco para a democracia⁵².

7.3.1. A reação dos leitores ao caso Naya

Dada a centralidade no que o jornal chama de manifestação da sociedade civil ou da opinião pública, à punição, com perda de mandato do deputado federal Sérgio Naya, optou-se neste momento por tratar da manifestação dos leitores dos dois jornais, em relação ao caso, nas cartas publicadas.

Como foi dito, a reação dos leitores, ao desabamento do prédio Palace 2, no Rio de Janeiro, é significativa. Os leitores discorrem sobre vários ângulos do caso. São cartas criticando o PPB, partido a que pertence o parlamentar⁵³; protestando em favor das vítimas, mas sem referência ao fato do construtor ser um deputado federal⁵⁴; exigindo justiça para os moradores atingidos pelo desabamento⁵⁵. Mas não são só estes pontos que aparecem nas cartas. A crítica à imunidade parlamentar, para crimes comuns, tema bastante debatido nas

⁵² No ano de 1998 há matérias sobre irregularidades legais e morais e sobre reforma política. Optou-se por restringir a análise aos três momentos previamente selecionados. Para maiores informações ver as matérias e editoriais: *Senado gasta R\$ 100 mil com CDS* - 19/Jun/98, autor: Xico Sá; *PFL quer aprovar fidelidade partidária depois da eleição* - 23/Jun/98, autor: Valdo Cruz e Fernando Rodrigues (editoria: Brasil); *O voto do Norte, o voto do Sul* - 24/Jun/98, autor: Vinicius Torres Freire, editoria: Opinião; *Senador tenta eleição sem acabar mandato* - 12/Ago/98, autor: Wilson Silveira; *Novo painel estréia, mas 'pianista' fica* - 17/Out/98, autor: Denise Madueño; *Deputados perdem e contratam parentes* - 01/Nov/98, autor: Lucio Vaz; *Sem renovar mandato, dez deputados viajam para os EUA* - 29/Nov/98, autor: Lucio Vaz; *Deputado nega ser mandante de crime* - 23/Dez/98, s/autor; *Contra fisiologia, tucano quer fidelidade partidária* - 24/Dez/98, autor: Kennedy Alencar (editoria: Brasil); *"No palitinho"* - 29/Dez/98, autor: Eliane Cantanhêde, editoria: Opinião (Folha de São Paulo); *Temer e os militares* - 06/Jul/98, autor: Pedro Luiz Rodrigues, editoria: Política; *As reformas necessárias* - 13/Jun/98; *Vôo cego*, 26/Set/98 (editoria: Notas e informações, seção: Editorial); S/título - 19/Out/98; S/título; *Comissão aprova investigação sobre morte de tucana* (30/Dez/98, s/autor, seção: Coluna do Estadão) (Estado de São Paulo).

⁵³ *Palace 2*, de Gracindo Caram, São Paulo, SP, 03/Mar/98; *Moralização total*, de Márcio Accioly, Brasília, DF, 11/Mar/98 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

⁵⁴ S/título, de Isaac Finguermann, engenheiro civil, 28/Fev/98; S/título, de Ibraim Calichman, 03/Mar/98; S/título, de Nicolau Luppo, 04/Mar/98 (Estado São Paulo, editoria: Notas, seção: Fórum dos Leitores); *Desabamento na Barra da Tijuca*, de Emanuel Jorge de Almeida Cancellia, Rio de Janeiro, RJ, 01/Mar/98; S/título, de Marcos Barbosa, Casa Branca, SP, 06/Mar/98 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel Do Leitor).

⁵⁵ S/título, de Angelo Antonio Maglio, Cotia - Estado de São Paulo, 24/Fev/98, editoria: Notas, seção: Fórum dos leitores; S/título, de William James Pereira Junior, Jandaia do Sul, PR - Folha de São Paulo, 24/Fev/98, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor.

matérias dos jornais, aparece com força nas manifestações dos leitores⁵⁶. A carta *O povo quer justiça* é um exemplo claro da reação dos eleitores frente ao benefício concedido constitucionalmente aos congressistas.

"... Quanto ao dono da empresa, o fato de ser deputado federal o isenta de tais responsabilidades, se seus pares não aprovarem a licença para responder por crimes praticados. Tal dispositivo, contemplado no parágrafo 1º do artigo 53 da Constituição federal, é uma aberração que causa nojo aos cidadãos comuns. Já está em tempo de se moralizar o Congresso Nacional e o primeiro ato daquele que se diz bom congressista é elaborar emenda constitucional retirando do artigo 63 da Carta Magna os parágrafos 1º, 2º, 3º e 5º, deixando permanecer apenas os referentes à inviolabilidade por opinião, palavras e votos, nada mais. A Nação brasileira clama por justiça e exige a reestruturação dos aberrantes, parciais, anômalos, distorcidos benefícios auferidos pelos congressistas, em dispositivos criados por eles mesmos quando da elaboração da Carta de 1988." (William James Pereira Júnior, Jandaia do Sul, PR - Estado de São Paulo, 24/Fev/98, editoria: Notas, seção: Fórum dos Leitores)

As demais cartas seguem uma linha similar, qualificando em termos negativos a imunidade parlamentar.

"... e [cabe] ao Congresso, expulsar os maus parlamentares que dele se utilizam para praticar todo tipo de crime por conta da imunidade, sinônimo de impunidade. Cadeia nele!"

"... Na minha modesta opinião, até o sr. presidente da República teria de intervir no caso, para que nós, o povo, possamos ter alguma esperança de um Brasil livre desses assassinos com imunidade parlamentar, ou vai ficar provado que é tudo farinha do mesmo saco!"

"... enquanto existir a malcheirosa "imunidade parlamentar" nos moldes em que está hoje, os canalhas se infiltrarão na política - e é isso que grassa no Brasil, porque, após papos e papos entre eles, tudo termina sempre numa emporcalhada pizza."

"... é preciso uma "autorização" da Câmara dos Deputados para poder ser processado pelos seus crimes, pois goza dessa outra infâmia, que é a imunidade parlamentar..."

"... Por outro lado, temos o caso do sr. Sérgio Naya. Só há uma coisa a ser dita: se ele não for expulso imediatamente da Câmara e se essa ridícula imunidade parlamentar não acabar - imunidade que não faz outra coisa senão injustiça para com o resto da população -, o presidente que feche o Congresso: ele não nos representa mais."

"Se o Congresso Nacional representasse o povo, estaria reunido desde o dia do desmoronamento do edifício Palace 2 e já teria cassado o mandato, provisoriamente, do deputado e dono da construtora Sersan,

⁵⁶ *O povo quer justiça*, de William James Pereira Júnior, Jandaia do Sul, PR, 24/Fev/98; S/título, de Wanderley da Silva Campos, Aguaí, 03/Mar/98 (Estado de São Paulo, editoria: Notas e informações, seção: Fórum dos Leitores).

Sérgio Naya (PPB-MG), para retirar a sua impunidade oficial, disfarçada de imunidade parlamentar."⁵⁷

Mesmo a ação dos líderes do Congresso Nacional, para possibilitar a punição do deputado federal, é vista com descrédito por um leitor. Os interesses eleitorais dos congressistas são apontados, pelo leitor, como a razão da rápida reação da instituição frente ao escândalo.

"A atitude dos líderes da Câmara e do Senado visando a agilização do processo de suspensão da 'imunidade parlamentar' do deputado Sérgio Naya faz com que eles posem de paladinos da justiça, da moral e da ética.

Entretanto não devemos nos esquecer de que estamos em ano eleitoral e que tudo é feito para agradar os eleitores." (*Aviso ao eleitores*, de Salomão Assayag, Rio de Janeiro, RJ - Folha de São Paulo, 15/Mar/98, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

Outras cartas apontam o descrédito dos leitores em relação a uma possível punição do parlamentar⁵⁸. Sem dúvida, a sensação de impunidade está ligada à falta de julgamento de parlamentares envolvidos em outras irregularidades, amplamente divulgadas nas páginas dos jornais.

"Pelo visto mais uma impunidade foi parida quando aconteceu o desabamento no Rio de Janeiro.

Caros proprietários, não percam o seu valioso tempo nos tribunais brasileiros, porque é mais fácil Saddam Hussein invadir os EUA do que haver punição para esse tal de Sergio Naya.

Aqui em Brasília ninguém põe a mão nessas figuras."

"Sabem o que vai acontecer com o deputado Sérgio Naya? Nada! Tudo sob o patrocínio da já conhecida "Impunebrás" e do Congresso Nacional."⁵⁹

Nas demais cartas, os leitores têm o Congresso Nacional como local, por excelência, da impunidade no Brasil. O Congresso é o culpado final: seja por ser

⁵⁷ As cartas citadas são respectivamente: *Desmoronamento*, de José Roberto Nunes da Silva, Itapetininga, 28/Fev/98; S/título, de Wanderley da Silva Campos, Aguaí, 03/Mar/98; de Benedito Molinaro Corazza, 04/Mar/98; de Marcos Pacheco da Silva, 09/Mar/98 (S/título, São Paulo) (Estado de São Paulo, editoria: Notas e informações, seção: Fórum dos Leitores); *Sérgio Naya*, de Eduardo Grigolo, Jundiaí, SP, 06/Mar/98; *Impunidade oficial*, de Pedro Cardoso da Costa, São Paulo, SP, 13/Mar/98 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

⁵⁸ *Desabamento no Rio*, de Lauro Ney Batista, São José dos Campos, SP, 24/Fev/98; S/título, de Geraldo Sampaio Neto, Brasília, DF, 01/Mar/98 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor); *"Impunebrás"*, de Rubens Jorge Montesano, São Paulo - Estado de São Paulo, 03/Mar/98, editoria: Notas e informações, seção: Fórum dos Leitores.

⁵⁹ As cartas citadas são, respectivamente: S/título, de Geraldo Sampaio Neto, Brasília, DF - Folha de São Paulo, 01/Mar/98, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor; *"Impunebrás"*, de Rubens Jorge Montesano, São Paulo - Estado de São Paulo, 03/Mar/98, editoria: Notas e Informações, seção: Fórum dos Leitores.

o produtor de leis ineficazes⁶⁰; seja por estar submisso ao poder econômico⁶¹; seja por abrigar outros sérgios nayas, que "*agiram e agem nas sombras*"⁶². Além do desgaste de imagem do Congresso Nacional e de seus membros, os leitores generalizam suas críticas para toda a classe política.

"Todo político (e são muitos) que sabia das atividades do deputado Sérgio Naya e se vendeu às suas benesses ou se calou é, no mínimo, conivente e tem as mãos sujas de sangue. O Brasil nunca teve políticos tão mesquinhos, tão baratos, tão imorais. É um nojo." (S/título, de Targino José da Silva, São Paulo - Estado de São Paulo - 04/Mar/98, editoria: Notas, seção: Fórum dos Leitores).

Vários qualificativos negativos são imputados, aos parlamentares, nas cartas dos leitores/eleitores: corporativistas e arraigados à impunidade, picaretas, demagogos e coniventes, beneficiados ou dependentes do deputado Sérgio Naya⁶³. Duas pequenas cartas, publicadas no *Estado*, demonstram a perspectiva negativa dos parlamentares e do Congresso Nacional nos eleitores:

"O deputado Sérgio Naya é o protótipo do zoológico político do País".

"Quando vai cair a máscara dos outros Sérgios Nayas que habitam a grande casa de tolerância chamada Congresso Nacional?"⁶⁴

Em relação ao caso Naya, há cartas que defendem a necessidade da reforma política, como solução para a corrupção que assola o Legislativo. Uma delas defende a reforma do Congresso e do Judiciário para que assim as demais reformas possam ocorrer. Na segunda carta o autor concorda com uma matéria publicada, na qual o jornalista percebe nos partidos políticos a razão dos

⁶⁰ *Cobrança errada*, de Aroldo Costa Filho, Cajuru, 25/Fev/98; S/título, de Ademar Braz de Lima, São Paulo, 28/Fev/98 (Estado de São Paulo - editoria: Notas, seção: Fórum dos Leitores); *Justiça pela metade*, de Ademar Soares de Souza, Itapeva, SP, 14/Mar/98; *Esforço em vão*, de Roberto O. Gomes de Oliveira, Joinville, SC, 22/Mar/98 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

⁶¹ S/título, de Olavo Príncipe Credidio, São Paulo - Estado de São Paulo, 28/Fev/98, editoria: Notas, seção: Fórum dos Leitores; S/título, de José Renato Maciel, Porto Ferreira, SP - Folha de São Paulo, 09/Mar/98, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor.

⁶² *Desabamento*, de Fernando d'Ávila, Rio de Janeiro, RJ - Folha de São Paulo, 07/Mar/98, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor.

⁶³ S/título, de José Roberto Nunes da Silva, Itapetinga; S/título, de Roberto Gomes Caldas Neto, São Paulo (Estado de São Paulo, 04/Mar/98, editoria: Notas, seção: Fórum dos Leitores); *Palace 2*, de Cleyson D.C. Pereira, Campinas, SP, 05/Mar/98; S/título, de Idalmir Souza Martins, Itajubá, MG, 06/Mar/98; *Efeito Sérgio Naya*, de Oswaldo Catan, São Paulo, SP; S/título, de Solange Mota, Belém, PA (09/Mar/98); *Cassação*, de Silvio Sam, São Paulo, SP - 06/Abr/98 (Folha de São Paulo, editoria: Opinião, seção: Painel do Leitor).

problemas atuais⁶⁵. O desejo expresso, pelo Presidente da República, de moralizar os costumes políticos, também é tema de cartas. São duas cartas escritas, pelo mesmo autor, aos diferentes jornais, critica Fernando Henrique Cardoso, por contribuir para a obstrução de investigações e de punições em escândalos que envolviam o Poder Executivo⁶⁶. Uma terceira carta critica a disposição do governo de indenizar as vítimas do desabamento⁶⁷. As demais cartas tratam de críticas às tentativas do deputado federal, Sérgio Naya, de se eximir da culpa⁶⁸.

Enfim, é chegado o momento da votação da cassação de mandato do parlamentar. Duas cartas anteriores à a votação questionam o regimento interno da Casa Parlamentar, que define a cassação de mandato por votação secreta. Os autores exigem votação aberta, pois a mesma possibilita saber quem vota favorável ou contra o parlamentar.

"Que o deputado Sérgio Naya vai ser cassado não há dúvidas. Agora, é preciso que a Câmara conduza a votação em aberto. Nada de voto secreto, muito menos a fuga da responsabilidade pelas famigeradas "abstenções". Queremos saber quem vai votar a favor e contra a cassação. E queremos saber, também, que deputados vão estar ausentes, "visitando as bases". O regimento? Ora, o povo não quer saber do regimento: o povo quer transparência e tem todo o direito de saber como votam seus representantes."

"Se a votação para a cassação dos deputados Pedrinho Abrão e Sérgio Naya for secreta (e parece que assim será, por força do famigerado regimento interno), está claro que a transparência do Congresso é uma piada. Protesto, pois quero saber como o deputado em quem votei vai pronunciar-se."⁶⁹

⁶⁴ As duas cartas citadas são, respectivamente: S/título, de Manoel de Souza, São José do Rio Preto; S/título, de Mauro Campello, São Paulo (Estado de São Paulo, 04/Mar/98, editoria: Notas, seção: Fórum dos Leitores).

⁶⁵ *Reformas x Nayas*, de Osvaldo Feltrin, Capivari; S/título, de Aníbal Desoz, Santos (Estado de São Paulo, 06/Mar/98, editoria: NetEstado, seção: Fórum dos leitores).

⁶⁶ S/título, de Hugo Maia, São Paulo - Estado de São Paulo, 06/Mar/98, editoria: NetEstado, seção: Fórum dos leitores; S/título, de Hugo Maia, São Paulo, SP - Folha de São Paulo, 09/Mar/98, editoria: Opinião, seção: Painel Do Leitor.

⁶⁷ *Interesse encoberto*, de Manoel Ribeiro dos Santos (São Bernardo do Campo, SP) - Folha de São Paulo, 08/Mar/98, editoria: Opinião, seção: Painel Do Leitor.

⁶⁸ S/título, de Isaura L. P. Nascimento (03/Mar/98); *Mal súbito...*, de Antonio Arthur Parente (16/Mar/98), (Estado São Paulo, editoria: Notas e informações, seção: Fórum Dos Leitores); *Nada de concreto*, de Curt Nees (Joinville, SC - Folha de São Paulo, 08/Mar/98, editoria: Opinião, seção: Painel Do Leitor.

⁶⁹ As cartas citadas são, respectivamente: S/título, de James F. Sunderland Cook, 04/Mar/98; *Piada de mau gosto*, de Sunderland Cook, 15/Abr/98 (Estado de São Paulo, São Paulo, editoria: notas e informações, seção: Fórum dos Leitores).

O mandato do deputado federal é cassado. As cartas publicadas, após a aprovação da cassação de mandato, tratam da escassa margem de votos, que gerou a punição do parlamentar. A votação secreta volta a ser tema de críticas dos leitores/eleitores.

"Para os 163 deputados que votaram pela não-cassação de Sérgio Naya, falta de decoro, falsificação de documentos, desrespeito à vida humana são fatos normais na vida de qualquer pessoa. Se a votação não fosse secreta, e também pelo fato de estarmos em ano de eleição, será que eles manteriam a mesma posição? Ou a expressão "uma mão lava a outra" prevalece? Oh, dúvida cruel!"

"Por que foi secreta a votação, na Câmara, da cassação do deputado Sérgio Naya? Será porque estamos às vésperas de uma eleição? Quando do impeachment de Collor, a votação foi pública e de viva voz. Será porque os tempos eram outros e o povo brasileiro é muito esquecido, tem mesmo memória curta e, nas próximas eleições, já terá esquecido o nome dos digníssimos deputados, para rejeitá-los na urna?"

"O povo elege deputados como procuradores de sua confiança. Com o voto secreto, como vai conferir se seu representante está trabalhando pelo seu interesse?"

"A exemplo do leitor sr. James F. S. Cook (Piada de mau gosto, 15/4), eu também quero saber quem votou contra a cassação do deputado Sérgio Naya, para, assim, poder avaliar o meu antigo candidato e escolher o meu futuro.

"Por graça de Deus, a Câmara cassou o mandato de Naya, por 277 votos.

Foi pouco. É triste saber que 163 deputados votaram contra a cassação, mais 10 votaram em branco e 21 se abstiveram. Ou seja, 194 dos deputados presentes lutaram para que a Câmara continuasse a ser refúgio tranquilo para bandidos comuns, desde que suficientemente ricos para comprar seus mandatos."⁷⁰

Por fim, há uma carta que faz referência aos demais casos de irregularidades, que aguardam punições, por parte das Casas Parlamentares, e que, em uma questão colocada pelo autor, define o desgaste de imagem do Congresso Nacional para os leitores/eleitores:

"Por que Sérgio Naya? E os outros? Cunha Lima continuará sem julgamento até quando? Quando é que teremos um Congresso de que possamos ter orgulho?" (S/título, de Alan Morgan, Cotia - Estado de São Paulo, 15/Abr/98, editoria: notas e informações, seção: Fórum dos Leitores)

⁷⁰ S/título, de E. Maretti, São Paulo; S/título, de Joaquim Carlos das Eiras, São; S/título, de Célio Silva, Sorocaba; S/título, de Márcia Chinelato, São Caetano do Sul (15/Abr/98); *Cassação de Sérgio Naya*, de João Marcos Coelho Barker, São Paulo -17/Abr/98 (Estado de São Paulo, editoria: Notas e informações, seção: Fórum dos Leitores).

Há uma convergência clara entre as cartas dos leitores e as matérias, colunas de opinião e editoriais publicadas nos dois jornais. Temas, como o descrédito na reação da Casa Parlamentar, a convivência de demais parlamentares, com as irregularidades do deputado Naya, suspeitas de demais irregularidades bem como a relação entre a imunidade parlamentar e a impunidade, tão fortemente destacados nos jornais, são apontados pelos leitores. Por fim, há uma similaridade entre a crítica dos jornais e a dos leitores, ao alto número de deputados que votaram contra a cassação de Naya. Estas cartas permitem supor que os leitores elaboram sua percepção do caso, levando em consideração as notícias e posições assumidas pelos jornais.

Considerações finais

A relação que os jornais constituem entre as denúncias de irregularidades, envolvendo parlamentares ou a instituição, e a reforma política é um processo de construção crescente e que traz conseqüências significativas para o campo político brasileiro. Num primeiro momento, o paralelo entre as irregularidades e a defesa da reforma política mantém uma fronteira tênue. As denúncias que proliferam nas páginas dos jornais apontam uma fluida relação com a crítica aos sistema político-partidário: o problema da ocorrência de irregularidades está relacionado à ausência de fidelidade partidária. Como os jornais defendem a proposta do Executivo, de racionalização da máquina pública, é possível supor que a crítica à infidelidade esteja ligada, muito mais, à infidelidade dos membros dos partidos que compõem a base governista e aos novos integrantes do PSDB e PFL, do que à troca de partidos, propriamente dita. A fidelidade partidária desejada pelos jornais é antes um comprometimento dos novos membros dos partidos, com os programas destes partidos políticos, aos quais se filiaram. Como a crítica é centrada na falta de fidelidade nos partidos que compõem o governo ou sua base de sustentação no Congresso Nacional, principalmente ao PSDB e PFL, pode-se dizer, sem muito risco, que a fidelidade

esperada pela imprensa é de aprovação dos projetos apresentados pelo Executivo.

A crescente incidência de denúncias, atingindo o Poder Legislativo, agora no tocante ao escândalo Chicão Brígido, traz novos dados à reforma política. Os escândalos têm, como contraponto, a idéia de impunidade, da falta de decoro parlamentar. As críticas à demora nos julgamentos ou à absolvição de parlamentares acusados, permite aos jornalistas qualificar os parlamentares como corporativistas: legisladores em causa própria, ao não punir os colegas, estão ocultando outras irregularidades, leia-se, irregularidades daqueles que votaram contra a punição. Dois pontos se destacam. O primeiro deles é a nomeação dos parlamentares, que permitem a proliferação de irregularidades, os congressistas corporativos: são aqueles parlamentares que compõem o grupo denominado baixo clero, este termo se refere aos deputados federais. As matérias e editoriais permitem a constatação de que a centralidade das críticas é direcionada aos membros da Câmara de Deputados, que têm a função primeira de discutir e votar as reformas constitucionais propostas pelo Poder Executivo. Ao Senado também são dedicadas matérias, denunciando irregularidades, mas em número significativamente menor.

O segundo ponto refere-se à inclusão de um novo item na reforma política idealizada pelos jornais: além da fidelidade partidária, os jornalistas passam a questionar a representação proporcional, baseada, em suas palavras, numa legislação casuística. Por que casuística? Por privilegiar alguns Estados, em detrimento de outros. Segundo as matérias, os maiores Estados da Federação, leia-se, os mais ricos e populosos (Sul/Sudeste), têm representação menor dos que os pobres (Norte/Nordeste), se englobados em dois blocos. Havendo uma relação entre os escândalos e a representação proporcional, os jornalistas estão insinuando que os parlamentares que cometem irregularidades - o baixo clero - têm, no mínimo, maior representação no bloco dos Estados pobres da Federação. Aumentando-se a representação dos Estados mais ricos, ou se preferir, mais populosos, diminuiriam-se os escândalos?

No terceiro momento - o escândalo Naya - a fronteira tênue, entre irregularidades ou escândalos e a reforma política, já se dissipou. A preocupação

dos jornais, com o desgaste de imagem do Congresso Nacional, dá lugar à preocupação com a democracia. A divulgação de um escândalo de crime comum, envolvendo um parlamentar, traz às páginas dos jornais a discussão de um novo ponto da reforma política: a imunidade parlamentar. Antes, é importante notar que há uma passagem gradual, do caso Naya, de um crime comum, logo, dedicado à editoria Cotidiano ou Cidades, para um crime político, com matérias nas editorias Brasil e Política. Os jornais dedicam em suas páginas espaço não apenas para informar sobre o desabamento do prédio construído pelo engenheiro Naya, mas passam a denunciar irregularidades do parlamentar enquanto representante eleito para a Câmara de Deputados. Aos poucos, Naya deixa de ser um mau engenheiro para ser um mau deputado federal.

A impunidade de parlamentares que cometem irregularidades, a falta de punição política, leia-se, cassação de mandatos, por parte da instituição a que são ligados, encontra um local, por excelência, a ser questionado: a imunidade parlamentar. Constrói-se assim um novo ponto da reforma política, almejada pelos jornais: o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns.

A construção de um discurso de mudança do sistema político-partidário brasileiro ocorre em simbiose com a construção do discurso de deslegitimação do Poder Legislativo. Há uma relação circular entre os problemas do sistema político-partidário e a proliferação de denúncias de irregularidades no Congresso Nacional, um leva a outro. Os dois, juntos, são culpados por todas as mazelas sociais e econômicas que o país enfrenta.

Embora o sistema partidário englobe, em seu conjunto, o Poder Executivo, este tem um caráter positivo frente a um Legislativo, negativo. Ao Executivo, é dado um papel central, para a redefinição do Estado brasileiro, como defensor da racionalização da máquina pública. A posição assumida pelo Executivo, de impedir a formação de uma CPI, para investigar as denúncias de compra/venda de votos, para aprovação da emenda da reeleição, somada às negociações fisiológicas, às quais teria se submetido, para aprovar as reformas constitucionais, prática questionada pelos jornalistas e pelo próprio Presidente da República, parece fragilizar as relações entre o Planalto e os jornais, atingindo a positividade do Executivo. Mas, mesmo recebendo críticas, ao Executivo é

relegado um papel de coadjuvante nas denúncias de irregularidades, que baseiam a argumentação na necessidade de uma modificação do sistema político-partidário brasileiro, de uma reforma política.

A reação do Congresso Nacional, na busca de facilitar a punição dos parlamentares envolvidos em atitudes espúrias, e a punição de perda de mandato, ao deputado federal Sérgio Naya, não sensibiliza os jornalistas. Os mesmos não acreditam que os congressistas estejam interessados em moralizar a Casa Parlamentar. Quando os parlamentares absolvem um colega acusado, os jornalistas qualificam a ação como corporativista, em que os parlamentares estariam tentando ocultar as demais irregularidades. Quando um parlamentar é punido, como o deputado federal Naya, a ação não se constitui num exemplo do início de moralização da Câmara de Deputados, e sim na simples reação à contestação da sociedade ou opinião pública, informada pela imprensa das irregularidades; e tendo na última seu porta-voz, assim constituída, a reação passa a ser conseqüência das críticas da imprensa. As cartas dos leitores, referentes ao caso Naya, publicadas nos dois jornais, apontam a similaridade de temas desenvolvidos pelos leitores/eleitores, com aqueles desenvolvidos pelos jornalistas. O questionamento à imunidade parlamentar e à crença na impunidade dos envolvidos, presente nas cartas, aparece como um reflexo das matérias e editoriais dos jornais. Embora não se pretenda tomar as cartas dos leitores como manifestação da opinião pública, é possível supor que a opinião pública, de quem os jornalistas se descrevem como porta-vozes, e pela qual justificam a pressão de críticas ao Poder Legislativo, é, em muito, constituída pelos próprios jornais.

O descrédito do Poder Legislativo acompanha em igual sentido o crescimento de denúncias de irregularidades morais e legais, envolvendo seus membros, atingindo a legitimidade dos parlamentares, como detentores da palavra pública bem como da instituição Congresso Nacional, como local da discussão pública de seus representados. A reação das Casas Parlamentares, buscando a melhoria da imagem da instituição, acaba dando crédito aos jornais, para se legitimarem como informantes da verdade sobre a política, e aos seus jornalistas, como formadores da opinião pública. Ao retirar a legitimidade dos

representantes eleitos, os jornais acabam por constituir a legitimidade dos jornalistas, como representantes não eleitos.

Conclusão

Neste trabalho, buscou-se, a partir de notícias, colunas de opinião, editoriais e cartas de leitores, reconstituir o discurso da imprensa sobre o Poder Legislativo, para responder às seguintes indagações: o discurso de desqualificação dos parlamentares tem, como conseqüência, o questionamento da legitimidade da instituição e de seus componentes? Este discurso se constitui numa disputa pelo espaço de representação do público? Partindo da constatação de que existe a difusão de um discurso de desqualificação do Poder Legislativo, na imprensa, buscou-se neste discurso desvendar as estratégias utilizadas, por esse veículo de comunicação, para edificá-lo e assim desenhar os limites de interferência e os efeitos que este discurso, constituído no campo jornalístico, produz no campo político brasileiro.

Resta agora sintetizar os resultados desta investigação, cuja hipótese elaborada afirma que a imprensa brasileira constitui um discurso que afeta a legitimidade da instituição Congresso Nacional e que, a partir desta deslegitimação, a imprensa disputa um espaço de representação, de imposição de sua verdade, ao maior número de indivíduos, buscando assim tornar-se o local privilegiado da expressão da palavra pública, em detrimento do Parlamento. O questionamento da legitimidade ocorre pela desconstrução do capital político individual e coletivo dos parlamentares, através da divulgação constante de notícias sobre a ineficiência dos trabalhos parlamentares e de denúncias sobre irregularidades, morais ou legais, cometidas por congressistas. Além da deslegitimação dos parlamentares, para a imprensa se constituir como o emissor do discurso verdadeiro sobre a política, para dar poder ao seu discurso, ela apresenta sua leitura dos acontecimentos, como se esta representasse os acontecimentos em si; ao mesmo tempo, se institui como porta-voz da opinião pública, como sua representante, tanto no momento de expor as demandas e as críticas, quanto na defesa do bem público. A imprensa tem de nomear o representado em seu discurso e o faz através da utilização da noção de opinião pública. Seu representado é o cidadão, que coletivamente se forma através da

construção sempre presente de opinião pública, da qual ela se coloca como porta-voz. Ela necessita criar este representado para poder se instituir como representante.

Como foi destacado na introdução deste estudo, o jornal *Folha* dedica um número maior de páginas à cobertura política do Congresso Nacional, se comparado ao concorrente, o jornal *Estado*. Constatou-se também que a *Folha* dedica mais espaço ao jornalismo investigativo, pois muitas das denúncias de irregularidades, noticiadas neste período, têm no jornal a sua autoria. O exemplo mais significativo e polêmico trata da denúncia de troca de votos, por parte de parlamentares favoráveis à reeleição, por dinheiro, tema trabalhado no capítulo II, no qual o jornal não apenas destaca a importância desta forma de jornalismo, como publica matérias, descrevendo sua estratégia, para comprovação da denúncia com a gravação das fitas. Além disso, é na *Folha* que ocorre a transformação de um dado acontecimento em uma grande polêmica, por exemplo. Como foi analisado no capítulo III, o jornal valoriza um pequeno desentendimento entre o deputado Gibson e um jornalista da *Folha*, construindo, a partir de um acontecimento específico, uma grande polêmica, gerando a reação de parlamentares, que pedem a urgência da votação da lei de imprensa, permitindo ao jornal resgatar o discurso da liberdade de imprensa.

Esta constatação da centralidade da *Folha*, em reescrever o discurso polêmico do político, aponta para uma questão assinalada na literatura, que discute a relação entre mídia e política: a homogeneização das informações. O jornal concorrente não pode deixar de se referir, em seus noticiários, à polêmica gerada pelo outro veículo. O *Estado* tem de tratar dos temas e o faz, tanto no que se refere à denúncia de irregularidade na votação da emenda da reeleição, quanto no conflito entre imprensa e Congresso Nacional, buscando não apenas divulgar as informações, mas divulgá-las sob novos ângulos da polêmica, demarcando sua posição. O *Estado* se destaca na cobertura da votação da reforma administrativa, em primeiro turno, tema tratado no capítulo IV, mas este fato está ligado ao deslocamento da *Folha* para a polêmica da denúncia de compra/venda de votos da emenda reeleição, que ocorre no mesmo período.

O discurso da imprensa deslegitima os parlamentares, ao questionar seu capital político individual e coletivo, e faz isso através de constante divulgação de uma imagem negativa do Congresso Nacional e de seus membros. A estratégia discursiva da imprensa está baseada na avaliação permanente da eficiência e moralidade dos parlamentares. Como foi apontado, nas mudanças constitucionais, o Congresso Nacional tem papel destacado. O discurso da imprensa apresenta os parlamentares como interessados, antes, em questões pessoais ou paroquiais, do que em questões políticas ou públicas.

Nos três capítulos que tratam das mudanças constitucionais, nos quais os temas são reeleição, reforma da previdência e reforma administrativa, ao noticiar as negociações para as votações, os jornais informam sobre a possibilidade de ocorrência de práticas fisiológicas. Na divulgação de informações sobre a emenda da reeleição, os parlamentares são qualificados como: *bancada da barganha*, *bancada da negociação*, *turma do depende*; que buscam algum tipo de *proveito* ou *compensação*, praticantes do *é dando que se recebe*. Se, no início, os qualificativos são para alguns parlamentares, no período que antecede a votação da emenda, os *barganhadores* ou *romeiros* são grande parte dos membros da instituição, o *baixo clero*. No tema Reforma da Previdência, quando a polêmica encontra-se na aposentadoria dos parlamentares, estes são qualificados como: defensores de interesses *pessoais*, de interesses *duvidosos* e de *absurdos privilégios*, *corporativistas*, além de *desatentos* e *fingidos*. A aposentadoria especial é descrita como *escandalosa* e *imoral*. Nas negociações que antecedem a votação de tal reforma, as mesmas são taxadas de *espetáculo fisiológico*, os congressistas são qualificados de *corporativistas e fisiológicos* e, até mesmo, de *chantagistas*. A *Folha* localiza a permanência do espetáculo fisiológico nos partidos políticos (que se *deterioram*, utilizam-se de *negociatas*, *troca de favores e de cargos e coisas ainda piores*), enquanto o *Estado* localiza o problema nas corporações. Mas os dois jornais sustentam que a forma de se fazer política, no Brasil, tem problemas, e defendem como solução a reforma política. No tema Reforma Administrativa, a construção da desqualificação dos parlamentares também centra-se na noção de moralidade. A emenda do extrateto, que beneficia os parlamentares, é amplamente criticada nos jornais, qualificada como *indecência*, *privilégio*, *vergonha*, *escárnio* e *mesquinha*. Aos parlamentares,

também não faltam qualificativos: defensores de interesses *privados e corporativos, oportunistas*, que passam da *ação irracional a frouxidão malandra*, etc. Se os jornais partem da crítica aos parlamentares que compõem a base governista, acabam por generalizar a todo o Congresso Nacional, a partir da noção de temporalidade, dando a entender que estas práticas não são novidade, mas um *hábito* ou *vício*. É importante destacar que, assim como ocorreu na questão da aposentadoria parlamentar, a crítica dos jornalistas se estrutura na construção do contraponto entre parlamentares *privilegiados* e trabalhadores comuns.

Quando o tema é quórum e convocações extraordinárias, a noção de eficiência é somada à de moralidade. Nas sessões extraordinárias, o discurso dos jornais ganha sentido na relação que faz entre os altos índices de ausências dos parlamentares ao trabalho, os custos adicionais aos cofres públicos e a baixa produtividade dos trabalhos legislativos. A imagem construída pelos jornais é de um Congresso ineficiente e oneroso, no qual os parlamentares se mostram desinteressados pelo trabalho.

O tema Orçamento-Geral da União tem nas emendas individuais sua centralidade. O discurso da imprensa dá um sentido negativo à relação entre estas emendas e os interesses dos parlamentares, em agradar seus redutos eleitorais, em troca de votos. Se a imagem negativa é atribuída aos parlamentares do *baixo clero*, a denúncia de um pedido de propina por parte de um parlamentar acaba por generalizar as irregularidades a toda a instituição. Interessante, aqui, como acontece no tema que relaciona as irregularidades, envolvendo parlamentares e a reforma política, é que a reação dos parlamentares, buscando punir os envolvidos em irregularidades, expressa pelos congressistas, como tentativa de dar uma positividade à imagem da instituição, é reescrita pelos jornais: no seu discurso, não se trata de uma moralização, mas de uma tentativa de ocultar inúmeras outras irregularidades, trata-se de uma ação corporativa. Por fim, a relação entre irregularidades e reforma política se constitui de forma crescente no discurso da imprensa, que vai compondo, a partir da noção de impunidade, a imagem de um sistema político ineficaz, embora sua concepção de reforma política esteja baseada na idéia de infidelidade partidária, falta de decoro

parlamentar e representação proporcional, trata-se, em última instância, de uma reforma do funcionamento do Poder Legislativo.

Este quadro de qualificação negativa dos parlamentares, baseado nas noções de eficiência e moralidade, numa avaliação constante das ações dos congressistas, constitui uma imagem dos parlamentares como interessados mais em questões pessoais, paroquiais ou eleitorais, do que em questões políticas ou públicas. Assim, o discurso da imprensa, ao desconstituir os parlamentares, como instância capaz de ter moralidade e competência dos parlamentares, acaba por destituí-los de seu capital político, de forma individual e coletiva, já que há um crescente deslocamento da responsabilidade de parlamentares, individualmente, de bancadas, do baixo clero, atingindo, por fim, a credibilidade da instituição Congresso Nacional. Está assim constatado que o discurso da imprensa gera a deslegitimação dos parlamentares enquanto representantes eleitos.

Esta deslegitimação retira dos parlamentares a autoridade de falar de política e possibilita que a imprensa se constitua enquanto autoridade para tal. Resta apontar as constatações sobre as duas noções que norteiam o discurso da imprensa e que contribuem para o poder de seu discurso na disputa pela representação do público. Trata-se das noções de neutralidade e opinião pública.

Se, por um lado, pode-se constar uma relativa neutralidade da imprensa, no sentido apontado por Manin (1996), de esta não ser uma imprensa engajada, atrelada a partidos políticos, e isto projetar uma homogeneização das informações (questão assinalada anteriormente), por outro lado, ocorre a falsa neutralidade, destacada por Champagne (1998), em que a imprensa se coloca como um simples canal de informações, que tem a obrigação de dizer a verdade, como se não defendesse posições ou interesses. A análise do material empírico permitiu constatar que o discurso da imprensa é um discurso construído em torno de uma falsa neutralidade. Os capítulos que tratam das mudanças constitucionais esclarecem esta questão.

O discurso da imprensa constata o discurso político no seu local tradicional, que se caracteriza por ser um discurso polêmico entre o Executivo e o Legislativo, e o reescreve, reordenando a polêmica, constituindo-se como uma *"terceira força na construção da polêmica, apresentando-se como apartidária e*

com pretensão a informação verdadeira" (Pinto, 1995, p. 68/9). Se pensarmos nas modificações da Constituição Federal, os jornais são claros em seu apoio às reformas pretendidas pelo Poder Executivo, nos momentos em que há críticas à postura do Executivo, em relação às reformas, estas se caracterizam por questioná-lo, pela demora, ou por ceder em alguns pontos, buscando sua aprovação. Na descrição da polêmica da emenda da reeleição, os dois jornais explicitam o apoio, tanto à reeleição para o atual Presidente da República, quanto ao apoio a sua política econômica e às reformas constitucionais que pretende implementar.

Mas se esta posição não é explícita em todos os momentos tratados, ela acaba por ser explicitar, se pensarmos na permanente desqualificação a que são submetidos os parlamentares. O material analisado, embora acabe por constituir uma imagem negativa de toda a instituição, permite destacar que a centralidade da crítica dos jornalistas tem um local preferencial: a Câmara de Deputados, mais particularmente, os deputados federais dos partidos que compõem a base de apoio do Executivo no Congresso. O não-dito, a ausência da oposição nos discursos de desqualificação dos parlamentares, é significativo. O apartidarismo e a pretensão à informação verdadeira, ocultam a falsa neutralidade. O objeto de crítica preferencial dos jornais está localizado na Câmara de Deputados, local que tem a função de votar em primeiro lugar as reformas constitucionais.

A discussão da reforma política também traz subsídios para a constatação da falsa neutralidade da imprensa. A crítica preferencial dos jornais está centrada na falta de fidelidade partidária. Mas, a concepção de fidelidade partidária, expressa pelos jornais, está muito mais ligada à falta de fidelidade aos programas partidários, do que à troca de partidos propriamente dita. De fato, os jornais esperam que a troca de partidos seja equivalente à votação favorável aos projetos de reformas constitucionais.

Mas é importante pensar que o discurso da imprensa, ao reordenar a polêmica do discurso político, está disputando com este um espaço de autoridade, o espaço do que pode ser dito, do que é verdade sobre a política, um suma, uma disputa de poder.

Em seu discurso, a imprensa renova o local da informação sobre a política. Os jornais deixam de ser apenas veículos de informação, para se tornarem defensores: da moralidade na política (através da denúncia de irregularidades), da melhoria da cultura política do país, da estabilidade econômica da nação, da racionalização do Estado, de maior eficiência da máquina pública, do fim dos privilégios, do equilíbrio fiscal, de um país mais igualitário, da democracia, do bem público, enfim, dos reais interesses do país ou da nação, como um todo. A posição de defensora dos interesses da nação é sempre construída como contraponto aos interesses dos parlamentares. Enquanto os últimos defendem seus interesses particulares (sejam privilégios, interesses eleitorais, paroquiais ou pessoais), a imprensa defende os interesses da sociedade. Este papel que a imprensa percebe como seu, este discurso, constitui-se em torno da capacidade dela de construir novos significados, ao não apenas informar os acontecimentos, reordenando a polêmica do discurso político, mas criando novos significados e respondendo a demandas, num papel francamente propositivo. Os editoriais, além de apresentarem a crítica aos parlamentares, partidos e sistema político, propõem soluções para as mazelas da nação. Um exemplo claro são as suas propostas de reforma política.

Por fim, a imprensa disputa o espaço de representação do público e o faz constituindo-se como porta-voz da opinião pública, mas de uma opinião pública difusa, que ela significa em seu próprio discurso. Se em raros momentos a opinião pública é sinônimo de eleitores, sociedade ou cidadãos, em outros, estas expressões aparecem como dissociadas. De modo geral, os jornais não nomeiam a opinião pública, mas sempre que a noção surge nos textos a ela é atribuída uma ação: ela deseja, toma conhecimento, age, pressiona, reage, se empenha, tem expectativas, vigia, fica atônita e enfasiada, julga, até mesmo, “canta de galo”.

A noção de opinião pública é utilizada nos jornais em três sentidos: como justificativa da crítica dos jornais, aos parlamentares (por exemplo, ao dizer que a opinião pública percebe o Congresso como um centro de *lobbies* e de corporações, onde os parlamentares defendem interesses particulares e não coletivos); como fator de pressão, para modificar as ações dos parlamentares (por

exemplo, no discurso da imprensa, o deputado Naya foi punido com a cassação do mandato, por pressão, porque a pressão da opinião pública foi avassaladora); como temida pelos parlamentares, fato destacado pela imprensa nas declarações dos congressistas, publicadas em suas páginas (em determinado momento, a imprensa destaca que parlamentares aliados temem que a derrota do governo, nas reformas administrativa e previdenciária provoque mais desgaste do Congresso junto à opinião pública).

O discurso da imprensa dá sentido à noção de opinião pública, ao buscar no próprio discurso dos parlamentares a sua importância. Em vários momentos, são apresentadas, nos jornais declarações de parlamentares, preocupados com sua imagem, ou da instituição frente à opinião pública. O discurso da imprensa reordena esta noção, já significada no campo político, e se intitula como seu porta-voz, seu intérprete, assim dá novo sentido a esta noção, utilizando-a como justificativa de sua crítica e como forma de pressão aos políticos. Isto fica claro, se pensarmos nos temas analisados. Quando o tema é a reforma administrativa e previdenciária, a opinião pública é contra os privilégios; quando o tema é convocação extraordinária, ela espera maior produtividade dos trabalhos parlamentares; no tema da reeleição, ela deseja a apuração das denúncias de compra/venda de votos; quanto às irregularidades, ela deseja a regeneração dos costumes políticos; quando o Congresso pune um parlamentar, envolvido em irregularidades, a opinião pública é a responsável, devido à pressão avassaladora que exerceu sobre os congressistas.

Constatou-se que no discurso da imprensa sobre o Congresso Nacional, as ações e desejos da opinião pública estão sempre em consonância com as críticas e expectativas dos jornais, seja esta opinião pública sinônimo de sociedade, cidadão, eleitor, seja ela difusa: sua expressão é a expressão do discurso dos jornais. A opinião pública, que o discurso expressa, é constituída no próprio discurso, e adquire centralidade pelo espaço de importância que a mesma tem no discurso político, nas declarações dos próprios membros do parlamento. Esta opinião pública, difusa e volátil, constituída no discurso da imprensa, é o público, o representante que ela constrói e que pretende representar.

A capacidade deste discurso da imprensa, de construir significados e de buscar a adesão espontânea, é constatada nas cartas dos leitores. As manifestações dos leitores são muito similares aos discursos da verdade sobre a política, divulgados pela imprensa, em alguns casos as matérias dos jornais são citadas como base para tais posições. O poder de seu discurso se expressa também no local tradicional do discurso político: os parlamentares se desculpam publicamente, no mesmo local que os atacou, a imprensa, assim como em vários momentos tomam atitudes para reverter a imagem negativa divulgada pelos jornais, buscando a geração de fatos jornalísticos positivos, as Comissões Parlamentares de Inquérito e as punições para congressistas faltosos são exemplos claros.

Os três fatores relacionados, o questionamento da legitimidade dos parlamentares, o papel dos jornais, como defensores de uma causa maior, o bem público, a sua falsa neutralidade no tratamento dos acontecimentos e a construção da opinião pública - de seu representado - da qual são intérpretes ou porta-vozes, é o que permite ao discurso da imprensa construir-se como um discurso da verdade sobre a política e se instituir como um local privilegiado da expressão da palavra pública. Os fatores apontados, somados à importância que os membros do campo político dão à imprensa, é o que acaba por dar poder ao seu discurso, constituindo-a como aquela que tem a autoridade para falar o que pode ser dito sobre a política.

Bibliografia

- AZEVEDO, Fernando. *Imprensa e cobertura eleitoral (jornais paulistas e a eleição municipal de 2000)*. Trabalho apresentado no COMPÓS - UnB - 2001.
- ALBUQUERQUE, Afonso. *Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil*. Trabalho apresentado no GT Mídia e Política - COMPÓS 1999.
- ALMEIDA, Jorge. *Pesquisas de opinião e cenário de representação da política*. Trabalho apresentado no GT Mídia e Política - COMPÓS - 2001.
- ALMEIDA, M. H. T. e MOYA, M. A reforma negociada: o Congresso e a política de privatização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS. Volume 12, nº 34, julho de 1997.
- AMARAL, Roberto. *Imprensa e controle da opinião pública (informações e representação popular no mundo globalizado)*. *Comunicação & Política: pela integração Latino-Americana*, vol. VIII, nº3, nova série, setembro-dezembro de 2000.
- BESSION, Jean-Louis. *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.
- BOBBIO, N., MATTEUCI, N., PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- _____. *Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar o que dizer*. São Paulo: Edusp, 1998
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *A opinião pública não existe*. IN: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. Coleção Teoria e História. 6. São Paulo: Editora Polis, 1985.
- BRAGA, José L. *Constituição do campo da comunicação*. In: NETO, Antonio F. (org.) *Práticas midiáticas e espaço público*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2001. Coleção Comunicação, 10, COMPÓS, v. 1
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHAIA, Vera. *Escândalos políticos e mídia: casos na vida política brasileira*. Trabalho apresentado no GT Mídia e Política - COMPÓS, 2001.
- _____. *A imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo*. *Revista de Ciências Humanas*, v.13, ° 17 e 18, Florianópolis, 1995.

- CHAIA, V., e CHAIA, M. (orgs.). *Mídia e política*. São Paulo: NEAMP- Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUC-SP, 2000.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. A opinião dos pesquisadores. IN: BESSON, Jean-Louis. *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: UNESP, 1995.
- COSTA, Sérgio. Do simulacro e do discurso: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil. *Comunicação e Política*, vol. IV, nº 2, nova série, maio-agosto 1997.
- DARNTON, Robert. Rede de intrigas - fofocas, folhetins - as notícias na França do século XVII. In: MOTTA, Luiz G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- _____. Armadilha da mídia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 set. 1995. Caderno Mais!, p.5-10.
- FIGUEIREDO, A., LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- _____. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, CEDEC, nº 44, 1998.
- _____. O Congresso e as medidas provisórias: abdicação ou delegação? *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 47, março de 1997.
- FERNANDEZ, Maria Belen M. La imagen como activador de la comunicación política. *Comunicação e Sociedade*, UNESP, 2000
- FISCHER, Rosa. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. Porto Alegre, 1996. 297p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação - Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- _____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FRANÇA, Vera Veiga. *Comunicação e política: edifica-se uma tradição*. Texto apresentado no COMPÓS de 1999.
- GAXIE, DANIEL. *La démocratie représentative*. Clefs Politique. Paris: Montchrestien, 1996.
- GHIGLIONE, R. e BROMBERG, M. *Discours politique e télévision*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- GOMES, Wilson. Opinião pública política hoje - uma investigação preliminar. In: FAUSTO NETO [et al] (orgs.). *Práticas midiáticas e espaço público*. Coleção Comunicação, 10, v. 1. Porto Alegre: PUCRS, 2001.
- _____. A Política de Imagem. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*. Vol. I, ° 1 - dezembro de 1999.
- _____. Theatrum Politicum 1 - a encenação política na sociedade dos mass mídias. In: BRAGA, José L.; PORTO, Sérgio D. e FAUSTO NETO,

- Antônio. *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- GUERRA, Josenildo L. O Contrato *fiduciário* entre o jornal e o público. Paradoxos da crítica à objetividade. *Comunicação & Política*, vol. V, nº I, nova série, janeiro-abril de 1998.
- HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LACLAU, E., MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Versus, 1985.
- LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.
- LIMA JÚNIOR, Olavo B. *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- LIMA, Venício A. de. Comunicação, Política e Cidadania. *Revista Fronteiras*, volume III, ° 2 - dezembro de 2001.
- MAIA, Rousiley C. M. A mídia e o novo espaço público: a reabilitação da sociabilidade e a formação discursiva da opinião. *Comunicação & Política*, vol. V, ° I, nova série, janeiro-abril de 1998.
- MANIN, Bernard. *Principes du Gouvernement Représentatif*. Flammarion: Champs, 1996.
- _____. As metamorfoses do Governo Representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 29, outubro de 1995.
- MATOS, Heloiza. Comunicação pública. *Líbero*. Ano II, ° 3-4, 1999.
- MEDINA, Juan Manuel A. Crisis o metamorfosis de la representación política? Reflexiones en torno a la hipótesis de Bernard Manin. *Sociedad*. Buenos Aires: Ed. Eudeba, nº 12/13, noviembre de 1998.
- MIGUEL, Luis F. *Influência e resistência em busca de um modelo complexo da relação Mídia/Política*. Trabalho apresentado no GT Mídia e Política. COMPÓS, 2001.
- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *La espiral del silencio. Opinión pública: nuestra piel social*. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1995.
- O'DONNELL, Guillermo. *Accountability horizontal e novas poliarquias*. *Lua Nova*, CEDEC, nº 44, 1998.
- PINTO, Céli R. J. *Legislativo e representação: as formas de representar no legislativo brasileiro*. Artigo apresentado na XXII International Congress do Latin American Studies Association – Miami: 2000.
- _____. Uma ordem no caos: o discurso político na eleição presidencial de 1994. In: PINTO, Céli J. e GUERRERO, Hugo (orgs.). *América Latina: o desafio da democracia nos anos 90*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996, 192p.
- _____. Ao eleitor a verdade: o discurso da imprensa em tempos de eleições. IN: BAQUERO, Marcelo (org.). *Brasil: opinião pública, transição e eleições no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

- _____. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- PORTO, Mauro P. A crise de confiança na política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia. In: BAQUERO, Marcello (org.) *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1996.
- RODRIGUES, Malena R. Agendando o Congresso Nacional: do *agenda-setting* à crise da democracia representativa. In: MOTTA, Luiz G. (org.) *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- RUBIM, Antônio A. C., AZEVEDO, Fernando. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, nº 43, 1998.
- SANTOS, Fabiano G. M. A dinâmica congressual e regulação econômica: o caso da lei portuária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS. Volume 12, nº 34, julho de 1997.
- SANTOS, Wanderley G. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- SOARES, Muniz. Comunicação, um novo sistema de pensamento? In: NETO, Antonio F. (org.) *Práticas midiáticas e espaço público*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2001. Coleção Comunicação, 10, COMPÓS, v. 1.
- TAVEIRA, E. D., LIMA, M. É. O. TV Senado: uma tentativa de transmissão democrática. *Comunicação e Sociedade*. UNESP, 2000.
- TEIJEIRO, Carlos A. et al. Congreso y prensa: relaciones institucionales y representación social. *Contribuciones - medios de comunicación y justicia*. Ensayos. Buenos Aires: 2001.
- WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculo da política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000

Folha de São Paulo

Editoriais (editoria: Opinião, seção: Editorial):

Novela sem fim, 27/Jan/96; *Os relatores da fama*, 29/Jan/96; *Furos na reforma*, 10/Fev/96; **&@\$ñ...*, 15/Fev/96; *Privilégios*, 16/Fev/96; *Infame*, 19/Fev/96; *Privilegium*, 20/Fev/96; *Privilégio e descuido*; 23/Fev/96; *Miopia Paroquial*, 13/Mar/96; *Fisiologia*, 21/Mar/96; *Senado Motorizado*, 04/Abr/96; *Partidos Desbotados*, 21/Abr/96; *Reduzir o Custo*, 18/Mai/96; *Escrúpulos*, 20/Mai/96; *Perdemos Todos*; *É Dando Que Não Se Recebe* (23/Mai/96); *Outra Vez*, 02/Jul/96; *Simulacro*, 12/Jul/96; *Nas mãos da Justiça*, 15/Out/96; *Corrupção no orçamento*, 07/Dez/96; *Políticos sem moral*, 14/Dez/96; *Paralisia Pública*, 20/Dez/96; *Comércio Espúrio*, 21/Dez/96; *Morosidade Parlamentar*, 03/Fev/97; *Obediência ao Direito*, 04/Abr/97; *Privilégio Imoral*, 11/Abr/97; *O poder de indignação*, 16/Abr/97; *Fadiga Política*, 20/Abr/97; *Heranças do Empreguismo*, 23/Abr/97; *Tapas Na Câmara*, 09/Mai/97; *Mercado de Votos*, 14/Mai/97;

Compromisso com o leitor, 15/Mai/97; *Além da compra de votos*, 16/Mai/97; *Encenação*, 17/Mai/97; *Para evitar uma democracia corrupta*; *Por uma política sadia* (18/Mai/97); *O Pragmatismo de FHC*, 20/Mai/97; *Chega de esqueletos*, 21/Mai/97; *Corrupção da liberdade*, 23/Mai/97; *Teatro da moralidade*, 24/Mai/97; *Reforma urgente*, 25/Mai/97; *Almino, Amazonino*, 29/Mai/97; *Autodestruição*, 09/Jul/97; *Reformas em Marcha*, 11/Jul/97; *O Fosso*, 07/Ago/98; *Câncer no Congresso*, 12/Ago/97; *Decoro Mínimo*, 19/Ago/97; *Escárnio no Congresso*, 26/Set/97; *Paradoxo no Congresso*, 27/Set/97; *Corrupção na reeleição*, 08/Out/97; *Reformas e Clientelismo*, 06/Nov/97; *País Sem Fiscais*, 17/Nov/97; *Semana da reforma*, 18/Nov/97; *Bons e maus sinais*, 21/Nov/97; *Reforma na encruzilhada*, 26/Nov/97; *A resposta do Congresso*, 27/Nov/97; *Uma mudança de expectativas*, 28/Nov/97; *Ameaça De Impunidade*, 05/Dez/97; *Moralização Pelo Voto*, 04/Mar/98; *O Congresso e seus inimigos*, 22/Mar/98; *Os Colegas De Naya*, 17/Abr/98; *Intocáveis*, 29/Mai/98; *As Consequências do Teto*, 17/Dez/98.

Editoria Primeira Página

'Anões' do Orçamento continuam impunes, 14/Out/96; *Aprovada reforma administrativa*, 10/Abr/97; *Pressão derruba acordo do superteto*, 15/Abr/97 (s/autor).

Editoria Mundo, seção: América

Meninos ensinam adultos a ganhar dinheiro, 08/Dez/96, autor: Gilberto Dimenstein

Cartas dos leitores (editoria: Opinião, seção: Painel do leitor)

Mário Negreiros dos Anjos, Rio de Janeiro, RJ; de Carlos Rossini, São Paulo (*Olho no Congresso*, 01/Fev/95); *Jornada de trabalho*, de Luiz Eduardo Michelazzo, Amparo, SP, 20/Fev/95; *Picaretas*, de Antonio Dõnatz Ribeiro da Silva, Curitiba, PR; *Primeiro semestre*, de Luciano Zica, deputado federal pelo PT-SP (21/Jul/95); *Assiduidade*, de Benedito Domingos, deputado federal pelo PP-DF, Brasília, DF, 19/Ago/95; *Congresso*, de Bonifácio de Andrada, procurador-geral da Câmara dos Deputados, 07/Out/95; *Assiduidade*, de Benedito Domingos, deputado federal pelo PP-DF, 19/Ago/95 (Brasília, DF); de Joaquim Santo Turim; de Bolívar Lamounier, cientista político (*Olho no Congresso*, 16/Jan/96, São Paulo, SP); de João Mellão Neto, deputado federal pelo PFL-SP; de Ruy Martins Altenfelder Silva, presidente da Aberj -Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, São Paulo, SP, de Ivan Valente, deputado federal pelo PT-SP; José Fritsch, deputado federal pelo PT-SC e 1º vice-presidente da Comissão de Agricultura; de Alberto Goldman, deputado federal pelo PMDB-SP (*Olho no Congresso*, 18/Jan/96); de Adhemar de Barros Filho, deputado federal pelo PPB-SP; Ronaldo Perim, primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados pelo PMDB-MG0; de André Amaro, da assessoria de imprensa da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara; S/título, de Nelson Marchezan, deputado federal, sem partido-RS (*Olho no Congresso*, 19/Jan/96); de Ruy dos Santos Siqueira, assessor da deputada Vanessa Felipe, 21/Jan/96; de Hélio Bicudo, deputado federal pelo PT-SP, 27/Jan/96; de Jaime Martins Filho,

deputado federal e vice-líder do PFL, 30/Jan/96 (*Olho no Congresso*); *Olho no Congresso*, de Alessandra Rios, assessora de imprensa da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, 09/Fev/96 (Brasília, DF); *Aposentadoria de parlamentares*, de Almino Affonso, vice-líder do governo pelo PSDB-SP; s/título, de Antonio Kandir, deputado federal pelo PSDB-SP; S/título, de Vera Faria Nogueira, assessora parlamentar de imprensa do deputado José de Abreu, do PSDB-SP (São Paulo, SP); s/título, de Zulaiê Cobra Ribeiro, deputada federal pelo PSDB-SP; s/título, de Teresa Cristina Machado, assessora de imprensa do deputado federal Nelson Marchezan (Brasília, DF); *Banana* (16/Fev/96); *Aposentadoria de parlamentares*, de José Aníbal, líder do PSDB na Câmara dos Deputados; s/título, de Narcio Rodrigues, deputado federal pelo PSDB-MG (Brasília, DF) (17/Fev/96); *Aposentadoria de parlamentares*, de Wilson Cignachi, deputado federal pelo PMDB-RS, s/título, de Wagner Rossi, deputado federal pelo PMDB-SP; s/título, de Osmânio Pereira, deputado federal pelo PSDB-MG (Brasília, DF); *Protesto*, de Almino Affonso, vice-líder do governo pelo PSDB-SP (São Paulo, SP) (19/Fev/06); *Aposentadoria de parlamentares*, de Edinho Araújo, deputado federal pelo PMDB-SP, Brasília, DF, 20/Fev/96; *Aposentados*, 21/Fev/96; *Aposentadoria de parlamentares*, de Zaire Rezende, deputado federal pelo PMDB-MG (Brasília, DF); *Generalização Perigosa*; *Silêncio de Deputado* (23/Fev/96); *Medida preventiva*; *Aposentadoria dos parlamentares*, de Ubaldino Júnior, deputado federal pelo PSB-BA; s/título, de Socorro Gomes, deputada federal pelo PC do B-PA (Brasília, DF), (24/Fev/96); *Previdência dos congressistas*, de José Aníbal, líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 03/Mar/96; *Previdência dos Congressistas*, de Jair Bolsonaro, deputado federal pelo PPB-RJ, Brasília, DF; *Comemoração cínica*, de Antonio de Araujo Chaves, Campo Grande, MS (20/Mar/96); *Político profissional*, de Prisco Viana, deputado pelo PPB-BA, Brasília, DF, 27/Mar/96; *Espaço*, de Marcelo Prista de Castro, São José dos Campos, SP, 29/Mar/96; *Vencimentos de deputado*, de Regis de Oliveira, deputado federal pelo PFL-SP, São Paulo, SP 04/Abr/96; *Consciência tranquila*, do deputado federal Newton Cardoso do PMDB-MG; *Sem fisiologismo*; *Mamata para todos*, de Audrey Castañon de Mattos, Bauru, 25/Mai/96; *Cumplicidade proveitosa*, de Leiser Antonio Mateus da Silva; *Fábula moderna* - Gilberto Rios, São Paulo, SP; *Mamata para todos*, de Audrey Castañon de Mattos, Bauru, SP (25/Mai/96); *Jabor*, de Luiz Carlos dos Santos, coordenador do Centro Pastoral de Orientação e Educação à Juventude; de Paulo Silva Filho; S/título de Kleber Ponzi Pereira (São Paulo); *Ação da esquerda*, de Jolui Ventura Ramos, Caxias do Sul, RS (01/Jun/96); *Licença médica*, de Rita de Cássia de Oliveira, chefe de gabinete do deputado Noel de Oliveira Brasília, DF, 01/Jun/96; *Outra vez*, de Jorge Omar F. Oliveira (Campinas, SP), 13/Jun/96; *Metamorfose*, de René Adriani, Jundiaí, SP, 14/Jun/96; *Retrato da burrice*, de Pedro Coutinho Neto; de Marco Antonio R. de Castro; de Mauricio Machado (S/título) (21/Jun/96); *Subserviência do Congresso*, de Elisabeto Ribeiro Gonçalves, Belo Horizonte, MG, 02/Jul/96; *Imposto do cheque*, de Valter Osvaldo Reggiani, São Caetano do Sul, SP, 12/Jul/96; *Lenha na fogueira*, Benno Perelmutter (Capital); *Tá errado!*, Renato Pinheiro (Belo Horizonte, MG) (29/Jul/96); de Marcelo Déda, deputado federal pelo PT-SE, 04/Ago/96; de Padre Roque, deputado federal pelo PT-PR; S/título, de Antônia Lúcia Cavalcanti, assessora do deputado federal Pedro Wilson -PT-GO, 08/Ago/96 (Brasília, DF) (*Assiduidade*); *Mau exemplo*, de Tereza Rodrigues e Carlito Maia, São Paulo, 10/Set/96; *Convivência*, de Eduardo

Barbosa, São José do Rio Preto (SP) 20/Dez/96; *Faltas superestimadas*, de José Serra, senador pelo PSDB-SP; *Avaliações*, de Fadel David Antonio Neto, Rio Claro (01/Fev/97); *Faltas justificadas*, de Hélio Bicudo, deputado federal pelo PT-SP, 06/Fev/97; *Voto certo*, de Pedro Yves, deputado federal pelo PMDB-SP, Brasília, DF, 07/Fev/97; *Equívoco*, de Herculano Anghinetti, deputado federal pelo PPB-MG, Belo Horizonte, MG, 19/Fev/97; *Rádio pirata*; 27/Fev/97; *Abstenção justificada*, de José Aristodemo Pinotti, deputado federal pelo PMDB-SP (São Paulo, SP; Luiz Geremias, Rio de Janeiro, RJ; Marcos Paulo Bossetto Nanci, Taubaté, SP; Genovêncio Mattos Neto, Florianópolis, SC (12/Abr/97); Luís Carlos Guedes Pinto, professor do Instituto de Economia da Unicamp - Universidade Estadual de Campinas, Campinas; Linneu Arantes Bueno, São Paulo; Claudio F. Negrão, Santos (SP); João Alfredo de Paiva, Curitiba, PR (14/Mai/97); Enildo Diniz Caldeira; Beatriz Maria Berghahn (Porto Alegre, RS); Mário Nelson Brigido, Campinas; Aguinaldo Luiz de Lima, coordenador-executivo do Clasp-Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo, São Paulo (SP) (15/Mai/97); Paulo Pires de Campos; Luciano Zica, deputado federal pelo PT-SP (Brasília, DF); Mauricila Ribeiro de Sant'Anna Soares, São José, SC; Luiz de Almeida, Belo Horizonte, MG; Kepler Fidalgo Polamarçuk, diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, São Paulo; Tobias José Barreto de Menezes, Campinas (SP); Zander Navarro, Porto Alegre, RS (16/Mai/97); *Votos à venda*, de José Eduardo Seraphim, coordenador da Cives -Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania; João Vaccari Neto, secretário-geral da Executiva Nacional da CUT -Central Única dos Trabalhadores (São Paulo, SP); Ricardo José de Figueiroa Valença, Campinas, SP; José Carlos de Almeida Azevedo, ex-reitor da Universidade de Brasília, Brasília, DF (17/Mai/97); Ricardo José de Figueiroa Valença, Campinas; André do Valle Amadio, São Paulo; Raymundo Penha Forte Cintra, Botucatu (SP); Haroldo Lima, deputado federal pelo PC do B-BA, Brasília, DF (17/Mai/97); *Votos à venda*, de Mario Ernesto Humberg, coordenador do PNBE-Pensamento Nacional das Bases Empresariais; Mario Ernesto Humberg, coordenador do PNBE -Pensamento Nacional das Bases Empresariais, (São Paulo); Osvaldo Alves Alencar, Osasco, (SP); Leonardo Sérgio Nogueira Teixeira, Itanhandu, MG; Iran Bezerra, Recife, PE; Atilio Antônio Zonta, Blumenau, SC (18/Mai/97); Lucia Quental, Rio de Janeiro, RJ; Ricardo José de Figueiroa Valença, Campinas, SP; Lúcio Flávio V. Lima; Hermes Parcianello, deputado federal pelo PMDB-PR, (Brasília, DF); Rodney Ramiro Cavichioli, Curitiba, PR (19/Mai/97); Ferdinando Lindvist, São José, SC; Ivanildo Luiz de Pontes, São Paulo; Thyrso de Carvalho Júnior, Pereira Barreto; Carlos Alberto dos Santos, Santo André (SP) (20/Mai/97); Antônio Nogueira, coordenador de imprensa e comunicação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal, Brasília, DF; Jussara S.P. Machado Silva; Milton Pereira de Toledo Lara; Paulo Roberto Pereira Raymundo (São Paulo, SP); Gilson Monteiro, professor da Universidade do Amazonas (21/Mai/97); Hermínio Funari Lucia, Campinas, SP; Álvaro de Almeida Caparica, Goiânia, GO; Vicente Limongi Netto, Brasília, DF (22/Mai/97); Ary Carlos Moura Cardoso, Araguaína, TO; Fernando Amaral, Piracicaba, SP; José Aristides Uberaba, MG (23/Mai/97); José Luiz Dutra de Toledo, Ribeirão Preto; Wagner Marins de Carvalho, São Paulo; Urbano Alberto A.S. Barreto; Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo (SP) (24/Mai/97); Roberto Massei, Ourinhos, SP; Valdir Amado da Silva, Manaus, AM (25/Mai/97); Nilmar Costa, Manaus, AM; Oswaldo

Catan, São Paulo, SP; *Políticos e pandeiristas*, de Osmar Baroni, pandeirista do Grupo Chorocultura, Uberaba, MG; Luiz Nunes de Brito, Rio de Janeiro, RJ (26/Mai/97); Gilberto Perissinotto, São Paulo, SP, 27/Mai/97; Maria Célia Janini Barbosa, Santos, SP; Atilio Antônio Zonta, Blumenau, SC (28/Mai/97); Marcos Cesar Moura da Silva; Geraldo Carneiro de Castro (São Paulo, SP) (29/Mai/97); Ângelo Comisso, Campinas; Hanns John Maier, Ubatuba (SP); João Henrique Pereira e Silvio Henrique Pereira, Belo Horizonte, MG (30/Mai/97); Alvaro Bernal de Almeida, João Pessoa, PB, 31/Mai/97; Sérgio Amadeu da Silveira, São Paulo (SP); Rubens Goyatá Campante, Belo Horizonte, MG (01/Jun/97); Sergio Manucci, Poços de Caldas; Etevaldo Vieira de Melo, Belo Horizonte (MG) (04/Jun/97); Manuel J. Marques Neto, São Paulo, SP, 05/Jun/97; Artur Moreira de Menezes, Jaú, SP, 06/Jun/97; *Políticos e chimpanzés*, de Jair Bolsonaro, deputado federal pelo PPB-RJ, Brasília, DF, 08/Jun/97; *Plenário vazio*, de Vicente Cascione, deputado federal pelo PTB-SP, Brasília, DF, 17/Jun/97; *Convocação do Congresso*, de Carlos Boer, Taquaritinga, SP, 14/Jan/98; *Olho no Congresso*, de José Barbosa Coelho, vereador, Osasco (SP) 22/Fev/98; S/título, de William James Pereira Junior, Jandaia do Sul, PR; *Desabamento no Rio*, de Lauro Ney Batista, São José dos Campos, SP (24/Fev/98); S/título, de Geraldo Sampaio Neto, Brasília, DF; *Desabamento na Barra da Tijuca*, de Emanuel Jorge de Almeida Cancellia, Rio de Janeiro, RJ (01/Mar/98); *Palace 2*, de Gracindo Caram, São Paulo, SP, 03/Mar/98; *Palace 2*, de Cleyson D.C. Pereira, Campinas, SP, 05/Mar/98; S/título, de Marcos Barbosa, Casa Branca; *Sérgio Naya*, de Eduardo Grígolo, Jundiaí (SP); S/título, de Idalmir Souza Martins, Itajubá, MG (06/Mar/98); *Olho no Congresso*, de Deraldo Ruas Guimarães, chefe de gabinete do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB); *Desabamento*, de Fernando d'Ávila, Rio de Janeiro, RJ (07/Mar/98); *Interesse encoberto*, de Manoel Ribeiro dos Santos (São Bernardo do Campo, SP; *Nada de concreto*, de Curt Nees, Joinville, SC (08/Mar/98); S/título, de Hugo Maia; *Efeito Sérgio Naya*, de Oswaldo Catan (São Paulo, SP); S/título, de José Renato Maciel, Porto Ferreira, SP; S/título, de Solange Mota, Belém, PA (09/Mar/98); *Esclarecimento*, de Goretti Queiroz, assessora de imprensa do deputado federal Mendonça Filho (PFL-PE) (Brasília, DF); *Moralização total*, de Márcio Accioly, Brasília, DF (11/Mar/98); *Compromisso*, de Vicência Brêtas Tahan; *Impunidade oficial*, de Pedro Cardoso da Costa, São Paulo (13/Mar/98); *Justiça pela metade*, de Ademar Soares de Souza, Itapeva (SP), 14/Mar/98; *Aviso ao eleitores*, de Salomão Assayag, Rio de Janeiro, RJ, 15/Mar/98; *Esforço em vão*, de Roberto O. Gomes de Oliveira, Joinville, SC, 22/Mar/98; *Cassação*, de Silvio Sam, 06/Abr/98; *Meio ambiente*, de Maiah Pinsard Vianna, 09/Jul/98 (São Paulo, SP); *Sugestão para as eleições*, de Donato Friguglietti, 06/Ago/98; *Olho no Voto*, de Cunha Bueno, deputado federal pelo PPB, 01/Out/98 (São Paulo, SP); *Convocação do Congresso*, de Marciano Franco Netto, São Paulo, SP, 25/Out/98; *Votação*, de Inocêncio de Oliveira, líder PFL na Câmara de deputados, 09/Dez/98, Brasília, DF; *Convocação extraordinária*, de Napoleão Tenório de Albuquerque, Olinda, PE, 22/Dez/98.

Colunas de opinião (editoria Opinião; seção Janio de Freitas; seção: Tendências/Debates)

No olho da rua, 15/Jan/96, autor: Valdo Cruz; *Como acabar com o IPC*, 22/Fev/96; *Veja as opções para acabar com o instituto*, 29/Fev/96, (autor:

Fernando Rodrigues); *Serviços para o príncipe*; *O buraco protegido* (13/Mar/96); *Silêncio forçado*, 18/Mar/96, autor e seção: Janio de Freitas; *Newton Henrique Cardoso*, 27/Mar/96, autor: Clóvis Rossi; *A fonte do problema*, 04/Abr/96, autor e seção: Janio De Freitas; *Lei da prensa* - 10/Abr/96, autor: Saulo Ramos; *Erros e acertos da nova Lei de Imprensa* - 17/Abr/96, autor: Américo Antunes (seção: Tendências/Debates); *A quimera do voto distrital* - 06/Set/96, autor: Fernando Rodrigues; *Emenda segue modelo dos EUA* - 11/Set/96, autor: Marta Salomon; *Pedra no caminho*- 22/Set/96; *Ciúmes na reeleição* - 02/Out/96 (autor: Fernando Rodrigues); *Antes que apodreça* - 12/Out/96; *Barganha, o nome do jogo* - 16/Out/96 (autor: Clóvis Rossi); *A turma do depende* - 21/Out/96, autor: Valdo Cruz; *A política do nada chegou ao seu limite de utilidade*; *Amazonão*; *Ricardo Barros*; *Ira desconexa*, - autor e seção: Elio Gaspari; *Convite à traição* - 28/Out/96, autor: Valdo Cruz; *Ainda é só o aperitivo*, 24/Nov/96, autor e seção: Janio De Freitas; *La noblesse obligée* - 07/Dez/96, autor: Marta Salomon; *Só com CPI* - 10/Dez/96, autor e seção: Janio De Freitas; *Uma grande encenação*, 11/Dez/96, autor: Valdo Cruz; *O listão e a lista* - 14/Dez/96, autor: Marta Salomon; *A nocividade da CPI* - 14/Dez/96, autor: Carlos Heitor Cony; *Reeleição como bola de neve* - autor: Clóvis Rossi; *Em um caso ou outro*, 17/Dez/96, autor e seção: Janio De Freitas; *Muita fumaça, pouco fogo*; 19/Dez/96, autor: Valdo Cruz; *O acordão e o eleitor*, 21/Dez/96, autor: Marta Salomon; *Erramos*, 06, 07 e 28/Fev/97, s/autor; *A menor importância*, 24/Mar/97, autor: Valdo Cruz; *Os métodos tucanos*, 05/Abr/97, autor: Fernando Rodrigues; *Em causa própria*, 14/Abr/97, autor: Valdo Cruz; *Aula prática*, autor e seção: Janio De Freitas; *Ciúmes de homem* (16/Abr/97); *Reformas empacadas*, 25/Abr/97 autor: Fernando Rodrigues); *Pequenas diferenças*, 14/Mai/97; *Plano de retirada*, 18/Mai/97; *Aparece a reação* - 20/Mai/97; *Caminho da saída*, 22/Mai/97; *Idéias às avessas* - 23/Mai/97; *Pois então, duas CPIS*, 28/Mai/97; *A tramóia de volta*, 15/Jun/97; *A grandeza de um voto*, 14/Jul/96; *O presente extraordinário*, 17/Jul/97 (autor e seção: Janio De Freitas); *Ordem no galinheiro*, 12/Ago/97, autor: Eliane Cantanhêde; *Em causa própria*, 25/Set/97, autor e seção: Jânio De Freitas; *O forrobodó Chicano e Adelaide*, 26/Set/97, autor: Elaine Castanhedo; *A hora da microPolítica*, 05/Nov/97, autor: Fernando Rodrigues; *Fisiologia até 2007*, 02/Fev/98, autor: Fernando Rodrigues; *Negócios*, 27/Fev/98, autor: Clóvis Rossi; *E o mandato, vira pó?*, autor: Eliane Cantanhêde; *Um a mais, nada mais*; *Um a mais, nada mais*, (autor e seção: Janio De Freitas); *Por que os prédios de Sérgio Naya só caem no Brasil?*, autor e seção: Elio Gaspari (01/Mar/98); *O faro e a justiça*, 03/Mar/98, autor: Clóvis Rossi; *Os bons companheiros*, autor: Clóvis Rossi; *Naya está nas mãos do PPB*, autor: Fernando Rodrigues (04/Mar/98); *Bom de lábia*, 05/Mar/98, autor: Carlos Heitor Cony *O voto do Norte, o voto do Sul*, 24/Jun/98, autor: Vinicius Torres Freire; *Pizzaria Nacional*, 04/Jun/98, autor: Valdo Cruz; *Culpados impunes*, 15/Ago/97; *Reduzindo o perigo*, 20/Ago/97 (autor e seção: Janio De Freitas); *"No palitinho"*, 29/Dez/98, autor: Eliane Cantanhêde.

Editoria Cotidiano

Dono de empreiteira possui rádios e TVs, 23/Fev/98, autor: Fernando Gordinho; Elvira Lobato; Sérgio Torres; Abonar Gondim; *Pressão política evita cobrança de dívida*, 27/Fev/98, autor: Lucas Figueiredo; *Imunidade não vale para indenização*, 26/Fev/98, autor: Silvana De Freitas; Luiza Damé; *Sérgio Naya afirma que a*

imunidade parlamentar é um direito constitucional, 28/Fev/98, autor: Abnor; *Corregedor deve pedir cassação de Naya*, autor: Rui Nogueira; *Moradores pedem cassação de Naya a ACM*, autor: Marcelo Oliveira; *Mário Magalhães* (02/Mar/98); *ACM defende ação da Câmara e sequestro de bens*, 03/Mar/98, autor: Augusto Gazir; *Grupo leva escombros à sala de Naya*, 04/Mar/98, autor: Sérgio Torres; *Eleição atrapalha mudança na imunidade parlamentar*, autor: Marta Salomon; *Silvana; Ciro xinga Sérgio Naya e critica FHC*, , autor: Fernando Rodrigues (04/Mar/98); *E o troféu cara-de-pau da semana vai para...*, autor: Barbara Gancia; *Governo diz que indenizará vítimas do prédio* (06/Mar/98); *Imunidade será votada em 3 semanas*; *As cassações pendentes no Congresso* (s/autor); *Naya usa regimento para evitar cassação*, autor: Denise Madueño (12/Mar/98); *Pizza Sersan é clássico da gastronomia Política*, 13/Mar/98, autor: Barbara Gancia; *Cassações serão revistas*, 17/Mar/98; *Naya vai ao Supremo contra cassação*, 18/Mar/98, autor: Denise Madueño; *Abnor Gondim*; *Parecer sobre cassação pode sair até quarta*, 20/Mar/98, autor: Abnor Gondim.

Editoria Caderno Especial

Privatização vai acabar com cargo disputado por políticos, 22/Dez/96, autor: Lucio Vaz.

Caderno Especial 2 - Olho no Voto:

Média de comparecimento é alta, autor: Wilson Silveira; *Rafael Quirino*; *Conheça o trabalho das comissões*; *Por dentro do Congresso*, *O ranking do comparecimento no Congresso* (s/autor) (29/Set/98); *Projetos de cidadão não são votados*, 03/Out/98, s/autor.

Caderno Especial Olho no Congresso

As votações que estão sendo analisadas; *Veja como é feito o controle*; *Simon propôs prêmio 'Ulysses Guimarães'*; *Como os deputados votaram* (s/autor); *Projetos superam capacidade de comissões*, autor: Augusto Gazir; *Daniel Bramatti*; *Hélcio Zolini* (14/Jan/96); *Comissões acumulam projetos*, autor: Ricardo Amorim; *Augusto Gazir*; *Os Deputado*; *Os Senadores*; *De quem são os votos do Congresso*; *Congresso é reprovado*; *Senador propõe que cada brasileiro tenha um número*; *Avalie seu deputado e senador*; *As votações da Câmara*; *Confira atuação de deputados e senadores*; *Votações das reformas emperram*; *Os mais ausentes e os mais assíduos*; *As votações do Senado*; *Veja como foi feito o cálculo* (s/autor); *Veja como avaliar seu congressista*, autor: Wilson Silveira; *Monarquista quer privatizar 19 'teles'*, autor: Daniel Bramatti; *Sistema partidário se consolida*, autor: Mauricio Puls; *Aumenta ausência no Congresso*, autor: Ricardo Amorim; *Augusto Gazir*; (30/Jan/97); *Câmara emite justificativa com data retroativa*; *Aumenta frequência no Congresso*; *Conheça os projetos e saiba como votou seu congressista*; *Paim insiste em subir o valor do mínimo*; *Veja como atuou seu congressista*; *Recordistas somam 72 anos na Câmara*; *Lucena lidera no Senado*; *Entenda o cálculo de presença*; *Aumenta frequência no Congresso*; *Salários de faltosos são cortados* (s/autor); *Aliados atraem mais 20 filiações*, autor: Solano Nascimento; *Congresso já tem 486 candidatos*, autor: Solano

Nascimento; Fabiana Melo; *Comissões mantêm 60 faltosos*, autor: Fabiana Melo (05/Fev/98).

Editoria Brasil:

Folha faz debate sobre Congresso, 24/Jan/95; *Congresso estica Carnaval e ignora Reformas; parte do ministério folga*, 02/Mar/95; *Congresso volta a funcionar sem quórum*, 03/Mar/95 (s/autor); *Câmara e Senado 'esticam' o Carnaval*, autor: Raquel Ulhôa; *'Olhômetro' marca presença de congressistas*, autor: Wilson Silveira (04/Mar/95); *Deputados se justificam; Câmara veta 49 justificativa* (s/autor); *Senado aceita toda justificativa de falta*, autor: Flávia De Leon; *Augusto Gazir* (28/Mar/95); *Câmara segura divulgação de faltas*, 31/Mar/95, s/autor; *Comissão pede substituição de 9 faltosos*, 02/Jun/95, autor: Liliansa Lavoratti; *'Hora extra' do Congresso pode custar R\$ 9,5 mi*, autor: Denise Madueño; S/título, s/autor, seção: *Painel/Tiroteio* (17/Jun/95); *Salário indireto duplica renda no Congresso*, 05/Jul/95, autor: Denise Madueño, selo: *Olho no Congresso*; *Cartola 'collorido' é campeão de faltas*, autor: Cynara Menezes; *Ausentes culpam as suas 'bases eleitorais'*, autor: Augusto Gazir; Daniel Bramatti; *Corte nos salários dos ausentes aumenta a presença na Câmara; Congresso tem alto índice de presença, mas permanece guiado pelo Executivo* (autor: Flávia De Leon; Augusto Gazir); *Dois deputados têm projetos idênticos*, autor: Flávia De Leon; *Os 113 Deputados sem faltas; Apenas dois projetos de deputados são aprovados* (s/autor) (16/Jul/95, selo: *Olho no Congresso*); *Presidentes se justificam; Comissões da Câmara mantêm faltosos* (s/autor); *Faltosos alegam acúmulo de trabalho*, autor: Daniel Bramatti; Denise Madueño; (17/Jul/95); *Marchezan foi a todas as sessões da Câmara*, 24/Jul/95; *Falta quórum para convocar ministros*, 26/Jul/95 (s/autor); *Leão esteve presente em todas as sessões*, 03/Ago/95, autor: Wilson Silveira; S/título, 07/Set/95, s/autor, seção: *Painel; Tiroteio; Câmara retoma velhos vícios no trabalho*, 11/Set/95, autor: Lucio Vaz selo: *Olho no Congresso*; *Samney quer mudar regras*, 13/Set/95; *Só 50% dos membros vão à instalação da comissão; Só 50% dos membros vão à instalação da comissão*, (14/Set/95); *Câmara reúne 99, mas só 10 vão a sessão*, 15/Nov/95 (s/autor); *Zulaiê ameaça pedir prisão de ausentes*, 30/Nov/95, autor: Emanuel Neri; *Emenda vai manter IPC*, s/autor; *IPC vai sobreviver à Reforma*, autor: Marta Salomon (14/Dez/95); *Deputado 'gazeteiro' abandona o mandato*, 31/Dez/95, autor: Daniela Pinheiro; *Deputado desvia R\$ 120 mi para Minas e causa tumulto*, 19/Jan/96, autor: Sônia Mossri; *Deputado diz que cumpre seu dever; Petista justifica verbas para GO* (s/autor); *Deputados destinam R\$ 853 mi do Orçamento para interesses eleitorais*, autor: Lucio Vaz (11/Fev/96); *Verba da União vai para parlamentares*, 11/Mar/96, autor: Sônia Mossri; S/título, 08/Jan/96 s/autor, seção: *Painel; Tiroteio; Samney envia telegrama em busca de quórum*, 11/Jan/96, autor: Sônia Mossri; *Presidente da CCJ elogia iniciativa; Goldman cobra mais abrangência*, 15/Jan/96; *Deputado desvia R\$ 120 mi para Minas e causa tumulto*, 19/Jan/96, autor: Sônia Mossri; *Carnaval pode atrasar votação*, 09/Fev/96; *IPC vai sobreviver à Reforma*, autor: Marta Salomon; *Euler defende aposentadoria dos parlamentares*, autor: Denise Madueño *Vergonha nacional*, s/autor, seção: *Painel;Tiroteio*; (10/Fev/96); *Deputado diz que cumpre seu dever; Petista justifica verbas para GO* (s/autor); *Deputados destinam R\$ 853 mi do Orçamento para interesses eleitorais*, autor: Lucio Vaz (11/Fev/96); *Presidente do IPC promove*

'rebelião', 14/Fev/96, autor: Marta Salomon; *Líderes dizem que insistirão no fim do IPC*; *Deputado critica fim do IPC e ataca centrais* (autor: Denise Madueño); *O IPC e seus famosos aposentados*; *"Banana do Boris" preocupa as lideranças*; *Dirigente do instituto quer dinheiro da União*; *Interesse pessoal é justificativa* (s/autor); *Conheça os deputados que querem manter privilégio*, autor: Marta Salomon (15/Fev/96); *Protestos congestionam telefones dos deputados*, autor: Paulo Silva Pinto; *Deputado pede que Câmara 'enquadre' Casoy*; *República da banana*, seção: Painel; *Tiroteio* (s/autor); *Iniciativa de Gibson causa confusão na Câmara*, autor: Denise Madueño; Paulo Silva Pinto (16/Fev/96); *Bolsonaro se opõe à extinção*, autor: Marta Salomon; *'Vou lascar vocês'*; *Dutra não consegue se livrar do instituto* (autor: Denise Madueño), *Deputados dão explicações*, s/autor (17/Fev/96); *Deputado fez proposta que mantém o IPC*, 19/Fev/96, autor: Rui Castro; *Ministros não emendam feriado*; *Congresso fica vazio* (23/Fev/96) (s/autor); *Projetos tomam contribuição facultativa*, 28/Fev/96, autor: Lucio Vaz; *Verba da União vai para parlamentares*, 11/Mar/96, autor: Sônia Mossri; *Petebista desconhece projeto* - 29/Mar/96, autor: Augusto Gazir, editoria: Brasil; *Câmara tenta adiar a extinção do IPC*, 07/Mar/96, s/autor; *Deputados justificam "traição"*, autor: Augusto Gazir; Elza Pires de Campos; *PFL pede a presidente fim de ameaças a deputados*, autor: José Roberto De Toledo; Vivaldo De Sousa (08/Mar/96); *Governo vai denunciar nas eleições os "traidores"*, 09/Mar/96, autor: Marta Salomon; *Deputados estão em xeque, diz Motta*, autor: Fernando Rodrigues; *Aliados pressionam, e governo decide suspender retaliações*; *Peemedebistas pedem punição* (s/autor); *Senador diz não crer em ameaça*, autor: Adelson Barbosa; *Presidente desiste de demitir apadrinhados de deputados*, autor: Marta Salomon (13/Mar/96); *Sessão tem empurrões, bate-boca e xingamentos*; *Presidente comemora e nega fisiologismo*; *É dando que se recebe* (s/autor); *Governo reverte votos e aprova Reforma*, autor: Gabriela Wolthers; Denise Madueño; *Governo investe tudo para mudar votos no Congresso*, autor: Lucio Vaz; (22/Mar/96); *S/título*, 23/Mar/96, s/autor, seção: Painel; *Tiroteio*; *S/título*, 24/Mar/96, s/autor, seção: Painel; *Tiroteio*; *Maranhão deve receber pacote de verbas federais*, autor: Irineu Machado; *Cardoso mudou sete votos*, s/autor; *Líder tentará reaproximar Sarney e FHC*, autor: Raquel Ulhôa; *Deputado revela negociação para apoiar reforma*, autor: Lucio Vaz (26/Mar/96); *A Lei de Imprensa*, s/autor; *Líderes decidem não apressar votação*, autor: Augusto Gazir (29/Mar/96); *O balcão de negócios na reforma da Previdência*, s/autor; *FHC afirma que o fisiologismo acabou*, autor: Augusto Gazir; Emanuel Neri (31/Mar/96); *Sarney vê campanha contra o Congresso*, 04/Abr/96, autor: Raquel Ulhôa; *Moradia de deputado receberá R\$ 12,2 mi*; *Congressistas vão passar seis dias na Turquia* (10/Abr/96, s/autor); *Parlamentares cobram de FHC conta do fisiologismo*, 12/Abr/96, autor: Sônia Mossri; Lucio Vaz; *Congresso tenta votar Reforma eleitoral há 5 anos*; *Congresso vira apêndice do Executivo*; *Partidos no poder atraem parlamentares* (autor: Lucio Vaz); *Intelectuais vêm crise*, autor: Fernando de Barros e Silva; *Grandes partidos vivem decadência*, autor: Carlos Eduardo Alves; *A cara dos partidos*, s/autor (15/Abr/96); *O balcão de negócios de FHC*; *Documentos mostram como é feita a barganha*, (autor Lucio Vaz); *'Não dá certo apoiar o governo como cordeirinho'* (autor: Gabriela Wolthers); *Ruralistas ameaçam pedir CPI do BB*; *Fazenda nega acordo com o Congresso*; *Governo cede a ruralistas para continuar reformas*; *Governo procura maquiagem barganha com ruralistas* (autor: Gabriela Wolthers; Denise Madueño); *Empreiteira doou R\$*

560 mil à campanha de FHC, autor: Olímpio Cruz Neto (18/Mai/96); *Lobby incluiu PT e líderes de empresários*; *Setor rural deve R\$ 10 bi ao BB* (autor: Gustavo Patú; Gabriela Wolthers); *Cronologia do lobby*; *Rodrigues acha ético socorro à Mendes Jr.* (autor Denise Madueño); *Reivindicações são "espúrias"*, diz ACM, autor: Raquel Uihôa (21/Mai/96); S/Título, 22/Mai/96s/autor, seção: Painel; *Tiroteio*; *Planalto critica "minorias" do Congresso*, s/autor; *Governo sofre derrota e ameaça retirar emenda*, autor: Denise Madueño (23/Mai/96); *Deputado nega fisiologismo*; *Faria de Sá culpa o governo*; *'Governo não atende o Acre*; S/Título - seção: Painel; *Tiroteio* (s/autor); *Governista reage a ataque do Planalto ao Congresso*, autor: Gabriela Wolthers; Denise Madueño (25/Mai/96); *Derrota foi vista como alívio*, 27/Mai/96, autor: Valdo Cruz; Marta Salomon; *Dissidentes já fazem ameaças*, 28/Mai/96, autor: Denise Madueño; *Deputados querem processar Jabor por difamação e calúnia*, 31/Mai/96, s/autor; *Parlamentares justificam suas emendas*; *Clientelismo pulveriza verbas da União*; *Clientelismo pulveriza verbas da União*; *Parlamentares justificam suas emendas* (s/autor); *Obras paradas torram R\$ 15 bi*, autor: Lucio Vaz; Olímpio Cruz Neto; *Município inventa projeto para justificar recursos*, autor: Silvia Quevedo; *Emenda de Paes dá verba para obra já implementada*, autor: Paulo Mota; *Petista privilegia cidade em que disputa prefeitura*, autor: Carlos Henrique Santiago (02/Jun/96); *Deputados zelam por 'distritos informais'*, 03/Jun/96, autor: Lucio Vaz E William França; *Câmara quer fazer publicidade na TV*, 13/Jun/96, autor: Marta Salomon; *Líderes avaliam que a base governista está cansada*, autor: Marta Salomon; *Cortes no Orçamento esvaziam Câmara*, autor: Lucio Vaz (14/Jun/96); Denise Madueño; *Texto restringe abusos à liberdade a três*; *Nova proposta extingue pena de prisão* (autor: Reinaldo Azevedo); *Lei de Imprensa, Proposta, Saulo Ramos*, s/autor (25/Jun/96); *Deputado pode manter privilégio até 99*, 26/Jun/96, autor: Denise Madueño; *Governo libera verba para redutos de parlamentares*, 28/Jun/96, autor: Lucio Vaz; Vivaldo De Souza; *Parlamentar ganha R\$ 24 mil para trabalhar 9 dias em julho*, 29/Jun/96, autor: Denise Madueño; Daniela Pinheiro; *Seguranças são acusados de tortura*, 06/Jul/96, autor: Denise Madueño; S/título, 12/Jul/96, s/autor, seção: Painel; *Tiroteio*; *Parlamentar ganha R\$ 24 mil para trabalhar 9 dias em julho*, autor: Denise Madueño; *Até falta de vôo é motivo*, autor: Ricardo Amorim; *Média deste ano é semelhante à de 95*; *Deputados que faltaram a cinco ou mais reuniões ordinária*; *O desempenho da Câmara dos Deputados* (s/autor); *Comissões acumulam emendas e projetos*, autor: Augusto Gazir; Ricardo Amorim, selo: *Olho no Congresso* (29/Jul/96); *Eleição pára reformas por dois meses - 07/Ago/96*, autor: Marta Salomon; Denise Madueño; *Nova lei prevê multas proporcionais*, 24/Out/96, autor: Augusto Gazir; *Reeleição hoje tem apenas 265 votos*, 07/Set/96, autor: Clóvis Rossi; *Emenda causa guerra de egos entre os aliados*, 11/Set/96, autor: Fernando Rodrigues; *Convocação custaria R\$ 9,5 mi*, 14/Set/96, autor: Lucio Vaz; *PFL "chuta" 340 votos*, 18/Set/96, autor: Marta Salomon; Ricardo Amorim; *Reeleição tem prioridade, afirma Maciel*, 28/Set/96, autor: Marta Salomon; *Ignorado, líder pepebista reclama*, s/autor; *Congresso estuda mudar Orçamento*, autor: Sônia Mossri (09/Out/96); *Avestruzes*; *Malharia* (s/autor); *João Alves vive recluso na Bahia*, autor: Luiz Francisco; *Apenas um 'anão' foi autuado*, autor: Daniela Pinheiro (14/Out/96); *Congressistas querem usar verba de corte em emendas*, 18/Out/96, autor: Sônia Mossri; *PFL propôs plebiscito para o dia da eleição municipal*, 20/Out/96, autor: Clóvis Rossi; *Maciel tenta barrar articulação peemedebista*, autor: Marta Salomon; *Câmara vota*

concessão de 52 TVS pagas, autor: Elvira Lobato (23/Out/96); Congresso quer mais verba e ameaça Plano de Metas, autor: Sônia Mossri; PMDB só vai votar a favor da reeleição se presidir a Câmara (24/Out/96); Governo conta 21 votos pró-reeleição, 29/Out/96 (autor: Marta Salomon); S/título, 29/Out/96, s/autor, seção: Painel; Tiroteio; Bancada da 'barganha' vai definir rumos da reeleição, 30/Out/96, autor: Denise Madueño; Marta Salomon; Governistas faltam e atrasam votação, 02/Nov/96; Emenda da reeleição sofre novo atraso, 09/Nov/96; Oposição tenta atrasar tramitação, 15/Nov/96 (autor: Denise Madueño); Fidelidade ao governo marca comissão, 15/Nov/96; Pré-candidatos à presidência da Câmara atacam reeleição, 20/Nov/96, (autor: Lúcio Vaz); Ruralistas querem ITR de 20% só em 2004, 22/Nov/96, autor: Daniel Bramatti; PL não fecha a questão, s/autor; PSDB vê hoje cenário desfavorável a FHC, autor: Daniela Pinheiro (02/Dez/96); Deputado pode usar servidor em casa, 03/Dez/96, s/autor; Planalto espera contar com o apoio de 31 do PPB, autor: Lucio Vaz; Autor da emenda espalha cartazes, s/autor; FHC reúne deputados para pedir votos para reeleição, autor: Marta Salomon (04/Dez/96); Governo teme efeitos sobre a reeleição; Acusação domina conversas; S/título, seção: Painel, Tiroteio;; Saiba o que foi a CPI do Orçamento; Açude é maior que Guanabara; Escândalo derruba deputado aliado de FHC; Deputado do PTB agride assessor de Krause; Informação chega a governistas em festa (s/autor); Parlamentar nega pedido de comissão, autor: Lucio Vaz; 'Cardeais' do Orçamento fazem controle da aplicação de verbas, autor: Sônia Mossri; (06/Dez/96); Para Sarney, petebista deve ser cassado; Líder do PFL diz que não faz pressão (07/Dez/96, s/autor); Comissão cria R\$ 1,7 bilhão para emendas eleitoreiras, autor: Sônia Mossri; Abrão é acusado de superfaturar obra, s/autor (08/Dez/96); S/título, 09/Dez/96, seção: Painel; Tiroteio; Presidente foi informado na terça sobre acusações a Abrão (s/autor); Deputado quer verba fictícia em rodovias, autor: Sônia Mossri; Deputado do PR é acusado de superfaturar compras de estatal, autor: Mônica Santanna (10/Dez/96); S/título, seção: Painel; Tiroteio; O circo da reeleição e suas atrações; Congresso se autoconvoca; Krause afirma que pediu proteção à PF; 'É preciso ser intolerante com a corrupção', diz FHC (s/autor) Comissão corta verba para obra suspeita, autor: Sônia Mossri (11/Dez/96); S/título, seção: Painel; Tiroteio; Tasso pressiona e açude vai ter verba (s/autor); Divulgação de lista do BB tem 2 suspeitos, autor: Marta Salomon; Valdo Cruz (12/Dez/96); Ação de FHC barra criação da nova CPI do Orçamento, autor: Lucio Vaz; O relatório da comissão de sindicância; Deputado vê privilégio a senadores (s/autor); Comissão pede que Congresso investigue relator, autor: Denise Madueño; Ricardo Amorim (13/Dez/96); Petistas admitem aliança com Maluf, autor: Daniela Falcão; Senado reage à investigação, s/autor; Procurador decide apurar acusação contra petebista, autor: Silvana De Freitas; Daniel Bramatti; Votação pode ocorrer até sexta, autor: Sônia Mossri (14/Dez/96); Governo pede verba para 134 obras sob suspeita; 'Ninguém sabe os critérios do Executivo', diz Sarney (autor: Sônia Mossri; Fernando Godinho); Emenda limita gastos do Executivo (17/Dez/96); Oposição não consegue obstruir sessão; Relator comete 2 erros em seu parecer (autor: William França); Critérios causam polêmica; Leia a cronologia do caso da lista do BB (18/Dez/96, s/autor); Gravações comprovam ação de lobistas; Revelado esquema paralelo de venda de FM (autor: Elvira Lobato; Josias de Souza); Motta diz que é 'quadrilha'; Veja como foi realizada a investigação; Uma concessão de FM sai por até; O Ministério das Comunicações está para liberar (s/autor); Operadora do esquema quer fundar

partido, autor: William França; Governistas e PPB travam "batalha" de dossiês,: William França; Marta Salomon; Governo faz ofensiva contra candidato do 'baixo clero', autor: Marta Salomon; Daniel Bramatti (20/Dez/96); Câmara decide investigar venda de concessões de FM, autor: William França; Beatriz diz estar "estarecida"; Ex-deputado tem versões contraditórias; Para entender o caso (s/autor); Empresário confirma intermediações, autor: Elvira Lobato; Envolvido no esquema diz que entrou como "laranja", autor: Francisco Câmpera; Reeleição e cassação serão as prioridades; Quem faltou à sessão do dia 17 (s/autor); Deputados podem perder o mandato, autor: Ricardo Amorim (21/Dez/96); FHC diz que não negocia votos para obter reeleição - 01/Jan/97, autor: William França; Decisão do PMDB define futuro de FHC; Jornalistas da Folha depõem sobre esquema de venda de concessões (s/autor); Risco da demora leva ao "tudo ou nada", autor: Marta Salomon; Governo prepara 'votação relâmpago' para reeleição, autor: Denise Madueño; Daniel Bramatti (07/Jan/97); Saiba tudo sobre o jogo da reeleição, s/autor; Partido pode aprovar plebiscito, diz Simon, autor: Clóvis Rossi; Maluf recebe alta e fala como candidato, autor: Antonio Carlos Seidl; Relator aumenta recursos 'fictícios', autor: Sônia Mossri; (08/Jan/97); Planalto é alvo de "romaria"; Deputados barganham voto a favor da reeleição de FHC; Planalto é alvo de "romaria" (s/autor); RO obtém verba para BR-364; PMDB quer negociar espaço no governo; Ministro faz o corpo-a-corpo (autor: Lucio Vaz) (09/Jan/97); Deputados do MT exigem cargos; Ultimato; O balcão de negócios da reeleição; Ruralistas negociam dívida do setor em troca de votos; Até tucanos estão entre os indecisos; Favoráveis à emenda são; Contra a reeleição, somam; Estão indecisos; São necessários (s/autor); FHC precisa de 108 votos para aprovar a reeleição, autor: Ana Maria Mandim et al. (10/Jan/97); 47% da Câmara apóia consulta popular, 11/Jan/97, s/autor; Momento de pedir verba é todos os dias, diz relator, 13/Jan/97, autor: Rui Nogueira; Senador nega envolvimento; PMDB e 'baixo clero' são obstáculo a FHC (s/autor); Esquema oferece rádios piratas a políticos; Esquema oferece rádios piratas a políticos (autor: Lucas Figueiredo; Márcio de Moraes); Parlamentares sonham sair do anonimato, autor: Mauricio Stycer; Samey é citado em gravação telefônica como incentivador (19/Jan/97); PF investiga esquema com TVS educativas (autor: Lucas Figueiredo); Impasse aproxima FHC de consulta popular, , autor: Josias De Souza (20/Jan/97); Deputados do PR debandam para o PSDB, autor: Deise Leobet; Câmara ainda não apurou o esquema de concessões, s/autor; Congresso paga servidores de 4 partidos, autor: Lucio Vaz (21/Jan/97); Plebiscito divide base governista, 23/Jan/97, autor: Marta Salomon; Clóvis Rossi; 'Murmúrio dos cargos' atrai votos pró-FHC, 28/Jan/97, s/autor; Suspeita depõe e agride fotógrafo, s/autor; Emenda 'abafa' escândalos da Câmara, autor: Daniel Bramatti (01/Fev/97); Estratégia para aprovar reeleição foi traçada em 1994, 02/Fev/97, autor: Rui Nogueira; Fábio Guibu; Congresso votou 7 projetos na convocação, 07/Fev/97, autor: Daniel Bramatti; Lucas Figueiredo; 'É bobagem', diz deputado, s/autor; Câmara gasta R\$ 2 mi com novo painel, autor: Ricardo Amorim; Parlamentares vão à Europa custeados por seguradoras, autor: Lucio Vaz; Daniela Pinheiro (08/Fev/97); 'Olho no Congresso' presta serviço, 19/Fev/97; Governistas duvidam do poder da 'bancada dos aposentados', 28/Fev/97, autor: Daniela Pinheiro; PSDB ganha 33 deputados em dois anos, 04/Mar/97, autor: Fernando Rodrigues; Governistas pretendem votar já a reforma administrativa, 16/Mar/97; Líderes não chegam a acordo sobre teto (autor: Daniela Pinheiro)

Associação paga viagem de deputados (18/Mar/97); Governo não obtém acordo para reforma, 19/Mar/97 (s/autor); O que importa nas reformas, 30/Mar/97, autor: Celso Pinto; Governo decide hoje se mantém teto salarial de R\$ 10,8 mil, 31/Mar/97, autor: Denise Madueño; Presidente defende teto de R\$ 10,8 mil, 01/Abr/97, s/autor; FHC ameaça demitir 50 mil se teto não for aprovado, autor: Denise Madueño; Marta Salomon; Aposentados tentam barrar teto, autor: Marta Salomon (02/Abr/97); FHC cede e mantém privilégio na reforma, 03/Abr/97, autor: Augusto Gazir; Denise Madueño; Governo vai fazer novas concessões, autor: Denise Madueño; O que diz a emenda da reforma administrativa, s/autor (04/Abr/97); Em defesa dos privilégios, 07/Abr/97, autor: Valdo Cruz; Governo aumenta teto de parlamentares, 08/Abr/97; "Acordo é mesquinho" (s/autor); Líderes temem rejeição da emenda e adiam votação, autor: Paulo Silva Pinto; Augusto Gazir; Reforma aumenta salário de parlamentar, autor: Marta Salomon (09/Abr/97); Planalto nega novo reajuste; Ministro do STF ironiza acordo; Acordo favorece também a FHC; Câmara aprova emenda sem definir teto (s/autor); Exceção ao teto é idéia sem 'pai', autor: Marta Salomon (10/Abr/97); 'Trabalho o ano todo e não tenho nada', autor: Emanuel Neri; Emenda garante reajuste automático, autor: Marta Salomon; Governo não confia na aprovação do acordo, autor: Valdo Cruz; Marta Salomon (11/Abr/97); Governo derruba extrateto de R\$ 21,6 mil, 15/Abr/97, autor: Marta Salomon; Luiza Damé; Manobra governista eleva salários em 59%, 16/Abr/97, autor: Marta Salomon; Câmara dificulta demissão de servidor, 24/Abr/97, autor: Marta Salomon; Luiza Damé; Para FHC, Congresso age de forma "vergonhosa", autor: Lucas Figueiredo; Emenda poderá repetir o fracasso da Previdência, autor: Marta Salomon; S/título, s/autor, seção: Painel; Tiroteio (25/Abr/97); PMDB quer ministérios antes de votação, 29/Abr/97, autor: Luiza Damé; Para FHC, aliado que votar contra vai para a oposição, 30/Abr/97, s/autor; Inocêncio prevê atraso nas Reformas, 01/Mai/97, autor: Marta Salomon; Manobra pode driblar quórum, s/autor; Governo não tem os votos para aprovar a emenda, autor: Marta Salomon; Luiza Damé (07/Mai/97); Deputados brigam em plenário ontem, 08/Mai/97, s/autor; Temer 'tropeça' com governo e oposição, 09/Mai/97, autor: Lucio Vaz; Luiza Damé; Congressistas recebem a pior avaliação, Folha de São Paulo, 12/Mai/97, autor: Haroldo Ceravolo Sereza; Planalto quer limitar caso, autor: José Roberto De Toledo; Trechos da gravação envolvem o governo na compra de deputados; Sérgio Motta intermediou compra de voto pró-reeleição, diz deputado (autor: Fernando Rodrigues); Deputado nega suborno, mas diz que na Câmara ninguém é 'anjo', autor: Patricia Zorzan; Governadores do Amazonas e Acre negam participação em negociação, autor: Emanuel Neri et al.; Câmara abre sindicância para apurar a compra de votos revelada por gravações; FHC afirma desconhecer barganha; ministro não vê risco para emenda; Osmir Lima; Ronivon diz que gravação faz parte de 'jogo político' para prejudicá-lo; Governo do Estado do Acre, Nota Oficial, Oposição tenta CPIS no Acre e Amazonas; Osmir diz abrir mão de sigilo (s/autor); Deputado deve ser cassado, diz ACM, autor: Raquel Ulhôa; Planalto deve usar 'trambique cívico', diz secretário do PSDB, autor: Marta Salomon (14/Mai/97); Governador diz que gravação é 'bobagem'; Empresário nega ter dado os cheques (autor: Emanuel Neri); Ex-deputado do AC pode ser ouvido hoje; Folha enviará cópia de fita à comissão de sindicância; Cúpula do PFL expulsa Ronivon Santiago e João Maia do partido; Cronologia; Envolvidos serão 'desligados', diz FHC; FHC acha que ministro não está envolvido; Leia as declarações do ministro; Motta fala em

"calúnia" e nega envolvimento na compra de voto; Oposição obtém 192 assinaturas e PSDB inicia blitz contra CPI; Temer não descarta abertura de CPI para apurar compra de voto; Ronivon confirma gravações, mas diz que eram brincadeiras (s/autor); Suframa era um dos objetivos de Amazonino para apoiar reeleição, autor: Igor Gielow; Renda semanal de R\$ 40 de manicure mantém emissora; "Ele está com raiva só porque não é sócio", diz proprietário (autor: Patricia Zorzan; Xico Sá); Ronivon diz em gravação que recebeu uma TV de Sérgio Motta, autor: Fernando Rodrigues; Elvira Lobato; Comissão da Câmara decide ouvir Motta, autor: Luiza Damé; Governo trabalha contra a CPI e quer a cassação de deputados, autor: Marta Salomon; Líderes de PFL e PMDB sugerem o afastamento de Motta a FHC, autor: Kennedy Alencar et al.; Planalto quer limitar caso, autor: José Roberto De Toledo; Oposição vai negociar a criação de CPI, autor: Oswaldo Buarim Jr.; Oposição perde e Senado vota a reeleição na quarta, Raquel Ulhôa (15/Mai/97); Maluf não comenta caso e adia sua volta ao país, autor: Carlos Eduardo Alves; Empresariado quer CPI e teme os efeitos da crise nas reformas, autor: Antonio Carlos Seidl; 91% dos paulistanos defendem CPI; aprovação a FHC cai 7 pontos, autor: José Roberto De Toledo; Governo lança 'operação abafa' e FHC enfrenta protesto em BH -, autor: Clóvis Rossi (16/Mai/97); Se CPI for inevitável, governo quer indicar a maioria de seus membros, autor: Marta Salomon; Comissão de sindicância deve sugerir cassação de deputados; Primeiros dados de perícia de fitas devem ser divulgados até terça; Portella nega verbas para estradas no AC (s/autor); Assessor de governador diz ter sido procurado por Ronivon - autor: Xico Sá; Oposição conta 218 deputados pró-CPI, autor: Oswaldo Buarim Jr. (17/Mai/97); Zona Franca financiou campanha de Amazonino para governo em 94, autor: Emanuel Neri; Presidente FHC sucumbe à armadilha prevista em livreto pelo senador FHC, autor: Josias De Souza; Cronologia da reeleição; Jornal respondeu pedidos do Congresso, mas mantém sigilo; Cronologia da reeleição; Saiba como foi feita a compra (s/autor); O dia-a-dia do caso, s/autor; André Muggiati (18/Mai/97); Negócio milionário levou suspeitos ao PFL - 19/Mai/97, autor: Marta Salomon; Entenda como foram conseguidas as gravações sobre a compra dos votos autor: Fernando Rodrigues; Serra não vê razão para instalar CPI -, autor: Antonio Carlos Seidl; Oposição entrega pedido de CPI à Câmara; Entidades fazem ato público na Câmara; OAB pede CPI em nome de "moralidade" (s/autor); Paes de Andrade faz a "contra-pressão", autor: Oswaldo Buarim Jr.; Emenda deve ser votada hoje no Senado, autor: Raquel Ulhôa (21/Mai/97); Governo já repensa estratégia anti-CPI, autor: Fernando Rodrigues; PT quer tentar invalidar aprovação, autor: Carlos Eduardo Alves; Proposta recebe 212 assinaturas; oposição agora tenta urgência; Os Deputados (s/autor); Emenda impede suspensão da renúncia dos dois deputados, 22/Mai/97, autor: Lucio Vaz; FHC promete demitir possíveis envolvidos; A tramitação da proposta de criação da CPI da Reelegição; "Aprovação da reeleição é elogiada" (s/autor); Presidente faz elogios à aprovação da reeleição, autor: William França; PT tenta 'fato novo' para conseguir CPI, autor: Carlos Eduardo Alves; Toque de recolher" tenta impedir CPI, autor: Lucas Figueiredo; Luiza Damé; Deputados viajam e esvaziam Câmara, 24/Mai/97; Oposição convoca passeatas pela CPI, 25/Mai/97 (s/autor); Bloqueio a CPI é suicídio, diz Almino, 29/Mai/97, autor: Oswaldo Buarim Jr.; Oposição do Amazonas e Acre vai a Brasília por CPI, 03/Jun/97, autor: Patricia Zorzan; Câmara vota devassa em obras no AM e AC, s/autor; Oposição vai ao STF e para "a rua" contra a reeleição

autor: Daniel Bramatti; Luiza Damé (04/Jun/97); *Convocação extra divide governistas*, 11/Jun/97; *PSDB enfrenta agora a 'peemedebização'*, 15/Jun/97, autor: Eliane Cantanhêde; *CCJ bloqueia julgamento de parlamentares*, autor: Luiza Damé; Raquel Ulhôa; Silvana De Freitas (16/Jun/97); *Deputados criticam Luís Eduardo*, 17/Jun/97 (s/autor); *Câmara vai ouvir Motta sobre crítica a deputados*, 13/Jun/97, autor: Lucas Figueiredo; *CCJ bloqueia julgamento de parlamentares - 16/Jun/97*, autor: Luiza Damé; Raquel Ulhôa; Silvana; *Leia trechos do depoimento do ministro Sérgio Motta; Jornal respondeu pedidos do Congresso, mas mantém sigilo* (s/autor); *Congresso deve ser convocado em julho*, autor: Lucio Vaz; Raquel Ulhôa (18/Jun/97); *Os folguedos*, 20/Jun/97, autor: Nelson De Sá, seção: No Ar; *Câmara muda cálculo de desconto para ausentes*, 25/Jun/97; *FHC convocará Congresso; pauta inclui Reformas e FEF*, 26/Jun/97; *BC condena deputado a pagar R\$ 6 mi*, 27/Jun/97, autor: Frederico Vasconcelos; *Para CCJ, compra de votos ficará impune - 02/Jul/97*, autor: Luiza Damé; *Temer defende agenda para melhorar imagem da Câmara*, 10/Jul/97; *Falta de quórum adia sessão da Câmara*, 12/Jul/97; *S/título*, 14/Jul/97, seção: Painel; *Tiroteio* (s/autor); *Festas de São João e São Pedro ameaçam próximas votações*, 20/Jun/97, autor: Raquel Ulhôa; *Câmara vota 2 de 6 projetos previstos*, 28/Jul/97, autor: Luiza Damé; *Brígido, que vendeu voto, 'aluga' mandato*, 11/Ago/97; *Deputado confirma 'aluguel' de cargo*, 12/Ago/97; *Deputado afirma gastar salário desviado com viagens e aluguel* (autor: Lucio Vaz); *'Isso não pode ocorrer', diz Temer*, autor: Luiza Damé (13/Ago/97); *S/título*, 18/Ago/97, seção: Painel; *Tiroteio; ACM critica aumento de verba*, 19/Ago/97 (s/autor); *Deputado terá de provar pagamentos*, autor: Luiza Damé; *Deputado desvia verba do auxílio-moradia* autor: Lucio Vaz; Ricardo Amorim; Fabiana Melo (19/Ago/97); *S/título*, seção: Painel; *Tiroteio* (20/Ago/97); *Temer reage aos ataques do Senado*, 21/Ago/97; *As denúncias continuam a surgir: Tucano é acusado de usar servidor em rádio*, 22/Ago/97; *Críticas levam Câmara a apressar código de ética*, 23/Ago/97 (s/autor); *CCJ aprova emenda que amplia seu poder*, 05/Set/97, autor: Luiza Damé; *Deputado quer apuração preliminar*, s/autor; *Especialistas fazem críticas a maiores poderes para CCJ*, autor: Cláudia Trevisan; Eunice Nunes (06/Set/97); *Motta vê ligação 'incestuosa' com Congresso*, autor: Emanuel Neri; *S/título*, s/autor, seção: Painel; *Tiroteio* (09/Set/97); *Chicão confirma "aluguel de mandato" e pode ser cassado*, 10/Set/97, autor: Luiza Damé; *Câmara apura pagamento a jogadores; Congresso realiza a 12ª investigação desde 1995* (16/Set/97, autor: Lucio Vaz); *Câmara deve votar cassações no mesmo dia*, 20/Set/97; *Câmara tenta punição para deputado absolvido pela CCJ*, 26/Set/97; *Fim de acordo pode dividir governistas*, 09/Out/97, autor: Raymundo Costa; *Extinção de cargos ameaça as Reformas*, 25/Out/97, autor: Lucio Vaz; Luiza Damé; Fernando Godinho; *Emendas favorecem redutos de líderes*, 26/Out/97, autor: Oswaldo Buarim Jr.; *Acordo de bancadas facilita aprovação; Eleitos se beneficiam de emendas* (02/Nov/97, s/autor); *A situação das Reformas no Congresso*, s/autor; *FHC reúne líderes para apressar votação*, autor: Luiza Damé; Denise Madueño (04/Nov/97); *Governo recua para aprovar Reforma; FHC troca Reforma por liberação de verba* (05/Nov/97; *CCJ autoriza pela primeira vez que deputado seja processado*, 06/Nov/97, s/autor; *Administrativa passa em comissão*, 07/Nov/97 (autor: Denise Madueño; Luiza Damé); *S/título*, s/autor, seção: Painel; *Tiroteio; Parlamentares deixam de fiscalizar TCU*, autor: Frederico Vasconcelos (10/Nov/97); *Ronivon mantém apartamento da Câmara*, 15/Nov/97,

autor: Luis Costa Pinto; *Não é uma mutreta*", 18/Nov/97; *Governo faz concessão para aprovar reforma* (s/autor); *Líderes desistem de negociar fim de teto*, autor: Luiza Damé; Denise Madueño; *Diretor da Câmara faz lobby antiteto*, autor: Luís Costa Pinto; *Mulher de relator não será transferida*, autor: Lucio Vaz (19/Nov/97); *Bancada paranaense do PFL troca apoio por empréstimo*, s/autor; *FHC detona caça ao voto de 100 deputados*, autor: Marta Salomon; William França; *Governo barganha e aprova Reforma Administrativa*, autor: Luiza Damé; Denise Madueño (20/Nov/97); *Mulher de Moreira pede aposentadoria no Senado*, 21/Nov/97, autor: Lucio Vaz; *Como o governo barganhou votos no Congresso*, s/autor; *Convertidos votam a favor da estabilidade*, autor: Lucio Vaz (22/Nov/97); *Líderes fazem blitz para passar Reformas*, s/autor; *Malufistas ameaçam obstruir votação*, autor: Lucio Vaz, editoria: Brasil (24/Nov/97); *Demissão por excesso de gasto deve cair*, 25/Nov/97, autor: Luiza Damé; Denise Madueño; *Governo vence com folga de 18 votos*, autor: Luiza Damé; Solano Nascimento; *Estabilidade amplia dissidência governista*, s/autor (27/Nov/97); *Moreira Franco tentou empregar cunhado*, 30/Nov/97, autor: Lucio Vaz; *Temer adia votação de cassações para 98*, 02/Dez/97, autor: Denise Madueño; *Emenda facilita ação contra parlamentar*, 03/Dez/97, autor: Luiza Damé; *'Olha, deputado, agora fica difícil'*, s/autor; *Esforço concentrado da Câmara vota só 2 projetos*, 05/Dez/97; *Esforço concentrado só vota 9 projetos*, 06/Dez/97 (autor: Denise Madueño; Luiza Damé); *Executivo define prioridade do Legislativo*, 07/Dez/97, autor: Lucio Vaz; S/título, 08/Dez/97, s/autor, seção: Painel; *Tiroteio Congresso aprova Orçamento de 98*, 12/Dez/97, autor: Daniel Bramatti; *Deputado diz que Planalto ameaça retaliação por voto*-autor: Lucio Vaz e Luiza Damé (28/Nov/97); *Convocação extra atrai só a metade dos parlamentares*, 08/Jan/98, s/autor; *Deputado diz estar gripado*, 08/Jan/98, autor: Sandra Hahn; Paulo Peixoto; Flávio Arantes; *Reforma deve ser votada após convocação*, 12/Jan/98, autor: Denise Madueño; *Dinheiro contra o El Niño favorece base governista*, 15/Jan/98; *Estados que não precisam recebem verba anti-El Niño*, 16/Jan/98 (autor: Lucio Vaz; Raymundo Costa); *Sem quórum, votação da Previdência fica para março*, 17/Jan/98, autor: Luiza Damé; Denise Madueño; *Ausentes podem receber R\$ 1,6 milhão*, 22/Jan/98; *Deputadas faltosas recebem apoio de líderes partidários*, 27/Jan/98 (s/autor); *Relator falta a sessões para praticar esqui*, 02/Fev/98, autor: Lucio Vaz; *Senadores criticam Olho no Congresso*, 07/Fev/98, s/autor; *Câmara antecipa feriado de Carnaval*, 13/Fev/98, autor: Luiza Damé; Denise Madueño; *Câmara deve passar o ano com poucas votações*, 17/Fev/98, autor: Denise Madueño; *Lideranças tentam evitar esvaziamento*, 22/Fev/98, autor: Luiza Damé; Denise Madueño; *Oswaldo Buarim Jr.; Reforma não ajuda avaliação do Congresso*, 17/Mar/98, autor: José Roberto De Toledo; *Temer aponta fraude de voto*, 19/Mar/98, autor: Luiza Damé; *Prática de votação dupla é comum; Michel Temer armou o flagrante usando a TV Câmara; 'É hábito', diz Andrade Vieira* (s/autor); *Borba assume 'piano' e tenta livrar colega*, autor: Denise Madueño; Luiza Damé; Flávio Arantes; *Câmara abre processo de cassação contra "pianista"*, autor: Luiza Damé; Denise Madueño (20/Mar/98); *Câmara pede explicação a Vieira; Briga política entre paranaenses motivou denúncia* (s/autor); *Viaduto é pivô da provável cassação; Justiça cobra dívidas de deputado ausente* (autor: Flávio Arantes) (21/Mar/98); *PTB tentará preservar "pianista"*, 23/Mar/98; *'Pianista' recua e acusa dono da senha*, 25/Mar/98 (autor: Luiza Damé; Denise Madueño); *Para acusado de 'pianismo', suspensão é pena razoável*, 27/Mar/98, s/autor; *Comprovada nova fraude de*

"pianista", 03/Abr/98; *Deputado confessa mais um caso de "pianismo"*, 09/Abr/98 (autor: Denise Madueño); *S/título*, 10/Abr/98, seção: Painel; *Tiroteio; Naya tenta evitar votação de cassação*, 15/Abr/98; *Cassações pendentes no Congresso*, 16/Abr/98 (s/autor); *Naya é cassado com margem de só 20 votos*, autor: Luiza Damé; Denise Madueño; *Irmã de cassado dá anjo a Naya*; *S/título*, seção: Painel; *Tiroteio (s/autor)* (16/Abr/98); *Cassação de Naya pode livrar deputados*, 17/Abr/98, autor: Denise Madueño; Luiza Damé; *Deputados "pianistas" terão de depor novamente em comissão*, 20/Abr/98, autor: Denise Madueño; *Deputados negam novo "pianismo"*, 30/Abr/98, s/autor; *Imagem de parlamentares tem melhora*, 05/Mai/98, autor: Emanuel Neri; *CCJ aprova cassação de 'pianistas'*, 06/Mai/98, autor: Denise Madueño; *Câmara deve votar cassação na quarta*, 17/Mai/98, s/autor; *Deputados votam contra a cassação de Pedrinho Abrão*, 28/Mai/98, autor: Denise Madueño; Luiza Damé; *Os deputados e as acusações; 'A Casa fez justiça', diz Chicão Brígido* (29/Mai/98, s/autor); *Entenda o processo contra deputados*, s/autor; *Câmara inocenta deputados acusados de venda de voto*, autor: Luiza Damé; Denise Madueño (03/Jun/98); *Senado aprova novas regras para imunidade*, 05/Jun/98; *Senado aprova processos contra deputado sem autorização prévia*, (s/autor); *Senado gasta R\$ 100 mil com CDS*, autor: Xico Sá (19/Jun/98); *PFL quer aprovar fidelidade partidária depois da eleição*, 23/Jun/98, autor: Valdo Cruz e Fernando Rodrigues; *Câmara terá apenas 5 votações em 3 meses*, 04/Jul/98, s/autor; *Congresso abre com nove parlamentares*, 04/Ago/98, s/autor; *Senador tenta eleição sem acabar mandato*, 12/Ago/98, autor: Wilson Silveira; *Novo painel estréia, mas 'pianista' fica*, 17/Out/98, autor: Denise Madueño; *Deputados perdem e contratam parentes*, 01/Nov/98; *Sem renovar mandato, dez deputados viajam para os EUA*, 29/Nov/98 (autor: Lucio Vaz); *Deputado nega ser mandante de crime*, 23/Dez/98, s/autor; *Contra fisiologia, tucano quer fidelidade partidária*, 24/Dez/98, autor: Kennedy Alencar.

Estado de São Paulo

Editoriais (editoria: Política, Notas ou Notas e Informações, seção: Editorial; Editoriais ou NetEstado/Editoriais):

Emenda, novo produto químico, 30/Jan/96; *A vitória do Executivo*, 21/Mar/96; *Ser e estar fisiológico*, 26/Mar/96; *Um projeto infeliz*, 30/Mar/96; *O reinado republicano do provisório*, 13/Abr/96; *"Corporações"*; *O senador e a lei de imprensa*, 18/Abr/96; *Estado de Direito*, 16/Mai/96; *O dilema da democracia*, 17/Mai/96; *Serviço prestado ao País*, 23/Mai/96; *A realidade dos números*, 24/Mai/96; *O vôo-cola da felicidade*, 18/Jul/96; *Desencontros perigosos*, 19/Jul/96; *Vagas para mosqueteiro*, 20/Jul/96; *Repensar o Orçamento*, 24/Jul/96; *Quase uma revolução*, 09/Set/96; *Os limites da negociação*, 30/Out/96; *Lições a tirar de um escândalo*, 06/Dez/96; *A atuação do Congresso*, 05/Fev/97; *O Judiciário e a Reforma administrativa*, 18/Mar/97; *Que não haja novos palanques pela frente!*, 22/Mar/97; *A maioria desorganizada*, 07/Abr/97; *O "acordo sem pai"*, 11/Abr/97; *Dificuldades para aprovar as reformas*, 22/Abr/97; *Por que as reformas não são aprovadas*, 24/Abr/97; *A pressa do Executivo e a lentidão do Legislativo*, 03/Mai/97; *Coisa de irresponsáveis*, 09/Mai/97; *Um novo escândalo*, 15/Mai/97; *Ministros do sistema*

político, 18/Mai/97; A raiz do escambo, 19/Mai/97; Tratamento sério para questões cruciais, 30/Mai/97; Última linha de resistência, 11/Jun/97; A mobilização pelas reformas, 25/Jun/97; Abre-se uma janela para as reformas, 03/Jul/97; A reação da Câmara, 04/Jul/97; Méritos de uma proposta extemporânea, 09/Jul/97; Vitória de Pirro, 11/Jul/97; Pequenos escândalos, 25/Ago/97; Orçamento não contingenciado, 03/Set/97; Uma lei para o senador, 05/Set/97; Luzias e Saquaremas, 28/Set/97; Aves de arribação, 30/Set/97; Um dia de vergonha, 10/Out/97; Tentativa de melhorar a imagem do Congresso, 24/Out/97; A defesa do interesse comum, 06/Nov/97; O Congresso no bom caminho, 07/Nov/97; O real sentido da reforma administrativa, 17/Nov/97; É preciso fechar a "casa de penhores", 18/Nov/97; No mesmo rumo, num outro ritmo, 20/Nov/97; O início da racionalização do Estado; Sinais animadores, 21/Nov/97; Um dia decisivo, 26/Nov/97; ok3Representação no Congresso, 15/Dez/97; Prejuízo ético, além de contábil, 21/Jan/98; A nova imunidade esperada, 22/Mar/98; A cassação não redime o Congresso, 17/Abr/98; Constituinte restrita, 21/Abr/98; As reformas necessárias 13/Jun/98; Vôo cego, 26/Set/98.

Editoria Geral

Bancada ruralista ameaça boicotar projeto, 23/Abr/96, autor: Raquel Stenzel.

Editoria Economia

Relator de MP admite ajuda à construtora, 14/Mai/96, autor: Ricardo Amaral.

Editoria Outros

Câmara pedirá apuração de uso de lista do PPB, 10/Dez/96, autor: Ricardo Amaral; Planalto vira centro de romaria de políticos, 08/Jan/97, autor: Kássia Caldeira; ACM antecipa início de sessões da convocação, s/autor, 01/Jul/97.

Editoria Primeira Página

Campanha esvazia o Congresso, 05/Jul/96; Governo conta 331 votos e já festeja reeleição, 09/Jan/97; FH convoca rebeldes para impedir CPI, 19/Mai/97 (s/autor).

Editoria Cidades

ACM defende a cassação de Sérgio Naya, autor: Rosa Costa; Ação quer que deputado devolva R\$ 60 milhões, autor: Edson Luiz; Imunidade de parlamentares pode ser revista, autor: Rosa Costa e João Domingos (03/Mar/98); Apontador tem ponto na Câmara, 13/Abr/96, autor: V. M.

Cartas dos leitores (editoria: Fórum de Debates ou Fórum dos Leitores, seção Espaço Aberto)

Defensor de privilégios, de Valêncio Magalhães Campos, Capital, 22/Fev/96, Tema: Políticos Brasileiros; Vergonha do Legislativo, de José Luiz Pereira, Pilar do Sul; Cota de sacrifício, de José Antonio de Méo, São Carlos; S/título, de Breno

P. de Oliveira, Ribeirão; *Como nas "diretas-já"*, de Regina Rivero Pupo; *Dedos e anéis*, de Arnaldo Furquim Paoliello (Capital); *Os imorais*, de Inácio L. S. Engelman, Pouso Alegre (MG), tema: Reforma da Previdência, (04/Mar/96); *Vergonha!*, de João Carmos Silva, vereador e vice-presidente do PSDB da Estância Turística de Eldorado, Eldorado; *Vilões e patriotas*, de Rubens da Silva Cardoso, Botucatu; *Velho filme*, de Guido Maria Camuzzo, Piracicaba; *Guilhotina popular*, de Renaud Ferreira de Oliveira, Caçapava; *Que venha Fujimori*, de José Roberto Nunes da Silva, Itapetininga (09/Mar/96) (Tema: Reforma Da Previdência); *Pão e circo?*, de Silvio R. Bertilacchi, Campinas, *Custo da democracia* de Elio Lages; *IPC sobre CPI*, de Carlos Henrique Abrão; *Poder Econômico* de Euvaldo Ramos de Andrade (Capital) (20/Mar/96); *Forças da natureza*, de Francisco Luís Ribeiro, Capital, 17/Abr/96, Tema: Eleições; *S/título*, de Luiz Santilli Jr.; *Algo de podre no ar*, de Carlos Olail de Carvalho, (Capital); *País devoto*, de Flávia do Val Rodrigues De Giovani, Ribeirão Preto (22/Abr/96, Tema: Políticos Brasileiros); *À vontade* Humberto Barchi, Assis; *Público e privado*, de Maria das Dores Fernandes, Capital, (21/Mai/96, tema: Governo FH); *Na marra*, de Eugênio Albe Smith, São João da Boa Vista; *Poucas e boas*, de Hugo Maia; *Reforma espetacular*, de Vivian Ruici de Azevedo; *Infâmia em Brasília*, de Roberto Gomes Caldas Neto; *Dragão da maldade*, de Egon Buhemann; *No balanço das horas*, de Carlos Trabolde (Capital); *Inflação de imoralidade*, de Raymundo Penha Forte Cintra, Botucatu; *É carnaval*, de Alcer Lima de Abreu, Campinas; *'Turismo parlamentar'*, de Antônio Rochael; *De olho nas contas*, de Adriana Arruda de Toledo Murguel, Jaú (22/Mai/96); *'Chupacabras' nacional*, de Alberto Braz, Santo André, 23/Mai/96; *Dever e obrigação*, de Inger B. Dreyer; *Lembrete para eleição*, de André Miguel Osser; *Cultura da mamata*, de Manuel Morales; *Custo de congressista*, de Paulo Dias Neme (Capital); *'Camelôs da República'*, de Silvio R. Bertilacchi, Campinas (27/Mai/96); *Sonho de Vigny*, de Laércio de Almeida, Araraquara; *Combustível do interesse*, de Jaime Cavarzan, Araraquara; *Congresso indignado*, de Antonio Cláudio Perin, São Caetano do Sul; *Arnaldo Jabor*, de Antonio dos Santos Teles Carvalho, Capital; de Reinaldo J. P. Leite, Embu; de Edvaldo J. Rodrigues, São Bernardo do Campo (S/título); *Arnaldo Jabor*, de Antonio dos Santos Teles Carvalho, Capital (01/Jun/96) (Tema: Políticos Brasileiros); *Deputados virtuais*, de Carlos Trabolde, Capital; *S/título*, de Antonio Afonso N. Jr., Rinópolis, 21/Jun/96, Tema: Tesouro fica com patrimônio e dívidas; *Mais respeito*, de Antônio Rochael, Iguape, 21/Nov/96; *Tempos de austeridade?*, de Ronaldo Santoro, Rio de Janeiro, 17/Dez/96, Tema: Serviço Público; *Prevaricação premiada*, de Márcia Oliveira Menezes, Capital, 13/Jan/97; *Comerciais, por favor*, de Wanderley da Silva Campos, Aguai; *Demiurgos da democracia*, de Antonio Carlos Stancatide Carvalho; *Fórmula da desigualdade*, de João Martins; *Quando falta virtude*, de Luiz Antonio da Silva; *Hora de ladrar*, de Vahan Boyadjian; *Teto absurdo*, de Jacqueline Shammas; *Revolta dos fariseus*, de João Marcos Coelho Barker (13/Abr/97, São Paulo, Tema: Reforma Administrativa); *Arena parlamentar*, de Valdy Callado, Rio de Janeiro; *Baile funk*, de Pierre Karkasfalvy, São João da Boa Vista; *Doutrina do apitaco*, de Jayme Boscov, São José dos Campos; *Show para o mundo*, de Ozias Bueno, Mirassol; *Bom emprego*, de Antônio Rochael, Iguape; *Pulso fraco*, de Manoel de Souza, São José do Rio Preto; *Só verniz*, de Olival O. dos Santos; *Picaretas*, de James F. Sunderland Cookulo; *S/Título*, de Renaldo Cerntauskas; *Cobaias de biotério*, de Antônio Carlos Corrêa Netto (São Paulo) (11/Mai/97, Tema: Políticos Brasileiros);

Venalidade, de Rogério Soares de Almeida Silveira; Angelo Ceccotti; *Venda de votos*, de Carlos Henrique Abrão; *Suborno no Congresso*, de Olavo Príncipe Credidio; *Omissão da lei*, de Francisco L. Monaco (São Paulo); S/título, de Homero Benedicto Ottoni Netto, Redenção da Serra; *Circo nacional*, de Carlos Ilich Santos Azambuja, Rio de Janeiro; *Parlamento dissolvido*, de Dorival Cury, Bauru (19/Mai/97); *Baionetas*, de Hugo Maia, São Paulo; *Nada convincente*, de Valdy Callado, Rio de Janeiro; S/título, de Erberto Flauzina de Oliveira, Batayporã (MS) (25/Mai/97, Tema: Governo FH); *Reforma política*, de José Pontes Jr., Fernandópolis; S/título, de Nilson Barroso, Barretos; *Próximo escândalo*, de Epaminondas Lopes, Rio Claro; *Do mesmo saco*, de Cláudio Manfrini Neto, Votuporanga; *Líder forte*, de Wilson Rosa Brasil, Vinhedo; *Desmoralização*, de Maria Teresa S. Corral; *Senhor X*, de James F. Sunderland Cook (São Paulo); *Confundir o povo*, de Monica F. dos Santos, Campo Grande (26/Mai/97 Tema: Políticos Brasileiros); *Laranjas da reeleição*, de Hermann Luiz Kolonovits, Avaré; *Equacionar o problema*, de Antônio Carlos Corrêa Netto; *Pare o bonde*, de Hugo Maia; *Catilinárias*, de Antônio O. Tilelli; *Compra de votos*, de Geraldo Nage Rodrigues (São Paulo); *Tabela de preços*, de Luiz Garcia de Azevedo, Anápolis, GO (02/Jun/97 Tema: Políticos Brasileiros); *Votação adiada*, de Geraldo Nage Rodrigues (São Paulo); S/título, de Alberto Braz, Santo André (05/Jun/97) (Tema: Políticos Brasileiros); *Teto salarial*, de João Marcos Coelho Barker; *Cortar o ponto*, de Alberto Aparecido dos Santos; *Derrota do governo*, de Roberto Stavale; *Imaturidade política*, de Leila Leitão (São Paulo); *Caminhar juntos*, de Antônio Rochael, Iguape; *Mau desempenho*, de Pierre Stern, Araraquara (12/Jun/97, Tema: Reforma Administrativa); *Velho expediente*, de Arati de Souza, Cuiabá; S/título, de Lúcio Martinez, São José do Rio Preto; *Senda da modernidade?*, de Reynaldo Farah, São Paulo; *Em ferro frio*, de Adherbal Ramon González, Santa Cruz das Palmeiras (06/Jul/97, Tema: Reformas); *Número de deputados*, de Flávio de Carvalho (São Paulo); *Reforma necessária*, de José Lopes Filho, coordenador do Movimento Popular Pró-Moralização do Poder Legislativo, Juiz de Fora, MG 22/07/96; *Vai trabalhar!*, de Grasiela Daruiz Quatti, Monte Verde Paulista, 23/Jul/97 (Tema: Políticos Brasileiros); *Mais luz*, de Laerte T. Santiago, Araraquara, 05/Dez/97, s/autor, Tema: Governo FH; *Romantismo e realismo*, de Sylvio Trunkl; *Uma festa só*, de Afrânio de Oliveira Sobrinho; *Povo adormecido*, de Fabio Tondi Guzzo; *Terra arrasada*, de James F. Sunderland Cook; *Diversão parlamentar*, de Reynaldo Farah; *Anotações*, de Bernardo Prevedel (São Paulo); *Eterno convescote*; de Maria Raquel F. Bastos, Peruíbe; *Insensibilidade*, de Wilson Rosa Brasil, Vinhedo; *Importância do trabalho*, de José Roberto Nunes da Silva, Itapetininga (03/Fev/98); *Nação ofendida*, de Plínio Zabeu, Americana; *Descartáveis*, de Flerts Nebó, São Paulo, 20/Fev/98 (Tema: Políticos Brasileiros); *O povo quer justiça*, de William James Pereira Júnior, Jandaia do Sul, PR; S/título, de Angelo Antonio Maglio, Cotia (24/Fev/98); *Cobrança errada*, de Aroldo Costa Filho, Cajuru, 25/Fev/98; *Desmoroamento*, de José Roberto Nunes da Silva, Itapetininga; de Ademir Braz de Lima; de Olavo Príncipe Credidio (São Paulo); de Isaac Fingermann, engenheiro civil S/título) (28/Fev/98); S/título, de Ibraim Calichman; *"Impunebrás"*, de Rubens Jorge Montesano, São Paulo; de Wanderley da Silva Campos, Aguai; de Isaura L. P. Nascimento (S/título) (03/Mar/98); de Benedito Molinaro Corazza; de Nicolau Luppo; de Mauro Campello; de Roberto Gomes Caldas Neto; de Targino José da Silva; de James F. Sunderland Cook (São Paulo); de José Roberto Nunes da Silva, Itapetininga; de Manoel de Souza,

São José do Rio Preto; (S/título); (04/Mar/98); *Reformas x Nayas*, de Osvaldo Feltrin, Capivari; de Aníbal Desoz, Santos; de Hugo Maia, São Paulo (S/título) (06/Mar/98); de Marcos Pacheco da Silva, 09/Mar/98; *Mal súbito...*, de Antonio Arthur Parente; *Piada de mau gosto*, de Sunderland Cook; de Alan Morgan, Cotia; de E. Maretti; de Joaquim Carlos das Eiras; de Célio Silva, Sorocaba (São Paulo); de Márcia Chinelato, São Caetano do Sul (S/título) (15/Abr/98); *Cassação de Sérgio Naya*, de João Marcos Coelho Barker, São Paulo, 17/Abr/98; *O recesso continua?*, de Chalil Zabani, Americana, 05/Ago/98.

Editoria Política

Comissão adia votação de relatório, 23/Jan/96 (autor: Mara Bergamaschi); S/título, 28/Jan/96, s/autor, seção: Jogo Rápido; *Congresso quer R\$ 1,7 bilhão para obras*, 29/Jan/96; *Disputa entre políticos ameaça atrasar votação*, 30/Jan/96 (autor: Mara Bergamaschi); *PMDB ameaça obstruir Orçamento*, 31/Jan/96; *Deputado confirma pressões por verba*, 01/Fev/96 (autor: Mara Bergamaschi); *Sem síndrome*, 04/Fev/96; *Um e outro*, 07/Fev/96 (s/autor); *Faltosos podem sofrer desconto no salário*, 09/Fev/96, autor: João Domingos; S/título, seção: Jogo Rápido; *Deputados começam carnaval mais cedo* (s/autor); *Relator quer que paulistas desistam de emendas*, 12/Fev/96; *Bancadas se recusam a abrir mão de emendas* (autor: Mara Bergamaschi); *Quórum e projeto de Euler preocupam governo*; *Parlamentares pressionaram líderes*, autor: Cláudia Carneiro (13/Fev/96); S/título, seção: Jogo Rápido; *Serra garante pagamento para fim do IPC* (15/Fev/96, s/autor); *Lei não significará fim de privilégio para congressistas*, 18/Fev/96, autor João Domingos; *Relatores ampliam verbas do Norte e Nordeste*, 19/Fev/96, autor: Mara Bergamaschi; *Críticas de FH irritam parlamentares*, autora: Christiane Samarco; *Líder teme que episódio prejudique negociações*, s/autor (21/Fev/96); *Indenização pelo fim do IPC divide Congresso*; S/título (s/autor); *Parlamentares adiam volta ao trabalho*, autor: Cláudia Carneiro (22/Fev/96); S/título, 23/Fev/96, s/autor; *Congresso vira alvo no debate da Previdência*, 24/Fev/96, autora: Cláudia Carneiro; *Projeto do relator torna difícil fim do IPC*, 26/Fev/96, s/autor; *Partidos avaliam projeto que acaba com IPC*, autor: João Domingos; *Sindicalistas exigem fim de privilégio*, autores: Cláudia Carneiro e Christiane Samarco (27/Fev/96); S/título 28/Fev/96, s/autor; S/título; *Ninguém tasca* (03/Mar/96, s/autor, seção: Jogo Rápido); *Câmara tem nova fórmula para salvar privilégio*, 05/Mar/96, autor: João Domingos; *FH ameaça governistas que votaram contra o relatório*; *Câmara rejeita relatório de Euler Ribeiro*; *Picada* (06/Mar/96, s/autor); *Derrotas no Congresso põem FH em xeque*, 07/Mar/96; *Novo projeto antecipa fim do IPC*, 11/Mar/96 (autor: João Domingos); *O bombeiro*, 14/Mar/96; *Parabéns*, 15/Mar/96 (s/autor); *Cofre cheio*, 17/Mar/96, s/autor; *Emenda da Previdência passa e CPI é arquivada*; *Tumulto e agressões agitam plenário*; *Alegria, alegria* (21/Mar/96, s/autor); *Vitória no Congresso expõe cultura da barganha*, autor: João Domingos; *Deputados prometem abrir na terça debate sobre novo IPC*, autor: Silvio Bressan (22/Mar/96); *Líderes ameaçam isolar parlamentares dissidentes*, 23/Mai/96; S/título, s/autor, seção: Jogo Rápido; *Planalto paga preço alto por barganhas*, autor: Ana Cristina Rosa (24/Mar/96); *O custo da invencibilidade*, 25/Mar/96, autor: Antônio Carlos Pereira; *O Congresso é inocente*, autor: Helio Gaspari; *Deputado pede urgência para Lei de Imprensa* (26/Mar/96); *Congresso retoma trabalho só depois da Semana Santa*, 28/Mar/96 (s/autor); *Parlamentares antecipam feriado*, 29/Mar/96, autor: Cláudia Carneira;

FH promete estudar obra no São Francisco (29/Mar/96); Folga esvazia Congresso até segunda, autor: João Domingos; S/título, seção: Jogo Rápido (03/Abr/96); Decoração custa R\$ 10,5 milhões à Câmara, s/autor; Orçamento vai a votação com quatro meses de atraso, autor: Mara Bergamaschi; PPB apresenta a conta do apoio e pede cargo (08/Abr/96); Viagens oficiais garantem turismo parlamentar, 13/Abr/96, autor: João Domingos; Nunca mais Feijão com couve, 15/Abr/96, autor: Antonio Carlos Pereira; Câmara e Senado continuam parados, 22/Abr/96 (s/autor); Preço da reforma pode ficar em R\$ 7,9 bilhões, 16/Mai/96, autor: José Casado; Governo insistirá em cerco a inadimplentes; Defensor (s/autor); Adubo para safra de maracutaias, autor: José Casado (17/Mai/96); FH deverá vetar socorro a empreiteira, 20/Mai/96, Fora do alvo, 21/Mai/96; Governo perde três votações no plenário, 22/Mai/96, (s/autor); Perplexo, governo se recusa a assumir sua parcela de culpa; Líderes ameaçam isolar parlamentares dissidentes (23/Mai/96); Sucessão de derrotas faz FH reavaliar metas, 25/Mai/96 (s/autor); Pressão e ameaças de retaliação irritam rebeldes, 27/Mai/96, autor: Cláudia Carneiro; Parlamentares atacam imprensa durante sessão, 30/Mai/96; Aliados tiram reforma da pauta por causa do feriado, 02/Jun/96 (s/autor); Ausência de deputados atrasa trabalhos, autor: João Domingos; Luís Eduardo promete não apressar nova lei, autor: Cláudia Carneiro (03/Jun/96); Ainda o fisiologismo, autor: Oliveiros S. Ferreira; Questão de ordem (09/Jun/96); No limite, 12/Jun/96; Ausência a votações foi de até 121 deputados, autor: Cláudia Carneiro e João Domingos; Às falas; S/título, seção: Jogo Rápido (13/Jun/96); Apoio, 15/Jun/96 (s/autor); Representação corporativa, trata do sistema de representação no Brasil, 16/Jun/96, autor: Oliveiros S. Ferreira; PFL deu maioria dos votos para salvar IPC, 20/Jun/96; Líderes esperam pouco da convocação extraordinária, 28/Jun/96 (s/autor); Recado subliminar, 30/Jun/96, s/autor; Convocação começa com 144 ausentes, autor: João Domingos; S/título, seção: Jogo Rápido (01/Jul/96); Ausência de deputados atrasa trabalhos, 03/Jul/96, autor: João Domingos; Deputado paulista é o tucano mais infiel, autor: Mara Bergamaschi Espelho (04/Jul/97); Paes discute reeleição com Maluf e Dirceu, 06/Ago/96 (s/autor); S/título, 07/Jul/96, Seção: Jogo Rápido; Deputados candidatos tentam ampliar licença, 08/Jul/96; Deputados forjam presença para viajar, 11/Jul/96; Presença facultativa esvazia plenário, 12/Jul/96 (s/autor); Teotônio quer fim das emendas individuais, 23/Jul/96, autor: Rosa Costa e Mara Bergamaschi; FH comemora produtividade da convocação, 25/Jul/96, autor: Cláudia Carneiro; Congresso não abre mão de emendas individuais, 30/Jul/96, autor: Mara Bergamaschi; Bancada do PTB se rebela contra Planalto, 07/Ago/96, autor: Ricardo Amaral; PTB quer verbas para terminar rebelião, 08/Ago/96, autor: Cláudia Carneiro; Itamar, Paes e Sarney articulam oposição a FH, 13/Ago/96, autor: Gilse Guedes; Projeto dá concessões de TV a cabo de graça 14/Ago/96, autor: Mara Bergamaschi; Deputados alegam doença para fazer campanha, autor: Cláudia Carneiro; FH revê aliança para garantir reeleição, autor: José Casado (18/Ago/96); Sarney critica articulação para reeleição, autor: Christiane Samarco Comissão aprova criação de voto distrital, autor: Cláudia Carneiro (20/Ago/96); Campanha paralisa atividades parlamentares, autor: João Domingos; Enfim, voto distrital, s/autor (21/Ago/96); Petistas vão discutir aliança anti-reeleição, 22/Ago/96, autor: Gilse Guedes; Na labuta, 27/Ago/96; Cenário, 31/Ago/96; Navegantes (s/autor); A crise da elite política, autor: Oliveiros S. Ferreira (01/Set/96); FH quer embutir reeleição em reforma política, 02/Set/96; Pacote da

reeleição fica pronto em outubro, 03/Set/96 (autor: João Domingos); Governo retoma distribuição de rádios e TVs, 08/Set/96, autor: Gustavo Paul; Mercado, 10/Set/96 (s/autor); Parlamentares só voltam a Brasília em 8 de outubro, 12/Set/96, autor: Cláudia Carneiro; Apoio à reeleição é de 60% no PMDB, 16/Set/96; Esforço concentrado, s/autor; O difícil caminho, autor: Oliveiros S. Ferreira (22/Set/96); Insone, 08/Out/96, s/autor; PPB cria obstáculos para debater reeleição, autor: Christiane Samarco; Reeleição e reformas vão forçar convocação, autor: Ricardo Amaral; Fórmula de FH dispensa afastamento do cargo, autor: João Domingos; Atividade volta ao plenário da Câmara, s/autor (09/Out/96); Reformas administrativa e política são consideradas mais importantes, 10/Out/96, s/autor; Disputa por cargos dificulta negociações, 11/Out/96, autor: Christiane Samarco; O retorno, 13/Out/96; Porta-voz; Peregrinação, 14/Out/96 (s/autor); Em festa, 19/Out/96, s/autor; Reeleição e reformas vão forçar convocação, autor: Ricardo Amaral; Novo posto, 22/Out/96, s/autor; FH quer turno único para governador e prefeito, 25/Out/96 autor: João Domingos; Estrela, 27/Out/96, s/autor; Tema domina homenagem a Luís Eduardo, 28/Out/96, autor: Ana Cristina Rosa e Helio Gama Neto; Tiro n'água, 29/Out/96; Lá e cá (s/autor); Governo vigia aliados para garantir maioria, autor: Ricardo Amaral; Maluf age para excluir FH de reeleição (30/Out/96); 11 grupos medem força para influir na emenda 02/Nov/96, (autor: João Domingos); Nomenclatura 02/Nov/96; Novos ares (s/autor); Aliados testam força em reunião na quarta-feira, autor: Christiane Samarco (03/Nov/96); S/título, 06/Nov/96, s/autor, seção: Jogo Rápido; Prazo para emendas deverá ser ampliado, 08/Nov/96, autor: J.D.; Na fila, s/autor; Santos vai discutir lista do BB com Amin, autor: C.S. (10/Nov/96); Aliados querem FH na disputa sem deixar posto, 13/Nov/96, autor: Christiane Samarco; Em alta, 18/Nov/96 s/autor; PPB decide dar prioridade para sucessão na Câmara, 19/Nov/96, autor: Christiane Samarco; PFL ameaça reagir se PPB votar contra reeleição, 20/Nov/96, autor: Christiane Samarco e João Domingos; Ruralistas ignoram reação do Planalto e mantêm ameaça, autor: João Domingos; Ruralistas ignoram reação do Planalto e mantêm ameaça, s/autor (21/Nov/96); Perigo no dique, autor: Bartolomeu Rodrigues; Pressão contra reeleição preocupa aliados, autor: Cláudia Carneiro (24/Nov/96); PMDB quer ajuda de FH para dirigir Câmara, 04/Dez/96, s/autor; Rapidez, s/autor; Deputado se irrita e agride assessor de Krause com soco, autor: Cláudia Carneiro (05/Dez/96); Tucano ouviu de lobista denúncia contra Abrão, autor: J.D.; Sob o verde e o azul, autor: José Casado (06/Dez/96); Krause desindexa reeleição, autor: Ricardo Amaral; Krause desindexa reeleição, autor: Ricardo Amaral; Governo monta operação de guerra para aprovar emenda, autor: Christiane Samarco; Lobista confirmará pedido de propina ao depor, autor: João Domingos (07/Dez/96); Líderes aceleram votação do Orçamento, autor: Ana Cristina Rosa e Cláudia Carneiro; Precavido, s/autor; Verba para açude mostra que manipulação é possível; Para se defender, deputado faz acusações a ministro (autor: J.D.); Manda quem pode..., autor: Cristiana Lôbo (10/Dez/96); Relator da emenda da reeleição opta por texto original, 11/Dez/96, autor: Marcos Magalhães; Governo consegue evitar CPI do Orçamento, s/autor; Câmara abre hoje processo para cassar Abrão, autor: Cláudia Carneiro; Sarney apóia Íris e põe em risco planos de FH, autor: Ricardo Amaral e Christiane Samarco (12/Dez/96); Deputado destinou verba para obra inexistente, s/autor; Aberto inquérito contra Abrão, s/autor (13/Dez/96); Regras dificultam manipulação de verbas, autor: João Domingos; Relator da comissão

sonha com ministério, autor: Kássia Caldeira (14/Dez/96); *Deputado tucano vê dificuldades para reeleição*, 15/Dez/96, autor: Luiz Augusto Falcão; *Lista-negra do TCU revela irregularidade em 113 obras*, autor: Cláudia Carneiro; *Hospital de Itapipoca receberia R\$ 2,6 milhões*, autor: João Domingos; *Ex-deputado "pianista" assume TCU*, autor: Vannildo Mendes (16/Dez/96); *Comissão mantém verba para obras suspeitas*, autor: Cláudia Carneiro; *Especialistas sugerem 'vacinas' anticorrupção*, autor: Silvio Bressan; *Denúncias provocam adiamento de votação*, autor: Cláudia Carneiro e João Domingos; *Sem acordo, PMDB e PFL disputarão Senado*; *Tentativas de obstrução fracassaram* (17/Dez/96); *Relator vai cortar verbas de obras condenadas*, 18/Dez/96; *Cúpula tucana ataca base com apoio a aliados* (autor: Christiane Samarco); *Congresso examina fim da imunidade*, s/autor; *TCU considera obras regulares*; *FH aceita referendo popular sobre reeleição* (autor: João Domingos) (19/Dez/96); *Lista do TCU tem 38 obras irregulares*, autor: Vannildo Mendes; *Câmara apura esquema de concessão de rádio*, autor: João Domingos; *Parlamentares reagem à idéia de referendo*, autor: João Domingos e Rosa Costa (20/Dez/96); *Votações de janeiro desafiam a unidade da base governista*, 21/Dez/96 autor: Christiane Samarco; *Sindicatão*, 22/Dez/96, autor: Bartolomeu Rodrigues; *FH cobra definição urgente sobre reeleição*, 23/Dez/96, autor: Tânia Monteiro; *Tampa e balaio*, 26/Dez/96; *Sindicância fica para depois do dia 6*, 30/Dez/96 (s/autor); *Planalto tenta salvar agenda da reeleição*, 31/Dez/96, autor: Christiane Samarco; *Disputa força debate inédito de candidatos*, 01/Jan/97 autor: Christiane Samarco; *Disputa por sucessão complica jogo político*, autor: Kássia Caldeira; *Reforma retorna à pauta travada pela reeleição*, autor: Marcos Magalhães (04/Jan/97); *Primeiro turno da emenda deve ocorrer dia 15*, 05/Jan/97, autor: Marcos Magalhães e João Domingos; *Aliados apostam no PMDB e marcam votação*, 06/Jan/97, autor: João Domingos; *Maluf acusa governo de 'blefar' sobre vitória*, 07/Jan/97, autor: Vanice Cioccarri e Cláudia Dianni; *Inocência vai pedir ajuda a governadores*, autor: João Domingos; *PPB vai ao STF para tentar barrar votação da emenda*, autor: C.S. e J.D.; *PFL garante a FH apoio incondicional*, autor: Christiane Samarco (08/Jan/97); *PMDB faz convenção com Planalto na torcida*, autor: Christiane Samarco; *Bancada do DF é a mais avessa à idéia*, s/autor; *Deputados notáveis têm tratamento vip*, autor: R.A. (11/Jan/97); *Para políticos, indecisos 'escondem jogo'*, autor: Sandra Sato e Fernando Granato; *Autodefesa*; *Os caciques do PMDB* (s/autor); *Rompimento do PMDB pode levar a plebiscito*, autor: Ricardo Amaral; *A arte da guerra*, autor: Bartolomeu Rodrigues (12/Jan/97); *Líderes aliados acham que plebiscito é a saída*, autor: João Domingos; *FH cobra definição do PMDB e ataca barganha*, autor: Christiane Samarco e João Domingos (13/Jan/97); *Deputados avisam que até carnaval não haverá quórum*, 30/Jan/97, autor: S.S; *Mudança de cenário* 03/Fev/97, s/autor; *Convocação termina e aliados comemoram*, 06/Fev/97, autor: Cláudia Carneiro; *Plano para votar reformas tem 3 fases*, 12/Fev/97, autor: Marcos Magalhães; *Divergência sobre teto ameaça reforma*, 16/Fev/97, autor: Cláudia Carneiro; *Negociações*, 17/Fev/97, s/autor; *Temer defende 'regra de transição' para teto*, 18/Fev/97 autor: Cláudia Carneiro; *Será?*, s/autor; *Teto salarial deve ser adotado em várias etapas*, 19/Fev/97, autor: Cláudia Carneiro; *Verba para gabinetes aumenta 100%*, 21/Fev/97, s/autor; *Na onda* 06/Mar/97, s/autor; *Pressões ameaçam Reforma administrativa*, 10/Mar/97 autor: Mara Bergamaschi; *S/título*, 16/Mar/97, s/autor, seção: Jogo Rápido; *A regulamentação do lobby*, autor: Bartolomeu Rodrigues; *Governo inicia maratona*

para aprovar reforma, autor: Christiane Samarco (17/Mar/97); *Majoria dos parlamentares vai ampliar Semana Santa*, 24/Mar/97, s/autor; *Aliados admitem que teto não vai passar*, 26/Mar/97, autor: Christiane Samarco; S/título, 27/Mar/97; *Câmara vota projeto hoje e governo pode ceder*, 02/Abr/97; *Acordo derruba proposta de teto único*, 03/Abr/97 (autor: Cláudia Carneiro); *FH vai insistir no teto salarial de R\$ 10,8 mil*, autor: Christiane Samarco; *Promotores e juízes reforçaram lobby*, s/autor (04/Abr/97); *Reformas: Governo monta ofensiva para aprovar emenda*, 05/Abr/97, autor: Christiane Samarco e Cláudia Carneiro; *A hora é agora*, s/autor; *Novo acordo provoca revolta no PSDB*, autor: Christiane Samarco e Cláudia Carneiro (09/Abr/97); *Pertence critica exceções ao teto*, autor: Miriam Moura; *PSDB e PFL vivem dia tenso de ameaças*; *Clausura* (s/autor); *Emenda é aprovada sob protesto de tucanos*, autor: Christiane Samarco e Cláudia Carneiro (10/Abr/97); S/título, s/autor, seção: Jogo Rápido; *Presidente critica acordo para teto extra*, autor: Tânia Monteiro (13/Abr/97); *Voz rouca*, s/autor; *O pai da idéia*, autor: Bartolomeu Rodrigues (14/Abr/97); *Líderes abandonam proposta de teto extra*, 15/Abr/97, autor: Christiane Samarco; *Tal e qual*, s/autor, seção: Jogo Rápido; *Salário de R\$ 12, 7 mil é tido como certo*, autor: Cláudia Carneiro (24/Abr/97); *FH acha atraso nas reformas "vergonhoso"*, 25/Abr/97, autor: João Domingos; *ACM avisa que não admitirá intromissões*, 27/Abr/97, autor: Cristiana Lôbo e Bartolomeu Rodrigues; *Aliados ainda buscam explicação para derrota*, 25/Abr/97, autor: Cláudia Carneiro; *Câmara reage a críticas de presidente*, 30/Abr/97, autor: Rosa Costa; *Feriado empurra votação para a semana que vem*, 01/Mai/97, autor: Cláudia Carneiro; *Câmara apura denúncia de compra de votos*, autor: João Domingos; *Câmara apura denúncia de corrupção*, s/autor; *Câmara mantém aposentadoria aos 70 anos*, autor: Cláudia Carneiro e Cristina S. (14/Mai/97), *Fidelidade*; *FH pede investigação de denúncia; Uma região marcada por escândalos*; (15/Mai/97, s/autor); *Opções preferenciais*, 17/Mai/97, autor: José Casado; S/título, seção: Jogo Rápido; *Crise abala sonho político na Amazônia* (18/Mai/97, s/autor); *Amazonino antecipa volta para se defender*, autor: Kátia Brasil; *A cara do governo*, autor: Bartolomeu Rodrigues (19/Mai/97); *Oposição tem apoio de 211, mas CPI é incerta*, autor: João Domingos; *Enfim; Ofensiva aliada garante votação da reeleição* (20/Mai/97); *Panos quentes* (s/autor); *Presidente guarda mágoa do episódio*, autor: R. A.; *Oposição entrega pedido de CPI*, autor: João Domingos (21/Mai/97); *Senado aprova a emenda da reeleição*, autor: Christiane Samarco e Rosa Costa; *Pedra dura*, seção: Jogo Rápido (22/Mai/97); *Próximo alvo*, 23/Mai/97; S/título, s/autor, seção: Jogo Rápido; *Varejo e atacado*, autor: Ana Maria Tahan (24/Mai/97); *Os cinco anos de FH*, 25/Mai/97, autor: Ricardo Amaral; S/título, 26/Mai/97, seção: Jogo Rápido; *Mágoas*, 29/Mai/97 (s/autor); *Pesquisa revela descrédito de políticos e empresários*, 05/Jun/97, autor: J. Paulo da Silva; *O nó das reformas*, 09/Jun/97, autor: Bartolomeu Rodrigues; *Convocação extraordinária divide aliados*, autor: Christiane Samarco; *Realista*, s/autor (13/Jun/97); *Articulando*, s/autor; *Convocação em julho já está confirmada*, autor: J.D. (19/Jun/97); *Nem ameaça de corte de salários garante quórum*, 24/Jun/97; S/título, s/autor, seção: Jogo Rápido; *Líderes jogam para FH decisão de convocação*, 25/Jun/97 (autor João Domingos); *Grupo suprapartidário prevê 'novo Legislativo'* (autor: João Domingos); S/título, s/autor, seção: Jogo Rápido (04/Jul/97); *Agenda comum correrá paralela a emendas*, 05/Jul/97, autor: Cláudia Carneiro e João Domingos; *Lisonjeado* s/autor; *Regras esperam votação há um ano no Congresso*, autor:

João Domingos (08/Jul/97); *Reforma política deve ser feita depois de 98*, 14/Jul/97, s/autor; *Ameaça de cortes no Orçamento irrita deputados*, 16/Jul/97; *Majoria*, 17/Jul/97; *Inocência*, 22/Jul/97 (s/autor); *Até comissão de plantão tira férias no Congresso*, 29/Jul/97, autor: C.C.; *Para o ano...* 13/Ago/97; S/título 14/Ago/97, seção: *Jogo Rápido* (s/autor); *Empréstimo de servidores é regular, diz Temer* 18/Ago/97, autor: Ana Cristina Rosa; *ACM critica Temer por ter dobrado verba*, 19/Ago/97, autor: Christiane Samarco; *Temer rebate críticas de ACM*, autor: Cláudia Carneiro; *Bens de Chicão Brígido vão a leilão*, s/autor (20/Ago/97); *Polêmica sobre gastos continua*, 21/Ago/97, autor: C.C.; *Largada* 22/Ago/97; S/título 23/Ago/97, seção; *Jogo Rápido* (s/autor); *Motta condena "incesto" com Congresso* 09/Set/97, autor: Regina Terraz; *Parlamentares atacam discurso de Motta* autor: Christiane Samarco e Ricardo Amaral; *A serjada da vez* autor: Cristiana Lôbo (10/Set/97); *Plumagem nova*, 26/Set/97, s/autor; *Municípios vão ter verbas às vésperas das eleições*, autor: Cláudia Carneiro; S/título, seção: *Jogo Rápido*, s/autor (03/Out/97); *ACM e Temer vão investir na reforma política*, 05/Out/97, autor: Cristina Sarampo; *Na pauta* 06/Out/97; *Presidente da CCJ acha difícil punir* (s/autor); *CCJ julga amanhã acusados de vender votos*, autor: Cláudia Carneiro (07/Out/97); *Congresso reduz ritmo e desacelera reformas*, 21/Out/97, autor: Rosa Costa; *Congresso muda regras para melhorar imagem*, 22/Out/97; *Governo aceita liberar recursos até junho*, 23/Out/97, autor: I. B.; S/título, 26/Out/97, seção: *Jogo Rápido* (s/autor); *Governo usa verbas para pressionar Congresso*, autor: João Domingos; *Agenda externa patrocina êxodo de parlamentares*, autor: Miriam Moura (28/Out/97); *Expectativa*, 29/Out/97, s/autor; *Temer acelera discussão de novo sistema político* 30/Out/97, autor: Cristina Sarampo; *Paulistas dividem até por 20 verba de emendas*, 31/Out/97, autor: João Domingos; *Presidente vai retomar ofensiva no Congresso*, 03/Nov/97, autor: Marcos Magalhães; *ACM garante apoio do Congresso contra crise*, autor: João Domingos; *Câmara é convocada para esforço pró-reformas* autor: Ana Cristina Rosa (04/Nov/97); *Brasil em Ação será preservado de cortes*, autor: Mara Bergamaschi; *FH apresenta pauta mínima contra crise*, autor: Tânia Monteiro e Isabel Braga (05/Nov/97); *Congresso apressa votação de FEF e CPMF*, 06/Nov/97, s/autor; *PFL vai punir quem votar contra reformas*, autor: João Domingos; *Aliados ignoram apelo e pressionam por gastos*, autor: Mara Bergamaschi (07/Nov/97); *Moreira Franco confia na aprovação de emenda*, 08/Nov/97; *Maciel defende idéia de punir os infiéis; Em SP, 68% apóiam reformas com urgência* (09/Nov/97) (s/autor); *Aprovado texto final da reforma administrativa* 13/Nov/97, autor: Marcos Magalhães; *Planalto mobiliza governadores para votações* 14/Nov/97; *Governo conta com PPB para aprovar as reformas* 15/Nov/97 (autor: Christiane Samarco e Marcelo De Moraes); *Turbulência nas bolsas muda agenda política*, 16/Nov/97; *Mercado externo aguarda*, (autor: Maria Inês Nassif); *Apoio ao governo divide bancada do PPB*, autor: Christiane Samarco e Marcelo de Moraes *Emenda administrativa enfrenta teste*, autor: Marcos Magalhães (17/Nov/97); *Emenda administrativa passa na Câmara*, autor: Cláudia Carneiro; *Governo faz reforma passar no Congresso; Pane em avião atrasa retorno de pepebista* (s/autor); *Maluf faz 'maratona' a favor do governo*, autor: Marcelo de Moraes (20/Nov/97); S/título, 23/Nov/97, seção: *Jogo Rápido*, s/autor; *PSDB inicia ofensiva para cobrar apoio*, 24/Nov/97, autor: Cláudia Carneiro; *Deputados derrubam estabilidade de servidor*, 27/Nov/97, s/autor; *Verba do Brasil em Ação sofre redistribuição*, 05/Dez/97; *Congresso vota*

hoje projeto de lei do Orçamento para 98, 11/Dez/97 (autor: Mara Bergamaschi); Convocação de janeiro custará R\$ 25 milhões, 17/Dez/97, autor: Cláudia Carneiro e Rosa Costa; Balanço de 98 registra produtividade elevada, autor: Cláudia Carneiro; Temer libera ponto de deputados, autor: J. D. (01/Jan/98); S/título, 02/Jan/98, s/autor; S/título - 04/Jan/98, autor: Diana Fernandes com Agência Estado; S/título, 05/Jan/98, autor: Diana Fernandes com Agência Estado (seção: Coluna do Estadão); Líderes atrasam votação da Previdência, autor: Isabel Braga e Christiane Samarco; Requião liga liberação de verbas a venda de votos (09/Jan/98); ACM contesta validade da fita de Requião, 10/Jan/98 (autor: João Domingos); Câmara cancela sessão e atrasa Previdência, 17/Jan/98, autor: Marcos Magalhães e Marcelo de Moraes; Congresso vazio atrasa votação da Previdência, 20/Jan/98, autor: Cláudia Carneiro e Marcos Magalhães; S/título, 31/Jan/98, autor: Diana Fernandes com Agência Estado, seção: Coluna do Estadão; Aliados são privilegiados com recursos da Saúde, 01/Fev/98; Os passos da reforma política, 02/Fev/98, autor: Pedro Luiz Rodrigues; Aliados têm o dobro da verba da oposição no RS, 06/Fev/98 (autor: Mara Bergamaschi); Governo libera R\$ 22 milhões para garantir votos, 12/Fev/98, autor: Cláudia Carneiro; Carnaval reforça exódo de políticos na capital federal - 21/Fev/98, autor: Isabel Braga; Desigualdade perante a lei, 02/Mar/98, autor: Pedro Luiz Rodrigues; Reputação desmoronada, 03/Mar/98; Acusados saíram livres da cassação (autor: Marcelo de Moraes); ACM quer apressar fim de imunidade total, autor: Rosa Costa; S/título s/autor, seção: Jogo Rápido; Câmara abre processo para cassar Naya autor: João Domingos (04/Mar/98); FHC defende punição para parlamentar, 05/Mar/98, autor: Isabel Braga e Tânia Monteiro; Argumentos de Naya prejudicam sua defesa, 06/Mar/98, autor: João Domingos; Declarar embriaguez não ajuda, diz Brindeiro 07/Mar/98, autor: Edson Luiz; O Proer da Barra desabou, 08/Mar/98, autor: Ricardo Amaral; S/título, 12/Mar/98, s/autor, seção: Jogo Rápido; CNBB quer cassar político que troca favores por votos; 15/Mar/98, autor: Eliane Azevedo; Andrade Vieira defende manutenção do mandat,o 20/Mar/98; S/título, s/autor, seção: Jogo Rápido; Corregedor quer retomar processos de cassação; Presidente da CCJ vai escolher relator na terça (autor: Cláudia Carneiro) (21/Mar/98); Coitadinho!, 07/Abr/98, autor: Antonio Carlos Pereira; Vítimas do Palace 2 acompanham sessão 16/Abr/98, autor: D.O.; Naya tem registros de engenheiro civil e elétrico cassados pelo Crea, autor: Evaldo Magalhães; S/título, s/autor, seção: Jogo Rápido (17/Abr/98); Governo libera R\$ 310 milhões para rebeldes, autor: Christiane Samarco e Cláudia Carneiro; Pesquisa mostra que Congresso ajuda governo, autor: Kássia Caldeira (05/Mai/98); Senado vota imunidade parlamentar, 20/Mai/98, autor: R.C.; CCJ aprova texto sobre imunidade, 21/Mai/98, autor: Rosa Costa; Corte de verbas vira nova ameaça à Previdência, 04/Jun/98, autor: Cláudia Carneiro; Proposta contra a impunidade passa no Senado 05/Jun/98, autor: R. C.; Congresso entra em recesso branco sem votar Previdência, 06/Jun/98, autor: Marcelo de Moares; Copa e feriado esvaziam semana no Congresso, 09/Jun/98; Falta de quórum ameaça Previdência, 17/Jun/98 (autor: Cláudia Carneiro); Nem ameaça de corte de salários garante quórum, 24/Jun/97, autor: João Domingos; Pesquisa indica descaso na eleição do Congresso, s/autor, 28/Jun/98; Temer e os militares, 06/Jul/98, autor: Pedro Luiz Rodrigues; Recesso acaba, mas Congresso continua vazio, 03/Ago/98, autor: Doca de Oliveira; Recesso acaba, mas parlamentares não voltam, 04/Ago/98, autor: Rosa Costa; Maioria despreza eleição de deputado

e senador, 05/Ago/98, autor: Silvio Bressan; S/título, 19/Out/98, s/autor; ACM e Temer defendem convocação extra sem jeton, 22/Out/98, autor: Cláudia Carneiro; Impasse ameaça votação do Orçamento, 04/Dez/98, autor: Liliana Enriqueta Lavoratti; S/título, 29/Dez/98; Comissão aprova investigação sobre morte de tucana, 30/Dez/98 (s/autor, seção: Coluna do Estadão).